



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPHR)**

**UM ANARQUISMO LATINO-AMERICANO: ESTUDO COMPARATIVO
E TRANSNACIONAL DAS EXPERIÊNCIAS NA ARGENTINA, BRASIL
E URUGUAI (1959-1985) – SEROPÉDICA, RJ.**

RAFAEL VIANA DA SILVA

Sob a orientação do Professor
Jean Rodrigues Sales

Tese submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Doutor em**
História, no Curso de Pós-Graduação
em História, Área de Concentração
Relações de Poder e Cultura

Seropédica, RJ
Abril de 2018

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586a Silva, Rafael Viana da, 1982-
Um Anarquismo Latino-americano: Estudo Comparativo
e Transnacional das Experiências na Argentina, Brasil
e Uruguai (1959-1985): Seropédica, RJ / Rafael Viana
da Silva. - 2018.
282 f.

Orientador: Jean Rodrigues Sales.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Pós-Graduação em História / Doutorado, 2018.

1. Anarquismo. 2. Classe Trabalhadora. 3. Luta
armada. 4. História do Anarquismo. I. Sales, Jean
Rodrigues, 1972-, orient. II Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Pós-Graduação em História /
Doutorado III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E
DOUTORADO

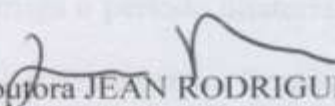
**Um Anarquismo Latino-americano: Estudo Comparativo e
Transnacional das Experiências na Argentina, Brasil e Uruguai (1959-
1985)**

RAFAEL VIANA DA SILVA

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em História**, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de Mestrado, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

TESE APROVADA EM 24/04/2018

Banca Examinadora:


Professor Doutora JEAN RODRIGUES SALES
Orientador e Presidente da Banca - UFRRJ


Professor Doutor RAFAEL AFFONSO DE MIRANDA ALONSO - UFRRJ


Professor Doutor RICARDO ANTONIO SOUZA MENDES – UERJ


Professor Doutor NORBERTO OSVALDO FERRERAS – UFF


Professora Doutora IZABEL PRISCILA PIMENTEL DÁ SILVA - UCB

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos companheiros e companheiras da Federação Anarquista Uruguaia e da Resistência Libertária desaparecidos/as pela sanha dos aparatos repressivos.

Dedico este trabalho a todos e todas militantes dos movimentos populares assassinados e desaparecidos nas ditaduras e democracias capitalistas.

Que os trabalhadores assassinados na chacina de Pau D'Arco no Pará não nos ceguem para o fio de aço que interliga o período ditatorial com o democrático.

Que a morte de Marielle Franco e de Anderson Gomes não impeça de falarmos sobre os expedientes utilizados para calar as oposições políticas!

Que a prisão injusta e a covardia que atingiram Rafael Braga não nos ensurdeçam diante o racismo estrutural da formação social brasileira.

Que as injustiças e as desigualdades jamais sejam naturalizadas e possamos enxergar, falar e ouvir.

Jamais esquecer, jamais perdoar.

Marielle Franco, presente!

Anderson Gomes, presente!

Liberdade para Rafael Braga!

AGRADECIMENTOS

É difícil mensurar adequadamente o apoio direto e indireto, que ajudou a constituir o trabalho desta tese. Este trabalho, longe de ser produto de uma ação individual é fruto da construção e apoio de centenas de pesquisadores de temáticas diversas, militantes e interessados/as no anarquismo, que participam do estudo, da análise, editam livros, militam ou simplesmente começam a ter interesse pela ideologia anarquista como uma ferramenta da transformação social. Agradeço aos meus pais e minha mãe por todo o apoio e seu esforço em garantir uma vida material e educacional melhor para mim e minha irmã. Sendo o primeiro por parte paterna e materna a ter feito universidade pública e o único a cursar mestrado e doutorado, passei pelo desafio de vir de uma família de trabalhadores, com praticamente nenhuma experiência no mundo universitário e adentrar no mundo acadêmico como discente, com todas as lacunas da minha formação anterior. Tal desafio foi enfrentado com o sempre presente apoio (direto ou indireto) da minha família. Faço um agradecimento especial a minha companheira, Linda Soares por ter me ajudado a superar essa fase e tornar minha vida leve como nossos sonhos devem ser. Agradeço a Cíntia Soares e também pesquisadora, por todas as dicas e apoio dado nas fases finais deste doutorado.

Agradeço a CAPES/CNPQ pelo apoio dado a pesquisa, com a bolsa de doutorado e doutorado sanduíche que recebi durante esses quatro anos e que me possibilitaram cumprir o objetivo proposto. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR), cuja formação foi capaz de me municiar de novas leituras e debates instigantes. Ao Paulo Longarini, secretário do Programa de Pós-Graduação e sempre solícito para resolver nossos problemas e angústias acadêmicas, mesmo à distância. Agradeço ao meu orientador, Jean Rodrigues Sales que mais uma vez acompanhou-me numa jornada de pesquisa, apoiando-me decisivamente em todos os períodos da tese e incentivando com seu trabalho e exemplo, a continuidade desta pesquisa. Ao pesquisador e professor Rodolfo Porrini, que prontamente aceitou me receber e me coorientar academicamente em *Montevideo*. Assistir suas aulas foi fundamental para me situar em relação a uma série de debates. Agradeço igualmente o professor Roberto Garcia, também da *Universidad de la República*, cujas indicações sobre a história latino-americana ajudaram a digamos, *latino-americanizar* mais minhas ideias. Agradeço também meus companheiros/as de mestrado e doutorado, cujos encontros dentro e fora da sala de aula foram sempre enriquecedores. Um agradecimento a Leonardo Ângelo, Adriana Ribeiro e principalmente a minha amiga Cristiane Coimbra, cuja sensibilidade, nas fases difíceis ou fáceis deste trabalho esteve sempre presentes.

Agradeço os trabalhadores e integrantes dos inúmeros arquivos institucionais que visitei para compor este trabalho, tais como a Hemeroteca do Palácio Legislativo do Uruguai, a Biblioteca Nacional do Uruguai etc.

Aos membros do Núcleo de Pesquisa Marques da Costa (NPMC) na figura de seu coordenador Milton Lopes, o primeiro pesquisador do anarquismo que tive contato e que até hoje segue firme na sua contribuição a este tema meu grande agradecimento. Um agradecimento também a Renato Ramos e Robledo Mendes, duas referências em minha trajetória militante e de pesquisa.

A todos os membros do NPMC, da Biblioteca Social Fábio Luz (BSFL) e do Centro de Cultura Social (CCS), espaços que sempre fomentaram em mim e em muitas outras pessoas, a cultura autodidata, fundamental para manter a chama do trabalho de pesquisa acesa. Ao Marcolino Jeremias, pesquisador e integrante do Núcleo de Estudos Libertários Carlo Aldegheri. Ao Rodrigo “Jesus” integrante “histórico” do Coletivo de Estudos Anarquistas

Domingos Passos e uma das primeiras pessoas que me indicou temas, perspectivas e orientações latino-americanas no anarquismo.

Agradeço os pesquisadores do anarquismo. Em especial ao meu “irmão”, amigo, companheiro e parceiro de longa data, Felipe Corrêa, uma das pessoas que mais me incentivaram em minha trajetória de pesquisa e que segue como um grande colaborador. Agradeço igualmente a Lucien van der Walt, Daniel Augusto, Dimitri Troaditis, Emilio Crisi, João Henrique de Oliveira, Mariana Afonso Penna, Rogério Castro e Kauan William, pesquisadores de trabalhos instigantes e renovadores. Ao editor e cientista político Bruno Lima Rocha registro meu agradecimento e homenagem, por sua contribuição ao anarquismo no Brasil e ter sido um dos primeiros a trazer a história da FAU para as terras cariocas. Estendo meu agradecimento ao companheiro portenho “Basco”, seu trabalho com a preservação da memória e história anarquista em território argentino, assim como seu apoio a este trabalho foi fundamental para escrevermos a parte da tese respectiva ao caso argentino, do qual, recorreremos perguntando sobre nomes, tirando dúvidas, pedindo fontes e quando possível, tomando um *mate* e conversando sobre temas atuais. Ao Horacio e Anibal, também de Buenos Aires um abraço e saúde, das tardes agradáveis e aprendizados. Agradeço as companheiras e companheiros da Federación Anarquista de Rosário, da Federación de Organización de Base – Rosário pelo contato, inspiração e apoio nas vezes em que fui para a Argentina. Agradeço o trabalho decisivo da Biblioteca Popular José Ingenieros, cujos arquivos foram valiosíssimos para esta pesquisa, em especial a Eva, integrante da Biblioteca cuja ajuda foi inestimável. Agradeço a Fernando López Trujillo, autor, junto com Verónica Diz do primeiro livro sobre a experiência de Resistência Libertária. Tal livro foi fundamental para o início desse trabalho e cumpriu um papel importante, ao menos na minha geração, para ter acesso a uma história praticamente desconhecida (antes de sua publicação) no Brasil.

Aos amigos Victor “Khaled”, Arthur Castro, Kaíque Pimentel, Alexandre Guerra. Ao pesquisador e historiador alemão Moritz Herman, cujas trocas de ideias sobre temas tão diversos, instigaram-me a pensar questões históricas por outros prismas. Ao pesquisador e historiador estado-unidense Troy Kokinis, que está investigando a história da FAU, pelo apoio com a documentação, pelas conversas e dicas sobre alguns dos temas que aqui se encontram. No Uruguai agradeço a todos os militantes da Federação Anarquista Uruguai (FAU) pelo apoio decisivo a este trabalho. Em especial, agradeço a Cristina Marín, Juan Pilo, Juan Carlos Mechoso, Nathaniel e Marina Bauza. Os almoços e conversas regadas a *mate* me tocaram de maneira especial.

Aos integrantes da Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ) e das organizações da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB). Aos companheiros e companheiras do Movimento de Organização de Base (MOB) do Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo e Pará. Aos alunos/as e ex-alunos/as do Pré-vestibular comunitário Solidariedade por tanto ter aprendido durante as aulas. Aos companheiros Gaiola e Marta, ex-militantes do MR8. Agradeço por fim a todas e todos que me incentivaram e incentivam a seguir escrevendo sobre este tema.

RESUMO

SILVA, Rafael Viana da. **Um Anarquismo Latino-americano: Estudo Comparativo e Transnacional das Experiências na Argentina, Brasil e Uruguai (1959-1985): Seropédica, RJ.** 2018. 400p Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

Este trabalho tem como objetivo analisar as práticas políticas anarquistas durante o período compreendido entre a Revolução Cubana e as ditaduras militares da Argentina, Brasil e Uruguai. Pretendemos no presente estudo analisar as transformações nos debates estratégicos e políticos das organizações anarquistas desses países, assim como elucidar a influência da Revolução Cubana e da luta armada no interior do anarquismo. Servindo-nos de diferentes fontes documentais (cartas, entrevistas, jornais, folhetos e atas) e de um amplo debate historiográfico procuramos neste trabalho elucidar as transformações operadas na sua cultura política, as práticas junto a sindicatos, estudantes e movimentos populares. Pretendemos compreender os fatores em comum que afetaram o anarquismo nos três países e os fatores singulares, assim como, compreender comparativamente as relações, posições estratégicas e debates transnacionais entre as organizações anarquistas. A partir de uma análise baseada na História Política e na História Social e de diferentes procedimentos metodológicos procuramos mapear o campo político anarquista e o resultado da sua adesão ao que convencionamos chamar de *gramática guerrilheira* e ao *latino-americanismo*.

Palavras-chave: Anarquismo. Classe Trabalhadora. Luta Armada. História do Anarquismo

ABSTRACT

A Latin American anarchism: comparative and transnational study of the experiences in Argentina, Brazil and Uruguay (1959-1985): Seropédica, RJ. 2018. 282p Thesis (Ph.D in History). Institute of Human and Social Sciences, Department of History, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

This work aims to analyze anarchist political practices during the period between the Cuban Revolution and the military dictatorships in Argentina, Brazil and Uruguay. In the present study, we intend to analyze the transformations in the strategic and political debates of the anarchist organizations of these countries, as well as to elucidate the influence of the Cuban Revolution and the armed struggle within anarchism. Using a variety of documentary sources (letters, interviews, newspapers, pamphlets and minutes of meetings) and a broad historiographical debate, we seek to elucidate the transformations in their political culture, practices with unions, students and popular movements. We intend to understand the common factors that affected anarchism in the three countries and the singular factors, as well as to understand comparatively the relations, strategic positions and transnational debates among the anarchist organizations. From an analysis based on Political History and Social History and from different methodological procedures, we try to map the anarchist political field and the result of its adherence to what we call “guerrilla grammar” and Latin Americanism.

Keywords: Anarchism. Working class. Armed struggle. History of Anarchism.

LISTA DE SIGLAS

AD: Acción Directa (jornal)
ALC: Asociación Libertaria de Cuba
CCRA: Comissão Continental de Relações Anarquistas
CCS-SP: Centro de Cultura Social de São Paulo
CEL: Círculo de Estudos Libertários
CEPJO: Centro de Estudos Professor José Oiticica
CGT: Confederación General de Trabajo
CIA: Central Intelligence Agency
CIPO: Comando Insurreccional Perón o Muerte
CONINTES: Comocción Interna del Estado
COA: Confederación Obrera Argentina
CORS: Comisión Obrera de Relaciones Sindicales
CRIA: Comissão de Relações Internacionais Anarquistas
CSU: Confederación Sindical del Uruguay
DSN: Ditadura de Segurança Nacional
DRIL: Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação
ERP: Ejército Revolucionario del Pueblo
ELN: Ejército de Liberación Nacional
FACA: Federación Anarco-Comunista Argentina
FAU: Federación Anarquista Uruguaya
FAI: Federación Anarquista Ibérica
FATI: Federación Argentina de Trabajadores de Imprenta
FGB: Federación Gráfica Bonaerense
FLA: Federación Libertaria Argentina
FMI: Fondo Monetario Internacional
FOCN: Federación de Obreros en Construcciones Navales
FORA: Federación Obrera Regional Argentina
FORU: Federación Obrera Regional Uruguaya
FOTIA: Federación de Trabajadores de la Industria del Azúcar
FUBA: Federación Universitaria de Buenos Aires
GAR: Grupo Anarquista Revolucionario
FUNSA: Fábrica Uruguaya de Neumáticos S.A
LAC: Linha Anarco-Comunista
LL: Liga Libertaria
MAC: Movimiento Anarquista de Córdoba
MAO: Movimiento de Agrupaciones Obreras
MEL: Movimento Estudantil Libertario
MIR: Movimiento de Izquierda Revolucionaria
MLCE: Movimiento Libertario Cubano en el Exilio
MLN-T: Movimiento de Libertación Nacional – Tupamaros
MRO: Movimiento Revolucionario Oriental
MOS: Movimento de Orientação Sindical
MR26J: Movimento Revolucionário 26 de Julio
OA: Organización Anarquista
OEA: Organização dos Estados Americanos
OCIAA: Office of the Coordinator of the Inter-American Affairs

OPR-33: Organización Popular Revolucionaria – 33 Orientales
PCC: Partido Comunista Cubano
PCU: Partido Comunista de Uruguay
POR: Partido Obrero Revolucionario
PRT: Partido Revolucionario de los Trabajadores
PSP: Partido Socialista Popular
PURSC: Partido Unido de la Revolución Socialista de Cuba
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
PVP: Partido por la Victoria del Pueblo
RL: Resistencia Libertaria
ROE: Resistencia Obrero Estudiantil
SIA: Solidaridad Internacional Anarquista
SUPE: Sindicato Unidos Petroleros del Estado
TT: Taller Total
UARJ: União Anarquista do Rio de Janeiro
UASP: União Anarquista de São Paulo
UCR: Unión Cívica Radical
UGT: Unión General de los Trabajadores
UNE: União Nacional dos Estudantes
USA: Unión Sindical Argentina
USL: Unión Socialista Libertaria
USU: Unión Sindical Uruguay

SUMÁRIO

PARTE I – INTRODUÇÃO	11
- Apresentação	11
- Debate historiográfico	12
- Teoria e Metodologia.....	19
CAPÍTULO I – Populismo, sindicalismo e anarquismo na Argentina, Brasil e Uruguai.....	32
- A América Latina no anos 40 e 50: política, economia e sociedade.....	32
- Anarquismo e sindicalismo argentino nas décadas de 40 e 50	52
- Anarquismo e sindicalismo brasileiro nas décadas de 40 e 50: trabalhismo e anarquismo	54
- Anarquismo e sindicalismo uruguaio na década de 40 e 50: os sindicatos autônomos e a fundação da FAU.....	67
- A Conferência Anarquista Americana e a tentativa de formação de um latino-americanismo anarquista	75
- Introito comparado do anarquismo e sindicalismo nos três países	79
CAPÍTULO II – A gramática guerrilheira: o impacto da Revolução Cubana no Anarquismo argentino, brasileiro e uruguaio (1959-1964).....	82
.....- A consolidação da gramática guerrilheira: o impacto da Revolução Cubana na América Latina	82
- As origens perdidas da luta armada e o anarquismo na Argentina (1959-1962).....	87
.....- A polêmica da revolução cubana no anarquismo argentino	99
- A polêmica da Revolução Cubana no anarquismo brasileiro.....	105
.....- A polêmica da Revolução Cubana no anarquismo uruguaio	109
.....- O Coordenador (1961-1965) e os debates sobre a violência revolucionária no Uruguai	115
.....- Comparando a polêmica da Revolução Cubana no anarquismo ..	120
CAPÍTULO III – Golpes de estado, ditaduras e ditaduras constitucionais, o anarquismo e os levantes operário-estudantis (1964-1972)	122
- Golpes de estado, ditaduras, ditaduras constitucionais e o Maio de 1968	122
.....- O Onganiato, o anarquismo argentino e a onda do Cordobazo (1964-67)	124
- O levante operário-estudantil na Argentina e o anarquismo (1968-1970)	129
.....- O debate sobre a violência revolucionária no anarquismo argentino	139
- A noite alta que não acabou: o golpe de 1964 e os anarquistas no Brasil	

.....	154
- O Movimento Estudantil Libertário (MEL) e o Maio de 68 brasileiro	161
- A imaginação golpeada: repressão ao MEL e o CEPJO (1969-1972)	169
- A FAU, a fundação da CNT (1964) e a formação da <i>Tendência</i> (1966)	171
- A repressão a FAU e a formação de sua concepção armada (1967-1968).....	174
- Revolta estudantil no Uruguai, a criação e atuação da ROE antes do golpe	
(1968-1972)	184
- Luta armada anarquista: o acionar da OPR-33 (1968-1972).....	191
- Comparação da inserção, acionar e a repressão do anarquismo nos três países	
.....	200
CAPÍTULO IV – Repressão ao anarquismo e clandestinidade nos regimes	
militares (1973-1985).....	202
..... - As	
ditaduras de segurança nacional, contra insurgência e liberalismo na América	
Latina	202
- Hongos después de la lluvia: unificação das organizações anarquistas argentinas	
em 1974 203	
- Teoria e Prática de um Partido Libertário: nasce e atua a Resistência Libertária	
.....	212
- O golpe militar de 1976 e o anarquismo argentino.....	220
- Força e esperança: a resistência silenciosa do anarquismo brasileiro (1973-1977)	
.....	223
..... -	
Imprensa, sindicalismo e o debate da violência revolucionária no anarquismo	
brasileiro	226
..... - O	
recoo tático da FAU para Buenos Aires, o golpe militar de 1973 e a formação do	
PVP.....	245
- Repressão e clandestinidade: comparando o anarquismo nos três países.....	252
CAPÍTULO V – Breves reflexões sobre a reconstituição do anarquismo na	
abertura democrática.....	255
- Reconstituição do anarquismo na abertura democrática argentina.....	255
- Reconstituição do anarquismo na abertura democrática brasileira	257
- Reconstituição do anarquismo na abertura democrática uruguaia: o retorno da	
Federação Anarquista Uruguaia.....	261
APONTAMENTOS CONCLUSIVOS.....	264
REFERÊNCIAS	267

I. INTRODUÇÃO

- Apresentação

Na base de quase toda a crítica
inscreve-se um trabalho de comparação.
Marc Bloch

Quando falamos da história, *quem* fala?
É alguém de uma época,
de uma sociedade,
de uma classe determinada –
em suma, é um ser histórico.
Cornelius Castoriadis

Ainda que seja um fenômeno que existe, permanente e globalmente, há praticamente 15 décadas, e que esteja relacionado à parte significativa das mudanças sociais do mundo contemporâneo, o anarquismo é pouco estudado e, mesmo, pouco conhecido, dentro e fora da academia. Desde a publicação do primeiro estudo acadêmico sobre o anarquismo, realizado por Paul Eltzbacher em 1900, a motivação fundamental de pesquisa sobre este tema encontra-se, em geral, nas dificuldades de compreender suas proposições, estratégias e correntes.¹ Apesar dos avanços produzidos pela historiografia especializada, podemos, sem dúvida alguma, afirmar que o estudo do anarquismo limita-se, salvo exceções, aos períodos das primeiras décadas do século XX.

No que diz respeito à construção desse objeto, há problemas que dizem respeito às generalizações que desconstruímos em outros trabalhos: 1.) o anarquismo é apenas um sinônimo de luta contra a dominação, antiestatismo e/ou antítese do marxismo; 2) constitui uma ideologia incoerente; 3.) não teve um impacto popular significativo; 4.) praticamente terminou depois da derrota na Revolução Espanhola, em 1939, episódio que constitui uma exceção na história, por ter sido um dos poucos casos em que o anarquismo converteu-se em um significativo movimento de massas; 5.) mobilizou bases classistas restritas, restringindo-se aos camponeses e artesãos em declínio, não conseguindo adaptar-se ao capitalismo industrial; 6.) não possui bases racionais de análise política.² O historiador Eric Hobsbawm – numa tese muito utilizada no pós-guerra – chegou a afirmar que o anarquismo “desapareceu com os reis e imperadores a quem seus militantes tão frequentemente tentaram assassinar”.³ Como veremos mais adiante, essas generalizações são afirmadas sem nenhuma base factual.

Tendo em vista esse panorama, não consideramos ser possível discutir o anarquismo de maneira adequada sem tomar em conta os diversos contextos e episódios fundamentais em que o anarquismo esteve presente, extrapolando, assim, as habituais periodizações⁴ e revisando mais profundamente o que vem sendo afirmado em relação a essa ideologia política.⁵

¹ CORRÊA, 2012, p. 27.

² Esses seis elementos foram debatidos de maneira mais aprofundada em Corrêa e Silva, 2013.

³ HOBSBAWM, 1985, p. 90.

⁴ Há trabalhos recentes que vêm caminhando nesse sentido, como os estudos de Michael Schmidt e Lucien van der Walt (Van der Walt e Hirsch, 2010), e outras produções (Corrêa, 2012a, 2013; Silva, 2013).

⁵ Consideramos ser relevante revisar o que Pierre Bourdieu (2002, p. 44) chama de *senso comum douto* “estes instrumentos fazem que ele [o pesquisador] corra um perigo permanente de erro, pois se arrisca a substituir a

O trabalho se concentra no período que vai da Revolução Cubana até o fim das ditaduras militares no cone-sul. Não apenas por termos verificado que a Revolução Cubana altera totalmente a conjuntura dos países citados, mas de perceber que esta também modifica as práticas políticas no interior do anarquismo e as relações continentais do anarquismo entre os três mundos.

A escolha desses países obedece a uma justificativa social e científica. No que diz respeito à justificativa social, a relação entre os anarquistas da corrente da estratégia de massas e que se convencionou chamar de “especificismo”, de Uruguai, Argentina e Brasil cresce no interior do anarquismo de maneira determinante dos anos 90 para cá, fato que provoca igualmente (principalmente dentro dos círculos militantes), uma tentativa de compreender a história do anarquismo nessas regiões. O *especificismo* é uma proposta de organização anarquista fortemente arraigada na experiência política da Federação Anarquista Uruguia, cuja influência no anarquismo brasileiro e argentino começa a se intensificar na década de 90.

No que diz respeito à justificativa científica, compreendemos que o cone-sul ou *conesur*, formado por Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina, Chile e Bolívia possui para além de uma identidade geográfica, um conteúdo histórico-cultural comum e uma expressão geopolítica e econômica.⁶ Essa identidade e este sentido unitário, segundo Heredia (2001) é dado por uma “confluência neste espaço de um conjunto de problemas comuns mais ou menos generalizados ou estendidos através do tempo”.⁷ Apesar das diferenças étnicas, de clima, relevo e história nacionais, acreditamos que a complexidade cultural e política desses três países a experiência política que nos propomos a estudar, não impede de realizarmos uma análise histórica.

Pretendemos falar do anarquismo nesses três países, ressaltando suas práticas políticas e a discussão sobre o uso da violência revolucionária. Tal diferença entre linhas distintas do anarquismo ressalta-se cada vez mais quando posta em comparação e reforçava uma hipótese frequente nas reuniões de orientação: é possível falar de um anarquismo latino-americano? É possível falar de uma especificidade destes três países (ou de um setor de um ou dois deles)? Para responder tal pergunta tentamos buscar os elementos que diferenciavam uma linha de outra. E achamos oportuno também, retomar de maneira mais aprofundada, a experiência anarquista dos períodos anteriores ao desses regimes, pois existiam semelhanças e diferenças entre a realidade precedente desses países.

A análise prévia do anarquismo nesses três cenários político-sociais parece indicar que os anarquistas responderam aos problemas colocados pela realidade de maneira distinta; parece também ser possível afirmar que suas estratégias de resistência nesses três universos revelam importantes diferenças, que contribuem para a compreensão do objeto e do período em questão.

- Debate historiográfico

Os estudos sobre o movimento operário, em específico os empreendidos pela história social, esbarraram em mais de um momento com a presença das práticas políticas anarquistas em certos contextos históricos. No Brasil, a história social conformou um setor específico de produção acadêmica, em que o movimento operário – e, por conseguinte, o anarquismo – foi

doxa ingênua do senso comum pela doxa do senso comum douto, que atribui o nome de ciência a uma simples transcrição do discurso de senso comum.”

⁶ HEREDIA In. RAPOPORT; CERVO, 2002, pp. 325-334.

⁷ Ibid, pp 325-326.

se constituindo enquanto um objeto de pesquisa e que paulatinamente ganhou a atenção de numerosos estudiosos. Desde os anos 80, a atenção desses estudos concentrou-se com maior ênfase na Primeira República e na cidade do Rio de Janeiro. Em termos cronológicos, podemos afirmar que esses estudos, com poucas variações, ainda permaneciam em sua maioria, restritos às primeiras décadas do século XX.

O militante Edgar Rodrigues, apesar de distante dos meios acadêmicos, foi um dos grandes responsáveis pelo “resgate” dos documentos e práticas anarquistas na Primeira República. O que se seguiu foi um conjunto de obras sobre o anarquismo neste período. As obras *Trabalho Urbano e Conflito Social*, de Bóris Fausto (1983), e *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*, de Carlos Addor (1985), são significativas desse período e cuja temática está estritamente ligada ao conjunto de práticas anarquistas e sua relação com o universo dos trabalhadores no período da Primeira República. Os períodos seguintes contaram com a ampliação do estudo do anarquismo para as décadas de 20 e 30, relativizando, de certo modo, a tese que indicava um suposto “declínio” do anarquismo causado pela fundação do PCB em 1922 e das faltas das condições “maduras” para a efetivação de seu projeto. Em relação ao recorte temporal privilegiado pelos pesquisadores, Raquel Azevedo sublinha que se “há várias pesquisas sobre a experiência libertárias nas duas primeiras décadas do século, praticamente não há trabalhos sobre sua continuidade”.⁸ Se a autora naquele momento referia-se à presença do anarquismo nas décadas de 20 e 30, seu comentário parece atual para pensarmos os estudos sobre períodos subsequentes.

Algumas reflexões historiográficas nos anos 90 e 2000 contribuiriam para modificar esse panorama e as pesquisas modificaram alguns enfoques e temáticas com forte influência da História Social. Os dois volumes da coletânea *História do Anarquismo no Brasil*⁹ sintetizam bem esse momento. Citamos também como um desses movimentos historiográficos os trabalhos de Edilene Toledo (1993, 2002), que tenta relativizar a relação estreita entre sindicalismo revolucionário e anarquismo. É importante mencionar ainda os trabalhos de Tiago Bernardon de Oliveira (2002) e Felipe Corrêa (2012). Esses trabalhos possuem como debate central a relação entre sindicalismo revolucionário e anarquismo, sendo que a distinção central entre seus argumentos é se o sindicalismo revolucionário constitui ou não uma estratégia anarquista. Em comum, essas pesquisas revisaram o conceito de anarcossindicalismo, distinguindo a atuação específica dos anarquistas de seu vetor social. Uma iniciativa que merece ser mencionada é o trabalho dos sul-africanos Michael Schmidt e Lucien Van der Walt.¹⁰ Em sua principal obra, *Black Flame*, fruto de dez anos de pesquisa, os autores realizam uma análise global sobre o anarquismo em diferentes contextos históricos e nos cinco continentes. A principal contribuição desta obra é dar uma visão global sobre essa ideologia política, rompendo com a noção habitualmente consolidada de que o anarquismo é um fenômeno marginal no universo dos trabalhadores, limitado aos setores marginais da sociedade ou que se restringiu como fenômeno de massas à Espanha e às balizas do início do século XX.¹¹

Lucien van der Walt afirmam que a principal divisão no interior do anarquismo se deu, fundamentalmente, entre uma estratégia de massas e uma estratégia insurrecionalista, em relação às quais a maneira de se conceber a aplicação da violência, o debate sobre organização e a função dos movimentos de “massa” e a posição sobre a funcionalidade das lutas por reformas nos processos revolucionários possuem papéis distintos. Outro trabalho importante que possui influência no campo historiográfico, apesar de ser oriundo das ciências sociais é a

⁸ AZEVEDO, 2002, p. 29.

⁹ DEMINICIS; REIS FILHO, 2006; DEMINICIS, ADDOR, 2009.

¹⁰ Em especial 2009 e no prelo; Cf. também: van der Walt e Hirsch, 2010a, Schmidt, 2012a.

¹¹ Para uma crítica desse paradigma, cf. Silva, 2013.

dissertação de mestrado de Felipe Corrêa (2012), *Rediscutindo o Anarquismo* que, baseada no estudo de mais de 50 obras de referência sobre o anarquismo, coloca em xeque os pressupostos mais arraigados sobre esse objeto, desconstruindo suas análises etimológicas e a-históricas e rediscutindo-o, a partir de uma base histórica e bem fundamentada. Esses trabalhos reforçam a conceituação do anarquismo como uma corrente política com objetivos precisos e estratégia bem delimitada, recorrendo a variados elementos histórica e formulações políticas que incidiram nos contextos nacionais e no universo dos trabalhadores.

O anarquismo uruguaio e argentino já foi alvo de estudos variados, mas as historiografias sobre este fenômeno político, guardadas as devidas proporções, fundamenta-se nos mesmos elementos teórico-metodológicos e nas balizas que orientaram os estudos sobre o anarquismo no Brasil. Com poucas exceções, os estudos sobre o anarquismo uruguaio e argentino têm se focado nos períodos da primeira onda e da segunda onda.

Contudo, novas empreitadas de pesquisa contribuem para mudar essa perspectiva. No caso uruguaio, podemos citar cinco trabalhos, realizados em períodos distintos, quatro deles, curiosamente estudados por não uruguaios. O primeiro trabalho foi produzido pelo militante histórico da FAU e pesquisador Juan Carlos Mechoso, um trabalho rigoroso e composto por quatro tomos, que teve o papel de suprir uma lacuna do período sobre a história da FAU. Uma obra pioneira e que abriu caminho para todas as pesquisas que se seguiriam feita por um militante autodidata de formação. Cabe dizer que há uma propensão por parte da universidade em considerar obras feitas fora do círculo acadêmico como obras “militantes” e por isto, não teriam valor acadêmico. É comum, entretanto obras acadêmicas reformularem – sob um discurso douto – o que já foi feito por pesquisadores fora do círculo universitário e se apresentarem como uma novidade. O que garante o valor de uma obra não é o fato desta ser ou não feita por um militante, mas contribuir, por meio de uma narrativa histórica encadeada, com método e rigor histórico para o avanço do estado das pesquisas. Acreditamos que a obra de Mechoso é uma referência fundamental para o estudo da FAU e permanece como um ponto de partida para a compreensão desta organização. Em termos de método possui qualidades invejáveis, para alguém que jamais pisou os pés numa universidade e ao mesmo tempo é fruto do contexto militante dos anos 60 e 70.

Outro trabalho pioneiro foi realizado pelo historiador Ricardo Ramos Rugai, *O anarquismo organizado: as concepções e práticas da Federação Anarquista Uruguiaia (1952-1976)*, concluído em 2003. O trabalho de Rugai teve o papel de desfazer uma série de mitos que envolviam a história da FAU – particularmente dentro da militância anarquista no Brasil – e dimensionar sua relevância no universo de luta social do Uruguai. Em 2003 também temos o lançamento do livro *Ecos Revolucionarios: luchadores sociales, Uruguay, 1969-1973* de Rodrigo Vescosi, menos conhecida no Brasil e que abordou a ação da FAU numa tese doutoral defendida na Espanha, trazendo novos elementos e iniciando uma prospecção sobre o tema.

E em 2014, Daniel Augusto de Almeida defende a rigorosa dissertação de mestrado intitulada *Arriba los que luchan!: sindicalismo revolucionário e luta armada: a trajetória da federação anarquista uruguiaia: 1963-1973* contribuindo expressivamente para o aprofundamento do estudo do anarquismo neste período. Um segundo livro é lançado por Vescosi, intitulado *Anarquismo y acción directa, 1968-1973*, mas que reúne basicamente, o capítulo sobre a FAU e que já se encontrava presente em *Ecos revolucionários*.

Na Argentina temos a edição do livro *Resistência Libertária*, de Verônica Diz e Fernando Trujillo (2007), escrita por um ex-militante da organização e uma historiadora de formação. Uma pesquisa pioneira e solitária, que até hoje, se constitui como o único livro sobre este tema. Obra esta, que circulou por países da América Latina e Brasil, escassamente pelas redes militantes e serviu de parâmetro para que a geração contemporânea constituísse sua visão sobre o tema. Todas as pesquisas citadas demonstram inequivocamente que as experiências uruguaias e argentinas possuem raízes em lutas e tradições anteriores do

anarquismo, mas se revigoraram fundamentalmente com o contexto da cultura política das esquerdas naqueles países.

No caso do Brasil, o primeiro estudo sobre as práticas anarquistas durante a ditadura militar brasileira foi desenvolvido por um militante. Edgar Rodrigues (1993) descreve a atuação de libertários no Brasil nos anos 1960-70, relata a invasão de agentes da repressão ao Centro de Estudos Professor José Oiticica (CEPJO), no Rio de Janeiro, e a consequente prisão de seus integrantes.¹² A dissertação de mestrado de João Henrique C. Oliveira (2007) aprofundou os indícios deixados por Rodrigues a partir do rigor acadêmico e universitário exigido. *Do underground brotam flores do mal: contracultura e anarquismo na imprensa alternativa brasileira (1969-1992)* analisa principalmente o jornal alternativo anarquista dos anos 70 e 80, *O Inimigo do Rei* e pode ser considerada típica deste alargamento temporal e temático que sofreu a historiografia sobre o anarquismo na última década, enfocando outras práticas, que não as estritamente sindicais. O trabalho de Oliveira não é o único sobre o *Inimigo do Rei*, mas achamos que este é representativo de um universo, ainda pequeno. Este atenta para o fato de que as publicações impressas encamparam resistências contra as classes dominantes e por meio de uma forma de expressão *contra-hegemônica* de imprensa, enfrentam o *status-quo* dominante.¹³ O jornal também está inserido num tipo de imprensa muito característica dessa época e que se configurava como “uma possibilidade de uma atuação política legal”, num momento em que a “opção de luta armada de uma parte da esquerda brasileira era derrotada”.¹⁴ O trabalho de João Henrique é um trabalho pioneiro e que abriu novas possibilidades de pesquisa sobre este período e tema. Neste trabalho, no entanto, iremos nos concentrar nas práticas anarquistas junto ao movimento estudantil desse período. Julgamos que ainda há o que ser dito, e debatido.

Em relação à historiografia sobre as ditaduras militares, cabe dizer que seus primeiros debates ocorreram no final dos anos 70, discutindo principalmente o caráter das referidas ditaduras. Segundo Fico “até os anos 80 os debates teóricos sobre os regimes militares latino-americanos, inclusive o brasileiro diziam respeito a modelos gerais de interpretação e se davam na Ciência Política”.¹⁵

Ressaltou-se nesta chave-explicativa o modelo inaugurado por Juan Linz e Stanley Payne, assim como a proposição do modelo burocrático-autoritário de Guillermo O’Donnell.¹⁶ Esse modelo mostrou-se mais aberto às especificidades das ditaduras latino-americanas e contrapôs-se ao esquematismo do uso da categoria fascismo. Os processos de abertura política possibilitaram a difusão de subtemas dentro das pesquisas sobre esse período, como a questão dos direitos humanos. Nos anos 90, a disponibilização de novos arquivos foi acompanhada de um posicionamento mais crítico em relação à responsabilização jurídica dos crimes de Terrorismo de Estado.

As discussões em torno da ditadura militar sofreram um avanço considerável a partir dos anos 90, mas permanecem alguns impasses. Debates acalorados sobre o caráter do golpe e do regime (se militar ou civil-militar), as variadas memórias sobre o período, as formas de

¹² Para uma análise dos mecanismos da espionagem e da polícia política no Brasil, cf. Fico, 2001.

¹³ Segundo Raymond Williams (2011, p. 51), uma possibilidade de corrigir as análises culturais e históricas marxistas que trabalham com uma relação mecanicista ou demasiadamente rígida segundo o corolário da “infraestrutura e superestrutura” é o conceito gramsciano de hegemonia. Conforme sustenta esse autor, é possível utilizar o conceito de totalidade “apenas quando a combinamos com o conceito marxista crucial de ‘hegemonia’.” O linguista Norman Fairlough (2001, p. 123) aponta que a “a prática discursiva, a produção, a distribuição e o consumo (como também a interpretação) de textos, são uma faceta da luta hegemônica.”

¹⁴ ARAÚJO, 1999, p. 3.

¹⁵ FICO, 2017, p. 7.

¹⁶ PADRÓZ, 2005, p. 18.

resistência e a atuação das direitas ainda percorre a paisagem temática sobre os estudos sobre a ditadura.

As variadas formas de resistência durante a ditadura militar também foram objetos de inúmeras pesquisas no Brasil – apesar deste termo (*resistencia*) ter sofrido um desgaste na historiografia nas últimas décadas –, como as de Jacob Gorender, Heloísa Buarque de Hollanda, Daniel Aarão Reis Filho, Maria Paula Nascimento Araújo, entre outras; entretanto, em nenhum desses trabalhos a participação dos anarquistas é mencionada, seja pelo estado da pesquisa naquele momento, seja pelo próprio fato dessas experiências serem desconhecidas. Já os estudos sobre a luta armada se desenvolveram entre os anos 1980 e meados dos anos 1990.¹⁷ Segundo o pesquisador Eduardo Rey Tristán e a pesquisadora Oikión Solano a “produção sobre as organizações político-militares (OPM) latino-americanas é abundante”. Os pesquisadores identificaram mais de três mil títulos sobre o tema, registrados no livro *El estudio de las luchas revolucionarias en America Latina (1959-1996), Repertorio Bibliográfico*.¹⁸ Identificam esta produção como pouco compacta, fragmentada, transitória e inacabada e com uma forte dimensão nacional.¹⁹ O perfil dessas produções está claramente vinculado “a dimensão nacional, sendo escassos tanto os estudos comparados entre OPM como aqueles que apontam para o global e o regional do processo latino americano”.²⁰ O estudo da luta armada sofre do mesmo problema do estudo do anarquismo neste sentido.

No Brasil a temática da luta armada foi assumida por cientistas sociais, jornalistas e pelos próprios militantes que dela participaram; estes últimos, principalmente em livros de memória. Nos anos 80, foi comum uma fase de produção que recuperava testemunhos e memória. O trabalho sociológico de um ex-militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) Jacob Gorender (1998), publicado originalmente em 1987, distingue-se como um trabalho de grande valor analítico. Outro livro importante nesta temática foi o de Daniel Aarão Reis Filho (1990), que atuou no Movimento Revolucionário oito de Outubro (MR-8) e participou do movimento de oposição à ditadura militar. Sendo a primeira pesquisa acadêmica de vulto no Brasil a se dedicar ao estudo da luta armada contra a ditadura militar, o autor defende que o afastamento dos grupos da esquerda revolucionária em relação à sociedade advinha da própria característica de funcionamento de vanguarda de tais agrupamentos, o que acreditamos não ser regra, e possa se referir apenas a estratégia foquista. A produção de Reis Filho (1990) certamente está vinculada a um panorama geral de pesquisas sobre as organizações político-militares realizada na década de 90 que tem como característica, o fato de serem produzidas essencialmente por historiadores e sociólogos.

Dos três países em questão, a Argentina é o que conta com o maior e mais variado número de pesquisas relacionadas à luta armada.²¹ Segundo Jean Sales, um incremento fundamental nos estudos sobre a luta armada na Argentina, mas também em outros países, se deu a partir dos anos 2000, com as reflexões teóricas da “história do tempo presente” e o chamado “retorno” da história política, que respaldaram os estudos do passado recente. Assim como Sales, Tristán e Solano também indicam como ponto de inflexão os anos 2000 que resultou num incremento na produção historiográfica. Estes últimos indicam o pico de produção sobre o tema entre 2005 e 2009.

¹⁷ Na Argentina, por exemplo, “a inaudita repressão que se abateu sobre as esquerdas a partir de 1976, não tornava propício este debate”. Tarcus apud ARAÚJO, 2010.

¹⁸ TRISTÁN; SOLANO, 2016, p. 15, tradução nossa.

¹⁹ Idem.

²⁰ Ibid, p. 16, tradução nossa.

²¹ Em termos comparativos, as organizações armadas na Argentina foram muito mais numerosas que no Brasil. Cf. Araújo, 2010.

Nesse contexto, temos trabalhos relevantes que apoiaram decisivamente o aprofundamento do tema. A obra de Richard Gillespie, intitulada *Soldados de Perón: história crítica de los Montoneros*, publicado pela primeira vez em 2008 analisa profundamente a constituição do maior organização da luta armada argentina, de corte *peronista*.²² A obra *Por las sendas argentinas: el PRT-ERP, La guerrilla marxista* de Pablo Pozzi analisa o fenômeno da luta armada operada pelo agrupamento guevarista Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) e seu braço armado, o Exército Revolucionário do Povo (ERP).

No caso argentino, Gabriel Rot definiu basicamente três tendências argumentativas no estudo das experiências armadas. Uma tendência *organizacional*, que enfatiza o sujeito organizacional propriamente dito e que revela por seus documentos, a vida interna da organização. Rot acredita que um dos limites dessa perspectiva é o abandono de toda tentativa de complexificação e nas relações entre as organizações político-militares e os movimentos de sociais de seu entorno.²³ Segundo este autor, estas pesquisas tem dificuldade em dimensionar corretamente a quantidade dos militantes e seu grau de inserção nos movimentos, assim como confrontar o discurso documental com a prática concreta das OPM's. Uma segunda tendência, chamada pelo pesquisador de *culturalista*, que destaca como análise de uma organização, sua cultura política e construções identitárias, seus “discursos, rituais, práticas, imaginários e representações simbólicas”. Esse tipo de tendência apesar de ser uma reação para superar o determinismo socioeconômico de parte da história marxista, acaba por incorrer, segundo Rot, num determinismo de outro tipo, onde não se relaciona essa cultura política com o contexto concreto e tampouco, se reflete sobre a distância existente entre essas representações e sua prática concreta. Reduzindo em linhas gerais a crítica – com a qual temos acordo – de Gabriel Rot, este enfatiza que a perspectiva culturalista supervalorizou a dimensão imaginária e cultural. Para ele, “a presença de imaginários e subjetividades aglutinadoras constituíram um elemento” que teve sua importância, mas de fato, foi um elemento complementar.²⁴

E por fim, a tendência que o pesquisador qualificou de *sociologia do conflito social*, que seria a tese de que os processos de luta armada significariam um avanço de consciência de classe e que a luta armada expressaria esse avanço dentro de um período de *guerra revolucionária*. Apesar de acharmos que a relação automática entre acionar armado e consciência de classe pode gerar simplismos, acreditamos que o conflito social pode ser um eixo explicativo, desde que se articule com outras perspectivas críticas.

Outra contribuição a essas pesquisas deu-se a partir da adoção de uma perspectiva comparativa sobre esse fenômeno, não apenas de realidades sócio-políticas distintas, mas de organizações diferentes e inseridas num mesmo contexto social.²⁵

Citamos como resultado desse processo o trabalho *A la vuelta de la esquina. La izquierda revolucionaria uruguaya*, de Eduardo Rey Tristán (2006), que tem como diferencial a análise do conjunto de grupos que formavam o que ele denomina “esquerda revolucionária uruguaia”, e não apenas o MLN-T (Tupamaros), como a maior parte dos livros publicados no país. Julgamos que o trabalho de Tristán tem outra importante questão que trazemos como um problema: a contribuição dos anarquistas uruguaiois (FAU) na concepção de luta armada uruguaia. Tristán traça o histórico de formação da OPR-33 antes do golpe militar e aponta também a quebra da FAU a partir da fundação do *Partido por la Victoria del Pueblo* (PVP), que contou com a atuação ativa de importantes quadros anarquistas e dissidentes da FAU. O núcleo majoritário da FAU reconstituirá a organização em 1985.

²² GILLESPIE, 2011,

²³ ROT, 2016, p. 36.

²⁴ ROT, 2016, p. 46

²⁵ Cf. NERCESIAN, 2008.

Segundo a pesquisadora Inés Nercesian a bibliografia sobre luta armada no Uruguai pode ser dividida em três grupos²⁶: o primeiro que se localiza na década de 70, um segundo no contexto das transições democráticas e o terceiro correspondente aos últimos anos. O primeiro conjunto de trabalhos caracterizou a luta armada no Uruguai como uma forma de resistência diante a violência do capitalismo. O segundo conjunto – ainda segundo a autora – preocupou-se em fundamentar a adoção da perspectiva armada e distinguiu-se da produção historiográfica brasileira, pelo fato de buscar as causas da derrota da opção armada. O terceiro conjunto de trabalhos sustentava a tese da iminência do golpe de Estado e da necessidade de organização diante a resistência. O último grupo de trabalhos ofereceu segundo a autora posições diferentes das que vinham sendo trabalhadas.

Os trabalhos buscavam demonstrar que a opção da luta armada não foi resultante de uma violência defensiva mas sim que formavam parte da essência da organização guerrilheira e seu modo de agir.²⁷ Tal explicação, para nós não parece satisfatória e incorre numa tautologia, onde as práticas explicam a cultura política e a cultura política explica a prática, uma explicação circular, com pouca capacidade de elucidação da realidade.

Nercesian afirma que um dos primeiros trabalhos sobre luta armada no Uruguai foi produzido em 1969 por Antonio Mercader e Jorge de Vera com o título *Tupamaros: estrategia y acción*, tendo sua edição se esgotado em pouco tempo nas livrarias uruguaias. O livro publica uma larga entrevista dos Tupamaros e explica a adoção da luta armada por este grupo como resultado da crise econômica e política uruguiaia (2008, pp. 10-11). Na mesma linha deste, está o trabalho testemunhal de Maria Esther Gilio (1970) *La guerilla Tupamara* e o trabalho de Alain Labrousse, *Los Tupamaros. Guerrilla urbana en el Uruguay*, (1971). Outros trabalhos se inserem, segundo Nercesian²⁸ na conjuntura da transição democrática onde o argumento central para compreender a ação armada é a iminência do golpe do Estado. Os três tomos de Eleuterio Fernández Huidobro, cuja primeira edição foi entre os anos de 1986 e 1987. Huidobro também explicará a formação dos Tupamaros a partir de diferentes elementos internacionais e nacionais, enfatizando o autoritarismo estatal crescente, em específico “já em 1966 com a reforma constitucional”.²⁹ Huidobro e Rosencof também produziram um trabalho testemunhal em 1987 intitulado *Memorias del calabozo*, onde relatam suas experiências vividas na prisão. Nercesian sublinha que a produção de textos sobre a esquerda foi desigual e que o “MNL-T tem reunido a maior parte da atenção dos pesquisadores sendo muito poucos trabalhos dedicados ao estudo de outras organizações ou partidos de esquerda”.³⁰ Essa desigualdade provocou certo “esquecimento” histórico da participação da FAU neste universo.

Aparecem também inúmeros trabalhos biográficos, como o livro *Mujica* de Miguel Ángel Campodónico, de 1999 e o livro de Rolando W. Sasso, falando sobre a tomada da cidade de Pando. O livro da historiadora Clara Aldrighi, *La izquierda Armada*, publicado pela primeira vez em 2001 reconstrói a conjuntura da crise da década de 60 no Uruguai e o processo de formação dos Tupamaros. Aldrighi ampara a tese de que a opção armada foi uma resposta ao bloqueio da democracia liberal.

Outro livro e que significou um corte com os argumentos anteriores foi o trabalho de Alfonso Lessa, *La Revolución Imposible: Los Tupamaros y el fracaso de la vía armada en Uruguay del siglo XX*, editado em 2003. Apesar de considerar como importantes para surgimento dos Tupamaros, elementos endógenos e exógenos, Lessa enfatiza como hipótese central a questão da exclusão política como motivadora do surgimento das lutas armadas. Mas

²⁶ NERCESIAN, 2008, p. 8.

²⁷ Idem.

²⁸ Ibid, p. 11.

²⁹ Idem.

³⁰ NERCESIAN, 2008, p. 14.

considera que a revolução no Uruguai era impossível porque o país não atravessava uma ditadura nem tampouco uma situação socioeconômica muito degradada. O trabalho de Herbert Gatto, *El cielo por asalto*, de 2004, que defende a tese de que o uso da violência não se explicaria pela ação defensiva, mas sim como um modo próprio de conceber a política.³¹ Em 2006 surge o trabalho de Eduardo Rey Tristán, *A la vuelta de la esquina* (2006), que analisa todo o conteúdo da esquerda revolucionária considerando a importância deste conjunto de organizações na disputa política da época. O trabalho de Eduardo Rey Tristán enfatiza organizações que foram muitas vezes invisibilizadas pelo protagonismo do MLN-T.

Ressalte-se que nesses três países, as grandes cidades (Buenos Aires, La Plata, Córdoba, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Montevideo etc.) concentravam em sua maioria, as organizações mais importantes da esquerda armada desses países. Isso se explica pela própria constituição histórica desses países, onde a “concentração do poder em determinadas regiões e cidades” acabou por definir sua importância “ou pela concentração de setores sociais dominantes no eixo a partir do qual se tomaram as decisões políticas”.³² Neste sentido, a maior parte da ação armada se desenrola nos grandes centros urbanos e está associada à mobilização social e política nesses locais. O pesquisador Eduardo Rey Tristán afirma – baseado em inúmeras fontes de pesquisa – que entre 1963 e 1972 se produziram no Uruguai uma ação por cada 2.377 habitantes, enquanto que na Argentina, durante o período de 1969 a 1979 a proporção foi mais do que o dobro, chegando a uma ação por cada 1030 habitantes. No Brasil infelizmente não há dados sobre a quantidade de ações armadas, mas que provavelmente foram menores que os dois países.³³

O ciclo da luta armada no continente pode ser dividido em nossa percepção em dois momentos. O primeiro iniciado pela Revolução Cubana, na década de 1960, que tem como eixos, a Venezuela, o Peru e Guatemala (ciclo que termina com a morte de Guevara em 1967) e o segundo, localizado na Guatemala, Nicarágua e El Salvador, que desemboca na Revolução Sandinista na Nicarágua e passa pelos movimentos de luta armada urbanos no Brasil, Argentina e Brasil.³⁴

- Teoria e Metodologia

Nosso projeto de elucidação das formas passadas
da existência da humanidade
só adquire seu sentido pleno como momento
do projeto de elucidação de nossa existência,
por sua vez inseparável do nosso *fazer* atual.
Estamos já inexoravelmente engajados
numa transformação desta existência
quanto à qual a única escolha que temos
é entre sofrer e fazer, entre confusão e lucidez.
Cornelius Castoriadis³⁵

Iniciar um trabalho falando sobre as escolhas teóricas do autor sempre é um desafio. Para nós, tal fato se complexifica, por não nos filiaros claramente a nenhuma escola teórica bem consolidada ou determinada, o que não significa uma posição “isenta” sobre determinadas questões ideológicas, científicas e filosóficas, estas últimas sempre atuando

³¹ Ibid, p. 15.

³² HEREDIA, 2001, p. 332.

³³ TRISTÁN, 2006, p. 321.

³⁴ SADER, s/d.

³⁵ CASTORIADIS, 1986, p. 197.

pelas costas dos historiadores, quer eles queiram, quer não e conosco isto não seria diferente. Concordamos com Ciro Flamarion Cardoso ao afirmar que é possível apresentar “o estado atual da disciplina histórica [...] a partir da oposição entre dois paradigmas polares, chamando-os de “iluminista” e “pós-moderno””.³⁶

De maneira mais ampla, nosso trabalho se insere na intenção de uma História Científica, ou seja: “trata-se de um pensamento, que mediante suas regras metódicas, cuida de que as pretensões de validade das sentenças que enuncia sejam bem sustentadas argumentativamente.”³⁷ Ciência aqui é compreendida não como um estatuto ontológico de verdade definido *a priori* ou um estatuto ontológico de verdade, mas “no sentido mais amplo do termo, como a suma das operações intelectuais reguladas metodicamente, mediante as quais se pode obter conhecimento com pretensões seguras de validade”.

As considerações de Rösen, em nossa concepção, não contradizem o que, nas palavras de E.P. Thompson, constitui uma narrativa fundamentada numa determinada *lógica histórica*.³⁸

Por “lógica histórica” entendo um método lógico de investigação adequado aos materiais históricos, concebido em maior grau possível, para contrastar hipóteses relativas a estruturas, causas, etc., e para eliminar procedimentos autoconfirmatórios.³⁹

Descartamos aqui as concepções pós-modernas que entendem a história como um mero artefato literário, um discurso vazio, – que supostamente equivaleria a qualquer outro discurso – posição esta que se ancora num fundo filosófico irracionalista. Cornelius Castoriadis afirmava que a proposição heideggeriana sobre o “fim da filosofia” significava o “fim da liberdade ou de autonomia”.⁴⁰ Parafrazeando este autor, o “fim da História” enquanto disciplina ou horizonte, na prática, constitui-se como o abandono do projeto de autonomia

³⁶ CARDOSO In. CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 21. Aliás, tal oposição foi brilhantemente descrita no interior do próprio anarquismo pelo anarquista norte-americano Murray Bookchin, que empreendeu um debate as derivas irracionalistas na ideologia libertária. Esses dois paradigmas Cf. BOOKCHIN, *Ibid*.

³⁷ RÜSEN, 2001, p. 97.

³⁸ Ao tratar a história como “científica” não pretendemos estabelecer um modelo, uma medida, um paradigma de conhecimento universal válido independentemente do contexto em que é obtido, e tampouco monopolizar a verdade no sentido de uma validade estritamente universal no campo do conhecimento científico que se estenderia normativamente a todas outras ciências. A diferença entre a história científica e a não-científica não decorreriam de critérios de verdade diversos, mas do modo e da forma com os quais a história formula suas fundamentações. Histórias narradas com especificidade científica são histórias cuja validade está garantida mediante uma fundamentação particularmente bem feita. (RÜSEN, 2001, p. 97) Uma fundamentação bem feita é construída a partir do que E.P. Thompson (2002, p. 510) chama de lógica histórica, uma lógica que “tampouco pode se sujeitar aos mesmos critérios da lógica analítica, que é o discurso da demonstração própria do filósofo. As razões disto residem não na falta de lógica dos historiadores, mas sim na sua necessidade de uma lógica de *tipo* distinto.”

³⁹ THOMPSON, 2002, p. 511. Thompson sistematiza cinco pontos desta lógica histórica e que utilizaremos em nosso projeto. Em resumo: 1) Os dados empíricos têm uma existência real, mas são cognoscíveis por vias que são e devem ser incumbência de procedimentos históricos vigilantes; 2) O conhecimento histórico é provisório e incompleto, ainda que não por isto seja falso e seja também limitado e definido pelas perguntas formuladas aos dados empíricos; 3) Os dados empíricos históricos têm determinadas propriedades, ainda que se possa fazer um sem número de perguntas, só algumas serão apropriadas; 4) O instrumento interrogativo e a resposta são mutuamente determinantes e sua relação deve ser entendida não como *determinação*, mas como um *diálogo*; 5) Os dados empíricos são necessariamente incompletos e imperfeitos, podendo-se tomar uma decisão para selecionar a partir desses dados e escrever uma história de aspectos distintos desse conjuntura, mas o objeto real se mantém *unitário*. Os processos acabados de mudança histórica, com suas intrincadas relações causais, ocorreram de verdade e a historiografia pode falseá-las ou compreendê-las, mas não pode modificar o estatuto ontológico do passado.

⁴⁰ CASTORIADIS, 2007, p. 327

para o futuro. Ou a simples resignação impotente ao paradoxo de que “todas as explicações se equivalem”, o que na prática é assumir o cinismo que nada ou nenhum discurso tem importância. Afinal, se todas as teorias são iguais, para que servem as teorias?

Pensar, afirma Castoriadis é “não somente se levar pelo fluxo representativo, é um misto onde a parte da atividade deliberada é totalmente essencial”. Somente um ser histórico (e todos nós o somos) pode fazer história – seja narrando-a ou produzindo novos dilemas no tempo e espaço – e assumi-la como um projeto sempre inacabado, provisório, instável, mas jamais aleatório. Ainda nos ancorando nos pressupostos castoriadianos, não cremos ser possível reduzir todo o real a uma ordem racional pré-constituída. A ciência, dizia Bakunin, “só trabalha com sombras... A realidade escapa-lhe, e só se mostra à vida”.⁴¹ Se a teoria é sempre uma tentativa “incerta de realizar o projeto de uma elucidação do mundo”⁴² isso não significa abandoná-la. Toda teoria é provisória, mas “que não haja um saber rigoroso sobre a sociedade não quer dizer que não haja nenhum saber sobre a sociedade, que se possa dizer qualquer coisa, que tudo valha”.⁴³

O pensamento não é uma “liberdade pura, um raio que atravessa o vazio, uma luz que se propaga no éter”. A cada vez “tem que se apoiar em alguma coisa, tem que orientar-se tanto pelo que não é ela própria, quanto pelos ‘resultados’ precedentes”.⁴⁴ Insistimos neste debate filosófico, sob risco de aborrecer os leitores, na intenção de resgatar uma determinada concepção de teoria, vinculada ao socialismo e filha da tradição filosófica e da herança racionalista do iluminismo, que sem ignorar (ou deixar de fazer crítica) as derivas mecanicistas⁴⁵, jamais se contentou em substituir a razão pelo *sofismo* como programa teórico. Ciro Flamarion Cardoso ressaltara que um primeiro grupo de críticas ao paradigma “iluminista” tem em seu conjunto “um caráter amplo – filosófico e epistemológico” que pode ser sintetizado entre um âmbito do racionalismo moderno, “em favor de outros que são semi-racionalistas (Karl Popper, Noam Chomsky) ou irracionalistas (Friedrich Nietzsche, Martin Heidegger e, no campo da filosofia da ciência., P. Feyerabend e Thomas Kuhn)”⁴⁶ Ressaltamos, que essa postura semi-racionalista, nos parece mais adequada a análise da realidade, não incorrendo nem nas derivas irracionais pós-modernas, tampouco, incorrendo na ilusão hegeliana de reduzir o real totalmente ao racional.

Ao juntar no mesmo parágrafo as palavras teoria e socialismo, sabemos exatamente os riscos envolvidos de induzir os leitores a pensar que toda a análise aqui realizada esteja “contaminada” de ideologia política. Longe de achar que os pesquisadores são neutros (não o são) politicamente e guardam suas ideologias políticas quando vão escrever, pensamos que a relação entre os valores do historiador, sua subjetividade e seus métodos não são inconciliáveis.

Nosso trabalho se insere na fronteira do campo da História Social e da História Política, fronteira que julgamos estar cada vez mais em comunicação, frente aos constantes diálogos historiográficos entre ambos os campos. O político como o entendemos aqui, não é um elemento estanque da realidade e nem tampouco um elemento da realidade totalmente fechado e autossuficiente para a análise histórica, mas “o lugar em que se entrelaçam os múltiplos fios da vida dos homens e mulheres; aquilo que confere um quadro geral a seus discursos e ações”; “a história do político se nutre dos aportes oriundos de diferentes ciências sociais, procurando unificar seus procedimentos.”⁴⁷ Uma história conceitual do político busca

⁴¹ BAKUNIN, 1975, p. 42.

⁴² CASTORIADIS, 1986, p. 93.

⁴³ CASTORIADIS apud VOLKER, 1981, p. 97.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ BOOKCHIN, 2010, p. 132.

⁴⁶ CARDOSO, Ibid, p. 32.

⁴⁷ ROSANVALLON, 2010, pp. 71-72; 79.

inserir seu objeto nessa rede de relações, um campo, diria Pierre Bourdieu⁴⁸, em que a originalidade da análise “reside antes no seu *método* que em sua matéria.” É um método “interativo, pois consiste em analisar a forma como uma cultura política, as instituições e os fatos interagem uns nos outros”.⁴⁹

Adotando essa perspectiva, acreditamos ser impossível compreender as organizações e o anarquismo no período citado sem relacioná-los de modo mais ampliado ao conjunto da esquerda revolucionária latino-americana, à sua cultura política e aos seus dilemas⁵⁰, assim como às questões do universo dos trabalhadores e à *experiência* de suas entidades nesse período.⁵¹ A cultura política pode ser compreendida como “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou tradição políticas”.⁵² Ela se constitui como um

sistema de referências em que se reconhecem todos os membros de uma mesma família política, lembranças históricas comuns, heróis consagrados, documentos fundamentais (que nem sempre foram lidos), símbolos, bandeiras, festas, vocabulário de palavras codificadas etc.⁵³

Esse sistema não é estanque, estático, pois se alimenta constantemente⁵⁴ com novos ou velhos documentos, vocabulários de palavras e perspectivas políticas selecionadas em diálogo com as demais tradições da esquerda⁵⁵ e a conjuntura latino-americana. O conceito de cultura política começa a ser utilizado mais sistematicamente na década de 60 e surge intimamente ligado à ideia de nação.⁵⁶ Costumeiramente, o uso do conceito é usado de maneira muito restrita e muito ligado às instituições do Estado e dentro dos limites da democracia liberal representativa, sentido que não será usado no presente trabalho.⁵⁷

Seria mais adequado então, falarmos da coexistência de *culturas políticas*.⁵⁸ Os folhetos, os livros, as declarações públicas, as atas dos encontros, os jornais são, todos eles, elementos importantes para que o historiador compreenda as estratégias e a cultura política anarquista do período. Mas se “entre um programa político e as circunstâncias que o originaram há sempre uma distância considerável, porque passamos então do domínio do concreto para o do discurso”, precisamos atentar de maneira mais ampliada para as práticas sociais de resistência desenvolvidas pelos anarquistas no período, pois “uma das tarefas do historiador que trabalha com as forças políticas é tentar perceber essa distância, fundamental para a compreensão dos fenômenos históricos, entre a realidade e o discurso”.⁵⁹

⁴⁸ Para Bourdieu (2002, p. 178), é impossível compreender um objeto sem analisar o seu conjunto de relações. “Os partidos, como as tendências no seio dos partidos, só têm existência relacional e seria vão tentar definir o que eles são e o que eles professam independentemente daquilo que são e professam os seus concorrentes no seio do mesmo campo.” Perspectiva semelhante é a do linguista Norman Fairclough (2008, p. 81), que nos serve de aporte teórico para pensar a questão discursiva. Fairclough realça que “qualquer prática discursiva é definida por suas relações com outras e recorre a outras de forma complexa”.

⁴⁹ ROSANVALLON, 1995, p. 17.

⁵⁰ Dentre elas, a Revolução Cubana e a questão da luta armada. Segundo Sales (2005), nos anos 60 e 70 se multiplicaram grupos que comungavam as estratégias e táticas da Revolução Cubana.

⁵¹ Cf. THOMPSON, 1997.

⁵² Sirinelli apud Berstein: In: RIOUX, 1998, p. 350.

⁵³ Berstein In: RÉMOND, 2012, pp. 88-89.

⁵⁴ Um exemplo deste diálogo é o uso e a reelaboração do conceito maoista de guerra popular pela Federação Anarquista Uruguia e do uso da imprensa alternativa pelos anarquistas no Brasil.

⁵⁵ Reforçamos a importância de se trabalhar com o que Pierre Bourdieu chama de perspectiva relacional.

⁵⁶ BARBOSA, p. 315.

⁵⁷ ALMEIDA, 2011, p.15

⁵⁸ Pois “no interior de uma nação existe uma pluralidade de culturas políticas, mas com zonas de abrangência que correspondem à área dos valores partilhados.” (Berstein In. Rioux & Sirinelli, 1998, p. 354)

⁵⁹ BERSTEIN In: RÉMOND, 2012, p. 61.

Nesse sentido, podemos construir uma ponte entre a História Política e a História Social⁶⁰, trazendo desta última a contribuição dos historiadores marxistas britânicos, tais como E.P. Thompson, Eric Hobsbawm e Raymond Williams que, dentro de uma tradição de pesquisa, viram no conflito e na luta de classes⁶¹ uma chave-explicativa para compreensão da realidade. Essa chave é, sem dúvida alguma, aplicável ao período das ditaduras militares na América Latina, que “passou por uma intensa radicalização do processo de luta de classes”.⁶² Uma de suas expressões está traduzida no papel das esquerdas enquanto oposição aos regimes autoritários e a dimensão de suas práticas de resistência.⁶³

Segundo o historiador Marcelo Ridenti “o termo resistência tem sido usado tanto nas ciências sociais como na luta política com um sentido inspirado na experiência histórica europeia na Segunda Guerra Mundial”, englobando todos os movimentos de oposição à ocupação nazifascista.⁶⁴ Como bem apontado por Yamashita (2013), que também concorda que o conceito de resistência nasce na experiência francesa da ocupação nazista, não houve consenso em relação à sua definição.⁶⁵ O termo como qualquer conceito é cambiante e não pretendemos debater todas as múltiplas acepções sobre este na historiografia. O historiador Felipe Paiva, analisando o uso do conceito de resistência nos tomos da História Geral da África já tinha alertado para sua polifonia de sentidos e a dificuldade em adotar balizas mais estáveis de análise.⁶⁶

Contentamos-nos em abordar a partir de algumas definições. Jacques Sémelin (1994) define que resistir é um ato necessariamente coletivo, o que distinguiria a resistência da dissidência ou da desobediência civil, que são ações individuais. Para Fábio López, autor que procurou a partir do estudo do anarquismo, estabelecer uma análise mais precisa do conceito de poder e dominação, os resistentes seriam aqueles que não trabalham para os interesses do poder.⁶⁷

Neste ponto tal conceito distingue-se da concepção de James Scott, que procura em seu título sobre o tema analisar formas de insubordinação que ocorrem na *infrapolítica* e uma “grande variedade de formas de resistência muito discretas que recorrem a formas indiretas de expressão”.⁶⁸ Scott também aponta que algumas dessas formas de resistência podem abastecer ou antecipar uma contestação pública.

Para Sémelin a luta *voluntária* é a condição fundamental para que haja resistência. Para Sémelin se a resistência não puder ser ação individual – porque diluiria demais o

⁶⁰ Este diálogo vem sendo debatido mais recentemente no campo da historiografia. De maneira geral, podemos afirmar que uma contribuição fundamental a ele vem da própria História Social e dos historiadores marxistas britânicos que, criticando uma visão mecanicista (vulgar) do marxismo, ajudaram a relativizar a tese que identifica na política ou na cultura esferas secundárias e estritamente determinadas pela esfera econômica. Sobre essa crítica, cf. WILLIAMS, 2011.

⁶¹ Fugindo de perspectivas reducionistas e economicistas, esses autores contribuíram de modo fundamental para a análise das organizações e entidades dos trabalhadores. Apesar disso, lembramos que “a classe afinal de contas, não exaure o espaço explicativo total das ações sociais.” (SCOTT, 2011, p. 235)

⁶² PADRÓS, 2005, p. 21.

⁶³ Segundi Ridenti “Ele tende mais um sentido defensivo que ofensivo, menos à ação que à reação: a ideia de oposição predomina sobre a de revolução.” Ridenti conclui que seria equivocado afirmar que muitas organizações de esquerda durante a ditadura “não reivindicassem com todas as letras já na época o qualificativo de ‘resistência’. Ainda que isso não implicasse para elas uma postura defensiva, mas fosse parte de um longo e tortuoso trajeto que levaria, no limite ao socialismo.” Desse modo, é possível afirmar que “independentemente da vontade revolucionária das esquerdas armadas [...] fizeram parte do arco amplo e heterogêneo de oposição à ditadura.”

⁶⁴ RIDENTI, 2004, pp. 140-141.

⁶⁵ YAMASHITA, 2013, p. 11.

⁶⁶ PAIVA, 2014.

⁶⁷ LÓPEZ, 2001, p. 67.

⁶⁸ SCOTT, p. 44.

fenômeno – , pensá-la como necessariamente coletiva o restringe demais a uma ideia de movimento organizado, deixando de fora certas atitudes indispensáveis mesmo a essa organização.⁶⁹ Há portanto, na definição de Sémelin certa flexibilidade analítica no conceito, pensando a resistência como algo que envolve necessariamente a mobilização coletiva mas não ignora pequenas formas de insubordinação. Creemos que o conceito de Sémelin articula adequadamente essas duas formas, sem engessar o conceito.

Sémelin define resistência como um movimento que existe para recuperar o que o agressor mudou e está ligado à noção de rompimento, já que o ato promove radicalização contra o ocupante. Ao romperem com a democracia e promoverem a ação repressiva contra sindicatos, movimentos populares e estudantis os regimes militares ou os governos autoritários que o precederam foram caracterizados pela esquerda como uma força hostil, que sob a lógica da gramática guerrilheira era entendida como um inimigo a ser vencido.

A tríade que sustenta o conceito de resistência de Sémelin – em nossa perspectiva – pode ser aplicada no presente trabalho. Vontade de prejudicar um inimigo identificado, consciência de resistir, engajamento na ação a partir de práticas de transgressão.⁷⁰

Cabe também dizer, que o estudo das práticas de resistências de setores organizados da classe trabalhadora não procura criar mitologias políticas que substituam a classe pelo seu setor visivelmente organizado, mas demonstram a relação – por vezes contraditória – entre os dois polos. Como bem apontado por Omar Acha a ausência da luta também é um problema de investigação⁷¹ e no caso dos estudos sobre as ditaduras militares, ainda são tímidas as pesquisas que buscam compreender a maioria silenciosa dos regimes, que ajudaram a galvanizar seu consenso. Estas maiorias no caso citado, eram levadas em consideração nas avaliações internas das organizações sobre a efetividade de suas ações. Se tal setor passivo jamais pode ser descartado na percepção desses períodos históricos há de se ter cuidado em tomar as manifestações de resistência como fruto de uma minoria isolada – estereótipo frequente em determinadas obras sobre a ditadura militar – e compreender que a resistência envolvia práticas de infrapolítica, como tentaremos mostrar em alguns capítulos que articulavam dimensões da vida privada, com grandes ações coletivas. Outro simplismo – muito vivo especialmente no campo da memória conservadora – é o de considerar os regimes autoritários como fruto do *desejo* da sociedade. Obviamente há um longo acúmulo de diferentes trabalhos, evidenciando o apoio de diferentes *setores* da sociedade aos regimes militares. Tal apoio, longe de ser escamoteado, deve ser compreendido como parte da construção do *consenso* dos regimes, consenso que não é fruto apenas dos aparatos estatais, mas também da agência de setores sociais irmanados com as propostas autoritárias. Contudo, como bem apontado pelo historiador Demian Melo é preciso ter cuidado em transformar a sociedade num ente abstrato e reificado, capaz de “assumir responsabilidades”, “esquecer” ou “colocar-se frente ao espelho”. No caso brasileiro, o apoio *civil* aos regimes militares, na acepção (original) de René Armand Dreyfus se relacionava a participação “de fortes interesses classistas tanto na articulação golpista quanto no caráter do regime ditatorial”.⁷² Como demonstrou Melo, tal afirmação é muito distinta da noção de “cumplicidade” da sociedade com a ditadura .

Gostaríamos de apresentar uma crítica ao crescente eclipsamento do conceito de *resistência*, que em nossa concepção tem relação com duas questões: certo esvaziamento da História Política em detrimento da História Cultural e uma apropriação particular do conceito de *experiência* de E.P. Thompson, cujo uso numa chave específica, ignorou ou colocou em

⁶⁹ YAMASHITA, 2013, pp. 12-13.

⁷⁰ YAMASHITA, 2013, p. 13.

⁷¹ ACHA, 2015, p. 73.

⁷² MELO, 2014, p. 168.

segundo plano as relações de dominação e hegemonia. Por vezes, identificou-se as categorias de dominação, coerção e o consenso como algo próximo a “manipulação” grosseira, onde o Estado supostamente, manipularia agentes sem consciência (ou com falsa consciência). Tal caricatura, esvaziou uma longa tradição de pesquisa, cuja complexidade ao tratar o fenômeno da produção de consenso poderia ser útil aos debates contemporâneos.⁷³

Ainda neste tema, o debate sobre o conceito de *populismo* é fundamental. O processo de incorporação política dos trabalhadores no pós-30 foi interpretado na década de 60 por pesquisadores ligados a área de sociologia e ciência política⁷⁴ com destaque para os cientistas políticos Francisco Weffort e o sociólogo Octavio Ianni.

Numa chave interpretativa que privilegiava as mudanças na estrutura sindical brasileira e a privação da autonomia do movimento operário, esse viés analítico orientou subsequentes pesquisas da década de 70 e 80, reforçando a teoria do populismo. É no final da década de 80 que a historiadora Ângela de Castro Gomes publicará sua tese doutoral *A invenção do trabalhismo* cuja perspectiva central era substituir a categoria *populismo* por *trabalhismo*, procurando sublinhar na relação entre trabalhadores e Estado brasileiros uma agência, que justificaria segundo a autora, a ideia de *pacto trabalhista*, onde as duas partes se beneficiariam do modelo corporativista do sindicalismo varguista. Este termo definiria a relação entre o Estado e trabalhadores por outra ótica, destacando também o protagonismo desses últimos nessa relação, rejeitando a noção de classe trabalhadora passiva e sem consciência e que era manipulada por políticos inescrupulosos que a enganavam. O conceito de Ângela de Castro gomes também sofreu certa “radicalização” pelo historiador Jorge Ferreira que acabaria por dar sentido essencialmente positivo à relação – em sua visão, sem nenhum determinante estrutural – entre classe trabalhadora e Estado populista. Obliterando qualquer análise do conflito de classes nas décadas de 40 e 50, Jorge Ferreira chega a promover via o uso do conceito de trabalhismo uma identificação completa entre os interesses do Estado e os da classe trabalhadora.⁷⁵

Concordamos neste ponto com o historiador Marcelo Badaró, cuja posição é que os desenvolvimentos posteriores do conceito de trabalhismo acabariam por substituir um reducionismo por outro. Este alerta que “sai a classe trabalhadora inconsciente e manipulada pelo Estado representado nas lideranças carismáticas”, para em seguida “entrarem em cena trabalhadores conscientes e satisfeitos com a política trabalhista empreendida por políticos efetivamente populares e de esquerda”.⁷⁶ A relação assimétrica entre os trabalhadores e o Estado é ignorada e em seu lugar, surge “uma relação, em que as partes, Estado e classe trabalhadora, identificaram interesses comuns”.⁷⁷ Ou seja, se a primeira posição supostamente apagou a agência humana (dos trabalhadores), a segunda ignorou totalmente as estruturas que as constroem. Tal debate sobre populismo se espalhou de maneira indireta também para as reflexões historiográficas sobre a ditadura militar, afetando a forma com que os historiadores observam as práticas de contestação e apoio a ditadura.

Por fim, é importante elucidar as escolhas metodológicas nas quais nosso trabalho procura fundamentar-se. Inicialmente pensamos nosso objeto dentro dos marcos da *História Global do Trabalho*, entendendo sua definição à partir dos pressupostos de Marcel van der Linden que a compreende “não como uma teoria que todos precisam aderir, mas um campo de atenção”.⁷⁸ Para este, isso não quer dizer que “os historiadores do trabalho devem todos a

⁷³ Como exemplo de um debate sobre alienação extremamente complexo, citaríamos o grego Cornelius Castoriadis e sua noção de imaginário. Cf. CASTORIADIS, 1986.

⁷⁴ DEMIER, p. 127.

⁷⁵ *Ibid*, p. 151.

⁷⁶ *Idem*.

⁷⁷ *Ibid*, 2003, p. 28.

⁷⁸ LINDEN, 2002, p. 3, tradução nossa.

partir de agora preocupar-se com assuntos transcontinentais” mas sim, ter em mente o “desafio que reúna micro e macro-história”.⁷⁹ Tal desafio para nós foi enfrentado, tentando escapar de uma análise hermética, em que o anarquismo fosse estudada à partir de si próprio, ignorando os contextos históricos referidos e que para nós, foram fundamentais para sua renovação interna. Para Linden

O autor de uma monografia de um vilarejo minerador na Bolívia, Polônia ou Bélgica pode fazer uma contribuição inovadora para a história global do trabalho fazendo um ou duas coisas. Ele (a) pode mostrar que o movimento naquela aldeia tem várias ligações com o mundo exterior através de migrantes em seu meio de partes próximas ou distantes, através do fato de que a mina de carvão local é incorporada numa cadeia transnacional de processos econômicos, ou através da integração da religião da maioria dos mineiros e de suas famílias na hierarquia transnacional da igreja católica, para mencionar apenas algumas possibilidades. Ou ele/a pode comparar aspectos do movimento em um vila com movimentos semelhantes em aldeias e em outros lugares, e, assim, determinar o que eles têm em comum e o que é específico para cada movimento individual.⁸⁰

A História Global do Trabalho significa “transnacional e mesmo transcontinental estudo das relações de trabalho e movimentos sociais de trabalhadores no sentido mais amplo da palavra”.⁸¹

Neste sentido, entende os movimentos sociais de trabalhadores consistindo em “organizações formais e atividades informais”. Requer igualmente atenção ao “outro lado” (empregadores, autoridades públicas). O estudo das relações de trabalho também dizem respeito ao trabalhador individual e sua família. Relações de gênero tem um “papel importante na família e nas relações de trabalho”. E por fim, o autor afirma que a História global do trabalho diz respeito a trabalhadores e movimentos sociais de trabalhadores cuja trajetória é ligada ao crescimento do mercado mundial. Linden afirma que usualmente, os historiadores do trabalho desenvolveram a ideia de que “o estado-nação é a unidade lógica de análise. A maioria de nós tem-se especializado num país em particular, como EUA, Argentina, Holanda ou qualquer outro”.⁸² Sob a influência dos estudos de Immanuel Wallerstein, Linden afirma que a noção de *sociedade* passa a ser entendida como uma entidade global que “em razão da migração, fluxo de mercadorias, guerras” põe as pessoas em contato com as outras. Acrescentaríamos a este ponto, que as revoluções e determinados repertórios que elas impulsionam ou põe em foco ajudam a colocar trabalhadores de um país em contato com trabalhadores de outro país, por meios diretos ou indiretos. Isso é ainda mais claro à partir da Revolução Cubana de 1959, que aprofunda a internacionalização do repertório da luta armada e muda totalmente o jogo político e geopolítico na América Latina.

Se determinadas épocas “tendem a suscitar de modo predominante um tipo específico de ação”⁸³, tais ações são escolhidas por sujeitos inseridos em contextos concretos. Linden afirma que com essa sociedade global, os estados-nacionais tem de incorporar os habitantes em seus próprios territórios e sistemas particulares. Sobre a possibilidade de realizar uma comparação entre dois ou mais países, Linden afirma que “o conceito de história global não

⁷⁹ Ibid, p. 3.

⁸⁰ Ibid, p. 4.

⁸¹ Ibid, p.2.

⁸² Idem.

⁸³ KALBERG, 2010, p. 36.

implica que os historiadores do trabalho não possam legitimamente comparar desenvolvimentos nacionais”.⁸⁴

Os historiadores precisam estar conscientes do fato de que a comparação não deve incorrer no erro de desconsiderar as possíveis influências entre esses países e tratá-los como mera unidades independentes. Pierre Bourdieu apontou os limites desse tipo de análise nacional, ao desconstruir a ideia de região. Usando o exemplo da geografia, Bourdieu afirma que o “geógrafo limita-se frequentemente à análise do conteúdo do espaço; ele olha muito pouco para além das fronteiras políticas ou administrativas da região”. O sociólogo francês afirma que por isso, há uma “tendência que ele tem para tratar a economia de uma região como uma entidade em que as relações internas são preponderantes”.⁸⁵

A abordagem da *História Comparada*, portanto, traz a necessidade de conciliar uma reflexão simultaneamente atenta às semelhanças e às diferenças⁸⁶, tanto no que diz respeito às posições políticas dos anarquistas nesses três “mundos”, como de suas práticas sociais, junto a sindicatos, movimentos populares e estudantis.

A vantagem de comparar sociedades contíguas está precisamente em abrir a percepção do historiador para as influências mútuas, o que também o coloca em posição favorável para questionar falsas causas locais e esclarecer, por iluminação recíproca, as verdadeiras causas, inter-relações ou motivações internas de um fenômeno e as causas ou fatores externos.⁸⁷

Comparar sempre foi um problema para a análise historiográfica. Mas a *História Comparada* seria uma “modalidade historiográfica que atua de forma simultânea e integradora sobre campos de observação diferenciados e bem delimitados – campos, a bem dizer, que ela mesma constitui e delinea.”⁸⁸

Nesse sentido, a *História Comparada* surge como uma “modalidade historiográfica fortemente marcada pela complexidade”. Ela é, tanto um ‘modo específico de observar a história’ quanto uma ‘abordagem específica’. A *História Comparada* obriga o historiador “a atravessar duas ou mais realidades socioeconômicas, políticas ou culturais distintas” e cria a necessidade de se atentar para as semelhanças e diferenças, “repensando a metodologias associáveis a essa prática”.⁸⁹ Pensamos, que apesar das diferenças entre a história Argentina e Brasileira, nosso objeto – o anarquismo – pode ser utilizado como medida de comparação. De “modo a que os traços fundamentais de um ponham em relevo os aspectos de outro, dando a perceber as ausências de elementos em um e outro, as variações de intensidade relativas à mutua presença de algum elemento em comum.”⁹⁰

José D’assunção Barros afirma que a comparação permite que

elementos identificados através da comparação vão variando em alguma direção mais específica – de modo que se possa identificar certo padrão de transformações no decurso de algum tempo – e, mais ainda, se temos duas realidades contíguas, como uma influencia a outra, e como as duas a partir da relação recíproca terminam por se transformar mutuamente.⁹¹

⁸⁴ Ibid.

⁸⁵ BOURDIEU, 1989, pp. 108-109.

⁸⁶ BARROS, 2007, p. 4.

⁸⁷ Ibid, p. 12.

⁸⁸ BARROS, 2007, p. 7.

⁸⁹ Ibid, pp. 1-2.

⁹⁰ Ibid, p. 5.

⁹¹ Idem.

No que diz respeito à análise comparativa das práticas de resistência ao regime, isso é ainda mais relevante, pois as “experiências de luta armada vividas no Brasil e na Argentina foram muito diferentes”,⁹² e acrescentaríamos que as posições sobre o uso da violência no anarquismo, sua análise sobre o que se passava no mundo e suas formas de ação política também. O pesquisador Charles Tilly tendo por base a sociologia histórica, contribuiu com as reflexões da História Comparada ao elaborar uma tipologia de perspectivas comparatistas, que as divide em universalizadora, globalizadora, diferenciadora e individualizadora.⁹³ Na presente investigação pretende-se utilizar a primeira e terceira perspectivas. A partir da perspectiva universalizadora buscaremos encontrar as características comuns ao anarquismo nos três países citados.⁹⁴ Procuraremos também, com a perspectiva diferenciadora, as diferenças das práticas políticas dos anarquistas, tentando entender em que medida as realidades sócio-históricas desses três países contribuíram para sua conformação. Inicialmente, estudaremos o anarquismo nos três países à partir de “blocos” históricos de periodização. Esses “blocos” foram escolhidos e construídos à partir da percepção que há mudanças relevantes no continente latino-americano que são comuns aos três países escolhidos. A comparação será realizada ao fim de cada bloco de capítulos.

A comparação permite superar a “pobreza de abordagens teóricas universalizadoras”.⁹⁵ Como afirmado por Linden, “o objetivo das comparações é o de testar hipóteses, tipologias”. Elas controlam se as generalizações se mantêm aos casos em que se aplicam. Outra questão é “descobrir como as mesmas influências ocultas operam em duas ou mais instâncias”, assim como “combinar os resultados de ambas as comparações [...] em uma narrativa causal que procura expor a relação entre a trajetória dos diferentes países ou regiões” e a influência mútua entre os casos.⁹⁶ Concordamos com Purdy, quando afirma que história comparada e a análise transnacional não são necessariamente excludentes. Para este pesquisador, da mesma forma “a existência ou não de conexões e ‘conversações’ transnacionais é uma questão empírica que depende no nível de análise e do assunto sob investigação e não consiste num método histórico em si”.⁹⁷ Tendo isso como horizonte, buscamos na nossa análise, verificar em que medida essas conexões existiam e quais foram seus níveis de aprofundamento. A ausência de conexões também nos parece uma questão a ser debatida.

A História transnacional parte do fato de que existem movimentos e coalizações sociais transnacionais que se configuram como “conjuntos de atores vinculados entre si atravessando fronteiras nacionais, com objetivos e solidariedades comuns”.⁹⁸ Esses atores são responsáveis por criar *pontes transnacionais* que ligam a realidade social e econômica de diferentes países. Exemplos não faltariam para esses *mediadores espaciais* que segundo o historiador Kauan Willian dos Santos, cuja produção debruça-se em parte sobre essa questão, foram “responsáveis por disseminarem projetos políticos e ideológicos dentro de espaços diferentes, impulsionando as lutas classistas”.⁹⁹

Em relação às fontes escritas, servir-nos-emos da metodologia proposta pelo linguista Norman Fairclough,¹⁰⁰ que compreende qualquer prática discursiva como uma prática social, pois o discurso “é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação

⁹² ARAÚJO, 2010, p. 5.

⁹³ Tilly, 1984 apud BARROS, 2007.

⁹⁴ Essa perspectiva realizará um diálogo permanente com a historiografia sobre o anarquismo, no intuito de avaliar se o aparato teórico-conceitual e as definições de anarquismo usualmente utilizadas estão de acordo com nossas pesquisas.

⁹⁵ MAHONEY; RUESCHEMEYER, 2003, p. 8, tradução nossa.

⁹⁶ LINDEN, 2002, p. 5.

⁹⁷ PURDY, 2011, p. 3.

⁹⁸ SIKKINK, 2003, p. 304

⁹⁹ SANTOS, 2014, p. 4.

¹⁰⁰ FAIRCLOUGH, 2008, pp. 91-92; 101.

do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”. Para evitar os “erros de ênfase indevida; de um lado, na determinação social do discurso e, de outro, na construção social do discurso”, o autor propõe a análise de discurso partir de três pilares: prática social, prática discursiva (produção, distribuição, consumo) e texto. Esse tipo de análise nos foi útil em outras empreitadas de pesquisa para desconstruir uma mitologia histórica que considerava o anarquismo do pós-guerra, como algo vinculado a uma mudança estritamente cultural e que supostamente tinha abandonado a prática social, a prática discursiva e o discurso classista do mundo do trabalho.¹⁰¹ Em nosso trabalho de mestrado, observamos como nos três níveis referidos da prática discursiva, tal hipótese não se verificava.

Adotando essa perspectiva podemos compreender os textos anarquistas produzidos no período, sua prática discursiva no universo dos trabalhadores e da esquerda e, de modo mais amplo, sua prática social, entendendo que esses militantes estão dentro de uma faceta da luta hegemônica que ocorria nos três países.¹⁰² As fontes não podem jamais ser encaradas como elementos isolados. É-nos útil o conceito de *intertextualidade*, originalmente difundido por Mikhail Bakhtin e retomado por Fairclough é a “propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante.”¹⁰³ Os textos anarquistas respondiam não apenas polêmicas no interior de seu próprio campo, mas das esquerdas de seus países e mesmo, de polêmicas internacionais, de trânsitos transnacionais de agentes políticos, ideias e mediadores espaciais, amplificadas pelos variados processos revolucionários ou repressivos. É impossível neste sentido conceber um anarquismo “puro” ou analisado à partir de certos significantes fechados.¹⁰⁴ Tal é digamos, a hipótese derivada deste trabalho. O de que o anarquismo latino-americano aqui estudado, se construiu à partir de determinadas seleções de repertórios, discursos, práticas e análises teóricas que circulavam no ambiente do sindicalismo, da luta armada e da esquerda neste continente. E que cada escolha implicou em renovar-se ou não, no campo prático e teórico tal doutrina política.

O anarquismo deste período esteve ligado a campos de diálogo mais amplos, redes estabelecidas à partir das decisões estratégicas de seus agentes e assim deve ser compreendido. Um anarquismo que longe de poder ser entendido por um mero receituário de princípios políticos – como pensou a velha tradição da história das ideias políticas – estava inscrito em contextos vibrantes, incorporando aos seus textos, conceitos, palavras e categorias de outras vertentes ideológicas com seus próprios fins e significados.¹⁰⁵

Utilizamos diversas fontes para nossa pesquisa. Além dos trabalhos historiográficos sobre o anarquismo, a luta armada e as ditaduras militares dos três países citados (teses, dissertações e artigos publicados), recorreremos a *periódicos* (jornais), *depoimentos orais*,

¹⁰¹ Cf. SILVA, 2014.

¹⁰² Baseando-se em Gramsci, Fairclough (2008, p. 123) define *hegemonia* como “um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. A luta hegemônica localiza-se em uma frente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, família), com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios.”

¹⁰³ FAIRCLOUGH, 2008, p. 114.

¹⁰⁴ Assim como qualquer prática discursiva é gerada a partir de combinações com outras e é definida pelas suas relações com outras práticas discursivas, o anarquismo também pode ser compreendido desta maneira. FAIRCLOUGH, 2001, p. 64.

¹⁰⁵ Castoriadis afirma que “Os ‘elementos’ da vida social-histórica são, a cada vez, criados *enquanto* elementos em sua pertinência, sua significação, suas conexões etc..., em e através da instituição particular da sociedade a qual ‘pertencem’. Assim, cada forma social-histórica é verdadeira e autenticamente singular”. Neste sentido, apesar de podermos identificar um conjunto de princípios políticos-ideológicos com certa estabilidade, em seus 150 anos de história, é impossível reduzir o anarquismo a um receituário de mera negação do Estado, como se este procedimento fosse compreender a prática concreta do anarquismo. CASTORIADIS, 2004, p. 358

folhetos, panfletos, revistas, atas e correspondências nesses três países. A dificuldade para lidar com as fontes é própria do trabalho historiográfico e se complexifica, quando falamos de um trabalho comparativo. Em relação aos três universos de pesquisa, constatamos durante todo o nosso percurso uma assimetria em relação às fontes que não foi resolvida por inúmeros motivos. Obtemos um número muito maior de fontes específicas para nosso trabalho, no caso uruguaio do que o argentino e brasileiro. Tal fato se deve pela combinação entre forte presença do anarquismo uruguaio nas lutas sociais do país no período estudado, como a guarda dos materiais que dizem respeito a Federação Anarquista Uruguai. No período da ditadura militar, a FAU arquivou uma série de documentos num *aparelho* da organização, que foram sistematicamente organizados num acervo próprio na posterior abertura democrática. Incrivelmente, a maioria dos documentos manteve-se quase que intactos. Na Argentina, a presença ainda hoje de diferentes locais arquivísticos do anarquismo facilitou sobremaneira nossa pesquisa, mas pelo grau de desenvolvimento da organização anarquista Resistência Libertária, há pouco material disponível (se comparado com a FAU).

O caso brasileiro é digamos, o mais escasso de material. Fruto das condições próprias do anarquismo no país e seus arquivos específicos (do anarquismo), mas também de contingências do período. Muitos materiais foram descartados, outros permanecem lamentavelmente inacessíveis¹⁰⁶ e muito do que existe, foi coletado à partir da recomposição do já fragmentado. Cabe dizer que pelo estado organizativo do anarquismo brasileiro no período relacionado, o menor número de fontes também é fruto desta condição.

As ações armadas da FAU foram exaustivamente sistematizadas pela organização e também podem ser comprovadas por jornais da época. Enquanto na Argentina, os debates sobre luta armada aparecem em jornais públicos do anarquismo, há uma zona cinza que envolve as ações da organização. Em nossa opinião, isso ocorreu pela organização Resistência Libertária (RL) ter naquele momento um trabalho muito incipiente e seus principais quadros hoje, estarem desaparecidos. A organização também, apesar de defender a luta armada em seus textos internos e externos, não deixou vestígios sobre as ações concretas e há dificuldade nas fontes orais, em obter informações mais claras sobre estas. Tal dificuldade é algo que decidimos não escamotear de maneira alguma e apresentar aos leitores, para que tirem suas próprias conclusões e ao mesmo tempo possamos ser honestos, com os resultados aqui apresentados. Evitamos em todo o trabalho, tentar preencher as lacunas das fontes com nossa próprias conclusões. O exercício de imaginação histórica, aqui, foi reduzido ao máximo que pudemos.

Sempre que propusermos uma reflexão sobre alguma lacuna, esta reflexão estará indicada como uma suposição do autor, que de maneira alguma se traduz como a palavra final sobre o tema. O trabalho de obtenção de fontes foi extremamente exaustivo e como dizemos, tentamos desde o princípio manter certa “igualdade”, tanto na obtenção de fontes escritas, como nas entrevistas realizadas. Contudo, por contingências e peculiaridades próprias, seja da realidade dos arquivos, seja da própria História Oral, isto nem sempre foi possível (mas foi tentado). Por incrível que pareça, obter entrevistas no Brasil daquele período, foi mais difícil que do Uruguai e Argentina. Quando não conseguimos realizar nós mesmos as entrevistas, recorremos a entrevistas de outros pesquisadores, gravações de eventos, vídeos na internet, transcrições realizadas em livros (de militantes da época) etc., o que não é totalmente satisfatório, mas cumpre o papel de apoiar as fontes que já possuímos com a História Oral.

O método de trabalho foi o de leitura e análise das obras e fontes selecionadas com base nos pressupostos teóricos já indicados. Servimo-nos de jornais, revistas, periódicos, prontuários, cartas, entrevistas e demais fontes relacionadas. No caso da História Oral esta

¹⁰⁶ É o caso do Arquivo Projeção. Entidade que por divergências internas permanece até hoje indisponível para acesso aos pesquisadores.

pode contribuir na pesquisa para “relativizar conceitos e pressupostos que tendem a universalizar e a generalizar as experiências humanas”¹⁰⁷, tendo a preocupação de atentarmos para os possíveis enquadramentos da memória.¹⁰⁸ Os depoentes foram tratados como *informantes*¹⁰⁹ e a diversificação das amostras se baseou tanto na diversificação externa (intergrupo) quanto na interna (intragrupo).¹¹⁰ Tentamos entrevistar o maior número possível de militantes, mas as dificuldades em relação aos países foram diversas e isto nem sempre foi possível, com uma disparidade (que tentamos corrigir) entre os países.

¹⁰⁷ DELGADO, 2006, p. 18.

¹⁰⁸ Pollak (1992, pp. 203-204) nos alertara para o fato de que “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”. Além disso, ele alerta que a memória “é um fenômeno construído” e que “as preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Não devemos, obviamente, achar que os depoimentos orais se distinguem exasperadamente dos documentos escritos. Pollak (1992, p. 207) comenta ainda que “se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral.” “Mais recentemente, a produção historiográfica acerca da memória, com base em depoimentos orais, tem sido questionada por alguns intelectuais argentinos que afirmam que o país vive um *boom* de memórias do período da ditadura e que essas memórias reificam a experiência daquela época”. (Araújo, 2001, pp. 1-2) Apesar de estarmos cientes desses desafios e das dificuldades dos depoimentos orais, achamos seu uso viável, desde que os cruzemos com outros tipos de fontes.

¹⁰⁹ Segundo Pires (In: Poupart et al, 2008, p. 194): “informante, no sentido estrito do termo: necessita-se dele para obter algumas informações sobre o objeto”.

¹¹⁰ A diversificação externa se aplica quando a finalidade teórica é “apresentar um retrato global de uma questão”. Em nosso caso, seguindo a perspectiva *universalizadora* da História Comparada. E a diversificação interna pretende “apresentar um retrato global, mas somente no interior de um grupo restrito”. Ambas as perspectivas são aplicáveis em nosso projeto, já que vamos realizar tanto uma descrição em profundidade das práticas anarquistas, quanto o contraste intergrupo (comparação de universos de análises do anarquismo de três países). PIRES, 2008, p. 196.

CAPÍTULO I – POPULISMO, SINDICALISMO E ANARQUISMO NA ARGENTINA, BRASIL E URUGUAI

- A América Latina no anos 40 e 50: política, economia e sociedade

Florestan Fernandes, um dos intérpretes essenciais para compreender a sociedade brasileira já tinha apontado que a “sociedade de classes engendrada pelo capitalismo na periferia é incompatível com a universalidade dos direitos humanos: ela desemboca em uma democracia restrita”. Curiosamente, enquanto na Europa, Estados do bem-estar social procuravam integrar parte da classe trabalhadora – aliviando a pressão social advinda do pós-guerra – nos três países em questão, as elites políticas e econômicas são incapazes de propor algo similar, ainda que o problema da integração da classe trabalhadora esteja posto, com seus diversos impasses. O caso uruguaio, ainda que a imagem da “Suíça da América” seja marcada por eventos repressivos relevantes é sem dúvida singular, em comparação com Brasil e Argentina.

Em que pese a validade estrutural deste dado fornecido por Florestan Fernandes, cabe dizer que nos três países estudados, a democracia restrita foi mais ou menos alargada de acordo com o contexto de disputas e a correlação de forças internas. A Argentina, por exemplo passou pelo século XX com seis golpes de Estado em seu currículo, enquanto no Brasil pode-se falar facilmente de três golpes (quatro se contarmos 1954) e o Uruguai – país com maior estabilidade institucional – teve o menor número de golpes de Estado (1934, 1973). De maneira geral e de longo prazo, o quadro institucional põe à prova o otimismo liberal e sua idealização sobre as democracias capitalistas. Entre 1930 e 1933, se produziram dez golpes de Estado na América Latina, cifra que atingiria dez ditaduras no período que vai da década de 40 até a Revolução Cubana em 1959.¹¹¹

É importante mencionar a continentalidade dos golpes militares e processos revolucionários/insurrecionais numa periodização que inclui a década de 50, fato que é escamoteado pela memória sobre os golpes e ditaduras militares da década de 60 e 70. Como afirmado pelo pesquisador Osvaldo Coggiola apesar das ditaduras caudilhistas dos anos 50 terem um caráter mais preventivo que reativo (em comparação com as dos anos 60), seria equivocado dissociar os golpes e ditaduras militares que assolaram a região em dois momentos distintos. Ainda que o primeiro tipo de ditadura caudilhista – típica dos anos 50 – inclua matizes nacionalistas nas políticas econômicas, cremos que ambas evidenciam a interferência frequente das forças armadas na vida política. Como apontado por Hobsbawm, após o fim da Segunda Guerra Mundial, havia “mais espaço na política para os homens de tanques do que jamais antes”.¹¹² Apesar de estarem ligados, estes dois momentos podem ser divididos fundamentalmente em dois ciclos revolucionários e contrarrevolucionários. O primeiro é inaugurado pela Revolução na Bolívia (1952)¹¹³, passando pelos golpes militares do Paraguai (1954) e da Guatemala (1954), este último influenciou pessoalmente Ernesto Guevara, ao visitar o governo reformista de Arbenz em 1953, se depara com o desenrolar de um golpe, que terá um impacto fundamental em sua futura trajetória.¹¹⁴ O segundo, o da

¹¹¹ RICO, 2013, p. 238.

¹¹² HOBSBAWM, 1997, p. 341.

¹¹³ Na Bolívia um governo nacionalista-revolucionário assume o poder em 1952, após idas e vindas dos movimentos populares da região. O *Movimiento Nacionalista Revolucionário* (MNR), um partido de orientação nacionalista burguesa se vê obrigado a armar a população. A polícia é dissolvida e as milícias operárias e camponesas passam a ser a única força armada na região. O processo redonda na fundação da *Central Obrera Boliviana* (COB). A Bolívia sofrerá um golpe militar em 1964. Sobre este processo Cf. BARBIAN, 2008.

¹¹⁴ Cf. ROWLANDS, 2018.

Revolução Cubana (1959), que amplifica sua influência como um rastilho de pólvora por toda a América Latina e muda internamente a conjuntura política das esquerdas e direitas no continente, aumentando a preocupação das elites políticas e econômicas com o processo de organização popular nos distintos países.

Em termos políticos, o Uruguai se distingue do caso brasileiro e argentino por consolidar institucionalmente – ainda que com as necessárias matizes anteriormente apontadas – um regime democrático com menores interrupções. Segundo Moreira Constanza o Brasil teve um “regime competitivo entre elites até 1930, um regime autoritário do tipo corporativo até 1945, uma democracia restrita entre 1945 e 1964, um regime militar entre 1964 e 1985”.¹¹⁵ O Uruguai por sua vez, ainda segundo a pesquisadora, “não consolidou uma situação de competição política até 1903, foi uma democracia restrita desde então até 1919, e a partir dali pode-se considerar uma democracia plena, interrompida por dois períodos autoritários”.¹¹⁶

Democracia “plena” não significa que as contradições e conflitos de classe deixem de existir e tampouco, que a democracia liberal não conviva sem nenhum problema com a repressão aos setores organizados e ativos da classe trabalhadora.

No campo econômico, segundo o economista Luiz Carlos Bresser-Pereira, “à partir dos anos 30 ou, pelo menos à partir dos anos 50, os países latino-americanos adotaram uma estratégia nacional de desenvolvimento bem-sucedida, a saber, o nacional desenvolvimentismo”.¹¹⁷ Bresser-Pereira afirma que o essa estratégia baseava-se na teoria econômica do desenvolvimento e na teoria econômica estruturalista latino-americana. Um dos marcos para o florescimento dessa estratégia desenvolvimentista ocorreu com a criação da Comissão para a América Latina e o Caribe (CEPAL) pela Assembleia das Nações Unidas em 1947. Com sede em Santiago do Chile a comissão recomendava a diversificação das atividades econômicas e a industrialização e explicava a situação econômica dos países latino-americanos na chave divisão internacional do trabalho e o protecionismo. Os técnicos da CEPAL forneciam munição teórica para as políticas governamentais.

Obviamente que a fundamentação teórica do projeto econômico desenvolvimentista na América Latina percorreu caminhos próprios e que tinham como pano de fundo as realidades singulares desses países, mas de maneira geral objetivavam superar o modelo agroexportador pela industrialização substitutiva de importações. Di Filippo (2007) considera esse conjunto teórico de autores que incidiu nessas políticas macroeconômicas como a escola latino-americana do desenvolvimento.¹¹⁸ Um conjunto de autores, em grande medida passava a explicar a situação econômica periférica da América Latina não como uma anomalia, mas com algo derivado da força política dos agentes de produção que resultava segundo Leandro Ribeiro da Silva “na tendência constante ao declínio do preço dos produtos primários como proporção dos preços dos produtos industrializados”.¹¹⁹ Ou explicando pela prosa poética de Eduardo Galeano, “Há dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países especializam-se em ganhar, e outro em que se especializam em perder”.¹²⁰ Se o diagnóstico era parecido – ainda que adaptado às realidades nacionais – o remédio para superar a doença era diverso, mas seguia linhas gerais de um mesmo eixo teórico que a abarcava. De qualquer modo foi diante este diagnóstico que os governos nacionais de Argentina, Brasil e Uruguai, passaram à sua maneira a adotar políticas que objetivassem ao

¹¹⁵ MOREIRA, 2000.

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 2.

¹¹⁸ FILIPPO, 2007, pp. 124-154.

¹¹⁹ SILVA, 2013, p. 20.

¹²⁰ GALEANO, 1978, p. 5

menos minimizar a desvantagem econômica crônica que seus respectivos Estado-nacionais sofriam.

Contudo havia um dado estrutural da própria lógica de expansão do capital deste período que limitava totalmente os anseios do nacional-desenvolvimentismo. Emergia no imediato pós-guerra uma forma de expansão do capitalismo impregnada de imperialismo que “exacerbou a concentração concorrente de capitais” que foi caracterizado pela pesquisadora Virgínia Fontes como *capital-imperialismo*. Uma forma específica do estágio do capitalismo que “tendo ultrapassado um determinado patamar de concentração, se converte em forma de extração de mais-valor dentro e fora de fronteiras nacionais”¹²¹. Este estágio do capitalismo (capital-imperialismo) possuiria segundo a autora três características: 1) o predomínio do capital monetário, 2) a dominação da pura propriedade capitalista e 3) seu impulso avassaladoramente expropriador.¹²² No capital-imperialismo “a dominação interna do capital necessita e se complementa por sua expansão externa” e impulsiona “expropriações de populações inteiras das suas condições de produção (terra), de direitos e de suas próprias condições de existência ambiental e biológica”.¹²³ É neste período igualmente, que os EUA vai se consolidando como país hegemônico internacional¹²⁴ mas vê sua dominação ser questionada por setores de movimentos populares, organizações político militares e pelo parte da sociedade civil latino-americana.

Como expressão de atrito com este determinante estrutural, ganhava força uma disputa teórica contra a doutrina dominante do livre-mercado e as políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e a condição de inferioridade econômica da América Latina passava a ser explicada pela “apropriação desigual dos produtos resultantes do progresso técnico”.¹²⁵ O que na realidade, escamoteava as razões estruturais do estágio do capitalismo internacional, mas fortalecia pontualmente uma visão crítica da economia neste período. Distintamente do debate *keynesiano*, esta concepção procurava à partir dos conceitos de centro e periferia, inserir a condição periférica das economias latino-americanas em relação com o mercado mundial e não apenas debater o papel do Estado isoladamente em suas fronteiras nacionais.¹²⁶

Ressalte-se, que ao fim da Segunda Guerra Mundial, a Europa pode contar com vultuosas receitas advindas do *Plano Marshall* enquanto a América Latina mantinha-se relegada a um papel minoritário na política econômica e na geopolítica internacional. A percepção desenvolvimentista que a América Latina saía prejudicada do jogo econômico reunia atores diversos, que iam de economistas do setor público a atores do setor privado, mas raramente as críticas aprofundavam-se a ponto de apontar o elemento estrutural que causava tal desigualdade.

Tendo em vista nossa perspectiva comparada, é oportuno lembrarmos ao leitor que tais universos – ainda que os restrinjamos às fronteiras nacionais – estavam sempre em diálogo e sintonia. A visita do presidente argentino Frondizi à Montevideo e ao Rio de Janeiro em 1958 visava claramente a constituição de acordos econômicos na chave desenvolvimentista. Segundo Cavlak (2009), “em setembro do mesmo ano, esteve reunido em Buenos Aires o “Grupo Misto de Integração Industrial Brasil/Argentina” e que visava “coordenar o

¹²¹ FONTES, 2010, pp. 149-152.

¹²² Ibid, p. 149.

¹²³ Idem.

¹²⁴ Para CARDOSO DE MELLO, 1997 in TAVARES, 1997, p. 16 a hegemonia de um país se assenta pelo 1) processo de inovação tecnológica, o que supõe formas de organização capitalista baseadas no poder financeiro, 2) poder da moeda e finança internacionalizada, assentada sob o poder industrial e 3) poder político militar, assegurada pelo poder das armas.

¹²⁵ SILVA, 2013, pp. 20-22.

¹²⁶ Idem. Reparem que mesmo no terreno analítico, as relações entre os países eram vistas à partir de elementos interdependentes e internacionais. Fato que se aprofundaria em relação ao campo estratégico e no que diz respeito a transformação social das condições periféricas dos países latino-americanos.

desenvolvimento dos respectivos parques industriais”.¹²⁷ Esse encontro foi o ponto de partida da formação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALAC), criada em Montevideo em 1960, por Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Paraguai, Peru e Uruguai que tinha como objetivo diminuir as tarifas e assegurar a liberdade comercial entre seus membros.¹²⁸ Na década posterior, tal integração latino-americana desenvolvimentista se veria prejudicada pela polarização interna que ocorria nos diferentes países¹²⁹(mas no caso da repressão política, operações em comum, borravam as fronteiras nacionais com a intenção e derrotar a guerrilha.

Cabe dizer que entre 1930 e 1970 os países latino-americanos – como aponta Bresser-Pereira – cresceram num “ritmo extraordinário”, crescimento que se enchia de esperanças o setor desenvolvimentista, escamoteava os limites estruturais e a desigualdade econômica advinda destes. Processos de substituição de importação ocorrem nos três países de maneira semelhante, aquecendo a produção industrial nacional. De maneira geral, o PIB da região cresceu em média 5,0% ao ano na década de cinquenta.¹³⁰ Na Argentina o governo peronista monopolizou a comercialização agrícola e transferiu a renda para o setor industrial. Entre 1951 e 1958 a taxa média anual de crescimento industrial na Argentina foi de 5,3%. No Brasil, “o setor industrial brasileiro continuou se desenvolvendo a passos largos, tornando-se definitivamente o setor mais dinâmico da economia”. O crescimento médio anual da produção industrial entre 1946 e 1955 foi de 8,5%.¹³¹ E finalmente, no Uruguai, entre 1930 e 1955, a indústria manufatureira cresceu “a uma taxa acumulativa anual de 4,7%”¹³² e há um ciclo de recessão e lenta recuperação que abarca toda a década de trinta até começo da década de 40 e um crescimento quase contínuo desde a metade da década de quarenta até o fim de cinquenta.¹³³ No Uruguai os anos compreendidos entre 1947 e 1958 se caracterizam como um novo modelo econômico – chamado vulgarmente de *neobatllismo* – que se caracteriza como industrialista, pró-agrícola e distributivista.¹³⁴

Tal modelo apostava não apenas no crescimento industrial mas na expansão do mercado interno. Cabe dizer, que a experiência da industrialização substitutiva de importações no Uruguai foi mais curta que de outros países latino-americanos, como Argentina e Brasil.¹³⁵ Ainda segundo Yaffé (2016), por isso foram mais precoces os impulsos para a adoção de um modelo econômico alternativo, de inspiração neoliberal.¹³⁶ A situação de crescimento industrial não alterou, entretanto, a situação de dependência do continente americano aos países centrais. Passada a euforia do pós-guerra, “os países latino-americanos voltaram a ser devedores dos países metropolitanos” com déficit na balança comercial.¹³⁷

No campo geopolítico americano temos a presença da guerra fria cruzando as linhas econômicas, políticas e culturais dos governos locais que não se caracterizam apenas pelas assimetrias econômicas, financeiras e militares entre a América Latina e Estados Unidos – reiteradamente reforçadas pela bibliografia sobre o tema – mas igualmente por sua dimensão cultural.¹³⁸ Recorda-se que do ponto de vista cronológico, a guerra fria cultural na América Latina “precede decididamente o conflito bipolar” e portanto pode ser inscrita

¹²⁷ CAVLAK, 2009, p. 200.

¹²⁸ MARCHESI; MARKARIAN, 2016, p. 136.

¹²⁹ Ibid, p. 137.

¹³⁰ CARDOSO; FISHLOW, 1990, p. 311.

¹³¹ BRESSER PEREIRA, 1985.

¹³² YAFFÉ, 2016, p. 163.

¹³³ Ibid, p. 161.

¹³⁴ BERTINO et al, 2001.

¹³⁵ YAFFÉ, 2016, p. 167.

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ DONGHI, 1975, p. 259.

¹³⁸ CALANDRA; FRANCO, 2012, p. 12.

contextualmente, no período de criação da OCIAA – *Office of the Coordinator of the Inter-American Affairs*.¹³⁹

Desde 1950, no círculos políticos norte-americanos já estava bem difundida a opinião de que se a ameaça do comunismo na América Latina aumentasse, a Casa Branca não deveria vacilar em abandonar o princípio de não intervenção com a finalidade de derrubar governos democraticamente eleitos, culpáveis de serem “débeis” com os “vermelhos”.¹⁴⁰

Nocera (2012) sugere adequadamente quatro momentos essenciais da guerra fria na América Latina. O primeiro que vai de 1947 a 1948 até o golpe guatemalteco de 1954 e a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA); o segundo que vai de 1959 a 1962, caracterizado pela Revolução Cubana e a crise posterior; o terceiro em 1964, marcado pelo golpe militar no Brasil (e na Bolívia no mesmo ano) até a época dos governos militares autoritários e por fim, a administração de Ronald Reagan, que se inicia em 1981.

Em 1949 o governo norte-americano define a América Latina dentro da doutrina da *reserva estratégica* e que localizava a América Latina como uma zona de influência primordial para manter o acesso a fontes de matérias-primas na região.¹⁴¹ De 1945 a 1955 a América Latina remeteu ao exterior o equivalente a 10,5% de suas receitas de exportação e de 1950 a 1969 ingressaram 20 bilhões de dólares em forma de investimentos e empréstimos, reforçando a crescente influência econômica dos EUA na região.¹⁴²

Não à toa, a proximidade entre os empresários estadunidenses e a defesa dos interesses da política externa do governo norte-americano era muito estreita, como comprova a figura de Allen Dulles, que serviu como diretor da CIA entre 1953 e 1961. Irmão de John Foster Dulles, “dedicou mais da metade da sua vida profissional ao exercício da advocacia na Wall Street”.¹⁴³

Em linhas gerais, ainda que com mudanças e ajustes internos, os governos nacional-desenvolvimentistas no que tange a sua política econômica destoavam da cartilha liberal norte-americana. Mas de maneira geral o fenômeno do nacionalismo-burguês latino-americano nessas décadas não arriscava romper com as bases que mantinham a economia atrelada ao vizinho poderoso do norte. Apesar de a palavra imperialismo ter sofrido um desgaste nas últimas décadas – tanto nos círculos acadêmicos ou da esquerda – e geralmente soar como uma simples “teoria da conspiração”, pesquisas subsequentes vem refinando a análise da presença do governo dos EUA por suas ferramentas de política externa na América Latina para além das caricaturas ou simplismos. Problematizando o uso do conceito, Fontes afirma que o conceito ora foi usado de maneira muito ampla – se referindo aos primórdios da colonização mercantil – ora de maneira excessivamente restrita, reduzindo o imperialismo unicamente as práticas e políticas dos Estados Unidos.¹⁴⁴ Em nosso trabalho, o conceito de *imperialismo* será utilizado para se referir as ações políticas e econômicas dos países centrais, em específico, dos EUA, e *capital-imperialismo* para falar da própria dinâmica do capitalismo, nesta nova fase inaugurada pelo pós-guerra.

A ação dos EUA também variou sua intensidade de acordo com a conjuntura dada, o que jamais significou que o que se passava na América Latina fosse apenas um resultado de um teatro de fantoches de uma “toda poderosa” ou pretensamente “invencível” agência norte-americana mas, não se pode ignorar os dados amplos, que indicam sua presença, sob risco de

¹³⁹ Ibid, p. 13.

¹⁴⁰ NOCERA, 2012, p. 39.

¹⁴¹ BRAGA, 2002.

¹⁴² COGGIOLA, 2014.

¹⁴³ BRAGA, 2002.

¹⁴⁴ FONTES, 2010, pp. 147-148.

leviandade metodológica e política. Os sentidos ideológicos e culturais da guerra fria eram apropriados pelas elites das sociedades latino-americanas e seus opositores de maneira diversa.¹⁴⁵ Mas o imperialismo aqui estava presente de maneira mais ou menos eficaz, seja pela subordinação da economia aos centros de decisão ou pela atuação das agências internacionais vinculadas às políticas econômicas do *capital-imperialismo*. À título de exemplo, o governo dos EUA em 1949 fundou a Escola das Américas para criar uma infraestrutura de treinamento militar para toda a região. Cursos para aviadores latino-americanos foram dados continuamente na escola de *Forr Leavenworth*, onde “muitos oficiais que conspiraram contra o presidente João Goulart foram treinados ali”.¹⁴⁶ Na década seguinte e com os regimes militares na América Latina já instalados, os orçamentos das forças armadas nacionais na região iriam praticamente duplicar.¹⁴⁷

Em 1955, o oficial de inteligência Byron Eagle foi encarregado para criar uma força-tarefa que treinasse “as polícias da África, Ásia e da América Latina” (Idem), resultando na criação do organismo conhecido como *Office of Public Safety* (OPS). O OPS permitia infiltrar agentes nas polícias locais e tinha como missão, até 1959 de combater o comunismo e a subversão e depois desta data, ampliada para “combater interesses nocivos aos Estados Unidos” (Idem). Estes agentes terão um papel importante na repressão a luta armada, ainda que, avalie-se que nem sempre, conseguiam cumprir seu papel com eficiência e eram relegados em alguns casos à um papel subordinado. A ação do imperialismo para treinar e qualificar forças policiais na América Latina, já coloca esta categoria como algo singular, dentro do esquema produtivo.¹⁴⁸

A participação crescente das forças armadas nacionais na repressão de conflitos sindicais seria uma crescente, tanto na década de 50 como na seguinte. Por meio de uma lei, a Bolívia modificaria as atribuições das forças armadas, que passariam a poder exercer função de polícia e segurança interna em 1963, fato que no caso do Uruguai passou a ser comum e de maneira geral, a participação das forças armadas nos conflitos nacionais age visivelmente numa crescente.

Em relação ao cenário político, o fim da Segunda Guerra Mundial no Uruguai consolida o *batllismo* no governo que se caracteriza por promover certo Estado de bem-estar e a vigência de práticas de resolução dos conflitos sociais por vias consensuadas.¹⁴⁹ Apesar de historicamente este período ter sido caracterizado pelos pesquisadores – em comparação com Brasil e Argentina – como um período de estabilidade institucional e democrática que ficou conhecido como a “exceção democrática” uruguiaia ou o “mito” da Suíça das Américas, entre 1946 e 1963 tanto os setores do Partido Colorado como do Partido Nacional recorreram ao Estado de exceção para abordar situações conflituosas. Paradoxalmente no campo das políticas públicas, o Uruguai consolida um impulso reformista que foi insinuado na presidência de Baldomir (1938-1943) e se consolida no período de Tomás Berreta (1947) e Luis Battle Berres (1947-1951).¹⁵⁰ Hugo Cores afirmou que em 1949 “era normal a intervenção da Marinha e do Exército substituindo trabalhadores nos conflitos” e que em 1950, nas mesmas semanas em que o Brasil perdia a final da Copa do Mundo ao Uruguai, o exército era enviado para quebrar duas greves: a portuária e a frigorífica.¹⁵¹

¹⁴⁵ NOCERA, 2012, p. 24.

¹⁴⁶ BRAGA, 2002.

¹⁴⁷ COGGIOLA, 2014.

¹⁴⁸ Me refiro a um debate contemporâneo sobre qual seria o papel das forças policiais em processos de organização da classe trabalhadora ou se esta, pode ser entendida como tal ou não.

¹⁴⁹ IGLESIAS, 2011, p. 138

¹⁵⁰ CAETANO, 2016, p. 46.

¹⁵¹ CORES, 1989, pp. 10-11.

As medidas de *pronta seguridad* (MPS), por exemplo, geralmente associadas nas pesquisas acadêmicas apenas ao período pós-1968 foram utilizadas ainda neste período.¹⁵² Em 1952 as MPS's foram aplicadas contra um conflito dos trabalhadores da Saúde Pública e o exército ingressa nos hospitais e no mesmo ano, as MPS's foram aplicadas contra os trabalhadores do transporte.¹⁵³

Com o fim da Segunda Guerra Mundial “a fração burguesa mais interessada no projeto industrialista se afirmou com os governos de Baldomir, Amézaga, Berrta y Battles Berres”.¹⁵⁴ Ainda segundo Cores, ao contrário do Brasil e Argentina, “as reformas sociais e a modernização impulsionada não encontram as resistências que tiveram que enfrentar os governos populistas de Vargas e Perón”.¹⁵⁵ Para Cores “no político, não há ruptura abrupta com o regime terrista e uma parte do pessoal da ditadura se integra ao elenco governante”.¹⁵⁶ Na década de 50 lutas sindicais importantes percorreram a paisagem dos três países. Entre 1945 e 1955 a CGT (da Argentina) convocou várias greves gerais em apoio ao governo peronista. Entre 1955 e 1976 se realizaram 41 greves gerais, das quais 28 tiveram alcance nacional e 13 alcance local.¹⁵⁷

No Brasil, o historiador Marcelo Badaró afirma que é possível falar de 173 greves no país em 1951 e 264 em 1952, com destaque para a greve geral de 1953 (a dos 300 mil) em São Paulo.¹⁵⁸ Oliveira afirma que entre 1955 e 1960 o número de greves no Brasil foi 2,7 vezes maior que no período de 1950 e 1955. Temos também durante este período de 1950 a 1960, duas greves gerais.¹⁵⁹ Segundo este autor apesar do aumento do número de greves, a intensidade das greves não cresceu na mesma proporção. As greves nesse período se concentraram em empresas menores e tiveram duração mais curta. Sua tese (a nosso ver correta) é de que num fase de expansão de ciclo econômico os trabalhadores das grandes unidades industriais tendem a se envolver menos nas paralisações, enquanto nas empresas menores, nas quais os salários são menores, os trabalhadores encontram condições mais favoráveis para barganhar.¹⁶⁰ Mattos afirmará que entre meados da década de 1950 e o golpe de 1964, “observa-se uma fase de ascensão do movimento sindical” que se traduz em crescimento do número de greves, visibilidade dos sindicatos na opinião pública, participação destes na formulação de pautas políticas para o país e constituição de organismos intersindicais.¹⁶¹

No Uruguai, no bojo da fundação da *Confederación Sindical del Uruguay* (CSU), afiliada a CIOSL e a ORIT, central interamericana com influência dos EUA, greves gerais estourarão em janeiro de 1951 e depois, à partir da atuação dos sindicatos solidários, em setembro de 1952.¹⁶²

O panorama geral, orientado pela crescente urbanização e industrialização desses países da América Latina é portanto, de crescimento da atividade e organização operária e ao mesmo tempo, modalidade distintas em tratar a ação da classe pelos governos dos três países. Este dilema de crescente ação operária, sua parcial integração nos aparatos sindicais e formas de resistência à perda de direitos e greves numa crescente, colocou aos distintos governos, como solucionar o problema da classe trabalhadora em seus cenários nacionais, diga-se de

¹⁵² Ibid, p. 141.

¹⁵³ Ibid, pp. 10-11.

¹⁵⁴ Ibid, p. 12.

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ SANTELLA, 2009, p. 37.

¹⁵⁸ MATTOS, 2009, p. 87.

¹⁵⁹ OLIVEIRA, 2011, p. 2.

¹⁶⁰ Ibid, p. 4.

¹⁶¹ MATTOS, p. 91.

¹⁶² PORRINI, 2015, p. 8.

passagem, problemas cada vez mais internacionalizados. A tentativa de integrar largos estratos da classe trabalhadora na política institucional gerou atritos e tensões, não apenas entre a classe trabalhadora e as elites políticas, mas no interior da própria classe.

- Anarquismo e sindicalismo argentino nas décadas de 40 e 50

O sindicalismo argentino teve uma contribuição fundamental da ideologia anarquista e até a década de 20 tem grande hegemonia no movimento sindical. Essa situação passa a se inverter à partir da década de 30. Até 1929, coexistiriam três centrais sindicais na Argentina, a Federación Obrera Regional Argentina (FORA), a Confederación Obrera Argentina (COA) e a Unión Sindical Argentina. Em 27 de setembro de 1930, numa tentativa de unificação, a USA se fundirá com a COA para formar a Confederación General de Trabajo (CGT).¹⁶³ Nasce aí, uma central sindical com um estilo francamente reformista e conciliador, que disputará duramente as bases anarquistas.

O período que vai de 1930 a 1943 influi decisivamente na trajetória do anarquismo e do sindicalismo influenciado por este e inaugura um novo paradigma sindical. É o período da chamada restauração conservadora, onde um golpe de Estado promovido pelo general Uriburu, produzirá uma “reação nacionalista, conservadora e antioperária”.¹⁶⁴ Basicamente, uma resposta a conjuntura do período anterior, marcada por mobilizações operárias e protestos. Aliás, essa sequência de golpes e contragolpes, muitos ocorridos em pleno regime democrático, será uma marca da história política argentina. Esta reação afetará duramente os anarquistas e os espaços sindicais influenciados por estes, assim como marcará decisivamente a história do sindicalismo argentino.

O governo de Uriburu (1930-1932) com sua nova seção especial de polícia perseguirá dirigentes sindicais, intervirá nos portos e até mesmo fuzilará o anarquista expropriador Severino di Giovanni.¹⁶⁵ Tal ação parece incorrer numa espécie de tentativa de enterrar definitivamente, um incômodo passado rebelde e inaugurar uma nova fase sindical. É neste contexto de clandestinidade que um comitê de coordenação anarquista que envolvia mais de 53 delegados de 30 agrupações é organizado em 1932, com o objetivo de futuramente fundar uma organização anarquista. O comitê tinha presença em La Plata, Bahia Blanca, Mar del Plata, Pergamino, General Pico e Tandil.¹⁶⁶

O sucessor de Uriburu, Agustín Pedro Justo Rolón, declarará um estado de sítio em 1933 que atingirá o anarquismo e seus espaços. Publicações libertárias, tais como a sede do jornal anarquista *La Protesta* serão perseguidas e locais do movimento operário fechados. A FORA vai ser colocada na ilegalidade e diversos militantes serão presos, deportados ou mesmo assassinados.¹⁶⁷ A vaga repressiva beneficiava-se de certa crise econômica e dificuldade de mobilização, reduzindo a atividade do anarquismo nesse período à defesa de seus presos e atividades pontuais numa franca posição de refluxo. Neste contexto, o quadro do sindicalismo argentino se diversificava, evidenciando as distintas e concorrentes estratégias sindicais do período. Estava em jogo, também a relação que o sindicalismo iria estabelecer

¹⁶³ GONZÁLEZ; BOZOER, 2009, p. 65.

¹⁶⁴ Ibid, p. 116.

¹⁶⁵ ROMERO, 2006, p. 63.

¹⁶⁶ MSC, “[El abrazo fraternal \(Consideraciones sobre especificismo, anarquismo y la F.O.R.A.\)](#)”

Publicado en el periódico Libertad N° 53, octubre-noviembre de 2009, Buenos Aires.

¹⁶⁷ Segundo González (s/d), serão assassinados pela polícia, os militantes da FORA Pedro Espelocín em Rosário, Juan del Piano, no sul de Santa Fé; Juan Acuña, em Bahía Blanca; Jorge Pichio, durante a greve dos ladrilheiros em San Martín e Cortucci, durante uma tentativa de fuga em Caseros. (ROMERO, s/d, p. 14)

com o Estado. Foi neste período que é fundada uma organização que terá um papel importante como modelo político organizativo no continente sul-americano: a Federación Anarco Comunista Argentina (FACA).

Segundo as próprias declarações dos militantes da FACA em período posterior, “o golpe militarista de Uriburu demonstrou a muitos a debilidade de um movimento rico em homens abnegados, mas disperso e cindindo por questões secundárias”. Foi na prisão de “Villa Devoto, onde um par centenas de militantes se viram concentrados, nasceu a ideia de liquidar as dissensões do passado e reconstruir o movimento sobre bases orgânicas e objetivos precisos”.¹⁶⁸ A tarefa de retomar o terreno perdido a outras correntes políticas e desenvolver um trabalho metódico nos “locais de trabalho, oficinas, fábricas”¹⁶⁹ se concretizava na organização de uma instância política própria.

Em 1940 a FACA realizará seu segundo congresso que decidirá concentrar a força militante da organização na sua frente sindical¹⁷⁰ e deliberará segundo Bordagaray (2011) pela atuação dos militantes faquistas nos grêmios autônomos que não estavam ligados sindicalmente às centrais sindicais hegemônicas, nos locais de trabalho e em sindicatos vinculados em diferentes centrais sindicais. Em alguns casos, os militantes vinculados a FACA inclusive estiveram vinculados a federações sindicais de caráter nacional. A FACA tenta igualmente à partir deste congresso, conjugar práticas sindicais sem descuidar da intervenção em questões políticas nacionais e internacionais.

Segundo Ceruso (2011) do segundo congresso, sairia “a convicção definitiva da caducidade da FORA – de estratégia anarcossindicalista – como ferramenta do movimento operário e a vontade de criar uma nova central”.¹⁷¹ A FACA realizaria críticas tanto às centrais reformistas, quanto a própria FORA, vista como uma central sindical sectária. O anarcossindicalismo forista parecia não caber mais na estratégia do dualismo organizacional da FACA que defendia a necessidade de se organizar em dois níveis em seu entendimento complementares: o nível político e o nível de massas. O congresso votou pela constituição da Comissão Nacional de Orientação Sindical (CNOS)¹⁷² que incentivou a criação e refundação de diversos sindicatos pelos *faquistas* no país, sob a estratégia do sindicalismo revolucionário.¹⁷³

Um exemplo de participação anarquista nesse contexto é o da Federação Argentina dos Trabalhadores da Imprensa (FATI). Fundada em 1941, este sindicato estimulou a criação de organizações sindicais em diversos pontos do país. A Federação Gráfica Bonaerense (FGB), concentrava quase 70% dos afiliados da FATI e tinha ampla presença libertária.¹⁷⁴ Em alguns sindicatos, a FACA inclusive irá retomar parte do terreno perdido aos comunistas, caso da Federación Obrera de la Indústria de la Carne (FOIC) no contexto da greve de 1943.¹⁷⁵

A FACA criará junto a USA uma comissão intitulada *Comisión Obrera de Relaciones Sindicales* (CORS) e um órgão de propaganda sindical intitulado *Solidaridad Obrera*. Tal comissão visava dar uma linha sindical mais adequada a conjuntura política e intentava criar um embrião da futura central. A FACA tentou reunir de maneira mais ampla, os chamados

¹⁶⁸ Idem.

¹⁶⁹ “Debates y resoluciones del Congreso Anarquista Regional. Resoluciones sobre movimiento obrero”, La Protesta (Nº 6784, 5 de octubre de 1932): 4 y 5 apud CERUSO, 2011, tradução nossa.

¹⁷⁰ NIETO, 2013, p.10.

¹⁷¹ CERUSO, 2011, p. 244.

¹⁷² Não por coincidência, os anarquistas brasileiros criaram em 1958 o Movimento de Orientação Sindical (MOS), com a mesma perspectiva dos anarquistas argentinos.

¹⁷³ NIETO, 2013, p. 11.

¹⁷⁴ Esta funcionou sob as linhas do sindicalismo influenciado pelos anarquistas, até 1949. CIMAZO, JACINTO; GRUNFELD, JOSE. *Luis Danussi en el movimiento social y obrero argentino (1938-1978)*. Buenos Aires: Editorial Reconstruir, 1981, pp. 152-153.

¹⁷⁵ Idem.

sindicatos autônomos nesta direção e trabalhou ativamente na constituição da CORS. A CORS reunirá um conselho do qual fazem parte a *Unión Obrera Local de la Plata*, la *Federación Obrera de la Madera*, a *Federación de Construcciones Navales*, o *Sindicato Único de Obreros de la Madera*, *Sindicato de Obreros Plomeros, Cloaquistas y Anexos*, *Sindicato de los Colocadores de Mosaicos* e três delegados da USA.

A FACA incorporará além da organização por ofício e sindicatos únicos a organização por sindicatos industriais¹⁷⁶. Os militantes da FACA também ficariam responsáveis por desenvolver uma linha política sindical bem delimitada. Para a FACA a crítica do reformismo deveria ser feita de maneira “objetiva e baseada em fatos concretos” mas evitando “ferir a dignidade dos trabalhadores que por motivos circunstanciais militam nos Sindicatos reformistas e que podem ser atraídos até o nosso campo mediante um intenso labor proselitista”.¹⁷⁷ A tática utilizada seria a da criação de agrupações intersindicais que seriam compostos “por companheiros militantes das Agrupações que integram a Federação” com “outros companheiros ou simpatizantes anarquistas, não integrantes da F.A.C.A”. Tal prática política era uma novidade em relação ao anarcossindicalismo forista e também se fazia com que a política anarquista da FACA se adequasse à sua situação de não possuir a hegemonia no movimento sindical argentino.

A missão dos anarquistas da FACA era a de influenciar à partir desses agrupamentos, seus respectivos sindicatos. A divergência entre FACA e FORA no plano sindical é em resumo, a divergência entre duas estratégias globais do sindicalismo de intenção revolucionária defendidas pelos anarquistas: o sindicalismo revolucionário e anarcossindicalismo. Para a FACA

é preciso assinalar os erros do passado, quanto ao critério de sectarismo estreito que confundia praticamente a organização operária com a especificamente anarquista, fechando a porta daquela a muitos trabalhadores que não compactuam com nossa ideologia.¹⁷⁸

No plano organizativo, a divergência era sobre a necessidade sentida pelos militantes faquistas em ter uma organização política própria dos anarquistas, que pudesse dar conta de um plano estratégico e programático que em sua avaliação, o anarcossindicalismo da FORA não cumpria. Já que a FORA dispensava uma organização específica anarquista, para concentrar suas energias na tática anarcossindicalista. Para a FORA bastavam sindicatos com um programa declaradamente anarquistas, mas para a FACA

Antes de que se insinuara o movimento anarquista organizado que hoje representa a F.A.C.A, houve na Argentina diversas tentativas de organização específica, as que foram afogadas pelo prejuízo antiorganizador dominante ou se diluíram por falta de vitalidade interna e carência de uma base orgânica construída firmemente desde a base. Por outra parte, a exuberância que caracterizou o movimento em geral, durante muitos anos e a crença ingênua numa revolução imediata e milagrosa, pareceram suprir a necessidade de um organismo permanente de coordenação da propaganda e a ação, dos anarquistas, nos diversos meios sociais que atuavam. Mais essas condições, propícias a um otimismo superficial, foram mudando rapidamente, assinalando cada vez mais as falhas de uma militância inorgânica, sem nexos coordenador algum. A necessidade de uma organização anarquista se fez

¹⁷⁶ BORDAGARAY, 2011, p. 53.

¹⁷⁷ FACA. “Estructuras y Taticas de la Organización Libertaria”. Buenos Aires: Ediciones F.A.C.A, 1943.

¹⁷⁸ Idem.

cada vez mais evidente, para aqueles que mantinham o fervor militante e a visão clara dos acontecimentos.¹⁷⁹

Apesar das divergências estratégicas, a FACA mantinha uma relação de proximidade com a FORA. Segundo entrevista de Jacobo Maguid,

A Federação Anarco-Comunista Argentina chegou ao acordo de apoiar a FORA, mas ao mesmo tempo propiciava a ação de todos os grêmios e sindicatos autônomos que não eram foristas. Inclusive preparava sindicatos libertários para atuar fora da FORA. A realidade demonstrava que a FORA não podia de maneira alguma considerar-se a única expressão do movimento operário. Apoiávamos a FORA mas não a considerávamos monopolizadora e queríamos incluir outras organizações autônomas de sindicatos que havia no resto do país e que não estavam afiliadas a FORA nem a CGT. O problema fundamental com a FORA foi seu sectarismo.¹⁸⁰

A CGT sofrerá uma nova cisão em 1943. De um lado a CGT n^o 1, com trabalhadores do comércio municipal, gráficos, construção civil (segundo maior sindicato do país), metalúrgicos, trabalhadores e empregados do Estado etc. Já a CGT n^o 2 reunia a União Ferroviária (maior sindicato do país), transviários, têxteis, trabalhadores do calçado, cervejeiros etc. Tinha presença de socialistas e comunistas. A USA, enfraquecida, reunia marítimos, telefônicos, trabalhadores do tabaco, gastronômicos e autônomos. E por fim, a FORA do V Congresso, com trabalhadores do porto, choferes, encanadores e outros setores.¹⁸¹

Em 1943 mais um golpe marca a história das instituições políticas argentinas. Encabeçado pelo general Rawson, impôs a presidência do general Pedro Pablo Ramírez. Neste momento, o coronel Juan Domingo Perón, um dos membros mais influentes do Grupo de Oficiais Unidos (GOU) assumia a Direção Nacional do Trabalho que se transformaria numa secretaria que criaria importantes vínculos com os dirigentes sindicais. Os anarquistas da FACA reagiriam negativamente ao governo ao governo militar, encabeçado brevemente por Rawson e depois por Pedro Pablo Ramirez. Para os anarquistas vinculados a FACA era necessário “fomentar em todas as partes o espírito de resistência, planejar a defesa das liberdades” e “preparar a oposição geral e sistemática contra a ditadura”.¹⁸² A FACA apostava nas possibilidades do período, como abertura para um possível ressurgimento sindical.

Com exceção dos comunistas e anarquistas, os dirigentes sindicais eram convidados a apresentar suas reivindicações, que começam timidamente a ser atendidas. Perón expandiria os mecanismos do Estado árbitro, delineados durante o governo de Yrigoyen¹⁸³ e interrompidos por Uriburu, o que impactaria ainda mais, a atuação sindical anarquista, cuja ação calcada ideia de ação direta e na autonomia operária diante o Estado, se veria seriamente

¹⁷⁹ Idem.

¹⁸⁰ “La Federación Anarco Comunista Argentina tomó acuerdo de apoyar a la FORA, pero al mismo tiempo propiciaba la acción de todos los gremios y sindicatos autónomos que no eran foristas. Incluso preparaba sindicatos libertarios para actuar fuera de la FORA. La realidad demostraba que la FORA no podía de ninguna manera considerarse la única expresión del movimiento obrero. Apoyábamos a la FORA pero no la considerábamos monopolizadora y queríamos incluir otras organizaciones autónomas de sindicatos que había en el resto del país y que no estaban afiliadas a la FORA ni a la CGT. El problema fundamental con la FORA fue su sectarismo.”MAGUID apud MSC, 2009.

¹⁸¹ Ibid, p. 71.

¹⁸² FEDERACIÓN ANARCO-COMUNISTA ARGENTINA. La Dictadura Militar Imperante Niega sus Propósitos e invoca la Histórica Tradición Democrática. **Acción Directa**, Buenos Aires, Agosto de 1943, Ano VIII, n^o 67, p. 1.

¹⁸³ ROMERO, 2006, p. 93.

comprometida diante uma nova relação com o Estado, que modificaria completamente as regras da gramática político-sindical argentina. Some-se a isto, que novos elementos culturais-ideológicos mesclavam-se a experiência da classe naquele momento. Baseando-nos em Nieto (2013) o crescimento dos signos do nacionalismo no movimento operário mesclava-se com elementos tradicionais da cultura de classe do período anterior. Outro aspecto destacado pelo pesquisador é que os conflitos sindicais davam lugar índices maiores de negociação e transigência, por patrões e empregados, o que prejudicava a atuação anarquista.¹⁸⁴

Com um discurso plástico, que atendia diversos setores sindicais, Perón reforçaria a identificação com os operários e finalmente, lançaria sua candidatura. Vencendo por margem apertada¹⁸⁵, a subida de Perón ao poder iniciaria a construção do peronismo em suas bases.

Em termos econômicos, a crise do modelo agroexportador argentino gerou as condições para a burguesia nacional construir um plano de desenvolvimento interno, calcado na criação de um mercado de consumo interno e na industrialização.¹⁸⁶ Aumentava assim a intervenção do Estado na economia e intensificava-se o planejamento econômico para preparar o país para a conjuntura que se prenunciava.¹⁸⁷ O governo apostava numa estratégia de expansão do mercado interno e no estímulo ao setor industrial. Apoiava o incremento do salário, que logo depois do fim da segunda guerra, entre 1945 e 1948, aumentou mais de 50% e nacionalizava setores básicos da economia.¹⁸⁸ O crescimento industrial favorecia a política peronista, principalmente para o campo sindical e popular. Houve um nítido crescimento da melhora de nível de vida, particularmente entre 1946 e 1949: congelamento dos aluguéis, estabelecimento de salários mínimos e preços máximos, melhora da saúde pública, planos de habitação, construção de escolas, organização de sistema de aposentadoria etc.¹⁸⁹

A sindicalização no país crescia, elevando-se de 500.000 a 2,5 milhões de afiliados.¹⁹⁰ Há um marco de crescimento na quantidade de assalariados num contexto de certa unificação do movimento operário. As condições de pleno emprego, o aumento real dos salários e o estímulo peronista a organização operária favorecia a atuação de um Perón que buscava aprofundar o controle do movimento sindical.¹⁹¹ Segundo Romero (2014) A relação entre Perón e o sindicalismo era complexa, negociada e difícil de reduzir a uma fórmula simples. O Estado facilitava e estimulava a organização de classe, apoiando sua legitimidade nos trabalhadores e sua força, constituindo uma espécie de dignidade pelo pertencimento e inclusão mas isso não significou paralisia da ação sindical da classe trabalhadora argentina, que aproveitava a situação positiva do ponto de vista do emprego para esgarçar as conquistas adquiridas. Em 1945, na cidade de Buenos Aires, as greves afetaram 50.000 trabalhadores. Em 1946 e 1947, as cifras atingiriam 335.000 e 550.000 trabalhadores respectivamente.¹⁹²

O peronismo ampliava sua base de apoio com os “humildes”, que completavam o bloco popular de apoio ao governo. Paralelamente Perón criava um Estado autoritário que interviu nas universidades, no poder legislativo e no conjunto da imprensa.¹⁹³ Coincidentemente é de 1943 a 1946 que vão se desarticulando as estruturas sindicais criadas pela FACA.¹⁹⁴ Como apontado por Daniel James “as expressões de oposição da classe trabalhadora a certos aspectos da política peronista” eram minoritárias e de maneira geral

¹⁸⁴ NIETO, 2013, p. 3.

¹⁸⁵ ROMERO, 2004, pp. 96-97.

¹⁸⁶ PEREZ, 2006, p. 207.

¹⁸⁷ FAUSTO; DEVOTO, 2004, p. 296.

¹⁸⁸ Ibid, pp. 301-302.

¹⁸⁹ ROMERO, 2006, p. 102.

¹⁹⁰ Ibid, 208.

¹⁹¹ Ibid, 2004, p. 104.

¹⁹² BETHEL, 2002, p. 67

¹⁹³ Segundo Romero (2006, p. 107), Perón processou, fechou e até mesmo expropriou jornais independentes.

¹⁹⁴ BORDAGARAY, 2011, p. 55.

foram muito pouco questionadas.¹⁹⁵ Some-se a isto, que com o peronismo há uma “mudança decisiva conduta e nas lealdades políticas da classe trabalhadora”.¹⁹⁶

Ainda assim, a FACA intenta reorganizar sua atuação diante uma conjuntura complexa e governada por um regime autoritário que era avaliado pela organização – tendo em vista a experiências dos Estados fascistas – como uma possível ameaça de estabelecimento de regime totalitário. Lembremos que a experiência do antifascismo fez parte da reflexão de importantes setores operários durante o período da guerra¹⁹⁷, havendo a presença na Argentina inclusive, de uma subdelegação da CNT no exílio.¹⁹⁸ Ao contrário, o Partido Comunista adotou uma posição mais flexível e pouco depois da vitória peronista deixou de caracterizar o peronismo como fascismo, “dissolveu seu aparato sindical e ordenou que seus militantes se incorporassem na CGT”¹⁹⁹. Essa posição analítica da FACA teria graves consequências em sua trajetória ulterior.

Outra organização anarquista relevante foi a *Unión Socialista Libertária* (USL). Fundada em 1946, a USL atuou fundamentalmente em Rosário, era aderida a FACA, que posteriormente se torna Federação Libertária Argentina (FLA). Seus integrantes vieram de diferentes organizações de matriz libertária e a USL atuou no movimento estudantil e operário. A proibição do congresso da FORA em 1948, que se realizou de maneira clandestina²⁰⁰ evidencia o tratamento dado ao anarquismo nesse contexto de ascensão e consolidação de Perón e de oposição minoritária ao peronismo. Mesmo assim, ainda que não hegemônica no movimento sindical, a FORA mantém presença em diversas categorias, em grande medida com as chamadas sociedades de resistência sindical; uma espécie de oposição sindical que mantinha atuante, a ação sindical anarquista. Em relação ao Brasil, a FORA, à despeito da repressão que acompanhara praticamente toda sua trajetória política, mantém presença mínima nos espaços sindicais e em alguns casos (como da FOCN) mantém forte hegemonia.

O congresso da FORA em 1948 dá um bom panorama sobre sua presença nos meios sindicais. Essa presença desmitifica completamente a tese que identifica nos anos 30, o declínio absoluto do anarquismo argentino e nos anos 40 um período “letárgico”. Analisando um documento da época podemos constatar a participação no congresso de 1948 da *Sociedade de Resistência y Unión de Chauffeurs*; *Sociedade de Resistência Controles y Limpiacoches de Colectivos*; *Sociedade de Resistência Obreros Albañiles, Cementistas y Anexos*; *Sociedade de Resistência de Obreros del Puerto*; *Sociedade de Resistência Obreros de las Barracas*; *M.C de Frutos*; *Lavaderos de Lana y Anexos*; *Sociedade de Resistência Ofícios Vários de Morón* e a *Sociedade de Resistência Panaderos de Morón de San Miguel*. Em Rosário a FORA possui presença sindical com a *Sociedade de Resistência Ofícios Vários de Rosário*. Também participam a *Federación Obrera del Calzado y Sociedad de Obreros del Puerto de Villa Constitución*. A *Federación Obrera del Calzado* teve sua sede fechada desde 1943. Participam também o *Conselho Federal de la Federación Obrera en Construciones Navales*; *Sindicato de Pintores, Varaderos Navales*; *Sociedad de Plomeros*; *Cementistas*; *Hidráulicos y Anexos*; *Sociedade de Resistência de Conductores de Carros y S.U de la Madera*. Participam a *Sociedade de Resistência de Panaderos de Quilmes*; *Unión Obrera de Mar del Plata*; *Sindicato de Obreros Portuários y Estibadores y Anexos de Necochea y Quequén*. Estas últimas cidades, importantes cidades portuárias cuja presença da FORA seria fundamental

¹⁹⁵ JAMES, 2013, pp. 24-25.

¹⁹⁶ JAMES, 2013, p. 27.

¹⁹⁷ NIETO, 2013, p.3.

¹⁹⁸ UNIÓN Socialista Libertária. **Boletín Informativo**, Rosário, Agosto de 1949, nº 13, p. 2.

¹⁹⁹ JAMES, 2013, p. 25.

²⁰⁰ FORA, Actas y Acuerdos, 1948.

para as greves que iriam ocorrer na década seguinte. Participaram do congresso também agrupamentos políticos e observadores externos, tais como a União Anarquista de São Paulo.

Ainda assim, havia dificuldade da FORA em realizar atividades públicas, que se manteve clandestina durante a maior parte do governo peronista. No auge da crise, houve inclusive propostas de fundir a FORA e a FACA num único agrupamento, que não foram adiante devido divergências internas e diferenças de percepção do papel do sindicalismo e da organização política. Cabe dizer, que a FACA jamais conseguiu reunir todos os setores do anarquismo argentino, mas expressou uma intenção organizativa que pode ser lida à partir do contexto internacional de formação de organizações anarquistas e que tem uma importância fulcral em articular seus militantes. Segundo Nieto (2013) é possível identificar mais de 350 núcleos de ativistas libertários (majoritariamente vinculados a FACA) atuando em todo território argentino.²⁰¹ Referindo-se a historiografia que ocultou a presença anarquista nos anos quarenta, o pesquisador Augustin Nieto afirma com precisão que: “Num território que teria que estar deserto de anarquistas, encontramos uma ilha ácrata (uma estranha sobrevivente jurássica?), depois outra, e outra mais...” Assim estas “ilhas” vão configurando um denso “arquipélago libertário”.²⁰² Em tabela construída pelo pesquisador, pode-se identificar a presença anarquista em 20 cidades. Os maiores núcleos são os de Buenos Aires (74), Santa Fe (22), Córdoba (16) e Entre Rios (11). Mas identifica-se a presença em Mendoza, Formosa, Chaco, Tucumán, Santiago del Estero e diversas cidades, em regiões distintas do território argentino.²⁰³ Nieto também demonstra a inserção desses núcleos em atividades econômicas diversas, demonstrando que a militância anarquista do período (1939-49) atuou em setores da Alimentação, construção, transporte, gráfica, madeira, têxtil, estatal, metalurgia, comércio, serviços e rural. Nieto (2013) afirma que durante os anos 40 militantes *faquistas* conseguiram avançar em sindicatos dirigidos por outras correntes, organizaram sindicatos “paralelos”, conseguiram impor sua linha política em assembleias de organizações operárias hegemônicas pelos comunistas e deslocaram esses da direção de importantes sindicatos e federações.²⁰⁴

As experiências anarquistas nos 40, ainda que reduzidas, estiveram longe de ser extintas do movimento operário e foram significativamente relevantes. Muitos dos protestos laborais que foram estudados apenas como conflitos de motivação predominantemente econômica, foram impulsionados, organizados e dirigidos pela militância de esquerda, entre ela, a militância *faquista*.²⁰⁵

À partir de 1949 a conjuntura externa favorável começou a se inverter. Em 1952, o governo peronista adotou um novo rumo econômico para tentar evitar a estagnação industrial. Segundo Romero (2006) a crise econômica foi acompanhada por grandes manifestações de insatisfação dos dois principais sustentáculos do regime, os sindicatos e o exército. O consumo interno foi restringido, os subsídios aos bens populares removidos. Greves importantes de bancários, gráficos e ferroviários no fim de 1950 e começo de 1951 colocavam em cheque a nova política econômica. Isso não impediria a vitória esmagadora de Perón, que seria recolocado no poder com 64% dos votos. O projeto de peronização da sociedade avançava.

Os espaços de oposição eram reduzidos ao mínimo e o regime aprofundava seu autoritarismo.²⁰⁶ Em 1951, o anarquista Luis Danussi foi processado pelo governo, por ter publicado o folheto “Um ano de Peronismo” e no ano seguinte 20 trabalhadores aderidos ao

²⁰¹ NIETO, 2013, p. 7.

²⁰² Idem, tradução nossa.

²⁰³ Ibid, p. 8.

²⁰⁴ NIETO, 2013, p. 19.

²⁰⁵ Idem.

²⁰⁶ ROMERO, 2006, p. 121.

sindicato de *plomeros* seriam presos depois de uma greve.²⁰⁷ Paralelamente, o peronismo se espalhava pela sociedade civil com forte participação popular. Diversas instituições civis como “clubes de futebol, de tiro ao alvo, de bochas, sociedade de fomento, de amigos de tal ou qual rua, cooperativas escolares, múltiplas comissões”²⁰⁸ formavam um tecido associativo que fortalecia a tessitura política e social do peronismo para além de Perón e ocupavam o espaço que outrora pertencia ao anarquismo. É da conjugação de ação na sociedade civil e interferência do Estado, que podemos compreender a paulatina influência do peronismo.²⁰⁹

Contudo, o Estado peronista enfrentava oposições internas. A igreja começava a enfrentar o peronismo no terreno educacional, na organização da juventude e estritamente no campo eclesiástico. A ruptura com a igreja era previsível, pois vários de seus membros vinham das chamadas classes médias, nas quais a hostilidade ao peronismo era forte.²¹⁰ Os golpistas, oficiais e políticos de oposição, exploraram o cisma de Perón com a igreja e realizaram uma tentativa com o objetivo de assassinar o líder argentino. A ação fracassada resultou no bombardeio e no ataque a tiros contra uma concentração de civis de apoio a Perón, que terminou com 300 mortes. Após uma explosão de fúria dos partidários de Perón contra os opositores, este seguiu uma atitude conciliadora, chamando os dirigentes da oposição para uma discussão democrática que terminaria fracassada. Mas sua situação com as forças armadas, a imprensa e a oposição não lhe garantiriam a permanência no cargo.²¹¹ Havia também dificuldade de Perón em mobilizar as massas, cujas forças pareciam escassas nos anos finais do peronismo.²¹²

Neste mesmo ano a *Federación Anarco-Comunista Argentina* mudaria de nome para *Federación Libertaria Argentina* (FLA) em fevereiro de 1955, por decisão de seu quarto congresso e²¹³ em outubro, anarquistas ligados a FORA fundam a Comissão de Coordenação e Agitação Anarquista, no intuito de articular a militância anarquista dispersa no país e organizar a ação sindical.²¹⁴ Tais ações visavam dar uma resposta organizativa as profundas mudanças conjunturais que eram percebidas pela militância anarquista.

Depois de diversas igrejas do centro da capital terem sido incendiadas pelos partidários de Perón, a situação tornou-se insustentável e em setembro de 1955, uma nova rebelião militar estourou na cidade de Córdoba, onde o antiperonismo era mais forte. Perón se refugiou na embaixada do Paraguai e embarcou para uma viagem ao exílio. Segundo Bethel, o impasse político que levou a derrubada de Perón pode ser compreendido pelas transformações internas da sociedade argentina, que durante o peronismo sobrepuseram sobre a velha ordem hierárquica uma ordem industrial e participativa. A velha ordem hierárquica dos setores terratenientes, dos capitalistas estrangeiros e agrários e da velha classe média comercial burocrática conviviam com um recente e dinâmico mundo industrial. Esse nó de interesses traduziu-se como um pluralismo negativo que impediu a partir de ações divergentes, um resultado político que impedia qualquer setor de conduzir totalmente o processo o que

²⁰⁷ INFORMES del comite de huelga. **Boletín de la Sociedad de Resistencia Plomeros, Cloaquistas, Hidraulicos y Anexos**, Buenos Aires, n^o 7, p. 3, agosto, 1952.

²⁰⁸ ACHA, 2008, p. 2.

²⁰⁹ Aqui cabe uma reflexão pormenorizada. Os estudos com forte influência thompsoniana evitaram o tom estruturalista de considerar as mudanças internas no movimento operário como mera obra da ação estatal. Por outro lado, alguns destes terminaram por inverter o polo da questão, minimizando a ação estatal na constituição do sindicalismo deste período e colocando na conta da classe, o que em grande parte também era um projeto das franjas governamentais.

²¹⁰ FAUSTO; DEVOTO, 2004, p. 311.

²¹¹ Ibid, pp. 332-333.

²¹² ACHA, 2008, p. 11.

²¹³ CORRÊA, 2013, p. 55.

²¹⁴ Circular Informativa. A los compañeros del país. N^o 1. Comisión Anarquista de Cordinación y Agitacion. Buenos Aires, agosto de 1955.

inevitavelmente levaria a um cenário de impasse político que terminou com um golpe militar no dia 16 de setembro, impulsionado pelo general Eduardo Lonardi e Pedro Eugenio Aramburu.²¹⁵

As forças armadas ocupariam o governo com a tarefa de *desperonizar* a sociedade, amparadas por uma heterogênea frente antiperonista. Em fins de setembro de 1955, diversos sindicatos estavam ocupados por grupos antiperonistas armados, conhecidos como comandos civis.²¹⁶ Eduardo Lonardi se apresentaria como presidente provisório da nação e prometeria ao movimento sindical reabrir os sindicatos fechados ou dominados pelo antiperonistas e assumiria em meio a combates de rua na cidade de Rosário, trancamentos de ruas e barricadas no principal reduto peronista.

Em seis de outubro o governo publicava um acordo que se comprometia a realizar eleições em todos os sindicatos num prazo de 120 dias.²¹⁷ Interventores foram convocados para dirigir sindicatos onde havia um conflito aberto entre peronista e antiperonistas, o que terminou por beneficiar ou confirmar o poder peronista na maior parte dos sindicatos.

Ainda em outubro começam a surgir os embriões do que viria a ser conhecido como “Resistência Peronista” que extrapolou o poder de decisão da cúpula peronista e espalhou-se pelas bases sindicais.²¹⁸ A resistência peronista foi basicamente um fenômeno das bases e que se dirigia fundamentalmente como uma hostilidade contra as novas autoridades e o ataque ao movimento sindical. Uma grande paralisação que resultou na prisão de milhares de trabalhadores evidenciava a capacidade de capilarização deste fenômeno, que segundo Daniel James foi uma oposição das bases que foi fundamentalmente “espontânea, instintiva, confusa e acéfala”.²¹⁹

Em novembro assumiria o governo, o general Pedro Eugenio Aramburu. Aramburu representava de certo modo, o fracasso na iniciativa do governo argentino em integrar o peronismo num sistema político naquele momento não peronista. Sob inúmeros ataques das forças antiperonistas aos locais sindicais e a negativa de Aramburu em cumprir os acordos anteriores, a CGT declarou uma greve por tempo indeterminado que foi respondida com a declaração de ilegalidade da greve e intervenção na CGT e em todos os sindicatos.²²⁰ Vários dos interventores eram com frequência “socialistas, radicais ou sindicalistas” que aproveitavam as novas circunstâncias para “ajustar as velhas contas” com os antigos militantes de base peronistas.²²¹ A resistência peronista se enraizava portanto nas fábricas, com agrupações semiclandestinas, que se reuniam em casas privadas.

O novo comando de Aramburu iria adotar uma atitude de drástico confronto em relação ao peronismo.²²² Os expurgos se estenderiam não só aos militares próximos de Perón e ao partido peronista (dissolvido), mas incidiriam nas universidades, na administração pública, nos meios de comunicação e nos sindicatos.²²³ Não bastava, diante um contexto de um capitalismo do pós-guerra reconstituído, onde o liberalismo e a democracia se contrapunham a herança dos governos autoritários, eliminar os vestígios autoritários do peronismo. Era necessário não apenas retomar a ordem constitucional, mas os tempos e o

²¹⁵ BETHEL, 2002, pp. 76-77.

²¹⁶ JAMES, 2013, p. 70.

²¹⁷ Ibid, p. 71.

²¹⁸ Militantes importantes passaram por essa experiência de luta e levaram-na para outros países. Este foi o caso do perunano Hugo Blanco, militante trotsquista que trabalhava num frigorífico argentino e em 1958 retorna ao Peru e se integra na organização do movimento camponês local que adere a táticas da luta armada. Sobre isto Cf. BARROS, 1979, pp. 117-118.

²¹⁹ Ibid, p. 79.

²²⁰ Ibid, p. 74.

²²¹ Ibid, p. 92.

²²² Ibid, p. 339.

²²³ ROMERO, 2006, p. 128.

capital exigiam a modernização da economia e a transformação do aparato produtivo, o que incidia diretamente nas entidades da classe trabalhadora.²²⁴

A intervenção nos sindicatos nomeou antigos opositores de Perón e houve uma intensa perseguição aos sindicatos peronistas. Os empresários argentinos questionavam o papel dos trabalhadores durante o peronismo e insinuavam que se deveria revisar sua participação na renda nacional, aumentar a produtividade, racionalizar as tarefas e reduzir a mão de obra.²²⁵ O pacto de classes parecia sofrer uma revisão fortemente influenciada pelo estágio do capitalismo neste período. Isso implicou numa iniciativa do governo em reduzir o poder dos sindicatos e dos trabalhadores. Esse período também ficou marcado pelo surgimento de novos dirigentes sindicais, que foram formados nas lutas difíceis daqueles anos que evitavam – à despeito de terem simpatia com Perón ou não (a maioria tinha) – a expropriação de direitos sociais outrora conquistados.

Relembremos que apesar das dificuldades em estabelecer uma coordenação nacional, a Federação Anarco-Comunista Argentina continua em funcionamento e em 1955 é refundada, mudando seu nome para Federação Libertária Argentina (FLA).²²⁶ E em 1955, anarquistas ligados a FORA fundam a Comissão de Coordenação e Agitação Anarquista, no intuito de articular a militância anarquista dispersa no país.²²⁷ Atividades outrora proibidas ou restritas passam a funcionar.²²⁸

Neste momento também ocorrem certas polêmicas no interior do anarquismo argentino. A atuação do anarquista Luiz Danussi, militante da FORA e da FLA junto ao interventor da FGB recebeu variadas críticas de parte do anarquismo argentino. Danussi, vinculado a FLA, conseguiu manter a presença libertária na direção da Federación Gráfica Bonaerense, aproveitando a ausência peronista e a intervenção. Gabriel Prieto que nesse momento estava vinculado a *Biblioteca Popular José Ingenieros* considerava à época, Danussi e Grunfeld como “colaboracionistas”.²²⁹ Grunfeld chegou a ser secretário da Mesa Nacional dos 32 grêmios democráticos criados no congresso de normalização da CNT. Este e Danussi creiam que a mobilização sindical peronista tinha pretensões *totalitárias*, o que justificava sua adesão aos sindicatos democráticos e em consequência ao oficialismo.²³⁰ Grunfeld inclusive, escreverá um longo trecho – convertido em brochura – onde tenta definir sua posição sobre o sindicalismo. Tal posição, apesar de se aproximar em alguns pontos mais do sindicalismo revolucionário do que do anarcossindicalismo, terminava também por incorporar posições polêmicas, como uma excessiva fé no aparato sindical e certa rejeição ao uso da violência.²³¹

²²⁴ ROMERO, 2006, p. 127.

²²⁵ Idem.

²²⁶ CORRÊA, 2013, p. 55.

²²⁷ Circular Informativa. A los compañeros del país. N° 1. Comisión Anarquista de Cordinación y Agitacion. Buenos Aires, agosto de 1955.

²²⁸ Como bibliotecas sociais anteriormente fechadas. Este foi o caso da Biblioteca Emile Zola, em Córdoba. BIBLIOTECA POPULAR “EMILIO ZOLA”. **Brochura**. Esbozo Histórico de su Desarrollo en su Cincuenta Años de Vida, 1961, p. 9.

²²⁹ PRIETO, Gabriel. Gabriel Prieto: depoimento [mar. 2007]. Entrevistador: BPJI, Buenos Aires, 2017. arquivo.mp3 (2h:10 min.).

²³⁰ Cf. DANUSSI, Luis. Despues de la Dictadura In. CIMAZO; GRUNFELD, 1981, p. 222. Neste artigo Danussi divide o movimento operário entre totalitários e anti-totalitários. Grunfeld afirmará em 1957, que o sindicalismo “não pode ser concebido dentro de limites estreitos, nem muito menos nos moldes de uma estrutura totalitária, dentro da qual viveu o proletariado argentino durante mais de uma década”. GRUNFELD, 1957, p. i.

²³¹ Para ele, “A estratégia operária não supõe impulsos de violência, mas sim criar instituições superiores que vão se inserindo, sem provocar maiores resistências.” Segue o original: “La estrategia obrera no supone impulsos de violencia, sino de crear instituciones superiores que vayan insertándose, sin provocar mayores resistencias, en la estructura social.” Ibid, p. 15.

Tal presença, conjugada com outros elementos sindicais, possibilitou que em 1957 a FATI pudesse retomar a postura federalista que fazia parte de sua história, interrompida apenas na direção da FATI pelos peronistas de 1949 a 1955 (A FGB passa ao controle dos peronistas). Mas os anarquistas não se limitarão apenas a manter presença em determinados sindicatos do período, mas também se envolverão com determinadas atividades grevistas.

Os anarquistas, submersos no mar peronista ainda teriam um papel relevante em determinadas contendas grevistas. Tal arquipélago libertário, ainda que submerso aos olhos dos historiadores, permanecia vigente, se alimentando de tradições e lutas sociais do período e teria um papel importante na greve mais longa da história argentina.

A FLA neste período terá um papel importante na categoria dos portuários, dentro de um contexto de greves e mobilizações combativas. Os trabalhadores navais possuíam determinados direitos sociais que destoavam da esmagadora maioria dos sindicatos vinculados anteriormente ao peronismo: direitos que iam do pagamento da jornada de trabalho noturna, da hora de almoço e do trabalho insalubre. Foram esses direitos, estabelecidos num convênio sindical, que determinou a chegada dos interventores do governo nas oficinas navais, que nesta época, tinha a ativa presença da *Federación de Obreros en Construcciones Navales* (FOCN). Apesar da FOCN não ser vinculada ao peronismo, o governo identificava nesses direitos dos navais, reminiscências do vínculo político-sindical do peronismo. A FOCN foi criada em 1917 e reunia cinco sindicatos à época. A FOCN sobrevivera a diferentes vagas repressivas: foi fechada no golpe de 1930 por Uriburu; novamente fechada pelo presidente Castillo, em 1947 e 1950 por Perón.²³² Em 1956, segundo informe da FORA, a FOCN agrupava 7.000 trabalhadores.²³³ Segundo o ex-secretário geral da FOCN, Domingo Trama, a FOCN estava fechada pelos peronistas desde 1950 e quando estourou a Revolução Libertadora a FOCN foi finalmente legalizada.

Aramburu queria romper o acordo que tinha o grêmio da indústria naval. Mandaram um interventor que me disse: ‘Estas são sinecuras de Perón’. E eu lhe contestei ‘de maneira alguma, este convênio foi feito muito antes da chegada de Perón e foi graças a luta de todos os trabalhadores.’²³⁴

Relembremos que o princípio da revolução libertadora representou a ocupação dos locais sindicais por comandos civis e por outro lado, a prisão e repressão de numerosos delegados fabris e ativistas sindicais.²³⁵ No caso da FOCN, a Marinha tinha ocupado estaleiros navais. A atuação de Pedro Eugenio Aramburu prosseguiu numa crescente política antioperária. O custo de vida aumentava e algumas greves importantes, ocorreram ainda no ano de 1955.

Em 07 de abril de 1956 sancionou uma lei que excluía de qualquer atividade todos os que desempenharam a condução da CGT ou seus sindicatos entre fevereiro de 1952 e setembro de 1955. Boa parte dos dirigentes sindicais conhecidos estava presa ou não participavam da vida sindical. A política de retirada de direitos levou o movimento operário a uma política de defesa de suas conquistas. Os trabalhadores utilizarão diversas formas de resistência contra a “mão dura” patronal, como o boicote, sabotagens e as greves, táticas, que

²³² Cf. CERUTI, 2011.

²³³ FORA. Los zarpazos de la reacción, hablan un lenguaje inconfundible. **Panfleto**. Octubre, 1956, tradução nossa.

²³⁴ Aramburu quería romper el acuerdo que tenía el gremio de industria naval. Mandaron a un interventor que me dijo: ‘Estás son prebendas de Perón’. Y yo le contesté ‘de ninguna manera, este convenio se hizo mucho antes de la llegada de Perón y fue gracias a la lucha de todos los trabajadores. TORRADO apud MANENTE, 2011, p. 2.

²³⁵ A direção da CGT optou pelo diálogo e conciliação com os setores golpistas, o que lhe garantiu a promessa do presidente provisório de 55, general Eduardo Lonardi, a não intervenção na CGT. CERUTI, 2011, pp. 2-3.

no caso do anarquismo constituíram-se no meio da classe. Nos bairros operários redes de solidariedade anônimas iam colaborando com os centenas de detidos e perseguidos. Redes mantidas por um senso de *comunidadade*, onde “um nível de obrigação social [...] é dado pelo fato de aparentemente viverem no mesmo lugar e, nesse sentido, terem uma identidade comum”.²³⁶

No bairro portenho de *La Boca*, em *Ensenada*, *La Plata*, *San Fernando*, *Tigre*, *Campana*, *Avellaneda*, *Almirante Brown* e *Rosário* a greve envolveria milhares de trabalhadores navais. Uma das demandas, além da liberdade de representação sindical foi a redução da jornada de trabalho de seis horas, demanda até então, inédita na história do sindicalismo argentino.

O sindicato têxtil realizou uma paralisação de 24 horas em outubro de 1956 que foi reprimida duramente com invasões de domicílio, perseguições, prisões e demissões. Os bancários e telefônicos se somaram ao ato de greve, assim como bancários, ferroviários, trabalhadores da construção, transporte automotor, trabalhadores do tabaco, da carne, gráficos e metalúrgicos. Esses últimos inclusive sofreram uma repressão brutal, com o exército ocupando as plantas industriais e a polícia entrando em cafés e bares, para expulsar os trabalhadores metalúrgicos a pontapés.²³⁷

Apesar das modestas conquistas, tais lutas foram importantes numa fase de retirada de direitos e intervenção sindical. Nesse contexto que se inscreve a mobilização da *Federación de Obreros en Construcciones Navales (FOCN)*. A FOCN irá apresentar uma petição a empresa *Flota Argentina de Navegación Ultramar* para que esta reconhecesse a representação e a liberdade de ação sindical. Apesar da represália da empresa em suas oficinas, o Ministério do Trabalho solucionou o conflito parcialmente, dando ganho a favor dos trabalhadores. As oficinas de trabalho da FANU não aceitavam a reivindicação da redução da jornada de trabalho insalubre para 6 horas e defendiam que os trabalhadores deveriam negociar separadamente com cada dono de oficina, o que fragilizaria sua força coletiva. Ao não aceitarem as condições exigidas pela FOCN, os trabalhadores começaram a implantar a jornada de 6 horas. A FANU em retaliação iniciou um *lock-out* patronal que causou suspensões massivas e depois demissões que chegaram a 8 mil trabalhadores de 55 oficinas no país. As assembleias foram proibidas pelas forças da marinha, prisões arbitrárias foram realizadas e o arrombamento das sedes sindicais – com sequestro de material e dinheiro – foram uma constante no período.

O auge da crise se deu com o assassinato em 11 de outubro de 1956 em Rosário, por elementos paramilitares de Ramiro Garcia Fernández, um militante anti-franquista que lutou ao lado de Buenaventura Durruti, membro da *Confederación Nacional del Trabajo (CNT)*, histórica central anarcosindical espanhola, que trabalhava desde 1956 em uma das oficinas em conflito e que era vinculado a FOCN. Segundo comunicado da FORA, Ramiro foi “assassinado pelas costas, e gravemente ferido também pelas costas, Juan A. Cabrera, fatos consumados por policiais da Delegacia II^a da cidade de Rosário”.²³⁸

No fim de outubro e 1956 a FOCN declarou uma greve por tempo indeterminado que se manteve por um longo período de tempo, à despeito das tentativas patronais de burlá-la. Os interventores seduziam a FOCN com a possibilidade de se somar a CGT.²³⁹ A FOCN exigia a manutenção do convênio firmado décadas atrás e demandava a reincorporação dos despedidos, a abolição das horas extras para habilitar mais trabalhadores e o pedido de seis horas de trabalho. O fato da FOCN não estar vinculada a CGT trazia empecilhos para a

²³⁶ WILLIAMS, 2015, p. 167.

²³⁷ JAMES, 2013, p. 102.

²³⁸ FORA. Los zarpazos de la reacción, hablan un lenguaje inconfundible. Panfleto. Octubre, 1956, tradução nossa.

²³⁹ MANENTE, 2011, p. 2.

intervenção do governo no sindicato, que permanecia autônomo, mas também dificultava a negociação.

Com oito meses de greve, um barco que saiu do porto de Buenos Aires até Montevideu afundou no trajeto e 100 pessoas faleceram. A falta de reparo foi o motivo de ter ido a pique e a indústria naval acusou a negligência dos trabalhadores que responderam responsabilizando a patronal. Esse acontecimento provocou a solidariedade de outros setores aos trabalhadores navais, que receberam apoio dos trabalhadores navais do Uruguai, da *Federación Universitaria de Buenos Aires* (FUBA), que era antiperonista. A rede de solidariedade a FOCN era escassa, devido ao seu posicionamento político independente. Apenas alguns sindicatos ligados ou solidários a FORA como o sindicato dos encanadores apoiavam-na.²⁴⁰ O maior apoio partia da própria militância e de suas redes informais. Segundo Domingos Trama

tínhamos a solidariedade maravilhosa das mulheres de nossos associados que se instalavam na porta das oficinas para garantir a greve, mas depois ficamos muito isolados, somente nos apoiava o sindicato de encanadores, que seguia sendo anarquista, os demais nos faziam chegar ajuda material, nada mais.²⁴¹

Além do apoio interno, que provinha basicamente de suas fileiras, a FOCN contava com o apoio transnacional de seus congêneres uruguaios. Domingos Trama afirma que “no Uruguai tínhamos um apoio bárbaro”.²⁴² Ante a persistência da greve protagonizada pela FOCN, o governo argentino organizou um sindicato paralelo, o Sindicato Argentino de Trabajadores Navais (SAON)²⁴³ para tentar esvaziar o movimento.

Segundo Domingo Trama o embaixador argentino organizou uma reunião com o presidente Aramburu, Palácios, a patronal, os ministros e trabalhadores da FOCN.

o almirante Sadi Bonnet me contesta: “mas você é um anarquista!” e aí se meteu Palácios que me lhe disse que não se estava discutindo a ideologia de ninguém mas a solução de um conflito laboral.²⁴⁴

Depois da reunião alguns acordos foram firmados entre o governo, a patronal e os trabalhadores, mas segundo a militância da FOCN, tais acordos não foram integralmente cumpridos. Numerosos delegados e militantes da FOCN foram presos e o governo considerou a FOCN ilegal, reconhecendo como o único sindicato, o SAON.

A greve da FOCN é considerada a mais longa greve do século XX em território argentino. A greve durou 14 meses e foi protagonizada ironicamente, pela militância anarquista, que segundo certo olhar historiográfico, era apenas um reminiscência de um passado distante.²⁴⁵ Segundo Ceruti a greve da FOCN produziu “uma ponte entre gerações com conhecimentos e hábitos distintos”.²⁴⁶

A greve da FOCN se insere num contexto em que o apesar da proscrição de um grande número de dirigentes sindicais, a normalização sindical se realizou com uma nova geração de sindicalistas peronistas. Em resposta a conjuntura grevista na qual se insere a greve da FOCN,

²⁴⁰ MANENTE, 2011, p. 3.

²⁴¹ CERUTI, 2011.

²⁴² Idem.

²⁴³ Sindicato Argentino de los Trabajadores Navales.

²⁴⁴ Segue o original: “el almirante Sadi Bonnet me increpa: “pero usted és un anarquista!” y ahí se metió Palácios que le dijo que no se estaba discutiendo la ideología de nadie sino la solución a un conflicto laboral. TRAMA apud BRUSCHTEIN, 2001, p. 2, tradução nossa.

²⁴⁵ CERUTI, 2011.

²⁴⁶ Idem.

o governo decretou um estado de sítio por 30 dias na capital federal e Buenos Aires. Apesar da derrota da greve, a FOCN aproveitará o para lançar seu jornal, *El Obrero Portuário*, em julho de 1957. Seguirão abordando as condições de trabalho dos trabalhadores do porto e denunciando a carestia de vida, e convocando os trabalhadores *foristas* e não *foristas* para uma assembleia geral que poderia decidir pelo rebaixamento dos preços dos artigos necessários a sua sobrevivência.²⁴⁷

Em setembro de 1957, o Congresso Normalizador da CGT se reuniu sob supervisão militar, e os peronistas agrupados nas 62 organizações assumiram o controle da central, apesar de compartilhá-lo com alguns núcleos independentes que incluíam os comunistas.²⁴⁸ Essa etapa confirmou a posição dominante dos peronistas no movimento sindical.²⁴⁹ Foi neste evento que a coalizão dos 32 *Grêmios Democráticos* foi formada, à partir da decisão de se retirar do congresso.

Nesse contexto de reorganização do campo sindical fazia sentido aos anarquistas organizar melhor sua atuação. Em 1957 a FLA organiza um pleno nacional que coincide com o fim da greve organizada pela FOCN. Esse pleno reuniu delegados de 17 agrupações, nos dias 13, 15 e 15 de dezembro de 1957 e foi convocado pelo conselho nacional da FLA. A FLA debateu a questão do movimento operário, as linhas tiradas pela organização avaliavam a atuação de outras correntes políticas, consideradas pelos anarquistas como “elementos totalitários no meio sindical”. Defendiam o federalismo e a atuação orgânica nos sindicatos da categoria de seus militantes segundo atitudes uniformes a serem adotadas. A FLA também recomendou a criação de grupos intersindicais, uma espécie de tendência, que contaria com militantes da FLA e “militantes não libertários” de diferentes sindicatos.

FLA tentaria capitalizar sindicalmente, diante mobilizações importantes da luta sindical argentina dos anos 50. Tal estratégia da FLA tinha consonância com o que vinha sendo realizado no anarquismo brasileiro deste período. A “coincidência” de táticas não é fruto do acaso, mas sim, corresponde a uma relação que se normatiza com certos acordos políticos, desde 1948.²⁵⁰ A FLA avaliava o baixo grau de organização interna do anarquismo como um problema a ser corrigido e apontava um plano de soluções imediatas que preparasse a formação de comissões especiais que rascunhassem projetos sobre o movimento operário, movimento cooperativo, movimento agrário, problemas de ordem cultural e educacional, problemas econômicos e financeiros e problemas políticos.²⁵¹

Em 1958 foram realizadas as eleições presidenciais. Segundo Fausto e Devoto (2004) o governo optou por apoiar a força antiperonista com mais chances de vencer, o que levou a uma aliança entre seus inimigos, formalizada num pacto entre Perón (no exílio) e Frondizi. O peronismo constituir-se-ia paradoxalmente com mais força, durante o exílio de Perón. O apoio de Perón a Frondizi foi negociado, em troca da suspensão futura das proibições.²⁵² A vitória de Frondizi, com 45% dos votos foi galvanizada por uma aliança que incluiria além dos peronistas, setores da classe média progressistas. Seu governo oscilaria permanentemente em tentar agradar setores da esquerda e a direita, à igreja e os anticlericais, aos peronistas e aos antiperonistas.²⁵³ A bandeira instrumental de Frondizi era uma oposição a uma Revolução Libertadora e não convencia os setores que não confiavam no apoio peronista que levava seu

²⁴⁷ EL Jornal de Los Estibadores y la Carestia de Vida. **El Obrero Portuario**, Buenos Aires, Julio de 1957, ano 1, nº 1, p. 4.

²⁴⁸ BETHEL, 2002, p. 79.

²⁴⁹ JAMES, 2013, p. 112.

²⁵⁰ Para conferir a relação do anarquismo brasileiro e argentino na década de 40 e 50, Cf. SILVA, 2017.

²⁵¹ Acuerdos del Pleno Nacional de agrupaciones. **Federación Libertaria Argentina**. Buenos Aires, 13, 14, 15 de diciembre de 1957.

²⁵² ROMERO, 2006, p. 132.

²⁵³ FAUSTO; DEVOTO, 2004, p. 344.

governo à vitória eleitoral, contrariando um dos elementos do pacto da proscricção peronista. Do ponto de vista econômico Frondizi sancionou as leis de permanência de capitais, garantindo aos investidores estrangeiros liberdade para a remessa de lucros. O resultado dessa política foi o aumento de 20 de milhões de dólares em 1957 para 248 milhões de dólares em 1959 em investimentos estrangeiros que eram utilizados para financiar o esforço de industrialização.²⁵⁴ Em 24 de julho de 1958 Frondizi anunciou a intenção de celebrar contratos petrolíferos com as companhias estrangeiras, o que imediatamente provocou a reação do *Sindicato Unidos Petroleros del Estado* (SUPE), que numa assembleia geral em 3 de outubro de 1958, repudiava os contratos assinados com as empresas estrangeiras com uma paralisação de protesto e convocava um congresso relâmpago afim de adotar uma posição nacional.²⁵⁵ No dia 27 a assembleia geral da SUPE de Mendoza dá o período de 72h para o cancelamento dos contratos e não atendida, decide por uma greve geral. O governo Frondizi acusava o movimento de Mendoza como resultado da agitação de comunistas e peronistas e com mão dura, resolve decretar o Estado de Sítio no país.²⁵⁶ Os anarquistas vinculados a *Unión Socialista Libertária* de Rosário denunciariam o Estado de sítio do governo Frondizi, a intervenção sindical de seu governo, os privilégios dados ao capital nacional e estrangeiro, os aumentos de preço e o plano de austeridade defendido pelo governo.²⁵⁷ Apesar dos protestos crescentes de diversos setores políticos e dos trabalhadores, o plano de austeridade se manteria. Em 1959 Frondizi convoca o engenheiro Álvaro Alsogaray para o Ministério da Economia, um dos principais porta-vozes das correntes liberais que aplicou uma política econômica liberal e ortodoxa.

O alinhamento com o governo dos EUA não se dava apenas com a questão do petróleo, mas também se concretizou na lei de radicação de capitais e, no começo de janeiro o plano de estabilização para cumprir as exigências do FMI.²⁵⁸

A Lei de carnes, votada em 14 de janeiro de 1959, contemplava a privatização do frigorífico nacional *Lisandro de La Torre*. Ao receberem a notícia, mais de 2000 trabalhadores se protestaram no Congresso, mas o auge da sua atividade política foi a tomada do Frigorífico e a paralisação por tempo indeterminado no dia 15 de janeiro. A ligação estreita dos trabalhadores do frigorífico e de seu bairro próximo permitiu uma ampla mobilização, mas a greve foi rapidamente considerada pelo chefe de polícia, o capitão Niceto Vega, como ilegal. O frigorífico será desalojado após horas de batalha entre trabalhadores e policiais com resultado negativo para os primeiros: o saldo será o de 92 detidos e vários feridos.²⁵⁹ O bairro entretanto tornou-se um verdadeiro barril de pólvora, barricadas foram formadas, carros-hidrantes da polícia eram apedrejados com paralelepípedos e cortes de emergência eram feitos para dificultar a ação da polícia. O bairro esteve nas mãos dos trabalhadores por vários dias e o plenário das 62 organizações, de Vandor, convoca uma greve geral.

Do ponto de vista sindical, as mobilizações eram parte do ciclo iniciado em 1956 e as primeiras experiências guerrilheiras começavam a despontar em território argentino, seguindo o exemplo do fantasma da Revolução Cubana.²⁶⁰ Os anarquistas organizados na FLA tentavam dar resposta a onda sindical e nos dias 7 e 8 de fevereiro de 1959 realizaram uma conferência sindical que tentava organizar o trabalho sindical de diferentes militantes espalhados no país e vinculados direta ou indiretamente a FLA. A FLA apontava como dois

²⁵⁴ ROMERO, 2006, p. 134 e BETHEL, 2002, p. 84.

²⁵⁵ CERRA; YAZBEK, 2014, p. 6.

²⁵⁶ Ibid, p. 7.

²⁵⁷ UNIÓN Socialista Libertária. Estado de Derecho o de Derecha. Rosario, Marzo de 1959. **Biblioteca Alberto Ghiraldo.**

²⁵⁸ LISZT, 2015.

²⁵⁹ Idem.

²⁶⁰ No próximo tópico veremos detalhadamente este movimento.

elementos da crise sindical a “repressão estatal do movimento operário” e a ação “dentro da organização sindical de elementos políticos de mentalidade totalitária”. Em relação a repressão, a FLA avaliava o cenário não apenas com relação ao conjunto do movimento sindical, mas também com base em proibições de atos e atividades sindicais em que o anarquismo se envolveu.²⁶¹

Tendo em vista tal panorama a FLA acordaria reafirmar a independência, a combatividade e, a estrutura federalista do movimento sindical; opor a repressão estatal uma ação coordenada das forças operárias para recuperar conquistas e evitar maiores avanços da reação e o burocratismo; combater energeticamente a legislação totalitária e qualquer outra tentativa de intromissão governativa na estrutura e desenvolvimento das organizações sindicais e denunciar o chamado plano oficial de estabilização econômica e de austeridade. A FLA também proporia “soluções construtivas e de luta” para incidir na realidade: a) obter salários de acordo com o custo de vida, b) aplicação do salário vital móvel, c) participação e controle operário nas empresas, d) redução dos gastos burocráticos e do Estado, especialmente aqueles que respondem a atividades improdutivas e antissociais e e) criação de cooperativas de produção e consumo em ampla escala e a defesa de e) caixas de previdência social que funcionem com a participação direta das organizações operárias. A FLA também defenderia a organização do movimento operário numa central que atenda os critérios de independência, solidariedade e moral sindical; a participação dos trabalhadores na produção, distribuição e planificação da economia nacional e apoio a ação sindical “anti-totalitária”. Algumas dessas definições manteriam companheiros anarquistas vinculados a determinados sindicatos, ainda que aos olhos dos historiadores, tal presença possa parecer uma ação individual, sem ligação com uma instância orgânica do movimento, fato que deve ser matizado.

Ainda que o peronismo possuísse a hegemonia do sindicalismo argentino, experiências de luta com participação anarquista foram importantes neste período e os libertários permaneciam vinculados direta ou indiretamente ao movimento sindical.

- Anarquismo e Sindicalismo brasileiro nas décadas de 40 e 50: trabalhismo e anarquismo

Embora haja certo consenso na historiografia especializada ao demonstrar que o anarquismo debilitara-se profundamente com a crise do sindicalismo revolucionário na década de 30, seria incorreto afirmar que sua atividade se extinguiu nos anos posteriores, ou suas tentativas se limitaram apenas a manter atividades culturais.²⁶² Os anarquistas, mesmo sob a ditadura do Estado Novo (1937-1945), jamais cessaram suas atividades, ainda que o movimento, sob clandestinidade, tivesse suas forças reduzidas consideravelmente e operasse basicamente nos eixos sul e sudeste do país. Em Itaim (SP), um pequeno sítio intitulado “Nossa Chácara” serviu de local de reuniões, permitindo manter vivo um espaço de sociabilidade e os laços sociais entre os libertários, elementos facilitadores para a rápida reorganização do anarquismo na abertura democrática.

Com o término da Segunda Guerra Mundial, o fim do Estado Novo se precipita. A pressão sobre Vargas aumenta paulatinamente; o repatriamento da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que lutara ao lado dos aliados contra os exércitos das potências do eixo se

²⁶¹ Caso da proibição do ato da FORA em Tucumán. Cf. Atropello a la Libertad y Miedo a la Verdad. **Tierra Libre**, Tucuman, Junio de 1959, ano 1, nº 4, p. 1.

²⁶² Esse subcapítulo é baseado em nossa dissertação de mestrado com algumas alterações respectivas a nossa pesquisa. Cf. SILVA, 2014.

dá em plena crise do Estado Novo. Havia uma contradição nascente que punha em cheque a existência do regime político vigente no país; os pracinhas lutaram com o bloco capitalista democrático, e ajudaram a derrotar as potências do eixo, estas, constituídas em torno de regimes autoritários e fascistas, como os de Hitler e Mussolini. Como aceitar então, a contradição política de terem lutado externamente pela democracia, enquanto no próprio país vivia-se um regime autoritário controlado por Vargas?

A alta oficialidade do exército não pagou para ver até onde iria, a agenda liberalizante de Getúlio, e em 29 de outubro de 1945, o depôs, com apoio da oposição liberal. A administração do Estado brasileiro após o golpe coube ao presidente Eurico Dutra (1946-1951). Este, ao contrário da relativa autonomia da política externa empreendida por Vargas, manteve-se altamente alinhado ao bloco democrático e estadunidense. E apesar de haver um suposto clima democrático no país, a estrutura repressiva²⁶³ se mantivera intacta, apesar de um pouco mais relaxada. Os anarquistas assim como outras correntes políticas, aproveitam este frágil e instável ambiente democrático e se reorganizam, inicialmente formando periódicos e reatando as relações políticas²⁶⁴.

No fascinante estudo de E.P. Thompson sobre a classe trabalhadora inglesa, este historiador destaca um elemento fundamental para a formação da classe naquele contexto e que nos merece atenção, que é a capacidade das classes subalternas em produzir seu próprio conhecimento através do autodidatismo e a produção de periódicos.²⁶⁵ Ainda nos marcos do século XIX, Thompson sublinha que os trabalhadores formaram “um clube de tecelões, a 1 pên por mês, com a finalidade de comprar periódicos e jornais radicais.”²⁶⁶ Segundo este historiador, “a partir de sua experiência própria e com o recurso à sua instrução errante e arduamente obtida, os trabalhadores formaram um quadro fundamentalmente político da organização da sociedade”.²⁶⁷ Este marco foi fundamental para constituir nas décadas seguintes, uma consciência de classe “mais claramente definida, com a qual os trabalhadores estavam cientes de prosseguir por conta própria em lutas antigas e novas.”²⁶⁸

No que diz respeito ao caso brasileiro e não perdendo de vista os perigos em aproximar objetos de diferentes temporalidades, os aportes thompsonianos nos servem para refletirmos sobre a continuidade da imprensa anarquista no período de nossos estudos. Tal imprensa inscreve-se – tendo em vista a experiência de classe a que está conectada – num projeto que é sem dúvida alguma anterior, constitutivo da formação da classe trabalhadora no início do século XX. A imprensa operária foi decisiva para a propaganda do setor ideológico claramente vinculado ao anarquismo e ao projeto do sindicalismo revolucionário. É preciso ressaltar que há distinções entre o que é imprensa anarquista e o que é imprensa operária. Entendemos também, que dos anos 1970 até meados dos anos 1990 em geral a historiografia tratou essas duas imprensas como uma só. Mas percebemos que mesmo sendo intimamente ligadas (em alguns casos há anarquismo nas páginas sindicais e sindicalismo nas páginas anarquistas), estas possuem práticas discursivas diferentes, suas próprias linguagens e representações.²⁶⁹

Com o fim do Estado Novo, os anarquistas reorganizarão rapidamente sua imprensa, cujos objetivos estavam intimamente ligados às suas estratégias políticas para o período. O

²⁶³ A legalização do PCB, por exemplo, durará pouco tempo. Em 1948 o PCB tem sua sede lacrada pelo governo Dutra.

²⁶⁴ *A Plebe em 1947, Remodelações e Ação Direta em 1946* são fruto desta reorganização. A reabertura do Centro de Cultura Social em 1945, em São Paulo também está inserida neste contexto.

²⁶⁵ THOMPSON, 1987, pp. 303-304.

²⁶⁶ *Ibid*, p. 311.

²⁶⁷ *Ibid*, p. 304.

²⁶⁸ *Idem*.

²⁶⁹ RODRIGUES In: ADDOR; DEMINICIS, 2009, p. 174.

primeiro periódico a circular neste período fora o jornal *Remodelações*, editado pelo anarquista cearense Moacir Caminha. Seus nomes (com exceção de *Remodelações*) nos dão uma dimensão deste “fio condutor” que unia gerações militantes e tempos históricos distintos de que falamos anteriormente. O jornal *Ação Direta* editado no Rio de Janeiro e que circula de 1946 a 1959 era uma homenagem ao homônimo, que fora publicado durante o final da década de 20 e no decorrer da década de 30. Outro periódico que toma de empréstimo, o título da pujante imprensa anarquista do início do século, será o jornal *O Archote*.²⁷⁰ Teve curta duração (apenas o ano de 1947) e fora publicado pelo grupo anarquista de mesmo nome, sediado na cidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro. E por fim, na cidade do Rio de Janeiro, circula o jornal *A Revolta*, produzido e editado pela Juventude Anarquista do Rio de Janeiro, homenageando o jornal de mesmo título que circulou na década de 10, na cidade de Santos-Sp. O jornal *A Plebe* editado em São Paulo, publicado durante o início do século, “retornava” numa nova fase, a partir de maio de 1947 e até 1951. Aliás, mesmo produzido num contexto muito distinto do ambiente da Primeira República, os anarquistas que trabalharam em *A Plebe*, em sua nova fase viam-na sempre, como um prolongamento de *A Plebe* que circulara nas décadas anteriores e de maneira geral, a imprensa anarquista desse período retomava os nomes dos periódicos anteriores. Com o fim da publicação de *A Plebe*, surgia no início dos anos 60 o periódico *O Libertário*, uma referência direta ao seu homônimo, que circulara no início do século XX. A imprensa nesse sentido obedece não apenas ao procedimento de retomar elementos de uma “tradição” libertária, mas está ligada a uma intenção de rearticulação militante e num sentido mais amplo, de interferir nos debates públicos vigentes. É importante não perder esta dimensão da imprensa militante. Esta não é um *fim em si mesmo* – apesar de ter sido estudada deste modo em alguns momentos – mas está ligada a um desejo de incidir em questões políticas e de classe mais amplas. Por muito tempo, a imprensa anarquista foi estudada pela historiografia por si só, como um objeto. Ainda que não descartemos a validade deste procedimento, nos parece do ponto de vista da totalidade das fontes analisadas do anarquismo no período, estudá-las sem vinculação com as intenções políticas que havia em seu interior.

É uma imprensa, essencialmente voltada a ação. Segundo o jornal *A Plebe*, “Os libertários interveem sempre e ativamente nos debates e questões públicas em que os direitos populares são postos em jogo”. Para esses militantes intervir nos debates que envolviam os direitos dos trabalhadores era agir “mesmo na solução das questões de caráter imediato, na consciência popular para despertar o seu interesse pelo problema da transformação social.”²⁷¹

A imagem de um anarquismo espectador de seu tempo ou deslocado das questões que afetavam a classe trabalhadora passava longe da prática dos libertários nesse período, todavia, as dificuldades de reinserção do anarquismo eram enormes. Por conseguinte é impossível compreender a imprensa anarquista sem relacioná-la com as questões e debates que ocorriam no universo da classe trabalhadora. Num primeiro momento, essa imprensa atuava no sentido de articular os anarquistas “dispersos” e num segundo, incidir nas entidades de classe, como bem atestam os temas do jornal, os autores das matérias e seus pontos de distribuição.

O primeiro objetivo formalizado nas páginas de seus periódicos era a tentativa de retomar o trabalho nas entidades sindicais e a segunda, empreender esforços na formação de uma organização política anarquista de amplitude nacional, que se distinguiria, de seu organismo sindical. Sobre seu modelo de luta, este andava em consonância com o compasso organizativo do anarquismo mundial, concretizado num congresso internacional realizado em

²⁷⁰ Sobre o nome deste periódico o militante Raul Vital explica sua adoção: O título foi de difícil escolha. Anotei uma série deles e, após demorados confrontos, optei pelo “O Archote”, pela sua significação simbólica: um braço sustentando um facho de fogo. Raul Vital. Reflexões de um Anarquista *Ação Direta*, Rio de Janeiro, Março de 1959, nº 133, p. 02. O desenho do Archote foi feito por Ideal Peres.

²⁷¹ *A Plebe*, São Paulo, 01/05/1947, nº 01, pp. 04-05.

1949, que contou com a participação dos brasileiros. Essas discussões preliminares, mesmo que caminhando em direção a um consenso organizativo, não poderiam ser aprofundadas sem um espaço político próprio. Neste sentido, os congressos anarquistas foram fundamentais para a construção de um campo com uma identidade política adequada ao seu tempo.

Em 1948, os anarquistas brasileiros realizam um congresso nacional, na cidade de São Paulo. Participam deste congresso, grupos e individualidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná. Circulares de convite ao congresso foram enviadas para os Estados de Ceará, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco e Santa Catarina. Mas estes estados, por motivos diversos, não conseguiram enviar seus representantes. Este foi o congresso sem dúvida alguma, mais importante desse período. Mas outros seriam realizados, um em 1953, no Rio de Janeiro, outro em 1959 e um encontro (mais modesto) em 1963.

Se por um lado, cada encontro está inserido em temporalidades conjunturais específicas, há, entretanto, uma permanência, uma continuidade de certos elementos que podem ser observados numa perspectiva mais ampla. Primeiro há uma preocupação permanente em tentar consolidar um campo político com propostas coerentes, fato que se insere de maneira mais ampla, na busca incessante desses militantes em formarem uma federação anarquista de porte nacional e atuar de maneira organizada na classe trabalhadora. Sobre as estratégias militantes, a opção pela atuação sindical fora ratificada em diversos e subsequentes congressos, sendo deslocada apenas pelas contingências conjunturais. Apenas no encontro de 1963 há um estado de ânimo mais cauteloso com o movimento sindical. Em todos os outros congressos, a energia dos anarquistas não desviará os olhos desse espaço classista.

Outra questão que é a frequência de realização desses encontros, algo muito distinto do contexto anterior do anarquismo. Foram 4 encontros nacionais realizados nesse período, sem contar a participação dos militantes em 1 encontro americano, 1 internacional e 2 congressos sul-americanos (FORA e FACA). Essa continuidade pode ser compreendida como uma tentativa de formar um campo com identidade política própria, que na Primeira República, perdeu terreno para uma atuação anarquista, excessivamente sindical. O dualismo organizacional seria o conceito utilizado por alguns pesquisadores para explicar a defesa de uma organização política anarquista que atuaria dentro das entidades de classe. Essa proposta seria defendida por anarquistas históricos, tais como José Oiticica, Edgar Leuenroth e Pedro Catallo insistentemente no período em questão. Neste sentido, as modificações da cultura política da geração dos anarquistas da década de 40 e 50 revelam novos significados políticos e ideológicos que caminham em direção a consolidação da proposta do *organizacionismo* anarquista.

Esta posição – segundo diferentes pesquisadores – é defendida em diferentes lugares e contextos históricos distintos e apesar de não poder ser generalizada como a majoritária entre os anarquistas, encontra-se presente numa variedade de contextos temporais e espaciais.²⁷² No período presente, há, no interior do campo político anarquista – em nível internacional – um “consenso” em torno da tarefa de formar organizações anarquistas, as divergências se davam em torno do modelo de organização e havia pouca clareza no que diz respeito ao seu programa.

A presença de organizações anarquistas – principalmente após 1948 – no Rio de Janeiro e São Paulo possuem ligação estreita com a conformação de uma determinada cultura política. Porém, uma coisa é a consagração das linhas de um determinado projeto político num congresso anarquista, outra, bem diferente, são as possibilidades de sua efetivação, tanto no âmbito externo do movimento (conjuntura política e social) quanto de suas condições internas (determinada cultura política interiorizada e compreendida pela maioria de seus

²⁷² WALT, 2016; CORRÊA e SILVA, 2016b.

membros). Nesse sentido, achamos que é completamente crível dividir a formação das organizações anarquistas nesse período em dois momentos. Num primeiro momento, incentivado pelo congresso de 1948 os anarquistas formarão organizações e grupos diversos, dentro do eixo Rio-São Paulo e no Rio Grande do Sul com uma perspectiva de articulação nacional e inserção no sindicalismo brasileiro. O segundo momento pode ser descrito como um período mais modesto para essas organizações, dando lugar a iniciativas voltadas mais ao campo da propaganda, cujo fracasso ou limitação da inserção anterior, conduzia a atitudes mais pontuais.

Nesse primeiro momento, no Rio de Janeiro, a organização anarquista mais relevante era a *União Anarquista do Rio de Janeiro*. Entidade reduzida – se comparada às grandes forças políticas daquele período – mas atuante, cujo modelo de organização supunha um projeto político consagrado no congresso de 1948. A UARJ contava com cerca de 30 membros efetivos; fazia parte da mesma, uma organização juvenil, a *Juventude Anarquista do Rio de Janeiro*. Em duas atas – infelizmente não publicadas integralmente pelo pesquisador e militante Edgar Rodrigues – referentes ao *Grupo Juventude nº 1 e Grupo Juventude nº 2*, (provavelmente, sinônimos para a Juventude Anarquista do Rio de Janeiro), nos é possível ter uma ideia de suas atividades e estrutura. Consta que este grupo realizou 17 reuniões no ano de 1949²⁷³, além de um plenário da Juventude, realizado em 11 de junho no escritório do anarquista Roberto das Neves. O grupo realizou “a expedição de pacotes do jornal *Ação Direta*, formação de uma biblioteca, doação de livros, contribuições para a União Anarquista, realização de piqueniques de conagração ideológico e promoção de palestras e distribuição de imprensa.” O grupo também publicou o jornal *A Revolta* que em 1949 estava em seu quarto número e neste número assinou um manifesto referente ao Primeiro de Maio com a União Anarquista do Rio de Janeiro. O nascimento da *Juventude Anarquista do Rio de Janeiro* ocorreu antes do congresso anarquista de 48. Definiram um plano básico de atuação numa reunião realizada em 1º de junho de 1946, objetivando realizar “propaganda, mormente nas academias e colégios de ambos os sexos irão aumentando os seus quadros e promovendo a educação de todos para a verdadeira *ação anárquica*.”²⁷⁴ A JARJ entrara em contato com as Juventudes Libertárias da França e se insere no contexto de formação de organizações políticas próprias para a juventude, tais como a Juventude do Partido Comunista.

Outro grupo foi o *Ação Libertária*. Há contradições em relação a sua data de fundação, mas contava com a presença dos anarquistas Afonso, Ideal e Leão, este grupo “sem pôr de lado a parte teórica, o grupo dedicar-se-á preferentemente, a trabalhos de ordem prática”²⁷⁵, tais como a contribuição ao jornal *Ação Direta*. Segundo Edgar Rodrigues, uma das suas atividades foi “pichar muros, fixar cartazes, distribuir imprensa e participar – como observadores – de manifestações públicas”²⁷⁶ e a venda de “cadernos das questões sociais”²⁷⁷. O grupo também realizou um curso de “capacitação ideológica”, para principiantes, uma espécie de “curso de formação”. O que demonstra a necessidade de agregar novos militantes, mas também tornar homogêneo o uso de determinados conceitos e a compreensão “doutrinária” do anarquismo. O grupo agregou outros militantes durante a sua existência e segundo consta filiou-se já na data de sua criação a UARJ. Apesar de modesto, o grupo teve longevidade. Em 1959, na véspera do primeiro de maio, “realizou o Grupo Ação Libertária farta distribuição pelas ruas centrais do Distrito Federal do número de ‘Ação Direta’ dedicado aquela data reivindicadora”.²⁷⁸ Ainda no estado do Rio de Janeiro, o grupo libertário *O*

²⁷³ RODRIGUES, 1993, p. 35.

²⁷⁴ Juventude Anarquista Brasileira, *Ação Direta*, Rio de Janeiro, 08/06/1946, nº 04, p. 04, grifo do autor.

²⁷⁵ RODRIGUES, 1993, pp. 80-81.

²⁷⁶ RODRIGUES, *Ibid.*

²⁷⁷ *Idem.*

²⁷⁸ Atividade do Grupo Ação Libertária. *Ação Direta*, Rio de Janeiro, Junho de 1959, nº 135, p. 02.

Archote era fundado em 05 de abril de 1947, cuja sede, era a cidade de Niterói. Sua finalidade era “congregar jovens de ambos os sexos que aceitem os princípios da igualdade humana” e “despertar o interesse pelos estudos sociais”. Além disso, se orientava por “três naturezas”, “intelectuais, artísticas e recreativas”. O grupo reunia “duas espécies de membros”, “efetivos e simpatizantes”.²⁷⁹ Tinha como objetivo “um mundo sem senhores e escravos, sem exploradores e explorados, sem grandezas e misérias, isto é, uma sociedade humana e justa”.

280

Suas características assemelham-se mais aos grupos de afinidade. Mas é importante frisar sua nova estrutura interna neste período, que permite integrar variados graus de compromisso militante. Muito longe da imagem de desorganização política que o senso comum pode nos impor, há uma estrutura interna relativamente bem planejada. Já a UARJ era formada, portanto, de grupos e individualidades; possuía um secretariado executivo de seis membros e uma comissão de imprensa de cinco.

A *União Anarquista de São Paulo* também se constituía na esteira do congresso de 1948. Nos prontuários policiais, a UASP e a UARJ são tratadas, como se fossem uma única organização. O trânsito de militantes entre esses estados atesta que essa relação frequentemente, fazia com que a polícia confundisse as fronteiras dessas organizações. O contingente militante dos anarquistas em São Paulo era maior do que o do Rio de Janeiro; soma-se a isto, o fato de que na capital paulista, seus militantes contavam com um espaço próprio, o Centro de Cultura Social, com atividades regulares, o que no Rio de Janeiro só vai acontecer com a fundação do Centro de Estudos Professor José Oiticica em 1958.

Outro grupo, fundado num momento cujo estado de ânimo é bem distinto dos anos seguintes ao congresso anarquista de 1948 é o Grupo Anarquista José Oiticica (GAJO), formalizado em 1958. Este tinha como objetivos: “divulgar a doutrina anarquista”, incentivar a divulgação do jornal *AÇÃO DIRETA*”, “facilitar sua administração”, “manter relações (...) com todos os organismos libertários existentes no Brasil e no exterior”, “editar livros de propaganda”, “promover palestras” e angariar “recursos financeiros”.²⁸¹ Segundo Edgar Rodrigues a atuação de um suposto agente infiltrado provocou a cisão da União Anarquista do Rio de Janeiro em dois grupos: o GAJO e o Ação Libertária. Independente da exatidão desta informação, podemos afirmar que a morte de Oiticica junto a dificuldade de renovação interna, provocara um vazio difícil de preencher e as dúvidas sobre a gestão do periódico Ação Direta se multiplicam. A crise interna foi debatida numa reunião entre militantes do Rio e de São Paulo, que apontaram de resolver os problemas internos numa reunião geral em 1959.²⁸² Os conflitos dificultaram a formação de uma organização unificada. A constituição de grupos ou organizações específicas almejou como indicamos a formação de uma Federação anarquista brasileira. Esta era, segundo o projeto político à época, uma necessidade para não cometer os mesmos erros do “excesso” de sindicalismo dos militantes que “descuidaram-se” segundo Oiticica e outros militantes em não construir organizações específicas para atuar dentro do movimento operário.

Estavam longe portanto, da imagem dos grupos anarquistas de propaganda e preservação da cultura, que caracterizaram a memória contemporânea sobre o anarquismo das décadas de 40 e 50 e desconheciam (ou ignoravam) a polêmica da Plataforma versus Síntese. A oxigenação ideológica dessas organizações dependia do sucesso de suas práticas no interior da classe trabalhadora. Não é a toa que a dificuldade em manter as organizações anarquistas acompanhe *pari passu* a dificuldade de inserção militante e que ao longo desse período a

²⁷⁹ Grupo "O ARCHOTE". *O Archote*, Niterói, Abril, 1947, p. 03.

²⁸⁰ *Idem*.

²⁸¹ Pela Organização Libertária. Grupo Anarquista José Oiticica. *Ação Direta*, Rio de Janeiro, Junho de 1958, n^o 127, p. 04.

²⁸² RODRIGUES, 1993, pp. 163-164.

proposta da federação nacional não tenha saído do papel, dando lugar no âmbito prático, a grupos mais modestos. Baseando-nos em relatórios policiais, o anarquismo chegou a ter cerca de 200 membros envolvidos direta ou indiretamente nessas organizações, que apesar do esforço, passam dificuldades de se manter ativas, principalmente a partir da década de 60. A construção de uma organização política anarquista *programática*, como vimos foi interrompida prematuramente ainda na década de 50, o que conjugado aos limites da base social do anarquismo no Brasil neste período, acabou cobrando seu preço.

Em relação ao trabalho sindical ou de “inserção” desenvolvido pelos anarquistas, caberia verificar qual o grau de sucesso atingido por estes. De maneira geral não é verossímil argumentar – diante os avanços da historiografia especializada – a favor da tese que afirma que a estrutura corporativista herdada do Estado Novo, nos anos de 45 a 64, impediu completamente o movimento dos trabalhadores e que este período fora completamente *letárgico* do ponto de vista de suas mobilizações. Apesar da herança corporativista, a classe trabalhadora jamais se submeteu totalmente às limitações da estrutura burocrática consolidada pelo Estado brasileiro. Os avanços teóricos da História social nos anos 90, em específico da História Social do Trabalho²⁸³, ampliaram não apenas os métodos de análise das pesquisas sobre o movimento operário, mas contribuíram com a dilatação do marco cronológico que orientava esses estudos.²⁸⁴ Os historiadores passaram a se debruçar sobre este período formulando novas questões, que revigoraram o campo de pesquisas, inspirados entre outras questões, principalmente pelos trabalhos de E.P. Thompson e seu conceito de *experiência*.²⁸⁵ Uma classe trabalhadora ativa e envolta em dilemas políticos profundos, ainda que, pressionando ou sendo pressionada por uma estrutura sindical corporativista, caracterizava de maneira geral o resultado dessas pesquisas. Os anarquistas no período estudado, também possuíam suas próprias análises dessas questões. Se por um lado faziam duras críticas a estrutura corporativista e ao que chamavam de sindicalismo *pelego*, jamais deixaram de valorizar as lutas sindicais de base, cuja experiência de classe, acabava por motivá-los a uma ação política permanente, acreditando assim, num possível despertar do *sindicalismo revolucionário*. A despeito disto, do ponto de vista de nosso recorte histórico e temático, o anarquismo permaneceu no campo da pesquisa, numa condição semelhante à da caricatura da classe trabalhadora “letárgica” reforçada nos estudos do período de 1946 a 1964 anteriores a renovação da História Social. Ao ignorar a dimensão sindical do anarquismo, muitos historiadores ressaltaram as questões estritamente culturais (fundamentais, mas não as únicas) ou ignoraram a ligação do anarquismo com esse universo sindical.

Para os anarquistas o afastamento dos sindicatos foi produto de “fatores alheios à sua vontade”²⁸⁶ o que fará com que estes trabalhem durante grande parte do período em questão, para retomar um trabalho sindical consequente. Não apenas nas linhas do seu periódico, mas em ações concretas no interior do campo sindical. Para fins de recorte cronológico, podemos dividir o período destas em quatro fases, já que dizem respeito a conjunturas distintas: a primeira é a fase da retomada das lutas no processo de redemocratização (1945-1946); a segunda, de repressão aberta, nos anos finais do governo Dutra (1947-1950); a terceira, a fase da retomada das direções sindicais por setores mais combativos e de ressurgimento das greves (no segundo governo Vargas e nos primeiros anos do governo JK) e a quarta, uma conjuntura de grandes mobilizações do início dos anos de 1960²⁸⁷

²⁸³ BATALHA, 2006.

²⁸⁴ FORTES, 1999.

²⁸⁵ Principalmente a polêmica de Thompson com os círculos estruturalistas franceses (fortemente influenciados por Louis Althusser).

²⁸⁶ Pela Organização dos Anarquistas. **A Plebe**, São Paulo, 02/06/1947, nº 02, p. 03.

²⁸⁷ MATTOS, 2009, p. 78.

Na primeira fase, que coincide – não por acaso – com o aparecimento dos primeiros jornais anarquistas no Rio de Janeiro já há sinais claros da “retomada efetiva das atividades sindicais na conjuntura do declínio do Estado Novo”, não apenas no que diz respeito à sindicalização, mas também em relação a movimentos grevistas.²⁸⁸ No final de dezembro de 1945 já se notam francas movimentações grevistas. A posse de Dutra, efetivada em primeiro de fevereiro de 1946 é marcada por este cenário paredista, de uma onda de greves que agita o país, como por exemplo, a dos bancários e dos trabalhadores da Light, que se iniciara entre os dias 27 e 30 de dezembro de 1945.²⁸⁹ Os anarquistas, reafirmando a importância das greves, apoiavam esses movimentos em sua imprensa específica. Opinando sobre a importância da greve, afirmam que esta “é um gesto de rebeldia contra a exploração do trabalho”.²⁹⁰ Defendendo uma antiga bandeira do *sindicalismo revolucionário* e do anarquismo avaliam que a “greve parcial de uma só profissão, de uma só classe de trabalhadores, precisa estar garantida pela possibilidade da greve geral de todas as classes operárias”.²⁹¹

Cabe afirmar que o governo do Marechal Eurico Dutra, eleito pelas máquinas políticas do PSD e do PTB tocou uma diretriz de governo que destoava do governo anterior. Dutra levou empresários para os principais postos da administração pública de seu governo e a diretriz do seu governo favoreceu largamente a iniciativa privada. A tendência para o nacionalismo e desenvolvimento estatizante sofreu um retrocesso.²⁹² A economia foi reaberta ao capital estrangeiro e por pressão da burguesia industrial, foi criado o SESI, que tinha como objetivo construir no seio do operariado urbano uma base ideológica e de comportamento político de acordo com a sociedade industrial capitalista.²⁹³ Dreifus afirma com precisão que Dutra tentou construir um governo “de consentimento político das classes subordinadas e impor consenso entre as frações subalternas das classes dominantes”.²⁹⁴

Cabe dizer, que os anos de 1945 e 1946 mostraram no que diz respeito às movimentações sindicais, um contexto pulsante, que prejudicava a iniciativa paternalista de Dutra. Esta iniciativa implicou num primeiro momento, num “impulso das entidades sindicais de combater qualquer iniciativa que se desse fora do seu controle”, mas num segundo momento, diversos sindicatos foram apropriados ou pressionados pelas instâncias de base a assumir determinadas reivindicações.²⁹⁵ “As entidades assumem uma postura de franca condenação dos movimentos grevistas que vinham crescendo desde o início daquele ano [1945]”.²⁹⁶ E em algumas categorias, “o fuso horário entre a direção do sindicato e a sua base tornava-se cada vez maior”.²⁹⁷ Tal conjuntura fazia os anarquistas acreditarem num possível ascenso do movimento operário a partir de suas bases ou ruptura com os setores que as dirigiam, em específico o PCB e o PTB.

Sob essa efervescência sindical temos alguns indícios que confirmam a atuação dos anarquistas em direção a formação de grupos de oposição sindical ainda no ano de 1946 com vistas a tentar influenciar – ainda que minimamente – as bases sindicais. A primeira iniciativa relativamente bem organizada fora noticiada no jornal *Ação Direta*, os libertários falam sobre a formação em São Paulo de “uma *União Proletária Sindicalista*” de curta duração. Na categoria dos trabalhadores da Light, no Rio de Janeiro, os anarquistas formaram com outros

²⁸⁸ Segundo Badaró, 873 sindicatos foram criados até 1945, e em 1946, criaram-se mais 66. Os trabalhadores afiliados, que, em 1945, somavam 474.943, passaram a contar 749.691 já em 1946. *Idem.*

²⁸⁹ *Ibidem*, p. 53.

²⁹⁰ A greve dos bancários é justa. **Remodelações**, Rio de Janeiro, 26/01/1946, nº 13 p. 04.

²⁹¹ A greve é necessária aos trabalhadores. **Remodelações**, Rio de Janeiro, 06/02/1946, nº 14 p. 01

²⁹² DREIFUS, 1981, pp. 28-29.

²⁹³ *Ibid*, p. 29.

²⁹⁴ *Idem.*

²⁹⁵ COSTA, 1995, p. 30.

²⁹⁶ DREIFU, 1981, p. 29.

²⁹⁷ *Idem.*

trabalhadores um *Grupo de Orientação Sindical dos Trabalhadores da Light* que editaria um jornal específico para as questões sindicais da categoria, o jornal *UNIR*.²⁹⁸ Este jornal segundo seus militantes “vêm difundindo naquela empresa de transportes, os princípios do sindicalismo revolucionário e de ação direta em frente aos demagogos de partidos políticos e do Ministério do Trabalho.”²⁹⁹ Difícil avaliar, segundo a ausência de fontes qual foi o grau exato de penetração da ideologia anarquista e dos preceitos do sindicalismo revolucionário defendido pelos militantes na categoria, mas os dados posteriores e mais amplos podem nos ajudar nesta questão.

Atuaram de maneira minoritária na categoria dos professores e dos jornalistas, mas a atuação mais relevante se deu no interior da categoria gráfica. Entre 1947 e 1951, fase do governo Dutra marcada pela repressão ao movimento sindical, o Sindicato dos Trabalhadores Gráficos (STIG) ficou sob intervenção de uma junta governativa.³⁰⁰ Essa junta foi eleita numa assembleia realizada em 25 de maio de 1952.³⁰¹ Esses anos evidenciaram disputas entre os intervencionistas e seus opositores e certo esvaziamento da participação direta dos sindicalizados nos espaços de deliberação, fruto, de uma crise de legitimidade do sindicato dentro da categoria.

Lembremos que de 1947 a 1952 a linha do PCB foi a de constituir organizações paralelas fora da estrutura sindical oficial. Mas mesmo sob a esta linha, a militância sindical de base ligada ao partido frequentemente ignorou sob indisciplina partidária suas diretrizes. Isso garantiu ao PCB, manter quase intactas, suas raízes sindicais. Nesse período de intervenção ministerialista (1947 a 1952) os anarquistas inicialmente defenderão a linha sindical do congresso de 1948. Esta linha apontava para a formação de *Grupos de Resistência Sindical* ou *Grupos Sindicais de Ação Direta* com o objetivo de “intervir na vida orgânica dos sindicatos”.³⁰² A ideia era à partir desses grupos, reconstruir o sindicalismo revolucionário. Nesse período de intervenção ministerialista (1947 a 1952) os anarquistas inicialmente defenderão a linha sindical do congresso de 1948.³⁰³ Entretanto, entre a intenção e a aplicação de uma política sabemos que há uma distância considerável. O sucesso dessa política variava de acordo com as localidades em que os anarquistas estavam inseridos e cujas dificuldades eram variadas. Em algumas cidades, como Campinas, os anarquistas avaliavam não ser possível interferir diretamente nos sindicatos.³⁰⁴ Em outras, como Curitiba, a aplicação desta linha motivava-os a ser possível sua maior difusão.³⁰⁵ Cabe ressaltar que a despeito de seu baixo grau de influência nas entidades sindicais, os anarquistas jamais abandonaram o universo dos trabalhadores e suas questões de classe e esperavam até onde possível, uma conjuntura mais favorável para aplicarem o que acreditavam ser mais correto do ponto de vista de sua política sindical. Se comparada a política do PCB de 1947 a 1952, os anarquistas foram menos “sectários”, mas com certeza, menos “efetivos”. A dispersão dos anarquistas – reduzidos numericamente – em a em diferentes categorias, num contexto de certo modo, hostil às suas propostas, não lhes dava a exposição suficiente para irradiar sua proposta.

A vitória de Getúlio Vargas em 1950 repercutia a força do bloco populista, alinhando empresários locais, de interesses agrários e parte significativa da classe trabalhadora e

²⁹⁸ Que infelizmente não conseguimos ter acesso em nosso inventário de fontes.

²⁹⁹ *UNIR. Ação Direta*, Rio de Janeiro, Março e Abril de 1951, nº 72 p. 02.

³⁰⁰ THIAGO, 2011, p. 59.

³⁰¹ Ata da Assembléa extraordinária realizada em 25 de maio de 1952 para eleição de uma Junta Governativa.

Livro # 78. **Acervo do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Gráfica.**

³⁰² Ata do Congresso Anarquista de 1948 apud RODRIGUES, 1992, p. 157.

³⁰³ *Idem.*

³⁰⁴ É o caso de Campinas onde os militantes anarquistas afirmam não ter “penetração nos sindicatos” e por isto, “procuram levar propaganda revolucionária entre os ferroviários”. Ata do Congresso Anarquista de 1948 apud RODRIGUES, 1992, p. 157.

³⁰⁵ Relatavam a atuação de dez elementos anarquistas nos sindicatos. *Ibid*, p. 160.

urbana.³⁰⁶ Neste momento também há uma mudança interna no aparato do Estado, com uma crescente importância do poder executivo e do congresso brasileiro, que passavam a ser um foco de articulação de interesses das elites políticas e portanto, alvo de uma disputa política mais encarniçada.³⁰⁷ Getúlio tocava uma política econômica de combate à inflação e busca de apoio econômico aos EUA. A estratégia econômica se baseava na industrialização à partir da manutenção da política cambial e controle das taxas cambiais, transferindo parte do excedente do setor agroexportador para o setor industrial.³⁰⁸ Getúlio buscava uma política nacionalista de desenvolvimento capitalista, apoiado na ação de empresas estatais e privadas com alguma democracia social aos setores subalternos.

Paralelamente buscava apoio da classe trabalhadora – formalizada na escolha de João Goulart na pasta do ministério do trabalho – no objetivo de usá-la como grupo de pressão.³⁰⁹ A economia brasileira no arranjo econômico deste segundo governo Vargas, como bem apontado por Dreifus, carecia de canais políticos estáveis para a representação dos interesses multinacionais, que após o fim da Segunda Guerra, chegariam com força no país. Esses interesses aproveitariam e se associariam aos interesses locais que temiam as medidas sociais-democráticas de Getúlio para colocar Vargas na parede.³¹⁰

Com o fim da intervenção ministerialista, os anarquistas trabalharão mais ativamente para tentar retomar uma iniciativa dentro dos sindicatos. Tal empuxo, diríamos, um estado de ânimo interno do anarquismo e também incentivado pela conjuntura, iria, pelas iniciativas na categoria da Light e dos Gráficos, convergir para uma “tendência”³¹¹ sindical mais ampla, chamada *Movimento de Orientação Sindical* (MOS), prática que como vimos está ligada a uma política sindical dos anarquistas num contexto em que estes são “oposição”. O MOS contou além dos anarquistas, com a participação de socialistas independentes, sindicalistas e “militantes de várias categorias profissionais”.³¹² O ano de constituição do MOS (1953) é emblemático e ficou marcado do ponto de vista sindical pela chamada “greve dos 300 mil em São Paulo” e “pela organização dos trabalhadores nos locais de trabalho” e que representou “um marco na retomada das mobilizações operárias”.³¹³ O MOS propugnava como principal objetivo “lutar pela completa autonomia e liberdade dos sindicatos de Trabalhadores”.

A greve de 1953, como bem aponta o historiador Hélio da Costa pode ser entendida como um marco de “renovação do movimento sindical com o aparecimento de novos militantes [...] e o crescimento contínuo da participação do sindicalismo na vida política do país”.³¹⁴ De fato, mesmo tendo em vista que existia uma intenção política como pano de fundo para a criação do MOS, este se misturava a experiência da classe naquele contexto que empurrava os sindicatos a posições mais combativas. Segundo, a greve dos 300 mil em 1953, expôs no interior das mobilizações “a permanência viva no seu cotidiano de toda uma memória de lutas e uma tradição de resistência que tornavam os locais de trabalho”.³¹⁵

A grande dificuldade do MOS estava de certo modo, ligada a política do PCB. Lembremos que do ponto de vista de sua atuação sindical, o PCB jamais abandonou os sindicatos. Num segundo momento, que corresponde ao contexto inaugurado da greve de

³⁰⁶ DREIFUSS, 1981, p. 31.

³⁰⁷ Idem.

³⁰⁸ Ibid, p. 32.

³⁰⁹ Idem.

³¹⁰ Ibid, p. 33.

³¹¹ Usamos o termo tendência no sentido de uma fração/corrente sindical própria.

³¹² Segundo manifesto do MOS apreendido pela polícia em novembro de 1953. Boletim Reservado nº 217. 24/11/1953. Rio de Janeiro. Prontuário DFSP-RJ notação 30072, setor 1.3.2.7.1.9, Dossiês, folha 02.

³¹³ MATTOS, 2009, p. 87.

³¹⁴ COSTA In: FORTES, 1999, p. 113.

³¹⁵ Ibid, p. 112.

1953, os militantes comunistas eram orientados a “criar conselhos sindicais nas empresas” o que lhes garantiu grande prestígio.³¹⁶ Algumas práticas sindicais – com as quais os anarquistas sentiam-se “confortáveis” do ponto de vista estratégico – eram capitaneadas por outras forças políticas de esquerda. Em 1954, a incerteza política e econômica pairavam por sobre o segundo governo Vargas. O Brasil seguia com forte dependência da exportação de produtos primários (café) e da importação de insumos intermediários e bens de capital.³¹⁷ A situação econômica se agravava por conta de mais um ciclo de redução dos preços do café.³¹⁸

Em São Paulo a atuação do MOS na categoria gráfica daria vida ao jornal *Ação Sindical*, organizado pela *Ação Sindical dos Gráficos*, que em seu primeiro número, no ano de 1958, estamparia sem sectarismos, matérias escritas pelos socialistas do Partido Socialista Brasileiro (PSB), anarquistas e sindicalistas independentes.³¹⁹ Este grupo atuaria interferindo no STIG.³²⁰ Mesmo avaliando que os sindicatos, “associações de defesa dos interesses dos trabalhadores” não gozavam de liberdade dentro da estrutura sindical seus militantes trabalhariam pela “[...] unidade, pois não achamos recomendável a criação de novos sindicatos, uma vez que os que existem podem e devem livrar-se de tôdas as tutelas e dos maus elementos que os Infestam”.³²¹ Ou seja, de que mesmo analisando a ligação do sindicato a uma estrutura corporativista, a experiência da classe e suas mobilizações de base foram decisivas para convencê-los que esta poderia ser tensionada e quem sabe, a ponto de permitir um retorno a um sindicalismo³²² que consideravam como independente.

Os anarquistas portanto, não viam o sindicalismo apenas como simples expressão institucional dos sindicatos, mas uma prática mais ampla, de classe, que seria conformada também pelos locais de trabalho. Acreditavam que havia uma *estrutura* constringendo os sindicatos e limitando seus alcances práticos, por outro lado, convenciam-se pela experiência direta, que as mobilizações de base assemelhavam-se em *germe* ao modelo do sindicalismo revolucionário.

Na categoria dos gráficos, os anarquistas não ignoraram as lutas pelas regulamentações vigentes e as conquistas imediatas (reformas), pois viam a importância dessas regulamentações naquele contexto. Contrariando certas generalizações históricas, os anarquistas jamais foram contra as reformas. O cerne da questão para esses militantes se dava no sentido de evitar que esta regulação desses direitos trabalhistas estivesse subordinada a quaisquer *atrelamentos* do sindicato ao Estado. Mesmo considerando o imposto sindical como um das armas de *subordinação* dos sindicatos, a opinião da ASG era a de que havia outros elementos, resultantes das disputas políticas do interior da classe trabalhadora – ou seja, em seu próprio *fazer* – que conseqüentemente mantinham os sindicatos *tutelados* pelos *órgãos governamentais*. Assim, a forma que o sindicato assumia, na opinião da ASG era em grande medida determinada pela fórmula: atuação da classe (e suas disputas internas) mais relação de subordinação ao Ministério do Trabalho pela legislação herdada do Estado Novo. A atuação sindical dos anarquistas dependia também de renovação e para sua efetivação, uma coordenação política mais eficiente, propugnada pelo Congresso de 1948, mas que nos anos posteriores, teve grandes dificuldades em se “reproduzir”. Um caminho elencado pelos libertários, foi o de reforçar as trincheiras de seus espaços culturais.

³¹⁶ Ibid, p. 110.

³¹⁷ BASTOS, 2015, p. 370.

³¹⁸ Ibid, p. 380.

³¹⁹ Nossa Campanha. **Ação Sindical**, São Paulo, Março de 1958, nº 01, p. 01.

³²⁰ CASTELLAN, 2010, p. 130.

³²¹ *Idem*.

³²² Acreditamos que neste sentido, o dilema vivido pelos anarquistas é semelhante aos debates históricos em torno do estruturalismo *althusseriano* e a crítica de E.P. Thompson a este paradigma teórico.

Contrariando a falsa percepção que o anarquismo nesse período desvinculara-se totalmente do mundo do trabalho ou que foi completamente absorvido pela estrutura sindical, a prospecção nessas duas categorias revela uma prática frequente de inserção das ideias e estratégias ácratas no universo sindical brasileiro, seja interferindo no interior de determinados sindicatos, seja na aproximação da base de determinadas categorias. A conjuntura iniciada nos anos 60, entretanto, modificaria totalmente a correlação de forças e os significados políticos no interior do campo da esquerda. Só então, que os libertários restringiriam sua atuação a determinados espaços e estratégias culturais.

Uma mudança relevante se deu com a crise que levou a queda de Getúlio. A crescente participação da classe trabalhadora nacional no pacto de classes getulista também conduzia a uma crescente desconfiança dos militares pela integração deste ator – ainda que de maneira subalterna – no aparato de Estado. Fato que conduziu Getúlio a uma encruzilhada política de crescente oposição do exército, da direita da UDN e do próprio governo norte-americano que o levava a um golpe e sua renúncia (e suicídio) em 1954. A supremacia industrial financeira não se traduzia nesse período em hegemonia nacional política e ideológica. O breve governo do vice-presidente Café Filho³²³, apesar de por pouco tempo, guiar a economia em direção a abertura da penetração do capital externo e contenção da classe trabalhadora, viu-se derrotado na eleição seguinte. A chapa PSD/PTB expressava a aliança da burguesia industrial, um setor da burguesia comercial, a classe média progressista e parte do sindicalismo e setores políticos urbanos.³²⁴ O governo de Juscelino Kubitschek estimulou um projeto de desenvolvimento de uma burguesia associada com o capital internacional. O plano de metas de JK não significou apenas a ambição de um largo programa de industrialização e modernização levado a cabo pela presidência, mas ele próprio, numa mudança do arranjo político-institucional criou uma administração “paralela” coexistindo com o executivo tradicional.³²⁵ Essa administração estava representada pelas comissões de trabalho e pelos Grupos Executivos, composto por diretores de empresas privadas, empresários, técnicos e oficiais militares, que permitiam que os interesses do capital multinacional e associado ignorassem os canais formais de decisão, evitando a interferência de um executivo populista.³²⁶

Sob a cobertura de racionalidade técnica ou perícia apolítica, estes mecanismos tornavam-no imunes a pressão partidária. Foi durante este período que as noções de segurança interna e o estudo das “forças sociais” e da ameaça subversiva contra a ordem se alastraram no interior das forças de segurança, com apoio decisivo de JK. Neste período, o processo de concentração industrial foi acompanhado por uma extrema concentração de posse de terra. De 1950 a 1960, o número de propriedades baixou de 2,3% para 0,98 %.³²⁷ Houve também um processo de concentração bancária, expansão das agências e diminuição de matrizes. Os bancos foram agentes centrais do processo de concentração e acumulação.³²⁸

Em relação a sua estratégia cultural, esta caminhou paralelamente a ação sindical e durante o período de esvaziamento desta última, tornou-se um bastião dos anarquistas no Rio de Janeiro e São Paulo. O Centro de Cultura Social de São Paulo, fundado em 1945 desenvolveria “conferências e palestras comentadas, em sua sede, ou em outros recintos de associações populares ou sindicatos operários” buscando interferir nessa “arena” de disputa. O espaço também organizaria “cursos de aperfeiçoamento cultural, artístico e profissional”; fundaria uma “biblioteca circulante, constituída principalmente de obras e publicações periódicas que tratem da questão social”. Promoveria “exposições artísticas, científicas e

³²³ Lembrando que à época votava-se separado para presidente e vice-presidente.

³²⁴ Ibid, p. 34.

³²⁵ Ibid, p. 35.

³²⁶ Idem.

³²⁷ Ibid, pp. 57-60.

³²⁸ Ibid, p. 60.

profissionais de alcance popular”; organizaria para “seus sócios, um serviço de livraria com o fim de adquirir [...] livros e publicações periódicas, cooperando para a divulgação das de caráter social nos meios populares”; promoveria “saraus lítero-artísticos, exposições cinematográficas e excursões com programas de acordo com as finalidades do Centro de Cultura Social; patrocinaria “a atividade do grupo de Teatro Social, cujo programa é promover espetáculos em centros populares”; promoveriam “outras iniciativas que se tornarem necessárias para o desenvolvimento da obra do Centro de Cultura Social e que estejam de acordo com seus princípios e orientação”; e por fim, decidiam “auxiliar a fundação de centros com igual finalidade em subúrbios de S. Paulo e em outras cidades estabelecendo com os mesmos e com as entidades similares já existentes, uma obra de conjunto”.³²⁹ A proposta de difundir esses centros culturais pelos espaços de moradia da classe trabalhadora indicam sobremaneira o centro da estratégia anarquista deste período mas na prática, limitou-se ao espaço do CCS em SP e do CEPJO no RJ.

Apesar do caráter cultural das atividades, o CCS foi vigiado durante muitos anos por um agente policial. Além de peças teatrais e atividades culturais encenadas no CCS, estas foram também realizadas em espaços sindicais, como as peças “Ao Relento” de Afonso Schmidt e “O herói e o Viandante” de Pedro Catallo, dentro de um festival organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil em Santos.³³⁰ Além da peça de teatro que foi organizada pelo CCS, este levou também “um núcleo musical” para este festival. Esta atividade foi realizada no dia Primeiro de Maio, uma data repleta de significados para os anarquistas, mas também disputada por inúmeras forças. O (re)lançamento do primeiro número de *A Plebe* sob um festival cultural dentro de um sindicato resumia o principal objetivo da proposta cultural anarquista do período.

Além das apresentações teatrais, outras atividades também eram realizadas, tais como conferências e palestras de temas variados, como o curso de “Higiene Mental e Política”, organizado “por iniciativa da Universidade Popular – Presidente Roosevelt, em cooperação com o Centro de Cultura Social” ou “festas campestres”, como a que foi realizada no dia 25 de maio de 1947 na *Nossa Chácara*.³³¹ Esta contou com um “ato lítero-musical, com numeros musicais, canto, recitativos, palestras, etc., partidas de pingue-pongue, cestobol, além de brinquedos para as crianças”. Participaram desta, “dois núcleos musicais”.³³²

No Rio de Janeiro, até a fundação do Centro de Estudos Professor José Oiticica (CEPJO), não havia um espaço como o CCS para os anarquistas realizarem suas atividades culturais. Parece correto supor que as atividades culturais tocadas pelos anarquistas no Rio de Janeiro, ganharam força apenas com o esvaziamento de sua ação sindical e de suas organizações específicas. Em São Paulo, ao contrário, a atividade cultural permanece atuante – paralela a atuação sindical –, desde os primeiros anos de reorganização dos anarquistas, ainda em 1947. As atividades anarquistas no CEPJO, fundado em 07 de março de 1958, eram eventualmente publicadas na grande imprensa; seus objetivos eram atrair um possível público militante.

Seguindo o objetivo de ampliar a ideologia em contato com as “classes populares”, tais práticas encontraram barreiras consideráveis nos anos finais da década de 50. Nos anos que se seguem ao final da década de 50 há pouca menção às práticas sindicais, já que é patente a grande dificuldade dos anarquistas em se inserirem nesse universo.³³³ Se por um lado, no contexto de “manutenção mínima” do anarquismo, na primeira metade da década de

³²⁹ Centro de Cultura Social. Estatutos, 1945, Prontuário DEOPS-SP no 05 – Anarquismo, pp. 02-03.

³³⁰ EM SANTOS. Proveitosa atividade do sindicato dos trabalhadores do ramo da construção civil. **A Plebe**, São Paulo, 01/01/1947, nº 01, p. 06.

³³¹ Curso de Higiene Mental. **A Plebe**, São Paulo, 15/09/1947, nº 08, p. 04.

³³² Festa Campestre em benefício de “A Plebe”. **A Plebe**, São Paulo, 01/01/1947, nº 01, p. 06.

³³³ Cf. Como por exemplo, **Dealbar**, São Paulo, Setembro de 1965, n 01.

60, tem nas suas atividades culturais um polo de atração de militantes, o efeito colateral é desconectar o anarquismo das questões mais visíveis da luta de classes do período. O que inicialmente supunha ser, uma tática, de uma ideologia revolucionária, corria o risco de se constituir como um fim em si mesmo.

Contrariando a “profecia” que os condenara à extinção, a atividade dos anarquistas durante a década de 40 e 50, fora fundamental para manter os laços das distintas gerações do anarquismo conectados. A atuação dos libertários neste período; revigorou minimamente o anarquismo sob um contexto completamente adverso. e permitiu que a experiência de suas organizações específicas atravessasse os anos.

- Anarquismo e sindicalismo uruguaio na década de 40 e 50: os sindicatos autônomos e a fundação da FAU

Há um consenso na historiografia sobre as intensas mudanças produzidas com o fim da Segunda Guerra mundial e seus impactos no perfil da classe trabalhadora internacionalmente. Guardadas às devidas diferenças com Brasil e Argentina, o Uruguai também passa por este processo. Segundo Porrini o fim da ditadura de Terra (1933-1938) deu lugar a um processo de transição democrática e industrialização. O golpe de estado de Alfredo Baldomir (1938-1943) realinhou o Uruguai ao eixo pró-Estados Unidos e iniciou um processo de redemocratização. Houve também um retorno das políticas sociais do *battlismo* e cresceu a influência dos industriais no governo. Práticas de proteção social e negociação coletiva tripartite foram implementadas durante esse período. Destaca-se a lei de Conselhos de Salários (nº 10449 de 12 de novembro de 1943) que criou uma forma de negociação periódica entre trabalhadores e empresários com presença do poder executivo.³³⁴ Se há uma tentativa de tentar regular a questão social por parte do Estado, por outro, esta lei abriu margem para possíveis aumentos de salário, que dependiam obviamente, da capacidade do sindicatos em impor sua agenda de reivindicações.³³⁵ Mas de maneira geral, os historiadores econômicos tendem a concordar que de 1946 a 1950, o salário real caminha numa tendência de alta de 36%.³³⁶ Segundo Porrini, os conselhos de salários também “ordenaram as luta por salário canalizando os conflitos, obrigaram os operários a votarem e ajudaram na formação de novos sindicatos”.³³⁷

Do ponto de vista da relevância econômica, destaca-se o setor frigorífico em termos de fonte de divisas, representando 28% do total em 1944/1946. O setor de lã e cora, ainda que empregasse uma quantidade menor de trabalhadores era responsável por 52% das divisas em 1944/46.³³⁸ Cresce nesse período a base social dos assalariados industriais e sua importância para a conformação desse novo tipo de sindicalismo uruguaio. Em 1956 o Uruguai ostentava a maior renda per capita de toda América Latina e entre 1945 e 1954 sua indústria manufatureira teve um crescimento médio de 6%.³³⁹

Para Porrini, nesses anos se produzia uma formação de uma nova classe trabalhadora, “com um componente chave urbano-industrial”. Ainda segundo esse pesquisador, “entre 1939 e 1948 e também entre 1936 e 1951 se verificou uma duplicação da classe operária industrial, passando de 74.000 a 153.000 trabalhadores no primeiro trecho, e de 90.000 a 180.000 ou

³³⁴ NOTARO; CAETANO, 2012, p. 56.

³³⁵ Ibid, p. 64.

³³⁶ Ibid, p. 66.

³³⁷ PORRINI, s/d, p. 14, tradução nossa.

³³⁸ BONINO; REPETTO, 2013, pp. 49-50.

³³⁹ GALVÁN; MOREIRA; VÁZQUEZ, 2012, p. 76.

220.000 – segundo o as fontes – no segundo.”³⁴⁰ Há um ingresso considerável de jovens e mulheres no mercado de trabalho e da migração interna de trabalhadores do campo para a cidade, fenômeno que também ocorre na Argentina e no Brasil. Em relação ao ingresso de jovens, Porrini indica que a maior parte dos testemunhos dão conta de um ingresso no mercado de trabalho entre 14 e 16 anos, mas há também aqueles que ingressaram ainda mais jovens.

É nesse contexto, por exemplo, que a família de Juan Carlos Mechoso, fundador da FAU, migra para Montevideo em busca de oportunidades de trabalho.³⁴¹ Com 14 anos, Mechoso trabalhará no açougue Alianza, no bairro de *La Teja* e ali começará suas primeiras atividades sindicais junto aos trabalhadores dos frigoríficos.

O ano era de 1949 e Mechoso se recorda que havia 70 trabalhadores no açougue Alianza e estavam afiliados a Federação da Carne.³⁴² Tanto o açougue quanto o matadouro, segundo Mechoso eram “poucas quadras de casa”.³⁴³ Essa característica de local de produção entrelaçado com a vida *barrial* foi algo típico da produção frigorífica deste período. O bairro contíguo a *La Terra* era o bairro do *Cerro*. Em 1943 esse bairro concentrava três dos quatro grandes frigoríficos do país. Segundo Porrini “um setor industrial chave e estratégico sob o ponto de vista econômico-produtivo” e que se constituía como uma *comunidad*e ou sociedade de vizinhança onde eram “vvidas com intensidade as relações sociais, familiares, espaciais e até temporais, que se concentravam devido ao pequeno espaço”.³⁴⁴

No verão de 1943 – em plena segunda guerra mundial – dez mil trabalhadores fizeram uma greve pela restituição de trabalhadores despedidos do Frigorífico Nacional, acusados de sabotagem à produção de guerra e atividade antinacionais.³⁴⁵ A União Geral dos Trabalhadores (UGT) ligada ao Partido Comunista se posicionou à favor da empresa frigorífica pela prioridade de “combate ao fascismo e aos seus agentes locais”.³⁴⁶ A Federação da Carne saiu fortalecida com o conflito e a relação entre sindicatos autônomos e os afiliados da UGT se deteriorou. (Idem). A presença dos sindicatos solidários ou de ação direta é fundamental para explicar o nascimento da FAU, assim como a inserção do anarquismo uruguaio num setor produtivo ainda fundamental para a produção do país.

Em 1952 é fundado o Ateneo Cerro-Teja, outro espaço de importância para a fundação dessa organização.³⁴⁷ Segundo Juan Carlos Mechoso, esse Ateneo foi fundamental para a constituição da FAU pois “esse ateneu tinha uma diversidade de atividades, quer dizer, apoio aos conflitos operários, atividades digamos de relação com o bairro [...] e ao mesmo tempo tinha atividades culturais, debates, e também atividades de outra ordem”.³⁴⁸ Ao contrário do espaço do CCS-SP, o Ateneu localizava-se estrategicamente num bairro operário com presença ativa do sindicalismo de ação direta.

Em 1956 a Federação Autônoma da Carne convoca uma reunião com respaldo de diversas organizações sindicais: UGT, CSU, Unión Solidaria de Obreros Portuarios, Congreso Obrero Textil, Sindicato de FUNSA, sindicatos cristãos, funcionários públicos e os sindicatos de ação direta (navais e carvoeiros).³⁴⁹ A FEUU também foi convidada e se criou após essa

³⁴⁰ PORRINI, 2005, p. 5

³⁴¹ JUNG; RODRÍGUEZ, 2006, p. 21.

³⁴² Ibid, p. 29.

³⁴³ Idem.

³⁴⁴ PORRINI, 2002, pp. 8-9.

³⁴⁵ RODRÍGUEZ et al, 2006, p. 67.

³⁴⁶ Idem.

³⁴⁷ Um dos militantes destacados na fundação do Ateneo foi Ruben Barcos, que estava há um ano e meio no Uruguai (vindo da Argentina).

³⁴⁸ MECHOSO, Juan Carlos. Juan Carlos Mechoso: depoimento [abr. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Montevideu, 2017. arquivo.mp3 (2h:10 min.).

³⁴⁹ RODRÍGUEZ et al, 2006, p. 69.

reunião uma comissão coordenadora pró-central única. Apesar da iniciativa, o processo unitário foi frustrado pelas divergências.

A concepção anarcossindicalista já tinha sofrido críticas por um setor dos anarquistas em 1923. Estes rompem com a FORU e fundam a União Sindical Uruguaia (USU) que funcionará até 1929. A USU foi fundada por anarquistas e comunistas nos marcos do apoio crítico à Revolução Russa, mas as polêmicas internas farão com que esta desaparecesse muito precocemente. Os anarquistas vinculados a USU acreditavam que a central deveria “aceitar todo o conjunto da classe trabalhadora, independente de filiações políticas ou religiosas”.³⁵⁰ Tal experiência histórica não passou despercebida da FAU, que desde a sua fundação galvanizava uma estratégia sindical vinculada à experiência do sindicalismo revolucionário e não ao anarcossindicalismo. Tal alinhamento estratégico facilitava a prática de tentar coordenar sindicalmente diferentes sindicatos mediante uma proposta de unidade e coordenação que partiam de acordos básicos e mínimos. Tal estratégia também facilitava a aproximação aos chamados sindicatos autônomos que se assemelhava num contexto dado e específico, a um sindicalismo próximo do que a FAU defendia enquanto proposta sindical.

A existência da FORU ainda em 1950, com um caráter de incidência quase que inexpressivo no conjunto da classe trabalhadora³⁵¹ pesou para que os anarquistas vinculados à FAU não admitissem a adoção do anarcossindicalismo com uma estratégia viável ao contexto. Contudo, a adoção de estratégias políticas em contextos concretos não é determinada apenas pela reflexão de seus agentes diante a realidade, mas também necessita de um conjunto de oportunidades políticas para sua efetivação. A forte presença anarquista na *Federación de Obreros y Reparaciones Navales* assim como na *Federación Autónoma de la Carne* forneceu tais possibilidades de construção.

O processo de constituição de uma organização anarquista no Uruguai veio acompanhado igualmente de uma reflexão profunda sobre o papel do anarquismo nos sindicatos e o acordo do primeiro pleno nacional anarquista já indicava sobre este ponto, a criação de uma comissão sindical de orientação libertária dependente da Comissão *Pró-Federación Libertária del Uruguay*, organização dos Grupos Sindicais de Orientação Libertária em cada sindicato, grêmio, federação ou indústria, vincular os Grupos Sindicais de Orientação Libertária na Comissão Sindical de Orientação Libertária por meio de delegados a tal efeito designados e também os militantes libertários procurariam atuar dentro de um espírito geral de recomendações. Este ponto visava formalizar uma conduta geral aos militantes sindicais, que envolvia responsabilidade perante seu sindicato, não ocupação de cargos sempre que possível, dar a crítica sempre um aspecto construtivo, ocupação de postos de luta nas ações sindicais de defesas de direitos e atuação nas comissões de cultura dos sindicatos. Os anarquistas neste processo de constituição do que viria a ser a FAU – em relação ao espaço sindical – não viam contradição entre a ação cultural e a sindical.

O pleno também apontou para as reivindicações imediatas que diziam respeito a diminuição da jornada de trabalho, redução de jornada em tarefas insalubres, igualdade de salários sem distinções de sexo e muitas outras demandas reivindicativas. Também apontavam o que chamavam de questões mais amplas, que envolviam o estudo de planos de coletivização sindical, fomento ao cooperativismo de produção e consumo no movimento sindical, vínculo dos sindicatos aos institutos de educação e extensão cultural, luta pela eliminação de fronteiras geográficas e políticas etc. O último ponto propunha atuar no plano sindical fomentando a organização sindical de base federalista, integração do movimento operário sem subordinação nem hegemonias de nenhum setor, criação de escolas de trabalho para aperfeiçoamento da mão de obra, criando técnicos de origem operária e luta para criação de

³⁵⁰ ALVES, 2016, p. 33.

³⁵¹ RODRÍGUEZ et al, Ibid, p. 34.

um conselho geral econômico sindical que estude os problemas econômicos do país com vistas a conseguir o aumento da produção, mas sem esgotar os produtores. O pleno também recomendou a criação de uma Comissão de Estudo e Informações Econômico-Sociais apontando para algo que seria uma constante no interior do anarquismo uruguaio: compreender a conjuntura político-econômico-social do país.³⁵²

O pleno deixaria gravado no *DNA* da incipiente organização, uma forte marca sindical cuja adaptação consciente ao contexto nacional seria fundamental para produzir uma organização política completamente inserida na realidade uruguaia. Tais propostas, iniciadas em 1952 – e que envolveram um amplo debate interno – seriam formalizadas com sucesso seis anos depois nas recomendações sindicais da FAU. Segundo Eduardo Rey Tristán, na segunda metade da década de 1950 três grupos foram relevantes para a organização do anarquismo: as Juventudes Libertárias, o grupo editor do jornal *Voluntad* e o agrupamento libertário Cerro-Teja.³⁵³ Alves (2016) e Rugai (2012) também reforçam a importância da agrupação Cerro-Teja e das Juventudes Libertárias neste processo.³⁵⁴

É consenso entre esses três autores que os chamados sindicatos autônomos tiveram uma influência decisiva na formação da FAU. Ricardo Ramos Rugai aponta que um dos motivos para a criação da FAU se deu justamente pelo fato do anarquismo não ter desaparecido e mantido certa presença ao longo das décadas de 1940 e 1950. Na realidade, apesar de novas pesquisas demonstrarem que o anarquismo não desaparece nem na Argentina e nem no Brasil durante as décadas de 40 e 50, o caso uruguaio sem dúvida alguma é o mais bem sucedido no que diz respeito à manutenção mínima do anarquismo nos meios sindicais. Não se trata apenas de não ter desaparecido, mas ter se inserido em contextos e espaços estratégicos do ponto de vista sindical de maneira muito mais eficiente que o caso brasileiro e argentino à partir de uma coordenação mais unitária do ponto de vista político e com oportunidades sindicais para sua reprodução política.

Desde 1952 parte da militância anarquista no Uruguai constituiria o Comitê Pró-Federação Libertária Uruguaia (FLU) na intenção de formar uma organização nacional.³⁵⁵ Tal iniciativa seria transformada num plenário realizado em 14 de abril e 5 de maio de 1956 que terminaria por indicar o congresso constitutivo da organização para outubro de 1956.

Outra questão relevante e que influenciou na cultura política conformada pela FAU é a presença de certo anarquismo de ação, presença forte no eixo do Rio da Prata, mas praticamente inexistente no Brasil. Segundo o militante Fernando O’neill Cuesta, “alguns dos chamados ‘anarquistas de ação que ainda viviam haviam estado vinculados às atividades anarquistas que se desenrolavam na década de 50 e 60: atos, assembleias libertárias e até nos prolegômenos da fundação da Federação Anarquista.”” Cuesta afirma que em alguns casos, “como do catalão Boadas Rivas, sua disposição de conversas com os companheiros da OPR na oportunidade de alguns sequestros”.³⁵⁶ Juan Carlos Mechoso em entrevista realizada ao autor, também indica que na fundação da FAU há “militantes com uma longa experiência, que vem da década de 10, de 20, de 30”.³⁵⁷ Diversos pesquisadores sublinharam com razão a influência desse componente na formação da FAU e de seu aparato armado.

No Uruguai não ocorre um fenômeno similar ao peronismo e ao trabalhismo brasileiro. A transferência de lealdades do anarquismo ao peronismo, que ocorre de maneira sistemática na Argentina é realizada de maneira muito mais difusa no Uruguai. Figuras

³⁵² Acuerdos del Pleno Nacional Anarquista. Montevideo, Abril 14, Mayo 5, 1956.

³⁵³ TRISTÁN, 2005, pp. 198-199.

³⁵⁴ ALVES, 2016, pp. 53-54.

³⁵⁵ ALVES, 2016, p. 54.

³⁵⁶ CUESTA, 2017, p. 9.

³⁵⁷ MECHOSO, Juan Carlos. Juan Carlos Mechoso: depoimento [abr. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Montevideo, 2017. arquivo.mp3 (2h:10 min.).

sindicais importantes seguem como referência de um sindicalismo combativo e que não está aliado a uma proposta política vinculada à disputa eleitoral. Alguns destes quadros viriam a se tornar importantes referentes da FAU.

Ainda assim, polêmicas internas ocorreriam nesse processo de consolidação da organização e que por inúmeros motivos levariam às primeiras divergências internas. Tais polêmicas foram explicitadas por diversos autores que estudaram o tema.³⁵⁸ Cabe afirmar que o anarquismo no Uruguai, ainda neste período convivia com estratégias e propostas políticas divergentes, que não seriam resolvidas com a fundação da FAU. Em 1955 alguns estudantes de Belas Artes, vários destes vinculados ao anarquismo fundarão a *Comunidad del Sur*, uma experiência localizada num prédio nos limites de Montevideo e que tinha como objetivo, montar uma experiência comunitária autogestionária própria à partir de uma crítica ao sistema capitalista.

A primeira polêmica ocorre sobre o periódico *Voluntad* que em abril e maio de 1956 se tornou o periódico vinculado a FAU. Contudo, o grupo editor original do periódico segue com a decisão de editá-lo sem o aval de subsequentes plenárias da organização, o que leva a FAU a mudar o nome do periódico em dezembro de 1956, já que circulavam dois periódicos com o mesmo nome. Cabe afirmar, com base nesses eventos que o mecanismo de decisão de tais divergências seguia amplo debate democrático, com realização de assembleias gerais que trataram do problema e que por fim, decidiram consultar os leitores sobre o novo nome, que por fim, será escolhido como *Lucha Libertaria*.³⁵⁹ A fundação da organização acontecia em paralelo a um fim de ciclo econômico positivo, já que o Uruguai desfrutava de uma década de “rápido crescimento econômico e industrial” que à partir de 1955 encontrava seu limite.³⁶⁰ À partir de então a taxa de desemprego no país aumentaria sensivelmente até atingir o auge na década de 60.³⁶¹

Desde as origens da FAU, parece visível um forte comprometimento com a realidade sindical do país. Nas discussões que precederam a formação da organização, as agrupações aderidas a FAU à época, ainda que divergências se aprofundassem no futuro, já apontavam para a necessidade de se inserir sindicalmente. Havia uma posição lúcida diante a realidade de se adaptar a luta de classes. Era o anarquismo que tinha de se adaptar aos trabalhadores não o contrário e se havia dificuldade em desenvolver uma linha combativa no interior dos sindicatos isso se devia segundo a FAU à falta de presença dos anarquistas em seu interior. Obviamente, os documentos podem não revelar tensões internas presentes no interior das organizações políticas, que podem emergir em momentos determinados. Contudo, é visível a presença forte dessa marca sindical no nascimento da FAU e seu esforço por romper com parte da estratégia anarcossindicalista.

Ainda que com posição sindical bem definida no ano de 1957, a *Agrupación L. del Sur* indicava as dificuldades de atrair setores sindicais ao plano sindical da FAU. Segundo boletim interno, “salvo os operários simpatizantes de FUNSA, não se aproximaram às agrupações novos militantes”.³⁶² A fábrica de pneumáticos FUNSA, neste período estava em pleno período de expansão e diversificação de suas atividades. Desde 1956 se buscava ampliar a produção de motores elétricos, transformadores, ventiladores domésticos e a expansão de produtos de látex.³⁶³ Em 1957 o número de trabalhadores em FUNSA chegava a mais de 2500

³⁵⁸ RUGAI, 2003, ALVES, 2017, TRISTÁN, 2008.

³⁵⁹ Federación Anarquista Uruguaya, Consejo Federal. **Circular Informativa sobre las causas del cambio de nombre del periódico de la F.A.U.** 22 de diciembre, 1956.

³⁶⁰ FINCH, 2014, p. 244.

³⁶¹ Ibid, p. 246.

³⁶² “Salvo los obreros simpatizantes de FUNSA, no se han arrimado a las Agrupaciones nuevos militantes. Agrupación L. del Sur. Sobre asuntos sindicales. FAU. Boletín, n. 4, octubre de 1957, p. 2.

³⁶³ SABINI, 2017, p. 12.

trabalhadores caracterizando a fábrica como um espaço de alta concentração de mão de obra numa mesma planta industrial. Desde o fim da segunda guerra o número de greves na fábrica seguiu constante e a empresa avaliava positivamente a aplicação dos conselhos de salários para a resolução dos conflitos internos.³⁶⁴ Em 1957, sob uma nova greve – que incluiu um acampamento na frente do palácio legislativo – e táticas militantes mais combativas, integrantes da FAU teriam destaque no conflito, como León Duarte que assume um lugar na direção da Unión de Obreros y Empleados de Funsa e Washington “Perro” Pérez. A FAU faria uma crítica aos conselhos de salários, afirmando que “desde que os conselhos de salário existem, resulta muito difícil que os sindicatos, sobretudo os jovens, escapem a engrenagem jurídica que ditos organismos implicam e que castra sua potencialidade revolucionária”.³⁶⁵

No dia 25 de janeiro de 1958, a FAU realizou um plenário de militantes sindicais que ainda era modesto. Segundo o boletim de março de 1958 participaram do encontro, cerca de 20 militantes da FAU, de diferentes espaços sindicais. Paralelamente, a FAU dava o informe que realizou um pic-nic e que a FORU também tinha realizado uma reunião no parque do centro Pr. Choffeurs.

Setores vinculados à FAU já faziam uma dura autocrítica em relação ao fato da estratégia sindical anarquista e a consequente perda de influência desta ter ocorrido por não se adequarem às mudanças ocorridas na realidade social.³⁶⁶ Apontavam também que houve uma “separação entre os sindicatos organicamente libertários e setores cada vez maiores de trabalhadores” e “a inibição de muitos anarquistas de participar em outros sindicatos”.³⁶⁷ Este processo de crítica a estratégia anarcossindicalista fez com que a FAU apontasse para uma nova tática que criava uma cultura político-sindical substancialmente distinta e apontasse para uma atuação unitária, ainda que mantendo a fisionomia e a identidade libertária. A FAU tentava aproveitar a pujante conjuntura sindical que se seguiria até 1958. Segundo Yamandú Sierra se organizaram vários sindicatos rurais nesses anos.³⁶⁸

Em dezembro de 1957, as empresas Swift e Artigas “comunicaram sua decisão de fechar e abandonar o país”.³⁶⁹ Tal decisão se vinculava de maneira geral, a um fenômeno cada vez mais frequente à partir de então, que era o das *deslocalizações* produtivas, onde a concentração de recursos mostrava que o “capital e o imperialismo poderia simplesmente abandonar meios de produção”.³⁷⁰

Paralelamente à esta decisão, ainda segundo Porrini (2004) uma investigação parlamentar concluía demonstrando as irregularidades e fraudes das empresas frigoríficas para receber subsídios estatais. Dentro da dificuldade em competir com outras indústrias e com um mercado cada vez mais internacionalizado, apelar ao subsídio estatal era uma forma de viabilizar a competitividade do capital nacional ou arrochar o salário dos trabalhadores, incidindo no *mais-valor* absoluto. O arrochamento, contudo, dependia de um equilíbrio frágil diante um movimento sindical atento e mobilizado.

O fechamento dos frigoríficos causou um “situação crítica para o proletariado cerrense”³⁷¹ e “uma das alternativas foi a criação da empresa Establecimientos Frigoríficos

³⁶⁴ Idem.

³⁶⁵ Las Enseñanzas de la Huelga en F.U.N.S.A. **Lucha Libertária**, Montevideo, septiembre de 1957, n^o 174, p. 08.

³⁶⁶ Plan de Acción Sindical propuesto por la Agrupación Anarquista de la Unión, tradução nossa.

³⁶⁷ “Ante esta nueva y compleja realidad, fue perjudicial para las tendencias y los fines libertarios: la separación entre los sindicatos orgánicamente libertarios y sectores cada vez más grandes de trabajadores; la inhibición de muchos anarquistas de participar en los otros sindicatos, siguiendo la línea de los primeros.” Ibid, p. 9.

³⁶⁸ SIERRA, 1994, pp. 102-115.

³⁶⁹ PORRINI, 2004, p. 81.

³⁷⁰ FONTES, 2010, p. 197.

³⁷¹ PORRINI, 2004, p. 81.

del Cerro Sociedad Anónima”.³⁷² Tentando acumular politicamente com esse movimento, a FAU realizaria um evento organizado pelas agrupações Libertárias Cerro y la Teja (da FAU), o *Ateneo Libre del Cerro* e a *Federación Obrera de la Industria de la Carne y Afines (Autónoma)* no teatro do Bairro do Cerro sobre cooperativismo com o título “Reabrir los frigoríficos, bajo forma de cooperativa obrera”. O evento reuniu uma verdadeira multidão – como atesta uma foto publicada em seu jornal – e propunha uma solução cooperativista a contenda que envolvia o fechamento dos frigoríficos.



FAU. Dramatico Alegado de la Federación O. Autonoma de la Carne. **Lucha Libertária**, Montevideo, Febrero de 1958, n^o 179, p. 04

O evento reuniu um grupo heterogêneo de sujeitos sociais que incluíam desde estudantes, políticos, técnicos, até trabalhadores dos frigoríficos e moradores do bairro.³⁷³

Apesar do esforço cooperativista, segundo Porrini a “criação da empresa *Establecimientos Frigoríficos del Cerro Sociedad Anónima* não deu como resultado uma cooperativa ou uma empresa autogestionária e aumentou o processo de desencontros e a divisão do sindicato”.³⁷⁴ Os trabalhadores convertidos em acionistas iriam se alijar da FOICA e inclusive não acompanhariam a greve de 1960 pela reabertura do frigorífico Swift.³⁷⁵

Em fevereiro de 1958 já havia também um avanço claro no sentido de criar um espaço de unidade sindical. Desde 1955, a *Unión Obrera Têxtil* tinha convocado uma reunião consultiva de sindicatos neste sentido³⁷⁶ e a *Federação Autónoma de la Carne* no contexto da mobilização pela não-desocupação do frigorífico Swift tinha realizado uma reunião para promover essa unificação em 1956. O tema voltava ao debate em 1958. Numa reunião sindical, os anarquistas ainda se dividiam sobre o assunto.³⁷⁷ Os motivos de sua crítica ficariam mais evidentes nos meses posteriores, onde a FAU afirmaria que o problema no processo era pelo que chamavam de “dirigentismo”. Acreditavam que sob o argumento de

³⁷² Idem.

³⁷³ Ao falar um membro do Partido Comunista, segundo *Lucha Libertária*, seria interrompido sobre os gritos de “hablá de la huelga de 43 (fala da greve de 43)” em alusão a posição do PC na época, que considerava as greves nesse período uma “sabotagem” do esforço de guerra.

³⁷⁴ PORRINI, 2003, pp. 81-82, tradução nossa.

³⁷⁵ Idem.

³⁷⁶ RODRÍGUEZ et al, 2006, p. 69.

³⁷⁷ Plenário de militantes sindicais. **Lucha Libertária**, Montevideo, Febrero de 1958, n^o 179, p. 06.

agilidade, se tocava a unidade de maneira vertical. Para a FAU era necessário criar um mecanismo que “permita a todas as organizações sindicais do país fazer chegar seus projetos de bases ‘programáticas e estatutárias’ com o tempo suficiente para sua circulação e consideração”.³⁷⁸ Paralelamente, a FAU postulava o que acreditava ser a estrutura da futura central sindical e numa postura anti-sectária convidava militantes de outras correntes ideológicas – como Hector Rodríguez – a opinar sobre as possibilidades de uma central sindical.³⁷⁹

Uma nova greve irromperia na fábrica de FUNSA, motivada entre outras coisas pela perseguição da empresa ao direito de sindicalização dos supervisores. Em oposição ao *lock-out* da empresa, os trabalhadores iriam realizar paralisações que se tornariam rapidamente uma ocupação da planta da fábrica. A FAU avaliava que “ao cabo de vários dias a fábrica foi posta em marcha sob a supervisão do sindicato, demonstrando que o parasitismo capitalista está demais”. Para a organização “a experiência ensaiada pelos trabalhadores de FUNSA, terá, não duvidamos, mais valor didático que muitos livros e artigos jornalísticos de propaganda revolucionária e anticapitalista”.³⁸⁰

O pesquisador Jaime Yaffé aponta com atenção que “em poucos anos se passou do imaginário do *Uruguai feliz* – outro dos lemas cunhados nos cinquenta – ao do *Uruguai da crise*, que se instaura profundamente na década seguinte”.³⁸¹ Para este

numa sociedade com atores sociais densamente organizados e com altas expectativas geradas tanto pelo crescimento anterior como pelo imaginário otimista já comentado [...] o estancamento econômico e a deterioração econômica desencadeou um ciclo de protesto social ascendente.³⁸²

O Estado passa a abandonar a forma progressiva e pacífica de resolução do conflito social em detrimento de um modelo repressivo. Além da reforma monetária, aprovada em dezembro de 1959 e que segundo Yaffé “foi o ponto inaugural do lento caminho até a abertura externa e a liberalização da economia”, nove meses depois, em setembro de 1960, o governo uruguaio subscreveu um acordo com o Fundo Monetário Internacional³⁸³ e durante este primeiro governo colegiado Blanco (1959-1963) foram implementados enfoques econômicos liberais mais aprofundados, como a reforma cambial.³⁸⁴ A inflação também corroía a capacidade de compra dos trabalhadores e atingia entre 1959 e 1960 um incremento anual de 40% no nível dos preços³⁸⁵, provocando uma sensação generalizada de crise. A política econômica de substituição de importações parecia finalmente ter chegado ao seu limite.³⁸⁶

A proposta de uma central sindical ganhava força e no caso da FAU, esta defendia a unidade do movimento operário à partir do apoio solidário entre as diferentes categorias de

³⁷⁸ Hacia la Asamblea Nacional Consultiva de los Sindicatos. **Lucha Libertária**, Montevideo, Marzo de 1958, nº 180, p. 07.

³⁷⁹ Hoy: Hector Rodríguez. La Asamblea Nacional Consultiva de los Sindicatos puede ser Realidad. **Lucha Libertária**, Montevideo, abril de 1958, nº 181, p. 07.

³⁸⁰ “Al cabo de varios días, la fábrica fué puesta en marcha bajo la supervisión del sindicato, demonstrando con ello que el parasitismo capitalista está demás. [...] La actitud y la experiencia de los trabajadores de FUNSA tendrá, no lo dudamos más valor didáctico que muchos libros y artículos periodísticos de propaganda revolucionária y anticapitalista.” Camino de Liberación. **Lucha Libertária**, Montevideo, noviembre de 1958, nº 187, p. 08.

³⁸¹ YAFFÉ, 2012, p. 170, tradução nossa, grifos do autor.

³⁸² Idem.

³⁸³ Ibid, pp.170-171.

³⁸⁴ CAETANO, 2016, p. 51; FINCH, 2014, p. 254.

³⁸⁵ FINCH, 2014, p. 248.

³⁸⁶ Ibid, p. 256.

trabalhadores. A greve dos trabalhadores da indústria têxtil ocorrida entre agosto e novembro de 1960 – envolvendo mais de 25.000 trabalhadores – contou com ocupação massiva de fábricas e teve como resposta um governo completamente intransigente. Em subseqüentes sessões governamentais o conflito era tratado pelo viés jurídico e moral da “ilegalidade da ocupação sindical”.³⁸⁷

Em resposta a novas medidas repressivas do governo, a FAU responderia com o incentivo de uma política de solidariedade sindical. Destacando a ação do sindicato de FUNSA, que contava com sua militância³⁸⁸, a organização sublinhava a proposta de paralisações de 48 e 72 horas do sindicato de FUNSA em solidariedade aos trabalhadores têxteis. Apostando na tática de ação direta, a FAU criticava o uso dos

Conselhos de Salários, essa mentirosa armadilha que, com a colaboração das supostas ‘esquerdas’ partidárias, serviram para domesticar o movimento operário e para que este enfrente dividido as tentativas de congelar salários.³⁸⁹

Reclamando da inação da maior parte dos sindicatos, a FAU apontava que “nada se fez. Nada mais que uma paralisação de 24 horas enquanto se continuam com as inúteis concentrações noturnas no distante Palácio Legislativo”.³⁹⁰ A experiência sindical da FAU diante a conjuntura da década de 50, possibilitou que a organização mantivesse uma relevante presença em distintas categorias sindicais, assim como participasse de lutas importantes. Sua postura de diálogo com outras correntes políticas e propostas de unidade, também incidiram na constituição de um anarquismo renovado, pouco sectário e sem rifar suas próprias estratégias políticas.

– A conferência anarquista americana e a tentativa de formação de um latino-americanismo anarquista

Em 1957 é organizada uma conferência importante para os rumos do anarquismo no continente: a 1ª Conferência Anarquista Americana. O encontro foi realizado em Montevideu, Uruguai entre os dias 14 e 21 de abril e teve organização determinante da FAU.³⁹¹

Participaram diretamente da conferência anarquistas do Brasil (Centro de Cultura Social, Agrupamento Anarquista de Porto Alegre, Agrupamento Anarquista e Nossa Chácara de São Paulo³⁹²), Uruguai (Federação Anarquista Uruguiaia), Argentina (Federação Libertária Argentina, núcleo do jornal “La Protesta”, “La Obra”, “Libre Palabra”, grupos de La Plata e Córdoba), Chile (Federação Anarquista Internacional Chilena) e Cuba (Associação Libertária Cubana).

³⁸⁷ BROQUETAS, 2015, p. 200.

³⁸⁸ Desde março de 1958, a militância da FAU tinha se integrado a nova comissão do Sindicato de FUNSA, afirmando que “por grán mayoría, resultó electa una comisión que integran varios compañeros, y, entre ellos, algunos integrantes de esta Agrupación.” **Boletín de marzo de 1958 de la Agrupación Anarquista Unión**, Notícias. Boletín. Montevideo, Marzo, 1958.

³⁸⁹ “Consejos de Salarios, esa mentirosa trampa que, con la colaboración de las supuestas “izquierdas” partidistas, ha servido para domesticar al movimiento obrero y para que este enfrentara dividido los intentos de congelar salarios.” FAU. Que pasa con los textiles? **Panfleto**. Montevideo, 18 de octubre, 1960, tradução nossa.

³⁹⁰ “Nada se hizo. Nada más que un paro de 24 horas, mientras se continua con las inútiles concentraciones nocturnas en el alejado Palacio Legislativo.” Idem.

³⁹¹ Este subcapítulo é baseado em SILVA, 2014, pp.57-61.

³⁹² Vê-se que a ideia de União Anarquista e da Federação Anarquista de porte nacional preconizada no congresso de 1948 não se completa totalmente. A década de 50 é uma década de certo descenso organizativo para o anarquismo do Rio e de São Paulo, com fluxos e refluxos.

Enviaram temários e propostas para debate organizações e militantes anarquistas da Bolívia, Estados Unidos da América (Liga Libertária dos EUA, representada por delegados de Cuba), Haiti, México (Federação Anarquista Mexicana), Santo Domingo, Panamá (Agrupamento Anarquista Panamenho) e Peru (Federação Anarquista do Peru). A articulação política de diversas organizações do continente americano foi viabilizada pela ação da Comissão Continental de Relações Anarquistas (CCRA) e com certo protagonismo da Federação Anarquista Uruguaia, fundada no ano anterior.

As discussões da conferência tiveram vários temas: 1) Estudo da realidade americana, situação do político, econômico e social em cada país; 2) Problemas da América Latina; 3) Problemas mundiais; 4) Relações e coordenação do movimento anarquista; 5) realizações anarquistas e 6) Declarações. Não pretendemos nos estender sobre todas as resoluções tomadas neste encontro, mas frisar algumas propostas que são fundamentais para compreender a atuação dos anarquistas neste continente. Primeiramente, do ponto de vista teórico as organizações e militantes presentes rechaçam “toda afirmação derivada de atitudes dogmáticas, de lugares comuns e de esquemas simplistas da rica, diversa e complexa realidade humana”³⁹³. Rejeitando tanto o materialismo que “pretende que o devir histórico está determinado por causas materiais alheias a vontade humana” e o “chamado espiritualismo, que cinicamente procura esquecer a base material da aventura humana, utilizando esse esquecimento como justificativa da opressão e da miséria”.

Os anarquistas presentes reafirmam o socialismo libertário como produto das aspirações e preferências do ser humano, divergindo da noção de socialismo científico, e colocando o socialismo no campo da vontade coletiva.³⁹⁴ A conferência analisa que a América Latina está marcada por dois tipos de ditaduras. Um tipo é a calcada sobre a forma de quartelada, que “responde em parte a vontade de poder das castas militares e dos políticos criollos” sendo fundamentalmente uma ferramenta dos capitalistas terratenientes e em maior grau, do imperialismo norte-americano³⁹⁵. O segundo tipo são as primeiras tendências em direção a uma ditadura totalitária. Esta se caracterizaria por um “elevado grau de concentração e desenvolvimento estatal e de controle sobre todas ou quase todas as manifestações da vida econômica, política, social e cultural”³⁹⁶. Tomam assim a iniciativa de “resistência e criação” para “colaborar na afirmação por antecedência, de condições sociais que tornem difíceis ou impossíveis a implantação de uma ditadura”³⁹⁷. Denunciam tanto o *imperialismo estatal-capitalista* quanto o *imperialismo bolchevique*, realizando também uma crítica ao “nacionalismo fomentado por oligarquias governantes”³⁹⁸. A crítica aos dois imperialismos também é estendida para “as grandes centrais [sindicais] internacionais”, a CIOSL (ORIT) e a FSM (CTAL). Criticam o militarismo e o clericalismo, vendo no primeiro, ainda que tenha uma formação popular, se converte num perigo a “vida social dos povos americanos”³⁹⁹. Taticamente apontam para “desmascarar a igreja ante os crentes verdadeiros,

³⁹³ Conferencia Anarquista Americana. Pronunciamentos, acuerdos, recomendaciones, declaraciones, p. 7, tradução nossa. **Biblioteca Social Fábio Luz**

³⁹⁴ *Ibid*, pp. 8-9, tradução nossa.

³⁹⁵ Uma questão pouco abordada na historiografia é a contribuição dos anarquistas para a questão do anti-imperialismo.

³⁹⁶ Conferencia Anarquista Americana. Pronunciamentos, acuerdos, recomendaciones, declaraciones, pp. 10-11, tradução nossa. **Biblioteca Social Fábio Luz**

³⁹⁷ *Ibid*, p. 11.

³⁹⁸ *Ibid*, p.13.

³⁹⁹ Conferencia Anarquista Americana. Pronunciamentos, acuerdos, recomendaciones, declaraciones, p. 16, tradução nossa. **Biblioteca Social Fábio Luz**.

sem tratar de atacar suas convicções”⁴⁰⁰. O importante é “que reajam ante as injustiças e que lutem pela liberdade”⁴⁰¹.

Em relação à coordenação política americana, os anarquistas reunidos na conferência apontam a necessidade de “realizar estudos sobre a realidade americana” e “receber sugestões sobre a seleção de temas e encomendar as organizações estudos similares”⁴⁰². Sobre a articulação da imprensa e material militante, prosseguem recomendando o “intercâmbio regular de material de publicação”, a publicação de “uma seção ou página destinada a informações e assuntos de um país próximo”⁴⁰³. Sugerem o intercâmbio regular de militantes entre os grupos existentes em diferentes países e que a CCRA seja alimentada financeiramente pelas organizações e se constitua com representações diretas ou indiretas dos diversos núcleos ou movimentos. No âmbito internacional apontam para a necessidade de fortalecer a Comissão de Relações Internacionais Anarquistas (CRIA).

Em relação ao congresso internacional anarquista recomendam que as conclusões referentes ao congresso tenham o caráter de recomendações e que a CCRA se comunique com a CRIA para viabilizar o intercâmbio de material e o clima do congresso⁴⁰⁴. O objetivo geral defendido pela conferência é a concretização de “vínculos orgânicos federalistas entre os movimentos anarquistas no plano continental e mundial”⁴⁰⁵. Tal objetivo entretanto, como veremos posteriormente, foi duramente limitado pela questão cubana, que apareceria dois anos depois da conferência.

A conferência também recomenda a “participação ativa dos anarquistas no movimento operário, considerando como meio eficaz e necessário para dar-lhe base e caráter popular a nosso movimento sem que isso signifique subestimar outros campos”⁴⁰⁶. A conferência defende a “atuação decidida nos sindicatos e entre os trabalhadores, onde estão e como são, para que – sem compromissos com o reformismo – os anarquistas com sua pré-dica e sua conduta enfrentem a desorientação atual e desenvolvam um espírito libertário”⁴⁰⁷. Apesar de defender a atuação nos meios sindicais, a conferência, talvez para não desalinhar todas as realidades e consensuar as opiniões recomenda

que, sem descuidar de sua atividade anarquista no seio das organizações operárias, culturais, etc. dedique especial interesse a criação de comunidades que na vida presente são uma demonstração prática da possibilidade do trabalho livre e de convivência fraternal.⁴⁰⁸

O encontro saúda a resistência da Federação Anarquista Ibérica (FAI) e das Juventudes Libertárias Espanholas pela luta heroica contra o franquismo e a luta anarquistas que resiste ao totalitarismo comunista, em países como Hungria, Bulgária e a própria Rússia⁴⁰⁹. A conferência também repudia a legislação repressiva implantada em diferentes países; saúda os sucessos dos militantes revolucionários em Cuba; saúda os estudantes e trabalhadores no

⁴⁰⁰ Ibid, p. 21.

⁴⁰¹ Idem.

⁴⁰² Ibid, p. 24.

⁴⁰³ Idem.

⁴⁰⁴ Ibid, pp 27-28.

⁴⁰⁵ Ibid, p. 28.

⁴⁰⁶ Ibid, p. 29.

⁴⁰⁷ Idem.

⁴⁰⁸ Conferencia Anarquista Americana. Pronunciamentos, acuerdos, recomendaciones, declaraciones, pp. 29-30, tradução nossa.

⁴⁰⁹ Ibid, p. 30.

Chile e repudia a reunião do Tratado de Defesa do Atlântico Sul, definido como uma “intenção militarista e imperial”⁴¹⁰.

A Conferência Anarquista Americana foi um encontro importante para os anarquistas desse continente. Revelou que estes possuíam ferramentas de análise da realidade em que viviam, assim como concebiam estratégias e táticas para difundir suas propostas políticas entre os trabalhadores.

A conferência neste momento, também realçou que a principal estratégia anarquista no continente era a atuação nas entidades dos trabalhadores e nos sindicatos, portanto, uma estratégia de massas e sindicalista revolucionária. Reafirmou o componente anti-imperialista do anarquismo nesse contexto e sua perspectiva de coordenar a atuação política em nível continental. As resoluções desse encontro também podem nos ajudar, junto com outros elementos contidos neste trabalho a rever as afirmações usuais sobre o anarquismo, tais como, a que os anarquistas não possuem um projeto definido de política e poder, de que não há nenhuma relação entre o anarquismo e o anti-imperialismo etc.

Sobre a Conferência, o militante Juan Carlos Mechoso, da FAU, afirmará que

Uma das primeiras tarefas levadas a cabo pela FAU foi a organização do Congresso Anarquista Latino-Americano, que se realizou em 1957, e teve participação da militância de Cuba, do Brasil, da Argentina, do Chile e do Uruguai. A preocupação central da militância jovem, majoritária naquele momento, era que a organização política que estava sendo criada deveria ser um instrumento de fortalecimento do anarquismo e proporcionar sua “atualização” em relação à nossa realidade específica latino-americana e uruguaia. Parecia fundamental não copiar e nem fazer importações automáticas de esquemas e fórmulas que haviam tido razão de ser em outras conjunturas históricas. Dizíamos mais ou menos o seguinte: “Sem preguiça mental, somos obrigados a pensar nossa realidade e nosso tempo e produzir respostas consequentes”.⁴¹¹

Mas apesar de ter se constituído como uma iniciativa interessante, os problemas causados pela divergência sobre a Revolução Cubana e o fim da coordenação latino-americana simbolizado pela conferência encerrariam a continuidade desta instância. Essa primeira iniciativa, no entanto, teve, principalmente a partir da atuação da FAU, um papel importante, o de tomar em conta

as realidades existentes na América Latina, sua dependência, sua opressão imperial e toda sua história, que era fundamental estudar cada realidade, cada formação social, para que as ferramentas teóricas e as coordenadas políticas tivessem embasamento, constituindo propostas não em função de um povo fabricado no pensamento, mas daquele efetivamente existente.⁴¹²

Essa forte marca latino-americanista, construída pela FAU à partir de sua fundação foi se constituindo paulatinamente à partir de aportes e discussões sobre o continente americano. O militante da FAU, Juan Carlos Mechoso afirma que no entorno da organização

circulavam várias revistas e aportes de militantes que percorriam diversos países e que tinham uma inserção efetiva nos meios operários e populares de

⁴¹⁰ Ibid, pp. 31-34.

⁴¹¹ MECHOSO, Juan Carlos. Juan Carlos Mechoso: depoimento [maio/agosto. 2009]. Entrevistador: Felipe Corrêa, 2009. Disponível em < <https://anarquismorj.wordpress.com/textos-e-documentos/teoria-e-debate/a-estrategia-do-especificismo-entrevista-com-juan-carlos-mechoso-federacao-anarquista-uruguia/>>

⁴¹² Idem.

países com grande população indígena e mestiça. As ideias e as lutas federais de José Gervasio Artigas, por exemplo, geraram bastante interesse.⁴¹³

Contestando uma visão eurocêntrica do anarquismo, a militância da FAU se esforçava por constituir o anarquismo em meio ao contexto histórico de seu próprio país.

Havia uma posição contrária ao eurocentrismo e sua bagagem, independente dos meios ideológicos dos quais eles viessem. Também havia precauções em relação a nosso colonialismo cultural internalizado. Essa tendência de seguir a moda de temáticas sociais, propostas, formas de organização, que não têm relação com nossa localidade, com aquilo que vivemos por aqui, com aquilo que urgentemente necessitamos. Esta prática de importar projetos e estratégias, sem levar em conta toda a análise dos aspectos fundamentais de nossa formação social, de nosso imaginário – nosso sujeito histórico latino-americano e cada uma das localidades envolvidas –, daquilo que nos permite estabelecer uma relação efetiva com o povo, iniciar processos no seio do povo e com ele.⁴¹⁴

Mechoso afirma que no interior da Conferência.

esta posição não foi defendida somente pela FAU; a delegação argentina, que em determinados momentos teve grande lucidez, realizou uma ampla análise de nossas dificuldades naquele momento.⁴¹⁵

O depoimento de Mechoso, quando confrontado com outras fontes relativas a prática da FAU confirma que a organização radicalizou essa posição de adaptar o anarquismo a sua realidade numa chave latino-americana. Alguns meses depois da Conferência, a FAU celebraria seu primeiro congresso, em outubro de 1957 e além das discussões sobre a atuação no campo sindical, estudantil e comunitário, a FAU dedicaria parte do seu congresso para a discussão do “Problema Americano”.⁴¹⁶

A quebra da continuidade dos encontros entre os anarquistas do continente, prejudicou a formação homogênea desta cultura política latino-americanista, o que se agravaria, principalmente com as divergências decorrentes da Revolução Cubana.

– Introito comparado do anarquismo e sindicalismo nos três países

A história particular do sindicalismo nos três países e a relação do anarquismo com este indica trajetórias e capacidades de intervenção distintas, assim como, diferentes modalidades de relação entre o Estado e o movimento sindical. Na Argentina, o fenômeno do peronismo e a influência comunista solapou gradualmente as bases do sindicalismo vinculado ao anarquismo e construiu outro referencial político nas hostes sindicais. Ainda assim, a ação anarquista entre 1945 e 1955 em algumas categorias sindicais permaneceu como um “arquipélago” diante o mar do sindicalismo peronista e conseguiu manter-se ativo em diversos espaços sindicais. Na Argentina, os anarquistas ainda conseguiram permanecer hegemônicos na categoria dos trabalhadores navais, protagonizando a greve de maior

⁴¹³ Idem.

⁴¹⁴ Idem.

⁴¹⁵ Idem.

⁴¹⁶ *Boletín Informativo del Congreso*, nº 1, 1957, p. 1.

longevidade da história do anarquismo argentino e dispersos, tentaram atuar subsequentemente neste período à partir da fundação e atuação da FACA. Essa greve de 1956 foi importante para gerar referência, apesar de ter sido um das últimas na qual o sindicalismo revolucionário teve influência determinante. Os anarquistas ainda manteriam uma presença modesta no campo sindical com a FORA. Em 1948 os anarquistas tinham presença em 21 agrupamentos sindicais autônomos e se contabilizam mais de 350 núcleos libertários atuando em diferentes partes do país. Essa influência passa a decair sensivelmente à partir de 1955 todavia, se comparada ao caso brasileiro, ainda mantém um modesto trabalho sindical nas décadas posteriores.

No Brasil o fenômeno do trabalhismo e a influência crescente dos comunistas provocou o mesmo processo que no caso argentino, mas em comparação a crise política foi mais aprofundada. Os anarquistas participaram de congressos sindicais da FORA e tentavam adaptar o modelo sindical dos seus congêneres argentinos para sua realidade. Mas não havia – como no caso da FOCN argentina – a presença de algum “bastião” do sindicalismo autônomo e a presença sindical era muito mais escassa. Não havia igualmente um espaço sindical próprio como a FORA. Os anarquistas estavam presentes no fim da década de 1940 no campo sindical com 4 agrupamentos sindicais: trabalhadores da light, gráficos, jornalistas e professores. Apesar da formação de uma tendência sindical – intitulada MOS que intentava coordenar melhor esses esforços – tal tendência não prosperou e passa a deixar de existir na década de 60.

No Uruguai a presença de um ativo sindicalismo autônomo na década de 40 e 50 e a ausência de algo similar ao peronismo e ao trabalhismo fez com que os anarquistas pudessem se manter ativos e o sindicalismo autônomo operasse com alguma margem de liberdade. Segundo Porrini o governo buscou um entendimento com o novo sindicalismo mas não de intromissão como no caso argentino e brasileiro.⁴¹⁷ Na década de 40 e 50 as elites uruguaias buscavam um novo marco de integração social dos trabalhadores com base numa ideologia mais próxima ao Estado do bem-estar. Se isso não explica a emergência do sindicalismo autônomo, tal ambiente foi mais favorável que no caso da Argentina e Brasil, cuja intervenção do governo nos sindicatos foi constante. Como apontado por Cores na “concepção batllista, diferente do varguismo e do peronismo, as organizações sindicais apareciam como ‘independentes’ tanto do partido de governo como do aparato de estado”.⁴¹⁸ Cabe dizer que no caso uruguaio, os anarquistas conseguiram estrategicamente influir politicamente na categoria (chave) dos trabalhadores frigoríficos, à partir de seu enraizamento laboral e territorial e influir à partir daí para outras categorias.

Aqui cabe também uma comparação sobre a relação entre o Estado e a classe trabalhadora. Tanto o getulismo quanto o peronismo tendiam a coincidir em seu caráter trabalhista,⁴¹⁹ o que na prática era uma tentativa de integração da classe trabalhadora em instâncias partidárias e sindicais com um projeto de governo e Estado em comum. O peronismo, no entanto, dependia mais da ação da sociedade civil e de sua base sindical do que comparativamente ao varguismo. Tal diferença implicou em análises mais duras e “estruturais” do anarquismo nesse período, que no caso argentino, considerará- o peronismo salvo matizes, uma espécie de totalitarismo (ao menos em sua primeira fase). O anarquismo uruguaio não teve de lidar com um fenômeno similar ao peronismo e o getulismo; indiretamente, isso ajudou os anarquistas a terem uma posição mais arejada em relação ao sindicalismo, cujas esperanças de trabalho concreto pareciam mais possíveis. A ausência de um fenômeno como tal, também possibilitou inclusive, que o anarquismo nesse período

⁴¹⁷ PORRINI, 2005, pp. 333-335.

⁴¹⁸ CORES, s/d, p. 44-45.

⁴¹⁹ FAUSTO; DEVOTO, 2004, p. 328.

pudesse crer ser possível – como veremos mais adiante – de construir um organismo sindical unificado, coisa que se dificultava enormemente, em estruturas sindicais com forte ligação com um projeto de governo *trabalhista*.

Há sem dúvida algum nos três países citados uma *crise* decorrente do processo de integração da classe trabalhadora que se expressa por uma deterioração econômica e protesto social. Tal processo será respondido de maneira diversa, de acordo com o nível de mobilização das sociedades locais. De maneira geral os Estados passam a abandonar a forma progressiva e pacífica de resolução do conflito social em detrimento de um modelo repressivo que encontra eco na incipiente Doutrina de Segurança Nacional. Tal acirramento do conflito social será respondido de maneira diversa pelos anarquistas nos países citados.

Em termos de organização específica anarquista, o debate também ocorre de maneira distinta nos três países. Na Argentina o dualismo organizacional surge à partir da crítica ao anarcossindicalismo e se conforma na prática, com a fundação da Federação Anarco-Comunista Argentina (FACA) em 1935. Apesar de certos limites em sua atuação, a FACA atravessou o tempo com certa continuidade. Refundada em 1955 com o nome Federação Libertária Argentina (FLA) tentou organizar o trabalho sindical num agrupamento político que coordenasse a atuação de seus militantes e se manteve, ainda que com problemas, ativa na década de 50 e 60. Contudo, a forte presença da tradição anarcossindicalista criava certas confusões em relação ao papel da organização política e quiçá contribuía para que a concepção programática⁴²⁰ de uma organização política e especificamente anarquista fosse esvaziada. Era comum, que militantes da FLA também participassem da FORA, sem ver nenhum problema ou contradição em estarem nas duas instâncias, tornando a função de uma ou outra sobreposta ou confusa.⁴²¹

No Brasil a ideia de conformar uma organização anarquista nacional pode ser identificada mais claramente no período do pós-guerra e o processo de discussão é iniciado com mais profundidade no ano de 1945. Em 1948 um congresso anarquista apontava a necessidade de se criar uma organização anarquista nacional. Três organizações nascem ou são fortalecidas pela esteira deste congresso, a União Anarquista do Rio de Janeiro, a União Anarquista de São Paulo e o grupo Ácratas, do Rio Grande do Sul. Apesar da ação sindical ter sido prioridade para essas entidades, a inserção sindical do anarquismo terá grandes problemas para difundir-se. E depois de 1959, a ideia de uma organização nacional se esfumaça diante problemas internos e há baixo grau de articulação política do anarquismo num agrupamento específico. Já no Uruguai, o debate da organização avança no início da década de 50 e em 1956 a FAU é fundada. O período que corresponde entre 1956 e 1959 é no entanto, de discussão e formatação das arestas políticas e divergências internas, que só seriam resolvidas em 1964. De maneira geral, há uma dificuldade nos três países em definir adequadamente o modelo, o papel e a cultura política interna da proposta de organização anarquista, fato que se inscreve numa necessidade sentida pelo anarquismo internacionalmente de agrupar-se em organizações políticas próprias.

⁴²⁰ Me refiro a um debate clássico dentro do anarquismo no que diz respeito ao modelo da organização política dos anarquistas. Debate que ficou conhecido principalmente na polarização entre o *plataformismo* e o *sintetismo*. O primeiro está mais ligado a uma organização política que reúne anarquistas à partir de um *programa* político, enquanto o segundo, pela adesão ideológica a doutrina. No anarco-sindicalismo ocorre em alguns momentos para os defensores da tese da organização política anarquista, uma confusão entre o papel do nível social (de massas, dos movimentos) e do nível político (da organização política anarquista).

⁴²¹ Algo semelhante ocorrera na relação entre CNT e FAI na Espanha.

CAPÍTULO II – A GRAMÁTICA GUERRILHEIRA: O IMPACTO DA REVOLUÇÃO CUBANA NO ANARQUISMO ARGENTINO, BRASILEIRO E URUGUAIO (1959-1964)

- A consolidação da gramática guerrilheira: o impacto da Revolução Cubana na América Latina

Em 1959 o estourar da Revolução Cubana impactaria não apenas a orientação política dos EUA para com a América Latina, mas também afetaria as discussões internas das organizações de esquerda em todo o planeta. A vitória dos revolucionários em Cuba, traria um debate sobre as melhores estratégias para se alcançar a Revolução Social e afetaria diretamente, diversos espectros políticos da sociedade latino-americana. As condições sociais homogêneas na América Latina e os problemas em comum de seus países, ecoavam problemáticas que o processo revolucionário em Cuba apontara.⁴²² A questão agrária, a dependência externa, a deterioração das condições das políticas públicas, a extensão dos regimes ditatoriais e acrescentamos, o papel do terceiro-mundo, num processo revolucionário, fazia com que a Revolução Cubana entrasse nas agendas das esquerdas em todo o continente sul-americano como um episódio fundamental.

Segundo Sales (2005), este evento “pode ser visto como um divisor de águas na história das esquerdas”⁴²³ e que colocará importantes questões para a esquerda latino-americana. O debate da revolução cubana é geralmente apresentado, como tendo sua influência apenas dentro dos círculos comunistas e nacionais-populares mas na realidade, o anarquismo neste momento, também se defrontará com esta temática, que suscitará polêmicas e dissensões internas. O pesquisador Eduardo Rey, que estudou profundamente a esquerda revolucionária no Uruguai, chama atenção para a capacidade da Revolução Cubana, em incentivar a “internacionalização da mobilização no continente” e o “desenvolvimento da esquerda revolucionária latino-americana” assim como de internacionalizar a repressão.⁴²⁴

O debate da revolução cubana é geralmente apresentado, como tendo sua influência apenas dentro dos círculos comunistas, trotskistas e nacionais-populares mas na realidade, o anarquismo neste momento, também se defrontará duramente com esta temática, cujos efeitos serão o de polêmicas e profundas dissensões. Se no marxismo a Revolução Cubana inaugurou um novo período revolucionário e reascendeu a chama do internacionalismo⁴²⁵, no anarquismo, esta também provocou importantes reflexões internas.

Isto porque, a Revolução Cubana trazia elementos fundamentais de debate também para este campo. Para Sales, a Revolução Cubana em síntese “trazia três temas que estavam cristalizados em seu pensamento”. O primeiro, era a atualidade do socialismo nos países do continente latino-americano, o segundo, o questionamento a ideia de transição pacífica ao socialismo e por fim, o fato desta revolução não ter sido dirigida por um partido comunista, mas pelo Movimento 26 de julho.⁴²⁶ A afirmação de que nos círculos da esquerda marxista, a revolução cubana “aparece como um problema fundamental para as definições de sua identidade política”, também nos parece válida ao anarquismo, principalmente no caso uruguaio e argentino.⁴²⁷ Junto aos elementos anteriormente mencionados, a Revolução

⁴²² SADER, Emir apud WASSERMAN, 2006.

⁴²³ SALES, 2005, p. 2.

⁴²⁴ TRISTÁN, 2006, p. 49.

⁴²⁵ SILVA, 2016, pp. 42-43.

⁴²⁶ Ibid, p. 26.

⁴²⁷ Ibid, p. 33.

Cubana intensificou e promoveu a noção de “latino-americanismo”. Fazendo um debate histórico sobre este conceito, a historiadora Izabel Pimentel afirma que este possui uma historicidade que pode ser identificada em meados do século XIX, mas que encontra em Cuba e na Conferência Tricontinental “um importante momento do internacionalismo e do latino-americanismo na região”.⁴²⁸

Não é possível avaliar tais polêmicas e cisões, sem mencionarmos ainda que brevemente, a presença e trajetória do anarquismo em Cuba, principalmente no processo revolucionário e como esta trajetória entrará em contato com os congêneres de Brasil, Argentina e Uruguai. O anarquismo em Cuba manteve sua presença desde o final do século XIX com a chegada da emigração espanhola, sendo uma das primeiras regiões onde o anarquismo finca raízes, principalmente a partir do jornal *El Productor*. A guerra pela independência de Cuba teve a participação massiva de anarquistas.⁴²⁹

O período que precede os acontecimentos revolucionários encontra em Cuba, um anarquismo que sofrera os desdobramentos repressivos da ditadura de Gerardo Machado e suas leis antianarquistas. Durante o período repressivo, os anarquistas cubanos fornecerão inúmeros quadros para lutar na Guerra Civil Espanhola.⁴³⁰ Ao fim do conflito espanhol, Cuba serviu de trampolim para diversos anarquistas espanhóis em sua “diáspora”, espalhando-se de Chicago a Buenos Aires. Apesar da hegemonia crescente das organizações comunistas, o anarquismo cubano reagrupa-se com militantes oriundos do êxodo da Guerra Civil Espanhola, membros da Solidariedade Internacional Anarquista e da FGAC que decidiram criar uma organização que unisse todos os anarquistas. Esta organização ganhou o nome de Associação Libertária de Cuba (ALC) que contou em sua fundação com a presença de mais de 100 militantes cubanos e espanhóis exilados. Terão influência em sindicatos tais como, o de transportes, gastronomia, construção, plantas elétricas etc. Criarão também associações camponesas na ilha que organizarão os lugares mais humildes e desprovidos de terra e recursos.⁴³¹

Realizarão vários congressos libertários nacionais em Cuba, destacando-se entre eles, o ocorrido em 1950, que trabalhará para criar uma central independente da influência comunista, cujos desdobramentos políticos se revelarão fracassados.⁴³² O pesquisador Sam Dolgoff afirma que apesar de numericamente reduzidos, os anarquistas cubanos conseguiam manter uma razoável influência em alguns setores de trabalhadores. Inclusive, diversos anarquistas irão se integrar ao nascente Movimento Revolucionário 26 de Julho, que fez algumas reuniões na sede da ALC e promoveu lutas urbanas clandestinas e rurais.⁴³³ A perseguição do regime aos revolucionários cubanos também atingiria os anarquistas. Gilberto Lima e Isidro Moscú, anarquistas vinculados ao MR26 são presos e torturados, o que causaria a “queda” de diversos anarquistas que preparavam uma ação armada na província de Pinar del Río e tiveram de rumar ao exílio.⁴³⁴ Os anarquistas participaram tanto da luta urbana, quanto

⁴²⁸ SILVA, 2016, pp. 52-56.

⁴²⁹ Na França os anarquistas tiveram protagonismo ao constituir um comitê intitulado Comitê Francês de Cuba Livre. Participaram do comitê os anarquistas Achille, Steens, Élisée e Eli Reclús, Louise Michel, Léopold Lacour, Jean Grave, Sébastien Faure, Paul Adam e Malato. Todos trabalharam à favor da independência de Cuba. Minoritariamente, alguns anarquistas como Piotr Kropotkin e Emma Goldan mantiveram posição de neutralidade. Cf. FERNÁNDEZ, 2000, p. 45.

⁴³⁰ BIAMÓN, 2013.

⁴³¹ FERNÁNDEZ, 2000, p. 76.

⁴³² Ibid, p. 80.

⁴³³ Ibid, p. 85.

⁴³⁴ Entre eles: Juan R. Alvarez, Roberto Bretau, Luis Linsuáin, Plácido Méndez, Claudio Martínez, Modesto Barbeito, entre outros. Idem.

da guerrilha oriental em Escambray mas sofriam crescente oposição por parte do MR26, especificamente do Partido Comunista Cubano (PCC) que atuava dentro dessa organização.⁴³⁵

Com a caída da ditadura de Fulgêncio Batista e a passagem do Estado Cubano para as mãos de Fidel Castro, inicia-se uma tímida campanha oposicionista. Os anarquistas chegam a participar do *X Congreso Nacional da Confederación de los Trabajadores de Cuba Revolucionária* que ao contrário de sua expectativa, distribuiu os cargos do Estado. A ALC em 1960 já polemizava com o PCC, criticando o centralismo democrático, a estatização, defendendo o federalismo, o trabalho coletivo e os sindicatos como pedra angular da construção da sociedade cubana. Terminavam afirmando que a Revolução Cubana é como o mar “de todos”.⁴³⁶ Rapidamente a ALC sofreria ataques do PCC, que afirmaria em nome de seu secretário geral, Blas Roca, que seus autores eram “agentes do Departamento de Estado yankee”.⁴³⁷ À partir deste momento, os anarquistas terão de partir para a clandestinidade, acossados pelo crescente autoritarismo do regime cubano. Lançarão ainda, um boletim intitulado *Movimiento de Acción Sindical (MAS)*, que circulou dentro e fora da ilha.⁴³⁸ As críticas anarquistas eram especificamente contra o *castrismo*, mas à favor das conquistas revolucionárias de 1959. A perseguição aos anarquistas, tal como na Revolução Russa não tardou a acontecer. Insuflados por um documento de um anarquista chamado Gaona, que ao defender a Revolução Cubana, passa a associar o restante do anarquismo aos agentes do imperialismo, a repressão começa a afetar os libertários. Paralelamente, o Partido Socialista Popular (PSP) de Cuba ia construindo a hegemonia no processo revolucionário, destituindo antigo líderes do Movimento Revolucionário 26 de Julho e tomando o controle dos principais postos de poder. Perseguições, proibição de filmes, festas religiosas e outros tipos de censura, segundo depoimento do ex-capitão do exército rebelde, Alarcón Ramirez também foram práticas correntes do período.⁴³⁹ A traição de Gaona aos seus antigos companheiros anarquistas provocaria a sanha das agências repressivas cubanas, já com controle do PSP e o exílio forçado dos antigos aderentes da ALC em meados dos anos 1960.⁴⁴⁰ O exemplo cubano teve uma calorosa recepção nas esquerdas dos distintos países latino-americanos. A ferramenta da luta armada chegava como uma possibilidade e crítica a tese da coexistência pacífica dos partidos comunistas e da revolução por etapas.

O tema da luta armada e as discussões sobre o seu significado ainda hoje suscitam diferentes interpretações. É difícil caminhar por um terreno rodeado de armadilhas da memória e que sofre constantemente a intervenção de posicionamentos do tempo presente. O próprio termo já aciona um determinado sentido de modo automático no leitor, sentido este que nem sempre corresponde à complexidade das discussões que ocorriam naquele momento no interior dos agrupamentos da esquerda. Sobre o conjunto de ações que compreendiam a luta armada, como bem apontou Jean Rodrigues Sales, este “nem sempre consistiu em combates armados entre esquerdistas e militares”. Assaltos a bancos (*expropriações*) para arrecadação de recursos, *justiçamentos* de pessoas ligadas ao regime, propaganda armada contra a ditadura e sequestro de diplomatas estrangeiros fizeram parte de uma miríade de ações que compuseram o repertório de diferentes organizações. Luta armada, portanto, não se trata sempre de um aparato armado de uma organização, atuando como um exército guerrilheiro no campo ou na cidade. Ações menores, mas que são realizadas com o uso de *armas de fogo, explosivos* e outros instrumentos fazem parte desse universo da luta armada.

⁴³⁵ Ibid, p. 89.

⁴³⁶ FERNÁNDEZ, 2000, pp. 94-95.

⁴³⁷ Idem.

⁴³⁸ Ibid, p. 96.

⁴³⁹ apud ROT, 2010, p. 115.

⁴⁴⁰ O Partido Comunista Cubano foi fundado em 1925 e ao ser legalizado mudou de nome para Unión Revolucionária Comunista (URC). Em 1944 muda de nome para Partido Socialista Popular (PSP).

Nem toda organização política no continente latino-americano optou pelo foco guerrilheiro rural. Assim como nem toda organização concordava com o desenvolvimento de um aparato armado que construiria um exército popular. Pequenas ações (de intimidação, de expropriação ou sabotagem) também fizeram parte deste ideário e em nossa opinião, também podem ser consideradas como operações de luta armada. As organizações igualmente divergiam da análise do estágio do capitalismo nos seus respectivos países, do papel das variadas ações armadas e do arco de alianças que deveria ser realizado para alcançar o objetivo do socialismo (assim como, se haveria etapas até lá). O conjunto das organizações da esquerda armada também debateu intensamente se a luta armada deveria operar no campo ou na cidade e qual seria a relação tática entre esses dois espaços. Independente dos debates, o estágio de cada plano estratégico variou de acordo com o desenvolvimento da organização em questão ou das suas possibilidades de atuação e adaptação no referido país. No Brasil, com exceção do PCdoB – que montou um foco guerrilheiro no Araguaia ⁴⁴¹ com relativo grau de desenvolvimento – a maioria das organizações armadas concentrou-se no território urbano. Na Argentina, com exceção da tentativa de Masseti, a luta armada também se concentrou na cidade, assim como no Uruguai. Neste país, apesar das tentativas – principalmente pelo MLN-T – de cavar bases em estâncias rurais (como suporte da ação urbana), a luta armada operou praticamente toda no perímetro das grandes cidades.

Luís de la Calle e Ignacio Sánchez-Cuenca afirmam que as “insurgências podem se diferenciar dependendo de ter controle territorial ou não”.⁴⁴² O controle territorial significa “substituir a autoridade do estado e criar um estado paralelo” que impõe a ordem, administra a justiça etc.⁴⁴³ A questão é que nem todo aparato armado visa de imediato constituir um controle territorial. Geralmente se associa de maneira automática o controle territorial ao aparato armado operando no campo, mas em diferentes casos, a guerrilha não possui controle territorial desses espaços nem base fixa.⁴⁴⁴

Ressaltemos que essas ocasiões de controle territorial são raras – se constituindo como um estágio particular (e avançado) da luta armada – e cada organização possui um debate estratégico próprio sobre como obter esse controle; se pelo partido, ou foco urbano, pelas próprias instâncias sindicais ou uma combinação entre esses elementos. Os autores também afirmam corretamente que expropriações de banco, sequestros, batalhas de pequena escala são geralmente realizadas por pequenas equipes clandestinas. Emboscadas e ataques frontais de pequena escala são geralmente realizadas por colunas de tamanho médio.

A opção pelas armas não se reduzia a um mero debate estratégico, era algo que também possuía um componente imaginário, inspirando revolucionários de diversas partes do mundo, como algo que poderia criar um atalho para além do processo de acúmulo de forças ou mesmo da estratégia de disputa das burguesias nacionais, preconizada pelos partidos comunistas. Lembremos que em 1956, Khrushchev denuncia os crimes de Stálin no vigésimo congresso do Partido Comunista, causando uma crise interna e dissidências no interior de diversos partidos comunistas do mundo. Tal contexto, apenas acelera a adesão a esta estratégia política, por parte dos setores de esquerda.

O que muda o sentido da luta armada na segunda metade do século XX, sem dúvida alguma são os processos revolucionários e de luta por libertação nacional que ocorrem em diferentes países. Segundo Hobsbawm “poucos Estados do Terceiro Mundo, de qualquer tamanho, atravessaram o período a partir de 1950 [...] sem revolução; golpes militares para

⁴⁴¹ A outra experiência rural foi a Guerrilha do Caparaó, montada pelo Movimento Nacionalista Revolucionário. Esta foi abortada antes de sua inserção. Os militantes foram presos ainda em fase de reconhecimento do terreno.

⁴⁴² CALLE; SÁNCHEZ-CUENCA, 2011, p. 3, tradução nossa.

⁴⁴³ Ibid, p. 4.

⁴⁴⁴ Este foi o caso dos *Máquis* na Espanha.

suprimir, impedir ou promover revolução”.⁴⁴⁵ O historiador também aponta que é neste período que o termo Terceiro Mundo foi cunhado e disperso pelos vocabulários políticos.⁴⁴⁶

O caso cubano é emblemático, mas processos revolucionários, guerras e lutas por libertação nacional estouraram antes mesmo de Cuba em diferentes países: Revolução Chinesa (1949), Guerra da Coréia (1950-1953), guerra de guerrilhas na Argélia (1954) e Revolução Cubana (1959), esta última entretanto, passa a ter maior peso na estratégia de luta da esquerda com a tese do foco guerrilheiro, que tinha como principal autor, Ernesto Che Guevara, que lançara respectivamente, *Guerra de Guerrilhas* (1960) e *Guerra de Guerrilhas: um método* (1963).

Neste sentido, podemos falar facilmente da constituição de um campo “intelectual” guerrilheiro, influenciando na consolidação de uma *gramática guerrilheira* que orbita à partir de 1959 principalmente a experiência cubana, mas que sem dúvida alguma se alimenta de tradições diversas e tem expoentes, para além da figura clássica de Ernesto “Che” Guevara. O linguista Norman Fairclough, discorrendo sobre as mudanças na ordem de discurso ressalta que

À medida que os produtores e os intérpretes combinam convenções discursivas, códigos e elementos de maneira nova em eventos discursivos inovadores estão, sem dúvida, produzindo cumulativamente mudanças estruturais nas ordens de discurso: estão desarticulando ordens de discurso existentes e rearticulando novas ordens de discurso, novas hegemonias discursivas.⁴⁴⁷

A constituição dessa gramática guerrilheira se deu, portanto, à partir de um amplo processo de reformulação das ordens de discurso do campo da esquerda que incorporou, modalidades enunciativas diversas.⁴⁴⁸ Reformulação que não foi possível sem um evento material e concreto, que é a Revolução Cubana e seus efeitos (tal como seus intérpretes). Um dos autores que constitui esse campo intelectual da guerrilha é o anarquista Abraham Guillén cujo trabalho sobre a luta armada é vasto. Além de diversos artigos, escritos ao longo das décadas de 60, 70 e 80, lançou alguns livros sobre o tema. Os mais significativos, os títulos *Teoria da Violência* (1965) e *Estratégia da Guerrilha Urbana* (1965), lançados respectivamente, em Buenos Aires e Montevideo. São de sua autoria também, os títulos *Como derrotar Franco* (1966), *Estratégia da revolução Latino-americana* (1970), *O Povo em Armas: estratégia revolucionária* (1972), todos lançados em Montevideo e *Estratégia da Ação Direta: A guerra revolucionária sem barricadas, nem frentes fixas, nem batalha prolongadas* (1989) lançado em Madrid.⁴⁴⁹

Importante citar também, a influência dos trabalhos de Régis Debray, *Revolução na Revolução* (1967) e de Carlos Marighella, *Minimanual do guerrilheiro urbano* (1969) dentre os mais conhecidos e a influência de Amílcar Cabral, nas lutas de libertação nacional de diversos países africanos.

As duas principais obras de Guillén, como vimos, são anteriores as de Debray e Guevara. Com isso não queremos substituir os “cânones” guerrilheiros por outro, mas

⁴⁴⁵ HOBBSAWM, 1991, p. 422.

⁴⁴⁶ Ibid, p. 349.

⁴⁴⁷ FAIRCLOUGH, 2008, p. 128.

⁴⁴⁸ Modalidades enunciativas são “tipos de atividade discursiva, como descrição, formação de hipóteses, formulação de regulações, ensino, e assim por diante”. FAIRCLOUGH, 2008, p. 68. Um exemplo de incorporação de uma modalidade enunciativa por essa gramática guerrilheira é de estudos de análise da guerra, estratégia etc.

⁴⁴⁹ Escreveu variados artigos, damos destaque ao artigo sobre o tema *A Guerrilha Urbana dos Tupamaros no Uruguai* (1972). Cf. REYES, 2004, pp. 66-67.

considerar que a heterogeneidade do campo fazia, dentro das condições históricas apresentadas, caber um anarquista veterano das barricadas da Espanha, cuja influência neste contexto foi bastante significativa. O processo de luta armada dos anos 1960 e 1970, portanto, alimenta-se de experiências guerrilheiras dos anos 1950 (especialmente na América Central), da experiência cubana e de diversos autores que refletiram sobre o tema nos distintos continentes. Assim como era mediada pelas reflexões internas, transnacionais, das diferentes organizações revolucionárias.

– As origens perdidas da luta armada e o anarquismo na Argentina (1959-1962)

Pillar Calveiro afirma que a violência política na Argentina é de longa data e se assenta numa visão autoritária, de oposições binárias e de luta entre inimigos.⁴⁵⁰ Consideramos que tal noção, ignora as posições de classe e iguala sob a noção de um ente supostamente homogêneo de “sociedade argentina”. Também acreditamos que essa visão de longo prazo sobre o uso da violência não explica o porquê de tal ferramenta ser utilizada em determinado período e em outro não. Assim como homogeneiza com o rótulo dilatado de violência, processos excessivamente complexos e com particularidades nacionais e históricas.

Nesse debate é comum debater se foi o projeto cubano, argelino, chinês ou soviético os componentes mais fundamentais para o funcionamento armado na Argentina ou os determinantes nacionais. Pensamos que esta questão é uma falsa oposição. Ambos os fatores possuem seu peso relativo, num mundo guerrilheiro internacionalizado, a estrutura repressiva do regime coaduna perfeitamente com a gramática guerrilheira, quando não, a autoriza. A oposição nacional x internacional também nos parece exagerada, sendo que as ideias guerrilheiras não podem ser enquadradas estritamente dentro de uma filiação pátria.

No fim da década de 50, começaram a se manifestar os primeiros indícios de uma cultura de contestação, onde a ação direta revolucionária desafiava a estratégia política da coexistência pacífica. No caso argentino foi entre 1958 e 1964 que foram conhecidas as primeiras experiências de luta armada, que “expressaram um período de experimentação tanto de opções foquistas puras (EGP), “movimentistas” e insurrecionais (Uturuncos, as primeiras FAL,)”.⁴⁵¹

A participação de um experimentado guerrilheiro anarquista nas primeiras experiências de luta armada argentina, aparece assim, como um desvio de “rumo” nas leituras hegemônicas sobre o tema. Segundo Guillermo Daniel Nández “sempre que se planeja o estudo do peronismo revolucionário se fala de John William Coke, Carlos Olmedo ou Gustavo Reale”.⁴⁵² Esquece-se, no entanto, a presença fundamental do anarquista espanhol, em território argentino, Abraham Guillén, cuja proximidade com Coke rendeu a primeira experiência de luta armada em solo argentino. Segundo Hernán Reyes “apesar de sua ativa participação nos movimentos guerrilheiros das décadas de 1960-1970, Abraham Guillén permanece praticamente ignorado pela historiografia especializada”.⁴⁵³

Guillén nasceu em 1913 e logo emigrou de um pequeno povoado rural na Espanha para Madrid, onde se formou em economia. Durante a guerra civil⁴⁵⁴ foi comissário político

⁴⁵⁰ CALVEIRO, 2004, p. 12.

⁴⁵¹ ROT, 2004, pp. 17-18.

⁴⁵² NÁÑEZ, s/d, p. 2, tradução nossa.

⁴⁵³ REYES, 2004, p. 56.

⁴⁵⁴ Nos referimos ao conflito militar na Espanha como Guerra Civil, mas tendo em vista o profundo processo de mudança social que envolveu a autogestão generalizada de fábricas, coletivização de terras e o povo em armas, vamos nos referir ao processo social como Revolução na Espanha. Em resumo, toda vez que falarmos do aspecto

da 14^o divisão, do 4^o corpo do exército e participou das batalhas de Torrejón, Casa del Campo, Prado, Brunete y Jarama e durante a ofensiva franquista na Frente de Levante. Teve uma dinâmica vida como propagandista, contribuindo como jornalista e redator da revista *Juventud Libre*, do periódico da *Confederación Nacional del Trabajo* (CNT) e *Nosotros* em Valencia. Feito prisioneiro em abril de 1939 é julgado e condenado a 20 anos de reclusão. Em 1944 consegue fugir e se exilar em solo francês, onde viveu até 1946.

Fixou-se na Argentina em 1948 com uma larga experiência de organização e reflexão sobre a ação armada, adquirida nos duros anos da guerra civil na Espanha.⁴⁵⁵ No mesmo ano inicia uma relação com William Cooke. Cooke foi o “pai” da ala revolucionária do peronismo, aderindo ao peronismo em 1946 e se tornou em novembro de 1956, o representante de Perón, que estava exilado. Cooke tomou parte do grupo de dirigentes peronistas que tentaram organizar as primeiras batalhas contra a ditadura de Onganía sob o comando da Resistência Peronista. Em 1955 Cooke obtém a ajuda de Guillén para elaborar um plano guerrilheiro para frear o golpe, mas é preso em 1957 sob o regime de Aramburu. Cabe ressaltar que tais empreitadas armadas, respondem em grande medida, ondas repressivas de governos formalmente democráticos ou marcadamente autoritários.

Em resposta a violência do governo de Aramburu, centenas de greves, sabotagens industriais e atos radicais preenchiam a paisagem política argentina. Uturuncos (“homens tigrés” em *quéchua*) surge dentro desse contexto e mistura-se a uma experiência radical dos setores que sofreram a repressão governamental que integrará a tradição de esquerda da década seguinte.⁴⁵⁶

As movimentações guerrilheiras e neste momento, a modesta participação anarquista neste universo não podem se compreendidas sem entendermos as relações que lentamente vão se constituindo diante esta conjuntura e que estão intimamente ligadas internacionalização dessa proposta. Igualmente é preciso reforçar a presença expropriadora no anarquismo argentino e uruguaio, que deve ser compreendida como um mesmo universo. Em 4 de julho de 1958, os anarquistas vinculados a FAU expropriarão o Banco *del Paso Molino*. Tal ação possui grande simbolismo; foi o primeiro banco expropriado no Uruguai e a ação, apesar de ter sido organizada pela FAU teve apoio do “Gallego” Laureano. Laureano era um anarquista argentino que teve contato com os expropriadores do Rio da Prata e vivia no Uruguai há alguns anos, trabalhando num boliche na Rua Carlos María Ramírez.⁴⁵⁷ Participou da guerra civil espanhola (enviado pela FACA), aonde chega em 1937. Foi membro do comitê de ligação da seção de defesa da CNT espanhola e no seu retorno a Argentina, se estabeleceu no país até meados da década de 50, onde após a repressão peronista resolve viver no Uruguai, sendo um dos fundadores da FAU, em 1956.⁴⁵⁸ Cabe afirmar, que os revolucionários que aportam em Cuba em 1956 foram treinados por outro veterano da Guerra Civil Espanhola, o republicano, Alberto Bayo.⁴⁵⁹

O contexto do final dos anos 1950, portanto, pode ser compreendido como uma conjuntura pujante, cujas opções armadas grassavam no horizonte como ferramentas de luta dos lutadores sociais de todas as matizes. No caso do peronismo, em 1959 o Comando 17 de outubro, que organizava a resistência peronista se divide em duas linhas: o Comando Insurrecional Perón ou Morte (CIPO) e o Movimento de Libertação Nacional (MLN) /

militar deste processo falaremos de guerra civil e do processo econômico, político e social, falaremos em Revolução Espanhola.

⁴⁵⁵ Ibid, pp. 57-58.

⁴⁵⁶ SALAS, 2006, p. 17.

⁴⁵⁷ Cf. MECHOSO, 2006, p. 70.

⁴⁵⁸ RIERA DIAZ, Laureano. Dictionnaire des militants anarchistes. 2015. Disponível em <http://militants-anarchistes.info/spip.php?article11963>.

⁴⁵⁹ LOPES, 2005, p. 18.

Exército de Libertação Nacional (ELN), este último (MLN-ELN) chamado costumeiramente como *Uturuncos*. Entre os membros de *Uturuncos* estavam trabalhadores ligados também a Federação dos Trabalhadores Tucumanos da Indústria do Açúcar (FOTIA). O nascimento das operações dos *Uturuncos* interliga duas tradições ideológicas completamente distintas encarnadas em duas figuras históricas, um é o peronista William Cooke e o outro, o veterano anarquista Abraham Guillén. Este último inclusive, irá não apenas inspirar estrategicamente os guerrilheiros, mas se integrará ao comando de *Uturuncos*. Sua discrepância com a linha de *Uturuncos* se deu, segundo seu depoimento pelo papel estratégico da luta armada. Para Guillén

Ao unir o campo e a cidade nos guerrilheiros “*Uturuncos*”, meu ponto de vista estratégico, político, econômico e social, era dar a guerra revolucionária, sobretudo, um caráter estratégico oposto a batalha ou combate em linha; ou seja, que uma guerra de povo em armas, se quer vencer um grande exército repressivo, tem que ser uma guerra de superfície, em todo um território nacional, como se fosse feita do jeito de uma pele de leopardo, circulando os guerrilheiros por todo esses interstícios.⁴⁶⁰

O historiador Ernesto Salas chama atenção para o fato da experiência de *Uturuncos* ter sido tratada no melhor dos casos como um antecedente longínquo e distante das experiências armadas dos anos 70.⁴⁶¹ Por ter se limitado a região de Tucumán e Santiago del Estero e não ter se convertido num movimento guerrilheiro nacional – como desejava Guillén – a experiência de *Uturuncos* foi subvalorizada pela historiografia.⁴⁶² Se de fato devemos olhar com atenção, as especificidades da atuação guerrilheira em contextos históricos distintos, não há dúvida que há uma continuidade do projeto de luta armada entre o projeto de *Uturuncos* e as movimentações armadas dos sessenta e setenta, assim como, há um evidente ligação entre a violência, sabotagem e a semiclandestinidade operada pelas bases sindicais da Resistência Peronista e a experiência da esquerda nas décadas posteriores. O depoimento de Maria Esther Tello afirma que durante o final dos anos 50, o grupo anarquista do qual participara teve a presença por um curto período de Amalia Peralta, primeira mulher guerrilheira da Argentina e que participou do grupo peronista *Uturunco*.⁴⁶³

Apesar disso Abraham Guillén não teve nenhuma influência na formação das organizações anarquistas argentinas dos anos 60, que como veremos mais adiante se envolveriam no debate da luta armada.

Abraham Guillén também se articulará com o jornal e posteriormente organização trotskista argentina, *Palabra Obrera*. Esta tem origem em 1957, logo após a criação de uma tendência intitulada Movimiento de Agrupaciones Obreras (MAO), pelo Partido Obrero Revolucionário (POR). O POR decidiu dar um giro a sua política sindical e adotar a tática do “entrismo” no interior das agrupações sindicais peronistas. No mesmo ano de sua fundação, o POR cria um jornal intitulado *Palabra Obrera* e em agosto de 1959 o jornal transforma-se numa corrente através de seu primeiro congresso, tendo como representantes Ángel Bengochea e Nahuel Moreno.⁴⁶⁴

Segundo depoimento do militante trotskista Raúl Moiraghi o contato com Guillén fora fundamental para o debate sobre a questão da guerrilha.

⁴⁶⁰ GUILLÉN, Abraham. Entrevista a Abraham Guillén, gran teórico de la guerrilla. **Revista Bicicleta**, Año 1, n. 9, octubre de 1978, tradução nossa.

⁴⁶¹ Ibid, p. 15.

⁴⁶² Idem.

⁴⁶³ TELLO, 2004.

⁴⁶⁴ CARNOVALE, 2011, pp. 42-43.

Como se difundiram as ideias da guerrilha? Em 1959, viajou a Buenos Aires o teórico anarquista espanhol Abraham Guillén, que sustentava que a guerra política, teria de continuar com a guerrilha. Suas ideias se esparramaram em *Palavra Obrera* e, até 1961, com a mesma facilidade com que se havia condenado a revolução cubana, Nahuel Moreno começou a defendê-la.⁴⁶⁵

Este ano, crucial para a luta armada argentina, também ganhará um componente importante para a difusão de seu arsenal. O jornalista José Masseti viajará para Cuba à partir de contatos com o *Movimiento 26 de Julio* (M-26), movimento revolucionário dirigido por Fidel Castro. Seu objetivo é conhecer o movimento revolucionário e entrevistar Fidel Castro. No mesmo ano, Masseti, contrariando todas as expectativas negativas que pairavam sobre sua arriscada decisão, retorna para a Argentina e lança seu livro em outubro de 1958, *Los que luchan y los que lloran. El Fidel Castro que yo vi*.⁴⁶⁶ Segundo o pesquisador Gabriel Rot, sua obra alcançará grande repercussão, principalmente dentro da Argentina. Masseti terá um papel decisivo nos anos seguintes, para a difusão da Revolução Cubana e do imaginário guerrilheiro no continente americano. Logo após a vitória dos revolucionários cubanos, ocorrida em janeiro de 1959, Masseti participará da articulação que levará a criação da *Prensa Latina*, uma agência de imprensa internacional, formada por jornalista de diversas partes do mundo e que divulgará informações sobre Cuba, a guerrilha e a realidade dos países em que esta se desenrolava. Por sua posição próxima de Che e Fidel, além de sua evidente afinidade política com a Revolução Cubana, Masseti será o coordenador da agência durante os próximos anos.

Em 1960, mais dois anarquistas visitarão Cuba. Um destes é Luis Danussi, integrante da FATI. Porém Danussi possui muito mais reservas em relação a aproximação de Castro aos ideais comunistas. A crítica de Danussi ao regime cubano ganharia as páginas da revista anarquista *Reconstruir*, publicada pelos principais intelectuais anarquistas da Argentina, renunciando a posição quase que generalizada do anarquismo argentino em relação ao regime em Cuba e sua aproximação com a URSS. Augustin Souchy também visitará a ilha na primeira metade dos anos 1960, produzindo um folheto intitulado *Testimonio sobre la revolución cubana*, tendo visitado inúmeras cooperativas na ilha.⁴⁶⁷

Em 1961, Masseti e Ernesto Che Guevara já discutiam a possibilidade de instalar um foco guerrilheiro na Argentina.⁴⁶⁸ Dentro deste contexto, foram convidados diversos integrantes de organizações argentinas. Segundo Salas o núcleo de militantes ligado a Cooke, Abraham Guillén e Alicia Eguren aceitou de imediato o convite. Em 1962 já se encontravam na ilha junto a diversos militantes de esquerda, tais como: Manuel Gaggero, da Juventude Peronista; militantes do velho Partido Socialista; uma fração de *Palabra Obrera*; militantes do grupo Práxis e o núcleo de Uturuncos. A exclusão do Partido Comunista Argentino era bastante significativa e revelava a crescente marginalização política deste agrupamento em torno do debate da ação armada.

Guillén aproveita o encontro em Cuba para polemizar com Che Guevara acerca da conveniência em se iniciar a luta armada urbana ou rural. Ernesto Guevara como sabido defendia a adoção de um foco guerrilheiro rural como eixo central da estratégia de luta revolucionária, já Guillén inclinava-se pela segunda opção, a de adoção de uma estratégia de luta armada, urbana cujo eixo reflexivo, originava-se da experiência das esquerdas na Guerra Civil Espanhola.⁴⁶⁹ Sobre este encontro, Guillén falaria alguns anos mais tardes, sobre suas impressões.

⁴⁶⁵ Apud CARNOVALE, 2011, pp. 45-46, tradução nossa.

⁴⁶⁶ ROT, 2010, p. 81.

⁴⁶⁷ Segundo depoimento de Luce Fabbri. Cf. FABBRI, 1962, p. 30.

⁴⁶⁸ SALAS, 2006, p. 111.

⁴⁶⁹ REYES, 2004, p. 58.

Conheci o “Che” Guevara em 1962, em plena “crise do Caribe”, uma noite longa conversando os dois em presença de Alicia Eguren, esposa do líder peronista, exilado em Cuba, John William Cooke. Os barcos de guerra e aviões norte-americanos estavam rodeando as praias de Cuba. [...] Não nos entendemos nunca bem o “Che” Guevara e eu. Era um homem bem mais dogmático. O dissuadi de fazer empreitadas guerrilheiras de montanha com poucos homens (grupos de 25 guerrilheiros), por entender que, no caso dos “Uturuncos” – algo que eu havia experimentado –, a contraguerrilha operava com seções de mais de 30 homens dotadas de alguns morteiros. Portanto, o combate frente a frente tinha assim uma correlação de forças desfavoráveis para a guerrilha. Mas o “Che” seguia o regulamento cubano como um dogma. Eu era partidário de 4 a 5 grupos de 25, vivendo separados no bosque e montanha, mas combatendo juntos contra as seções de mais de 30 contraguerrilheiros.⁴⁷⁰

Ao sair de Cuba, Guillén viajará para o Uruguai e levará reflexões teóricas que influenciarão ainda mais parte da esquerda revolucionária uruguaia, dentre elas, talvez a mais importante no ideário anarquista, tenha sido absorvida pela Federação Anarquista Uruguaia (FAU), a de que as experiências armadas deveriam responder a uma ação social de massas e nunca dela se distanciar.⁴⁷¹ Guillén também atuará como assessor estratégico dos trotskistas peruanos que programaram a operação guerrilheira do vale da Convenção (Cuzco). A operação foi preparada em solo argentino, apesar das discordâncias manifestadas de Guillén com Nahuel Moreno e Hugo Blanco.

Aplicar a teoria do foco guevarista num país que possuía pouca similitude com as condições geográficas da ilha cubana sempre foi tema de reflexão dos revolucionários que participavam do debate estratégico sobre a luta armada em solo argentino. A guerrilha urbana assim, aparece como um elemento tático que poderia ganhar maior ou menor relevo, de acordo com o projeto estratégico adotado por determinada organização. Usar a cidade como forma de “selva” urbana era uma possibilidade que aparecia no horizonte tático dos revolucionários que pegaram em armas no continente latino-americano. Guillén via a ação armada em território urbano como algo mais factível dentro de uma sociedade capitalista industrializada. Antecipou também, uma crítica a determinada visão da Revolução Cubana, que deslocava a importância da atuação da luta nas cidades para a vitória do processo cubano. Inspirados ou não por Guillén, o fato é que a maior parte das ações armadas das organizações revolucionárias argentinas se desenrolaria de fato, em solo urbano.⁴⁷²

As reflexões das organizações, teóricos e expoentes da luta armada articulavam-se de maneira a formar um poderoso campo de reflexão, cujas teses, longe de significarem ideias estanques, alimentavam-se de experiências concretas, cuja temporalidade, atravessava e amalgamava épocas distintas, tais como, experiências oriundas da guerra civil espanhola, a Revolução Cubana e os contextos repressivos dos governos semidemocráticos. Tais reflexões também não respeitavam, nem se limitavam as fronteiras dos países, interligando experiências

⁴⁷⁰ Cabe dizer que esta entrevista é póstuma a morte de Che, o que obviamente traz mais elementos críticos da avaliação de Guillén e as distinções estratégicas com Guevara. No entanto, Guillén o elogia como alguém de “excelentes condições político-militares de comandante”. GUILLÉN, Abraham. Entrevista a Abraham Guillén, gran teórico de la guerrilla. *Revista Bicicleta*, Año 1, n. 9, octubre de 1978, p. 4, tradução nossa.

⁴⁷¹ *Ibid*, pp. 65-66.

⁴⁷² Segundo Calveiro, mais da metade das ações de violência (aqui a pesquisadora inclui também as promovidas pela direita) se desenvolverão nas grandes cidades. 29,3% em Buenos Aires, 17,1% em Córdoba e 12,5% em Santa Fe. O restante seria realizado no restante do país.

nacionais à partir do trânsito constante de militantes nesse mundo da luta armada, extremamente latino-americanizado.

A amálgama de condições políticas e sindicais caminhava para uma radicalidade do conjunto das organizações de esquerda e suas bases sociais. Na Argentina isto acelerou uma resposta de Frondizi, que no dia 14 de março de 1960, iniciava o plano de Comocción Interna del Estado (CONINTES), preocupado com as mobilizações que estouravam no país.

Sob esse plano, as forças armadas argentinas tomaram o controle do país e o dividiram em zonas de operações, seguindo assim, a mesma lógica da guerra contrainsurgente na Argélia. O decreto assinado por Frondizi, intitulado “Normas militares para a repressão dos atos terroristas” transformava o exército numa força de ocupação interna. A lógica da Guerra Fria e da tese da segurança nacional, assumia seus contornos segundo as necessidades das elites políticas locais, mas o governo de Frondizi, ainda mantinha o controle das tropas e as utilizava para abafar os conflitos operários. Evidentemente há uma continuidade entre a política de segurança nacional dos anos 60 com a que vai se estabelecer no período posterior.⁴⁷³ De acordo com Sain o processo iniciado pelo CONINTES promoveu duas tendências claramente distinguíveis, “um processo de militarização dos organismos de segurança e de informação e inteligência do Estado” e a emergência, no interior das forças armadas “dos parâmetros teóricos-doutrinários da chamada Doutrina de Segurança Nacional”.⁴⁷⁴

Em 1960, a repressão que se inicia no frigorífico *Lisandro de la Torre* atingirá o setor sindical vinculado ao anarquismo. Os trabalhadores organizados na *Sociedad de Resistencia Plomeros, Cloaquistas, Hidráulicos y Anexos*, ligada a FORA, serão presos pela polícia. Os embates entre o grêmio e o Ministério do Trabalho foram constantes durante o período e a FORA irá lançar um panfleto em fevereiro de 1960 denunciando a perseguição, a invasão de domicílios e a prisão em massa.⁴⁷⁵ No dia 28 são detidos Kristoff e Somolinos, este último secretário do sindicato. No dia 29 de março uma comissão policial invade o sindicato, faz uma busca na sede e leva presos onze trabalhadores.⁴⁷⁶ Segundo informes do Sindicato, divulgado no início de abril, com essas novas prisões, a cifra de detidos chegaria ao número de quarenta militantes que se somariam a mais 14 trabalhadores presos em 8 de julho, ao saírem de uma reunião na sede da FORA.⁴⁷⁷

O texto do sindicato, publicado na íntegra do jornal da FLA, denuncia que o número de detidos chegou a atingir a marca de 200 trabalhadores presos.⁴⁷⁸ O comunicado alerta que só na prisão de Santa Rosa, mais de 90 trabalhadores do sindicato aglomeravam-se nas celas da penitenciária. Sobre a tentativa do ministério do trabalho em criar um sindicato específico da categoria, afirmarão que:

Hoje, quando uma nova onda de perseguição se lança sobre nós, reafirmamos nossas posições. Se os trabalhadores por vontade de suas assembleias estão nucleados na Sociedade de Resistência, os patrões não poderão reconhecer outra organização, pois ela, além de ser fictícia, viola a soberania da vontade operária, e significa um atropelo que o grêmio não tolera.⁴⁷⁹

⁴⁷³ FRANCO, 2012, 197

⁴⁷⁴ SAIN, 1997.

⁴⁷⁵ FORA. Sem título. Panfleto. Febrero, 1960.

⁴⁷⁶ EL Gremio de Plomeros y Cloaquistas denuncia un nuevo asalto policial al local del sindicato. **Acción Libertária**, Buenos Aires, n^o 167, p. 4, mayo, 1960. AAC.

⁴⁷⁷ PROSIGUE la caza. **Organización Obrera**, Buenos Aires, n^o 146, p. 2, julio, 1960.

⁴⁷⁸ Com isso, podemos medir igualmente a influência sindical do anarquismo neste período, que à despeito do seu passado “glorioso”, seguia em espaços sindicais próprios e igualmente, sofrendo com a repressão.

⁴⁷⁹ Ibid.

O jornal da FORA em maio de 1960 anunciava que dois dos trabalhadores detidos, os trabalhadores Enrique Costoya e Julio Gandulfo, detidos desde fevereiro decidiram se trasladar ao Uruguai dentro de uma opção contida na constituição. A FORA ressaltava que essa possibilidade era forçada, já que entre a prisão em solo nacional e a deportação, não se podia dizer que havia uma ampla liberdade de escolha.⁴⁸⁰ Em dezembro de 1960 a maior parte dos integrantes do sindicato já estava livre, mas muitos passaram diversos meses nas prisões.⁴⁸¹ Em julho de 1960 a FORA denunciaria a repressão e destacaria alguns dos detidos. Sua descrição é relevante, pois dela se pode extrair certa composição etária dos presos. Dos nove militantes descritos, três destes são descritos como *militantes* de larga duração (um destes com mais de 70 anos de idade), ou velho trabalhador (no caso de um padeiro ligado a FORA), três são descritos como *jovens*, um como *jovenzinho* (jovencito) e sobre dois militantes não há nenhum qualitativo. Em depoimento recente, dado por um antigo militante do sindicato, podemos ter noção do seu tamanho. Este afirmaria que “se havia armado um grupo como de 30, 40 que colaboravam bem. E era um sindicato de 1200 pessoas”.⁴⁸²

Obviamente, há uma intenção da FORA em apresentar-se como um organismo sindical dinâmico e que ao contrário de estar supostamente relegada a um velho passado é capaz de oferecer-se como alternativa aos trabalhadores. Todavia, a descrição parece indicar que havia alguma renovação no seu interior, incapaz de produzir uma ameaça ao peronismo e ao comunismo, mas que demonstrava que o anarquismo mantinha-se atuante num contexto complexo. Tal tentativa de renovação, esbarrava, no entanto com posições da FORA sobre algumas questões sindicais. Em entrevista, o militante Dario (El “Piojo”) afirmaria que

Encanadores sai da FORA, faz sua cisão da FORA e passa a autonomia porque os companheiros diziam que tínhamos que pedir o reconhecimento [do sindicato] para participar das paritárias. Se junta um jornal solidário, que junto com um dinheiro que vinha guardado de muito tempo serve para comprar o local da rua Potosí e se forma o Sindicato de Encanadores [Plomeros], ex Sociedade de Resistência. É o mesmo sindicato. Ou seja, a cabeça do sindicato, toda a cúpula sindical, de companheiros anarquistas vêm conosco, ficam alguns na FORA. Se não recordo mal Balbuena, e um companheiro que até o último dia foi secretário geral da FORA. Não recordo o nome, estive com ele, tive o gosto de lhe conhecer. A única diferença é que não aceitavam que nós pedíamos o que eles chamavam de “legalidade”, que nós buscávamos a legalidade. E nós que estávamos em Potosí, sustentávamos que se bem estávamos num Sindicato de Resistência, não podíamos estar na ilegalidade, que tínhamos que encarar que a maioria das pessoas que lutava nesse momento não fosse considerada ilegal. Se te mantinhas na FORA era como um pouco menos que um guerrilheiro. Depois das perseguições que houve lhes houvera feito compreender aos companheiros que não estávamos equivocados. O sindicato era um sindicato legal porque se bem tinha sua parte combativa, tínhamos que nos manter dentro da legalidade para manter a luta sindical. Sem perder de vista as ideias anarquistas, mas tínhamos que funcionar na legalidade porque havia companheiros que não eram anarquistas, muitos companheiros, eram

⁴⁸⁰ ÚLTIMA noticia sobre los presos. **Organización Obrera**, Buenos Aires, n° 145, p. 1, mayo, 1960.

⁴⁸¹ CASI todo los obreros plomeros detenidos, han recuperado su libertad. **Acción Libertaria**, Buenos Aires, n° 170, p. 1, diciembre, 1960.

⁴⁸² Anônimo, 2012, p. 42.

encanadores eram peronistas, radicais, socialistas e até recordeo comunistas.⁴⁸³

Tal posição revelava não apenas a divergência dentro do anarquismo em relação a questão da legalização sindical e da adequação do sindicalismo ao contexto político, mas também a perseguição sofrida pela FORA, enquanto se manteve com seus sindicatos na ilegalidade. Mesmo assim, um relevante setor do anarquismo argentino permaneceu deslocado das discussões do campo guerrilheiro, o que se explica, pela forte marca sindical (ou melhor, anarcosindical) desta ideologia no país.

A *Sociedad de Resistencia Unión Chaffeurs*, aderida a FORA também seria acossada pelas forças policiais que teria 16 trabalhadores detidos. Quatro destes seguiriam presos pelos próximos dias e dois enviados para presídios fora da província de Buenos Aires.⁴⁸⁴ O *Sindicato de Plomeros, Cloaquistas, Hidraulicos y Anexos* reclamaria em seu boletim informativo, que “faz muitos meses nossa organização está privada de realizar assembleias. Há muitos meses temos muitos militantes presos. Nestes mesmos meses sofremos uma implacável perseguição policial”.⁴⁸⁵

Mas as fontes indicam que muitos seguiriam encarcerados no ano posterior, o que fez com que se montasse um comitê pró-presos da FORA.⁴⁸⁶ Em relação a presença da FORA para além de Buenos Aires, a própria organização indicava em seus jornais que esta necessitava ser reconhecida para fora da província. Até os anos 60 esta situação não parece ter mudado e a FORA se limitou a ter influência nos *plomeros, chafeurs* e nos trabalhadores navais. Entretanto, havia um sentimento geral, ainda que submetido às dificuldades do período, da necessidade de focar as energias do anarquismo nos locais de trabalho. Em Tucumán, anarquistas do jornal *Tierra Libre*, respondendo a pergunta “Está em crise o ideal anarquista?”, afirmarão que

O movimento operário de inspiração anarquista na argentina, não pode continuar assim; é uma árvore com raízes. Corresponde que trabalhemos todos como antes, menos números de Conselhos Federais e mais

⁴⁸³ “Plomeros sale de la F.O.R.A, hace su escisión de la F.O.R.A y pasa a la autonomía porque los compañeros decían que teníamos que pedir el reconocimiento para participar de las paritarias. Se junta un jornal solidario, que junto con un dinero que venia guardado de mucho tiempo sirve para comprar el local de la calle Potosí y se forma el Sindicato de Plomeros, ex Sociedad de Resistencia. Es el mismo sindicato. O sea, la cabeza del sindicato, toda la cúpula sindical, de compañeros anarquistas se vienen con nosotros, quedan algunos en la F.O.R.A. Si mal no recuerdo Balbuena[2], y un compañero que hasta lo último fue secretario general de la F.O.R.A.. No recuerdo el nombre, estuve con él, tuve el gusto de conocerlo. La única diferencia es que no aceptaban que nosotros pedíamos lo que ellos decían la “legalidad”, que nosotros buscábamos la legalidad. Y nosotros que estábamos en Potosí sosteníamos que si bien estábamos en un Sindicato de Resistencia, no podíamos estar en la ilegalidad, que teníamos que tratar que la mayoría de la gente que luchaba en ese momento no fuera considerado ilegal. Si te mantenías en la F.O.R.A eras como un poco menos que un guerrillero. Después las persecuciones que hubo les hubiera hecho comprender a los compañeros que no estábamos equivocados. El sindicato era un sindicato legal porque si bien tenía su parte combativa, teníamos que mantenernos dentro de la legalidad para mantener la lucha gremial. Sin perder de vista las ideas anarquistas, pero teníamos que funcionar en la legalidad porque había compañeros que no eran anarquistas, muchos compañeros que eran plomeros eran peronistas, radicales, socialistas hasta recuerdo comunistas.” DARÍO [El Piojo], Darío: depoimento [marzo de 2008]. Entrevistador: Red Libertaria. Buenos Aires, 2018, tradução nossa. Disponível em <<https://www.anarkismo.net/article/8220>>

⁴⁸⁴ INFORME. **Organización Obrera**, Buenos Aires, n° 145, p. 3, mayo, 1960.

⁴⁸⁵ Sindicato de Plomeros, Cloaquistas, Hidraulicos y Anexos. El Gremio de Pie en la Ofensiva. **Boletín Informativo, Sociedad de Resistencia, Plomeros, Cloaquistas, Hidraulicos y Anexos**. Buenos Aires, p. 1, septiembre-octubre, 1960.

⁴⁸⁶ NORMALIZACIÓN organica con los consejos de relacion. **Boletín Informativo, Sociedad de Resistencia, Plomeros, Cloaquistas, Hidraulicos y Anexos**. Buenos Aires, p. 1, octubre, 1961.

representação coletiva; que o ideal anarquista, esteja mais nos lugares de trabalho, que nossas publicações não imitem a corrente na arte e literatura, na imprensa burguesa, a cultura está bem, mas o anarquismo não é conformista. A anarquia, deve estar em todas as partes, mas mais que nada nos lugares de trabalho para ajudar a conquistar o patrimônio que o amparo de leis ou outras formas de engano nos roubaram, os conceitos claros do anarquismo, condenam aos que cantam hinos a temperança, porque estes se enamoram do novo, tenha ou não sentido com o anarquismo.⁴⁸⁷

A posição do ministro de relações exteriores da Argentina na conferência da Organização de Estados Americanos (OEA) em janeiro de 1962 sobre a questão cubana foi mal recebida pelos setores militares, que condenaram a abstenção do ministro diante a iniciativa de expulsão de Cuba do sistema interamericano.⁴⁸⁸ A questão cubana teria consequências não apenas no governo argentino, mas afetaria toda esquerda e com ela também o anarquismo. Debateremos esta questão com a devida profundidade, nos capítulos seguintes.

Frondizi assumiu no fim do seu governo, o risco de enfrentar o peronismo em eleições abertas, apesar de afirmar que se houvesse um triunfo peronista não lhe transmitiria o poder. Tal iniciativa gerou desconfiças das reais intenções do presidente. Os militares exigiram que o presidente anulasse as eleições nos distritos onde os peronistas tivessem triunfado.⁴⁸⁹ Apesar das iniciativas de Frondizi e suas subsequentes capitulações às pressões militares, estes interviriam em 28 de março de 1962. Frondizi seria deposto e os militares imporiam rapidamente, um gabinete totalmente antiperonista.

Em períodos de rápida mudança política, as organizações acabam por serem obrigadas a ter de debater se sua estrutura e programa político correspondem com a realidade apresentada. No caso dos anarquistas argentinos vinculados a FORA, tal debate provocava dúvidas internas e externas a FORA sobre a validade do anarcossindicalismo no contexto dado. A FORA então caminharia para reforçar a estratégia anarcossindicalista, ratificada num encontro regional realizado nos dias 4, 5, 6, 7 e 8 de janeiro e responderia as possíveis críticas a esta ferramenta da seguinte maneira.

Ao ressurgir a polêmica sobre a necessidade de mudar ou não a estrutura orgânica da FORA, se constata lamentavelmente, a falta de clara e exata noção sobre os fundamentos sociais do forismo. Atualmente são poucos os anarquistas que revelam compenetração de tais fundamentos e também sobre a função social que realmente está mais em consonância com os mesmos. Daqui o enorme confucionismo reinante e a falta de consistência nos argumentos esgrimidos pelos que se opõe às mudanças fundamentais na ordem assinalada.⁴⁹⁰

Percebamos que as críticas ao *forismo* feita por outros anarquistas não eram vistas como uma necessária adaptação da estratégia sindical anarquista ao contexto, mas falta de noção sobre os “fundamentos sociais do forismo”. A mera alusão a uma mudança de sigla da FORA foi compreendida como um desvio que levaria ao parlamentarismo.

por entender que os que pretendem batizar de novo o anarquismo e confundir o movimento da FORA, com uma mudança de sigla, persistem os

⁴⁸⁷ ¿Está en crisis el ideal anarquista?. **Tierra Libre**, Tucuman, nº 16, p. 3, agosto, 1961.

⁴⁸⁸ BETHEL, 2002, p. 90.

⁴⁸⁹ BETHEL, 2002, p. 91.

⁴⁹⁰ Lo Fundamental. **Tierra Libre**, Tucuman, nº 19, p. 1, febrero, 1962.

mesmos fins perseguidos pelos detratores da Primeira Internacional e cuja concomitância com o anarquismo é evidente.⁴⁹¹

Reafirmando a estratégia anarcossindicalista, dirão que a “FORA é um movimento operário de inconfundível orientação anárquica, seus fundamentos sociais por força radicam em tal ideologia”. Reforçando essa ferramenta, a Sociedade de Ofício Vários de Tucumán, dirá que

Para que advogar por outras formas de organização, as que dado as propostas esquemáticas que se insinuam e prevêm, forçariam o movimento a desviar seu curso histórico até objetivos sociais opostos a finalidade que persegue?⁴⁹²

Em maio de 1962 podemos ter uma visão das atividades sindicais da FORA. Lembrando que a estratégia da FORA era constituir *sociedades de resistência*, espécie de agrupamentos libertários por categoria, mas que se organizavam mediante o programa anarcossindicalista. Estavam aderidos a FORA, a *Sociedad de Resistencia Plomeros, Cloaquistas, Hidráulicos y Anexos, Sociedad de Resistencia Obreros del Puerto del Capital, Sociedad de Resistência Ofícios Vários de Moron y Matanza, Sociedad de Resistencia Obreros Mozoz y Anexos de la Capital*.⁴⁹³ Essas entidades, como dissemos anteriormente eram pequenas agrupações sindicais, espalhadas por determinadas categorias de trabalhadores.

No curto governo de José Maria Guido, que governaria de março de 1962 a dezembro de 1963, o general Juan Carlos Onganía seria alçado a comandante-chefe das forças armadas. Onganía simbolizava a vitória do setor militar que tal como Frondizi, se preocupava em estruturar uma frente política que de alguma maneira integrasse o peronismo. As fórmulas fracassadas de proscrição do peronismo e as subsequentes intempéries políticas do passado pareciam dar lugar a uma tentativa de estabelecer um acordo que integrasse militares, empresários e sindicalistas, num governo de “pacto nacional”. As condições para essa alternativa entretanto, não estavam maduras, como mostram o levante da Marinha, que apesar de derrotada politicamente pelo Exército, conseguiu imprimir uma postura à favor da proibição do peronismo.⁴⁹⁴ Economicamente, Guido adotaria um plano de emergência patrocinado pelo FMI, na intenção de conter a crise da balança financeira e a espiral inflacionista que tomavam o país.⁴⁹⁵ A ideia era restringir o mercado interno à partir da contração dos salários e o aumento da tarifa dos serviços públicos, no intuito de limitar a produção industrial, plano similar ao operado por Frondizi em 1959.⁴⁹⁶ A ação do FMI e do Banco Mundial na América Latina – iniciada com força à partir dos anos 1960 – tinha como objetivo “oferecer créditos a governos e instituições de países pobres, com longo prazo e juros muito baixos”. À partir deste ano, junto aos critérios econômicos que orientavam a concessão de empréstimos, “impunham-se condicionalidades aos devedores” que deveriam implementar “políticas econômicas consideradas ‘sólidas’ e ‘responsáveis’”.⁴⁹⁷

⁴⁹¹ Tactica y Etica en el Movimiento Obrero. **Tierra Libre**, Tucuman, nº 23, p. 1, mayo, 1963.

⁴⁹² Idem.

⁴⁹³ FORA. **Organización Obrera**, nº 151, mayo de 1962, p. 7.

⁴⁹⁴ ROMERO, 2006, p. 139.

⁴⁹⁵ JAMES, 2013, p. 223.

⁴⁹⁶ Idem.

⁴⁹⁷ FONTES, 2010, p. 163.

No movimento sindical, a situação era muito distinta dos anos anteriores, onde apesar do predomínio peronista, a capacidade de operar dissenso e manter certa autonomia das bases era possível. Sobre este período, o historiador Daniel James afirma que

As reuniões das 62 organizações, que poucos anos atrás haviam sido teatro de inumeráveis manifestações de desacordo por parte das bases, já não eram em nenhum sentido real um fórum para a expressão desses pontos de vista. Se haviam convertido simplesmente em parte do aparato de poder da chefatura sindical.⁴⁹⁸

Sobre esta situação, os militantes sindicais anarquistas, dispersos em diferentes categorias pareciam dar razão a análise feita a posteriori pelo historiador. Um militante anarquista e metalúrgico afirmaria que “Os dirigentes em sua maioria estão embandeirados ideologicamente e em sua generalidade configuram uma casta que toma decisões por si mesmos sem consultar a massa de afiliados”.⁴⁹⁹ A análise que os anarquistas vinculados a FLA faziam do peronismo neste momento, alijado do governo era de que este

tem diferente grau de vigor como força política. Sob a face de “estado peronista” teve uma só e uniforme fisionomia; mais desligado do poder, atomizado e convulsionado pela caía de seu líder e a perda de sua força armada, apresenta um aspecto heterogêneo e difuso. A minoria dirigente, tanta a do setor operário como a do político, mantém uma estruturação mental totalitária e subserviente a um líder onipotente que os interprete; mas a grande maioria carece de convicções arraigadas e permanece um pouco como espectadora de todos os acontecimentos, sem intervir diretamente, convertendo-se assim em uma espécie de “terra de ninguém” propensa aos grandes giros inesperados. Existe portanto uma grande diferença entre o peronismo – estado, consistente em uma maquinaria todo poderosa cuja engrenagem militar fascista constitui seu próprio conteúdo ideológico, e essa força oscilante e atomizada sem rumo fixo, cujas minorias dirigentes se forem sinceras buscaria apenas um triunfo eleitoral na montagem da maquinaria. A massa majoritária no caso do peronismo-estado estava canalizada; na atualidade oscila sem rumo, mas pode ser captada ou guiada por novas sendas.⁵⁰⁰

Esta passagem nos parece sumamente importante. Articulando a análise deste editorial de *La Protesta* com a inquietude do militante anarquista e contextualizando ambas as produções discursivas no âmbito sindical, parecia aos anarquistas que apesar da força estrutural do peronismo no governo, as bases peronistas poderiam de algum modo ser influenciadas pois para estes. Avaliavam igualmente que esse peronismo “popular” poderia ser uma ameaça ao atual governo por suas reivindicações econômicas. Coincidentemente tal separação conceitual, ainda que usando, outras categorias era realizada por um dos principais teóricos da ala revolucionária do peronismo. William Cooke afirmava que o “Peronismo como movimento de massas é e sempre foi superior ao Peronismo como estrutura para as massas. por esta razão o espontaneísmo sempre dominou a ação planificada das massas”.⁵⁰¹ Em relação ao antiperonismo afirmarão que todo “antiperonismo que não tenha por objeto o melhoramento da vida dos trabalhadores é como perder o tempo e buscar guerra e tragédia

⁴⁹⁸ JAMES, 2013, p. 222.

⁴⁹⁹ METALÚRGICO. Los trabajadores y el Sindicato. **La Protesta**, Buenos Aires, Noviembre de 1962, nº 8083, p. 11.

⁵⁰⁰ El Antitotalitarismo como pretexto totalitario. **La Protesta**, Buenos Aires, Junio de 1962, nº 8081, p. 1.

⁵⁰¹ Cooke apud JAMES, 2013, p. 279.

sem conseguir a desperonização”.⁵⁰²Tais trechos no entanto, não devem passar uma imagem uníssona da relação do anarquismo com o peronismo. Este manteve uma relação que variou entre a tentativa de compreender melhor o fenômeno – esforçando-se numa espécie de “empatia” investigativa – e um rechaço absoluto da *peronização* da sociedade. De fato, o peronismo – se comparado ao seu fenômeno “similar”, o varguismo, tentou ocupar e partidizar o Estado num grau distinto do tentado por Getúlio.⁵⁰³ O que explica em alguns casos, a posição por vezes virulenta dos anarquistas ao associar o peronismo a fenômenos *totalitários*.

A situação de julho de 1963 era muito semelhante a das eleições de 1957. Os peronistas decidiram votar em branco e parte de seu eleitorado migrou para o eleito Arturo Illia. As eleições foram vencidas por Illia, que era membro da União Cívica Radical (UCR). Illia governaria dentro de uma legalidade constitucional “vigiada” pelas forças militares. Que apesar de se posicionarem em respeito a democracia, faziam questão de expressar seu papel de mantenedoras da ordem quando a crise política irrompesse.

Em fevereiro de 1964, no entanto, a Sociedad de Resistência, Plomeros, Cloaquistas, Hidraulicos e Anexos se desfilia da FORA e se torna o Sindicato de Plomeros, Cloaquistas, Hidraulicos e Anexos. Pesara para esta decisão, como vimos anteriormente, a ideia de ganhar o reconhecimento oficial. À despeito da mudança, a reforma em seus estatutos ainda continua com certa inspiração libertária, ainda que o anarcossindicalismo tenha ficado para trás, onde no artigo 4^o, o sindicato se afirmava “independente de todas as agrupações políticas, filosóficas, ideológicas e religiosas existentes ou que possam em adiante existir”.⁵⁰⁴ Aproximavam-se assim, mais da estratégia do sindicalismo revolucionário. No ano seguinte o sindicato aprovaria um anteprojeto de convênio coletivo e a FORA decidia em seguir com a Sociedad de Resistencia de Plomeros, Cloaquistas, Hidraulicos y Ayudantes. No primeiro jornal do organismo sindical vinculado à FORA afirmarão duramente que “ao produzir a divisão o grupo de aventureiros que tal atitude assumiu, indo a mendigar a legalidade ante os poderes públicos e solicitar a legalização sindical que outorga a lei totalitária”.⁵⁰⁵

A organização sindical da categoria seguiu dividida, mas ao que parece, a balança pesava para o sindicato recém-legalizado, que seguia com um número maior de aderidos. Militantes destacados, como Carlos Kristof, trabalhador encanador que seguiu no sindicato, até sua morte em 1976 atuariam de acordo com a proposta intersindical, esboçada no encontro da FLA e mencionado anteriormente.⁵⁰⁶ Tensões entre o sindicato legalizado e a sociedade de resistência seguiam no horizonte, como por exemplo, a transferência jurídica do local do sindicato para sua nova pessoa jurídica.

Em relação ao anarquismo é importante indicar, que ao contrário do Brasil, que de 1959 em diante permanecem de maneira geral, alijados do trabalho sindical, os anarquistas argentinos conseguem se manter ativos em determinadas categorias e até formar certas

⁵⁰² DIAZ, Bernardo. Peronismo y antiperonismo y los problemas sociales del país. **Tierra Libre**, Tucuman, Mayo de 1963, n° 23, p. 3, tradução nossa.

⁵⁰³ FAUSTO; DEVOTO, 2004, p. 328.

⁵⁰⁴ “El sindicato es independiente de todas las agrupaciones políticas, filosóficas, ideológicas y religiosas existentes o que puedan en adelante existir”. **Estatutos do Sindicato de Plomeros, Cloaquistas, Hidraulicos y Anexos**, Buenos Aires, p. 2, marzo, 1964, tradução nossa

⁵⁰⁵ TAREAS de Organización y Reorganización. **El Obrero Sanitário**, Buenos Aires, n° 1, p. 4, agosto, 1965.

⁵⁰⁶ Kristof militou durante 30 anos na categoria dos *plomeros* (encanadores). Sua militância (de 1946 a 1976) é um indicativo importante (subterrâneo aos olhos dos historiadores obcecados com o contexto) da permanência da militância anarquista nos espaços sindicais. Foi o representante dos plomeros ante o conselho federal da FORA. Após a saída do sindicato da FORA, passa a não participar mais destas instâncias diretivas. Ao que parece, tal prática pode ter sido estendida para outros militantes libertários foristas, que seguiam no sindicato, mas sem cargos de direção. SINDICATO DE PLOMEROS, CLOAQUISTAS, HIDRAULICOS Y ANEXOS. *Homenaje a Carlos Kristof*. Buenos Aires, 1976

oposições ou espaços sindicais próprios diante o “mar” peronista. Ainda que esses enclaves tenham perdido importância nas lutas que se seguirão nas décadas de 60 e 70, a permanência do anarquismo e de suas distintas estratégias foi importante para manter a vinculação mínima entre as gerações e garantir ainda que de modo esporádico, conflitivo e desigual, a continuidade entre os anarquistas de Resistência Libertária e os velhos anarquistas vinculados às tradições históricas do anarquismo argentino. A forte tradição anarcossindicalista em solo argentino (o *forismo*) e seu deslocamento dos debates latino-americanos, de maneira geral impediram que se avançasse numa renovação no interior do anarquismo (semelhante ao que ocorreu no Uruguai).

- A polêmica da revolução cubana no anarquismo argentino (1959-1963)

Na Argentina não há uma única organização inscrita na miríade de setores anarquistas que deixe de tratar do tema cubano que cada vez mais passará a ser um divisor de águas dentro do campo libertário. O tema cubano trazia diferentes questões a serem debatidas pelos anarquistas direta ou indiretamente. Um destes temas indiretos, ainda que não se restringisse apenas a questão de Cuba fora o imperialismo. O imperialismo estava inscrito no conjunto dos debates internos das esquerdas latino-americanas e não poderia ser diferente ao anarquismo. Na Argentina, uma rápida polêmica sobre o tema, prenunciaria as divergências sobre Cuba. Em resposta a um artigo publicado em *Reconstruir* sobre a questão do petróleo, Gastón Leval, anarquista francês e militante histórico da Revolução Espanhola responderia que este artigo

foi precedido, em nossa imprensa anarquista, por artigos do mesmo tipo, e provavelmente, de não se afundar mais as coisas, irá seguido por outros, o qual desvirtuará por completo o pensamento libertário e desorientará nosso movimento.⁵⁰⁷

Para Leval era um costume na América Latina ”atribuir todos os males ao “imperialismo yankee” e numa longa epístola enviada a revista afirma que “a América Latina foi povoada ao mesmo tempo que a do Norte. Teve por conseguinte tanto tempo com os Estados Unidos para desenvolver sua economia. Porque não o fez?”. Minimizando a ação do imperialismo, dirá que “os problemas essenciais da América Latina, se encontram antes de tudo nela mesma”.⁵⁰⁸ Aponta e recomenda inclusive a necessidade do “controle de natalidade” em território argentino, como um fator de possível desenvolvimento.

Confundindo a análise teórica com as questões ideológicas, Leval afirmaria que seria preciso “estudar o conjunto da realidade econômico-social, psicológica e histórica em seu conjunto” ou “de outro modo, não faremos nada mais que ir a reboque de um neomarxismo insubstancial e desviante”.⁵⁰⁹ A resposta a carta de Leval sairá no mesmo número da revista e é assinada por um membro do comitê editorial de *Reconstruir*, o anarquista Gerardo Andujar. Separando a análise das propostas ideológicas, Andujar afirmará de maneira assertiva que “O artigo de O’Connor tem algumas conclusões finais de caráter “revolucionário-reformista”

⁵⁰⁷ LEVAL, Gastón. Sobre problemas sudamericanos. **Reconstruir**, Buenos Aires, n^o 4, p. 22, enero-febrero, 1960.

⁵⁰⁸ Ibid, pp. 22-23.

⁵⁰⁹ Ibid, p. 25

com as que o Conselho de Redação não está de acordo. Isso não invalida a documentada exposição de O'Connor”.⁵¹⁰ Para Andujar,

o que parece correto deduzir que o que a lhe incomoda é a posição anti-imperialista que assume O'Connor em seu artigo. A respeito disto, convém que saiba que os integrantes do Conselho de Redação de “Reconstruir” também temos uma posição anti-imperialista.⁵¹¹

Para este “há uma maneira particular de ser anti-imperialista e anticolonialista pelo anarquismo” e

pensar que não se deve falar de imperialismo e de colonialismo porque se lhes faz o jogo dos comunistas ou nacionalistas é como pretender que não se deve condenar a intervenção soviética na Hungria ou assinalar os excessos da FLN na Argélia porque com isso se faz o jogo dos reacionários capitalistas⁵¹²

Para Andujar

Levando esses temores ao seus extremos, nós libertários não podemos falar de nada, porque sempre vamos a coincidir com alguém. E de fato vamos a coincidir sempre com outros enquanto a posições. Do que se trata é aclarar nossos motivos, cada vez e permanentemente. Em caso contrário, poderíamos chegar a aceitar que Proudhon foi marxista porque proclamou a luta de classes na Assembleia Nacional, ou que Bakunin foi leninista porque em algumas cartas privadas propicia certas formas de organização para os revolucionários. Ou que devemos cuidar-nos de aparecer como anticomunistas porque Burnham escreveu alguma vez que os tecnocratas diretoriais deviam usar como vanguarda aos anarquistas e anarcossindicalista em sua luta contra o comunismo.⁵¹³

Ao final, Andujar criticará certa caricaturização do anti-imperialismo por Leval (como um fator monocausal) e outros argumentos esposados pelo francês. Ainda que criticasse corretamente Leval, terminariam por concordar com o francês em relação a validade de utilizar a Sociologia para “desenvolver um pensamento válido” e não se apegar a “nenhum dogma social”, assim como “tomar os dados proporcionados pelo estado atual das ciências e investigar sem temor de heterodoxias os complexos fenômenos da estrutura e da mudança social”.⁵¹⁴ Ao descrevermos tal debate dado no interior de *Reconstruir*, ressaltamos as tensões internas que percorriam parte do anarquismo argentino. De um lado, ainda que limitados pelo contexto e discussão política, uma tentativa de arejar o anarquismo com conceitos e elementos para analisar a realidade. Neste sentido, *Reconstruir*, neste período, vai inserir matérias sobre imperialismo, lutas populares africanas etc. De outro, uma postura que considerava o uso de um conceito compartilhado, como praticamente um sinônimo de desvio doutrinal e um forte ar eurocêntrico em relação ao anarquismo. O tema de Cuba seria discutido por um “fio de navalha”, onde os temas correlatos se constelariam numa polêmica que extrapolava o regime

⁵¹⁰ ANDUJAR, Gerardo. Respuesta de Gerardo Andujar. Sobre problemas sudamericanos. **Reconstruir**, Buenos Aires, n0 4, p. 25, enero-febrero, 1960.

⁵¹¹ Ibid, p. 26.

⁵¹² Idem.

⁵¹³ Idem.

⁵¹⁴ Ibid, p. 29.

e a revolução cubana, mas imprimia os futuros caminhos do anarquismo e as estratégias correlatas em seu próprio país.

A FORA talvez tenha sido a primeira organização a opinar mais duramente sobre o processo cubano. Opinando sobre o tema, a FORA ressaltaria que “em lugar de simpatias e eufóricas adesões” criticava o que chamava de concepção de “Estado-capitalista ou totalitário” e fustigava os setores libertários que em sua opinião usavam “artifícios dialéticos” para justificar seu apoio irrestrito.⁵¹⁵ No mesmo ano criticarão o modelo sindical de Cuba e as detenções de militantes sindicais na ilha.⁵¹⁶

Não parece coincidência, que a Associação Libertária de Cuba lance em setembro de 1960 o folheto intitulado *Kronstadt*, de autoria do anarquista Alexandre Berkman.⁵¹⁷ Rememoravam a repressão do governo bolchevique a Kronstadt, como forma de delinearem sua própria tragédia e a ideia dos soviets livres, que na concepção dos anarquistas, era basicamente, a defesa da eleição de delegados pelos próprios soviets. No prólogo, os editores do livro afirmam que deve ser buscar os motivos da ação dos marinheiros de Kronstadt, “na mudança profunda que se produziu nos chefes comunistas russos, depois que tomaram o Poder político, monopolizando-o”.⁵¹⁸ Ao falar de Kronstadt, os anarquistas cubanos dirigiam suas palavras ao Partido Socialista Popular afirmando que não pode haver dúvida do “caráter terrorista e contra revolucionário da ditadura comunista”.⁵¹⁹ Por fim afirmarão que os comunistas são a “negação mais rotunda da concepção dialética: não importa em que momento nem sob que circunstâncias atuem, eles permanecem imutáveis, idênticos a si mesmos”.⁵²⁰ Para os anarquistas “toda sua atividade está dirigida a uma só causa: o monopólio do Poder político, o estabelecimento de sua própria ditadura, a mal fadada ‘ditadura do proletariado’. Para os anarquistas cubanos, os comunistas teriam “uma concepção absolutista do socialismo e justificam todos seus crimes com a velha assertiva de que os ‘fins justificam os meios’”.⁵²¹ Tal crítica dos anarquistas encontrava eco na insatisfação de outros setores revolucionários da ilha e de maneira alguma, restringia-se ao campo libertário.

A primeira leva de exilados deixará bem definido aos anarquistas argentinos o que ocorria na ilha. Será numa entrevista dada pelos anarquistas cubanos recém-chegados a Nova York a revista *View and Comments*, que a questão da perseguição aos anarquistas cubanos ganha projeção internacional no anarquismo. A entrevista foi realizada pela organização *Liga Libertária* e publicada em janeiro e fevereiro de 1961.

A invasão planejada pela *Central Intelligence Agency* (CIA) pela praia de Girón na Baía de Cochinos (ou Baía dos Porcos), em abril de 1961 aprofundou a crescente sovietação do regime. Segundo Fernández “se exigia a adesão mais decidida de seus simpatizantes e militantes”.⁵²² Tal evento, provocou não apenas nos comunistas ligados a Castro, tal reação, mas havia confusão no interior das próprias fileiras anarquistas sobre o fato. Num artigo publicado no ano posterior, Gastón Leval, anarquista francês e veterano da Guerra Civil Espanhola, minimizando a participação do governo dos EUA no evento, endossa a posição da Liga Libertária dos EUA sobre o evento, chamando os invasores de “revolucionários cubanos que não pretenderam reestabelecer [a ditadura de Fulgêncio] Batista”. Para Leval “ao explorar a participação mínima do governo norte-americano para apresentar a operação como iniciativa

⁵¹⁵ REVOLUCIONES Antiemancipadoras. **Organización Obrera**, Buenos Aires, nº 145, p. 1, mayo, 1960.

⁵¹⁶ REFERENCIAS ilustrativas sobre Cuba. **Organización Obrera**, Buenos Aires, nº 146, p. 2, julio, 1960.

⁵¹⁷ LOS Editores. “Al lector”. In. BERKMAN, Alejandro. *Kronstadt*. Habana: Cooperativa de Publicaciones Libertárias : Asociacion Libertaria de Cuba Editorial, setiembre de 1960.

⁵¹⁸ *Ibid*, p. 5.

⁵¹⁹ *Idem*.

⁵²⁰ *Idem*.

⁵²¹ *Idem*.

⁵²² FERNÁNDEZ, 2000, p.98.

sua, para fins unicamente seus, implica falsear totalmente a verdade”.⁵²³ Largamente documentada como uma operação financiada pela CIA e aprovada pessoalmente pelo então presidente Kennedy, que inclusive receberá os invasores em solo norte-americano, a crítica ao crescente autoritarismo do governo cubano parecia dificultar a análise correta, da ação do imperialismo norte-americano, por um setor do anarquismo francês.⁵²⁴ As posições anticomunistas, encasteladas na figura de Leval eram significativas de uma prática que estava presente no universo libertário, criando fissuras e limitando sua análise da realidade.

No mês seguinte, especificamente na comemoração do Primeiro de Maio (Dia do Trabalhador) em 1961, Fidel Castro afirma que Cuba é um país socialista, de tendência marxista-leninista, o que provocará imediata reação negativa dos periódicos anarquistas em solo argentino que já anteviam a aproximação de Castro com o comunismo.⁵²⁵ No verão de 1961, o êxodo dos anarquistas parecia já decidido e a maioria destes ativistas emigraria em direção aos EUA. Segundo Fernández “as leis de imigração dos EUA, haviam endurecido contra os anarquistas durante os anos 20”, impedindo em tese, a entrada dos libertários em solo norte-americano. Para este pesquisador, ao aceitar a entrada dos anarquistas nos EUA, as agências supunham considerar que os inimigos dos seus inimigos poderiam ser de algum modo, seus aliados em potencial.⁵²⁶ Contudo, apesar da confusão reinante sobre Cuba, os anarquistas cubanos manteriam seus olhos voltados para a ilha, não para o retorno da antiga sociedade capitalista, mas para aprofundar o que compreendiam, como as conquistas legítimas da revolução. A confusão como vimos era generalizada e não seria fácil se posicionar nesse tabuleiro de xadrez entre EUA e URSS.

No editorial da Revista *Reconstruir*, cujos intelectuais eram próximos a *Federación Libertaria Argentina* as críticas começam a ser sistematizadas de maneira mais profunda. A FLA será a organização anarquista mais crítica a Revolução Cubana e afirmará que “o drama de Cuba também nasceu como festa de liberdade, o dia que caiu a ditadura batistiana”. Mas alertam que “agora está aqui a verdade crua e a perspectiva sombria”. Criticam as “sanções do paredão e da prisão” e o “sindicalismo encurralado e manejado pelos conhecidos leiloeiros da “unidade” a todo custo”.⁵²⁷

A crescente aproximação de Cuba ao socialismo de tipo soviético e a perseguição aos anarquistas⁵²⁸, faz com que a crítica endereçada de *Reconstruir* passe a alertar para o risco do regime cubano adotar um regime de tipo “totalitário”. Na mesma revista o anarquista catalão José Viadiú analisa os desdobramentos da Revolução Cubana. Afirma que as conquistas do movimento insurrecional cubano, tais como “a derrubada de um ditador assassino, reforma agrária, desarticulação de um exército mercenário, eliminação das empresas colonialistas”

⁵²³ LEVAL, Gastón. El Castro-comunismo no puede enganar a nadie. **Reconstruir**, Buenos Aires, nº 21, p. 27, noviembre-diciembre, 1962.

⁵²⁴ Sobre a operação e a larga participação da CIA, cabe consultar os arquivos secretos disponíveis, então revelados parcialmente pela iniciativa do The National Security Archive, ligado a George Washington University. Cf. KORNBLUH, 2011. Cabe dizer, que o próprio Kennedy, 2 anos depois, receberá alguns dos combatentes cubanos que participaram a invasão. Há inclusive uma fotografia do encontro entre o presidente dos EUA e os combatentes de Girón. Cf. FERREIRA, 2011.

⁵²⁵ BELLÉ, 2009, p. 12.

⁵²⁶ FERNÁNDEZ, 2000, p. 103.

⁵²⁷ TRIPLLE lección: España, Hungría, Cuba [editorial]. **Reconstruir**, Montevideo-Buenos Aires, nº 13, pp. 3-5, julio-agosto, 1961.

⁵²⁸ Segundo o historiador Jean Rodrigues Sales “na primeira metade da década de sessenta, os cubanos vão aparecer no cenário mundial como próximos da política internacional soviética, tanto no que concerne aos conflitos com os EUA, quanto ao que se refere à crise com os chineses”. SALES, 2010, p. 47.

parecem lógicas e racionais, mas que observa o “perigo que [...] representa o desvio até o totalitarismo russo”.⁵²⁹

Este conceito de totalitarismo será frequentemente acionado pelos anarquistas vinculados a FLA, não apenas para caracterizar o regime soviético e cubano, mas adiante, para enquadrar as ações autoritárias de Perón e de outros governantes.⁵³⁰ Como apontado por Demian Melo (2017), o conceito de totalitarismo estava ligado a uma postura francamente anticomunista e era bastante útil ao discurso norte-americano, no interior do xadrez da guerra fria.⁵³¹ Sem o desenvolvimento de um aparato conceitual próprio para analisar o regime cubano, os anarquistas argentinos incorporavam o conceito de totalitarismo e reproduziam-no em sua própria realidade.

No verão de 1961 se constituiu em Nova York o *Movimiento Libertario Cubano en el Exilio* (MLCE), “por um grupo não muito numeroso de anarquistas exilados nessa cidade”.⁵³² Rapidamente estabelecerão relações com os exilados espanhóis agrupados em torno do periódico *Cultura Proletária*; mas sua principal interlocutora, será a organização Liga Libertária, fundada em 1954 e que tinha como expoentes, Abe Bluestein, Esther Goldoff, seu companheiro Sam Dolgoff e Russel Blackwell, este último, ex-combatente da Guerra Civil Espanhola.⁵³³ O MLCE divulgará à partir de Miami, uma nota sobre o caso de Luis Miguel Linsuain, um militante anarquista acusado de anticomunismo na ilha. Linsuain lutara ao lado de Raúl Castro, durante revolução e com sua vitória, abandonou a posição de tenente no Exército rebelde para se dedicar as suas atividades sindicais. Secretário Geral da Federación Gastronómica de la Provincia de Oriente, passou a ser perseguido pelos setores comunistas na ilha.⁵³⁴

Com a divulgação em 1962 pelos anarquistas cubanos do Boletín de Información Libertaria sobre as frequentes perseguições, que receberiam a solidariedade do periódico *View and comments* e do periódico da FLA, *Acción Libertaria* a posição sobre o tema caminharia para uma definição mais clara na Argentina. Apesar de terem recebido solidariedade de norte-americanos e argentinos, a confusão em torno da Revolução Cubana e o regime que imperava na ilha atingirá as fileiras libertárias de diferentes locais do mundo. Em fevereiro de 1962 a questão tinha sido pautada nas fileiras da FORA, indicando que já haviam elementos suficientes para manifestar sua opinião definitiva sobre o tema. Em janeiro a FORA afirmaria que “condena a tirania sangrenta desencadeada em Cuba e exercida por Fidel Castro [...] com a intervenção dos agentes e instrumentos do bolchevismo.” A FORA também afirmaria que “repudia o despotismo do capitalismo internacional e em particular o norte-americano que constitui o perigo direto na América Latina”.⁵³⁵

⁵²⁹ VIADIÚ, José. Ayer España; Hoy Cuba. **Reconstruir**, Montevideo-Buenos Aires, nº 13, pp. 28-32, julio-agosto, 1961.

⁵³⁰ Os grandes representantes dos estudos sobre totalitarismo após 1945 são Hannah Arendt, de um lado, e Carl Joachim Friedrich e Zbigniew Brzezinski, de outro. CORNELSEN, 2009.

⁵³¹ Sobre isto Demian Melo comenta que em “recente passagem pelo Brasil, o historiador Kevin Murphy chamou atenção para o fato de que as principais instituições do sistema universitário estadunidense na década de 1950, como as universidades de Harvard, Yale e Columbia, criaram departamentos inteiros dedicados à promoção desse conceito bastante útil à elaboração do discurso do governo dos Estados Unidos em sua campanha ideológica contra a URSS. Insuspeito de qualquer simpatia para com o período stalinista, Murphy alertava para o propósito implícito da teoria do totalitarismo em condenar as revoluções que inscreveram no horizonte o igualitarismo social, corroborando o ponto destacado nessas linhas”. MELO, 2017.

⁵³² FERNÁNDEZ, 2000, p. 104.

⁵³³ Idem.

⁵³⁴ DIEGUEZ, Omar (secretario). Delegación General del Movimiento Libertario Cubano en el Exilio. Miami FLA. **Tierra Libre**, Tucuman, p.1, octubre de 1961.

⁵³⁵ La situación cubana. Consideración en Torno a la Reunión Regional de Delegados de la F.O.R.A.m Realizada en Buenos Aires los días 4, 5, 6, 7, y 8 de Enero de 1962. **Organización Obrera**. Buenos Aires, Febrero de 1962.

No dia 26 de março de 1962 é criado o Partido Unido da Revolução Socialista de Cuba (PURSC), que nasceu da fusão do M26-J, o PSP, o Diretório Revolucionário 13 de Março e as Organizações Revolucionárias Integradas. A experiência da Revolução Russa servia aos anarquistas como modelo imediato para pensar o processo ocorrido em Cuba. Em artigo publicado em *Reconstruir*, o anarquista francês e ex-combatente na Espanha afirmará que “tão logo um partido chamado revolucionário em princípio, elimina os outros revolucionários, estamos na presença de um princípio de ditadura”.⁵³⁶

Na Argentina, a FLA seguia firme na denúncia do regime cubano, apoiando-se principalmente no conceito de totalitarismo. Nos dias 16, 17 e 18 de agosto a FLA realizou um congresso extraordinário. Além de uma declaração de princípios afirmaram sua solidariedade ao Movimento Libertário Cubano no exílio e se declaram contrários ao encadeamento de Cuba aos “regimes totalitários comunistas”.⁵³⁷ Denunciavam o encarceramento dos opositores, o paredão como estado permanente, o controle da imprensa, dos sindicatos, da educação e da distribuição dos alimentos.⁵³⁸

A presença da questão cubana no jornal da FLA segue constante durante os próximos anos. Essa presença permanente pode ser explicada por vários fatores. Primeiro, a onda de organizações que adotam a Revolução Cubana como referência, em sua maioria ligada ao campo comunista e que atuam não apenas na Argentina, mas também no restante da América Latina, com um olhar explícito ao modelo de luta cubano. Segundo – reflexão que se depreende da primeira questão – e não menos importante, a questão aberta pelo método de luta adotado em Cuba e o debate sobre o uso da violência revolucionária.

Terceiro pela presença dos exilados anarquistas cubanos na Argentina, que como dito anteriormente, se converte num “consulado” informal dos exilados anarquistas e cubanos na América Latina. E por fim, a divisão existente – em específico no Uruguai – sobre duas concepções de anarquismo que, se encontrarão em posições completamente distintas sobre não somente a Revolução Cubana, mas também sobre o que ela representava em termos de práticas concretas em seu próprio território nacional. Em setembro de 1962, por exemplo, o jornal da FLA divulga um panfleto da USL de Rosário com o título “Violência e Criatividade Revolucionária”, assinado pela anarquista uruguaia Luce Fabri, defenderá um conceito de revolução que se propõe a “empregar e libertar a força, se opor à violência, criar espaços livres para os germens vitais e espontâneos da história do amanhã”. Para Fabri a violência se opunha ao conceito de liberdade defendido pelos anarquistas. “A mística da violência existe ainda entre os anarquistas, mas é difícil que possa seguir conciliando-se com seu espírito de liberdade, num mundo tão violento como o atual”⁵³⁹

A posição de Fabri, como notou Rugai e Alves, prefigura uma posição que se expõe mais claramente no primeiro “racha” da FAU – ocorrido no final de 1963 e início de 1964 – entre aqueles que defendiam o método da luta armada e uma organização programática e os que optaram por um trabalho comunitário e uma organização libertária de outra natureza.

Pensamos que a posição da FLA sobre Cuba também abriu margem para uma marginalização dessa organização em relação a outras correntes do socialismo. A distância do campo socialista cobraria um preço a FLA, mas esta se manteria fiel a sua crítica. Cuba passa a ser quase uma obsessão da FLA, que passaria a falar do tema em subseqüentes jornais. Sem

⁵³⁶ LEVAL, Gastón. El Castro-comunismo no puede enganar a nadie. *Reconstruir*, Buenos Aires, n^o 21, p. 25, noviembre-diciembre, 1962.

⁵³⁷ FLA. Se realizó el congreso extraordinario de la F.L.A. *Acción Libertaria*, Buenos Aires, n^o 182, p.3, diciembre, 1963.

⁵³⁸ SOLIDARIDAD para con los Cubanos Antitotalitarios. *Acción Libertaria*, Buenos Aires, n^o 182, p. 2, diciembre, 1963.

⁵³⁹ FABRI, Luce. Violencia y Creatividad Revolucionarias. *Acción Libertaria*, Buenos Aires, n^o 178, p. 3 septiembre, 1962.

dúvida alguma, o racha interno da FAU deve ter contribuído para essa recorrência do tema. Apesar de não haver nenhuma menção explícita em seu jornal sobre o racha, a FLA, em julho de 1964 divulga o comunicado do projeto de cooperativismo integral da *Comunidad del Sur*, que busca “despertar a solidariedade de pessoas e grupos cooperativos, pacifistas, libertários, etc” apontando para onde iria o apoio da FLA para o anarquismo no Uruguai.⁵⁴⁰ A decisão da FLA contribuiria para o isolamento da FAU, do restante do anarquismo internacional e latino-americano, já que com a incorporação da FAU de métodos da luta armada, do vocabulário anti-imperialista e de uma organização política de modelo programático, veria sua organização ser errônea e frequentemente associada ao modelo cubano.

– A polêmica da Revolução Cubana no anarquismo brasileiro

Não é possível dizer com exatidão qual fora o momento fundamental da chegada do debate da Revolução Cubana no Brasil. Cremos que este de maneira geral, deve ter chegado tão logo as notícias da vitória dos revolucionários adentraram na imprensa nacional, mas de fato, os desdobramentos públicos da polêmica, só serão apresentados na imprensa anarquista, nos anos seguintes à partir dos debates específicos do campo anarquista. Fidel Castro chegou a visitar o Brasil no fim de 1959, passando pelas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília e dando inclusive, entrevistas para televisão.⁵⁴¹ No que diz respeito ao Brasil, Sales chama atenção para o fato de que uma das formas que a influência da Revolução assumiu, foi a de “inspiração política ampla, servindo para fortalecer bandeiras socialistas e antiburocráticas”⁵⁴², sobretudo, antes do golpe de 1964. Outra questão fora “a interferência no debate ideológico das organizações e no encaminhamento de suas estratégias políticas”.⁵⁴³

Em 1959 já há uma breve menção aos acontecimentos revolucionários em Cuba nos periódicos anarquistas. Isto se deve ao fato de existir uma rede bem articulada entre os anarquistas, potencializada pela Comissão de Relações Anarquistas (CRA). O periódico *Ação Direta* noticiou o ressurgimento do jornal *El Libertário*, que segundo os anarquistas brasileiros reapareceu após o triunfo da Revolução Cubana. Mas não há neste ano, nenhum tipo de debate ou posicionamento dos anarquistas sobre Cuba. Provavelmente, os anarquistas brasileiros esperavam informações de seus congêneres cubanos e latino-americanos para se informarem a respeito de qual posição tomar.

Apenas em outubro de 1960 há uma posição mais clara dos anarquistas brasileiros. Tal o caso tem relação com o desaparecimento de *Ação Direta* em novembro de 1959. Os anarquistas demorarão mais 1 ano para recompor sua imprensa específica, que retornará com o surgimento do jornal *O Libertário* em outubro de 1960. Mas isto não significa que deixaram de se articular nesse período, como prova o congresso realizado em 1959. Será no jornal *Libertário* que a Revolução Cubana é debatida abertamente pela primeira vez. No artigo “Cuba e seu destino”, o anarquista Guillarte apresenta a Revolução Cubana como aquela que “teve a virtude de aunar a admiração e o apoio moral de quantos no mundo consideram que a liberdade é o mais preciosos dos direitos humanos”.⁵⁴⁴ Se num primeiro momento a matéria evidencia um apoio a Revolução Cubana, pontua críticas, temendo que “qualquer demagogo ‘bem falante’ pode converter-se em caudilho”.⁵⁴⁵ Pontuando sua crítica, o artigo alerta para os perigos de uma revolução que advém do poder de um só homem ou de um só partido.

⁵⁴⁰ LA Comunidad del sur. Una meta y un camino. **La Protesta**, Buenos Aires, n^o 8095, p. 9 julio, 1964.

⁵⁴¹ MORAES, 2011, p. 28.

⁵⁴² SALES, 2005, p. 4.

⁵⁴³ Idem.

⁵⁴⁴ GUILLARTE. Cuba e seu Destino. **O Libertário**, São Paulo, Novembro de 1960, n^o 02, p. 04

⁵⁴⁵ Idem.

Desconfiados da aproximação frequente de Fidel Castro aos comunistas, os anarquistas brasileiros dirão:

Estivemos ao lado de Castro quando simbolizava a luta pela liberdade do povo. Nos encontrará frente a frente tão logo essa liberdade deixe de ser patrimônio de todos, para se converter em direito de fazer e desfazer de um só partido.⁵⁴⁶

Apesar da crítica da possível burocratização da Revolução Cubana, ressaltam que “A nós anarquistas, não nos adormece a interessada propaganda das agências monopolizadas pelo imperialismo norte-americano”.⁵⁴⁷ O tema voltará a ser debatido, mas desta vez, a crítica dos anarquistas brasileiros se centrará na figura de Fidel Castro e não no processo revolucionário cubano. Em junho de 1961 afirmarão que

É tão chocante a notícia de que Fidel Castro propôs a troca de 1.200 prisioneiros por 500 tratores”. Ressaltarão que “Se alguma dúvida houvesse ainda quanto à orientação marxista da revolução cubana, que inicialmente foi aplaudida e festejada por todos quantos anseiam por uma vida livre, essa notícia viria confirmar o temor de todos aqueles que ainda cultivam no pensamento uma idéia de liberdade.”⁵⁴⁸

Ressalta-se que este texto não é assinado individualmente, mas é praticamente um texto editorial, o que já indica a formalização coletiva que caminha para um consenso no anarquismo brasileiro sobre os caminhos da Revolução Cubana, não sem antes, gerar certas dissensões. Em agosto de 1961, Ernesto Che Guevara visitará o Brasil, sendo condecorado com a Ordem do Cruzeiro do Sul pelo presidente Jânio Quadros. Sua passagem pelo Brasil alvoraçaria os setores conservadores. A visita de Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir no mesmo mês e a difusão do existencialismo lotavam auditórios da USP e da Faculdade Nacional de Filosofia no Rio de Janeiro. Para Sartre, o regime resultante da Revolução Cubana, “era uma democracia direta”.⁵⁴⁹

A avaliação dos anarquistas seria fundamentalmente distinta da do filósofo francês. No artigo escrito pelo anarquista Souza Passos, a posição majoritária dos militantes paulistas é divulgada em outubro de 1961. Sob o título “Os anarquistas e a Revolução Cubana”, o militante afirmará que um “movimento revolucionário como o que se produziu em Cuba não podia ser indiferente aos anarquistas” e que “em todas as refregas revolucionárias estiveram os anarquistas presentes”. Mas, criticavam o que consideravam os “desvios da revolução”. Fazia críticas ao “controle totalitário do Estado” e a “cimentação de um regime político ditatorial que conduz à estruturação de um Estado policial”.⁵⁵⁰ Aqui cabe fazer uma afirmação importante. O uso do conceito de totalitarismo ou Estado totalitário será cada vez mais usual na imprensa anarquista internacional. Tal conceito era incorporado pelos anarquistas brasileiros para analisar a realidade. Uma revista importante para definir conceitualmente a posição latino-americana do anarquismo sobre estes temas, como vimos, foi a *Reconstruir*, que apesar de feita por anarquistas argentinos recebia também relevantes contribuições de setores do anarquismo uruguaio.

Por fim, o texto evidencia um dissenso interno. Segundo o autor,

⁵⁴⁶ Idem.

⁵⁴⁷ Idem.

⁵⁴⁸ PRISIONEIROS por tratores. **O Libertário**, São Paulo, Julho de 1961, n^o 04, p. 01

⁵⁴⁹ MOREIRA, 2011, pp. 29-32.

⁵⁵⁰ PASSOS, Souza. “Os Anarquistas e a Revolução Cubana.” **O Libertário**, São Paulo, Outubro de 1961, n^o 05, p. 01

nos causa estranheza a atitude dos companheiros que compõe o Centro Ferrer de Estudos Sociais na vizinha cidade de Santos, endereçando ao Centro de Cultura Social desta Capital uma carta em que discordam da publicação, em O LIBERTÁRIO, de julho p. passado, do comentário acerca da proposta de Fidel Castro sôbre a troca de prisioneiros por tratores.⁵⁵¹

Para Souza Passos, “a imprensa anarquista de todo o mundo está conosco nesta maneira de encarar os acontecimentos de Cuba”. Afirma que “Não estamos contra a revolução cubana, mas contra o desvio de um dos mais empolgantes movimentos revolucionários depois da Revolução Espanhola”.⁵⁵² Essa rede de relações, constituída principalmente no fim da década de 40 estava sintetizada na Comissão de Relações Anarquistas (CRA), que foi a grande protagonista da articulação internacional do anarquismo no pós-45. Os anarquistas assim, ignorariam a questão da Revolução Chinesa.

À despeito dos problemas de idioma, cremos que isto se explica pela influência do americanismo à época, que fazia com que a Revolução Cubana fosse proporcionalmente mais relevante aos círculos de esquerda latino-americanos, incluindo os anarquistas do que o debate da Revolução Chinesa. Outro elemento que talvez possa explicar isso, seja o fato de Cuba assumir na imprensa internacional um destaque maior do que o tema chinês.

O debate sobre a Revolução Cubana prosseguirá na imprensa anarquista brasileira, mas desta vez com contornos mais bem definidos. A medida que as informações iam chegando os anarquistas aumentariam o tom de voz. A ameaça de fuzilamento do libertário Luiz Miguel Linsuain, ex-combatente de Sierra Maestra evidenciaria, junto ao o exílio do chamado Movimento Libertário Cubano, as divisões internas em Cuba.⁵⁵³ Em contato com militantes argentinos, de *Acción Libertária*, traduzirão uma espécie de programa ou formulação mínima, que sistematizava as principais críticas ao processo cubano e as propostas dos anarquistas. Aliás, será a relação com os anarquistas argentinos que pautará em grande medida a posição dos anarquistas brasileiros. Realcemos que o debate da Revolução Cubana foi bem mais presente na Argentina do que em solo brasileiro. Era principalmente pela relação política e a imprensa anarquista argentina, que os anarquistas brasileiros se nutririam dos elementos críticos ao processo cubano.

O assunto só seria retomado em 1963, onde os anarquistas publicarão o artigo “Em defesa da Revolução Cubana”.⁵⁵⁴ Reafirmam o caráter da luta anticolonial em que se envolveu historicamente o anarquismo e a participação de um setor libertário durante a Revolução Cubana. Afirmam que os anarquistas “estão com a revolução libertadora do povo cubano” mas não podem “concordar com ditadores que estão desvirtuando as finalidades pelas quais essa revolução foi feita”. Referindo-se diretamente aos anarquistas, os militantes brasileiros condenarão a prisão de anarquistas em Cuba, que motivou ações de solidariedade em outros países, como o ato realizado pela Federação dos Anarquista londrinos.⁵⁵⁵

Identificarão em Fidel Castro um dos elementos que possibilitaram o que consideram como “contrarrevolução”.⁵⁵⁶ Condenam o controle rígido dos sindicatos e o fechamento da imprensa anarquista. Baseiam-se principalmente, nos depoimentos dos anarquistas cubanos, exilados em solo argentino e norte-americano.

⁵⁵¹ Idem.

⁵⁵² Idem.

⁵⁵³ Um Libertário ameaçado de “Paredón”. **O Libertário**, São Paulo, Outubro de 1961, n^o 05, p. 04

⁵⁵⁴ Em Defesa da Revolução Cubana. **O Libertário**, São Paulo, Agosto/Setembro de 1963, n^o 22-23, p. 01.

⁵⁵⁵ Idem.

⁵⁵⁶ A Contra-Revolução Bolchevista em Cuba. **O Libertário**, São Paulo, Outubro/Novembro de 1963, n^o 24-25, p. 02

Em janeiro de 1964, o tema da Revolução Cubana será alvo de debate, desta vez, dentro das variadas discussões realizadas no âmbito do último encontro anarquista nacional (1963-64) realizado antes do golpe militar. Tal postura visava dar uma posição definitiva sobre o tema, baseada num consenso coletivo dos anarquistas espalhados no território nacional.

Reafirmarão o caráter de apoio as lutas anticoloniais e ressaltam a participação dos anarquistas no processo revolucionário cubano. Repudiarão, no entanto, o fechamento da imprensa anarquista e de suas organizações nesse país e as perseguições aos militantes anarquistas cubanos. Afirmam, que esse “movimento de protesto contra as perseguições à participantes da revolução, não podem ser confundidos com atos de elementos capitalistas, que são contrários a todos os movimentos de libertação social”.⁵⁵⁷ Distinguindo-se da crítica realizada pelos setores conservadores, dizem que sua postura “nada tem de comum com a ação dos capitalistas”, pois neste sentido “a repelem e denunciam como reacionária”.⁵⁵⁸

Prosseguem afirmando que continuam a “defender a revolução cubana”, mas “condenam o novo regime ditatorial estabelecido em Cuba”.⁵⁵⁹ Podemos chegar a conclusão, de que os anarquistas brasileiros apoiaram a Revolução Cubana no período de 1959-1964, mas possuíam uma visão crítica do processo que instaurou o controle dos comunistas. De fato, o debate da Revolução Cubana foi encarado pelos anarquistas brasileiros, que se articulavam em consonância com uma posição internacional do anarquismo.

O debate, apesar de ter gerado certos dissensos, caminhou para um consenso interno, resolvido no encontro de 1963. Não houve nenhum elemento que pudesse impactar as dissensões a ponto de provocar uma cisão, como no caso do Uruguai ou que azedasse completamente as relações internas, como na Argentina. As táticas empregadas pela Revolução Cubana (foquismo) e suas críticas centrais não chegaram a ser debatidas, já que a situação do anarquismo no período de 59-64 era de refluxo de sua inserção nos espaços sindicais e não havia iniciativa ou condições locais para um debate mais aprofundado sobre esse tema.

Outra questão que amenizou os conflitos internos se deu no nível de organicidade do anarquismo brasileiro. A ideia de uma Federação Anarquista de âmbito nacional deu lugar, a grupos e organizações muito mais modestas a partir de 1959 e com grau de organicidade, mais frouxos. Esses grupos passam a operar com horizontes mais limitados, portanto, o sentido da Revolução Cubana parecia não imprimir tantos desafios organizativos tampouco levantar o debate da violência como um caminho a seguir.

Diferentemente do Uruguai e da Argentina, o anarquismo brasileiro digeriu o debate da Revolução Cubana, com poucos efeitos colaterais internos e isso era explicado pelas diferenças de realidade da militância nesses dois países. Falar na Revolução Cubana não era tanto falar de Cuba, mas sim falar de um processo que atuava como uma espécie de “divã” revolucionário das realidades nacionais. A revolução cubana e sua aproximação ou afastamento, passaram também, a imprimir qual era a relação entre o anarquismo e o ideário difuso, compartilhado pela esquerda. Afastar-se da linguagem da época, custaria caro ao anarquismo brasileiro, mais brasileiro do que latino-americano.

⁵⁵⁷ A Revolução Cubana. **O Libertário**, São Paulo, Janeiro de 1964, n^o 26, p. 01.

⁵⁵⁸ Idem.

⁵⁵⁹ Idem.

- A polêmica da revolução cubana no anarquismo uruguaio

Antes mesmo da vitória da revolução cubana, a FAU já acompanhava a luta em Sierra Maestra com simpatia.⁵⁶⁰ Segundo o depoimento de Juan Carlos Mechoso em 57 e 58 a FAU fez adesivos reivindicando o exemplo do assalto ao quartel de Moncada, realizado em 1953 em Cuba.⁵⁶¹ Em seu depoimento, Mechoso afirma que a alusão a esse tipo de ação, se inscrevia na crítica a tese da coexistência pacífica defendida pelo partido comunista e a referência para a construção de uma linha combativa.

Assim que estoura a Revolução Cubana, a FAU trabalha ativamente na formação de comitês de apoio a Cuba. O tema central para a FAU era o enfrentamento ao imperialismo e o resgate dos métodos de ruptura que considerava combativos, mas ainda assim, se posicionam desde o início nas balizas de um apoio *crítico*. Aqui cabe dizer que a posição da FAU não é diferente da posição do restante do anarquismo latino-americano. Como dizemos anteriormente, os anarquistas brasileiros e argentinos também se posicionavam em apoio a essa revolução. Em 1959 a FAU publicará o primeiro texto de apoio ao evento revolucionário, nesse primeiro momento, ainda não estão claros, os elementos que pautariam as questões críticas que a organização delineava.

Em 1959 a FAU publicará o primeiro texto de apoio ao evento revolucionário, nesse primeiro momento, ainda não estão claros, os elementos que pautariam as questões críticas que a organização delineava a Revolução Cubana permanecia apenas como uma inspiração. De maneira geral afirmavam que a “revolução cubana pertence ao povo, em especial a juventude. Se uma intervenção armada se produzisse ali, os povos da América teriam que defendê-los, porque se os deixássemos destruir, estaríamos nos suicidando”.⁵⁶² Em 3 de maio de 1959 Fidel Castro chega ao Uruguai apenas cinco meses depois de ter triunfado a Revolução Cubana. O país estava arrasado por fortes inundações ocorridas no mês anterior. Fidel permaneceu dois dias no país, falou com a imprensa, negou que sua revolução fosse comunista e participou de um programa de televisão. Cabe lembrar que antes de 1962, a Revolução Cubana não estava associada ao marxismo-leninismo e tampouco a URSS. Como apontado pela pesquisadora Magdalena Broquetas no Uruguai “a Revolução Cubana não foi rechaçada de imediato, mas sim a medida que foram adotando as disposições controversas – como a aplicação da pena de morte – e que o governo de Fidel Castro foi estreitando vínculos com o bloco soviético”⁵⁶³

Neste sentido o apoio da FAU à revolução cubana – ainda com Luce Fabri e todos os quadros que mais adiante romperiam com a organização – era uníssono. Para a FAU a sobrevivência da revolução em Cuba dependia “do que ocorra em Cuba, do que façamos todos os povos latino-americanos” e “para impedir que seja traída sua revolução de dentro ou por fora”.⁵⁶⁴ A FAU também sublinhava Cuba como exemplo de uma revolução feita de maneira independente da lógica binária da guerra fria.

Em 1960 os anarquistas da FAU, após um pleno, se posicionarão de maneira mais sistematizada. No texto intitulado “Porque apoiamos e defendemos a revolução Cubana” afirmarão que em “Cuba está começando uma autêntica revolução”, mas chamam atenção

⁵⁶⁰ Cf. RUGAI, 2003, p. 146

⁵⁶¹ MECHOSO, Juan Carlos. Juan Carlos Mechoso: depoimento [abr. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Montevideu, 2017. arquivo.mp3 (2h:10 min.).

⁵⁶² “Cuba Una Esperanza” apud MECHOSO, 2006, p 119.

⁵⁶³ BROQUETAS, 2015, p. 91.

⁵⁶⁴ “Depende de lo que ocurra en Cuba de lo que hagamos todos los pueblos latinoamericanos; para impedir que sea traicionada su revolución desde adentro o desde afuera”.Ideas para aplicar. **Lucha Libertária**, Montevideo, Maio de 1959, tradução nossa.

para o fato de que “dirigentes incrustados nos grêmios para servir consignas partidárias”, longe de ser uma garantia, constituem uma trava e um perigo para a revolução.⁵⁶⁵

Cientes dos possíveis “desvios” da Revolução, os anarquistas da FAU dirão que “sabemos que a Revolução Cubana não é – pelo menos neste momento – o tipo de revolução popular que previamente postularíamos”, mas aceitam que esta pode ser um “avanço abertura de uma via latino-americana até o socialismo e a liberdade”.⁵⁶⁶

Este primeiro texto sistemático, produzido pela FAU desconstrói o mito de que esta apoiou acriticamente a Revolução Cubana. Desde seus primeiros pronunciamentos já indica que “sem negar ou ignorar seus aspectos negativos nem os fatores que podem lhe desvirtuar, entendemos que devemos apoiar a Revolução Cubana”. Como apontado pelo historiador Ricardo Ramos Rugai, o apoio a Revolução Cubana pela FAU jamais foi incondicional.

Em nossa opinião, o que houve, principalmente no Brasil foi a construção de uma memória de que esta organização aderiu ao castrismo incondicionalmente principalmente a partir da leitura realizada pelo memorialista e pesquisador Edgar Rodrigues, militante anarquista brasileiro, que participou da geração de 1946-64 e consolidou nos anos seguintes uma versão “oficial” dessa história, da FAU – reproduzindo a linha dos dissidentes da FAU de 1964 – enquanto uma organização pró-castro. Se o argumento para a FAU ser castrista é o apoio da Revolução Cubana, deveríamos considerar castristas também o conjunto do anarquismo brasileiro e argentino, ao menos até 1963, coisa que não é feita por nenhum pesquisador atualmente.

A FAU, como indicado, chamou atenção para o perigo da revolução “perder seu dinamismo”, burocratizar-se ou cair na aparente efetividade das ditaduras e dos “homens fortes”.⁵⁶⁷ Longe de apenas emitir um apoio, delineou com precisão, propostas que poderiam ser aplicadas na realidade cubana. Articulando a luta dos revolucionários espanhóis de 1936-39 com a Revolução Cubana aproveitará para marcar o que chamam de “Terceira Posição”, que era a definição dos anarquistas fora do eixo soviético ou capitalista. Uma espécie de via popular própria, que negaria tanto o comunismo “com sua concepção totalitária” e o capitalismo “que nega o homem”.⁵⁶⁸

O apoio da Revolução Cubana pela FAU teve implicações bem maiores do que a dos anarquistas brasileiros. Primeiramente, a FAU participou de forma ativa e foi pioneira na formação de comitês de apoio a Cuba que reuniam setores importantes da esquerda uruguaia. Esses comitês, organizados em bairros e fábricas foram fundamentais para contrapor a linha da FAU com a de outras correntes políticas e dar uma identidade própria a essa organização. A Revolução Cubana era para FAU não apenas um debate abstrato de ideias, mas também implicava na defesa de uma determinada perspectiva revolucionária dentro do Uruguai e a defesa da vontade revolucionária. O exemplo de Cuba para FAU, era a prova de que a revolução ainda era possível. Ao debaterem o problema cubano, os militantes da esquerda uruguaia, de certo modo, debatiam sua própria realidade. Este confronto de perspectivas ajudou a conformar um campo político em comum, campo que o historiador Eduardo Rey Tristán chamará de esquerda revolucionária. Lembremos que a revolução cubana reabria para a esquerda latino-americana, temas que estavam cristalizados em seu pensamento. Reafirmava a atualidade do socialismo nos países do continente e questionava a ideia hegemônica de que a burguesia nacional desempenharia um papel revolucionário.⁵⁶⁹

⁵⁶⁵ “Por qué apoyamos y de qué defendemos a la revolucion cubana. Resolución del pleno de la Federación Anarquista Uruguaya apud MECHOSO, 2006, p. 127-135

⁵⁶⁶ Idem.

⁵⁶⁷ Idem.

⁵⁶⁸ Idem.

⁵⁶⁹ SALES, 2005, p. 2.

Também permitiu refutar a tese da transição pacífica ao socialismo, defendida principalmente pelos partidos comunistas. Esses elementos reforçariam as críticas anarquistas aos modelos marxistas defendidos por certas correntes políticas no Uruguai e polarizariam opiniões. Como apontado por Rugai,

A revolução Cubana chegou num momento em que a FAU e algumas outras organizações revolucionárias uruguaias polemizavam com a esquerda reformista uruguiaia, sobretudo o PCU, a respeito da luta armada, emprego da violência, crítica a atuação parlamentar e radicalização das lutas populares.⁵²

O segundo impacto da Revolução Cubana se deu no interior da própria FAU. Não se pode dizer que a dissensão interna que toma conta da FAU é fruto exclusivo do debate da Revolução Cubana. Mas de fato, tais debates internacionais evidenciaram posturas muito distintas a seguir, que aguçavam diferenças já existentes. Em termos de organicidade interna e apenas 3 anos após a fundação da FAU, a Secretaria de Organização apresentava o seguinte questionamento

Em general; y en particular: ¿hé contribuído, soy consecuente con mi ideal?, deben ser las preguntas que todos debemos plantearnos valientemente, haciendo un censo de lo que DEBIMOS, PUDIMOS Y NO HICIMOS. O, desde otro ángulo, estudiar si lo hecho no se desvirtuó por desconexión con la 'FAU', o excesivo individualismo.⁵⁷⁰

Tal posição será ratificada no pleno do anarquismo militante dos dias 31 de outubro, primeiro e segundo de novembro onde a FAU avaliaria que “nem tudo o que devíamos fazer foi realizado. Nos faltou materialmente forças, força numérica fundamentalmente. Não encontramos explicação lógica a não integração formal de alguns companheiros”.⁵⁷¹ O apoio ao processo cubano e o paralelo debate interno possuíam dos efeitos. O primeiro, e para os que seguiram organizados na FAU reivindicando a Revolução Cubana era a defesa de uma organização política que atuasse de maneira programática e pudesse ter real incidência na luta de classes do país. O segundo efeito foi para os que não desejavam reivindicar a Revolução Cubana, o de associar a busca por maior grau de unidade interno, disciplina e a ação uma suposta introjeção de teses marxistas pela FAU. O tema inspirava paixões e divergências não apenas no anarquismo, mas em distintos setores da sociedade uruguiaia. Em 10 de janeiro de 1961, um ato anticomunista foi realizado por representantes de MONDEL e ALERTA e contou com duas mil e quinhentas pessoas.⁵⁷² O ato se inscrevia numa campanha de defesa da ruptura diplomática do Uruguai com Cuba e era promovida pelos setores anticomunistas. Ao final do ato parte dos manifestantes de direita marcharam em direção à sede do Partido Comunista e diante estudantes vinculados à universidade e que apoiavam Cuba, começaram um enfrentamento com pedras, armas de fogo que terminou com diversos feridos e um manifestante anticomunista morto.⁵⁷³

Nesse contexto de polarização entre esquerda e direita, a FAU seguiria no debate interno sobre o tema cubano. Com a presença de mais de 60 militantes e com um longo

⁵⁷⁰ CASSANAZ, L. Sec de Organización. **Circular Interna**. Montevideo, setiembre de 1959.

⁵⁷¹ “no todo lo que debimos hacer fué realizado. Nos faltó materialmente fuerzas; fuerza numérica fundamentalmente. No encontramos explicación lógica a la no integración formal de algunos compañeros a los cuadros orgánicos de la FAU.” FAU. Boletín. 1 de Noviembre, 1959, tradução nossa.

⁵⁷² BROQUETAS, 2015, p. 107.

⁵⁷³ Idem.

debate, estendido até as 3h da manhã, a FAU reafirmará o apoio a Revolução Cubana em julho de 1961. Apesar dos dissensos internos, que avaliavam a crescente influência comunista, se produziu um acordo interno, onde a FAU manteve apoio ao processo revolucionário cubano com correlação de forças internas, majoritariamente favorável a Cuba.⁵⁷⁴ Também se recomendou a participação da militância da organização nos comitês de solidariedade a Cuba.

Não há nesse período, ao contrário da imprensa anarquista brasileira, menção aos presos políticos anarquistas em Cuba. De fato, os anarquistas brasileiros estavam mais bem sintonizados com o anarquismo europeu, cuja orientação, já era clara neste sentido: Cuba desvirtuara-se enquanto uma revolução e deveria receber duras críticas do movimento libertário internacional.

Para os anarquistas uruguaios, no entanto, a questão terceiro-mundista era mais importante, a ponto de pesarem as críticas ao processo cubano. Ao que parece, a posição sobre Cuba que a FAU sustentava, também era mantida para preservar uma relação entre correntes políticas dentro do próprio Uruguai, mantendo assim, um campo de diálogo em comum, que era importante para a correlação de forças internas.⁵⁷⁵ A FAU, sintonizada com o terceiro-mundismo avaliava em novembro de 1962 que pertenciam a “geração que no marco dos países do Terceiro Mundo livra a batalha definitiva contra o imperialismo e o subdesenvolvimento”.⁵⁷⁶ Para a FAU o contexto era de luta de libertação dos povos subdesenvolvido; crise do regime capitalista e do colonialismo e imperialismo; e fratura do monolitismo e crise nos países da área soviética e na própria URSS.⁵⁷⁷ Esta visão mais refinada da conjuntura política, fazia com que a FAU encarasse a realidade de maneira mais dinâmica e aberta a fraturas, que lhes permitia incorporar, por exemplo, as observações do teórico anticolonial Frantz Fanon em seu periódico.

Sua posição “terceiro-mundista” não impedia lhe impedia de realizar duras críticas ao modelo soviético que paulatinamente passa a ser adotado na ilha. Ainda em 1962 a FAU denunciaria a “criação do Partido Único” na ilha como algo que “conspira contra o desenvolvimento da revolução”.⁵⁷⁸ Neste documento defendem a autodeterminação dos povos, o anti-imperialismo (tanto contra o imperialismo estadunidense como o soviético), a autogestão social, democracia direta, crítica ao partido único e ao marxismo-leninismo. Reconhecem que dentro de Cuba “distintas medidas adotadas, seja por imperativos internos, seja por desorientação ideológica” constituem um desvio de seus postulados originais.

Afirmam que “só por uma inadmissível irresponsabilidade ou torpeza política [...] se possa confundir uma covarde e reacionária neutralidade entre colonialismo e país colonizado, ou entre ditadura e povo dominado, com a Terceira Posição”.⁵⁷⁹ Para a FAU, a luta dos países subdesenvolvidos “estava completamente desconectada desta doutrina [comunista]”.⁵⁸⁰

Paradoxalmente estavam presentes, ainda que minoritariamente citações de determinadas frases de Fidel Castro – sempre inseridas numa tentativa de pautar a luta

⁵⁷⁴ Pleno reafirmó la solidaridad con la Revolución Cubana, FAU, Boletín Informativo. Julio de 1961, ano 1, nº 12.

⁵⁷⁵ A FAU por exemplo, sempre que possível, colaborou com o Movimento de Libertação Nacional Tupamaros (MLN-T). Cf. TRISTÁN, 2006, p. 226.

⁵⁷⁶ Cuba y el Tercer Mundo. **Suplemento de Lucha Libertaria**, Montevideo, noviembre de 1962.

⁵⁷⁷ Idem.

⁵⁷⁸ “Justa posición de FAU. Sobre Revolución Cubana” apud MECHOSO, 2006, p. 223

⁵⁷⁹ “Manifiesta que sólo por una inadmisibile irresponsabilidad o torpeza política y/o por coacciones internas o exteriores, se puede confundir una covarde y reaccionaria neutralidad entre colonialismo y país colonializado, o entre dictadura y pueblo ahrojado, con la Tercera Posición”. Justa Posición de FAU Sobre Revolución Cubana. **Folheto**, tradução nossa.

⁵⁸⁰ “La irrupción en la escena mundial de los países subdesarrollados ha estado completamente desconectada de esta doctrina, que ha sido – asimismo – la cobertura ideológica de la política oportunista” Justa Posición de FAU Sobre Revolución Cubana. **Folheto**, tradução nossa.

existente entre um campo revolucionário versus a burocracia soviética – numa tentativa de disputar uma figura reconhecida no amplo campo da esquerda revolucionária e lhe impingir matizes libertárias. Sua posição terceiro-mundista não ficaria impune de críticas. Parte da esquerda uruguaia consideraria contraditória a defesa de Cuba aliada a esta posição crítica ao regime da URSS. À isto, a FAU responderia que ao defender Cuba partem de um “critério revolucionário; não como proxenetas da revolução cubana, não ‘revolucionários para ali’ e politiqueros aqui”.⁵⁸¹ A FAU se referia as posições recuadas do Partido Comunista, que apesar de reivindicar Cuba, atuava fora dos principais preceitos da estratégia revolucionária representada por Cuba. No mesmo ano, a anarquista Luce Fabbri publicará com apoio da Unión Socialista Libertária (de Rosário) uma brochura intitulada *La Libertad entre la Historia y la Utopia*. Em linhas gerais as críticas andavam em torno da noção de ditadura do proletariado, mas ressaltavam a reforma agrária realizada na ilha (“tão superior ao que existia antes em Cuba e segue existindo em outros países”) e as cooperativas de produção.⁵⁸² Mas já apontavam, o que em sua percepção era entendido como uma contrarrevolução, que era para esta a formação do capitalismo de estado e o “absolutismo político”.⁵⁸³ Não há nenhum debate na brochura publicada por Fabri, da validade de certos métodos revolucionários advogados pelos revolucionários cubanos. A discussão gira em torno do modelo de organização de Cuba. Em outras palavras, se discutia até onde o processor revolucionário cubano tinha chegado, mas não se debatia qual a validade dos métodos aplicados na ilha para se alcançar algo semelhante, sob a perspectiva libertária.

Apesar das críticas do anarquismo uruguaio ao processo cubano, de maneira geral, com exceção do forte conteúdo latino-americanista e terceiro-mundista, a posição da FAU era muito próxima da dos anarquistas brasileiros, que em 1963, num encontro nacional reafirmaram um apoio crítico a Revolução Cubana. A grande questão é que em 1963 a FAU é tomada por debates e polêmicas internas que levarão a organização para uma cisão, que terminará com saída de Luce Fabbri e outros militantes. Este processo se iniciou nos anos anteriores e amplificou enfoques estratégicos distintos. Os temas mais importantes para a cisão foram: Cuba, estrutura orgânica, prioridade operária e violência revolucionária.⁵⁸⁴ Percebemos que os temas em questão, em maior ou menor grau, estavam relacionados com a temática cubana, ainda que indiretamente. Não entraremos nos pormenores da cisão interna da FAU, que mereceriam outro artigo, mas, a saída deste grupo, fez com que os que permanecessem, alinhassem a organização em direção: a uma estrutura orgânica federativa e que pudesse fortalecer as decisões da FAU, prioridade na atuação operária e defesa da necessidade da violência revolucionária.⁵⁸⁵

Sem dúvida alguma, foi a Revolução Cubana que tornou aguda e pôs em relevo os dissensos internos, mas permitiu igualmente, ajudar a definir caminhos distintos e perspectivas políticas concretas ao anarquismo uruguaio, ainda quando, os anarquistas

⁵⁸¹ “y hemos actuado aquí con criterio revolucionario no como proxenetas de la revolución cubana, no ‘revolucionarios’ para allá y politiqueros, acá.” Cuba y el Tercer Mundo. **Suplemento de Lucha Libertaria**, Montevideo, noviembre de 1962, tradução nossa.

⁵⁸² FABBRI, 1962, p. 30.

⁵⁸³ Ibid, p. 31.

⁵⁸⁴ “La fractura de FAU” apud MECHOSO, 2006, p. 261. Eduardo Rey Tristán resalta que foram três elementos, os principais para aprofundar evolução ideológica da FAU: impacto da revolução cubana, compreensão própria do anarquismo e a leitura teóricas de outras correntes.

⁵⁸⁵ Aqui cabe um pequeno comentário crítico da avaliação de Eduardo Rey Tristán sobre essa estrutura federativa. Segundo Tristán a ideia de minoria ativa da FAU será a evolução até a ideia de partido revolucionário, adotado, no que diz respeito ao “giro” político concretizado no PVP em 1973. Acreditamos que essa noção seja um pouco anacrônica. Na verdade, apesar de ter se nutrido de maneira heterodoxa de contribuições teóricas diversas, a matriz política da FAU está conectada com a ideia de minoria ativa bakuniniana, que é essencialmente anarquista. Cf. TRISTÁN, 2006, p. 239.

dialogavam criticamente com este evento revolucionário. A polêmica da revolução cubana será estancada dentro do anarquismo uruguaio principalmente a partir de 1965. Uma conversa de um militante da FAU e um delegado cubano no Uruguai sintetizou as discrepâncias que se avolumavam e a relação da FAU com Cuba, passou a ser nula a partir daí. Como apontado pelo historiador Daniel Alves “a FAU havia se desentendido com uma delegação cubana que visitara o Uruguai antes da OLAS”⁵⁸⁶ e isto, ainda segundo o autor prejudicou as possibilidades de visita da FAU à Cuba.

Naquela ocasião, a FAU, contando com a participação de Gerardo Gatti e Juan Carlos Mechoso, intercambiou opiniões a respeito dos respectivos processos de cada país e sobre um possível apoio técnico, no caso, viagens à Cuba para cursos de capacitação militar. Em meio a conversação, o delegado cubano fixou como exigência à FAU a modificação de seu nome – no caso, deixar de denominar-se anarquista – para que, então, pudesse receber tais cursos.⁵⁸⁷

O grupo que saía da FAU, entretanto, possuía um trânsito maior no movimento anarquista internacional, cujo epígono era a militante Luce Fabri. Luce era filha do histórico militante Luigi Fabri que tivera relações estreitas com o Errico Malatesta. Este grupo também possuía uma boa entrada no movimento anarquista brasileiro e argentino.⁵⁸⁸ Aliás é sintomático que o anarquismo brasileiro tenha divulgado intensamente notas diversas de atividades da *Comunidad del sur* mas jamais tenha dado um único informe sobre a atuação da Federação Anarquista Uruguai. Silêncio que se torna ainda mais problemático pelo peso que a FAU tinha na realidade social uruguaia em comparação a quaisquer grupos anarquistas deste país. Pode-se entender a partir do exposto, que a memória construída pelo anarquismo brasileiro sobre este tema, como apontado por Ricardo Ramos Rugai e reforçado por Daniel Alves deve-se fundamentalmente a visão do grupo que saía da FAU e que ajudou a constituir a imagem da FAU enquanto uma organização supostamente pró-Fidel Castro e que não esboçou nenhum elemento crítico ao processo cubano.

As opções em torno da Revolução Cubana não necessariamente causaram o isolamento “automático” da FAU com o restante do anarquismo, este foi um processo que tem relação não apenas com Cuba, mas com as relações políticas que foram constituídas em nível latino-americano pelo grupo vinculado a Luce Fabbri e que rompeu com a FAU.⁵⁸⁹

Este isolamento também se deu, mediante a adoção de perspectivas políticas originais pela FAU e que se chocavam com certa ortodoxia no meio libertário. Apesar de fortemente inserida na luta de classes de seu país, a FAU permanecia contraditoriamente periférica politicamente dentro do anarquismo internacional. Ousamos dizer, que parte dessa posição se devia a certo eurocentrismo, presente em algumas análises, que impunham o modelo revolucionário típico do anarquismo Espanhol ou Francês para as organizações latino-americanas. A organização da FAU nutriu-se de uma experiência latino-americana que caminhava com uma identidade própria e que se diferia do hegemônico modelo europeu-sintetista difundido na Europa e incorporado por uma parte significativa e influente do anarquismo latino-americano naquele momento. O domínio simbólico das relações

⁵⁸⁶ ALVES, 2016, p. 92.

⁵⁸⁷ Idem.

⁵⁸⁸ Fabbri chegou a visitar os anarquistas brasileiros algumas vezes, visitas que foram registradas pelo periódico Ação Direta.

⁵⁸⁹ Essa relação só foi estabelecida, incrivelmente nos tardios anos 90.

internacionais anarquistas pertencia a cisão liderada por Luce Fabbri, mas a organização mais importante, até aquele momento, era a FAU.

A Revolução Cubana foi, portanto, central para os debates internos da FAU e do anarquismo uruguaio e definiu ainda que guardadas às realidades locais, perspectivas políticas e debates internos que seriam fundamentais nos anos seguintes. Os anarquistas europeus e seus aliados latino-americanos, pareciam valorizar mais a posição da FAU sobre Cuba, do que sua incidência significativa na luta de classes de seu próprio país. Paradoxalmente o isolamento da FAU do restante do anarquismo europeu, ou de sua tradição europeia em solo latino-americano, não contribuiu para seu isolamento da luta de classes ou de outras organizações de esquerda. A cisão da FAU, como apontado por Rugai e Alves de maneira indubitável, longe de enfraquecê-la, tornou-a uma organização com maior grau de unidade política e com um acionar mais efetivo, em sintonia com a realidade de seu país e do continente latino-americano. Com as discussões sobre Cuba dirimidas, o uso da violência revolucionária não seria mais um assunto divergente dentro da organização, o que lhes possibilitou dar passos mais audaciosos em direção ao seu projeto revolucionário. O fato de se isolar do anarquismo internacionalmente, naquele momento, longe de prejudicá-la, acabou por forçar a organização a dialogar com variadas correntes políticas do campo revolucionário (a qual esteve sempre disposta a fazer) e centrar suas propostas no campo sindical e popular. Se o isolamento do campo libertário teve um custo político alto, por outro lado permitiu a organização certa liberdade diante uma ortodoxia de determinadas organizações e correntes. Tal passo andou paralelamente a inserção da FAU num organismo que reuniu parte dos setores que aderiram a luta armada no Uruguai. Esta inserção fez com que a FAU se nutrisse de uma perspectiva revolucionária *latino-americanista*, que lhe garantiu um rico cabedal de ferramentas políticas e a afastasse de um anarquismo ossificado ou eurocêntrico.

- O Coordenador (1961-1965) e os debates sobre a violência revolucionária no Uruguai

Em 04 de março de 1959, a suprema corte uruguaia concedia uma autorização ao chileno anarquista González Mintrossi para sair do país.⁵⁹⁰ A autorização era um fim de um longo processo jurídico que envolvia além de Mintrossi, diversos anarquistas em ações armadas no Uruguai. O caso, além de ter se arrastado desde 1932, envolveu acusações a militantes anarquistas que viviam em território argentino e se inicia com o justicamento de Luis Pardeiro Sontie numa terça-feira do dia 24 de fevereiro de 1932, às 13h20min da tarde.⁵⁹¹ A coincidência de datas entre o fim do processo contra esse anarquista de ação e a vitória da Revolução Cubana nos é extremamente ilustrativo da transição (e diálogo) entre uma concepção de violência e o amadurecimento interno do anarquismo uruguaio de outra. O caso Pardo envolveu militantes uruguaio, argentinos e até mesmo um brasileiro e se inscrevia na memória social da militância que viria a formar a FAU, junto com outros elementos do acionar armado dos “anarquistas de ação” dos anos 10, 20 e 30. Anarquistas espanhóis como Durruti realizaram inclusive ações no território uruguaio. E a memória da Guerra Civil Espanhola – Revolução Espanhola principalmente para os anarquistas e socialistas – estava inscrita no tecido social uruguaio.⁵⁹² Em entrevista realizada ao autor,

⁵⁹⁰ CUESTA, 2017, p. 250.

⁵⁹¹ Ibid, p. 144.

⁵⁹² A pesquisadora Rosario Peyrou afirma que até a Revolução Cubana, a guerra da Espanha foi o episódio internacional de maior repercussão no Uruguai. Cf. Peyrou, 2016, p. 267.

Carlos Pilo, militante da FAU e morador do bairro *La Teja*, afirmou que teve contato com diversos vizinhos que eram imigrantes espanhóis.⁵⁹³

O início do pós-guerra contribuía para a integração desse imaginário das guerrilhas, do uso das armas ou de simplesmente da luta violenta contra regimes considerados injustos. Cabe dizer que nos anos 50 as expropriações e assaltos aos bancos não eram comuns. O anarquista Alberto “Pocho” Mechoso expropriaria uma filial de *La Caja Obrera* ainda na década de 50 com a intenção de “levantar fundos para uma cooperativa de trabalho e doar a outra parte para recém-fundada FAU”. A ação não fora obviamente organizada pela FAU mas sintomaticamente todas as ações armadas com fins expropriatórios feitas pelos anarquistas seriam planejadas e realizadas à partir daí pela organização política e não à moda dos antigos grupos de afinidade ou dos anarquistas expropriadores. A política comandaria as armas e não o contrário. Essa transição entre uma antiga tradição expropriadora anarquista e uma nova concepção de acionar armado é sintomática da nova linguagem política que se gestava à partir do fim da década de 50.

O fato de uma determinada ideologia política reivindicar o uso da violência revolucionária não nos parece um elemento explicativo válido para compreender o porquê de sua utilização em determinado momento. Tal perspectiva analítica nos parece exaustivamente tautológica e endógena e foi utilizada por diferentes perspectivas historiográficas que tentam explicar, por exemplo, o uso da violência armada na ditadura por parte das esquerdas como fruto de uma “cultura política” da violência, ignorando que se a esquerda (e dentro deste caso o anarquismo) defende o uso da violência revolucionária, porque num período esta é aplicada e em outros não?

Não seria mais adequado considerarmos que os agentes políticos envolvidos no uso da violência, avaliam – segundo a correlação de forças e os contextos específicos – o momento em que esta ferramenta deve ser utilizada? Para Broquetas, o processo de violência política e social do Uruguai vai se agudizando no transcurso da década de 1960 e em nossa percepção os agentes políticos avaliam de que maneira a violência serve como ferramenta ou não.⁵⁹⁴

A Revolução Cubana incentivava a ação de inúmeras agrupações de direita e “o anticomunismo havia adotado uma ‘nova agressividade’ que teve um papel preponderante na ‘violência terrorista’ de grupos criados pela CIA”.⁵⁹⁵ A ingerência do governo dos EUA no Uruguai foi operada à partir da parceria com os serviços de inteligência policial e militar uruguaios.⁵⁹⁶ Esta ação estadunidense sem dúvida alguma sofreu modificações de ordem tática. Num primeiro momento esteve associada a propaganda e difusão cultural anticomunista e financiamento de ações terroristas pela direita. À partir de 1963, principalmente diante os fracassos que essas ações da direita tivera na opinião pública⁵⁹⁷ trabalharam para “evitar uma ruptura do sistema político-econômico e reforçar os laços [do Uruguai] com os EUA”.⁵⁹⁸

Ações de cariz anticomunista conviviam neste primeiro período com atividades antissemitas, muitas delas realizadas independente das relações com as agências norte-americanas e obedecendo aos interesses políticos dos grupos de direita que as realizavam. Segundo Broquetas a captura de Eichmann na Argentina desatou uma onda de violentas ações antissemitas neste país e no Uruguai, que terminaram com sinagogas, clubes desportivos e

⁵⁹³ PILO, Carlos. Carlos Pilo: depoimento [16 de noviembre de 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Montevideo, 2017. arquivo.mp3 (1h:21 min.).

⁵⁹⁴ BROQUETAS, 2015, p. 264.

⁵⁹⁵ Ibid, p. 25.

⁵⁹⁶ Segundo a pesquisadora Magdalena Broquetas, em suas memórias Philip Agee se refere as estreitas relações da CIA com as forças de segurança uruguaias. BROQUETAS, 2015, p. 65.

⁵⁹⁷ Ibid, p. 265.

⁵⁹⁸ Ibid, p. 67.

comércios judeus atingidos por bombas ou vandalizados.⁵⁹⁹ A sede do partido comunista também fora atingida por bombas de *alquitrán* e o caso mais grave foi o sequestro de Soledad Barret (filha do anarquista Rafael Barret), golpeada e marcada à faca com duas suásticas.⁶⁰⁰ O sequestro possuía evidente semelhança com o da jovem estudante judia Graciela Sirota na Argentina, evidenciando que a direita (assim como a esquerda) nestes dois mundos alinhavam seus repertórios de ação.⁶⁰¹ Um médico argentino e uma trabalhadora doméstica também foram atacados pelos grupos fascistas e outras mulheres relataram sofrer violências semelhantes.⁶⁰²

A escalada de ações violentas da direita – geralmente baseada num anticomunismo que significava qualquer ação sindical ou política de esquerda – atingiu seu ápice no ano de 1962, quando em 20 de fevereiro de 1962 incendiaram a sede da seccional sul do PCU, um quiosque de propaganda do MRO e lançaram artefatos explosivos no clube do Partido Comunista, em *Molinos de Raffo*. Tal ação resultou na morte de Olívio Cela, um bebê de cinco meses, filho dos caseiros do lugar e teve uma grande repercussão nos meios de comunicação. Neste sentido, o contexto da violência da direita parece referendar parte do significado atribuído nas memórias dos militantes ao nascimento da instância do *Coordinador*, que a organização de um aparato armado também fazia sentido como instrumento de autodefesa.

No final de 1962 começam as primeiras reuniões de militantes que em 1963 irão fundar um organismo de articulação entre diferentes forças políticas da esquerda uruguaia: o *Coordinador*. Além do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) – uma cisão do Partido Comunista ocorrida em 1962 – o *coordinador* incluía o Movimento de Ação Popular do Uruguai (MAPU), a Federação Anarquista Uruguaia (FAU), o Movimento Revolucionário Oriental (MRO) e o Movimento de Apoio Camponês (MAC). O pesquisador Daniel Alves aponta que no ano de 1962, “em meio à luta intestina na FAU, ocorreu uma coincidência entre parte dos militantes do seu núcleo majoritário com os de outras organizações de esquerda”.⁶⁰³ Tal coincidência se dava na sentida necessidade de haver um organismo em comum e a “questão da luta armada era tema comum de debate”.⁶⁰⁴ Esse passo adiante da FAU selou a cisão com a fração representada por Luce Fabri.

Uma das características desse espaço coordenador era o fato de desconfiarem ou negarem a ação institucional mas também, a defesa e as possibilidades de uso da violência revolucionária. Lembrando que o acirramento do conflito social fazia com que esses temas fossem alvo de discussão dentro das organizações, em específico a repressão e a ação das direitas que se avolumavam e exigiam respostas práticas. Jorge Zabalza, militante histórico dos MNL-T – e que teve uma passagem pela FAU – afirmou em entrevista que “na FAU treinávamos para autodefesa nas manifestações”.⁶⁰⁵ Cabe afirmar que a presença das direitas – em associação por vezes íntima com os aparatos policiais e agências estadunidenses foi subjugada por certos setores das historiografias dos regimes militares latino-americanos. No caso do Uruguai, a pesquisadora Magdalena Broquetas afirma que em diversos casos “a documentação examinada também arrolou alguns nexos entre os grupos direitistas com membros da polícia e o exército”.⁶⁰⁶

Segundo Cardozo (2017) o resultado das eleições de 1962, onde a *Frente Izquierda de Liberación* (FideL) arrebatou apenas 5,6% do eleitorado foi outro fator determinante para que

⁵⁹⁹ Ibid, p. 186.

⁶⁰⁰ Ibid, p. 188.

⁶⁰¹ Idem.

⁶⁰² Ibid, p. 191.

⁶⁰³ ALVES, 2016, p. 83.

⁶⁰⁴ Ibid, p. 84.

⁶⁰⁵ ZABALZA, Jorge. Jorge Zabalza: depoimento. Entrevistador: Clara Aldrighi. Montevideo, s/d.

⁶⁰⁶ BROQUETAS, 2015, p. 268.

os militantes ligados à esta agremiações se aproximassem da perspectiva armada do *Coordinador*. O fracasso da via eleitoral num mundo convulsionado e diante o espectro da ação armada na *Sierra Maestra* fortalecia as cores revolucionárias da ferramenta da luta armada.

Acreditamos que outro elemento fundamental para a decisão de dar um passo em direção a formação de um aparato armado tenha sido as possibilidades de golpe militar. Concordamos com Alves (2016) quando este afirma que havia rumores e indícios de golpe militar no Uruguai, e tendo como exemplo, o caso brasileiro. Acrescentamos que a região vivia instabilidades e intervenções, como a ditadura de Stroessner no Paraguai e as eleições fraudadas de 1963, ataque militar a Cuba em 1962⁶⁰⁷ e golpe militar no Vietnã do Sul, em 1964.⁶⁰⁸

Este jornal, fundamental para a construção de um campo político em comum da esquerda uruguaia teria uma sessão permanente para acompanhar as notícias internacionais cuja tensão permanente mostrava um mundo em convulsão política. Com destaque para os países do terceiro-mundo e as lutas sociais que se espalhavam sob a tese da libertação nacional, o diário iria acompanhar de maneira atenta, os processos guerrilheiros e os diversos golpes de Estado. A guerrilha e os golpes de Estado desfilavam diante as páginas de *Época* e passavam a impressão que os regimes políticos sob a égide da guerra fria descartavam a democracia quando lhe convia. Para completar, a ação da própria direita no Uruguai contribuía para fragilizar o regime político do período, convencendo as esquerdas que as tensões internacionais e continentais tornavam as democracias políticas frágeis e que estas poderiam sucumbir diante intencionalidades autoritárias de pequenos grupos organizados com apoio internacional, especificamente norte-americano. A FAU sofrera grande influência deste periódico, a ponto de em 1967 participar de sua confecção. A força de um periódico que descortinava todos os eventos revolucionários e insurrecionais da América Latina provocou efeitos concretos nas organizações que o confeccionavam e reforçava essa identidade revolucionária latino-americana.

A *Legión Artiguista* era uma organização conservadora fundada em 1961 que muito precocemente adotou conceitos-chaves da Doutrina de Segurança Nacional, sendo financiada por empresários e industriais uruguaios, principalmente das pequenas localidades. Tal organização se dedicara a intensificar uma campanha de publicidade oral e televisiva de corte antiesquerdista e antissindicalista⁶⁰⁹. E no mês de janeiro de 1964 o Serviço de Inteligência e Enlace da Chefatura de Polícia de Montevideo “recebia uma denúncia que alertava sobre um golpe de Estado que se daria no dia seguinte por parte de comandos civis com apoio militar”⁶¹⁰, fazendo com que o golpe planejado tivesse naufragado. Ainda assim “a iniciativa golpista de janeiro de 1964 inaugurou um período marcado pelas ameaças de ruptura institucional que se estendeu até as eleições nacionais seguintes” apesar de já estar desalinhada da estratégia estadunidense para o país.⁶¹¹

Percebe-se que deste modo, o debate da violência da FAU não estava desvinculado de seu contexto e nem pode ser compreendido apenas por uma cultura política militar ou militarista *endógena* que tudo explicaria. Foi esse conjunto de fatores que fizeram com que regularmente a FAU pudesse participar das reuniões do *Coordinador*, na figura de Gerardo Gatti, Mauricio Gatti e Juan Carlos Mechoso e em algumas atividades também León Duarte, trabalhador de FUNSA. Não é coincidência, que os anarquistas vinculados a FAU e que

⁶⁰⁷ Ataque a Cuba: Una energica condena. *Epoca*, Montevideo, 27 de Agosto de 1962, nº 82, p. 6.

⁶⁰⁸ OTRO golpe militar de derecha. *Epoca*, Montevideo, 31 de Enero de 1964, nº 581, p. 4.

⁶⁰⁹ BROQUETAS, 2015, pp 127-129.

⁶¹⁰ Ibid, p. 131.

⁶¹¹ Ibid, p. 142.

participavam frequentemente das reuniões do *Coordinador*, seguiram na organização após sua cisão interna que envolvia o tema cubano.

Alves afirma que esse momento tem uma relevância específica. Entre a cisão interna da FAU, de 1964 – que envolvia decisivamente o tema cubano e o uso da violência revolucionária – até a declaração de sua ilegalidade, a organização “se concentrou na definição de sua orientação política” como

apoio às lutas com níveis de radicalização e emprego de ação direta; uma maior autonomia para os trabalhos do Comitê Federal em torno de assuntos executivos; empenho na coordenação com outros setores da esquerda revolucionária; priorização do trabalho sindical.⁶¹²

Contribuindo com essa reflexão, acreditamos que a conjuntura forçava a FAU a adaptar politicamente sua estrutura interna e amadurece uma concepção estratégica que não estava dada *a priori* em sua fundação, mas que tentava dar resposta ao delicado jogo de interesses que recortava a região. Dar mais autonomia ao Comitê Federal (instância formada pelos delegados dos núcleos) visava superar certo “assembleísmo”⁶¹³ e uma estrutura mais ágil para lidar com a pujante conjuntura.

Outra questão importante é a influência do anarquismo na formação do *Coordinador*. Marina Cardozo (2017) chama atenção para isto, à partir de entrevistas realizadas com antigos integrantes deste espaço. Boa parte dos integrantes do *Coordinador*, entrevistados por Marina sustentam sua origem anarquista, apesar de terem migrado ou se associado a distintas organizações de esquerda. Enquanto o Partido Comunista adotava uma postura prudente e onde a violência revolucionária ocupava apenas as páginas e os discursos, a referência ao anarquismo era utilizada como uma tradição histórica que no contexto do *Rio de la Plata* possuía uma experiência invejável no uso da ação direta e armada.

Nos depoimentos citados, a linguagem e a ação dão conta de uma proximidade significativa com o anarquismo. Ele também está presente em vários depoimentos que utilizam a noção de propaganda armada e/ou de propaganda revolucionária⁶¹⁴

Cardozo também afirma que dentro do *Coordinador* havia certa reticência em usar o conceito de ação direta, por este estar demasiadamente associado a ideologia anarquista. Obviamente, ressalta-se o apoio aos métodos e a trajetória da Revolução Cubana como elemento aglutinador deste espaço, contando inclusive com militantes que visitaram Cuba, como Mario Navillat, médico e traumatologista responsável por propor a primeira ação armada do grupo, o assalto com fins de obtenção de armas, ao *Club Suízo*.

No fim de 1964 e meados de 1965 o *Coordinador* vai se desarticulando.⁶¹⁵ Principalmente devido às divergências estratégicas associadas a caída e prisão de vários militantes. Além disso, pesava a dupla militância de alguns integrantes que seguiam com vínculos em suas respectivas organizações.⁶¹⁶ Esta dupla militância nos parece ainda mais significativa no sentido de reforçar a hipótese de que o anarquismo possuía relevância – presencial e simbólica – na formação do *Coordinador*, onde a memória social pode ser

⁶¹² ALVES, 2016, p. 73.

⁶¹³ Termo que diz respeito a realizar assembleias para decidir qualquer questão.

⁶¹⁴ “En los testimonios citados, el lenguaje y la acción dan cuenta de una proximidad significativa con el anarquismo. Ello también está presente en varios testimonios que utilizan la noción de propaganda armada y/o de propaganda revolucionaria.” CARDOZO, 2017, p. 12, tradução nossa.

⁶¹⁵ Ibid, p. 14.

⁶¹⁶ Idem.

estendida até a ação dos anarquistas expropriadores que participavam de ações armadas e paralelamente estavam organizados em seus sindicatos ou entidades culturais vinculadas ao sindicalismo revolucionário.

Um elemento chave para a dissolução (Idem) do *Coordinador* foi o assalto ao *Banco de Cobranzas* no bairro de *Malvín* que levou a prisão de três trabalhadores *cañeros* responsáveis pela ação. A ação fora apoiada por um integrante do *Coordinador* que conseguiu escapar e acabou sendo responsabilizado por todo o evento. A FAU, apesar de criticar (internamente) politicamente e taticamente o modo e os efeitos da ação, viu com simpatia a ação. É neste momento que a FAU começa a criticar o que considerava “desvios foquistas” que começam a tomar o *Coordinador* (Idem) e insistia na manutenção da presença da esquerda combativa nos espaços sindicais. A FAU já possuía uma larga crítica interna, oriunda de sua concepção estratégica sobre o uso da violência como fim em si mesma. Nos relatos de outros integrantes do *Coordinador* colhidos por Cardozo esta questão é reafirmada e a crítica da FAU se dava no sentido de ser contrária a ideia de tirar dirigentes sindicais para integrá-los numa atividade militar.⁶¹⁷ Soma-se a isto, as reflexões – formalizadas no livro de Guillén publicado em 1965 em Montevideo, *Estrategia de la Guerrilla Urbana* – libertárias sobre a luta armada.⁶¹⁸ Com a proposta de transformar o *Coordinador* numa nova organização, a FAU se retiraria deste espaço, com a justificativa que não fazia sentido participar dessa proposta, pois já possuíam sua própria organização política. Contudo, alguns anarquistas independentes seguiriam no *Coordinador* até sua transformação no *Movimiento de Libertación Nacional Tupamaros* (MLN-T). Com o fim do *Coordinador* algumas armas seriam entregues a FAU, mas a boa relação entre esta com as demais organizações que compuseram este espaço e com a nova organização surgida de seu interior (MLN-T) seguiria para além do fim deste espaço.⁶¹⁹ Aqui cabe afirmar que os *Tupas* nesse momento, como apontado pela historiadora Izabel Pimentel, compreendiam que “a luta armada deveria caminhar junta com outras formas de luta, não armadas; estas distintas formas de luta não eram opostas ou excludentes”.⁶²⁰ A FAU, desde o início de sua posição sobre a luta armada possuía a mesma reflexão, que sem descuidar do elemento armado seguiria pondo fichas e energias nos espaços de massa da classe trabalhadora.⁶²¹

2.7 - Comparando a polêmica da Revolução Cubana no anarquismo

O anarquismo argentino, brasileiro e uruguaio saudam e apoiam a Revolução Cubana, em 1959 como um acontecimento relevante no continente. As divergências se darão com o desenrolar do processo tendo como marco fundamental o ano de 1961. É neste ano igualmente, que o debate sobre Cuba passa a não ser apenas sobre a ilha e seu processo revolucionário, mas envolve decisivamente a discussão do uso da luta armada no continente latino-americano. Diferentes militantes e organizações passavam pela ilha, recebiam seus informes e levavam as discussões para um novo nível estratégico em seus países. As discussões extrapolavam as fronteiras nacionais, formando uma verdadeira comunidade transnacional da luta armada.

⁶¹⁷ CARDOZO, 2017, p. 15.

⁶¹⁸ GUILLÉN, Abraham. Entrevista a Abraham Guillén, gran teórico de la guerrilla. **Revista Bicicleta**, Año 1, n. 9, octubre de 1978.

⁶¹⁹ MECHOSO,s/d, p. 256.

⁶²⁰ SILVA, 2016, p. 78.

⁶²¹ Portanto, a crítica ao “foquismo” tupamaro pela FAU, será realizado numa fase posterior, de desenvolvimento e ação do aparato do MLN-T.

No caso argentino, o impacto da publicação dos relatos dos anarquistas exilados nos EUA e uma publicação da entrevista *View and Comments* junto com a declaração de Fidel Castro em maio de 1961, reconhecendo que Cuba era um país socialista fez com que o apoio passasse a ser crítico, com reiterados textos problematizando a aproximação de Cuba com a URSS. Pesava de maneira geral no interior do anarquismo argentino (e também brasileiro) a influência da polarização provocada pela guerra fria e uma postura crítica do regime soviético. Dois argentinos visitaram a ilha pouco tempo após a revolução, Luis Danussi e Abraham Guillén, tendo avaliações diversas sobre o processo. Enquanto Danussi, um experimentado sindicalista, via a questão cubana pelo prisma político-sindical, Guillén ressaltava-a mais do político-militar. Enquanto o primeiro manteve-se apartado desta *comunidade guerrilheira*, o segundo fez questão de influenciá-la sem tampouco, ignorar suas críticas e divergências políticas. Tais posições revelavam duas linhas ou comportamentos políticos do anarquismo que longe de se limitarem a determinadas personalidades, espriavam-se para organizações e debates estratégicos de maior amplitude.

No Brasil o tema cubano gerou algumas dissensões desde 1961, mas sem grandes resultados práticos, pois os anarquistas não possuíam nenhuma organização própria nacionalmente e tampouco o debate tinha grande relevância política interna. Apesar de desde 1961 já emitirem opinião crítica sobre Cuba nos jornais anarquistas, o anarquismo seguirá em defesa da Revolução Cubana, mas condenando o regime político instaurado na ilha. A questão de Cuba não se tratou simplesmente de um debate sobre a defesa ou não da Revolução, mas também da validade dos métodos revolucionários empregados na ilha e sua adaptabilidade aos contextos nacionais. No caso brasileiro, isto nunca esteve em questão. O tema da luta armada parecia exógeno a realidade do anarquismo brasileiro, que ao não debatê-lo também se furtou, de aprofundar temas correlatos, como o papel de uma organização política, a relação entre o nível de massas e a organização política, a característica dos países latino-americanos, violência armada etc. Na argentina, a ojeriza ao regime cubano, fez com que os anarquistas encastelados na FLA e na FORA atribuissem as organizações marxistas – próximas ao modelo cubano – características totalitárias. Ao usarem um conceito de maneira rígida e atribuírem este conceito a uma determinada corrente política da esquerda, estes terminavam por ter dificuldade em incorporar repertórios, reflexões e discussões do período de outras correntes, que poderiam ter servido a atualização do anarquismo. Fato que foi realizado não pela “velha” geração do anarquismo argentino, mas por novos militantes, formados no contexto latino-americanista, sob o farol da Revolução Cubana e do anti-imperialismo da década de 60.

No Uruguai o apoio do anarquismo a Revolução é mais precoce que dos outros países. Já em 1959 a FAU publicará o primeiro texto de apoio a este evento revolucionário. O impacto da Revolução Cubana na FAU será mais intenso que dos outros países, não apenas pelo debate em torno do evento revolucionário, mas pela decisão da organização em participar de uma instância coordenadora que advogava o uso da violência revolucionária e da luta armada. Esta posição aberta e pouco sectária da FAU, fez contraditoriamente com que esta se isolasse do anarquismo internacional, o que causou à despeito disto, uma inserção profunda da organização no mundo latino-americano da luta armada e no seu repertório.

A polêmica também teve matizes transnacionais que eventualmente se chocaram e definiram inclusive o futuro das relações políticas entre os anarquistas do continente. Em março de 1963 a FLA reproduziria alguns trechos da posição do pleno da FAU realizado em abril de 1962 sobre a Revolução Cubana. Junto a esta posição, a FLA publicaria a carta de um militante anarquista uruguaio (anônimo) que diante o fuzilamento Augusto Sánchez Espinosa, criticaria a posição argentina, comparando o militante a um agente da CIA. A polêmica virulenta terminou com o isolamento da FAU pelo anarquismo argentino, que pesava mais a discordância em torno da questão, do que o avanço do anarquismo em solo uruguaio.

Nos três países em questão houve como dissemos, apoio a Revolução Cubana e crítica do regime que se organizava em Cuba. Contudo, os termos da divergência se dariam em torno da questão dos prisioneiros e da perseguição dos libertários em Cuba, da caracterização dos anarquistas sobre as forças políticas próximas ao regime cubano em seu país e da validade do instrumental utilizado no processo revolucionário na ilha.

CAPÍTULO III – *GOLPES DE ESTADO, DITADURAS E DITADURAS CONSTITUCIONAIS: O ANARQUISMO E OS LEVANTES OPERÁRIOS-ESTUDANTIS (1964-1972)*

Vamos, estudantes,
por calles y plazas,
vamos, que la vida
nos llama
Daniel Viglietti

– Golpes de estado, ditaduras, ditaduras constitucionais e o Maio de 1968

Segundo Ricardo Mendes a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi transmitida aos militares norte-americanos com base na política de contenção ao comunismo e propagou-se para a “Europa, Ásia e para América Latina” na década de 50 e 60.⁶²² A doutrina chegou à partir dos programas de assistência militar, acordos militares multilaterais e tratados de assistência recíproca.⁶²³ Esta também teve influência do Estado francês e sua experiência de combate na Argélia.⁶²⁴

A difusão da doutrina de segurança nacional deve ser compreendida como um fenômeno continental e transnacional que tem seu marco de consolidação no golpe no Brasil em 1964, passando pelo golpe na Argentina em 1966 (e novamente em 1976) e a instituição na década de 70 de regimes militares no Chile (1973), Uruguai (1973) e Argentina (1976). Segundo Rico, na esteira da Revolução Cubana, entre 1962 e 1966 ocorreram oito golpes militares na América Latina, entre eles, um na Argentina e outro no Brasil.⁶²⁵ O continente já tinha passado por inúmeros golpes e ditaduras militares nas décadas anteriores mas a inovação se dava na adoção da Doutrina de Segurança Nacional diante um movimento popular e uma classe trabalhadora continentalmente mais organizada e mobilizada.

No caso brasileiro – pioneiro na aplicação da doutrina – o endurecimento do regime, com o AI-5 em 1968 selou a operação das forças militares sob essa doutrina, cujo combate a guerrilha e aos grupos opositores, se estendeu pela década de 70. Não se pode ignorar a natureza classista da DSN na sua definição de inimigo interno. Segundo Sherry (2009) em “todos os casos analisados, as instituições militares de linha dura atuaram, com apoio de setores nacionais e dos Estados Unidos, quando o controle do Estado era disputado por atores

⁶²² MENDES, 2013, p. 12.

⁶²³ Idem.

⁶²⁴ Segundo o Relatório I, Tomo I, Parte I – Conexões Internacionais da Ditadura Militar, da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Os serviços secretos franceses eram informados pelo SNI sobre os exilados brasileiros”. COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, Tomo I, Parte I – Estruturas e Sistemas de Repressão, Conexões Internacionais na Ditadura: Operação Condor e o General Aussaresses, 2015, p. 3.

⁶²⁵ RICO, 2013, P. 238.

sociais e dirigentes políticos que buscavam mudanças estruturais”.⁶²⁶ Além disso, Rico acrescenta que tanto no Uruguai, como na Argentina, Brasil e Chile, as ditaduras se instauraram em países com um desenvolvimento capitalista médio em processo de transformação.⁶²⁷ As ditaduras também foram uma resposta às insurgências estudantis e operárias e o fortalecimento das organizações populares nos anos 60.⁶²⁸ Todas as ditaduras instaladas na região tiveram apoio do capital-imperialismo.⁶²⁹

O golpe militar no Brasil decerto inaugura uma era no continente latino-americano, com a primeira aplicação prática da DSN e se torna uma referência para as elites políticas dos demais países como uma opção a ser incluída em seu repertório. Apenas dois anos depois, um golpe militar – dado por um militar integrado a mesma doutrina e guerra adotada pelo Brasil – atinge a Argentina e 1967 é o ano em que o governo uruguaio irá iniciar o endurecimento do regime político, que será caracterizado pela FAU como uma *ditadura constitucional*. Estes três processos (golpe no Brasil em 1964, golpe na Argentina em 1966 e ditadura constitucional uruguaia em 1967) em nossa concepção, estão intimamente ligados e podem ser descritos como parte de um panorama continental.

Endurecimentos, golpes e ditaduras mudariam a face desses três países em apenas três anos, até que a insatisfação latente, mesclada com a imponderável ação estudantil e operária iria forçar esses regimes até onde pudessem. O ano de 1968 é um período crucial de resistência dos setores operários e estudantis as modificações no âmbito econômico e político preconizado pelas elites locais. Até hoje, a multiplicidade de interpretações sobre este fenômeno se cruzam com construções no campo da memória social que terminaram por minimizar as divergências internas que existiam no interior do próprio acontecimento ou destacar apenas um aspecto deste.⁶³⁰

O fenômeno do *Mai de 68* não foi apenas uma soma de levantes, revoltas e insatisfações nacionais atomizadas. As revoltas inauguradas por este evento expressavam de “forma difusa, a emergência do descompasso entre a intensificação da internacionalização do capital, com seus efeitos sociais múltiplos, e o empenho em manter encapsuladas as lutas sociais em âmbito nacional”.⁶³¹ Para Virgínia Fontes “o grande volume de manifestações similares em diferentes países expressava o quanto os terrenos de luta se moviam, se deslocavam, precisavam ampliar-se”. O conjunto da luta e o capital “mostravam-se de fato, internacionais”⁶³² mas se expressavam de maneira distinta. No caso dos eventos ocorridos nos países da América Latina, as lutas do Maio de 68 expressaram-se como lutas contra as ditaduras, o imperialismo e certos tons de nacionalismo revolucionário. Enquanto que na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, o fenômeno se expressou contra os princípios da sociedade de consumo do período e a afirmação de valores culturais influenciados pelos movimentos contra culturais. Em ambos, no entanto, a expressão de lutas populares ligadas a classe trabalhadora serviam como um substrato comum.

Sobre isto, o teórico do autonomismo João Bernardo afirma corretamente que o Maio de 68 é apresentado apenas como uma movimentação estudantil, ignorando a forte presença operária nos conflitos ocorridos neste ano.⁶³³ Para Bernardo, o “desenvolvimento do capitalismo, com as pressões para o aumento da produtividade e, portanto, com a necessidade de qualificar a força de trabalho, converteu universidades de elite em universidades de massa”

⁶²⁶ SHERY, 2009, p. 60.

⁶²⁷ RICO, 2013, p. 226.

⁶²⁸ FONTES, 2010, p. 167.

⁶²⁹ Ibid, p. 207.

⁶³⁰ Sobre isto Cf. ARAÚJO In FICO; ARAÚJO, 2010, pp. 17-18.

⁶³¹ FONTES, 2010, p. 176

⁶³² Ibid, p. 178.

⁶³³ BERNARDO, 2008, p. 21.

e “transformou a maioria dos estudantes universitários em futuros trabalhadores”.⁶³⁴ A expansão do ensino na América Latina no período de 1955-1965 pode ser indicada mais acertadamente com os dados do aumento das matrículas, 60% no ensino fundamental, 111% no ensino médio e 92% no ensino superior. Essa expansão não foi acompanhada necessariamente da expansão estrutural do ensino e era interpretada à época, por um conjunto de autores, como a força motriz das mobilizações estudantis.⁶³⁵

Para Castoriadis a atmosfera ideológica de Maio “era feita de uma mistura de ideias “revolucionárias tradicionais” e de críticas, ou de transposição”, sem dúvida muitas vezes atenuada e confusa, das formas e dos conteúdos tradicionais do “movimento operário””.⁶³⁶ Formas que traziam inclusive fissuras internas no grande evento que sacudiu as ruas das grandes capitais atingidas pela tormenta de maio.

No plano material, as manifestações que tomaram as principais capitais dos países latino-americanos, tinham a vantagem de mobilizar um amplo contingente de estudantes facilmente mobilizáveis, agrupavam os setores insatisfeitos no interior das grandes capitais e eram menos vulneráveis aos aparatos da repressão.⁶³⁷ Este movimento acompanhava o fim da primeira fase da luta armada no continente, encerrada simbolicamente, na morte de Ernesto “Che” Guevara na Bolívia em 1967.

A emergência do Maio de 68 foi trabalhada de maneira diferente pelos variados setores ideológicos da esquerda. Em alguns setores provocou um grande processo de renovação. No anarquismo, este movimento – como veremos adiante – aprofundou as clivagens entre gerações e propostas políticas em seu interior. Assim como, obrigou sua militância a renovar-se. A renovação decerto não ocorreu de maneira uníssona e em todo o movimento, e tampouco, foi uniforme. Pode-se afirmar inclusive, que houve resistência – em alguns setores – ao assumir a mensagem espalhadas pelos ventos de 68. Em todos os locais onde a revolta de 1968 estourou, o anarquismo teve uma participação secundária. Na historiografia e no senso comum, em geral confundiu-se o espírito libertário das manifestações com uma presença orgânica e consolidada do anarquismo em tais eventos. Apesar de beneficiarem-se do “espírito” libertários dos eventos, de maneira global, o anarquismo tem influência nos acontecimentos de maneira limitada, contudo, capitalizarão politicamente para suas organizações e coletivos. A tese do ressurgimento do anarquismo em maio de 1968, uma mitologia histórica que persiste em ser desmontada, é em geral falsa. O anarquismo nos variados países em que as insurreições de 1968 estouraram possuía presença e continuidade que remonta às décadas anteriores. Apenas esta presença, explica os conflitos “geracionais” e as tentativas de renovação da ideologia anarquistas diante essas realidades.

– O Onganiato, o anarquismo argentino e a onda do Cordobazo (1964-67)

A historiografia do anarquismo argentino (dos anos 60 e 70) permaneceu de certo modo refém do mito que identificava no fim da década de 30, a decadência completa e absoluta dessa ideologia política. No limite, tal anarquismo era apresentado como uma ressurgência de um fenômeno que sofreu uma dura descontinuidade nas décadas de 40 e 50. Tentamos mostrar nos parágrafos anteriores, utilizando pesquisas recentes feitas principalmente por pesquisadores argentinos, o quanto essa visão carece de base factual.

⁶³⁴ Ibid, p. 22.

⁶³⁵ Num texto publicado originalmente em 1969, Ruy Mauro Marini disserta sobre essas questões. Afirmando que a incapacidade do mercado em absorver a crescente massa de estudantes trabalhadores e a expansão universitária, traziam um dilema crucial para os rumos do movimento estudantil. MARINI, 2016, p. 91.

⁶³⁶ CASTORIADIS, 2002, pp. 28-29.

⁶³⁷ HOBBSAWM, 1991, p. 431.

Apesar das mudanças conjunturais e da perda de hegemonia no meio operário, não se pode afirmar que o anarquismo desapareceu nas décadas de 40 e 50 e tampouco que ficou completamente alijado de suas hostes sindicais. Há um contexto político, que coloca os anos 1960 como década fundamental para os debates no interior da esquerda e do anarquismo. Isso porque, as transformações ocorridas nos anos 60 modificam totalmente a “gramática” política da esquerda e trazem debates fundamentais para o anarquismo, muitos destes, gerando conflitos e divergências em relação às estratégias a se adotar numa conjuntura efervescente.

Em 1965 Onganía manifestaria sua adesão a doutrina de segurança nacional.⁶³⁸ Tal adesão não foi nenhuma coincidência, já que os Estados Unidos levavam a cabo uma extensa campanha com o objetivo de converter os exércitos da América Latina em seus aliados contra o inimigo interno: a subversão comunista.⁶³⁹ Dentro das forças armadas argentinas a doutrina antissubversiva já vinha tendo um “desenvolvimento progressivo desde 1955”⁶⁴⁰ e há de se ter em conta, que os atores políticos locais “puderam usar essa conflitividade global como motor de em suas próprias necessidades internas” e que adaptavam tal doutrina aos seus próprios interesses.⁶⁴¹

Em 8 de março de 1965, o governo dos EUA enviaria as primeira tropas para a guerra do Vietnã e em 1965, temendo a reprodução do exemplo cubano, os EUA invadiriam a República Dominicana com milhares de *marines*, rompendo com o princípio de intervenção adotado nas conferências pan-americanas de 1933 e 1936. O governo dos EUA chegou a enviar mais de 23.000 fuzileiros para a pequena ilha centro-americana, quase metade do contingente que atuava no Vietnã.⁶⁴² *La Protesta* denunciaria a invasão afirmando que não há “infiltração comunista no governo Caamano” e que os EUA defendem os “mais bastardos interesses, os de seus grandes trusts”.⁶⁴³ Ainda que numa posição claramente terceirista (nem EUA nem URSS), os anarquistas organizados em *La Protesta* seguem com uma postura anti-imperialista, que denunciará não apenas a atuação dos EUA na América Latina, mas também a guerra do Vietnã.⁶⁴⁴

Os anarquistas aglutinados no jornal *La Protesta*, considerarão que “a Argentina se encontra dentro da esfera dos interesses político-econômicos-militares da América do Norte”.⁶⁴⁵ Ao medo do governo norte-americano pela possível difusão revolucionária no continente latino-americano, os anarquistas de *La Protesta* contrapunham uma esperança no possível despertar revolucionário e insurrecional deste continente. Avaliando que “nas grandes crises das estruturas estabelecidas, a expansão das ideias libertárias e socialistas se facilita”,⁶⁴⁶

Mais uma vez o peronismo iria ser um elemento fundamental nos desdobramentos políticos que afetariam o governo Illía. O governo Illía, eleito graças a proscrição dos peronistas, prometia que iria devolver o peronismo à legalidade. Compreendia assim, que as mudanças sociais ocorridas no território argentino não podiam prescindir da incorporação do peronismo, cujo papel político, ajudou a constituir a expansão da cultura de massas, a modernização das relações de trabalho e o desenvolvimento industrial.

⁶³⁸ Ibid, p. 143.

⁶³⁹ BETHEL, 2002, p. 100.

⁶⁴⁰ FRANCO, 2012, p. 197.

⁶⁴¹ JOSEPH; SPENCER, 2008.

⁶⁴² FERREIRA, 2016, p. 26

⁶⁴³ LOS “defensores de la democracia” en Santo Domingo. **La Protesta**, Buenos Aires, Mayo de 1965, n° 8100, p. 3

⁶⁴⁴ SE asesina en Vietnam. **La Protesta**, Buenos Aires, Mayo de 1965, n° 8100, p. 5.

⁶⁴⁵ La “Revolución Argentina”: Otro fracaso autoritário. **La Protesta**, Buenos Aires, Diciembre de 1966, n° 8105, pp. 1-2.

⁶⁴⁶ VEDIA, Lorenzo de. Los Anarquistas ante las insurrecciones populares en America Latina. **La Protesta**, Buenos Aires, Novembre de 1964, n° 8097, pp. 6-7.

Do ponto de vista econômico estimulou políticas expansionistas e o estímulo do consumo privado.⁶⁴⁷ No campo sindical, a CGT foi reorganizada em 1963 e uma sequência de greves pressionava o governo à volta da ordem constitucional.⁶⁴⁸ Em 1964 o país assistiu a uma escalada de ocupações de fábricas que ressaltavam o poder sindical e que foram empecilhos aos objetivos de modernização econômica. Cabe ressaltar que durante esse período era cada vez mais forte a importância das indústrias ligadas aos setores dinâmicos da economia argentina, que entre 1964 e 1971 cresceu com uma taxa média anual de 9,4% e recebiam importantes aportes do capital estrangeiro (principalmente de multinacionais do setor automobilístico).⁶⁴⁹ A reação apática de Illía aumentou as preocupações dos setores empresariais e os setores militares consideravam a ação do governo como uma prova definitiva de falta de autoridade política.

As eleições de março de 1965 trouxeram mais elementos para a crise política. O fracasso em conter a força eleitoral do peronismo, que tivera um excelente desempenho nas urnas isolou ainda mais o governo de Illía.⁶⁵⁰ Parecia previsível uma vitória segura do peronismo nos próximos eventos eleitorais.

Onganía pediu sua demissão por um conflito incidental com o secretário de guerra e começou a atrair cada vez mais, as simpatias dos setores conservadores descontentes do governo de Illía. Diante uma modernização cultural e técnica do país afinada com a inversão do capital estrangeiro, um novo estrato de profissionais, diretores de empresa e universitários adquiriria maior visibilidade.⁶⁵¹ Uma propaganda harmonizada com as aspirações desses setores e com o modelo norte-americano difundia novos hábitos e pautas de consumo. A integração Argentina ao mundo moderno era obstaculizada, segundo esses valores pelo arcaísmo de seus partidos políticos. Diante uma opinião pública que já manifestava seus desejos golpistas, Onganía foi convertido no líder natural dessa ideologia de modernização autoritária.⁶⁵² O “comandante-chefe” fez um discurso desafiante ao governo em 29 de maio de 1966 e foi destituído por Illía, causando uma crise decisiva. Em 26 de junho do mesmo ano, o exército se apoderou dos sistemas de rádio, televisão e telefones, dando ao presidente seis horas para se demitir e expulsou-o do palácio presidencial. O golpe de 1966 estava ligado decisivamente a ruptura iniciada em 1955.⁶⁵³

De 1966 a 1970, o general Juan Carlos Onganía governava o país. Onganía aprovaria uma série de medidas liberais na economia, tais como abrir os mercados internos aos monopólios internacionais, aumentar o tempo de trabalho para a aposentadoria e modificar as regras das indenizações aos despedidos. Tais mudanças podem ser compreendidas como uma modernização da economia e transformação no aparato produtivo, processo este, incentivado pelo empresariado argentino desde o final da década de 50. A escolha de Adalberto Krieger Vasena para o Ministério da Economia selou a proposta econômica da modernização conservadora tocada por Onganía. Krieger Vasena era membro do conselho de administração de importantes companhias nacionais e estrangeiras, muito relacionadas com as instituições financeiras internacionais.⁶⁵⁴ Do ponto de vista político, entretanto, Onganía adotaria uma

⁶⁴⁷ BETHEL, 2002, p. 97.

⁶⁴⁸ Ibid, p. 99.

⁶⁴⁹ MATTEI, JÚNIOR, 2009, p. 106.

⁶⁵⁰ BETHEL, 2002, p. 101.

⁶⁵¹ Ibid, p. 102.

⁶⁵² Ibid, p. 103.

⁶⁵³ FAUSTO DEVOTO, 2004, p. 389. Assim como o golpe de 1964 no Brasil esteve intimamente ligado a derrubada de Getúlio em 1954.

⁶⁵⁴ BETHEL, 2002, p. 105.

política antiliberal, adotando um estilo paternalista de governo e uma vigilância moral e ideológica.⁶⁵⁵

A escalada autoritária não se restringira a Argentina, como veremos adiante. Tanto Brasil quanto no Uruguai, houve um crescente fechamento dos regimes políticos que em nossa percepção deve ser entendida numa chave analítica continental. De 13 a 15 de abril de 1967, vinte chefes de Estado se reuniram em Punta del Este, Uruguai num esforço de coordenar a cooperação interamericana no terreno econômico, em específico a Aliança para o Progresso. A Carta de Punta del Este postulava um crescimento econômico anual mínimo de 2,5%, mas que na realidade se restringia a 1%, e 1966. O encontro propugnou uma nova estratégia pan-americana de ação econômica. Apesar da pauta do encontro ter sido focada prioritariamente em temas econômicos⁶⁵⁶, alguns temas políticos escaparam pelos discursos de alguns chefes de Estado.⁶⁵⁷ Onganía, se alinhando ao corolário da doutrina de segurança nacional enfatizou que

O problema da segurança continental é prévio, por exemplo, aos que se sobreponham por causa da multiplicação da população latino-americana. A cooperação a que nos comprometemos para nos prevenir contra os males do futuro, devem ter sua expressão atual em combater os males do presente. O primeiro de todos, a violência revolucionária, que é o trágico de nossos dias. Não esperemos combater-lo amanhã, com medidas depois de amanhã. Não haverá, pelo demais, projeto econômico realizável, se não se assenta sobre a necessária ordem político, onde se apoia a disciplina no trabalho e a paz externa e interna. Estas são precisamente, as condições que a subversão marxista quer ver desvanecidas, porque aqui toca os fundamentos da sociedade e porque conhece a debilidade irreparável dos programas econômicos que não estão afirmados num sistema político estável. Em tal sentido, a segurança continental é condição de desenvolvimento econômico; precisamos agora, de segurança para alcançar o desenvolvimento, tanto como nos beneficiaremos depois, com o desenvolvimento para preservar a nossa segurança.⁶⁵⁸

Internamente Onganía criou a “Lei de repressão ao comunismo”, perseguindo e prendendo militantes e sindicalistas. Dissolveu partidos políticos e interviu em diversas universidades que foram consideradas “centros de subversão e comunismo” pela propaganda oficial do governo. Onganía acabou com a autonomia das mesmas e colocou interventores em oito universidades do país. Neste período a Faculdade de Arquitetura em Córdoba, cuja presença do anarquismo será relevante passava por debates internos que opunham duas linhas, uma que considerava o arquiteto como uma espécie de artista criador e outra, mais

⁶⁵⁵ Ibid, p. 104.

⁶⁵⁶ NAVARRETE, 1967, p. 184.

⁶⁵⁷ Ibid, pp. 199-200.

⁶⁵⁸ Segue o original. “El problema de la seguridad continental es previo, por ejemplo, a los que sobrevengan por causa de la multiplicación de la población latinoamericana. La cooperación a que nos comprometemos para prevenirmos contra los males de futuro, debe tener su expresión actual en combatir los males del presente. El primero de todos, la violencia revolucionaria, que es el trágico hecho de nuestros días. No esperemos contenerlo mañana, con medidas para pasado mañana. No habrá, por lo demás, proyecto económico realizable, si no se asienta sobre el necesario orden político, donde se apoya la disciplina en el trabajo y la paz externa y interna. Estas son precisamente, las condiciones que la subversión marxista quiere ver desvanecidas porque ahí toca a los fundamentos de la sociedad y porque conoce la debilidad irreparable de los programas económicos que nos están afirmados en un sistema político estable. En tal sentido, la seguridad continental es condición del desarrollo económico; precisamos ahora, de seguridad para alcanzar el desarrollo, tanto como no beneficiaremos después con el desarrollo para preservar nuestra seguridad”. ONGANIA, Juan Carlos. apud NAVARRETE, 1967, pp. 199-200. tradução nossa .

heterogênea, que se convenciona da possibilidade da arquitetura em intervir positivamente nos processos de transformação social.⁶⁵⁹ Até 1966, o segundo grupo esteve a cargo da Faculdade de Arquitetura, mantendo ainda segundo Malecki⁶⁶⁰ um perfil progressista e levando adiante uma agenda de discussão sobre a problemática social da arquitetura e se posicionando sobre temas internacionais, como a Guerra do Vietnã e a invasão norte-americana a República Dominicana. A III Conferência Latino-americana de Escolas e Faculdades de Arquitetura, que contou com a participação de diversos representantes latino-americanos “instalou com força o debate sobre as formas de ensino de arquitetura e a inquietude por uma reforma de plano de estudos”, esta onda progressista na universidade foi interrompida em 1966 com o golpe de Onganía e a consequente intervenção nas universidades que deixou como saldo, uma série de professores expulsos ou exonerados.⁶⁶¹

Em 1966 os salários foram reajustados e congelados por 2 anos e em 1967 os sindicatos também foram privados da possibilidade de negociação coletiva e as contas bancárias dos sindicatos foram congeladas. O regime ameaçou dissolver a CGT e a quantidade de greves em 1967 decaiu significativamente.

Mas o ano de 1967 era apenas a calma que precede a tempestade que se avizinharia. O *onganiato* e sua “revolução argentina” reforçariam em importantes setores da classe trabalhadora a ideia de que seu governo tentava “consolidar a hegemonia dos grandes monopólios industriais e financeiros associados com o capital estrangeiro às custas da burguesia rural e dos setores populares”.⁶⁶²

Em Córdoba as tensões sociais cresciam, os sindicatos classistas exigiam a ruptura com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o empresariado respondia com tentativas de aumentar a produtividade e redução da mão de obra. Somadas as influências da Revolução Cubana e Chinesa, o contexto político argentino foi gerando protestos e greves em todo o país. Setores de esquerda, alimentados pelo imaginário da luta armada e todas as dissidências internas que tais debates impunham, se proliferavam nas universidades. Os subseqüentes eventos golpistas criava uma desilusão generalizada no sistema político, que engrossava as fileiras das organizações da esquerda revolucionária. É neste contexto que se forma Resistência Libertária (a primeira).⁶⁶³

Eram momentos de renovação, que afetavam diferentes correntes político-ideológicas. Apesar da força majoritária do peronismo há uma crescente oposição nas estruturas sindicais em todo o país e um crescente problema de credibilidade do peronismo com suas bases, tanto com o crescimento do peronismo de esquerda quanto de outras correntes opositoras do campo do socialismo.⁶⁶⁴ A reorganização interna do campo peronista não está isolada da reconfiguração de outros campos políticos, como o anarquismo.

⁶⁵⁹ MALECKI, 2016, p. 82.

⁶⁶⁰ Idem.

⁶⁶¹ Ibid, p. 83.

⁶⁶² GILLESPIE, 2011, p. 114.

⁶⁶³ Utilizamos o termo “primeira” e “segunda” para diferenciar a Resistência Libertária do final dos anos 60 e a Resistência Libertária fundada em 1974 à partir de uma unificação de diferentes organizações anarquistas.

⁶⁶⁴ JAMES, 2013, p. 289.

– O levante operário-estudantil na Argentina e o anarquismo (1968-1970)

Sabemos também, que essas formas de dominação e de exploração permanentemente aperfeiçoadas, podem sempre ser destruídas, como ocorreu na Rússia em 1917, na China em 1948 e em Cuba, em 1959⁶⁶⁵

Enquanto as velhas organizações anarquistas, como a FORA e a FLA passavam por dificuldades, havia segundo Díz e Trujillo “um generalizado hálito de ruptura com as organizações e o discurso clássico do anarquismo” que motivavam a reflexão sobre a renovação interna.⁶⁶⁶ Mas de fato, o acontecimento mais importante para a renovação ou que ao menos, impôs uma necessidade de adequar o anarquismo aqueles tempos fora o *Cordobazo*. Em meados de 1968, ao mesmo tempo em que os ventos da revolta estudantil que explodia em diversas partes do mundo, varriam suas principais cidades, um grupo de jovens influenciados pela contracultura se instalava numa chácara de 10 hectares, em Córdoba. Segundo Trujillo e Díz eram “influenciados por uma série de correntes comunitárias que agitavam as classes médias urbanas, como o hipismo, as comunidades cristãs de base ou as vertentes “gandhianas”⁶⁶⁷ e logo se aproximaram de um velho militante do sindicato dos padeiros integrado a FORA. Em depoimento, a militante Eugenia Ramos, uma professora, afirma que sua entrada no anarquismo teve essa origem nas comunidades alternativas.⁶⁶⁸ Logo depois de casar e trabalhar como professora, decide com seu conjugue viver com mais dois casais no campo, segundo esta “com a intenção de viver em comunidade, porque era a época, os anos 60, 70”.⁶⁶⁹ Dividiam o terreno casualmente, com um velho militante do sindicato dos padeiros, um basco chamado Hipólito Ripas, que se instalara em Córdoba, depois de sofrer uma perseguição por sua atividade sindical. Segundo Eugenia, se estabeleceu uma relação de amizade com Hipólito. Eugenia afirma que havia uma distribuidora de livros em Córdoba que vendia livros de Editorial Proyección e à partir do contato com o velho militante passou a se interessar no anarquismo.

Será esse militante, que segundo Trujillo e Díz, que aproximará o grupo às ideias anarquistas. A junção de uma cultura política anarquista e classista do “velho” militante *forista* com o contexto juvenil e estudantil que efervescia o cenário político das camadas médias gerará algo *além* desses dois termos. A conjuntura iria agir como um catalisador, que aceleraria essa renovação de maneira profunda. Esse processo pode ser compreendido com o conceito de hibridação, onde “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas”.⁶⁷⁰

Logo o grupo irá se inserir em diversos espaços, tais como a Comissão de Pais e Jovens de Cañada de Machado, no Sindicato dos Educadores da Província e constituirão uma cooperativa horticultora e depois de uma frustrada participação num congresso de

⁶⁶⁵ LA TAREA DE los anarquistas. **Acción Directa**, Buenos Aires, Octubre de 1973, nº 1, p. 7.

⁶⁶⁶ DÍZ; TRUJILLO, 2006, p. 8.

⁶⁶⁷ TRUJILLO; DÍZ, 2007, p. 37.

⁶⁶⁸ Segundo Ruben Prieto, um dos fundadores da *Comunidad del Sur* “havia um momento mais cáldo entre os anos 60 e fim dos anos 60, no Rio da Prata houve, o que chamavam de movimento intercomunitário”. PRIETO, Ruben. Ruben Prieto: depoimento dado ao documentário Comunidad del Sur – Parte 1. Entrevistador: Coletivo Cinestesia. Montevideú, 1997. Youtube (10min). Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=GTC-YShxIOk>>

⁶⁶⁹

⁶⁷⁰ CANCLINI, 2015, p. xix.

comunidades em Buenos Aires, optarão por uma ação política mais decisiva.⁶⁷¹ No terreno estudantil 1968 deixava como saldo uma série de “coordenações estudantis” e novas tendências políticas se consolidavam e traduziam a polarização vivida neste período.

O pesquisador Fernando López Trujillo afirma que em 1969, o grupo de anarquista irá se mudar para o bairro de Colonia Lola, onde iniciariam um trabalho comunitário.⁶⁷² Eugenia afirma que o trabalho em Colonia Lola começou por acaso com a mudança de um dos integrantes do seu círculo imediato para o bairro. A partir de então, outras pessoas passam a morar no bairro. Eugenia sublinha que a atividade política começou com a atuação de Horácio Suarez, que começa a desenvolver como professor um trabalho de reforço escolar com as crianças do bairro.

Trujillo e Díz chamam este grupo de Movimento Anarquista de Córdoba (MAC), apesar de não haver nenhum documento do grupo, assinado desta maneira. A ação militante em Córdoba não parece ter sido tão organizada quanto possa a dar a entender. Dentro do MAC existiam três grupos, que militavam em distintos espaços sociais.

Em maio de 1969 a CGT planejou uma paralisação nacional para o dia 30, enquanto as organizações sindicais cordobesas apontavam uma paralisação nos dias 29 e 30, sob ameaça do governo militar em recorrer as forças armadas.⁶⁷³ Estudantes, operários e vizinhos, já pela manhã enfrentavam a repressão policial na paralisação do dia 29, que teria como ápice, o assassinato do operário da IKA-Renault, Máximo Mena. Tal evento desencadeou violentos combates de rua, com manifestantes montando barricadas e enfrentando a polícia com pedras e garrafas.⁶⁷⁴ No fim da tarde o exército é convocado para entrar na cidade, sendo recebidos com tiros de franco-atiradores no bairro Clínicas, onde a resistência popular tinha se recomposto. Ao fim da noite o Sindicato de trabalhadores da eletricidade provocou um apagão na cidade, atrapalhando a ação das forças repressivas.⁶⁷⁵ No dia seguinte, data da paralisação nacional da CGT, Córdoba estava tomada pelo exército e as passeatas se transformaram em novos enfrentamentos com as forças policiais invadindo locais sindicais e pensões estudantis. Alguns jornais da época calcularam o saldo de 14 mortos e uma centena de feridos, outros diários falavam de 30 mortos ou até 60 mortos.⁶⁷⁶

Marcel van der Linden afirma que embora “greves gerais nunca tenham se concretizado, a Greve Geral Britânica de 1926, o “maio de 1968” francês e o chamado “cordobazo” argentino do ano seguinte chegaram bem perto.⁶⁷⁷ O *Cordobazo* reuniu as forças do sindicalismo combativo com a do movimento estudantil, uma verdadeira “insurreição popular com combates que duraram dois dias”.⁶⁷⁸ Pode-se compreender melhor neste contexto, a importância que o *Cordobazo* assumia dentro das fileiras revolucionárias e neste caso, especificamente no interior do anarquismo. Era impossível para essa geração, que viveu tais acontecimentos à partir de sua inserção num bairro operário, ficar fora deste ascenso popular.

O anarquista Juan Antonio, também morador do bairro de Colonia Lola recorda que quando estourou o Cordobazo

Aos trabalhadores das fábricas da zona (Yofre), os meganhas lhe interrompem a manifestação para o centro e eles fazem uma assembleia.

⁶⁷¹ TRUJILLO, 2007, p. 38.

⁶⁷² Idem.

⁶⁷³ TARCUS, 2008, p. 163.

⁶⁷⁴ Idem.

⁶⁷⁵ Ibid, p. 164.

⁶⁷⁶ Idem.

⁶⁷⁷ LINDEN, 2013, p. 205.

⁶⁷⁸ CALVEIRO, 2013, p. 32.

Quando estava acontecendo a assembleia, os meganhas partem para reprimir e o trabalhadores resistem e nós naturalmente nos pusemos ao lado dos trabalhadores. Se combateu todo o dia, se fez retroceder a polícia. Com um grupo de pessoas fomos ao centro e digo emocionadamente, vivi um dos momentos mais bonitos da minha vida, da liberdade. Quando a polícia saiu do centro, houve uns 5 minutos de bagunça, era a liberdade. Depois começou a correr a voz “vem o exército!, vem o exército!”.⁶⁷⁹

Juan Antonio sublinha as possibilidades de um evento deste tipo para o avanço político do próprio anarquismo. Em suas memórias, afirma que

À partir do Cordobazo ocorre um fenômeno, a discussão política. Aparecem os cachorros, os montoneros, outros peronistas, o partido comunista, os chineses e se armam todas as noites discussões na praça. Mas ali havia uma coisa que me fechava, este assunto da espontaneidade que para mim se havia ocorrido nas pessoas do povo e na luta do cordobazo e os outros insistindo na direção revolucionária do partido e dos sindicatos no Cordobazo.⁶⁸⁰

O militante Cacho afirma que sua maior politização ocorreu durante o Cordobazo.

Nesse momento eu não era anarquista nem nada. Eu participo do Cordobazo. Até esse momento não tinha nenhum compromisso político, inclusive muitas poucas ideias políticas. [...] o Cordobazo me dá uma identidade, primeiro como trabalhador.⁶⁸¹

Através do teatro independente conhece companheiros anarquistas e se integra na tarefa comunitária de Colônia Lola. Sobre o *Cordobazo* os Grupos Anarquistas Revolucionários (GAR), avaliavam tal movimento como uma “demonstração real de união revolucionária”. A ação direta de massas era vista pelo GAR como uma saída ante a “opção eleitoral”. Para o GAR, foi em Córdoba que surgiu a “autêntica vanguarda: O POVO”. Criticando a ação de determinadas legendas de esquerda, ressaltavam a ação popular e sublinhavam a consigna “criar duas, três, muitas córdobas” para se contrapor tanto a saída eleitoral quanto ao golpismo.”⁶⁸² Empolgados pela conjuntura conflitiva irão defender

⁶⁷⁹ A los obreros de las fábricas de la zona (Yofre), la cana les corta el paso al centro y van para la plaza y hacen una asamblea. Cuando se estaba desarrollando la asamblea cae la cana a reprimirla y los obreros resisten y nosotros naturalmente nos pusimos del lado de los trabajadores. Se combatió todo el día, se hizo retroceder a la cana. Con un grupo de gente nos fuimos al centro y lo digo emocionadamente viví uno de los momentos mas hermosos de la vida, de la libertad. Cuando se retiró la cana del centro, hubo unos 5 minutos de algarabía, era la libertad. Después se empezó a correr la voz “viene el ejercito!, viene el ejercito!”. ANTONIO, Juan In COLECTIVO TIERRA Y LIBERTAD Ensamble Libertario (Neuquén), Coordinadora Libertaria de Córdoba y Ezequiel Blanda (San Francisco Cba). Publicado en Marzo de 2006 en la agencia de noticias A-Infos bajo el título “Anarquismo en Córdoba en los 70”, tradução nossa.

⁶⁸⁰ O original: A partir del Cordobazo se da un fenómeno, la discusión política. Aparecen los perros, con los montoneros, otros peronistas, el partido comunista, los chinos y se arman todas las noches discusiones en la plaza. Pero ahí había una cosa que no me cerraba, este asunto de la espontaneidad que para mi se había dado en la gente del pueblo y en la lucha del cordobazo y los otros insistiendo en la dirección revolucionaria del partido y los sindicatos en el Cordobazo. Idem, tradução nossa

⁶⁸¹ SABRANSKI, Carlos; “PIOJO”, “CACHO”, ANTONIO, Juan; TELLO, María Esther: depoimento [31 de março de 2007]. Entrevistador: Biblioteca Popular José Ingenieros. Buenos Aires, 2007. arquivo.mp3 (1h:43 min.).

⁶⁸² GAR. Ni botas, ni votos: revolución social. Grupos Anarquistas Revolucionários. Panfleto, s/d.

igualmente a “ação direta em todos os níveis”, consigna que foi difundida decisivamente pela Federação Anarquista Uruguia.⁶⁸³

Os anarquistas de *La Protesta* também dariam destaque sobre os eventos de Córdoba em seu editorial e dirão que “a insurgência em Córdoba pode ser o primeiro marco de um profundo processo revolucionário”.⁶⁸⁴ Apesar de efêmero, o levante de Córdoba deu um novo alento às organizações da esquerda revolucionária, já que sublinhavam a ação de massas diante certa desilusão com as saídas dentro das instituições políticas vigentes. O *Cordobazo* expressou uma nova atividade sindical que se manifestou primeiro na região de Rosário e depois em Córdoba, onde se destacavam as fábricas das grandes empresas instaladas após 1958. O movimento em Córdoba teve efeito no anarquismo argentino, semelhante ao das mobilizações estudantis no Brasil de 1968. Os sindicatos Sitrac-Sitram, da fábrica automotiva da FIAT, radicada em Córdoba produziram “uma ruptura com a velha esquerda ao recuperar do fundo da história do movimento operário argentino os princípios de classe que definem a luta reivindicativa como antiestatal, anticapitalista e antiburocrática”.⁶⁸⁵

Os ventos do *Cordobazo* alimentaram o anarquismo argentino de força política e simbólica que reproduzia suas modestas, mas atuantes fileiras. Depois da chegada de outros militantes, os anarquistas decidem atuar no centro *vecinal*, que segundo Eugenia Ramos estava “completamente abandonado”.

Colonia Lola era um bairro totalmente periférico e no caso das mulheres sofrendo os efeitos frequentes das relações machistas e patriarcais. Segundo Eugenia, o bairro era marcado pela presença de “mulheres semianalfabetas, muito dominadas por seus machos, porque é essa a palavra” e deste modo em relação ao trabalho com as mulheres conseguiram “que tivessem algo pra se defender economicamente [...] e que se autovalorizassem ainda mais. Havia, por exemplo, mulheres que eram golpeadas pelos maridos e partir deste trabalho político, não permitiram mais que lhes golpeassem”. O enfrentamento ao machismo foi feito de maneira cotidiana pelas mulheres anarquistas. Eugenia fala de um caso onde um marido possui outra esposa e que à partir do contato com o grupo que atuava em Córdoba passou a refletir sobre essas questões e o marido “teve de optar” e manteve apenas um relacionamento. Além do trabalho no centro médico, também criaram uma creche e uma escola (não-oficial), para atender a necessidade das crianças do bairro. Graciela e Horácio, dois militantes ligados ao grupo trabalhavam na escola e o sentido do trabalho girou em torno da autogestão do centro *vecinal*. A onde de mobilização aberta pelo *Cordobazo* se estendeu até 1975 e teve um valor simbólico enorme.⁶⁸⁶ Atingiu cidades como Rosário e Mendoza (1972), também se espraiando para reivindicações populares no campo. O nacionalismo, o terceiro-mundismo, o discurso guerrilheiro, as revoltas estudantis ao redor do mundo; tudo isso se juntava numa amálgama cultural e política que influenciava os setores mais dinâmicos da esquerda argentina. Mas não raro, duras polêmicas sobre muitos destes temas surgiam nos horizontes das organizações e espaços ideológicos.

No começo da década de 70, além da FORA já haviam se consolidado no mínimo três organizações anarquistas importantes em La Plata, Córdoba e Buenos Aires formadas em sua maioria, sem ligação ou totalmente críticas ao anarquismo da FORA e da FLA.

É neste período que forma-se Linha Anarco-Comunista (LAC)⁶⁸⁷, que fundada em 1969, possuía uma considerável produção teórica e atuava numa frente chamada Resistência

⁶⁸³ GAR. La Emancipación de Los trabajadores sera obra de los trabajadores mismos. Panfleto. s/d

⁶⁸⁴ Insurgencia Popular. **La Protesta**, Buenos Aires, Junho de 1969, nº 8113, p. 1.

⁶⁸⁵ CASTRO; IRTUBURU, 2006, p. 105.

⁶⁸⁶ ROMERO, 2006, pp. 166-167.

⁶⁸⁷ A LAC atuou nos sindicatos dos Gráficos, Metalúrgicos e Encanadores e constituiu um agrupamento intitulado Resistência Estudantil pelo Socialismo (RES) que tinha agrupamentos nas faculdades de Filosofia, Letras e Arquitetura.

Operária pelo Socialismo e atuava em Córdoba. O nome Linha foi pensado segundo depoimento de um de seus integrantes como algo que “imprimia a ideia de uma linha exatamente no mesmo sentido de tender para a construção de uma organização [nacional]”.⁶⁸⁸ Carlos Sabranski, da LAC afirma que

Éramos fortemente partidários da existência de uma organização anarquista, identificado claramente com o especificismo e buscávamos na literatura anarquista esta questão, que é a formação do partido, em Malatesta e distintas fontes e inclusive em Bakunin [...].⁶⁸⁹

Apesar disso, não usavam o termo partido. LAC possuía uma estrutura pensada que incluía o que chamava de frente de massas, onde quem participava “não necessariamente deveria ser anarquista”.⁶⁹⁰ Possuíam uma frente *obrero* (operária) e uma frente estudantil. A frente *obrero* se chamava *Resistencia Obrera para el Socialismo* e a frente estudantil *Resistencia Estudiantil para el Socialismo*. Segundo depoimento o nome das duas frentes foi inspirado pela ROE, do Uruguai e havia a presença de militantes uruguaios na organização, atuando na categoria dos gráficos. Sobre o papel da violência, estavam de acordo que

como anarquistas acreditávamos que o processo revolucionário iria ser violento e que os processos violentos teriam que ter uma organização militar, mas não estávamos de acordo com as guerrilhas. Quer dizer, não estávamos de acordo com a concepção foquista da guerrilha. [...] Nós considerávamos que o desenvolvimento de uma organização militar teria que ser a emergência ou a consequência de uma organização revolucionária de massas.⁶⁹¹

Participaram do movimento sindical de base, sustentado pelo PRT e ERP (que financiava o movimento sindical de base), pois este permitia uma coexistência de setores de esquerda que tinham propostas classistas e de organização de base.⁶⁹²

Para Sabranski, a função desta organização não era ser “direção de nada, mas sim de uma minoria ativa”. Para Sabranski pensavam num “poder operário na mão das organizações de massas sindicais, obviamente um poder não estatal, um poder pelas bases, um poder social”.⁶⁹³ A ideia de violência gestada no interior da LAC girava em torno da ideia clássica da insurreição popular. Uma possibilidade de uma greve geral insurrecional onde os trabalhadores se apoderem das armas.⁶⁹⁴ Esta posição distinguia-se da posição da guerra popular prolongada, que defendia um acúmulo de força em etapas e que será formalizada por RL.

⁶⁸⁸ SABRANSKI, Carlos; “PIOJO”, “CACHO”, ANTONIO, Juan; TELLO, María Esther: depoimento [31 de março de 2007]. Entrevistador: Biblioteca Popular José Ingenieros. Buenos Aires, 2007. arquivo.mp3 (1h:43 min.).

⁶⁸⁹ Aqui cabem dois comentários. O primeiro que é a busca no próprio anarquismo da fundamentação de uma organização política, facilmente encontrada nos materiais de Malatesta e Bakunin. A segunda, é que o termo especificismo neste momento da entrevista se refere a necessidade de uma organização política programática, mas não está se referindo a uma experiência necessariamente da FAU. Idem.

⁶⁹⁰ Idem.

⁶⁹¹ Idem.

⁶⁹² Idem.

⁶⁹³ Idem.

⁶⁹⁴ SABRANSKI, Carlos; “PIOJO”, “CACHO”, ANTONIO, Juan; TELLO, María Esther: depoimento [31 de março de 2007]. Entrevistador: Biblioteca Popular José Ingenieros. Buenos Aires, 2007. arquivo.mp3 (1h:43 min.).

Outra organização anarquista foi a *Acción Directa* (AD) que integrava um fórum chamado *Frente Anti-imperialista por el Socialismo* (FAS) e foi formada por ex-militantes do *Movimiento Revolucionário Autônomo Radical de Avellaneda* (MAR) e militantes uruguaios da Federação Anarquista Uruguiaia. Desta época é também o *Movimiento Anarquista de Córdoba*, que tinha um trabalho expressivo no sindicato de educadores e na Faculdade de Arquitetura.

Por fim, destaca-se a atuação dos Grupos Anarquistas Revolucionários (GAR), fundado em 1969 na cidade de La Plata, que mudará posteriormente seu nome para Resistência Libertária e tinha em seu interior, militantes com tradição do anarquismo expropriador.⁶⁹⁵ Essas organizações distanciavam-se da estratégia anarcossindicalista, representada na Argentina pela FORA, quanto ao modelo de organização política sintetista, representado pela FLA. Suas análises políticas também se diferenciavam das usuais no universo anarquista e alimentavam-se de tradições diversas dos sessenta e setenta.

Essa característica desse setor dinâmico do anarquismo argentino dos 60 e 70 explica entre outros elementos, sua postura heterodoxa, de diálogo permanente com outras correntes da esquerda e eventual incorporação crítica de ferramentas teóricas e estratégias políticas.⁶⁹⁶ Estas ferramentas, não raro, chocavam-se com uma cultura política anterior, que pode ser representada pelo periódico *La Protesta*, pela *Federación Libertária Argentina* e pela *Federación Obrera Regional Argentina* (FORA).

Esse aroma de renovação, fez com que os anarquistas de Córdoba não se contentassem com os espólios do *Cordobazo*, mas se envolvessem integralmente num trabalho militante de inserção social. Em 1972 alugam uma casa e iniciam um trabalho político mais substantivo. Passam a fazer atividades sociais no bairro, todavia, sem mencionarem publicamente que eram anarquistas. Arrumam médicos voluntários no bairro, assim como uma estudante de medicina do grupo para atuar atendendo no centro médico do bairro. A vinculação entre o trabalho comunitário e estudantil, com presença de anarquistas em ambos os espaços era comum.

Outro trabalho foi feito com o militante e estudante de arquitetura Antonio Romano, que trazia os estudantes da faculdade de arquitetura para ajudar nas mudanças que o centro comunitário requeria. Esse contato dos estudantes com pedreiros e moradores de bairro, auxiliou no trabalho comunitário realizado e era potencializado por uma experiência educativa autogestionária na faculdade de Arquitetura.

Desde 1969 a situação conflitiva na universidade ganhava outros contornos, que se expressaram neste ano, no interior do III Encontro Internacional de Estudantes de Arquitetura (em Buenos Aires) e que se estendeu numa crise que se agudizaria em maio de 1970. Os estudantes insatisfeitos com as irregularidades na faculdade, com os exames de geometria descritiva, com determinadas cátedras universitárias e nas formas de avaliação, começavam a questionar o afastamento do curso diante os problemas sociais e a realidade popular. Em relação às provas de admissão (vestibular), estas foram instaladas pelo governo militar com a intenção de evitar as aglomerações estudantis.⁶⁹⁷ A insatisfação estudantil se produziu ainda em janeiro de 1970, com manifestações e ocupações na cidade de Córdoba das faculdades de Direito, Ciências Exatas e o Hospital de Clínicas.⁶⁹⁸ Algumas dessas manifestações terminariam com enfrentamentos entre estudantes e policiais nos bairros, enfrentamentos armados e tomadas de reféns policiais. A luta contra o exame de admissão levou os estudantes a criarem uma Coordenação de Estudantes em Ingresso em fevereiro de 1970 cujo modelo

⁶⁹⁵ Sobre esta tradição do anarquismo argentino Cf. Bayer, 2004.

⁶⁹⁶ Como o uso do conceito de guerra popular e análises econômicas de outras correntes.

⁶⁹⁷ MILLÁN, 2013, p. 125.

⁶⁹⁸ *Ibid.*, p. 126.

organizativo era totalmente simpático aos libertários, pois se organizava por delegados eleitos nas bases estudantis.

O repertório de ação estudantil passou a incluir atos relâmpagos e barricadas nas ruas de Córdoba para impedir os exames de admissão e a província passou a virar o centro da política estudantil argentina.⁶⁹⁹ Das ruas, o centro da insatisfação girou para o interior das universidades. Apesar de derrotados na questão do exame de admissão, os estudantes cordobeses saíram fortalecidos com o avanço organizativo, se somando a paralisação de final de abril puxada pela CGT e tocando suas próprias lutas, com a ocupação do prédio da Medicina (reprimido brutalmente pela polícia) e Ciências Econômicas. Neste clima de agitação, o reitor decidiu fechar temporariamente a Universidade Nacional de Córdoba que permaneceu menos de um mês com as atividades interrompidas até que um novo ciclo de luta estudantil tomasse o ambiente universitário de assalto. No caso da arquitetura, os enfrentamentos mais incisivos começaram no dia 14 de maio com a tomada e desocupação da Faculdade. Período que coincide com a produção da primeira circular, espécie de carta de opinião do anarquismo cordobês sobre os temas políticos e sociais do momento.

O *Taller Total* (TT), no entanto, representou a expressão mais libertária desta agitação estudantil no curso de Arquitetura. Tudo começou quando o conselho acadêmico resolveu por em funcionamento três oficinas denominada verticais, integrada cada uma por alunos, com um professor titular e um associado cada uma. Tal modelo de organização agravou o descontentamento dentro do curso, que se desbordou na formação de equipes de trabalho pelos estudantes, que criticavam a separação estanque do conhecimento arquitetônico e a verticalização do curso. Até então, alunos e professores, alijados do conselho diretivo acadêmico vinham trabalhando separados, até que o Conselho pressionava os professores e tenta conduzir o processo.

Com a pressão do conselho, ocorre um processo de massificação da discussão do tema e a discussão das oficinas é realizada em assembleias com participação de professores e alunos. A pressão do conselho se intensifica diante o processo de autogestão e o conselho, pressionado, decide fechar a universidade para deter o processo, intento que é suspenso pelo diálogo estabelecido entre o governo e o decano.

Neste processo, alunos e professores passam a não apenas a autogestionar o conteúdo dos cursos, mas discutir a reorganização da carreira, o papel do arquiteto na sociedade, a relação aluno-professor e a transformação total do funcionamento da universidade. Sua ação estava inscrita em inquietudes generalizadas nas demais universidades do país e no tecido social argentino e que no caso da Faculdade de Arquitetura de Córdoba, se traduziram no dia 02 de setembro de 1970, na instituição do *Taller Total*.

Segundo depoimento de Romano, militante anarquista, o TT envolveu quatro linhas políticas. Estudantes vinculados ao marxismo-leninismo, entusiastas da autogestão, os indiferentes e os opositores da experiência. Romano também afirma que à partir da constituição do *Taller Total* foram se nucleando distintas oficinas (*talleres*), de distintas posições políticas (peronismo de base, marxistas de distintas frações, anarquistas etc) e que o *Taller 11* era identificado como a oficina dos anarquistas, ainda que os anarquistas jamais o identificassem desta maneira. Romano afirma que

nunca quisemos pôr um título a mais... não sei porque... por uma certa grande repulsa a tarefa de evangelização... não queremos que haja muitos

⁶⁹⁹ Ibid, p. 127.

anarquistas dizíamos, queremos que se resolva em forma libertária a faculdade em seu conjunto, que é o mais importante⁷⁰⁰

Em relação a essas forças políticas avaliariam que os marxistas-leninistas “desconhecem a necessidade de integração de posições ideológicas distintas como fator enriquecedor do processo de aprendizagem” e “exigem uma definição marxista-leninista para a moldura conceitual e a defendem como alternativa única”. Segundo os anarquistas de Córdoba, “ainda que não se opõe francamente ao Taller Total (que lhes desconectaria das “bases” já espontaneamente decididas) correm o risco de colaborar para castrar um processo que não coincide com a ideologia de seu método de trabalho”. Sobre o grupo de professores e estudantes que apoiam o TT, estes avaliam que apoiam porque “visualizam os conteúdos de mudança revolucionária próprio de um processo de autogestão” e porque o “Taller Total lhes permite participar no processo desde suas perspectivas não alinhadas”. Aos que se opõem, os anarquistas considerarão que se opõem por “arcaicas concepções ético-profissionais”, “por resistência a mudança de posições pessoais rigidamente estruturais” e finalmente “por rechaço a falta de hierarquias que o processo traz como consequência”.⁷⁰¹ Juan Antonio afirmará que “esse grande Taller Total se organiza em diferentes oficinas que trabalham em distintos horários”.⁷⁰²

Os anarquistas organizados em Córdoba avaliarão a experiência do Taller Total da seguinte maneira.

A medida que se trabalha, estes grupos se alijam cada vez mais da área do Conselho Diretivo, ou incorporam outros níveis do alunato. Neste momento o Conselho, pressionando os professores, pretende tomar a condução do processo; quando o aporte dos alunos (incluindo o primeiro ano, ao que o Conselho tratou de marginalizar, fazendo começar independentemente suas aulas) dá ao processo características de movimento de massa. Esta nova energia enriquece a ação dos professores e lhes dá força para cortar o cordão umbilical que lhes une ao Conselho.

Parece que todos os elementos se conjugam para conformar um real processo de autogestão, permitindo dar uma resposta às necessidades, a qual não é outra além que a ação mesmo iniciada na busca dessa resposta.⁷⁰³

O TT se ligaria a luta por reivindicar melhorias para o bairro de Colônia Lola, como água encanada. Eugenia Ramos afirma que se tornou anarquista em Colônia Lola com o trabalho popular com os vizinhos. Num momento dado, foram ameaçados por grupos peronistas, que segundo Ramos, grupos que sabiam que estes eram anarquistas. E à partir de então, o centro comunitário passou a não funcionar do mesmo modo. Ramos também afirma ter militado no sindicato dos docentes, tendo atuado como delegada de sua escola. Práticas de autodefesa também foram realizadas para manter o centro comunitário funcionando, diante à

⁷⁰⁰ SABRANSKI, Carlos; “PIOJO”, “CACHO”, ANTONIO, Juan; TELLO, María Esther: depoimento [31 de março de 2007]. Entrevistador: Biblioteca Popular José Ingenieros. Buenos Aires, 2007. arquivo.mp3 (1h:43 min.).

⁷⁰¹ Consideraciones Acerca de la Situación en la Facultad de Arquitectura. **Circular**. n^o 03, Septiembre, 1970, p. 3.

⁷⁰² SABRANSKI, Carlos; “PIOJO”, “CACHO”, ANTONIO, Juan; TELLO, María Esther: depoimento [31 de março de 2007]. Entrevistador: Biblioteca Popular José Ingenieros. Buenos Aires, 2007. arquivo.mp3 (1h:43 min.).

⁷⁰³ Idem.

ameaça da direita peronista.⁷⁰⁴ Mantinham, entretanto, contato no próprio trabalho comunitário com organizações peronistas, como os peronistas descamisados e os montoneros, chegando inclusive a distribuir materiais expropriados pelas organizações armadas no bairro.⁷⁰⁵ Também chegaram a formar uma comissão de pais da escola e se coordenaram com a mesa em sindicatos em luta, incluindo a colaboração com os professores durante as greves.

Em Rosário os agrupamentos políticos mais importantes eram aqueles que “reivindicavam a autonomia, o cogoverno, a educação laica e a formação de centros e federações estudantis”. Eixos de reivindicação imediata que dialogavam com os princípios políticos e a estratégia anarquista. Neste sentido, a biblioteca anarquista Alberto Guiraldo converteu-se num ponto de partida para uma força-chave no movimento estudantil rosarino: *Franja Morada* (FM).⁷⁰⁶ Em seu início foi hegemônica por anarquistas e socialistas e posteriormente terminou sob controle da *Unión Cívica Radical*. A fundação de FM acompanhava a recomposição do movimento estudantil nacionalmente, que buscava realizar ações mais combativas desde o golpe de 1966. O recrudescimento se daria com a crise desencadeada com o assassinato do aluno Juan José Cabral em Corrientes, que teve uma resposta imediata do movimento estudantil rosarino.

A cidade se converteu em epicentro de mobilizações e lutas de ruas que terminaram com o assassinato do estudante Norberto Blanco. Durante essas jornadas, estudantes e trabalhadores tomaram controle do centro da cidade e a polícia foi obrigada a se aquartelar.⁷⁰⁷ Diante do ciclo de maio de 1969, alguns grupos de FM e setores afins, defendiam a consigna “Eleições Livres, sem condicionamentos e proscições”, enquanto os setores vinculados à esquerda revolucionária, ao maoísmo e o anarquismo, defenderiam “Nem golpe, nem eleição, revolução”. A visita de Nelson Rockefeller ao país – antecedida pela chegada de dois mil militares norte-americanos, peritos em segurança e relações públicas – fazia parte da necessidade norte-americana em aumentar sua penetração política e econômica na América Latina e foi compreendida pela esquerda como mais um passo na ingerência norte-americana sobre o governo argentino. Protestos massivos e uma campanha de agitação de rua, acompanhada de uma greve convocada pela CGT recortaram a paisagem das cidades de Rosário, Córdoba, La Plata e Buenos Aires. Ataques a agências de automóveis norte-americanas, serviços de informativos estadunidenses locais e espaços das elites políticas argentinas eram atacados por setores da esquerda revolucionária.⁷⁰⁸ Em Rosário explodiram um artefato explosivo na fábrica *Rosário Refrescos Coca-Cola* e incendiaram prédios da Xerox, do Bank of America e da cadeia de supermercados Minimax.⁷⁰⁹

O processo inaugurado em 1968 e acirrado em 1969 provocou uma reorganização interna das diferentes forças políticas.⁷¹⁰ A oposição entre “moderados” e “radicais” agudizava-se não apenas nos métodos de luta e consignas empregadas, mas também sobre a avaliação conjuntural e as estratégias para se alcançar uma revolução social.

Desde o *Encuentro Nacional de Obreros Revolucionários* – realizado em 1971 – a esquerda revolucionária fazia duras críticas à ideia da revolução por etapas.⁷¹¹ Tal contexto, fazia com que os militantes anarquistas que logo se somariam a este tipo de atividade

⁷⁰⁴ SABRANSKI, Carlos; “PIOJO”, “CACHO”, ANTONIO, Juan; TELLO, María Esther: depoimento [31 de março de 2007]. Entrevistador: Biblioteca Popular José Ingenieros. Buenos Aires, 2007. arquivo.mp3 (1h:43 min.).

⁷⁰⁵ Idem.

⁷⁰⁶ Não confundir com Franja Morada fundada em 1967 em La Plata e que depois se aproxima do justicialismo. Cf. MILLÁN, 2017, p. 142.

⁷⁰⁷ Ibid, p. 144.

⁷⁰⁸ MILLÁN, 2017, p. 145 e MORGENFELD, 2010, pp. 98-99.

⁷⁰⁹ MORGENFELD, 2010, p. 98.

⁷¹⁰ Ibid, p. 144.

⁷¹¹ MILLÁN, 2013, pp. 105-106.

proletária, sentir-se-iam confortáveis com tal clima ideológico-sindical. Segundo depoimento de Maria Esther Tello, o clima político do fim dos anos 60 fazia com que uma parte de estudantes anarquistas buscasse a proletarização, mas o contato com antigos anarquistas e sua larga experiência sindical também. Este foi o caso, por exemplo, de sua família, que era amiga íntima de Alberto Correale⁷¹², um velho anarquista que participara de lutas sindicais nos anos 40 e 50.⁷¹³ Também foi o caso de Hugo Quijano, uruguaio, gráfico, que em 1971 se muda para Buenos Aires por questões de trabalho e conhece outros companheiros “gráficos, uruguaios e argentinos”.⁷¹⁴ No Uruguai conhecia a FAU e tinha contato com a militância da ROE, mas não estava organizado em nenhuma dessas organizações. Seu contato era por meio de cooperativas de trabalho, que possuíam a presença de distintos militantes. Sua formação e contato militante foram neste espaço.

Já na Argentina montam um grupo sindical.

E aí fazemos, uma espécie de agrupamento para trabalhar sindicalmente no que ali era a Federación Gráfica Bonaerense. E como éramos uma agrupação sindical, não tínhamos nem nome, nem nada, éramos amigos, conhecidos, companheiros e tínhamos todos a mesma ideia de trabalho sindical. Resultou ser que isso era, digamos, foi o embrião de uma agrupamento político, a posteriori.⁷¹⁵

Quijano afirma que havia dois militantes da ROE no grupo sindical na Argentina e que no Uruguai militaram no movimento estudantil e então na Argentina, atuavam no espaço sindical dos gráficos.⁷¹⁶

No caso do anarquismo, era sentida a necessidade de revigorar a tradição libertária com uma nova linguagem. Cacho, outro militante anarquista que estava inserido no bairro de Colônia Lola vai afirmar que

em nós se dá o redescobrimiento de uma linguagem técnica que é o da militância que tem uma definição e tradição anarquistas e a nova linguagem que nós necessitávamos para nos comunicarmos com o comum do povo, como com os estudantes. Como fazia para explicar-lhe o tema da autogestão?⁷¹⁷

⁷¹² Humberto Correale foi um militante anarquista afiliado a FORA, participou do periódico *La Protesta*, da Federación Obrera de Constructores Navales (FOCN) e da Federação Libertária Argentina (FLA). Também foi um dos fundadores da Biblioteca Popular José Ingenieros.

⁷¹³ SABRANSKI, Carlos; “PIOJO”, “CACHO”, ANTONIO, Juan; TELLO, María Esther: depoimento [31 de março de 2007]. Entrevistador: Biblioteca Popular José Ingenieros. Buenos Aires, 2007. arquivo.mp3 (1h:43 min.).

⁷¹⁴ Quijano começa a trabalhar numa cooperativa obrera de producción y encardenación com seu tio. Nesta cooperativa tem contato com Raul Oliveira (que entra posteriormente na cooperativa), militante da ROE. Raul Oliveira trasladara-se para Buenos Aires e tinha contato com parte de sua família lá. Antes disto, Quijano apoio tecnicamente a gráfica da *Comunidad del Sur*. QUIJANO, Hugo Quijano: depoimento [09 de outubro. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Montevideo, 2017. arquivo .mp3 (1h:40 min.).

⁷¹⁵ Idem

⁷¹⁶ Este agrupamento mais adiante se integrará a Resistência Libertária depois de sua fundação em 1974.

⁷¹⁷ Original: “en nosotros se da el redescubrimiento de un lenguaje técnico que es el de la militancia que tiene una definición y tradición anarquista y el nuevo lenguaje que necesitábamos nosotros si o si para comunicarnos con el común del pueblo, como con los estudiantes. ¿Cómo hacías para explicarle el tema de la autogestión?” CACHO, In COLECTIVO TIERRA Y LIBERTAD Ensamble Libertario (Neuquén), Coordinadora Libertaria de Córdoba y Ezequiel Blanda (San Francisco Cba). Publicado en Marzo de 2006 en la agencia de noticias A-Infos bajo el título “Anarquismo en Córdoba en los 70”.

Esta necessidade terminava por obrigar a traduzir a linguagem anarquista para aquele momento mas mantendo uma *tradição*. Duas palavras nos parecem chaves neste sentido: tradição e atualização. Uma tradição que é uma espécie de “repertório comum de respostas a problemas recorrentes”, um “conjunto comum de esquemas fundamentais previamente assimilados” na tradição anarquista.⁷¹⁸ Ao mesmo tempo esta tradição está ligada a um contexto real, é à partir desse conjunto de esquemas que “se articula, segundo uma ‘arte da invenção’ análoga à da escrita musical, uma infinidade de esquemas particulares diretamente aplicados a situações particulares”. Traduzindo numa linguagem mais compreensível: a tradição anarquista dava as notas, mas as músicas, somente os libertários, inseridos naquele contexto concreto podiam fazê-las. Repetir os mesmos esquemas musicais, os mesmos *acordes* ou reinventar-se?

Tal dilema passava por um debate, que transcorrerá durante boa parte dos anos 60 sobre as estratégias políticas da esquerda – principalmente a armada – que se espalhavam como um vírus, por todo o continente latino-americano.

- O debate sobre a violência revolucionária no anarquismo argentino

O periódico *La Protesta* era um velho conhecido dos anarquistas argentinos. Durante muito tempo, foi a voz “oficiosa” da Federação Obrera Regional Argentina (FORA), esta agora, que passava por grandes dificuldades de renovação. *La Protesta* foi sem dúvida alguma, um dos periódicos anarquistas mais importantes da Argentina. Dentro deste periódico é possível acompanhar debates que serão fundamentais para a militância anarquistas dos anos 60 e 70 e inclusive, perceber duas linhas políticas, claramente identificáveis, que conduzirão a estratégias diversas no anarquismo argentino.

O tema das insurreições populares e da luta armada tomará as páginas do jornal em diversos momentos e aparecerá no jornal pela primeira vez em 1964, tendo em vista é claro, o contexto da luta armada da qual tratamos de ambientar nos capítulos precedentes e o recém-golpe no Brasil. Expondo sua opinião sobre o tema, *La Protesta* primeiramente analisará as insurreições populares, afirmando que “o epicentro dessas convulsões climaticamente favoráveis está na Ásia, África, e América Latina”.⁷¹⁹

A questão da revolução cubana é central no debate ocorrido em *La Protesta* e se estende para além de 1966. Tendo uma relação crítica com o processo cubano, estes afirmarão que apesar da derrubada de Batista ter sido” um acontecimento amplamente apoiado pelo povo cubano” e que estava baseado na “ideia de uma mudança radical das coisas”, “uma revolução entre fronteiras não podia ser levada a cabo sem cair em certas práticas autoritárias”. Criticando o setor revolucionário cubano, dirão que a “estrutura centralista que sofre hoje Cuba se deve a mentalidade autoritária da minoria dirigente e a falta de preparação político-social de seu povo”.⁷²⁰

Num artigo intitulado “As Guerrilhas”, o militante anarquista Lorenzo analisará o processo de luta armada e insurreições que preenchem a paisagem dos anos sessenta. Admitem que nesse contexto, há um “grau maior de generalização nos últimos tempos. A luta quase contínua na Venezuela, a ação permanente dos guerrilheiros colombianos, a sublevação

⁷¹⁸ Utilizamos a reflexão de Pierre Bourdieu sobre a cultura e a arte para pensarmos tal ideologia. BOURDIEU, 2013, pp. 208-209.

⁷¹⁹ LOS ANARQUISTAS Ante las Insurrecciones Populares en América Latina. **La Protesta**, Buenos Aires, Noviembre de 1964, n° 8097, pp. 06-07, tradução nossa. [crítica a FAU neste texto]

⁷²⁰ El Anarquismo Como Salida del Hombre Contemporáneo. La Revolución sin fronteras, punto de partida. **La Protesta**, Buenos Aires, Febrero de 1966, n° 8103, pp. 04-05, tradução nossa.

mineira na Bolívia e “a tensão social no norte brasileiro”.⁷²¹ Para este militante a guerrilha impõe uma exigência geográfica que não está presente na Argentina. O autor, portanto, refere-se a guerrilha, como uma ação essencialmente rural. Outra condição da guerrilha para esse militante é o “grau de tensão social em que se encontram as classes oprimidas”, assim como “o preço que estão dispostas a pagar as forças repressivas servidoras dos interesses afetado”. Pois, o preço da ação repressiva “condiciona a permanência da guerrilha”. Para Lorenzo, como “estratégia de luta social - chamemo-la assim - a ação guerrilheira, pois, não pode garantir nada”.⁷²² O militante sublinha que mesmo não vendo “perspectivas de êxito imediato não pode significar para os anarquistas que a guerrilha careça de sentido”.⁷²³

Em maio de 68, um mês paradigmático para a ação política das esquerdas, outro texto figura em destaque no jornal *La Protesta*, demonstrando uma disputa de linha, ocorrendo no interior do campo político anarquista que se avolumava com as chispas das mobilizações estudantis e operárias ao redor do mundo. O texto é de autoria do militante L. de Veda. Defende que é necessário “apoiar a ação revolucionária armada mediante a participação direta nesta e enfrentar por dentro o grupo que pretenda instrumentá-la ditatorialmente”. Criticará a tese de que identifica na luta guerrilheira apenas uma frente aberta pela URSS e defenderá que a ação guerrilheira é “um fenômeno político social resultante do intento de canalização dos descontentamentos populares através de uma ação armada”. O militante prossegue na sua análise fazendo uma dura crítica àqueles que comparam os guerrilheiros da América Latina aos “traidores da revolução russa de 1919 ou os traidores da Espanha em 1937”. Para este militante, confundem as expressões sociais com os “vernizes” ideológicos, sendo a ação armada uma expressão da “situação sociocultural, geográfica e política; é resultante que como sustentamos sobre os processos sociais observados à luz contemporânea não está dada de antemão”.⁷²⁴ Fechando o texto com uma defesa aberta da luta armada dirá que:

A atitude frente a guerrilha e a luta armada latino-americana em consequência é para os anarquistas é de se inserir através do reconhecimento do direito de suas reivindicações e da saudável base humana de seus homens para difundir e fomentar a necessidade da ação direta de seus integrantes desde o começo, e para advertir dos perigos das centralizações forçadas pela “causa maior” do triunfo insurrecional.⁷²⁵

Conclui o artigo com uma dura crítica aos anarquistas que se alijam deste método de luta, afirmando que

Negar a importância de fundir-se com os povos nesses processos é selar definitivamente a incomunicação que tantos anos conduziu nosso movimento a perda de sua atualidade entre os setores populares.⁷²⁶

⁷²¹ LORENZO. Las Guerrillas. *La Protesta*, Buenos Aires, Junio de 1967, n° 8107, p. 02, tradução nossa.

⁷²² Idem.

⁷²³ Idem.

⁷²⁴ VEDIA, L. de. Anarquismo, Insurrección Armada y Guerrillas. *La Protesta*, Buenos Aires, Mayo de 1968, n° 8116, pp. 03- e 06, tradução nossa.

⁷²⁵ Segue o original. “La actitud frente a la guerrilla y a la lucha armada latinoamericana en consecuencia es para los anarquistas penetrar a través del reconocimiento de lo justo de sus reclamos y de la sana base humana de sus hombres para difundir y fomentar la necesidad de la acción directa de sus integrantes desde el comienzo, y para advertir los peligros de las centralizaciones forzadas por la “causa mayor” del triunfo insurrecional”. Idem.

⁷²⁶ Segue o original. “Negar a la importancia de compenetrarse con los pueblos en esos procesos es sellar definitivamente la incomunicación que tantos años ha conducido a nuestro movimiento a la pérdida de vigencia entre los sectores populares.” Idem.

A polêmica não parece restrita ao interior do jornal *La Protesta* e tampouco o debate sobre a luta armada está isolado das polêmicas dos anos anteriores que agitavam o anarquismo do cone sul. O editorial da revista anarquista *Reconstruir* afirmará que o pensamento libertário é incompatível “com fins e meios que de um modo ou outro destroem ou restringem a liberdade”.⁷²⁷ De maneira mais sutil, o texto inicia com uma defesa de métodos que não contrariem ou restrinjam a liberdade para logo, sublinharem um suposto alinhamento entre comunismo e anarquismo. O uso de determinadas táticas de luta passa cada vez mais, a ser uma questão de princípio, argumento típico, daqueles que querem defender a qualquer custo uma determinada posição transitória. O alvo da crítica torna-se cada vez mais visível quando o texto reitera que se a polêmica

tratasse unicamente de questões táticas, de matizes na interpretação de formas de propaganda e de luta, inclusive do desencontro entre exegetas do insurrecionalismo e a improvisação por um lado, e sustentadores da necessidade de contar com uma devida preparação e capacitação construtiva por outro, tudo seria normal e poderia resultar frutífero na busca das melhores vias condizentes a determinada meta. Mais se nomearam expressões abertas ou secretamente reivindicatórias para o brutal regime que sufoca hoje o povo de Cuba. E isto não pode deixar passar sem repetir que para nós foi e seguirá sendo simplesmente inconcebível que alguém possa se sentir e menos ainda proclamar-se libertário e não estar frontalmente, decididamente contra a ditadura que encabeça Fidel Castro.⁷²⁸

Mas na análise dos integrantes de *Reconstruir* a questão não é um debate entre a estratégia insurrecionalista e a de massas, debate histórico dentro do anarquismo. O uso da guerrilha, da luta armada, ainda que não se use este nome neste parágrafo (usarão adiante), passa a ser para estes, um alinhamento incondicional ao comunismo marxista, em específico ao regime cubano. Para não termos dúvida sobre o que falam (e falam sem dúvida do encantamento de um setor do anarquismo argentino e uruguaio sobre a luta armada) a citação segue da maneira apresentada:

Saudamos com alvoroço a rebeldia juvenil que desafia estruturas e sistemas, mostra a possibilidade de movimentos de “resposta” a injustiça social e ao autoritarismo estatista e reivindica o direito a uma existência em que a personalidade humana se realize plenamente. Mais entendemos que seria um grave erro deixar se levar pelo entusiasmo e converter a rebelião mesma em base teórica e motor da militância sem medir as consequências de semelhante limitação nem prever fatores e contingências que podem desembocar na instauração de um regime antilibertário comandado por agentes ou êmulos do totalitarismo. Um regime igual ou similar aos que imperam em Rússia, China, Cuba ou qualquer dos países que se rotulam falsamente como socialistas.⁷²⁹

O argumento central, ainda que no começo, nos pareça ser uma crítica justa em converter uma tática em questão de princípio, vai além, quando considera que a adoção da violência revolucionária nas lutas conduz, irremediavelmente a instauração de um regime autoritário. Ainda que, os anarquistas aglutinados nas organizações que defendam o uso da

⁷²⁷ INCOMPATIBILIDAD [editorial]. *Reconstruir*, Montevideo-Buenos Aires, n^o 57, pp. 3-4, novembro-dezembro, 1968.

⁷²⁸ Idem.

⁷²⁹ INCOMPATIBILIDAD [editorial]. *Reconstruir*, Montevideo-Buenos Aires, n^o 57, pp. 3-4, novembro-dezembro, 1968.

violência revolucionária, façam críticas no mesmo tom. As “empresas guerrilheiras” passam a ser assim, na análise de *Reconstruir* expressões conduzidas por “elementos totalitários ou de regimes despóticos”.⁷³⁰

Em abril de 1969, logo após a convulsão do Cordobazo e nos 46 anos do justicamento do coronel Héctor Varela, os anarquistas do jornal *La Protesta* farão uma homenagem a Kurt Wilckens. Apesar de dizerem logo no início do texto, que o ato de Wilckens não é “uma concepção fundamental de nossas doutrinas”, considerarão a ação do anarquista alemão como um

passo mais ou menos gigante até a revolução” e para estes, Wilckens sintetizava todos os “anseios de justiça que suscitaram aquelas jornadas de sangue em que milhares de proletários foram envolvidos pelo ódio de um mercenário cruel à serviço de poucos capitalistas estrangeiros.”⁷³¹

O gesto de Wilckens é resgatado pela memória de *La Protesta* como algo para “fazer recordar aos verdugos que o sentimento da justiça se agita mais em seu espírito quanto mais bárbara são as repressões dos de acima” e que sua ação é “consequência da crueldade burguesa”.⁷³² Wilckens portanto, segundo *La Protesta* “foi a expressão desse fundo sentimento popular”. Apesar de não reivindicarem a tática dos assassinatos individuais e as ações de justicamento, para o jornal Kurt era um “imortal, a figura gigante que se destacou como um raio luminoso em meio a tétrica obscuridade”. O seu ato, segundo a caracterização dos editores do jornal estaria longe, portanto da caricatura individualista que pudessem imputar. Ao contrário “foi a mais eloquente manifestação da influência poderosa que o espírito coletivo difundiram seus ideias”.

A conjuntura se tornava cada vez mais acelerada e imprevisível e o uso da violência revolucionária na política tornava-se um tema de debate longe de ser abstrato. Nos primeiros meses de 1970 nascia o operativo *Montoneros* que lançaria publicamente seu nome após uma ação espetacular: o tenente-general e ex-presidente Pedro Eugenio Aramburu seria sequestrado numa ação armada que fora organizada 1 ano antes. Aramburu tomou diversas medidas contra o peronismo, particularmente nos fuzilamentos de junho de 1956. Além disso, desde 1955 o corpo de Eva Perón estava desaparecido e os guerrilheiros pensavam em extrair alguma informação para recuperar seu cadáver. Os guerrilheiros peronistas avaliavam que Aramburu conspirava contra o peronismo combativo e desejava consolidar mudanças no debilitado regime militar. Havia do mesmo modo, rumores de que Aramburu planejava um golpe e a leitura do setor mais combativo do peronismo, era a de que a dicotomia “peronismo-antiperonismo” deveria se exacerbar ao máximo.

A data escolhida para ação não poderia ser mais significativa: 29 de maio de 1970, primeiro aniversário do *Cordobazo* e o dia do exército. O sequestro e justicamento de Aramburu (símbolo do antiperonismo) provocou uma onda repressiva que atingiu especialmente as forças peronistas que optavam pela ação armada. De qualquer modo, inaugurou um novo ciclo na história do peronismo e da própria luta armada no país.

O governo argentino respondia endurecendo e fechando paulatinamente o regime. Antes da partida de Onganía, o general instalou a pena de morte, que entraria em vigência a partir de 2 de junho de 1970. A lei era dirigida especificamente contra as ações guerrilheiras, sequestros, uso de insígnias militares ou ataque a instalações militares poderiam ser respondidas com a pena de morte.⁷³³ É sob este contexto que as discussões sobre o uso ou não

⁷³⁰ Idem.

⁷³¹ WILCKENS. *La Protesta*, Buenos Aires, Abril de 1969, nº 8112, p. 07, tradução do autor.

⁷³² Idem.

⁷³³ CALVEIRO, 2013, p. 33.

da luta armada se realizavam, incorporando diferentes setores no debate da validade do uso da violência revolucionária. Como vimos a violência sofrida ou operada pelos anarquistas não era algo desconhecido por esta ideologia política. Contudo, com o alastrar de uma “gramática” guerrilheira própria na Argentina, a violência revolucionária e com ela a anarquista, seria posta – rechaçando-a ou não – com uma nova perspectiva: a da luta armada.

A renovação do grupo editorial de *La Protesta* em fevereiro de 1971, com a entrada de militantes anarquistas de La Plata, Buenos Aires e Córdoba agravará uma polêmica que nos parece já ter sido desenhada desde 1964. Se considerarmos a polêmica da Revolução Cubana, esta já está dada muito antes, mas novos elementos tornarão o debate cada vez mais crítico. Cabe afirmar que havia um processo de renovação do anarquismo que ocorre particularmente em meados dos anos 60, na fundação de pequenas organizações, espalhadas em solo argentino. O agravante nesta divergência, é que os militantes que renovam o grupo editorial do periódico estão envolvidos diretamente em lutas sociais diversas e o debate passa a não ser um mero debate de ideias, mas uma discussão sobre táticas e estratégias concretas, que eram realizadas por diferentes frações da esquerda.

A atmosfera política radicalizava-se e o anarquismo respirava os mesmos ares que pairavam sobre todas as tendências radicais e a discussão do repertório guerrilheiro abria polêmicas e fendas internas.

Paralelamente as ações armadas iam sendo vistas com preocupação pela cúpula militar. Ainda que fossem minoritárias, somadas a conjuntura crítica do início dos anos 70, pareciam ser o elemento desestabilizador que faltava para justificar o recorrente autoritarismo das forças militares. As saídas políticas iam se fechando e a junta militar respondia com uma série de intervenções no comando do governo. A primeira delas foi com Onganía, que deposto, deu lugar ao general Roberto Levingston. Este governou apenas até 1971 e ensaiou um reconhecimento de estabelecer uma saída formal da crise, com a mobilização de diferentes setores da sociedade. As novas mobilizações em Córdoba fizeram com que os militares substituíssem Levingston por Lanusse em maio de 1971.

Em relação a renovação do principal jornal anarquista da Argentina à época, o historiador Fernando López Trujillo e Verónica Diz apontam que a renovação já era comentada pelo velho grupo editor, com uma declaração pública que timidamente antecipava possíveis divergências na linha até então assumida com incorporação dos novos quadros.⁷³⁴

No mesmo número as guerrilhas eram vistas de maneira otimista como expressão de um “descontentamento universal e capacidade de luta” e eram incluídas junto às manifestações estudantis, as greves nos EUA, Polônia, Itália ou Espanha e as insurreições populares na África e Ásia enquanto parte de um mesmo quadro, que sem saber, encaravam o “espírito indomável da anarquia”.⁷³⁵

La Protesta prosseguirá na análise da ação de diversos grupos da esquerda revolucionária, afirmando que a oposição desses grupos insurgentes ao aspecto explorador, militarista e capitalista da atual ordem social, parece ser uma característica em comum.⁷³⁶ Ainda não tendo clara a perspectiva ideológica desses movimentos, os editores afirmarão que “No que diz respeito às ideologias desses movimentos que consideramos, encontramos que no geral são pouco claras”, tendo em vista, os próprios fatores que limitam as possibilidades de difusão ideológica desses grupos.⁷³⁷ Apesar de afirmarem que sempre há o perigo da presença de autoritarismo e de novas estruturas de freio da mudança social, os anarquistas de *La*

⁷³⁴ DIZ; TRUJILLO, 2007, pp. 23-24.

⁷³⁵ El Anarquismo en La Hora Actual. **La Protesta**, Buenos Aires, Febrero de 1971, n° 8115. Editorial, p. 03, tradução do autor.

⁷³⁶ Secuestros, violencia y guerrilla urbana. **La Protesta**, Buenos Aires, Marzo de 1971, n° 8116, pp. 04 e 07, tradução nossa.

⁷³⁷ Idem.

Protesta afirmarão que a “guerrilha urbana é um anticorpo da sociedade, que é indubitavelmente uma reação positiva” e que “nós os anarquistas aceitamos a guerrilha urbana”.⁷³⁸

Os possíveis atos de injustiça durante um eventual processo de luta armada eram debatidos. Por isso não admitiam “vítimas inocentes em nenhuma ação planejada”⁷³⁹, sendo contrários a sequestros de aviões por exemplo, “na medida que se pretendem fazer justiça sobre pessoas inocentes não são coerentes com os fins da revolução”⁷⁴⁰. Sobre a captura de verdadeiros culpados de situações opressivas acreditam que o que poderia se criticar é sua negociabilidade, mas em se tratando de salvar vidas humanas em troca desses reféns, acreditam que tal prática é compreensível. Sobre as lutas *callejeras* (“combates” de rua) e barricadas, pensam que são “atos altamente positivos como sintoma e como resposta coerente”.⁷⁴¹ Tal posição, simpática a guerrilha, ainda que com distanciamento político, seguirá com certa constância. A impressão é que o aprofundamento das análises dos artigos já publicados parecia encaminhar um alinhamento tático e um consenso básico sobre a questão, faltando apenas esmerilhar pequenas rebarbas teóricas.

Porém, como duas substâncias que reagem ao contato mútuo e agravam suas características essenciais, o diálogo entre o velho e novo grupo editor começaria a ganhar contornos de disputa aberta no *front* de *La Protesta*. Somamos a isto, alguns acontecimentos que em nossa avaliação iriam empurrar diversas organizações de esquerda para a luta armada e que colocariam o anarquismo deste período numa encruzilhada política. Alguns destes elementos foram e a própria polêmica interna foi abordada por Fernando Trujillo e Verónica Diz. O primeiro evento foi o *Viborazo* também conhecido como segundo *Cordobazo*, uma greve com protesto social massivo, que ocorreu em maio de 1971 após a designação do interventor Camilo Uriburu para a província de Córdoba. A CGT responde com uma greve geral contra a intervenção que transborda para uma insurreição geral, com manifestações, barricadas e o controle de mais de 500 quadras da província pela população insurreta. Sobre este evento, *La Protesta* afirmará que “esta insurreição profundamente assumida, a margem das direções, traída por elas, demonstrou também a necessidade de um movimento organizado, de um sindicalismo revolucionário”. Ressaltando a presença libertária nos eventos do *Viborazo*, afirmarão que “Os anarquistas estivemos e estaremos nas lutas de Córdoba, armando barricadas, pintando as paredes com ideias libertárias, fomentando e participando nas assembleias populares.”⁷⁴² Apesar de defender a formação de “organismos de democracia direta, surgidos pelas bases, sem esquemas prévios, que substituam uma estrutura sindical que não unifica nem organiza as lutas operárias”⁷⁴³ o texto não apontava a necessidade de uma organização política, demanda, que surgia não do *velho* grupo de *La Protesta*, mas de parte do grupo editorial conectado a uma proposta de criar uma organização política anarquista.

O segundo acontecimento que contribui para a ruptura foram os fuzilamentos de *Trelew*. As organizações da esquerda revolucionária já ensaiavam pequenas ações armadas e o governo respondia com brutalidade e violência. Dezenove guerrilheiros seriam fuzilados após terem se rendido às forças da marinha, numa ação planejada contra a base aeronaval argentina Almirante Zar, em 22 de agosto de 1972.⁷⁴⁴ Os desaparecimentos também foram uma prática corrente no período; entre 1970 e 1972, se registrou mais de uma dúzia de desaparecidos, dos

⁷³⁸ Idem.

⁷³⁹ Idem.

⁷⁴⁰ Idem.

⁷⁴¹ Idem.

⁷⁴² El Segundo Cordobazo. **La Protesta**, Buenos Aires, Mayo de 1971, n° 8118, p. 08, tradução nossa.

⁷⁴³ Idem.

⁷⁴⁴ CALVEIRO, 2013, p. 35.

quais, apenas um corpo foi encontrado.⁷⁴⁵ Os 19 presos foram obrigados a sair de suas celas, parar em fila no corredor, onde foram metralhados a queima-roupa. Sete sobreviventes foram enviados a enfermaria e quatro morreram, decorrente da falta de assistência médica. Os outros três foram transferidos e operados num hospital.

No final de 1972 um novo texto, não assinado, destoa profundamente da defesa da guerrilha feita em números anteriores. Similar à teoria dos dois demônios – conhecida pela historiografia do tema – neste texto afirmarão que os “povos agora estão entre dos fogos. O fogo das ditaduras de turno e o dos guerrilheiros pagos, meros empregados dos dirigentes que querem matar todos os focos de rebeldia existente”.⁷⁴⁶ O que era antes um fruto de um espírito indomável do tempo torna-se um ano após o conflito interno, um mero “produto de um jogo entre potências”. A guerra fria passaria a balizar as opiniões desse setor.

Baseando-se no conceito de totalitarismo, amplamente utilizado pelos editoriais de *Reconstruir* afirmarão que as “guerrilhas estão a serviço das ditaduras que aspiram a chegar para impor seus sistemas”.⁷⁴⁷ Considerarão os guerrilheiros como “falsos salvadores” e “falsos ídolos da violência”.⁷⁴⁸ Defendendo uma vaga solução de “libertação humana” o texto se exime de apontar uma solução factível diante este quadro. A guerrilha e a luta armada passam a não ser mais fruto das aspirações e rebeldias de trabalhadores, mas se reduzem a ação de um interesse político obscuro. Como explicar tal texto sem mencionar o choque entre duas concepções do anarquismo argentino que por ora, viam-se obrigadas a conviver no mesmo espaço editorial?

Decerto as opiniões divergentes já existiam bem antes da renovação do grupo editorial, ocorrida em 1971, como atestam os conflitos oriundos de interpretações distintas sobre o processo revolucionário cubano. Mas uma coisa é uma divergência de opinião, outra uma ruptura analítica sobre um fenômeno que implica numa prática política concreta, que decidiria parte dos rumos do anarquismo argentino. Além disso, os recentes acontecimentos de Trelew, punham tal discussão num patamar de tensão, que fazia de um debate teórico, algo muito além de *charlas* intelectuais. Admitamos que o debate também era influenciado pelo que acontecia no Uruguai, cuja crescente ação da luta armada com participação anarquista, se fazia sentir desde 1969. Em abril de 1972 os membros da *Comunidad del Sur* teriam sua casa invadida, o que resultou na prisão de alguns de seus membros (alguns torturados).⁷⁴⁹ Ressoando os comunicados da *Comunidad del Sur*, os membros da seção de Tucumán da FORA descreveriam as ações da repressão e dariam sua solidariedade aos integrantes da Comunidade. Um dos integrantes escreveria um texto bastante elucidativo sobre as divergências apresentadas.

Aqui, entre nós, a tentativa de comprometer a FORA, e a seus homens em uma coincidência para a luta anti-imperialista, tropeçaram com um sério obstáculo difícil de salvar. A experiência do movimento, em seus longos anos de luta, adquiriu e definiu uma posição inquebrantável, e seus homens, nesse terreno, são impermeáveis às artimanhas dos sagazes e escorregadios agentes do novo dogma estatal. Em certa oportunidade, se lhes aclarou que estamos de acordo em lutar contra os imperialismos, porque Rússia, China, Cuba e demais satélites são um império, e, a nosso juízo, ainda mais

⁷⁴⁵ Ibid, p. 36.

⁷⁴⁶ Segue o original: “El fuego de las dictaduras de turno y el de los guerrilleros a sueldo, meros empleados de los dirigentes que quieren matar todos los focos de rebeldia existente en los países sojuzgados”. Los industriales de la guerrilla. **La Protesta**, Buenos Aires, Noviembre de 1972, nº 8134, p. 05, tradução nossa.

⁷⁴⁷ Segue o original? “Las guerrillas están al servicio de las dictaduras que aspiran llegar para imponer sus sistemas. Idem.

⁷⁴⁸ Idem.

⁷⁴⁹ Este tema será detalhado mais adiante.

pernicioso, que o capitalista. Em Salta ocorreu algo parecido, um grupo de jovens chegou até o local de Ofícios Vários da FORA. se proclamaram anarquistas e emulavam Bakunin. Num princípio, guardaram as aparências, mais quando se concretou o trabalho de entregar um manifesto na rua, apareceu a pata da besta no documento redatado por eles pretendiam bajular as bondades revolucionárias desse personagem que ante o fracasso de promover a sedição na Bolívia, se entrega para o suicídio. Um caso igual, pelo que nos inteiramos, viveu a “La Protesta”. A oportuna intervenção dos militantes foristas salvou que os êmulos de Mao a aparelhassem, e a estas horas estaria servindo a satrapia bolchevique. Não cabe nenhuma dúvida ao respeito: essa forma de fazer figurar ao seu mais sérios inimigos ideológicos nesses grupos subversivos, é uma forma da delação, para que a reação capitalista se encarregue de destruir aos seus mais teimosos adversários.⁷⁵⁰

Para estes “A Comunidad del Sur é um ensaio de comuna livre, um exemplo perigoso para todo o sistema de autoridade e privilégio”. E discorrendo sobre a violência revolucionária afirmarão que

o bolchevismo necessita criar o clima este violência e incerteza, o caos em todos os sentidos, e o está conseguindo no Uruguai e na Argentina. Não interessa se os trabalhadores estão ou não de acordo; seu ponto de vista está nos capazes, os técnicos e professoriais, o clero, o militarismo. O evidenciam as vítimas que a diário se cobram o regime. Se, depois de tudo, o regime que eles impuserão é para uma nova classe, e por descontado que o trabalhador, o povo, não figuram em seus objetivos. O que necessita é o poder, o aparato repressivo do Estado, essa enteléquia que sob todos os ângulos os anarquistas combateram, e seguem impávidos nessa posição. Por estas razões, não cremos que esse grupo de "os 33" esteja integrado por companheiros definitivamente anarquistas. Ainda que, ao fim e ao cabo, anarquistas não é o que quer, sim o que pode.⁷⁵¹

Tentando não nos alongar sobre o texto, este evidencia uma posição que se tornará dominante neste setor do anarquismo argentino. Primeiro, o entendimento de que a adesão a luta armada significaria um sinônimo de bolchevismo ou marxismo. Segundo, a rejeição de qualquer menção a figuras de outras tradições políticas. Enquanto na heterodoxia latino-americanista da FAU, cabia comparar Mikhail Bakunin com Ernesto “Che” Guevara, para os militantes da FORA, tal postura evidenciava uma espécie de “entrismo” no anarquismo. Cabe dizer que obviamente deviam pesar questões de segurança, na tentativa de dissociar-se totalmente da tática da luta armada operada pela OPR-33 (braço armado da FAU), mas isso não explica a dureza com que tratam a OPR-33 em seu comunicado, considerando-a não ser anarquista e sua consideração sobre o setor que defendia a luta armada em *La Protesta* como “êmulos de Mao”.

A divergência, portanto, saía do campo estratégico para se tornar nos meses subsequentes, uma questão transformada em questão de princípio. O grupo “renovador” e defensor da luta armada sai de *La Protesta*, mas não sem antes, lançar um documento intitulado *Documento de ruptura con la Protesta*.⁷⁵²

⁷⁵⁰ SUAREZ, T. La Furia Reaccionaria en URUGUAY. *Tierra Libre*, Tucumán, Septiembre-October de 1972, n^o 39, p. 3.

⁷⁵¹ SUAREZ, T. La Furia Reaccionaria en URUGUAY. *Tierra Libre*, Tucumán, Septiembre-October de 1972, n^o 39, p. 3.

⁷⁵² Documento de ruptura con la Protesta apud DÍZ; TRUJILLO, 2006, pp. 81-91.

Alguns números após este texto, o coletivo editorial de *La Protesta*, provavelmente pressionado a adotar uma posição definitiva sobre o tema, decide pôr uma opinião sobre o tema em seu editorial. Na capa de *La Protesta*, contrariando as linhas majoritárias do uso da violência na história do anarquismo, afirmam de modo surpreendente que o “fim da ideia anarquista é a não violência em si”. Para estes, “Ao ideal anarquista não se chega lançando bombas, mas sim indefectivelmente com a educação e o esclarecimento de cada consciência”, posição que como vimos anteriormente, também foi defendida pelo epígono do anarquismo uruguaio, Luce Fabbri. Era como se mediante o conflito gerado pela disputa de linha interna, os atuais editores tivessem abandonado todas as posições anteriores e regredido a uma posição ainda mais dogmática. Chama atenção que a ação violenta de Kurt Wilckens, quatro anos antes, para *La Protesta* era um “passo mais ou menos gigante até a revolução” e agora, a opção pelas armas, uma afronta aos princípios anarquistas, uma questão de desvio doutrinário. No meio da tormenta da ação de diversos grupos guerrilheiros e numa intensa polêmica interna, a violência passava a não ser mais a expressão de uma luta popular, mas algo que contrariava os princípios do anarquismo, segundo *La Protesta*. Vendo por outro prisma, o recuo do jornal transforma-se num enclave heterodoxo em defesa da não-violência, diante um crescente arquipélago guerrilheiro.

Outro evento que merece ser mencionado é o retorno de Perón ao país e que desencadearia acontecimentos incontornáveis e que provavelmente imprimiu no debate de *La Protesta* mais uma polarização. A negociação sobre a volta de Perón estava condicionada ao fato de que este não se candidatasse nas próximas eleições. A vitória do peronismo com quase 50% dos votos deu a posse a Héctor Câmpora. O voto peronista em Câmpora, assim como as mobilizações de base expressavam de certa maneira uma posição contra o autoritarismo dos militares. Uma imensa multidão, estimada entre 1,5 e 4 milhões de pessoas compareceu ao retorno de Perón, ocorrido em 20 de junho de 1973, menos de um mês de Câmpora assumir o governo. Havia uma atmosfera de euforia depois de 18 anos de proscricção do peronismo. Os setores da esquerda peronista dominariam a presença política na sua recepção. Os grupos da esquerda peronista vinculados com a chamada Tendência Revolucionária conseguiram levar seis vezes mais militantes que os setores da direita.⁷⁵³ A presença política dessa tendência de esquerda peronista, ligada a fórmula do socialismo nacional ofuscava de certa maneira a própria CGT, que apesar de ter mobilizado um número considerável de manifestantes, precisou de 1 mês e o gasto de centenas de dólares para mobilizar cifras parecidas com a que a tendência mobilizou em apenas 2 dias.

Tal presença política, que marcaria o cenário de todo governo peronista (eleito com 62% dos votos ainda em 1973) de nenhuma maneira fez com que Perón adotasse as consignas radicais que a Tendência Revolucionária defendia. Pelo contrário, a Tendência Revolucionária foi gradativamente removida das posições de poder do governo.⁷⁵⁴ No retorno de Perón um acontecimento agravaria ainda mais a polarização política no país. A disputa entre peronistas de esquerda e de direita pelo protagonismo na recepção a Perón provocaria rugas que terminariam de modo trágico. A direita preparou-se com uma logística militar bem organizada e atacou as hostes da esquerda peronista. O resultado seria o de dezenas de mortos e centenas de feridos. As cifras não são claras, mas as estimativas variam entre 13 e 25 mortos e mais de 300 feridos. O “reencontro nacional” tornou-se um conflito agudo, que traduzia no espaço daquele dia e local, a realidade polarizada da sociedade argentina, prenunciando o futuro político da região, a esquerda começaria acuada.

A posição interna de um setor de *La Protesta* parecia espelhar uma reação ao ocorrido no retorno de Perón. Defendendo sua posição mediante uma citação de Bakunin, *La Protesta*

⁷⁵³ GILLESPIE, 2011.

⁷⁵⁴ ROMERO, 2006, p. 193.

chegará a conclusão de que só se pode chegar a sociedade anarquista “através: da educação e o esclarecimento”.⁷⁵⁵ Transformada em questão de interpretação sobre a doutrina, os editores de *La Protesta*, contrariando a história de sua própria ideologia em solo argentino, defenderão um anarquismo curiosamente pacifista, onde dirão que é

muito mais proveitosa uma manifestação de pacifistas que não o assustem os golpes nem os gases, que uma bomba posta em uma delegacia ou na porta de um regimento. É muito mais positiva a desobediência civil dos milhares de cidadãos contra uma medida injusta; que a morte de um policial. É mais valente e mais benéfica a nossa revolução a atitude dos jovens que se negam a fazer o serviço militar ou a tomar uma arma, que assaltar um banco ou raptar um embaixador.⁷⁵⁶

Apesar da visível posição contrária a quaisquer atos de violência, afirmarão que “não vamos cair na carolice e dizer que estamos contra a violência assim, em geral, como agora está em moda cada vez que cai atravessado por balas um carrasco do povo”. Prosseguem dizendo que “temos de saber diferenciar entre o que usa a violência para torturar, para escarnecer, para manter seus privilégios e o que usa a violência para rebelar-se por puro desespero contra a injustiça, contra o terror uniformizado”.⁷⁵⁷ Sustentando uma posição ambígua, o grupo editorial de *La Protesta* afirmará que há formas de “violência justas” que devem ser compreendidas. Parece que sua própria homenagem a Wilckens; colocado no cânone dos grandes anarquistas, anos antes, parecia comprometer em parte, a força de seu argumento, que era então, relativizada.

Apenas um mês depois, Wilckens volta a ser tema do jornal. Após uma introdução contextualizando os acontecimentos da semana trágica, reafirmarão que Wilckens cometeu tal ato ao “sentir toda a dor, a angústia e a impotência de seus irmãos sacrificados ignominiosamente”⁷⁵⁸. Isso também coloca os editores de *La Protesta* numa situação confortável, na medida em que podem apoiar determinado ato de violência, desde que esta “sirva para frear os desmandos que se desencadeiam sobre a classe oprimida, eliminando os monstros que não dão trégua”.⁷⁵⁹ Mas deixarão claro, na mesma frase, “que a violência não constrói, não dignifica, não serve para a paz e a confraternização humana”.⁷⁶⁰ Ou seja, nas entrelinhas, de que se pode apoiar um determinado ato, isolado, fruto em sua leitura de um suposto desespero pessoal, mas quando o exercício da violência passa a ser pensado de maneira coletiva, parece a estes que isto não faria parte da sua concepção de anarquismo. Neste texto, outro anarquista também é acionado, o grego Simón Radowitzky, outro insurrecionalista, cuja ação também é colocada dentro do argumento central de *La Protesta*, de que determinadas formas de violência, feitas de maneira individual, são justas quando respondem a um determinado massacre, mas que a violência feita de maneira organizada não é um caminho político para o anarquismo. Mas há além de todo este debate uma ausência sentida. Falta nesta narrativa histórica sobre o caso de Wilckens uma figura fundamental neste processo, que é a de Boris Wladimirovich.⁷⁶¹ No texto em questão, a morte de Pérez Millán é

⁷⁵⁵ Los Anarquistas y la Violencia. **La Protesta**, Buenos Aires, Junio de 1973, nº 8140, p. 01, tradução nossa.

⁷⁵⁶ Idem.

⁷⁵⁷ Idem.

⁷⁵⁸ Kurt Wilckens 1923 - junio de 1973. **La Protesta**, Buenos Aires, Julio de 1973, nº 8141, p. 02, tradução nossa.

⁷⁵⁹ Idem.

⁷⁶⁰ Idem.

⁷⁶¹ Boris foi um russo que justificou o militante de extrema-direita Pérez Millán. Pérez Millán foi o assassino de Wilckens na cadeia. Defendemos a hipótese de que Boris articulou com outros anarquistas o assassinato de Millán. Esta hipótese, entretanto, fica para outro artigo.

descrita de soslaio. “A morte de Pérez Millán Témperley no hospital neuropsiquiátrico (o manicômio da rua Vieytes), outro pensionista, alojado no mesmo pavilhão o mata, fechando esse capítulo de tanta aberração inumana e macabra”.⁷⁶²

Talvez por puro desconhecimento dos fatos os anarquistas não pudessem rememorar a figura de Germán Boris Wladimirovich ou, talvez por uma omissão inconsciente, tal figura impusesse a sua narrativa uma dinâmica que afastasse seu argumento central de sua órbita: a de que a violência está inserida numa dinâmica coletiva e não é meramente fruto de um desespero individual.

Algo planejado e metódico como foi a ação de Boris, um insurrecionalista ligado a grupos de ação e realizada sem dúvida alguma com a ajuda de um número razoável de anarquistas e apoiadores poderia tirar forças do argumento que suportava a violência, apenas como fruto de um “desespero pessoal”. A figura “canonizada” de Wilckens⁷⁶³ e sua ação, completamente individualizada, “desesperada” e sem uma ação organizada por trás de seu ato, poderia caber melhor na roupa do argumento de *La Protesta*. Um argumento, que não admitia a violência organizada das guerrilhas latino-americanas e tampouco a expropriação. Pois as guerrilhas colocavam o uso da violência revolucionária em outro patamar de organização.

Num artigo intitulado “Los errores revolucionarios del E.R.P. y de las guerrillas peronistas” questionarão a guerrilha urbana, que para estes é um “apoio logístico” das chamadas direções políticas.⁷⁶⁴ Aqui a posição do “velho” anarquismo de *La Protesta* é mais clara, a tese central do artigo é de que tendo em vista o objetivo de conquista do poder as guerrilhas urbanas da América Latina estariam fadadas ao fracasso.

Tentamos mostrar nas páginas precedentes, que o surgimento da luta armada na argentina se alimenta de famílias políticas diversas que não podem ser reduzidas apenas ao quadro ideológico marxista. Com a vitória da Revolução Cubana, a luta armada passa a ser um novo modelo de ação, possibilitando que seus aderentes usassem, ou adaptem esse modelo à velha realidade. Essa revolução também deu visibilidade e vinculou dois elementos políticos que passam a fazer parte do vocabulário das esquerdas: o anti-imperialismo e o anticapitalismo.⁷⁶⁵ No caso dos anarquistas adeptos da estratégia de massas, tal modelo parecia resolver adequadamente o problema apontado pela relação da violência com uma estratégia de massas. Esse “novo” repertório passa a ser discutido pelos militantes anarquistas de Argentina e Uruguai.

Demonstramos igualmente a polêmica interna do anarquismo argentino em relação a este tema e o contexto político e social que o circundava. Pode-se considerar o discurso da luta armada não como fruto de uma única tradição ideológica, mas como uma variante da luta de classes que se expressa dentro de um quadro de significados em permanente disputa e atualização pelas diversas organizações, autores e militantes. Há percepções encrustadas sobre as ideologias políticas e neste caso específico, do anarquismo, que estão marcadas por certo substancialismo. Ignoram que uma determinada ideologia política, longe de poder ser explicada como um núcleo duro de significados dado de maneira determinada, que derivaria todas as suas ações concretas a partir desse eixo fundamental, pode ser mais bem compreendida como um sistema de separações e diferenças com relação a “outros”

⁷⁶² Idem.

⁷⁶³ Doeswijk chama atenção de como os anarquistas nas primeiras décadas do século XX, usaram profusamente as metáforas religiosas para referir-se a situação de Radowitzky, o que segundo o pesquisador, é próprio “do uso mitológico de um tema”. DOESWJIK, 2013, p. 73.

⁷⁶⁴ Grupo Sadra. Los Errores Revolucionarios del E.R.P. y de las Guerrillas Peronistas. **La Protesta**, Buenos Aires, Setiembre de 1973, nº 8143, p. 01, tradução nossa.

⁷⁶⁵ SALES, 2005, p. 27.

significativos em um contexto histórico e social determinado.⁷⁶⁶ Charles Tilly alerta para o papel fundamental da *identidade* na constituição dos movimentos sociais e de sua reivindicação e essa identidade, no caso do anarquismo definia-se fundamentalmente em relação aos debates do interior do campo ampliado da esquerda.⁷⁶⁷

Creemos ser mais útil, entendermos o posicionamento sobre a luta armada anarquista neste contexto, como algo que se constrói fundamentalmente dentro de um período determinado, se alimentando de tradições diversas da esquerda e da experiência dos trabalhadores. A ideologia anarquista se constituiria assim, com a incorporação desses debates e ferramentas e suas fronteiras se constituiriam em contato com a realidade. A incorporação dos debates da luta armada e de todos os eixos que esta pressupunha debater agia como um catalisador da renovação em parte do anarquismo argentino.

Hobsbawm apontou com precisão, que “quando as velhas tradições são incompatíveis [...] ou dão mostras de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e da flexibilidade” inventam-se novas tradições.⁷⁶⁸ No caso do anarquismo *sessentista* e dos recém-saídos de *La Protesta* tal criação se dava justamente sob a necessidade de reinventar esta ideologia diante novos repertórios de ação, mas não só. Creemos que somente a cultura política não pode explicar adequadamente a adoção do repertório anti-imperialista pelas organizações armadas. Acreditamos que o contexto global facilitava a adoção desse repertório. O fechamento de diversos regimes políticos na América e na Ásia dentro do contexto da Guerra Fria impunha uma determinada reação das organizações de esquerda diante os regimes autoritários.

No caso da luta armada, as discussões eram devidamente complexas. Como demonstram Jean Sales e Adriana Ribeiro, as organizações da esquerda armada divergiam em uma série de aspectos sobre a utilização da violência revolucionária.⁷⁶⁹ Estas divergiam sobre a análise do atual estágio do capitalismo, do papel das variadas ações armadas na conquista dos objetivos finalistas, o arco de alianças que deveria ser realizado para alcançar o objetivo (do socialismo ou da libertação nacional), se a luta armada deveria operar no campo ou na cidade e qual seria a relação tática entre esses dois espaços; assim como, se haveria etapas até lá.⁷⁷⁰ Vimos também, que o anarquismo argentino se debruçará sobre o tema da luta armada com algumas divergências internas, formalizadas nos debates ocorridos no jornal *La Protesta*. Porém, destas divergências sairão também, posições mais bem definidas sobre o tema, ainda que geradas num contexto de disputa política e ruptura aberta. O Grupo Anarquista Revolucionário (GAR) em suas “Cartas da Anarquia” difundirá concepções políticas diversas. Numa destas, falarão longamente sobre o conceito de exploração e mais-valia e a necessidade do trabalhador a “tomada de consciência, a definição revolucionária, que eleva a luta econômica ao nível da luta de classes”.⁷⁷¹

Sobre o anti-imperialismo e a associação com uma suposta burguesia nacional progressista, afirmarão que não é possível “aceitar a possibilidade de que possa se dar uma linha política autenticamente nacional, ou seja, pensada e executada em benefício exclusivo do desenvolvimento de um capitalismo nacional”. GAR também se oporia a ideia de “etapas inevitáveis” que “necessariamente devem transcender o processo condizente a libertação dos povos”. Para o GAR, a relação da burguesia nacional com a internacional pode ser de

⁷⁶⁶ Baseio-me na referência do exaustivo debate sobre as teorias da etnicidade, ainda que tenha clareza de que há de se ter cuidado em adaptar tais reflexões à história política e social. Cf. POUTIGNAT, 2011, p. 176.

⁷⁶⁷ TILLY, p. 149.

⁷⁶⁸ Temos claro que fazemos uma transposição pouco fiel do conceito de Hobsbawm (aplicado ao século XIX), ainda assim, esta não perde seu poder explicativo. HOBBSAWM, 2012, p. 16.

⁷⁶⁹ Cf. SALES, 2015.

⁷⁷⁰ Idem.

⁷⁷¹ GAR. Cartas de la Anarquia, p. 3.

dois tipos, uma é a “unidade fundamental de interesses, que predomina sobre as circunstanciais divergências” ou de “carência de comunidade de interesses”. Para estes, a análise que fazem, permite descartar o segundo tipo no caso argentino, pois este revela uma “interpenetração de interesses econômicos entre as classes dominantes nacionais e o capital financeiro internacional, motor da ação imperialista.”⁷⁷² Para estes

as classes dominantes dos países dependentes, sem excluir seu setor mais jovem, o da burguesia industrial, se desenvolveram, na época do imperialismo, vinculadas desde seu nascimento.⁷⁷³

Para Sales, a relação entre teoria da dependência e o contexto da esquerda revolucionária no continente latino-americano se fortaleciam, na medida em que ocorria o esgotamento de um modelo de desenvolvimento.⁷⁷⁴ Em nossa percepção isso é aplicável aos três casos estudados, mas no caso do anarquismo a adoção da teoria da dependência, dependia da inserção da militância anarquista em campos políticos mais amplos – de aliança tática – que colocariam a necessidade de ter conceitos compartilhados com outras correntes de esquerda. Quanto mais isolados diante outras famílias políticas, menos conceitos compartilhados.

Levando esta reflexão para a análise da realidade, a militância de GAR considerará as reformas empreendidas na educação secundarista, como uma tentativa de “privatizar o ensino, restringindo mais ainda os setores populares”. Para estes, “quanto menor seja a quantidade de filhos do povo que recebem instrução seu ingresso nas fábricas será mais rápido e a mão de obra mais barata”.⁷⁷⁵ Para GAR, “Lutar contra a reforma é lutar contra o imperialismo e a ditadura”.⁷⁷⁶

O Grupo Anarquista Revolucionário (GAR) ressaltava o papel da violência revolucionária como fruto da violência do sistema capitalista. Para estes “Se nossa situação nos leva a violência é que a sociedade inteira nos faz violentos”. Para os Grupos Anarquistas Revolucionários não havia oposição entre luta sindical e luta armada. Afirmam que “Numa corrente revolucionária a concepção de ação direta, tanto no que diz respeito a organização política, como a sua ação na frente de massas ATUA COMO UMA FATOR DE PROMOÇÃO DA LUTA.”⁷⁷⁷

Para o GAR

A opção não é, como pretendem os pseudorevolucionários, “ir-se a agarrar uma metralhadora” ou “atuar entre as massas”. Tampouco é “terrorismo” ou guerra do povo” como também erroneamente se coloca às vezes. A TAREFA DE AGORA É UMA SÓ: AÇÃO DIRETA EM TODOS OS NÍVEIS. Ou seja, no nível do pequeno motor das organizações político-revolucionárias e do grande motor da peleja do conjunto do povo. Ação direta que vai integrando estes níveis inseparáveis da luta.⁷⁷⁸

⁷⁷² GAR. ¿Puede la Burguesia Nacional ser consecuentemente antiimperialista? s/d

⁷⁷³ Ibid, pp. 1-2.

⁷⁷⁴ SALES, 2005, p. 30.

⁷⁷⁵ GAR. Panfleto. s/d

⁷⁷⁶ Idem.

⁷⁷⁷ Segue o original: “En una corriente revolucionaria, la concepción de acción directa, tanto en lo que respecta a la Organización Política, como a su acción en el frente de masas actúa COMO FACTOR UN FACTOR (sic) DE PROMOCION DE LA LUCHA.” Grupos Anarquistas Revolucionários. “A todos los niveles, acción directa.” S/d, 2p. Biblioteca Popular José Ingeniero.

⁷⁷⁸ “La opción no es, como pretenden los pseudorevolucionarios, “irse a agarrar la metralleta” o “atuar entre las masas”. Tampoco es “terrorismo” o “guerra del pueblo” como también erróneamente se plantea a veces. LA TAREA DE AHORA ES UNA SOLA: ACCIÓN DIRECTA A TODOS LOS NIVELES. O sea, a nivel del

A posição do GAR sobre a luta armada, portanto, não considerava o aparato armado como uma vanguarda que substituiria a organização política como no esquema guevarista clássico, ou tampouco, acreditavam na tese de que o aparato armado substituiria a ação de massas. Na visão do GAR, o braço armado era apenas uma variante da ação direta que se expressava em diversos níveis de luta. Na concepção de GAR,

A ação direta que a Organização executa, a promovem seus militantes entre as massas, através do trabalho de todos os dias, contra os patrões, e o governo, através da luta operária e estudantil contra o regime, através das distintas formas de combate popular, através da luta ideológica contra as concepções burguesas e reformistas.⁷⁷⁹

Caracterizavam o momento da aplicação desse método, como um momento inscrito numa “luta prolongada”. Repetindo uma velha consigna da esquerda armada, diriam que o processo era o de “Criar um, dois, três mais Vietnãs”.⁷⁸⁰ Lembrando que desde janeiro de 1973, o EUA assinara um acordo em Paris, pondo fim à guerra do Vietnã. Apesar das assimetrias entre as baixas vietnamitas e norte-americanas (1 milhão para os vietnamitas e 55 mil para os EUA), o governo dos EUA saía da guerra desmoralizado e pressionado pelos protestos em seu quintal. Para o GAR, “Hoje como nos anos 20 cobram vigência os métodos mais radicais, mais intransigentes para fazer avançar a luta de classes”.⁷⁸¹ A referência de GAR a década de 20 não nos parece escolhida ao acaso e se inscreve numa reflexão realizada nos marcos de sua tradição militante de aplicação da violência revolucionária.

Apesar da defesa da ação armada, o GAR criticava o que consideravam “posturas militaristas” de algumas correntes da esquerda armada, tal como os *Montoneros*. Adotavam uma gramática própria da guerra, mas eram críticos do militarismo. Criticariam “os métodos caducos e a disciplina militar” assim como afirmariam que lutavam “junto ao proletariado por nossa reivindicação, contra toda organização vertical, contra o capitalismo burguês e todo tipo de submissão”.⁷⁸²

A filiação continental de GAR era reforçada ao fim do documento, afirmando “De uma luta continental pelo socialismo e a liberdade”.⁷⁸³ Aliás, essa compreensão de que a ditadura militar em diferentes países da América do Sul era uma resposta coordenada das elites políticas e econômicas parecia clara aos seus militantes que entendiam a ditadura como um “sistema global” em sua “forma atual de expressão”.⁷⁸⁴

Outro acontecimento fundamental para entendermos a adesão dos anarquistas que participarão deste universo da luta armada na Argentina é o golpe militar no Chile. Ocorrido em onze de setembro de 1973, este iria agravar a impressão generalizada⁷⁸⁵, principalmente para a nova geração do anarquismo, de que se caminhava para um fechamento geral dos regimes latino-americanos. Era o último empurrão que faltava as organizações da esquerda para a opção da luta armada. Pillar Calvero afirma que a “luta armada surge como resposta a

pequeño motor de las organizaciones-políticas revolucionarias y del gran motor de la pelea del conjunto del pueblo. Acción directa que vaya integrando estos niveles inseparables de la lucha.”Ibid, p. 2.

⁷⁷⁹ Idem, p. 2.

⁷⁸⁰ Idem.

⁷⁸¹ Segue o original: “Hoy como en los años 20 cobran vigencia los métodos más radicales, más intransigentes para hacer avanzar la lucha de clases.” Ibid, tradução nossa.

⁷⁸² Grupo Anarquistas Revolucionários, 1p.

⁷⁸³ Idem.

⁷⁸⁴ GAR. La Emancipación de Los trabajadores sera obra de los trabajadores mismos. Panfleto. s/d

⁷⁸⁵ Junto ao golpe no Uruguai, em fevereiro de 1973. Contudo, o golpe no Chile passava uma impressão mais dramática, com o bombardeio pelos militares ao palácio presidencial.

uma estrutura de poder ilegítima, num contexto de descrédito geral da democracia”.⁷⁸⁶ Somamos a esta reflexão, que este descrédito se alimentava das movimentações autoritárias no Brasil, que eram acompanhadas pelos militantes argentinos e uruguaios.

A LAC, em 18 de setembro de 1973, publica um boletim com uma análise do Movimento de Esquerda Revolucionária sobre o golpe militar do Chile. Ressaltavam que “a história demonstra o fracasso do reformismo e a impossibilidade de acessar pela via pacífica o socialismo”.⁷⁸⁷ À esta conclusão chegavam também os militantes da Resistência Estudantil pelo Socialismo, uma espécie de tendência organizada pelos anarquistas argentinos, que além de exigir o asilo político aos refugiados do Chile⁷⁸⁸, afirmavam que “o Chile ensina hoje, que o caminho da transformação social não é o parlamentarismo”. A Organização Anarquista (OA) em seu periódico *El Libertário* defenderá em setembro de 1973 que o

Chile é um exemplo claro do que significa o autoritarismo das F.F.A.A. contrarrevolucionárias que respondendo a sua extração de classe pequeno-burguesa, faz que seja um dos melhores aliados dos impérios econômicos. Este golpe de estado, um avanço mais do Imperialismo, que avassala a América Latina, significa um duro golpe as organizações de base dos povos e uma advertência⁷⁸⁹

Para os anarquistas aglutinados no jornal *Acción Directa*, o massacre de Trelew e os assassinatos de Ezeiza fazem parte de um mesmo contexto.⁷⁹⁰ Para estes, “as mesmas forças armadas repetiram ao longo da história recente estes tipos de crimes - os assassinatos massivos na Patagônia, a Semana Trágica, os fuzilamentos em 1956” e por trás destas ações repressivas estava a “mesma política burguesa”.⁷⁹¹

Trelew e Ezeiza para esses militantes são “o resultado lógico das constantes jogadas repressivas que leva a cabo o sistema como prevenção”.⁷⁹² Afirmarão o caráter articulado dessas ações repressivas, quando sublinham que os “grupos de poder veem o perigo do avanço da esquerda no mundo e temem como consequência que na América Latina podem se ampliar e estender o fenômeno cubano”.⁷⁹³ O peronismo era visto como um fenômeno populista; uma “saída mais estável” para aquele momento, adequada a Argentina. Mas antecipando um possível fechamento do regime afirmam que a classe dominante “não teria nenhum inconveniente em reeditar o [governo autoritário] de Brasil, Uruguai e Chile se as circunstâncias o exigirem”.⁷⁹⁴ A visão continental dos anarquistas era nítida; enxergavam as mobilizações dos governos como algo interligado.

⁷⁸⁶ CALVEIRO, 2004, p. 13.

⁷⁸⁷ Original: “Hoy, que la historia demuestra una vez más el fracaso del reformismo, la imposibilidad de acceder por vía pacífica al socialismo y las limitaciones de una estrategia que no comprenda que no existen etapas intermedia entre el capitalismo y el socialismo;”, Línea Anarco Comunista. La situación Política del Chile. Panfleto.

⁷⁸⁸ Original: Chile enseña hoy que el camino de la transformación social no es el parlamentarismo no es el diálogo ni la conciliación de clases ni la coexistencia pacífica con los exploradores. Chile Enseña. Resistencia Estudantil por el Socialismo. Panfleto. Septiembre de 1973.

⁷⁸⁹ Solidaridad con el heroico pueblo chileno en su lucha contra el imperialismo. **El Libertário**, septiembre de 1973, p.2

⁷⁹⁰ Aliás é oportuno afirmar que a adoção do nome Acción Directa é uma homenagem não só a experiência da FACA, mas a metodologia defendida por estes militantes.

⁷⁹¹ Original: Si bien es cierto que las mismas fuerzas armadas han repetido a lo largo de la historia última ese tipo de crímenes - los asesinatos masivos en la Patagonia, la Semana Trágica, los fusilamientos de 1956”. Trelew y Ezeiza: resultantes lógicas del sistema. **Acción Directa**, Buenos Aires, Octubre de 1973, nº 1, p. 5.

⁷⁹² Ibid, tradução nossa.

⁷⁹³ Idem.

⁷⁹⁴ Idem.

Definia-se assim, dentro de um contexto recheado de polêmicas e eventos conflitivos, a posição que seria tomada até o fim, pelas organizações anarquistas que aderiam aos valores sessentistas: a de que era o violento contexto argentino que os fazia recorrer a inevitável violência revolucionária. Se o anarquismo nas primeiras décadas do século XX, tinha a hegemonia da discussão sobre a violência revolucionária na classe trabalhadora organizada, quando este contexto se modifica e as regras mudam, este tem de se adaptar e interpretar a nova gramática ou recusá-la.

No caso dos grupos que iriam conformar a RL, a opção foi em assumir este instrumento, entendendo que a conjuntura política em seu país caminhava para uma encruzilhada. Adotar a luta armada sob uma reflexão crítica de seu papel, ainda que no plano da intenção, surgia no horizonte como uma nova tradição; criada principalmente do interior do ideário das esquerdas. Como bem apontado por Hobsbawm “inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta”.⁷⁹⁵ Veremos nas páginas seguintes, que a oferta da luta armada no continente latino-americano era grande e no caso dos anarquistas, havia uma demanda por revigorar sua ideologia com novos repertórios: o anti-imperialismo, a luta armada e a vontade de atualizar sua própria ideologia.

- A noite alta que não acabou: o golpe de 1964 e os anarquistas no Brasil

na expressão do apóstolo
“a noite vai alta,
e o dia se aproxima”.
*Dealbar*⁷⁹⁶

Segundo o pesquisador Dênis de Moraes (2011) de “1960 a 1964, a política brasileira não se limitava ao parlamento – tornara-se algo bem abrangente”.⁷⁹⁷ Neste sentido, variadas organizações políticas participavam da esfera pública e construía seu projeto de sociedade. Segundo Paul Singer, três formas de mobilização tornavam-se evidentes no período: um movimento estudantil muito ativo e com grande impacto na opinião pública, um movimento camponês que ocupava terras e por fim, um movimento sindical que se livrava das tutelas getulistas e trabalhistas.⁷⁹⁸ Os anarquistas, ainda que com capacidade de ação política reduzida, não ficariam fora deste contexto e nos momentos anteriores ao golpe, como vimos, organizavam seus centros de cultura, participavam modestamente do mundo sindical e divulgavam sua imprensa específica. A capacidade do populismo em cooptar os movimentos sociais se via prejudicado pela conjuntura econômica recessiva.⁷⁹⁹ Dar pequenos ganhos aos movimentos populares num contexto de crise não era factível dentro deste modelo.

No plano da economia a inflação que acumulava ano após ano, alcançou 60% e mais, de 1963 a 1964. A economia brasileira, profundamente dependente da exportação de café

⁷⁹⁵ HOBSBAWM, 2012, p. 16.

⁷⁹⁶ *Dealbar*, São Paulo, Setembro de 1965, nº 1, p. 01.

⁷⁹⁷ MORAES, 2011, p. 33.

⁷⁹⁸ SINGER, Paul. O significado do conflito distributivo no golpe de 1964 In: TOLEDO, 2014, pp. 24-25. Cabe afirmar que diante esses movimentos, as agências golpistas IPES/IBAD iriam financiar ativamente contra-movimentos nos setores camponês, estudantil e sindical. Em 1962 vão patrocinar jornais estudantistas, patrocina as marchas femininas pela família e pela liberdade e estimula a criação de sindicatos anticomunistas. DREIFUS, 1986, p. 316.

⁷⁹⁹ NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhadores na Crise do Populismo: Utopia e Reformismo In: TOLEDO, 2014, p. 78.

(70% à época) sofria com as flutuações do preço desse produto e a dívida externa tornava-se quase que impagável.⁸⁰⁰ Os salários passavam a perder seu poder de compra e o impasse político somava-se ao impasse econômico.

No contexto da Guerra Fria, as mobilizações populares cujas demandas se inseriam dentro dessa conjuntura de crise, geravam preocupações para o governo norte-americano. No final dos anos 50, o governo dos Estados Unidos passou a concentrar mais atenção na América Latina, principalmente pelo temor do exemplo cubano se alastrar. A admissão de governos militares era vista como “admissível e desejável”, tendo em vista o combate ao comunismo.⁸⁰¹ Ações de contra insurgência das forças armadas norte-americanas começam a ser implementadas, focando no treinamento de exércitos nacionais pelo continente.⁸⁰² Enviaram também os *Peace-Corps*, “exército de jovens voluntários americanos que prestavam serviços em países pobres”.⁸⁰³ Mesmo com a morte de Kennedy (assassinado em 1963), os EUA seguiriam construindo essas ferramentas de intervenção – como estimular a criação de entidades estudantis e sindicatos anticomunistas – e a América Latina, passava a ser um novo palco da Guerra Fria.⁸⁰⁴ Os anarquistas latino-americanos, nos anos finais da década de 50, passavam a perceber esse movimento de crescente intervenção, chegando até mesmo, em 1957 a realizar uma convenção anarquista americana, onde uma das pautas foi o imperialismo norte-americano.

O período anterior ao golpe de 1964, contudo, foi marcado por um contexto de desestabilização política e econômica. Grupos nacionais, com o apoio dos Estados Unidos, patrocinaram, entre 1961 e 1964, uma grande campanha contra o presidente João Goulart, onde o Brasil tornou-se um laboratório para a desestabilização latino-americana.⁸⁰⁵ O trabalhismo – se usarmos um conceito recente do campo da historiografia – ou populismo, se optarmos por usar a categoria da época dava sinais de seu fim.⁸⁰⁶ No final da década de 1950 e início da década de 1960 os interesses multinacionais e associados já tinham se tornado a força socioeconômica dominante, que acompanhou a expansão do complexo industrial-financeiro no país.⁸⁰⁷ Seria esta força, que basicamente promoveria a campanha de desestabilização.

A campanha de desestabilização, fartamente comprovada pelo pesquisador René Armand-Dreifus foi operada fundamentalmente à partir de 1961, tendo como auge, os anos de 1962-63. Os principais operadores desse processo de desestabilização foram as organizações IPES/IBAD, que reuniam empresários, tecno-empresários, militares e setores civis alinhados com o anticomunismo, a linha econômica do capital nacional-multiassociado e o conservadorismo no campo dos valores.⁸⁰⁸ Economicamente, a coalizão golpista visava

⁸⁰⁰ SINGER, *Ibid*, pp. 22-23.

⁸⁰¹ Cf. FICO, 2014, p. 26.

⁸⁰² *Ibid*, p. 27.

⁸⁰³ *Ibid*, p. 28.

⁸⁰⁴ *Ibid*, p. 29. Se o golpe não foi um mero fruto da ação dos EUA por si só, não há como compreendê-lo sem entendermos o contexto da guerra fria e o imperialismo norte-americano.

⁸⁰⁵ FICO, 2014, pp. 30-31.

⁸⁰⁶ Lembrando que o termo populismo também vem sendo utilizado como um conceito em revisão.

⁸⁰⁷ DREIFUSS, 1981, pp. 71-72.

⁸⁰⁸ Com base em Dreifus, sabemos que as sementes do IPES, do IBAD e do CONCLAP foram lançadas no final da administração JK. Iniciativa de barrar a tendência esquerdista no país. O que os unificava eram suas relações econômicas multinacionais-associadas, seu posicionamento anti-comunista e sua intenção de reformular o Estado. O IPES tinha uma face dupla (pública e secreta). O lado secreto coordenava uma sofisticada campanha política, ideológica e militar. O IBAD agia como uma unidade tática e o IPES operava como centro estratégico. DREIFUSS, 1981, pp. 162-165.

garantir a acumulação de capital necessária para à reprodução em larga escala do capital industrial, avaliando que o Estado populista era incapaz de realizar esse movimento.⁸⁰⁹

Os esforços da elite orgânica alcançaram resultados mistos nas diversas áreas de ação e com exceção das classes médias, o complexo IPES/IBAD sofreu forte resistência e até mesmo derrota em alguns setores (movimento estudantil). Apesar de não ter conseguido operar um consenso e “impor-se na sociedade brasileira”, estes institutos foram fundamentais para “estimular uma reação generalizada contra o bloco nacional-reformista”.⁸¹⁰ Essa reação, de nenhum modo pode ser restringida aos setores militares, “o golpe foi muito mais do que uma mera rebelião militar. Envolveu um conjunto heterogêneo de novos e velhos conspiradores.”⁸¹¹

Segundo Carlos Fico a “desestabilização foi muito organizada; a conspiração que levou ao golpe foi difusa”.⁸¹² A ação desencadeada pelo general Olímpio Mourão Filho acabaria com o impasse dentro dos conspiradores, sobre o melhor momento possível para as tropas golpistas marcharem. E no dia Primeiro de Abril de 1964, os militares saíam às ruas sob uma reação confusa e desarticulada das esquerdas.

Muito já se falou sobre a resistência das esquerdas a este processo, inclusive, as autocríticas póstumas traziam a angustiante questão: porque a esquerda não reagiu a altura? Se tal frase serve para reflexão dos campos majoritários da esquerda que se opunha aos golpistas, para os anarquistas, limitados a pequenos espaços organizativos, a reflexão impunha outros contornos: como *sobreviver* ao golpe? Cabe afirmar que neste período, o anarquismo no Brasil limitava-se a presença em centros culturais e minoritariamente no campo sindical. Não havia igualmente, uma organização nacional que os coordenasse. Tal proposta foi definida num congresso em 1948, mas com divergências internas, as organizações passam a desaparecer em 1959. Ao contrário do caso argentino, os anarquistas brasileiros estavam concentrados quase que totalmente no eixo Rio-São Paulo e com pouca inserção nas categorias sindicais e estudantis.

No mesmo dia do golpe (1º de Abril), Ideal Peres e Edgar Rodrigues foram até a sede do CEPJO se livrar de materiais que poderiam comprometer os anarquistas. Essa cultura de segurança dos anarquistas era fruto de uma prática acumulada, que não lhes permitia agir com ingenuidades. Como dito por Carlos Fico, a tese “de um golpe asséptico e banal relaciona-se à persistência do mito da história incruenta e corrobora a leitura segundo a qual nos primeiros anos do regime militar não teria havido tortura”.⁸¹³ Pelo contrário, o golpe liberou uma onda de arbítrio e violência contra os setores progressistas e os anarquistas se preparavam para não soçobrar diante as ações da repressão.⁸¹⁴

À época, o CEPJO dividia seu espaço com a organização trotskista POLOP, com vistas a pagar o aluguel da sala. Segundo depoimento de Edgar Rodrigues, os anarquistas tiveram de “rasgar jornais e outros papéis dos trotskistas e jogá-los pela lixeira do edifício”. A quantidade de material no CEPJO era tão volumosa, que Germinal Botino, Ideal Peres e Edgar Rodrigues tiveram de colocar o restante numa carroceria de uma caminhonete, tendo passado incólume

⁸⁰⁹ BENATTI, 2010, p. 82

⁸¹⁰ DREIFUS, 1981, p. 337.

⁸¹¹ NAPOLITANO, 2014, p. 43.

⁸¹² Ibid, p. 31. Posição semelhante chega o pesquisador Jacob Gorender. Sobre a inevitabilidade do golpe, afirmará que “houve muitos vaivéns”. Para este pesquisador “o golpe não era inevitável. Contudo, tornou-se inevitável na curta conjuntura dos dois ou três meses que o antecederam.” GORENDER, Jacob. Era o golpe de 1964 inevitável? In: TOLEDO, 2014, pp. 134-139.

⁸¹³ FICO, 2014, p. 59.

⁸¹⁴ Idem.

diante uma *blitz* na entrada da cidade de Niterói.⁸¹⁵ Livraram-se também de muitos materiais anarquistas, alguns destes, perdidos para todo sempre naquele fatídico primeiro de abril.

Os anarquistas do Rio de Janeiro reunir-se-iam imediatamente após o golpe para fazer um balanço da situação política.⁸¹⁶ Infelizmente não temos acesso aos conteúdos imediatos dessa análise. A primeira iniciativa dos anarquistas no imediato pós-golpe foi “perder” o livro de atas das reuniões do CEPJO, pois estas continham temas sensíveis à conjuntura política do país. Cientes de que o anarquismo em poucos momentos pode se dar o luxo de não ser vigiado ou reprimido, as atas foram refeitas com “assuntos que pudessem ser lidos pelas autoridades policiais” e foi marcado um encontro com os anarquistas de São Paulo para o dia 1º de Maio de 1964.⁸¹⁷ O tema do encontro foi a situação política do Brasil, um balanço das prisões conhecidas e a guarda de documentos relativos ao anarquismo no Rio de Janeiro e São Paulo. A precaução dos anarquistas não era em vão, somente nos primeiros anos do golpe de 1964, cerca de 50 mil pessoas foram presas no país.⁸¹⁸

As atividades do CEPJO foram mantidas funcionando “normalmente”, ainda que os anarquistas mantivessem a maior cautela possível diante o quadro repressivo inaugurado pelo golpe em 1964. Estes prosseguiriam com discricção política após o golpe de 1964. As atividades nos centros de cultura e as editoras anarquistas serviam como ponto de contato entre os militantes que se dispunham a articular-se minimamente. Os encontros anarquistas seriam discretos, mas teriam pautas políticas importantes de análise da situação conjuntural e formas mínimas de manutenção de sua organização.

Com o golpe de 1964 a conjuntura mudaria desfavoravelmente para a imprensa anarquista, já reduzida diante as dificuldades rotineiras de articulação. A edição do jornal *O Libertário* programada para o fatídico mês de abril, jamais foi distribuída, por razões de segurança. Os jornais anarquistas sempre tiveram uma importância seminal a estes militantes. Nos momentos de menor articulação política, fazer um jornal significava manter o disperso minimamente coeso. Mesmo após o golpe estes se ariscaram a fazer um periódico. Mas para isto, era preciso “refundar” seu jornal com uma roupa apropriada para o período, afinal, as condições de produção do jornal eram muito distintas às dos anos anteriores. Em cartas enviadas a Ideal Peres, Pedro Catallo já enumera uma série de dificuldades de se fazer um jornal anarquista num contexto repleto de incertezas políticas e anuncia para breve o lançamento do jornal.⁸¹⁹

No lugar de *O Libertário*, viria *Dealbar*, praticamente o mesmo periódico, mas com outro nome. *Dealbar*, produzido em São Paulo, teve 17 números e circulou de 1965 a 1968. Cabe reafirmar que aqui há uma mudança evidente numa tradição anarquista que ultrapassava as décadas. Os periódicos anarquistas normalmente faziam alguma referência à doutrina, seja a periódicos que assumiam nomes de periódicos anteriores, seja a jornais que utilizavam palavras do ideário anarquista.⁸²⁰ *Dealbar* seria

⁸¹⁵ RODRIGUES, 1993, p. 165.

⁸¹⁶ Centro de Cultura Social: agradável visita. *Dealbar*, São Paulo, Fevereiro de 1968, nº 12, p. 02.

⁸¹⁶ SALES, 2005, p. 2.

⁸¹⁷ Ibid, p. 55.

⁸¹⁸ ALVES, 1984, p. 59.

⁸¹⁹ Em carta de Pedro Cattalo a Ideal Peres, este dizia que “Estamos dando os últimos retoques á iniciativa de fazer aparecer um jornalzinho “prudente”, para ver se conseguimos reentrozarmo-nos com todos aqueles amigos que mantinhamos correspondencia. [...] Dealbar assim se chamará o jornalzinho” Pedro Catallo. Carta, 10/06/1965, Rio de Janeiro, [para] Ideal Peres, São Paulo. 1 páginas, p. 01

⁸²⁰ O *Libertário* da década de 60 é uma homenagem ao seu homônimo, que circulara na década de 10. Assim como *Ação Direta* e *A Plebe* da década de 40/50 são referências homônimas a jornais que circularam na década de 20 e 30, com o mesmo nome.

a claridade após o negrume da luta. A luz depois das trevas. A realidade concreta vestida de esperanças. O sonho presente. A fé viva e ideal. É horizonte sem meridianos nem fronteiras, nem ódio de raças, nem a rotina de pobres e ricos, nem o escapismo dos dogmas.⁸²¹

Evitando a repressão, Pedro Catallo afirma que “é preciso tomar muito a sério duas fortes razões. Uma delas é, manter no máximo possível, a linguagem prudente e precavida, evitando sempre comprometer e comprometer-se”.⁸²²

Além disto, a gráfica em que o jornal era produzido era uma gráfica interna do Banco Brasileiro de Desconto, utilizada por um simpatizante que ajudava na confecção do jornal.⁸²³ Isso afetava o conteúdo do que era produzido, já que um dos “linotipistas que fazem a nossa composição, um deles é uma freira egressa de algum convento [...] e que não se imisqui (sic) em nada”. O outro, porém, costuma lêr o que compõe e já manifestou alguma curiosidade”. Catallo ressalta a “em que situação delicada se coloca o nosso companheiro”⁸²⁴ e que por isso, isso “obriga a manter essa linguagem moderada”⁸²⁵. Decerto a opção por continuar atuando com uma identidade política, à partir de um jornal, passava pela dificuldade de poder apresentar elementos políticos mais claramente anarquistas sem atrair os olhos da repressão. Como bem aponta o historiador Marcos Napolitano, nesse primeiro momento a opção de se combater no terreno da cultura era possível, pois “viviam-se uma ditadura suficientemente forte para reprimir os movimentos sociais e políticos, mas taticamente moderada para permitir que a esquerda derrotada na política parecesse triunfar na cultura”.⁸²⁶ De modo algum, pode se considerar este período como uma espécie de “ditabranda”, como nos faz querer crer, certa historiografia liberal. O depoimento dos atores históricos – em nosso caso dos anarquistas – expõe toda a preocupação com sua segurança e de seus demais diante a conjuntura política.

Esta seria alvo de debates frequentes por cartas trocadas entre os militantes. A editora *Germinal* seria uma articulação operada no eixo Rio-São Paulo. Contando com uma rede de apoiadores, principalmente de antigos militantes, a editoria traçaria um plano editorial para os próximos anos.⁸²⁷ Não se limitando apenas uma edição de livros no modelo empresarial clássico, ela própria, pareceria uma iniciativa que envolveria seus leitores em sua própria produção. Porém devemos pôr sempre os documentos em seu devido contexto, para não naturalizarmos certas palavras ou engessarmos significados. O teor do documento escapa que a assembleia de longe, não se destina *apenas* à edição de livros e que alguns termos são meros eufemismos para escapar de quaisquer agências da repressão e articular os anarquistas numa reunião própria. As reuniões na “Nossa Chácara” continuarão a ocorrer, algumas com temas de debate conjuntural e a situação política e econômica do Brasil, ao que tudo indica, os anarquistas reuniram-se frequentemente diante o termômetro político do período.⁸²⁸

Em setembro de 1965 é lançado o primeiro número de *Dealbar*. Cabe comentar, que neste período o governo já tinha aprovado dois Atos Institucionais. O AI-1, em nove de abril de 1964, que conferia o poder político aos comandantes das forças armadas e suspendia a eleição direta foi redigido pelo jurista Francisco Campos, o mesmo que redigiu a constituição do Estado Novo. Segundo Fico “essa foi mais uma etapa do processo que marcou a passagem

⁸²¹ *Dealbar*, São Paulo, Setembro de 1965, nº 1, p. 01.

⁸²² Pedro Catallo. Carta, 16/12/1965, Rio de Janeiro, [para] Ideal Peres, São Paulo. 2 páginas, p. 01

⁸²³ Os anarquistas utilizam o termo “amigo” para se referir aos seus simpatizantes políticos.

⁸²⁴ Pedro Catallo. Carta, 16/12/1965, Rio de Janeiro, [para] Ideal Peres, São Paulo. 2 páginas, p. 01. Era muito comum durante o regime militar, trabalhadores serem denunciados como simpatizantes de determinados ideais políticos e serem por isso, demitidos.

⁸²⁵ *Idem*.

⁸²⁶ NAPOLITANO, pp. 97-98.

⁸²⁷ Ideal Peres. Carta, 10/09/1964, Rio de Janeiro, [para] *Germinal*, São Paulo. 1 páginas, p. 01

⁸²⁸ Ideal Peres. Carta, 12/02/1965, Rio de Janeiro, [para] cotizador. 1 páginas, p. 01

do golpe à ditadura”.⁸²⁹ Logo em seguida veio o AI-2, promulgado em 27 de outubro de 1965, que modificou o processo legislativo, instituindo o bipartidarismo. Nesse contexto *Dealbar* apresentará um texto intitulado “Nossos propósitos”, afirmando que *Dealbar* não tinha “ligação com partidos políticos ou seitas religiosas”. Adotando uma comunicação cautelosa, afirmarão que

Trazemos apenas o sincero desejo de contribuir para o estabelecimento, em seu intrínseco valor, da verdadeira e autêntica Democracia, conquista sublime e inestimável de tôdas as gerações anteriores. Lutaremos pela extinção da fome e da miséria das guerras e de todos os flagelos que afligem e separam os homens que se constituem em confrangedora (sic) vergonha para a humanidade.⁸³⁰

Dealbar irá tratar neste número de temas como cultura, racismo, saúde, psicologia, guerra fria etc. A heterogeneidade visava não atrair demasiadamente os olhares para as questões políticas. As eleições estaduais de 1965 consagraram a vitória de chapas que se opunham ao regime no estado da Guanabara e em Minas Gerais. A reação do regime a esta afronta, não iria tardar. Diante esse contexto, os anarquistas publicariam um trecho de um artigo de uma entrevista publicada no jornal *O Globo* sobre os “perigos da escolha de elementos sem a necessária lucidez mental, perigosos e nocivos, muitos dos quais já deram disso prova nos cargos para quais foram eleitos”.⁸³¹ Em letras garrafais, colocarão a seguinte epígrafe na primeira capa do jornal: “Psiquiatra adverte o povo dos perigos da eleição de desequilibrados mentais”.⁸³² Aliás, o uso da psicologia seria um “código” fundamental para falar de questões políticas do presente. Seguiam assim, a mesma lógica dos jornalistas sob o tacão militar. No artigo “Freud e os sonhos”, de autoria de Newton Josetti e republicado pelos anarquistas afirmarão que é no “estudo dos sonhos, através do estabelecimento de uma série de enlaces, permitiu que se definisse a estrutura das neuroses”. Afirmando que “Na neurose fóbica, aparece no sonho o elemento ou situação fóbica. Na neurose obsessiva aparece a figuração da autoridade repressora: soldados, militares, guardas, vigias etc.”⁸³³

Em 1966, uma carta enviada por Ideal Peres a Elias Iltchenco, um anarquista russo que radicara em solo brasileiro desde a década de 10 confirma que 30 militantes anarquistas do Rio de Janeiro visitaram São Paulo e que havia a iniciativa em prosseguir na articulação para o sul do país.⁸³⁴

Um dos problemas enfrentados pelos grupos críticos ao regime militar, ao menos antes do endurecimento do regime em 1968, era a censura. O grupo de teatro que atuava no Centro de Cultura Social (CCS) de SP, por exemplo, iria se deparar com essa realidade. Agentes da D.D.P, vinculada a Secretaria de Segurança Pública iriam exigir a censura da peça “O Testemunho”. Entregariam uma intimação ao centro e a peça precisou ser interrompida.⁸³⁵ Ainda assim, as atividades no CCS e no CEPJO prosseguiriam nos próximos anos.

As atividades culturais seriam públicas, já as estritamente políticas seriam feitas de modo silencioso em casas de militantes e de maneira alternada e envolveria além dos antigos militantes, estudantes entusiasmados com a ideologia anarquista.⁸³⁶ Tal evento, ampliado pela lupa micro-histórica demonstra que parte do que se pressupôs como resultado de um “espírito

⁸²⁹ FICO, 2014, pp. 100-101.

⁸³⁰ OS NOSSOS Propósitos. *Dealbar*, São Paulo, Setembro de 1965, nº 1, p. 01.

⁸³¹ *Dealbar*, São Paulo, Outubro/Novembro de 1965, nº 2, p. 01.

⁸³² Idem.

⁸³³ JOSETTI, Newton F. Freud e os Sonhos. *Dealbar*, São Paulo, Outubro/Novembro de 1965, nº 2, p. 04.

⁸³⁴ Ideal Peres. Carta, 04/06/1966, Rio de Janeiro, [para] Elias Iltchenco. 1 páginas, p. 01

⁸³⁵ Jaime Cubero. Carta, 31/07/1966, São Paulo, [para] Ideal Peres. 1 páginas, p. 01

⁸³⁶ Ideal Peres. Carta, 03/12/1966, Rio de Janeiro, [para] Rafael Fernandes. 1 páginas, p. 01

libertário de seu tempo” fora na verdade a conjugação de uma perspectiva conjuntural efervescente do ponto de vista estudantil e uma atuação subterrânea – mas planejada – de velhos militantes anarquistas. Ideal Peres afirma que as “reuniões congregam em geral 40 a 50 pessoas”. Reunindo temas clássicos do anarquismo como questões contemporâneas, esses encontros atraíram estudantes também em solo paulista, onde segundo Ideal, na cidade de Ribeirão Preto, havia “um grupo de 15 estudantes todos interessados em nossas doutrinas”.⁸³⁷ Na capital paulista, o trabalho do Centro de Cultura Social (CCS) garantia uma difusão mais consistente do anarquismo. Ideal Peres avaliava que a “penetração de nossas ideias tanto no Rio quanto São Paulo me faz pensar seriamente no Rio Grande do Sul. É um campo aberto também, para um reinício de nossas atividades”. Lúcido da necessidade de renovação, Ideal afirma que

qualquer movimento aí só poderá progredir e tomar corpo se for iniciado e orientado por jovens e estudantes. Acredito sinceramente que os velhos companheiros não estão mais em condições físicas e culturais para um reativamento de movimento que no momento exige um grande conhecimento de sociologia, psicologia moderna, economia política e economia do Brasil assim como visão segura dos problemas internacionais para penetração do campo estudantil.⁸³⁸

A inserção estudantil do anarquismo, portanto, menos do que um acaso fortuito, uniu tanto uma conjuntura favorável a difusão do anarquismo no meio estudantil, garantindo sua “manutenção mínima”, quanto foi fruto de uma ação consciente de velhos militantes, que avaliavam que este era o terreno mais fértil a se jogar as sementes. Em carta para Jaime Cubero, um militante (provavelmente Ideal) afirmará que “a única saída para o nosso movimento é lançar semente na juventude. Tudo deve ser feito objetivando êsse fim. Não adianta lançar semente em terreno pedregoso.” Reafirmará também a necessidade de renovação, não apenas política, como teórica do movimento dizendo que

Relembrar figuras do passado, por muito heróicas que possam ser, mas que nada dizem a juventude presente é, em meu modo de vêr, perder tempo precioso. Há uma necessidades imperiosa de estudo, de conhecimento e de atualizações com a ciência moderna. Ela nos fornece um acervo poderosíssimo de argumentos para nossas ideias. O campo esta aberto para nos, porém infelizmente (sic) não temos companheiros capacitados para essa gigantesca tarefa. A maioria esta prêsa ao século 19. E daí não arreda pé.⁸³⁹

A angústia de Ideal era de como traduzir o anarquismo para a gramática dos novos tempos. Como atualizá-lo mediante as lições extraídas da repressiva conjuntura? Como uma resposta a esse dilema surge o jornal anarquista *O Protesto*. Iniciativa de jovens estudantes do Rio Grande do Sul, possuía uma linguagem mais ousada e circulou de modo ininterrupto entre o curto espaço de 1967 e 1968. Marcando uma posição *terceirista*, no plano internacional posicionavam-se contra o “a consequências dos totalitarismos imperantes em todos os Continentes”⁸⁴⁰ e as “rivalidades militaristas e armamentistas do comunismo e do capitalismo”.⁸⁴¹

⁸³⁷ Idem.

⁸³⁸ Ideal Peres. Carta, 03/12/1966, Rio de Janeiro, [para] Rafael Fernandes. 1 páginas, p. 01

⁸³⁹ Carta, 02/11/1967, Rio de Janeiro, [para] Jaime. 1 páginas, p. 01.

⁸⁴⁰ Nosso Propósito. **O Protesto**, Rio Grande do Sul, Outubro de 1967, nº 01, p. 01.

⁸⁴¹ Vietnam. **O Protesto**, Rio Grande do Sul, Outubro de 1967, nº 01, p. 11.

Outras iniciativas, ainda que mais precárias e efêmeras, merecem ser mencionadas. O jornal *Autogestão* que circulou durante o período e era distribuído para grêmios estudantis do interior da cidade do Rio de Janeiro e os militantes editariam também o jornal *Autogestão Operária* lançado (e finalizado) em 1969. Depois da repressão sofrida pelos anarquistas em 1969, essa imprensa ficaria adormecida por alguns anos⁸⁴². Um dos motivos mais fortes para o ocaso da imprensa anarquista neste período seriam as dificuldades financeiras em editar os jornais.⁸⁴³

- O Movimento Estudantil Libertário (MEL) e o Maio de 1968 brasileiro

Não é hora de estudar e atitudes contemplativas.
É hora, sim, de ação (Movimento Estudantil Libertário)⁸⁴⁴

No trabalho do pesquisador Marcelo Ridenti é possível dimensionar o impacto da presença estudantil no arco das esquerdas. A maior parte da base militante e de apoio das esquerdas, principalmente após 1964, segundo Ridenti era jovem.⁸⁴⁵ E segundo este pesquisador uma grande parte desta base de apoio provinha do meio estudantil. Tal fato se favorecia “pelo clima político e cultural dos anos 60”⁸⁴⁶ e a atuação juvenil nos movimentos sociais do período.⁸⁴⁷ Lembremos que as décadas anteriores ao golpe foram anos de expansão, crescimento e abertura da universidade brasileira. O ensino superior brasileiro tinha apenas 27 mil estudantes em 1945. Em 1960 já eram 93 mil e 142 mil em 1964.⁸⁴⁸ Essa massificação do ensino superior trouxe também disputas internas das diferentes frações que atuam de modo crescente no movimento estudantil. É equivocado afirmar que o movimento estudantil era “naturalmente” inclinado a tomar posições de esquerda.

As direções da UNE e da UMES por exemplo, estiveram nas mãos de forças da direita de 1950 a 1956 e muitas entidades tiveram chapas conservadoras ou mesmo reacionárias que foram eleitas⁸⁴⁹ em diversas regiões.⁸⁵⁰ É apenas a partir de 1961 e 1962 que as forças de esquerda passam a ter um peso mais significativo no conjunto da representação estudantil. Some-se a isto, além de todo o contexto político e cultural a atuação da UNE em direção a bandeira da reforma universitária, o que facilitou sua presença nas universidades, ajudando a manter certa continuidade política nos duros anos inaugurados pelo golpe de 64.⁸⁵¹ Mesmo com a iniciativa do regime militar em desmobilizar os estudantes pela repressão, intervindo

⁸⁴² Aliás apenas em dois momentos a imprensa anarquista no Brasil deixou de circular, uma no Estado Novo, de 1937-45 e outra durante o regime militar de 1970 a 1977.

⁸⁴³ Cf. Pedro Catallo. Carta, 11/07/1968, São Paulo, [para] Rafael Fernandez. 1 páginas, p. 01

⁸⁴⁴ Hora de Realizações. Página Juvenil. **O Protesto**, Rio Grande do Sul, Novembro de 1967, nº 02, p. 04

⁸⁴⁵ Segundo Ridenti, 73,5% dos acusados de envolvimento com grupos armados tinha entre 19 e 30 anos. Enquanto quase 38% da população brasileira em 1970, tinha entre 20 e 34 anos. A proporção da presença da juventude nas organizações de esquerda era portanto, bem superior a média brasileira. RIDENTI, 2010, p. 119.

⁸⁴⁶ O pesquisador João Roberto Martins Filho parece concordar com a importância desse elemento cultural quando afirma: “Os jovens dos anos 1960 se formaram num quadro cultural muito específico, que é fundamental para entender o tipo de militância que tiveram.” FILHO, João Roberto Martins In TOLEDO, 2014, p. 95.

⁸⁴⁷ Idem. Não se pode esquecer segundo Ridenti, que os estudantes também são recortados por distintas interseções de classe. Muitos estudantes também trabalhavam para manter seus estudos.

⁸⁴⁸ FILHO, João Roberto Martins. “O movimento estudantil na conjuntura do golpe” In. TOLEDO, 2014, p. 97.

⁸⁴⁹ LIMA, 2013, p. 24.

⁸⁵⁰ Segundo Dreifuss, os esforços do IPES/IBAD em tentar conter o avanço no movimento estudantil do que ele chama de bloco nacional-reformista sofreu forte resistência, sendo esse espaço, um dos poucos em que essa coalizão da elite orgânica fora derrotada no período que antecede o golpe. DREIFUS, p. 337.

⁸⁵¹ Ibid, p. 98.

em seus centros acadêmicos e organizações, estes conseguiram se reorganizar após o golpe.⁸⁵² De 1965 a 1968, apesar da repressão ter ceifado lideranças e afetado o funcionamento das suas entidades, o movimento estudantil teve relativa liberdade de ação.⁸⁵³ Desde 1966, os estudantes realizavam uma série de protestos públicos contra o regime militar permanecendo como um dos espaços mais ativos na luta contra o regime militar.⁸⁵⁴ Foi neste contexto que surgem as condições “ideais” para a criação do Movimento Estudantil Libertário (MEL). Sua origem era a atuação de estudantes gaúchos, que formalizariam sua intenção política⁸⁵⁵ no primeiro e segundo jornal de *O Protesto*.⁸⁵⁶ Rapidamente a ação dos anarquistas gaúchos se ligaria aos militantes de Rio de Janeiro e São Paulo. Esses estudantes estariam ligados aos militantes mais antigos, que atuavam nesses estados.⁸⁵⁷ Desde julho de 1967 os anarquistas da “velha guarda” se articulariam num encontro político anarquista que priorizaria “conquistar o maior número possível de jovens estudantes, dando a estes núcleos que conosco se relacionam, possibilidades e conhecimentos proselitistas”.⁸⁵⁸ Cabe afirmar, que a ideia de renovar o anarquismo seguiu como um persistente trabalho dos militantes mais velhos que se iniciou no imediato pós-guerra (com a fundação das juventudes libertárias ou juventudes anarquistas de RJ e SP) e seguiu com as dificuldades de enraizamento sindical (no caso do CCS-SP, na formação de grêmios juvenis).⁸⁵⁹

Os estudantes aglutinados na incipiente proposta do Movimento Estudantil Libertário, cuja formalização não tardaria a acontecer, reafirmariam em sua proposta, um dos elementos que caracterizou a cultura política das novas organizações de esquerda, que surgiam diante a conjuntura: certo culto pela ação. Para estes, “não é hora de estudar e atitudes contemplativas. É hora, sim, de ação”. Tal inserção dos jovens estudantes que confeccionavam o jornal *O Protesto* nesta cultura política da ação, fazia-os ao menos em plano discursivo, se oporem às expressões juvenis ligadas ao ambiente cultural de “68” e se aproximarem ao arquétipo do martírio e compromisso militante mais tradicionalmente ligado às esquerdas.⁸⁶⁰ Numa espécie de manifesto inicial afirmavam que em “O PROTESTO”, a juventude encontrará o eco que necessitam suas ânsias de melhoramento social, concepções sobre liberdade e ampla cooperação na luta por um amanhã melhor”.⁸⁶¹ No mesmo texto farão uma oposição entre comportamento individual e luta social ao afirmarem que na “luta pelo socialismo libertário, opondo-se a todo totalitarismo, os jovens de idade, juntamente com os que não são, estarão contribuindo pelo estabelecimento de uma sociedade livre”. Tal oposição no entanto, se

⁸⁵² RIDENTI, p. 120.

⁸⁵³ Ibid, p. 121.

⁸⁵⁴ NAPOLITANO, p. 88.

⁸⁵⁵ O jornal optou por não utilizar a palavra anarquista, obviamente para não atrair demasiada atenção dos aparatos repressivos e por um lado, também se inserir com mais facilidade no campo político estudantil.

⁸⁵⁶ “Os estudantes libertários do Brasil celebrarão um Encontro Nacional no próximo mês de dezembro, em São Paulo. Ao mesmo deverão ocorrer delegações de diversas cidades e Estados do país. Nêsse Encontro, que terá vital importância para o estudantado em geral, serão debatidos problemas de grande interesse para a classe e, particularmente, para os afins e simpatizantes dos princípios do Socialismo Libertário. Entre os assuntos a serem debatidos figura o estudo da criação de uma organização estudantil, orientada pelo ideal libertário.” Encontro Nacional. **O Protesto**, Rio Grande do Sul, Novembro de 1967, nº 02, p. 06.

⁸⁵⁷ Como comprova a carta enviada a Jaime Cubero. Carta, 02/11/1967, Rio de Janeiro, [para] Jaime. 1 páginas, p. 01

⁸⁵⁸ Pedro Catallo. Carta, 17/07/1967, São Paulo, [para] Companheiros do Rio, Rio de Janeiro. 1 páginas, p. 01.

⁸⁵⁹ Como consta as reuniões litero-recreativas organizadas no bairro do Brás. “Como mais um desdobramento de sua atividade, o Centro de Cultura Social de S. Paulo está empenhado a também interessar a juventude na obra de cultura para a qual foi fundado. Com esse intuito está empenhado em tornar efetiva a existência do Grêmio Juvenil, para reunir os jovens das famílias de seus associados e de outros que possam ser atraídos para a consecução dessa finalidade”. Grêmio Juvenil. **Ação Direta**, Rio de Janeiro, outubro de 1959, nº 136, p. 04.

⁸⁶⁰ Ainda que pesquisas atuais mostrem que esses universos nem sempre foram inimigos.

⁸⁶¹ **O Protesto**, Rio Grande do Sul, Novembro de 1967, nº 01, p. 04.

reforçava o sentido discursivo de ação coletiva, incorria em práticas conservadoras no campo do costume ao dizer que

Combateremos, unidos a todos aqueles que não se deixam iludir pelos espelhismos, essa tendência ao efeminamento do homem e a masculinização da mulher, que se propaga entre os hábitos da Juventude, baixo o argumento, notadamente falso, de ser essa atitude uma espécie de válvula de escape às ânsias juvenis. Nem essa tergiversação do sexo, nem tão pouco o ié-ié-ié podem representar o que muitos, não sabemos com que intenção, fazem por catalogar como razão dos desejos da juventude, para expandir suas sobras de energia.⁸⁶²

Neste sentido, a posição (homofóbica) dos estudantes aglutinados em *O Protesto* parecia alinhar-se com os limites de determinados círculos de esquerda, afirmando que “essas superficialidades que desviam a atenção dos jovens daquelas realizações, que por serem de elevação humana, merecem dêles especial dedicação”.⁸⁶³

Desde outubro, entretanto, havia uma especial atenção por construir uma organização estudantil de influência libertária, que aproveitava certo empuxo dado pelos mais velhos e uma ansiedade estudantil vinda dos mais jovens. Criticando a “cúpula” que toma decisões e ao estudantado, sómente sobre o papel de peão”, os estudantes aglutinados em *O Protesto* afirmarão que “apresenta-se à luta, propugnando uma organização estudantil, na qual o estudante, através de seus órgãos representativos, prévias as consultas indispensáveis decida sôbre seus problemas.”⁸⁶⁴ Para estes “Não cabe aos diretórios determinarem o que a classe deve ou não realizar. Há de ser a base orgânica, em assembleias representativas, que decidirá a trajetória a seguir”.⁸⁶⁵ Criticando o uso do movimento estudantil para “benefício particular, candidatando-se a postos políticos” afirmarão que os “organismos diretivos dos estudantes devem ser eleitos por êles mesmos, livremente, em assembléias, na qual todos os filiados, organizados, sintam-se representados”. Diante a acelerada conjuntura, os estudantes de *O Protesto* afirmavam que

Nada adianta o que, após análise da evolução dos problemas que se apresentam ao homem, amante da liberdade, chegando a uma conclusão da necessidade de uma transformação social, não nos dispomos a tomar nosso posto de luta.⁸⁶⁶

Em dezembro de 67 a ansiedade dos estudantes abastecia uma proposta mais encaminhada de criarem uma organização estudantil de matriz libertária que era comemorada pelos militantes mais antigos como uma possibilidade real de crescimento.⁸⁶⁷ Mas antes, estes encontrariam os militantes do Rio de Janeiro e São Paulo no fim de 1967 para afinarem posições organizativas. Em dezembro de 1967 o MEL seria fundado com a intenção de “fixar posição e dar combate”, assim como “ter presença ativa nas lutas de classe e ideológicas marcando rumos mais de acôrdo com os princípios federalistas, que devem reger a vida de

⁸⁶² Idem.

⁸⁶³ Idem.

⁸⁶⁴ Tomando posição. **O Protesto**, Rio Grande do Sul, Novembro de 1967, nº 01, p. 06.

⁸⁶⁵ Idem.

⁸⁶⁶ Hora de Realizações. **O Protesto**, Rio Grande do Sul, Novembro de 1967, nº 02, p. 04.

⁸⁶⁷ Segundo a ata analisada pelo pesquisador e militante Edgar Rodrigues. Cf. RODRIGUES, 1993, p. 150.

tôda organização de classe.”⁸⁶⁸ O curto tempo de fundação obedecia a acelerada conjuntura de lutas sociais mas também evidenciava certa fragilidade organizativa.

Uma dessas lutas ocorria no centro do Rio de Janeiro, em torno do restaurante Calabouço, onde diversos estudantes secundaristas se aglutinavam. Segundo depoimento de um dos vice-presidentes da UNE, a realização de uma reunião do Fundo Monetário Internacional, que seria realizada próximo ao restaurante dos secundaristas, obrigou o governo a intervir naquele espaço – ameaçando demolir o restaurante –, mas este enfrentou grande resistência por parte dos estudantes.⁸⁶⁹ A luta contra a demolição do restaurante se associava em seus significados mais amplos, a luta contra a ditadura militar e seu autoritarismo.

Em fevereiro de 1968 os militantes do MEL, marcando posição diante as lutas estudantis divulgam as resoluções do 1º Encontro Nacional de Estudantes Libertários⁸⁷⁰ no quinto número de *O Protesto*, onde defendiam: 1) criação de um comitê coordenador dos estudantes libertários, visando criar uma organização local e depois nacional; 2) Participar ativamente das manifestações estudantis que visem lutas reivindicatórias; 3) expressar ampla solidariedade ao estudantado e à todo movimento social em prol da dignificação dos sindicatos operários e de melhorias em suas condições socioeconômicas; 4) influenciar para que as decisões das entidades estudantis sejam verdadeiramente representativas e não aquelas de “grupos” ou indivíduos dirigentes e por fim, 5) apoio a UNE desde que independente de interesses políticos-demagógicos e religiosos.⁸⁷¹ Vê-se portanto, que o MEL possuía relativa estrutura organizativa e um programa mínimo de ação. Contraria-se assim a afirmação feita no livro *Brasil Nunca Mais*, de que o Movimento Estudantil Libertário era apenas uma “denominação que as autoridades policiais forjaram para intitular as atividades de um grupo de anarquista” ou que tal sigla, se insere no rol de grupos que “sequer constituíram organizações realmente estruturadas, aparecendo como tais por força da imaginação dos responsáveis pelos inquéritos”.⁸⁷²

Logicamente o contexto político e organizativo dos anarquistas estava aquém da capacidade da esmagadora maioria da esquerda, mas há uma intenção organizativa muito bem delineada. Em documentos anexados ao processo-crime que os anarquistas sofreriam, há um que é bastante elucidativo neste sentido. Segundo a avaliação conjuntural do manuscrito, afirmavam que “é preciso que formemos um grupo de estudos permanente para estudarmos a idéia e as concepções atuais”. No manuscrito, defende-se “aumentarmos nossa propaganda, criando grupos nos locais de trabalho, nas escolas e se possível no campo”.

Defende-se “discutir a formação desses grupos” e “discutir formas de atuação nos sindicatos [...], nas escolas, no local de trabalho, na sala de aula”. Relatando uma dificuldade, mas projetando um determinado perfil militante defende que “nossa tarefa é criar verdadeiros militantes (ativistas) da revolução social e não bando de desajustados sociais”. Propõe o seguinte temário de discussão para os anarquistas brasileiros: 1) situação do movimento, 2) Bases teóricas do anarquismo social⁸⁷³, 3) dinâmica técnico-científica da produção sobre o plano econômico e social, endossando a luta contra o capitalismo e o Estado, baixo a

⁸⁶⁸ Encontro Nacional de Estudantes Libertários. **O Protesto**, Rio Grande do Sul, Dezembro de 1967, nº 03, p. 06-07.

⁸⁶⁹ MACHADO apud RIDENTI, p. 140.

⁸⁷⁰ O fato é que publicamente, os anarquistas evitavam expor sua articulação num contexto repressivo, publicando apenas as questões referentes aos debates estudantis tomados em seu interior.

⁸⁷¹ I Encontro Nacional de Estudantes Libertários. **O Protesto**, Rio Grande do Sul, Fevereiro de 1968, nº 05, p. 04.

⁸⁷² BRASIL NUNCA MAIS, 1985, p. 112. De fato, havia o costume das agências repressivas de “inflar” determinadas organizações para justificar o processo que estas sofreriam, mas isso não significa que o MEL fosse algo completamente arbitrário, criado apenas pela imaginação dos agentes da repressão.

⁸⁷³ O uso do termo anarquismo social visava diferenciar a ação coletiva e organizada, de interpretações individualistas sobre o anarquismo.

perspectiva da revolução social de inspiração anarquista, 4) definição dos movimentos e suas palavras de ordem da luta revolucionária, 5) pacto de associação ao movimento nacional e financiamento, 6) composição de uma comissão de relações e coordenação nacional e local e 7) fixação de época dos próximos encontros.⁸⁷⁴

Com razoável articulação, os militantes do Rio de Janeiro pertencentes ao MEL teriam um ano muito atribulado. Com base na pesquisa de Edgar Rodrigues e outras fontes, neste ano tumultuado para a luta estudantil organizariam debates, conferências⁸⁷⁵, formariam grupos de ação de rua, reuniões e venderiam folhetos ideológicos.⁸⁷⁶ Outro tema pautado pelos estudantes libertários foi a questão do acordo assinado pelo Ministério da Educação e pela United Agency for International Development e que ficou conhecido como acordo MEC-USAID. Este tema era pauta presente nas entidades estudantis. Com este acordo, a USAID enviou cinco estudiosos norte-americanos para analisar o ensino superior brasileiro e produzir um relatório que subsidiaria a reestruturação das universidades públicas.⁸⁷⁷ Em 1968, baseado no relatório dessa agência norte-americana o regime militar empreenderia uma reforma na estrutura universitária que suscitaria grandes resistências no meio estudantil. Segundo a historiadora Maria Paula Araújo o “acordo MEC-USAID foi a resposta da ditadura militar à luta pela reforma universitária que os estudantes vinham travando desde o início dos anos 1960.”⁸⁷⁸

Vistas de maneira mais ampla, tal acordo de cooperação visava principalmente adaptar a estrutura educacional às exigências modernizantes do sistema econômico capitalista e o bloco de poder que se consolidava paulatinamente após 64. Para isso não havia dúvidas de que a contenção do movimento estudantil, que resistia ao conteúdo das propostas da modernização autoritária do ensino era algo a ser considerado na agenda política do regime.⁸⁷⁹ Não nos parece nenhuma coincidência, que uma das principais agências golpistas, o IPES, cujo *staff* já estava praticamente todo integrado ao governo Castelo Branco e com uma sangria de sócios, mantivesse ainda em funcionamento o “Grupo de Educação” e o “Grupo de Estudos e Pesquisas”.⁸⁸⁰ Há fortes indícios de que a “luta pela conquista do Estado”, usando uma frase vulgarizada pelo clássico do sociólogo Armand Dreifuss, ainda teria de vencer certos focos de resistência para aplicar completamente seu modelo de desenvolvimento econômico, sendo um destes, o movimento estudantil e as trincheiras da educação.

Um militante que escreve em *Dealbar* dirá que “quem observa atentamente o movimento Universitário no Brasil facilmente constata que êle se tornou o bastião do protesto e da inquietude política e social”.⁸⁸¹ Prosseguindo, afirma que “Nada mais fácil suprimir a agitação colocando-a na argola, instituindo a chibata do feitor como lei e estabelecendo a paz de cemitério. Para tanto é preciso impedir que as pessoas vindas das camadas pobres possam ascender a Universidade [...]”.⁸⁸² Denunciando o que considera uma atitude imperialista, o militante afirmará que a ideia do acordo é intervir para “formar uma casta de dirigentes tupiniquins que masque chiclets, sejam fan dos digests e rezem pela cartilha do Imperialismo

⁸⁷⁴ Manuscrito sem título, s/d, p. 2

⁸⁷⁵ Um desses cursos realizado pelo militante Pietro Ferrua intitulado “Aspectos Históricos do Anarquismo”, aos sábados, no Teatro Carioca. Cursos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 10/07/1968, p. 07. Caderno B.

⁸⁷⁶ RODRIGUES, 1993, p. 151.

⁸⁷⁷ Cf. PINA, 2011, p. 10.

⁸⁷⁸ ARAÚJO, 2007, p. 158.

⁸⁷⁹ Neste sentido não faz sentido separar as decisões técnicas das políticas, já que o projeto econômico de desenvolvimento se relacionava estritamente com uma determinada concepção política.

⁸⁸⁰ PINA, 2011, p. 74.

⁸⁸¹ LEITÃO, Sérgio. Os acordos MEC-USAID e os Estudantes. **Dealbar**, São Paulo, Novembro de 1967, nº 09, p. 01.

⁸⁸² Idem.

Americano”.⁸⁸³ Ressalta nas páginas ácidas de *Dealbar* que o objetivo do acordo é “desenvolver uma filosofia educacional para o continente... Bem entendido a filosofia dêles americanos, que sirva a seus interesses e propósitos”.⁸⁸⁴ *Dealbar* explicita um contexto em que a educação estava subordinada a um projeto econômico mais amplo. A economia brasileira era completamente dependente das flutuações do mercado internacional. Em 1964, cerca de 70% a 80% toda receita de exportação do governo brasileiro vinha do café.⁸⁸⁵

O Movimento Estudantil Libertário (MEL) afirmará que o acordo Mec-Usaid “pretende transplantar o sistema universitário de um país de estrutura social, econômica, psicológica e racial totalmente diferente do Brasil”.⁸⁸⁶ Ressaltam que os “estudantes conscientes não querem de nenhuma forma que as suas costas seja atrelada a canga de uma filosofia totalitária, antihumana e tecnológica”.⁸⁸⁷ A postura anti-imperialista e contra o acordo Mec-Usaid defendida pelo MEL se vincula de maneira mais ampla ao ambiente e contexto político-cultural do final dos anos 60, mas entendendo o anarquismo por uma visão de longo prazo, não é necessariamente uma inovação.⁸⁸⁸ Aos anarquistas, evidenciava-se a relação entre a ditadura militar e os interesses econômicos imperialistas coordenados na América Latina. Citando uma matéria do *Correio da Manhã* que afirmava que o governo uruguaio não tinha condições de pagar a dívida externa e que este “enviou pedido nesse sentido ao FMI, recebendo resposta de que só seria atendido caso promulgasse uma LEI DE ARROCHO SALARIAL, nos termos da vigente no Brasil”.⁸⁸⁹ Para os estudantes do MEL

O pedido do FMI vem demonstrar onde partiram as diretrizes básicas do movimento militar de abril/64 e de sua enxurrada de leis anti-trabalhador. Considerando sempre, falsamente, como causador da inflação, o salário do trabalhador brasileiro foi congelado, diminuindo a índices mínimos, sem nenhuma consideração às nossas necessidades básicas. Essa política de pressão econômica sobre os trabalhadores, oriunda do FMI, está sendo imposta aos países sub-desenvolvidos – a Argentina já tem a sua e agora querem impô-la aos uruguaios. não o conseguindo até o momento, em vista da força adquirida pelos seus sindicatos.

Vem esse fato comprovar mais uma coisa – somente com a união de todos os trabalhadores numa frente, conseguiremos derrubar às leis de arrocho salarial e a anti-greve, nunca esperando que o govêrno seja bonzinho e nos dê como presente a queda dessas leis.⁸⁹⁰

No caso brasileiro, o governo tinha conseguido recursos pelo FMI em 1965, o que aliviou em imediato a situação das contas externas⁸⁹¹ para em seguida, via governo Castelo Branco não referendar o acordo com o FMI, mas mantendo uma “política recessiva e ortodoxa de controle da inflação e das contas públicas”.⁸⁹² A política econômica associada a política

⁸⁸³ Idem.

⁸⁸⁴ Idem.

⁸⁸⁵ Cf. SINGER, Paul In TOLEDO, 2014, p. 22.

⁸⁸⁶ O Movimento Libertário Estudantil. Acôrdo Mec-Usaid. **Dealbar**, São Paulo, Dezembro de 1967, nº 10, p. 02. Antes da fundação oficial do MEL era comum os militantes se referirem a si próprios como Movimento Libertário Estudantil e não Movimento Estudantil Libertário.

⁸⁸⁷ Idem.

⁸⁸⁸ Tendo em vista uma análise de longo prazo, o anarquismo fez uma “crítica das *dominações da classe* – constituídas por exploração, coação física e dominações político-burocrática e cultural-ideológica – e de *outros tipos de dominação* (gênero, raça, imperialismo, etc.)”. CORRÊA; SILVA, 2013, p. 25.

⁸⁸⁹ **Correio da Manhã**, 10/09/1967 apud O Uruguai e o FMI, **O Protesto**, Janeiro de 1968, p. 1.

⁸⁹⁰ O Uruguai e o FMI, **O Protesto**, Janeiro de 1968, p. 1.

⁸⁹¹ NAPOLITANO, p. 152.

⁸⁹² *Ibid*, p. 158.

interna repressiva, garanti ao governo brasileiro um “mercado seguro para o capitalismo financeiro”.⁸⁹³ O fim do regime distributivista e o exorcismo do fantasma da revolução socialista⁸⁹⁴ andavam em consonância com a pacificação via coerção indireta (derrogação da estabilidade) ou direta, através da pura repressão.⁸⁹⁵

Como dissemos anteriormente, um dos focos de insatisfação mais inflamados era o movimento estudantil. O grande estopim da crise do regime militar com os estudantes organizados em suas entidades viria ocorrer no centro do Rio de Janeiro, com o assassinato do secundarista Edson Luís. Tal acontecimento teria impactos no interior do anarquismo. Em torno da tensão da chegada do quarto ano de aniversário do golpe, no dia 28 de março de 1968 os estudantes se organizavam para caminhar em passeata à Assembleia Legislativa para reivindicar melhores condições do restaurante. Os estudantes secundaristas já vinham sofrendo grande assédio dos aparelhos de repressão, que incomodados pela atividade política que se concentrava no Calabouço, faziam batidas frequentes e provocações no intuito de realizar prisões ou obter informações.

Neste dia, a polícia se antecipou a mobilização, cercou o calabouço e reprimiu brutalmente os manifestantes. O saldo foi a morte por disparo de fogo de Edson Luís de Lima Souto, cujo corpo foi carregado a Assembleia pela massa estudantil. Segundo Napolitano a “morte do estudante foi o estopim que fez explodir as tensões com os estudantes mobilizados contra o regime havia dois anos”.⁸⁹⁶ No editorial de abril do jornal *O Protesto*, intitulado “PMs matam estudante” os anarquistas afirmarão que “é preciso que a morte de Edson Luiz não seja em vão.” Para estes “nada adianta se sua morte não fôr sentida, se sua luta não fôr avante”.⁸⁹⁷ As sequências de mobilizações à partir da morte de Edson Luiz seriam intensas. Os anarquistas lançariam nesse contexto um panfleto intitulado “Olho por Olho: dente por dente” que atrairia ainda mais os olhares dos aparelhos repressivos. Esta consigna anarquista não pode ser desvinculada do cenário político que emerge. Ousado, o panfleto deixava implícito, por intenção ou blefe, que os estudantes iriam reagir a altura da repressão policial.⁸⁹⁸

No depoimento do então estudante, Vladimir Palmeira, até 1968, os estudantes dissolviam as manifestações quando a polícia reprimia, mas depois da morte de Edson Luís, isso mudou e os estudantes passaram a reagir.⁸⁹⁹ 60 mil pessoas acompanhariam o enterro de Edson Luís e os protestos prosseguiriam nas principais cidades brasileiras⁹⁰⁰, terminando numa onda de prisões e provocando novas mortes.

O movimento estudantil entrava em refluxo e parte do movimento seguia para a luta armada.⁹⁰¹ Como apontado por Jacob Gorender, à exceção da “maioria do Comitê Central do PCB, a esquerda considerou a falência do caminho pacífico um fato provado.”⁹⁰² Não a toa, essa cultura política que exaltava a ação espalhava-se para diversos grupos e organizações de esquerda.⁹⁰³ A ALN, que surgira por uma ruptura com o PCB, segundo Gorender aproximava-

⁸⁹³ Ibid, p. 162.

⁸⁹⁴ Idem.

⁸⁹⁵ TRAGTENBERG, 1989, p. 132.

⁸⁹⁶ NAPOLITANO, p. 89.

⁸⁹⁷ PMs Matam Estudante. **O Protesto**, Rio Grande do Sul, Abril de 1968, nº 06, p. 01.

⁸⁹⁸ Em depoimento informal dado ao autor, Itamar Guerrero, ex-integrante do MEL afirmava que jogavam panfletos do alto dos prédios durante as manifestações no centro da cidade.

⁸⁹⁹ PALMEIRA, Vladimir apud ARAÚJO, 2007, p. 173.

⁹⁰⁰ Em alguns locais, como Manaus, os protestos assumiram um franco ar de contestação ao autoritarismo da ditadura, sem necessariamente terminarem com confrontos. Cf. RODRIGUES, 2016.

⁹⁰¹ ARAÚJO, 2007, p. 191.

⁹⁰² GORENDER, 1998, p. 87.

⁹⁰³ É deste período o opúsculo da ALN. Segundo Gorender, seu “primeiro princípio é o da ação. É a ação que faz a organização e a desenvolve. Ibid, p. 105.

se “ao pensamento anarquista” pela incorporação do ideário da ação direta. Se a ALN de fato tinha críticas ao modelo leninista de partido, a aproximação realizada por Gorender é puramente especulativa, quando afirma que poderia ter acontecido de Marighella ter frequentado círculos anarquistas ou baseada em preconceitos ou generalizações sobre o anarquismo.⁹⁰⁴ Para este, a “aproximação peculiar ao pensamento anarquista –deliberada ou não – se revela no desprezo por qualquer iniciativa não subordinada à dinâmica da luta armada”. Afirma que o “princípio é o da *ação direta*, sem mediações de luas de massas por objetivos parciais”. E afirma que em termos organizativos a ALN também “se identificou com o anarquismo”, pois se compunha de “grupos com inteira liberdade de iniciativa”. Chega a identificar na ALN um *anarcomilitarismo*.⁹⁰⁵

Tais afirmações se enchem alguns setores de esperanças de encontrar um “anarquismo” perdido na luta armada brasileira, devem para o historiador, preocupado não em fundamentar mitologias políticas, mas analisar criticamente a história e a realidade, ser menos críveis. A aproximação que Gorender faz da ALN ao anarquismo é fundamentada numa compreensão totalmente estereotipada do anarquismo enquanto sinônimo de total liberdade de ação. A ação direta de luta armada dos anarquistas como vimos no caso argentino, jamais guiou os anarquistas para um *militarismo*, onde as ações de massa ficariam subordinadas à dinâmica da luta armada. Cabe dizer que a Federação Anarquista Uruguaia e seu braço armado, a OPR-33, também agiram do mesmo modo, e todo o aparato armado da organização estava subordinado a um comando político, contrariando a tese de Gorender de “grupos com inteira liberdade de iniciativa”. A ação direta esmagadoramente foi compreendida na história pelos anarquistas como um método de arrancar as conquistas parciais rumo a revolução à partir de um movimento de massas constituído que envolvia em algum momento o uso da violência. Os anarquistas historicamente não negaram as reformas, apenas um pequeno setor insurrecionalista. Por fim, cabe ressaltar que o modelo organizativo aludido por Gorender a todo anarquismo, só poderia com esforço, ser atribuído a um restrito setor do anarquismo.

Em abril de 1968, logo após a morte do estudante Edson Luís, os anarquistas organizados no jornal *O Protesto*, intuindo a crescente institucionalização e fechamento do regime que viria com o AI-5, avaliavam que a palavra democracia no Brasil “nos pareça suspeita e encobridor de tentativas (sic) totalitárias”.⁹⁰⁶ Analisam igualmente que isto ocorre com “evidente supremacia do poder militar sobre o civil”.⁹⁰⁷ Neste ponto devemos ter cuidado com o tratamento das fontes. A prudência dos anarquistas ao lidar com o regime, não significa que estes consideravam a ditadura como uma “ditabranda”⁹⁰⁸, como algumas pesquisas tentam caracterizar o regime. Se de fato há vantagem para o historiador em analisar o regime por uma ótica prospectiva e dificuldade para os atores sociais compreenderem acuradamente o próprio tempo em que se encontram, não se pode negar que para os anarquistas a ditadura ganha todos os seus contornos, principalmente após 68. Estes afirmam em abril de 1969: “Nós não nos rendemos, conclamamos a todos para que façam o mesmo, demonstrando o seu repúdio a essa ditadura militar”.⁹⁰⁹ Para os anarquistas do período a relação entre a instalação do regime de força e das questões econômicas pareciam evidentes, quando afirmam

⁹⁰⁴ Não descartamos a possibilidade de Marighella ter lido alguma obra anarquista, mas seria difícil afirmar que este circulou em algum espaço anarquista. No limite, se leu fez uma interpretação própria e particular da doutrina.

⁹⁰⁵ Ibid, pp. 106-107;

⁹⁰⁶ Signo dos Tempos. **O Protesto**, Rio Grande do Sul, Abril de 1968, nº 06, p. 01.

⁹⁰⁷ Idem.

⁹⁰⁸ Sobre isto, Cf. “O Mito da ditabranda” In NAPOLITANO, 2014.

⁹⁰⁹ **Autogestão**. Ano 1, n1, 21 de abril. Apud RODRIGUES, 1993c, p. 165.

que “damos seguimento a nossa luta de denúncia pública contra o regime de força e opressão que se acha instalado no Brasil, assim como ao sistema capitalista que o sustenta”.⁹¹⁰

- A imaginação golpeada: repressão ao MEL e o CEPJO (1969-1972)

Em 13 de dezembro de 1968, o governo anuncia em cadeia de rádio e tv, o Ato Institucional número 05⁹¹¹. O AI-5 pôs o congresso, as assembleias legislativas e as câmaras de vereadores em “recesso”, permitia também nomear interventores em Estados e Municípios, assim como cassar mandatos eletivos e federais. No que diz respeito aos movimentos que se opunham ao regime, o recado do AI-5 era bem claro. Ele permitia suspender os direitos políticos, proibir atividades sobre qualquer assunto de natureza política e aplicar determinadas medidas de “segurança”. Essas medidas incluíam liberdade vigiada, proibição de frequentar determinados lugares etc. O ato também suspendia a garantia de habeas corpus nos casos de crimes políticos e contra a segurança nacional.⁹¹² Com o AI-5 o regime endurecia e a ditadura perdia seus disfarces⁹¹³.

Os pesquisadores do regime militar são praticamente unânimes ao afirmar que 1968 foi um momento de acirramento e aprofundamento do aparato repressivo. Se é correto afirmar que o golpe de 1964 não pressupunha automaticamente a ditadura, o regime autoritário instalado em 64 aprofundava seus mecanismos repressivos.⁹¹⁴ Não se tratava de um “golpe dentro do golpe”, pois como bem alerta o historiador Carlos Fico, o “AI-5 não expressou uma mudança da natureza do regime militar”.⁹¹⁵ Isso não significa dizer que de 1964 a 1968 o regime fora menos violento.⁹¹⁶ “Com ele, houve, decerto, uma mudança de escala, mas não de natureza.”⁹¹⁷ À partir de 1969 “a acusação predominante passa a ser a militância em organizações partidárias proibidas”.⁹¹⁸ Tal processo de fechamento do regime incidia na capacidade de mobilização das entidades estudantis e sindicais. Um indicativo possível para avaliar tais limitações, pode ser descrito com as dificuldades de mobilização do movimento estudantil. Que apesar de ter organizado em julho de 1969 uma paralisação de três dias contra a visita de Rockefeller ao Brasil e realizado passeatas contra a presença do empresário, já entrava numa fase de franco declínio organizativo. O anti-imperialismo fomentado no interior do movimento estudantil, abastecia-se das imagens de resistência de estudantes latino-americanos a presença de Rockefeller em outros países.⁹¹⁹ A repressão ao CEPJO acompanhou uma vaga repressiva generalizada contra o movimento estudantil. A sede do CEPJO seria invadida por agentes da Aeronáutica e 18 militantes seriam presos, em outubro de 1969.⁹²⁰ Entre os presos, membros do MEL e o médico anarquista Ideal Peres. Ideal ficou numa cela durante vários dias, impossibilitado de tomar banho e ouvindo o grito de outros presos e torturados.

⁹¹⁰ Autogestão. Ano 1, n1, 21 de abril. Apud RODRIGUES, ressurgir do anarquismo, p. 165.

⁹¹¹ NAPOLITANO, p. 118.

⁹¹² Ato Institucional número 05. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm

⁹¹³ REIS, 2014, p. 73.

⁹¹⁴ FICO, 2014, p. 7.

⁹¹⁵ Ibid, p. 120.

⁹¹⁶ Consultando o Dossiê Brasil Nunca Mais, verifica-se que de 1964 a 68 foram processados 2.127 nomes e entre 1969 e 1974, 4.460 denunciados. Vê-se que em ambos os momentos a repressão fora brutal, ainda que de 1969 tenha se ampliado ainda mais. Brasil Nunca Mais, p. 86.

⁹¹⁷ FICO, 2014, p. 120.

⁹¹⁸ Brasil Nunca Mais, p. 87.

⁹¹⁹ Cf. MÜLLER, 2010, pp. 35-36.

⁹²⁰ LOPES, Milton apud DIAS, 2012.

Esses militantes seriam processados, assim como anarquistas de Porto Alegre, que também sofreriam inquéritos militares. Os anarquistas seriam denunciados pela Procuradoria da Justiça Militar no ano de 1969 com base em diversas acusações. A principal acusação seria feita com base em dois artigos do decreto lei 988/69, a chamada Lei de Segurança Nacional. O artigo 13 dizia respeito a “redistribuir material ou fundos de propaganda de providência estrangeira [...] para a infiltração de doutrinas ou ideias incompatíveis com a constituição”⁹²¹ e o 14 “formar, filiar-se ou manter associação [...] que, sob a orientação com o auxílio do governo estrangeiro ou organização internacional exerça atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional”.⁹²² Um dos processados, militante do MEL é acusado de trabalhar no periódico *O Protesto* e ter distribuído o jornal *Autogestão* para grêmios estudantis do interior da cidade do Rio de Janeiro.⁹²³ Apesar do congresso ter sido reaberto em outubro de 1969 – depois de cerca de 312 dias fechado – o pretense arejamento institucional dentro do aparato estatal parecia não chegar aos anarquistas, que dois anos depois seguiam com problemas na justiça.

Em janeiro de 1971 o delegado da polícia e chefe do cartório do DOPS irá emitir um mandado de busca para apreensão de “livros, jornais e escritos subversivos” na casa de Hélios Puig e Marlova Canabarro, à época, estudante secundarista, com 19 anos de idade.⁹²⁴ Uma das questões colocadas no interrogatório a Heron Canabarro é sobre a possível existência de uma organização anarquista em Porto Alegre em que sua filha estaria supostamente envolvida. Hélios Puig outro convidado a depor, à época tinha 23 anos de idade. Participou de uma chapa de oposição estudantil no colégio infante Dom Henrique e foi acusado de receber um jornal intitulado Federação Anarquista Internacional. O velho fantasma das “articulações” estrangeiras, voltava como um elemento de acusação às movimentações anarquistas.

Outra militante é acusada de enviar jornais para uma amiga na Bolívia e participar de reuniões “nas quais se discutia sobre o jornal AUTOGESTÃO, sobre o socialismo e a cêrca da política atual do País”.⁹²⁵ No mesmo processo são indiciados mais dois militantes gaúchos, que tiveram suas casas invadidas pelos agentes da repressão, que relataram encontrar “farto material subversivo”.⁹²⁶ No dia 15 de fevereiro de 1971 foram apreendidos também, 1.450 livros de Daniel Guerín na editora Prôa entre outros materiais. A editora Prôa tinha os direitos de publicação da obra “O futuro pertence ao socialismo libertário” de Daniel Guerín.⁹²⁷ Os agentes buscavam também informações sobre uma “Organização anarquista”. Chamava atenção dos agentes, as possíveis ligações dos militantes porto-alegrenses com anarquistas uruguaios, principalmente, porque o pai de uma das atingidas era militante comunista. Some-se a isto, que nas páginas de *Autogestão* os anarquistas gaúchos divulgavam um manifesto dos Tupamaros, uma das principais organizações da luta armada no Uruguai, o que devia de fato, gerar alguma preocupação para os aparelhos da repressão.⁹²⁸ No processo do MEL, os 16 militantes processados conseguiriam ser absolvidos. Em grande medida por uma hábil manobra jurídica, da fachada legal dos centros culturais geridos pelos anarquistas (CEPJO e CCS) e de relações pessoais.⁹²⁹ Um dos processados, Carlos, preso anteriormente em 1969 por agentes do DOI-CODI, era filho de um militante comunista e seria preso novamente em

⁹²¹ Decreto-lei 898/69 | Decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969. Disponível em <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126023/decreto-lei-898-69>>.

⁹²² Idem.

⁹²³ Sobre a imprensa anarquista no Brasil de 1946 a 1988, Cf. SILVA, 2014b.

⁹²⁴ BNM 111, p. 8.

⁹²⁵ Procuradoria Geral da Justiça Militar, p. 5.

⁹²⁶ 22/01/1971

⁹²⁷ Idem, p. 36 ou

⁹²⁸ Os Tupamaros ao Povo Oriental. *Autogestão*, s/d, p. 5

⁹²⁹ A atuação do militante português Antônio Correa, cujo pseudônimo era Edgar Rodrigues fora fundamental neste sentido.

1972 nas dependências do DOPS, Rio de Janeiro. Ao que parece, essas prisões não tiveram relação com a militância anarquista que C. desenvolveria anos adiante, mas sim, com a militância de seu pai, outro indiciado (comunista) pelas agências repressivas. Em ambas as prisões C. foi torturado. C. viria a figurar numa lista produzida pelos agentes da repressão nos anos 80 sobre o jornal *Inimigo do Rei*. A repressão teve um efeito desarticulador. O MEL foi destruído em seu nascedouro e as atividades culturais tocadas pelos anarquistas também seriam encerradas. As possibilidades de se aproveitar a conjuntura de mobilizações foram esgotadas com a repressão sofrida. O efeito colateral é que o nascente movimento tinha sido golpeado pela ditadura logo num momento em que o anarquismo poderia ter entrado em contato com organizações e movimentos populares diversos, o que comprometeu seu poder de mobilização durante décadas.

A repressão ao anarquismo brasileiro em 1969 desorganizou sua incipiente e modesta base social mobilizada e praticamente condenou o anarquismo à semiclandestinidade. Sometido a isto, o fato de não haver uma instância política própria do anarquismo (uma organização política) que pudesse lidar com a mudança conjuntural de forma coletiva. Projeto que em meados dos anos 50 tinha terminado por rugas internas e divergências de concepção.

Cabe dizer que havia um contexto geral de repressão e intervenção do governo nos movimentos populares. Segundo Gorender, no “período de 1964 a 1970, o Ministério do Trabalho destituiu as diretorias de 563 sindicatos” e quatro das seis confederações de trabalhadores “sofreram intervenção”.⁹³⁰ O movimento estudantil, especialmente no período de 1970, passava por um impasse diante as dificuldades de atuar em entidades de massa. A clandestinidade não era apenas uma opção derivada da incorporação dos preceitos da luta armada; por vezes, era uma condicionante dos efeitos da repressão.

Restava aos anarquistas prosseguir com suas relações políticas por outros mecanismos e esperar a poeira baixar. Fazia sentido agir deste modo, pois segundo historiadora Janaína de Almeida Teles com “a consolidação do sistema DOI-Codi em âmbito nacional, observou-se em 1971 o início de um processo de mudança estratégica nos métodos de atuação do regime.” Foi a partir deste ano, ainda segundo essa pesquisadora, que “proliferam centros clandestinos de tortura e extermínios controlados pelo Exército”.⁹³¹ Aliados de seus espaços sociais e dos movimentos de massa, os anarquistas brasileiros passariam pela provavelmente, pior fase de sua ideologia no Brasil.

- A FAU, a fundação da CNT (1964) e a formação da *Tendência* (1966)

No início do ano de 1964 a FAU alugaria um local no bairro de Ciudad Vieja no intuito de construir uma Cooperativa de Trabalhadores Gráficos. Por decisão da organização e apenas dois anos antes, Gerardo Gatti, Tito Martinez, Carlos Fuques e Juan Carlos Mechoso se formaram tecnicamente para lidar com este ofício. À partir do reconhecimento de pessoa jurídica a cooperativa funcionava inicialmente realizando pequenos trabalhos para sindicatos e organizações de esquerda.⁹³² A cooperativa pertencia a FAU e o que excedesse o necessário para pagar o salário daqueles que trabalhavam nesta, também.⁹³³ A cooperativa também servia de material de produção de propaganda da organização e alguns militantes terminariam por trabalhar em outros locais – mas mantendo uma relação mínima com a cooperativa – como

⁹³⁰ GORENDER, 1998, p. 153.

⁹³¹ TELES, 2013, p. 13.

⁹³² Tito Martinez abandonaria a cooperativa e se somaria a esta um espanhol vinculado a *Comunidad del Sur*, chamado Torres. MECHOSO, Tomo III, 2006, p. 279

⁹³³ A cooperativa fora montada no âmbito da crise interna da FAU que terminou com a saída de alguns militantes vinculados posteriormente à *Comunidad del Sur*.

Gerardo Gatti, que trabalhou no jornal *Época*.⁹³⁴ Cooperativas deste tipo eram comuns no Uruguai e o contexto era favorável a este tipo de empreendimento.⁹³⁵ Em 1966 se sanciona uma lei sobre as Cooperativas de produção e trabalho.⁹³⁶ Mas antes mesmo do governo começar a legislar sobre o setor cooperativo, já existiam numerosas formas de cooperativa deste tipo, que só seriam sufocadas com a ascensão do regime militar. A estratégia da FAU não era de maneira alguma substituir a luta sindical pelo modelo cooperativo, mas à partir do uso desta ferramenta, apoiar a organização política e o trabalho sindical.

Gatti posteriormente se vinculou ao Sindicato Gráfico onde a FAU teria uma agrupação funcionando já neste ano. Neste ano, a segunda marcha dos *cañeros* será realizada em resposta não apenas a demanda desses trabalhadores rurais, mas pela repressão do exército, ocupação de engenhos açucareiros e detenções da polícia a lutadores populares vinculados a UTAA. A marcha em direção a Montevideo – realizada com a presença dos trabalhadores do engenho ocupado e suas famílias – reforçava a linha combativa representada pelas organizações críticas a política do PCU que defendiam solucionar os conflitos por fora das vias eleitorais. Com a consigna “Pela Terra e com Sendic, líder camponês”, a marcha alargava as fraturas na imagem da “Suíça da América” e também alimentava simbolicamente – principalmente no caso do setor vinculado ao anarquismo – a ideia da ação direta enquanto um instrumento legítimo e eficaz de pressão popular.⁹³⁷ A repressão brutal a marcha da UTAA deixou uma série de militantes presos, diversos golpeados por cassetetes e até mesmo feridos de bala.⁹³⁸ Em resposta, diversos sindicatos (têxteis, gráficos, FUNSA etc) propõe uma paralisação em solidariedade a UTAA.

O autoritarismo no Uruguai caminhava paralelamente ao fantasma do golpe militar que em abril visitara o Brasil. Este espectro rondava as esquerdas e os sindicatos uruguaios, facilitando deste modo uma unidade de ação diante o fracasso da resistência ao golpe no Brasil. Dentro deste contexto de sombra de ruptura institucional o processo de fundação da CNT ocorreu de maneira acelerada entre fim de junho e setembro de 1964. Segundo Rodríguez este organismo coordenador

designou, como máximo organismo permanente, uma Mesa Representativa integrada com cinco organizações da educação, a administração central e descentralizada e o espetáculo público (AUTE, FANCAP, FUM, COFE Y FUTEP); seis sindicatos autônomos de trabalhadores, assalariados rurais e empregados da atividade privada (artes gráficas, UTAA, Federação da Carne, bancários, imprensa e FUNSA) e seis organizações da CTU (esta como tal, têxteis, transporte, peões de fazendas, SUANP e FUECI).⁹³⁹

O peso da participação anarquista na criação da central pode ser percebido pela presença dos sindicatos autônomos e da escolha “simbólica” do nome da central com alusão a

⁹³⁴ Ibid, p. 281.

⁹³⁵ Hugo Quijano, um trabalhador gráfico – neste momento não vinculado a FAU – começou a se aproximar do anarquismo com uma cooperativa de produção. QUIJANO, Hugo Quijano: depoimento [09 de outubro. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Montevideo, 2017. arquivo .mp3 (1h:40 min.).

⁹³⁶ BERTULLO et al, s/d, p. 7

⁹³⁷ A consigna original era “Por la Tierra y con Sendic y Sendic, líder campesino”. Sobre as marchas, Cf. MERENSON, 2009, p. 74.

⁹³⁸ MECHOSO, Tomo III, 2006, p. 263.

⁹³⁹ RODRÍGUEZ et al, 2006, p. 73, tradução nossa. Segue o original. “designó, como máximo organismo permanente, una Mesa Representativa integrada con cinco organizaciones de la enseñanza, la administración central y descentralizada y el espectáculo público (AUTE, FANCAP, FUM, COFE Y FUTEP); seis sindicatos autónomos de obreros, assalariados rurales y empleados de la actividad privada (artes gráficas, UTAA, Federación de la Carne, bancarios, prensa y FUNSA) y seis organizaciones de la CTU (esta como tal, textiles, transporte, peones de tambos, SUANP y FUECI).”

histórica e anarcossindicalista *Confederación Nacional del Trabajo* (CNT) da Espanha. Ainda que nem todos os sindicatos autônomos (como o caso dos têxteis) estivessem totalmente na órbita de influência da FAU, a manutenção de um sindicalismo autônomo em algumas categorias dava força, neste momento a estratégia da FAU.

O processo de unificação sindical, entretanto, ainda não estava completo. Em 12, 13 e 14 e 15 de agosto de 1965 (Rodríguez et al, 2006, p. 75) a CNT organizaria o *Congreso del Pueblo* que contou com a participação de 1376 delegados representando mais de 707 organizações sociais (Idem). O congresso também definiria um plano de soluções a crise, aprovado em janeiro de 1966. Mobilizações sindicais dos “bancários, funcionários da UTE, ANCAP e FUNSA contra o arrocho e congelamento salarial” (Ibid, pp. 73-74) seriam reprimidas pelo governo e a censura seria usada contra os jornais *Época* e *El Popular*. O chefe do Departamento de Inteligencia y Enlace de la Dirección Nacional de Información (DNII), Alejandro Otero, coordenado de maneira permanente com o chefe de polícia de Montevideo iniciaria um trabalho de vigilância das lideranças sindicais e dos sindicatos afiliados a CNT (Rodríguez et al, 2006, p. 74).

À despeito da repressão governamental, o processo de coordenação e unificação sindical seguia, até que em primeiro de outubro de 1966, o Congresso de Unificação, com a presença de 436 organizações com mais de 423 delegado titulares e 330 suplentes (representando mais de 85 mil afiliados) aprovava a declaração de princípios da CNT e designava uma mesa representativa de 27 membros (21 sindicatos e 6 plenários do interior) (Ibid, p. 80). A correlação de forças neste momento já tinha sido alterada com a entrada do PCU na CNT que mantinha maioria na central, ainda assim, a FAU e os setores afins da organização continuavam a manter uma presença, modesta, porém importante. O primeiro secretariado da CNT era composto pelos seguintes militantes sindicais: Couro (Enrique Pastorino), FUECI (José D’Elía), APU (Helvecio Bonelli), FUNSA (Washington Pérez), AUTE (Wladimir Turiansky), COFE (Luis Iguini), COT (Héctor Rodríguez), AEBU (Carlos Gómez), FUM, (Victor Brindisi) e UNTMRA (Gerardo Cuesta). Washington Pérez era militante da FAU e Héctor Rodríguez, um marxista independente que mantinha excelentes relações com a organização.

Como apontado por Alves “essa força do sindicalismo autônomo fez com que esses setores tivessem considerável gravitação no interior da central, funcionando como contrapeso, impedindo que os comunistas transformassem a central em mera correia de ‘transmissão’”.⁹⁴⁰ Assim que o congresso de unificação terminou os sindicatos mobilizados se instalaram em assembleia permanente nos arredores do Palácio Legislativo, sede do governo uruguaio⁹⁴¹ e milhares de trabalhadores da carne lideraram uma manifestação que demandava a afiliação dos frigoríficos do interior a caixa única de compensações e pelo aumento dos aportes e o pagamento da dívida de 203 milhões de pesos do governo com o Frigorífico Nacional.⁹⁴² Os efetivos da Guarda Metropolitana com apoio do exército reprimiram os manifestantes com carros lança-água e cassetetes. Os principais dirigentes da Federação Autônoma da Carne foram detidos e o movimento sindical entrou em estado de alerta. Os frigoríficos foram cercados pela Guarda Republicana e Metropolitana e o Exército cercava as pontes que levavam ao bairro do Cerro.⁹⁴³ Apesar das perseguições o movimento sindical seguiu em luta e o pagamento da dívida ao Frigorífico foi aprovado.

A estratégia de massas anarquista, historicamente apostava no fortalecimento das instâncias sindicais como método de construção de outro poder. A crítica clássica do

⁹⁴⁰ ALVES, 2016, p. 76.

⁹⁴¹ RODRÍGUEZ ET AL, 2006, p. 80.

⁹⁴² Ibid, pp. 80-81.

⁹⁴³ Ibid, p. 81.

anarquismo era a de que a dupla participação – no espaço sindical e dentro do aparato político estatal – tornava o primeiro espaço, refém da dinâmica interna do campo eleitoral. Reforçar a CNT como instância era uma consequência lógica dessa posição anarquista, vinculada a estratégia de massas e ao organizacionismo.

A recém-criada CNT aparecia na cena pública como um importante ator político. Clara Aldrighi ressalta corretamente que o crescimento e articulação da CNT “multiplicou suas possibilidades de incidência, subtraindo espaços de poder aos partidos”.⁹⁴⁴ E dentro deste espaço, parecia importante a FAU organizar adequadamente sua atuação interna, fazendo valer uma política combativa no interior dos sindicatos vinculados a convenção.

- A repressão a FAU e a formação de sua concepção armada (1967-1968)

[...] un país liberal que en 13 de diciembre de 1967 amaneció conociendo la disolución de seis organizaciones políticas y la clausura de dos publicaciones
Rojo y Negro

O historiador Daniel Alves aponta que apesar do “movimento sindical que vinha da experiência dos *grêmios solidários*, assim como uma nova geração que com ele se identificava” tal articulação “ainda recaía em certo nível de improvisação”.⁹⁴⁵ A FAU avaliava que para se contrapor a presença majoritária do Partido Comunista em nível sindical precisava de uma nova instância articuladora. Faltando dois meses para as eleições “a FAU através de sua frente sindical, faria a convocatória de uma reunião para se viabilizar essa instância”.⁹⁴⁶ com a “presença de militantes sindicais dos ramos da borracha, têxteis, gráficos, metalúrgicos, bancários, portuários, jornalistas, entre outros”.⁹⁴⁷ A reunião propunha “analisar a situação do movimento sindical” e a “predominância de uma política reformista”.⁹⁴⁸ Fundam assim, a chamada *Tendencia Combativa*.

As eleições nacionais de 1966 puseram fim ao regime de colegiado e em 6 de dezembro assumia a presidência, Jorge Pacheco Areco que uma semana depois colocaria a FAU na ilegalidade.⁹⁴⁹

Durante as eleições de novembro de 1966 a população uruguaia teve a oportunidade de escolher entre quatro plebiscitos populares que visavam a reforma constitucional, tendo vencido a reforma *naranja* que aumentava as atribuições e competências do Poder Executivo.⁹⁵⁰ O acordo entre o Partido Nacional e o partido Colorado na reforma *naranja* acabavam com o regime de colegiado, mas não diminuíram as tensões advindas dos rumores de possível golpe de Estado.⁹⁵¹ A reforma devolvia o poder ao executivo – diminuído em

⁹⁴⁴ ALDRIGHI, 2016, P. 30.

⁹⁴⁵ ALVES, 2016, p. 96

⁹⁴⁶ Idem.

⁹⁴⁷ Idem.

⁹⁴⁸ Idem.

⁹⁴⁹ RODRÍGUEZ et al, 2006, p. 83.

⁹⁵⁰ A reforma amarela era defendida pelo FIDEL e propunha um retorno ao presidencialismo mas tirando poderes do executivo, tais como as medidas de *pronta seguridad*, mas só obteve 5.21% de votos. A reforma cinza era defendida pelo Partido Nacional e propunha um fortalecimento do poder executivo, que lhe daria facilidade para dissolver câmaras, romper com a autonomia da educação, etc. A reforma rosa, defendida pelo Partido Colorado foi abandonada quando este chegou a um acordo interpartidário na reforma laranja, que foi a vencedora com 75% dos votos. Esta reforma aumentava as atribuições e competências do poder executivo.

⁹⁵¹ Até mesmo os setores majoritários do *battlismo* entrariam em acordo com a *Federación Rural* sobre a necessidade das reformas, indicando claramente seu giro a direita.

detrimento do regime de colegiado – e conduziu o Partido Colorado ao poder (Caetano, 2016, p. 54).

A historiadora Clara Aldrighi afirma com precisão que a reforma constitucional de 1967 “proporcionou novos instrumentos legais para aplicação de políticas autoritárias”⁹⁵² e o cientista político Álvaro Rico caracteriza este período como um *gobierno sob decreto*, onde se “incrementam os poderes estatais e se amplia a jurisdição dos órgãos punitivos já existentes”⁹⁵³.

Um de seus resultados foi o aumento notável dos poderes do Poder Executivo, que podia, por exemplo, fixar preços, ter a iniciativa legislativa de caráter privativo no regime de aposentadoria e aumento de salários.⁹⁵⁴ O mandato presidencial também foi aumentado para 5 anos.

Ainda segundo esta pesquisadora, os impulsos conservadores no sistema político uruguaio foram fortalecidos pela revolução cubana e intensificaram a ação das direitas dos partidos tradicionais e a ação da extrema-direita em grupos clandestinos, que realizaram atentados contra judeus e militantes de esquerda.⁹⁵⁵ A escalada autoritária que culminou no golpe militar de 1976, se não estava determinada, alimentou-se de maneira intensa, da manutenção do expediente autoritário dentro de uma democracia liberal constituída. O cientista político Álvaro Rico caracteriza este período como o “avanço de uma praxis estatal autoritária no marco de um regime republicano democrático de governo”.⁹⁵⁶ No campo da esquerda uruguaia, os debates oriundos da Revolução Cubana atingiram o seu ápice com a I Conferência da *Organización Latinoamericana de Solidaridad* (OLAS). Ocorrida em julho de 1967, a conferência selou a vitória da linha que defendia a luta armada.⁹⁵⁷ O documento com as resoluções e discursos da conferência, abria seus textos com a epígrafe “O dever de todo revolucionário é fazer a revolução”.⁹⁵⁸ O espírito prático da conferência, colocando a ação como criadora das condições objetivas e subjetivas alinhava-se com certo aspecto da posição malatestiana da FAU e as possibilidades da chamada *vontade*⁹⁵⁹ revolucionária e a reflexão anarquista clássica sobre o fracasso da via eleitoral. Diante a censura do jornal *El Popular* – ligado ao PCU – a do discurso de fechamento da conferência (realizado por Fidel Castro) a FAU decide editar o discurso⁹⁶⁰ na íntegra. Para Alves o discurso era a “síntese de uma via de ação revolucionária antagônica à defendida pelos PCs, sinalizando também um frágil alinhamento de Cuba com a URSS”.⁹⁶¹ Tendo acordo com esta análise acrescentaríamos que ao editarem este discurso, a militância da FAU estava mais preocupada em atrair setores do movimento sindical e da esquerda para fora da órbita do PCU e portanto, alinhar estes setores a um campo vinculado a luta armada, do que se submeter a uma espécie de termômetro ideológico que excluiria qualquer vertente política não alinhada integralmente com o anarquismo.

⁹⁵² ALDRIGHI, 2016, p. 34

⁹⁵³ RICO, 2013, p. 196, tradução nossa.

⁹⁵⁴ Ibid, p. 39, tradução nossa.

⁹⁵⁵ Ibid, p. 34, tradução nossa.

⁹⁵⁶ Ibid, p. 188, tradução nossa.

⁹⁵⁷ À título de exemplo, a palavra “luta armada (lucha armada)” aparece no documento produzido pela OLAS (fruto dos discursos da conferência) 40 vezes, enquanto que a palavra “elecciones” (eleições) ou “parlamento” nenhuma. Primera Conferencia de la Organización Latinoamericana de Solidaridad. OLAS, 1967.

⁹⁵⁸ “El deber de todo revolucionario es hacer la revolucion”. Ibid, p. 1.

⁹⁵⁹ Segundo Felipe Corrêa, discorrendo sobre o pensamento político de Errico Malatesta, o revolucionário e anarquista italiano se opunha às abordagens estruturalistas e mecanicistas. Para Malatesta “a vontade e a ação humana possuem significativo potencial na conformação da sociedade”. (Corrêa, 2014)

⁹⁶⁰ MECHOSO, s/d, p. 69.

⁹⁶¹ ALVES, 2016, p. 94.

Esta posição política bastante arejada ajuda a contextualizar alguns documentos teóricos produzidos pela organização. A primeira revista dedicada exclusivamente às produções teóricas da FAU abre seu editorial explicitando que a “esquerda latino-americana lidou frequentemente com esquemas que trasladavam de modo mecânico concepções surgidas em condições muito diferentes”.⁹⁶² Se referindo aos elementos de debate estratégico e do campo da análise a FAU afirmaria que “no marco das grandes tradições ideológicas, a anarquista e a marxista, aportaram elementos teóricos úteis para superar estes problemas”. E a “abundante experiência histórica dos últimos decênios descartou muitas propostas, confirmou outras e, a nosso entender, aproximou a possibilidade de síntese em diversos aspectos”.⁹⁶³

Cabe afirmar que esse espírito de síntese e diálogo entre as duas tradições era comum em outros lugares do mundo e no caso da esquerda latino-americana vinculada às revoluções e insurreições do terceiro-mundistas tal diálogo era produto de alinhamentos estratégicos semelhantes, como a recusa a opção eleitoral, a ação direta (armada ou não), a crítica ao reformismo, ao gradualismo etc. No caso da FAU este debate chegou segundo Mechoso em 1963, com um Boletim extenso das Juventudes Libertárias da Espanha.⁹⁶⁴ Nesse boletim, Mechoso afirma que o título era “Reinventar o Anarquismo” e em suma, fazia uma análise do que na opinião dos espanhóis eram as debilidades do anarquismo e propunham refrescar a doutrina libertária. Para um grupo de companheiros da FAU esse material foi relevante, “porque eles haviam realizado coletivamente análises muito semelhantes” (Idem). Para Mechoso “vivíamos assim, com a tensão, a questão era: reatualizar ou morrer”. Inicialmente essa reunião apontou para a leitura de diferentes materiais (não apenas anarquistas) mas o tema não teve grande relevância dentro da organização.

Contudo é provável que os documentos ainda produzidos no rescaldo desse momento de abertura teórica e ecumenismo político na esquerda uruguaia, pudessem gerar interpretações possíveis e distintas para os leitores, desde aqueles que compreendessem tais elementos como a adoção de uma postura pouco sectária no plano teórico até os que achassem que fosse possível alguma síntese ideológica *a la* Daniel Guérin. Supomos uma terceira interpretação, que era o daqueles setores não vinculados diretamente a FAU, mas em seu campo de influência (ou do outro lado do campo), que recebessem tal editorial com uma prova da postura nada sectária da organização. A FAU seguia evidentemente como uma organização anarquista.

Esse espírito latino-americanista fazia com que em 1967 a FAU decida colocar energias na construção do periódico *Época*, um jornal produzido com o aporte de diferentes organizações da chamada esquerda revolucionária e vinculada, ao menos em acordos mínimos a OLAS. Tal decisão inspirava-se também na necessidade de unidade diante a escalada autoritária. Neste jornal podemos consultar uma série de conflitos sindicais mas também visualizar o mapeamento internacional da conjuntura política em regiões que vão da América Central à Ásia. É possível observar pelo jornal o acirramento em território uruguaio do modelo repressivo, com o frequente envio de tropas militares para resolver conflitos sindicais. Em janeiro de 1967 tropas da aeronáutica despejaram funcionários da *Dirección General de Aeronáutica* no aeroporto de Carrasco que lutavam por aumento de salários.⁹⁶⁵

Parte do movimento popular denunciaria a escalada repressiva e as arbitrariedades cometidas pela polícia e o exército e a *Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas* se reuniria para denunciar estes ataques a liberdade de manifestação, fundando um Comitê para

⁹⁶² Editorial. **Rojo y Negro**, Montevideo, Año 1, diciembre de 1968, N^o 2, pp. 5-6.

⁹⁶³ Idem.

⁹⁶⁴ MECHOSO, s/d, p. 87.

⁹⁶⁵ El Ejército intervino metereologia; Hoy retiran la tropa de carrasco. **Época**, Montevideo, 18 de enero de 1967, p. 9.

defesa das liberdades.⁹⁶⁶ O comitê ganharia adesão de uma série de organizações, entre elas a FAU e denunciaria a proposta das Forças Armadas e da polícia de “constituir um comando repressivo” com o “intento de intensificar a atual onda de atentados policiais contra as liberdades públicas e os direitos dos trabalhadores e do povo”. O comitê também avaliava que esta decisão “adotada sem consulta ao atual Conselho Nacional de Governo, persegue também o objetivo de impor ao próximo governo, o fato consumado de uma restrição das liberdades” e denunciavam que as “ameaças surgem em momentos que se desenvolvem lutas reivindicativas”.⁹⁶⁷ A conferência de chefes de estado da OEA era repudiada em uníssono pela esquerda uruguaia. Tal tensão era acompanhada pela Agência Central de Inteligência (CIA) estadunidense que num boletim reservado em 18 de março de 1967 afirmava que “O Partido Comunista do Uruguai está contactando outras organizações extremistas uruguaias para obter sua participação numa campanha de ações táticas e de massa que tem como objetivo repudiar o encontro de presidentes”. O boletim reservado afirmaria que

A Federação dos Anarquistas Uruguaios, um grupo de mais ou menos 200 pessoas, provavelmente já concordou em cooperar, para isto eles publicaram um artigo contra o encontro no jornal do Partido Comunista. Até onde se sabe, esta é a primeira vez que os Comunistas deram espaço em seu jornal para os anarquistas.⁹⁶⁸

Enquanto a Conferência de chefes de estado da OEA se reunia em Punta del Este, cerca de mil estudantes marcharam e queimaram uma bandeira do EUA, tais manifestações foram reprimidas violentamente pela polícia.

Segundo Daniel Alves no final de 1967 e às vésperas de ter sido colocada em clandestinidade a FAU “acelerou a montagem de uma infraestrutura que capacitasse seu funcionamento orgânico”.⁹⁶⁹ Nos 10 anos da FAU, Gerardo Gatti já alertava para um “cenário marcado pela intensificação da violência política”⁹⁷⁰ e a FAU publicava uma extensa análise que caracterizava o período como uma época de “ação turbulenta dos povos subdesenvolvidos” que “com armas nas mãos lutam nas serras, selvas, pântanos e cordilheiras da Ásia, África e América Latina”.⁹⁷¹

Mesmo diante o aumento da repressão, que se seguiram especialmente após 1966 a FAU continuava acreditando que o “movimento sindical e estudantil constitui a principal força de resistência à política reacionária do governo”, mas não se descuidava, à partir dos acúmulos anteriores com o *Coordinador* de construir um aparato armado que pudesse funcionar adequadamente.⁹⁷²

Além de aluguéis com documentos falsos, a FAU montou – segundo Alves – “uma rede de locais encobertos para as atividades do aparato armado, então denominado de *Chola*, e de sua Junta Federal, que passa a ser denominada de *Fomento*”.⁹⁷³ Para financiar esse tipo

⁹⁶⁶ Bella Unión: comité para la defensa de las libertades. *Época*, Montevideo, 20 de enero de 1967, p. 14.

⁹⁶⁷ Assinariam a denúncia ante a opinião pública: Federación Anarquista Uruguaya, Partido Socialista, Partido Comunista, Movimiento Revolucionario Oriental, Movimiento de Acción Popular Uruguaya, Movimiento de Izquierda Revolucionaria, Movimiento del Pueblo de Paysandú, Comité Universitario del F.I de L., Comisión Cultural Popular de la Zona Norte, Agrupación Batllista Avanzar, *ÉPOCA*, El Popular, Semanario El Sol. Denuncia ante la opinion pública. *Época*, Montevideo, 21 de enero de 1967, p. 6.

⁹⁶⁸ The Security Situation in Uruguay (Situation Report Number 13). *Intelligence Memorandum*, 18 March, 1967, tradução nossa. Disponível em <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79T00826A001700010064-6.pdf>>

⁹⁶⁹ ALVES, 2016, p. 100.

⁹⁷⁰ *Ibid*, p. 81.

⁹⁷¹ FAU. Izquierda, Reformismo, Accion Directa. Folheto, Montevideo, octubre de 1968, p. 2.

⁹⁷² UN modelo represivo para el Uruguay. *Rojo y Negro*, Montevideo, Año 1, diciembre de 1968, N° 2, p. 13.

⁹⁷³ ALVES, 2016, p. 81.

de coisa, a organização realiza uma “venda de bônus do tesouro falsificados. O montante era relativamente baixo (15 mil dólares), mas foi recebido com entusiasmos e euforia; era um ato simbólico”.⁹⁷⁴ De maneira geral, a conjuntura uruguaia do ano de 1967 possuía elementos explosivos. Economicamente o país vivia uma explosão do índice de preços ao consumidor e assistia a decaída do poder de compra dos salários reais no mesmo ano que forçaria a CNT em outubro de 1967 a realizar uma paralisação nacional.⁹⁷⁵

O fechamento por Jorge Pacheco Areco dos jornais *Época* e o *El Sol* por um decreto assinado em 12 de dezembro de 1967 aprofundava a ação repressiva do Estado uruguaio e também colocava oficialmente como fora da lei o Partido Socialista, a Federação Anarquista Uruguaia, o Movimento Revolucionário Oriental, o Movimento de Ação Popular Uruguaio, o Movimento de Esquerda Revolucionário e o grupo de independentes vinculados ao jornal *Época*. Nasce nesse período, as “Cartas da FAU”, instrumentos de opinião produzidos pela organização e que eram distribuídos clandestinamente para todos os seus integrantes. A organização passa já nesse período, a adotar medidas de funcionamento clandestino que garantissem sua sobrevivência.

As cartas eram produzidas por um núcleo de companheiros designado pela organização e em vínculo estreito com a comissão de organização da FAU. Este núcleo, composto por Raúl Cariboni, Gerardo Gatti, Maurico Gatti, Juan Carlos Mechoso e León Duarte se reunia numa casa alugada pela poetisa e crítica literária Idea Vilariño, integrante da chamada geração de 1945, que incluía entre outros, Juan Carlos Onetti, Mario Benedetti e Ángel Rama. Idea Vilariño era segundo a militância da FAU simpática a organização e em sua casa, um apartamento próximo ao parque Rodó, albergava a comissão que fazia as cartas da FAU e que se reunia semanalmente.⁹⁷⁶ Pode-se compreender a produção das cartas não apenas no contexto imediato, da clandestinidade, mas parte de uma tentativa da organização em compreender a realidade política que a cercava. Era uma tentativa levada a cabo por militantes de origem operária, com forte formação autodidata e inspirados pela renovação do anarquismo com um acento latino-americanista.⁹⁷⁷

Em 13 de junho de 1968 o recém-presidente eleito Jorge Pacheco Areco aprovava as *Medidas Prontas de Seguridad* (MPS). Estas eram justificadas constitucionalmente nos casos de grave imprevisto e ataque exterior ou comoção interior. Publicamente, o governo justificava as medidas com base no “clima de violência pública que se desencadeou nas ruas”.⁹⁷⁸ Analisando as MPS Enrique Serra Padrós avalia que tais medidas também foram utilizadas no governo de Gestido e que estas foram utilizadas quase ininterruptamente entre junho de 1968 e 1971, produzindo efeitos variados. Entre eles, a vulnerabilização dos respeito aos direitos humanos, com uso de repressão policial, tortura generalizada e violação da correspondência.⁹⁷⁹ A imprensa também foi censurada durante este período, proibindo, por exemplo, o uso da palavra Tupamaros ou Guerrilheiro.⁹⁸⁰ Outro fator “foi a militarização de funcionários públicos e privados sob a alegação de que era necessário diante da ineficiência do sistema político em controlar a radicalização das ações guerrilheiras” e dos “movimento sindical e estudantil”.⁹⁸¹

⁹⁷⁴ *Ibidem*.

⁹⁷⁵ YAFFÉ, 2016, p. 168.

⁹⁷⁶ FAU, 2016, pp. 11-13.

⁹⁷⁷ Sobre a formação de um campo intelectual revolucionário na América Latina, Cf. SILVA, 2016, pp. 58-63.

⁹⁷⁸ Menos diálogo y más Lucha para enfrentar al gobierno. **Cartas de FAU**, Montevideo, 20/06/1968, tradução nossa.

⁹⁷⁹ PADRÓS, 2005 p. 277.

⁹⁸⁰ *Ibid*, p. 278.

⁹⁸¹ *Idem*.

E por fim, a ação contra as instituições de ensino que atacou a autonomia universitária e promoveu invasões ilegais dos estabelecimentos de ensino, suspensão de cursos por decretos, fechamento de prédios do ensino secundário e repressão brutal, que terminou entre outras coisas, com a morte dos estudantes Líber Ace, Hugo de los Santos e Susana Pintos.⁹⁸² Desde 1968, a situação de detenções de militantes e sua situação de “incomunicabilidade” – onde seus familiares recorriam os quartéis em busca de informação sobre o detido – eram comuns.⁹⁸³

O movimento popular respondeu as MPS’ com uma paralisação no dia 18 de junho que envolveu trabalhadores industriais, educadores, bancários, estudantes etc. A proposta da paralisação veio dos trabalhadores de FUNSA, cuja presença da ação política da FAU e da ROE eram importantes, demonstrando o papel já consolidado que a organização anarquista e a ROE possuíam no conjunto de lutadores populares. Tal proposta também foi levantada de maneira simultânea pela mesa coordenadora da CNT, que também propunha uma plano de luta conjunto à partir da paralisação geral. O ato contou com enfrentamentos *callejeros* com a polícia – que era habilmente utilizado pelo governo como justificativa para a repressão – houve também difusão de propaganda e pinturas de muros.

Em 28 de junho, pressionado pelo FMI e com uma inflação acumulada que no ano anterior chegou a 135,9%, Pacheco Areco iria congelar os salários. Tal medida significava o abandono do principal instrumento de regulação salarial e “no médio e largo prazo um avanço no desmonte do modelo econômico-social anterior y na adoção de outro de inspiração claramente neoliberal”.⁹⁸⁴ A reforma política caminhava assim, em sintonia com os instrumentos da reforma neoliberal e as ações político-policiais.

Tal medida não iria ser recebida sem contestação. Em 2 de julho uma paralisação geral é realizada e a torre da Radio Ariel é explodida por uma ação de sabotagem.⁹⁸⁵ A rádio era propriedade de Jorge Batlle, à época, político e jornalista liberal, muito influenciado pelas obras da chamada, escola austríaca. Os sindicatos vinculados ao polo classista influenciado pela FAU e pela ROE pressionavam a CNT a adotarem uma resistência mais efetiva e que tivesse como base a mobilização popular e de rua. No dia 3 ocorre uma paralisação na UTE em reposta a presença de tropas na dependência da Ente e os bancários realizam uma operação de paralisação de braços cruzados que é respondida pela invasão da polícia no Banco de Seguros e termina com 51 bancários detidos.⁹⁸⁶ Os bancários foram enviados para dependências das Forças Armadas que também ocupavam a planta da ANCAP em *La Teja*. Em pleno regime “democrático” se é que podemos considerar o uso da censura, fechamento de jornais e organizações políticas e uso das forças armadas em conflitos operários como algo democrático, o governo aprofundava o fechamento do regime.

No dia 17 de julho assinavam um documento que propunha um “plano de luta mínimo, de resistência às medidas de segurança e congelamento”.⁹⁸⁷ Assinavam o documento: Unión Obrera de BAO, Federación de Asociaciones Viales del Uruguay, Sindicato Único de Enrique Ghringhelli, Federación Uruguaya de la Salud, Sindicato Autónomo de Tem, Unión de Obreros, Empleados y Supervisores de FUNSA. Caracterizavam a atual etapa como uma “ditadura legal” que se caracterizava pela “prisão de centenas de cidadãos; violação de domicílios; espancamentos; gás e balas contra estudantes e trabalhadores; proibição de

⁹⁸² Ibid, p. 280.

⁹⁸³ BUCHELLI et al, 2005, p. 40.

⁹⁸⁴ YAFFÉ, 2012, p. 172.

⁹⁸⁵ CRONOLOGÍA de la escalada contra el pueblo. **Rojo y Negro**, Montevideo, Año 1, diciembre de 1968, NO 2, p.4.

⁹⁸⁶ Hay que opta: acumular debilidad o fortalecerse luchando. **Cartas de FAU**, Montevideo, 05/07/1968, tradução nossa.

⁹⁸⁷ CARTA a la CNT. **Rojo y Negro**, Montevideo, Año 1, diciembre de 1968, N° 2, p 177.

meetings e assembleias sindicais; campanha sistemática de confusão utilizando a censura”.⁹⁸⁸ A posição política adotada por esse conjunto de sindicatos caminhava em sintonia com a percepção do setor combativo de que o diálogo com o governo não resolveria o autoritarismo crescente que ia se gestando, já que era o próprio governo que estimulava o endurecimento do regime. Analisavam que se vivia num “estado militar ou policial cada vez mais avançado” e que era preciso “sem subestimar o inimigo, tampouco se tenha em menos às possibilidades de nossa classe operária e nosso povo”.⁹⁸⁹

A Federação dos Estudantes Universitários no Uruguai (FEUU) também sofria forte pressão do setor combativo. Apostando na continuidade da mobilização, apontavam que as “medidas de segurança foram implantadas para salvaguardar medidas econômicas antipopulares” e que a “repressão mais crua ao movimento popular” caminhava junto ao “objetivo econômico” de “impor a política do FMI”. Longe de filiar-se à uma posição foquista ou militarista, os estudantes aglutinados nesse polo combativo ironizavam esses setores afirmando que

não cremos que numa semana venha a tomada do poder pelas forças revolucionárias, nem muito menos. Tampouco cremos em certas promessas de desatar a guerra civil revolucionária. Pensamos que a luta será longa e que o momento presente é um ponto desse prolongado processo.

Por tal razão, na conjuntura atual o *objetivo é resistir à ofensiva do governo e desenvolver a capacidade operativa do movimento estudantil e popular* (acumulando experiências sobre formas de ação e organização para estas condições de luta).⁹⁹⁰

Os estudantes avaliavam em julho que “é iminente um golpe de Estado” e que em caso de “um golpe de estado – não descartável pelo fato de que dentro da mesma oligarquia há luta entre diferentes grupos pelo poder – seriam poucas mais as medidas repressivas que tomariam os novos ‘governantes’”. Como método de luta defenderiam a “luta de rua” que possui um papel polarizador, propagandístico e didático. Para esses estudantes, a FEUU deveria retomar o caminho das mobilizações e voltar-se decididamente aos sindicatos em luta para “enfrentar a política reacionária da ditadura ‘legal’ que nos governa”.⁹⁹¹

A FAU caracterizava o atual estágio repressivo como algo que estava em sintonia com o que ocorria no restante da América Latina. Fazendo referência ao plano de *Comoción Interna del Estado* aprovado por Frondizi no dia 14 de março de 1960 diziam que “uma mesma classe social, com os mesmos privilégios, com as mesmas ataduras aos interesses estrangeiros, atua sempre de maneira parecida”.⁹⁹² A FAU se dedicava nesse período a instigar o conjunto da classe trabalhadora e dos estudantes à resistir contra as medidas por meio das táticas de ação direta e ocupação dos locais de trabalho.

A revista *Rojo y Negro* em seu segundo número, de dezembro de 1968 e dirigida pelo anarquista Gerardo Gatti avaliava o processo repressivo como uma “escalada contra os interesses do povo do Uruguai” cuja estreia foi a “administração Gestido”. Para estes havia uma continuidade entre a dureza do fim do período “blanco” para o início do período “colorado”. A associação entre as medidas políticas e econômicas parecia óbvia à Rojo y

⁹⁸⁸ Idem.

⁹⁸⁹ Ibid, pp. 179-180.

⁹⁹⁰ MANIFIESTO a la militancia federal. **Rojo y Negro**, Montevideo, Año 1, diciembre de 1968, N0 2, p 184.

⁹⁹¹ Ibid, p. 190.

⁹⁹² Prepararse para una “guerra prolongada”. **Cartas de FAU**, Montevideo, 22/07/1968, tradução nossa.

Negro, quando ao mesmo tempo reprimiam as organizações revolucionárias e “avançavam nas negociações com o FMI, a Aliança para o Progresso e a banca privada norte-americana”.⁹⁹³

Caracterizavam a atual situação repressiva como uma reação de “alcance continental e respondem a uma política global, traçada pelo imperialismo norte-americano, os procedimentos concretos de sua aplicação em cada país se adaptam”.⁹⁹⁴

Entendiam que a fase repressiva não se dava na “ditadura gorila de tipo clássico”, mas sim a “ditadura constitucional habilitada pelo texto vigente”.⁹⁹⁵ Contudo, apontavam que a repressão inicialmente se “centrou, em forma seletiva e progressivamente (militarizações, descontos, suspensões, prisão, destituições) buscando isolar e derrotar por separado os setores chaves ou mais radicalizados dentro dos entes autônomos”.⁹⁹⁶

Avaliando os ataques, concluíam sobre o processo repressivo, que a “regulamentação sindical e a Lei universitária tendem a reestabelecer o controle da oligarquia sobre dois vitais centros de poder social que por peculiaridades de nosso processo histórico chegaram a ser demasiado autônomos”.⁹⁹⁷ Acreditavam que as medidas repressivas eram uma “espécie de ensaio geral das receitas ditatoriais, permitiram acumular experiências e detectar com mais precisão, as debilidades do movimento popular”.⁹⁹⁸

A FAU neste sentido trabalharia paralelamente para montar um aparato que pudesse lidar com o fechamento do regime e operar clandestinamente. É no final de 1966 que “a FAU começa a debater a necessidade de uma maior estruturação de sua atividade armada, assim como sua articulação interna com o restante da organização”.⁹⁹⁹ Participa desse esforço, ainda que na condição de apoio externo, o militante anarquista Abraham Guillén que na época, já vivia no Uruguai. Guillén, segundo relatos de antigos militantes da FAU, participara de formações internas onde o tema da luta armada era debatido. Desde 1966, o espanhol sofria um ataque da imprensa conservadora encarnada no jornal *El Debate*, que com o crescente acionar do MLN passa criticar o uso da chamada violência revolucionária. No contexto das greves e manifestações, assim como do uso amplo das medidas de segurança, o jornal exibia na sua capa o seguinte título: “Denunciamos faz 2 anos: Guerrilha Urbana”.

Em edição de 26 de novembro de 1966 dissemos:

“Adiantamos na edição anterior, a sinistra conjura comunista com ajuda de Jorge Batlle. Agora temos mais notícias. O começo da tremenda traição. Quer dizer: o Chefe dos “Fantasmas Tupamaros”, vive amparado pelo Dr. Jorge Batlle. Trabalha em “Ação” num escritório vizinho, em plena Redação, do jornalista Gutemberg Charquero, elemento este, esquerdista da linha Chinesa. O homem se chama ABRAHAM GUILLEN, nascido na Espanha, exilado por suas atividades guerrilheiras na contenda espanhola (foi Major do Exército Vermelho da Espanha). Tem 53 anos, é magro, estatura regular, usa óculos e tem cabelo longo, grisalho. Vive num edifício da Praça Zabala. Dizem que atua como Assessor Econômico de Jorge Batlle.

ABRAHAM GUILLEN é autor de um livro intitulado “Teoria da Violência”. Nos asseguram que pode ser obtido na “Nativa Livros”. Atualmente está escrevendo outro “Manual sobre guerrilha urbana”. Este indivíduo atuou nos distúrbios de Santo Domingo, onde asseguram que levantou quartéis seguindo instruções do General espanhol de sobrenome

⁹⁹³ CRONOLOGÍA de la escalada contra el pueblo. **Rojo y Negro**, Montevideo, Año 1, diciembre de 1968, N° 2, p.4.

⁹⁹⁴ UN modelo represivo para el Uruguay. **Rojo y Negro**, Montevideo, Año 1, diciembre de 1968, N° 2, p.8.

⁹⁹⁵ Idem.

⁹⁹⁶ Ibid, p. 9.

⁹⁹⁷ Ibid, p. 11.

⁹⁹⁸ UN modelo represivo para el Uruguay. **Rojo y Negro**, Montevideo, Año 1, diciembre de 1968, N° 2, p.17.

⁹⁹⁹ ALVES, 2016, p 88.

BAYO, que instruiu a Fidel Castro durante sua estadia no México. Também se informa que treinou durante três meses numa Escola de guerrilheiros da Albânia. Além de haver estado em Cuba, se anotou que instruiu guerrilheiros em Tucumán. Nos informam que se reúne com gente em Misiones 1280 e em outra quadra de Rambla e Julio Herrera y Obes. Também nos informam que é o ideólogo da Federação Anarquista Uruguiaia e Grupos Trotskistas, todos inclinados a linha chinesa.¹⁰⁰⁰

Independente de certo exagero, em querer atribuir toda a luta armada do país a um único “mentor”, o fato é que Guillén atuava em contato com diferentes organizações, ajudando na reflexão sobre a luta armada e a guerrilha urbana. Este mesmo assumira em entrevista póstuma, que

Os exilados brasileiros que chegaram ao Uruguai, logo depois do “golpe” de Estado contra o presidente Goulart, seus líderes principais, quase todos me conheceram. “A estratégia da guerrilha urbana” – antes que outros idiomas – foi traduzida ao português entrou no Brasil mimeografada; deu lugar a um movimento guerrilheiro urbano, dando-lhe doutrina estratégica; influiu notavelmente no movimento guerrilheiro do capitão Lamarca, de Marighella e do major Piriz. Antes de se publicar o “Minimanual de guerrilha urbana” de Marighella com um par de anos de antecipação, se publicou em Montevideo, “A estratégia da guerrilha urbana”.¹⁰⁰¹

No dia seguinte o jornal seguia com as acusações. Desta vez polemizando com uma matéria que Guillén escrevera sobre a guerra civil na Espanha afirma que

Guillén, autor de vários livros. Pekinista leninista e partidário da “ação direta”. Em uma reunião de “alto nível” discutiu a vigência do livro de Che Guevara, sobre “Técnicas de Guerrilha” sustentando que as mesmas não eram de aplicação nestes países da América. Que a guerrilha camponesa, pela natureza de solo, pela configuração geográfica, estava destinada ao fracasso. Em lugar da “guerrilha camponesa”, Guillén, postulou a “guerrilha urbana”.¹⁰⁰²

Saindo da acusação de inspiração intelectual para associação com a guerrilha, o jornal realizaria uma acusação que envolveria uma suposta rede transnacional da luta armada que envolveria além de Guillén, “cidadãos paraguaios” vinculados a “Associação de ex combatentes paraguaios do Chaco”. Segundo o jornal e se baseando em fontes policiais, essas pessoas estariam envolvidas no “assalto ao Banco de Cobranças” realizado há três anos em Larrañaga e San Marti. O filho de Guillén também era acusado pelo jornal de estar envolvido com vínculos com “células terroristas” e seu pai, acusado de estar envolvido com a resistência paraguaia a ditadura de Stroessner. O jornal segue reforçando a bateria das acusações, afirmando que Guillén “era pai do Tupamaro processado pelo juiz de instrução Fernández Rey”. O jornal seguia afirmando que

¹⁰⁰⁰ Denunciamos Hace 2 Años: Guerrilla Urbana. **El Debate**, Montevideo, Año 38, 09 de agosto de 1968, N^o 12438, p.1.

¹⁰⁰¹ GUILLÉN, Abraham. Entrevista a Abraham Guillén, gran teórico de la guerrilla. **Revista Bicicleta**, Año 1, n. 9, octubre de 1978, p. 2, tradução nossa. Há de se levar em consideração que esta entrevista é dada numa fase de derrota geral da luta armada no continente.

¹⁰⁰² Un Llamado a La Violencia. **El Debate**, Montevideo, Año 38, 10 de agosto de 1968, N^o 12439, p.1.

Em 1936 passou a Espanha, chegando a ter o grau de Major no Exército Vermelho, e cometendo toda classe de ultrajes contra a população civil e religiosa em Barcelona. Derrotada a Internacional vermelha na Espanha, passou para França. Instaurado o regime comunista na Albânia, onde existe a maior escola de especialização de guerrilhas, cursou estudo, como ideólogo e praticou esta matéria. Logo passou para o México e Cuba. Mais tarde apareceu no Congo, durante o conflito de Katanga, sendo nessa matança o “ideólogo”. Com dólares abundantes, passou a República Dominicana. Logo chegou a Buenos Aires, onde comprou um apartamento mais diante de estalidos de violência em Salta, o sindicato como principal agitador, pelo qual vendeu o apartamento e chegou a nossa capital. Na mesma se vinculou a “Acción”. Neste é o “inteligente colaborador”... O “anarquista”, que vem a semear inquietudes em nossa sociedade, saturada por tanto conceitos destes extremistas. Mas em “Acción” marcha.¹⁰⁰³

A acusação do jornal é respondida pelo Núcleo no Uruguai da CNT da Espanha no Exílio, que em sua defesa afirma que respeita o “direito de asilo” e que Guillén “passou por diversos países da Europa e América, com respeito e admiração de quem lhe conheceu e conhece”. A nota afirmaria que “Abraham Guillén não é pekinista, leninista, marxista nem muito menos comunista. É simplesmente *Libertário socialista, Libertário*, homem de ideias ácratas. Modernizadas e atualizadas aos tempos que vivemos”. A nota seguiria dizendo que Guillén é “defensor da liberdade e do humanismo na mesma medida inimigo de todo tipo de ditadura”. A nota também afirmaria que o texto de Guillén sobre a Espanha não faria nenhum “chamado a *violência*” e terminaria ironicamente afirmando: “Muito honrados com os ataques. Por vir de quem vem. Obrigado nobres camaradas!”.¹⁰⁰⁴

O ataque do jornal *El Debate* a figura de Guillén inscrevia-se num contexto em que o imaginário da luta armada era combatido junto com o uso da violência nas manifestações.

Segundo o historiador Daniel Alves a concepção de luta armada e de uso da violência revolucionária da FAU foi dividida em quatro variantes

a ação direta de solidariedade vinculada diretamente à demanda de algum conflito social; operações de tipo comando, com finalidades propagandística, econômica e de equipamentos; operações com finalidades especificamente militares, direcionadas às forças inimigas de forma a desgastá-las material e psicologicamente e, por fim, operações militares para a destruição parcial ou total do aparato repressivo já na perspectiva de liquidação do poder burguês.¹⁰⁰⁵

Em relação a violência operada em conflitos sociais, os setores conservadores assistiam com preocupação os resultados das manifestações que ocorriam no centro da cidade de Montevideo, denunciando o “vandalismo”, a destruição de propriedade privada e quebra de vitrines pelos estudantes, associando as manifestações estudantis e sindicais às teses da violência revolucionária da luta armada.

Em virtude do endurecimento progressivo do regime, a FAU, como dito anteriormente preparara-se para condições de clandestinidade e a operação de seu aparato armado, não somente do ponto de vista teórico, mas prático. Como vimos, paralelamente a criação desse

¹⁰⁰³ Guillén en “Acción”. *El Debate*, Montevideo, Año 38, 13 de agosto de 1968, N° 12441, p.1. Na realidade o jornal esqueceu de mencionar a atuação de Guillén no Peru, servindo de consultor estratégico-militar a guerrilha de Hugo Blanco. Cf. GUILLÉN, Abraham. Entrevista a Abraham Guillén, gran teórico de la guerrilla. *Revista Bicicleta*, Año 1, n. 9, octubre de 1978, tradução nossa.

¹⁰⁰⁴ Apareción el Abogado!. *El Debate*, Montevideo, Año 38, 14 de agosto de 1968, N° 12442, p.1.

¹⁰⁰⁵ ALVES, 2016, p. 116.

aparato armado, a FAU incentivou a criação de um espaço político-social chamado *Resistencia Obrero Estudiantil* (ROE). A ROE agruparia setores sindicais e estudantis e se configurava como uma organização político-social, de *tendência* que não apenas visava dar uma face pública que pudesse albergar a militância da FAU (em clandestinidade), mas também ela própria incidir nos conflitos sindicais e estudantis que se multiplicavam no agitado ano de 1968.

- Revolta estudantil no Uruguai, a criação e atuação da ROE antes do golpe (1968-1972)

O ano de 1968 iniciava agitado no Uruguai. Segundo Padrós foram mais de 134 greves em empresas e instituições estatais, 130 em empresas privadas, 56 em instituições de ensino, 446 paralisações e ocupações de fábricas, 220 manifestações estudantis e 40 ocupações de faculdades.¹⁰⁰⁶ Neste sentido havia o interesse da FAU e da militância sindical e estudantil afinada com sua leitura estratégica, de aproveitar a onda contestatória e avançar no grau de organização.

Em depoimento citado por Ivone Trías, Hugo Cores ressalta que a ROE “se fundou sem estatuto, sem nenhuma formalidade”. Tal espontaneidade, entretanto, deve ser questionada, já que em depoimento, Mechoso afirmará que a criação da ROE foi alvo de debate no interior da clandestina FAU, que proporia esta instância aos setores simpáticos. Diferentemente da tática *foquista* a criação da ROE obedecia a estratégia de longo prazo da FAU, que acreditava que era importante ampliar a influência de sua política para formas mais estáveis de organicidade militante. Enquanto que para o *foquismo* as bases populares recebiam a função de apoiar o aparato armado, na estratégia da FAU, este aparato estava ao seu serviço.

A ROE aparecia como um organismo que visava superar certa frouxidão da *tendência combativa*.¹⁰⁰⁷ Segundo Alves, a opção pelo nome *Resistencia* “demarcava a concepção de um processo revolucionário de longo prazo, bem como a não caracterização do período enquanto revolucionário, portanto, de resistência e de acumulação de forças”.¹⁰⁰⁸ Mechoso aponta que houve um debate interno em torno do nome em meados de abril de 1968, onde alguns militantes fundamentavam a adoção do nome Resistência à partir dos antecedentes internacionais e nacionais, “os maqui na França e a história operária aqui: os sindicatos de resistência”.¹⁰⁰⁹ Mesmo com alguns dissensos sobre o nome, este foi aprovado. Contudo, a relação da FAU com a ROE nem sempre pode ser compreendida de maneira estanque. Se havia uma presença fundamental da FAU na criação e a atuação da ROE, estas instâncias não funcionavam com a mesma dinâmica interna e tampouco podem ser tratadas de maneira indiferenciada.¹⁰¹⁰

A FAU atuava influenciando a ROE e a ROE trabalhava no sentido de influenciar os sindicatos e setores estudantis em que estavam inseridos. Podemos pensar essa relação à partir da lógica dos círculos concêntricos. É de se esperar que fuja de idealizações historiográficas, que à partir de uma imagem idealizada de um anarquismo “puro” e intocado

¹⁰⁰⁶ PADRÓS, 2005, pp. 278-279.

¹⁰⁰⁷ TRÍAS, 2008, p. 39.

¹⁰⁰⁸ ALVES, 2016, p. 100.

¹⁰⁰⁹ MECHOSO, p. 119.

¹⁰¹⁰ Nos parece que no trabalho de Ivone Trías há esse problema, ao usar o epíteto FAU-ROE-OPR-33. Tal uso em nossa percepção é uma incorporação acrítica da memória de parte dos militantes, especificamente os da ROE. Já nos depoimentos dos militantes da FAU essa diferenciação das instâncias aparece de maneira mais evidente.

no tempo, ignore as fissuras, as contradições e mesmo as diferentes posições nos raios mais ampliados dos círculos concêntricos.¹⁰¹¹

A criação da ROE acompanhava o contexto conflitivo inaugurado pelo aumento do boleto de transporte em Montevideu. O ano de 1968 é marcado por uma forte radicalização dos aparatos repressivos dirigidos por Pacheco Areco, em resposta aos protestos estudantis e sindicais.

Os estudantes realizavam ocupações de locais, *peajes* (pedágios)¹⁰¹² e piquetes (*sentadas*) interrompendo o tráfego ao redor dos centros estudantis.¹⁰¹³ Sobre os pedágios, a militante da ROE Cristina Marín afirma que participou de uma série de manifestações estudantis e que sobre estas “havia mobilizações relâmpagos, em pouco tempo se decidia uma mobilização para que não houvesse tempo que a repressão se inteirasse”.¹⁰¹⁴ Sobre os pedágios “se interrompe as ruas para arrecadar dinheiro para os distintos conflitos [sindicais]”.¹⁰¹⁵ Tais ações também foram utilizados em território argentino, evidenciando o trânsito transnacional desses métodos.

Eventuais confrontos com as forças policiais e apedrejamentos de ônibus completavam o cenário das ruas, mas não se diferenciavam até então dos anos anteriores. Essa situação começou a mudar à partir das primeiras semanas de maio. Além da dura repressão sofrida pela Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas (UTAA), as manifestações estudantis passaram a ser cada vez mais frequentes e assumir novas dimensões.¹⁰¹⁶ O uso de bombas incendiárias de fabricação caseira (*molotovs*) era rotineiro e o fechamento das ruas com barricadas uma tática amplamente utilizada. Diversos liceus seguiram ocupados e a reivindicação de redução do boleto permanecia como demanda central dos estudantes.

O clima de protesto social se acirrou no mês de junho, onde estudantes universitários se somaram aos secundaristas pela luta pelo “pagamento da dívida do poder executivo com a casa de estudos e outros organismos de ensino”.¹⁰¹⁷ Um grande ato terminou com cinco estudantes baleados gravemente pela polícia causando nos dias seguintes um verdadeiro acirramento da luta estudantil. A violência policial provocava o acirramento da luta social e em 12 de junho a CNT convocava uma manifestação pela defesa das liberdades, contra a repressão e pela liberdade dos estudantes presos.¹⁰¹⁸ Essa manifestação terminou com mais de trezentos detidos e dezenas de feridos. No dia seguinte, o governo decretou novas *Medidas de Pronta Seguridad*.

Como bem apontado pelo pesquisador Enrique Serra Padrós, em “1968, a tortura era sistematicamente aplicada pela polícia”¹⁰¹⁹ e em junho de 1968, “decretou-se o congelamento de preços e salários e a anulação do reajuste salarial de 1^o de julho”.¹⁰²⁰ A repressão política caminhava *pari-passu* com a política econômica de arrocho. O governo recém-empossado de

¹⁰¹¹ Podemos ver esta posição se repetida por exemplo também no campo da memória. Hugo Cores em entrevista para Ivone Trías, afirma que a FAU não era mais anarquista pois se distinguiu do “anarquismo clássico”. Se de fato a FAU se distanciou do dogmatismo e atualizou o anarquismo em seu tempo, isso não significa que por isso deixou de ser anarquista, quando as experiências históricas mais interessantes do anarquismo (e de qualquer outra ideologia revolucionária) ocorrem justamente quando este adapta sua ideologia ao contexto em que se encontra.

¹⁰¹² Interrompiam o tráfego de uma rua por um curto período de tempo e solicitavam dinheiro para algum conflito sindical ou estudantil.

¹⁰¹³ MARKARIAN, 2012, p. 37.

¹⁰¹⁴ MARÍN, Cristina. Cristina Marín: depoimento [17 ago. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Montevideo, 2017. arquivo.mp3 (1h:03 min.).

¹⁰¹⁵ Idem.

¹⁰¹⁶ Ibid, p. 38.

¹⁰¹⁷ MARKARIAN, 2002, p. 40, tradução nossa.

¹⁰¹⁸ MARKARIAN, 2002, p. 40.

¹⁰¹⁹ PADRÓS, 2005, p. 114

¹⁰²⁰ Ibid, p. 273.

Pacheco Areco iria à partir de então adotar de maneira frequente o uso das *medidas de pronta seguridad* que seria frequentemente justificada pela ação da guerrilha urbana. Bruschera aponta que em 1968, o MLN não era uma ameaça real para o governo e que o uso das MPS's tinha como objetivo o controle social e a militarização dos locais de trabalho.¹⁰²¹ A luta armada, neste período, ainda estava restrita – entre 1968 e 1969 – ao que Padrós caracteriza como “etapa Robin Hood”, focando-se na expropriação de bancos, casas de penhora e casas financeiras e em operações políticas de denúncia da corrupção e demonstração de força do aparato armado (principalmente pelo MLN).¹⁰²²

Portanto, não é crível a ideia de que o fechamento autoritário do regime se justificasse pela ação da luta armada, ainda mais, quando – mesmo dentro da perspectiva do ente estatal uruguaio – suas ações não ameaçavam de nenhuma maneira a hegemonia política do estado uruguaio. Cabe dizer que até junho, a maior parte das manifestações se realizava “dentro e ao redor dos centros estudantis de nível secundário onde alguns grupos de esquerda eram tradicionalmente mais fortes”.¹⁰²³ À partir de então, a incorporação dos estudantes universitários seriam frequentes.

Em julho novas manifestações estudantis questionavam não apenas as medidas econômicas do governo mas também desafiavam as MPS's. Entre 11 e 14 de julho estudantes foram cercados na Faculdade de Medicina e atacados com armas de fogo¹⁰²⁴ resultando em ao menos um ferido por bala.¹⁰²⁵ E em 9 de agosto, sob o argumento de que estavam procurando Ulysses Pereira Reverbel, sequestrado pelo MLN, a polícia “ocupou o local central da Universidade e as sedes de Agronomia, Arquitetura, Belas Artes, Ciências Econômicas e Medicina”.¹⁰²⁶ A ação da polícia provocou um grande conflito que deixou vários estudantes feridos, alguns em estado grave.¹⁰²⁷ O poder executivo afetando a autonomia universitária solicitaria a destituição do Conselho Diretivo Central da Universidade e a polícia estabeleceu “censura prévia para todos os comunicados enviados a imprensa à partir dos serviços universitários”.¹⁰²⁸ O conflito ainda segundo Markarian se estendeu até o dia 12 onde o estudante de Odontologia Liber Arce foi atingido por um disparo policial e faleceu dois dias depois. Seu enterro se converteu numa manifestação que reuniu cerca de 200 mil pessoas e as manifestações seguiram com uso de *molotovs*, barricadas, incêndios de veículos e uma dezena de feridos e detidos pelas forças de segurança.¹⁰²⁹

Em setembro Hugo de los Santos e Susana Pintos foram baleados e mortos pela polícia. No mês seguinte as forças armadas cercaram os edifícios das universidades e os cursos secundaristas foram fechados.¹⁰³⁰ À partir daí, as mobilizações caem de intensidade mas segundo Markarian, muitos desses jovens, com experiência nas batalhas de ruas e testemunhas do processo de repressão, vão integrar “propostas políticas abertamente confrontacionais”.¹⁰³¹

Alguns pesquisadores calculam que entre maio e outubro ocorreram mais de trezentos protestos, uma média de dois protestos por dia.¹⁰³² A pesquisadora aponta que a ocupação dos locais universitários, as declarações inflamadas do Poder Executivo e a aplicação das *Medidas*

¹⁰²¹ BRUSCHERA, p. 22.

¹⁰²² PADRÓS, 2005, pp. 291-293.

¹⁰²³ MARKARIAN, 2002, p. 48.

¹⁰²⁴ PADRÓS, 2005, p. 304.

¹⁰²⁵ Ibid, p. 42.

¹⁰²⁶ Ibid, p. 43.

¹⁰²⁷ Idem.

¹⁰²⁸ Idem.

¹⁰²⁹ Ibid, p. 44.

¹⁰³⁰ Ibid, p. 46.

¹⁰³¹ Idem.

¹⁰³² VARELA PETITO, 1988, p. 113.

de Pronta Seguridad foram detonantes das manifestações estudantis e da mobilização nas ruas.¹⁰³³ No interior do Estado, as medidas de exceção, alteravam a divisão dos poderes, o que terminava por legitimar a institucionalização da repressão.¹⁰³⁴

Neste contexto, a ROE fazia reuniões frequentes em alguns espaços, tais como no Sindicato dos Padeiros, no Sindicato de Funsa e na Faculdade de Agronomia. As reuniões no sindicato dos padeiros, por exemplo, agrupavam os militantes da ROE dos territórios de Colón, Cerro, La Teja e Belvedere e agrupava nestas reuniões tanto militantes sindicais quanto estudantis.¹⁰³⁵ Em depoimento dado a Ivone Trías, Pablo Anzalone afirma que em 1969 a agrupação da ROE em Colón tinha crescido rapidamente e que “contava com grupos de 60 ou 70 pessoas, organizadas, ativas, com cursos de formação e vinculações com o resto do movimento operário e estudantil”.¹⁰³⁶ Ainda segundo este depoimento o núcleo de Colón participou de uma experiência contra o aumento da eletricidade que envolveu a Unión Ferroviária, trabalhadores do Magistério, estudantes e moradores da zona de Colón, Sayago e Peñarol. Anzalone afirma que se fizeram “assembleias de 200, 300 vizinhos e chegamos a armar comitês por zona e até por quadra. Foi muito interessante como experiência de vinculação estudantil, comunitária e operária.”¹⁰³⁷

Foi em maio de 69 que se realizou o primeiro congresso da CNT, onde o militante Hugo Cores, membro da ROE e bancário, assumiria a segunda vice-presidência da coordenação.¹⁰³⁸ A *Tendencia* seguia pressionando a CNT e criticava a ausência de um plano de luta.¹⁰³⁹ Neste ano, uma greve bancária, no mês posterior ao congresso da CNT que terminou com 181 funcionários destituídos e o poder executivo determinou a militarização dos trabalhadores das seções do Banco da República e do Banco Central.¹⁰⁴⁰

Caso os trabalhadores não retornassem aos seus postos de trabalho seriam considerados pela justiça uruguaia sob a égide do Ministério da Defesa “desertores” e seriam submetidos a jurisdição penal-militar.¹⁰⁴¹ A polícia ocupava os lugares de trabalhos, prendia e por vezes espancava os bancários detidos, o que gerou uma onda de indignação na categoria. O conflito durou de 2 julho a 11 de setembro e ainda que pese a oposição do Partido Comunista a greve, diversos setores da sociedade uruguaia iriam se solidarizar com os grevistas.¹⁰⁴² Por fim, a chapa majoritária do sindicato decidiu – sob oposição (derrotada) da ROE – abandonar a greve e o saldo foi de 182 trabalhadores destituídos.¹⁰⁴³ A experiência da greve dos bancários teve um papel importante, o de fazer com que diversos trabalhadores, a maioria destes não vinculados a luta armada, se colocassem forçosamente numa situação de clandestinidade, por um curto período de tempo. Segundo alguns depoimentos colhidos por Trías, este conflito deu certa visibilidade a ROE e a *Tendencia*, atraindo atenção para o chamado campo combativo.

Marina afirma que havia uma agrupação grande em sua escola que em pouco tempo se dividiu entre a FER-68 e a ROE, mas estas duas organizações seguiram se coordenando politicamente para ações em comum. Tal microcosmo político, no caso deste liceu demonstra

¹⁰³³ MARKARIAN, 2002, , p. 47.

¹⁰³⁴ RICO, 2013, p. 180

¹⁰³⁵ BARCIA, Marina. Marina Barcia: depoimento [16 nov. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Montevideo, 2017. arquivo.mp3 (1h:18 min.).

¹⁰³⁶ ANZALONE, Pablo. Pablo Anzalone: depoimento [17 abr. 2008 e 26 set. 2008] Entrevistadora: Ivonne Trías, Montevideo, 2008 apud TRÍAS, 2008, p. 78.

¹⁰³⁷ Idem.

¹⁰³⁸ TRÍAS, 2008, p. 69.

¹⁰³⁹ Idem.

¹⁰⁴⁰ Ibid, p. 71.

¹⁰⁴¹ Idem.

¹⁰⁴² Ibid, p. 72.

¹⁰⁴³ Ibid, p. 73.

que as organizações aproveitavam a conjuntura e a identificação de um método específico de luta para agrupar e organizar a mobilização estudantil, cuja prática terminava por vincular-se a uma oposição a política majoritária do Partido Comunista. Após a greve, o militante da ROE Hugo Cores seria preso e passaria por diferentes quartéis militares.¹⁰⁴⁴

O ingresso dos militantes era feito não apenas pela identificação da militância com a estratégia da organização, mas tinha também um sentido “prático”. Segundo Marina Barcia, militante da ROE que nesta época estudava em um dos liceus, geralmente se fazia contato com outro militante da organização que lhe convidava a participar das reuniões. Marina se aproximou em 1971 e afirma que

No primeiro dia que chego estão pintando faixas. Faixas eram como lençóis, ou seja, essas telas de propaganda que se faziam a mão... sobre o conflito de Cisa naquele momento. E havia uma série de estudantes, de jovens, como eu mais ou menos, pintando e já me puseram a pintar faixas e no segundo dia a fazer *barriadas*.¹⁰⁴⁵

Podemos identificar o tamanho da ROE pelos depoimentos colhidos durante a pesquisa, mas também por algumas fichas da organização que foram preservadas pela FAU. Marina afirma que a plenária geral da ROE era realizada “na faculdade de agronomia, tudo isso no ano de 71 e na faculdade de agronomia se fazia no anfiteatro [...] e aí cabiam mais ou menos 500 pessoas e lotava.”¹⁰⁴⁶ As plenárias eram bem ágeis, “duravam uma hora e pouco, às vezes mais e eram informativas e deliberativas”.¹⁰⁴⁷ A composição social do setor estudantil da ROE variava. A idade variava entre 15 e 18 anos (para os estudantes secundaristas) e até 25 anos para os estudantes universitários. Havia um equilíbrio na composição de gênero (segundo Marina, metade das militantes eram mulheres).¹⁰⁴⁸ A ROE incorporou muitas militantes que estudavam para ser professoras e os sindicalistas eram geralmente os mais velhos. Em termos de formação, há de se destacar a influência do ambiente político e social. Cristina Marín afirma que “assistíamos teatro, cinema, a música, muito, muito importante nesse momento, dentro da América haviam muitos cantores populares”.¹⁰⁴⁹ Algo muito comum do período era ir para os *boliches* e conversar sobre discussões políticas, ideológicas etc.¹⁰⁵⁰

A ROE também organizava as *peajes* (pedágios) para apoiar financeiramente os conflitos operários e as ações diretas nas ruas. Estas últimas ficavam a cargo de militantes que decidiam o tempo da ação, as rotas de fuga etc. Muitas ações diretas eram realizadas pela própria organização e não havia segundo a militante divisão de gênero nestas ações, com participação ativa das militantes em ações consideradas de risco ou assumindo tarefas organizativas relevantes.¹⁰⁵¹ A ROE teve influência ou presença nos cursos superiores de

¹⁰⁴⁴ TRÍAS, 2008, p. 76.

¹⁰⁴⁵ “El primeiro día que llego están pintando fajas. Fajas eran como sábanas, o sea estas telas de propaganda que se hacian a mano. Sobre el conflicto de Sisa naquele momento. Y había una série de estudiantes, de jóvenes, como yo más o menos, pintando y ya me pusieron a pintar fajas y en segundo día a hacer *barriadas*”. Idem.

¹⁰⁴⁶ Idem.

¹⁰⁴⁷ Idem.

¹⁰⁴⁸ Idem.

¹⁰⁴⁹ Sobre a música, a militante afirma que tinham mais contato com cantores do Chile e da Argentina e menos do Brasil. A constituição desse sentimento latino-americanista passava também, por um determinado campo cultural em comum. MARÍN, Cristina. Cristina Marín: depoimento [17 ago. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Montevideo, 2017. arquivo.mp3 (1h:03 min.).

¹⁰⁵⁰ “Boliches” eram os bares. Idem.

¹⁰⁵¹ Apesar disso nas entrevistas algumas militantes afirmam que o tema do feminismo não era um tema debatido dentro das universidades e raramente nas organizações.

Agronomia, Medicina, Arquitetura etc. Nos cursos secundários tinham presença ou influência em La Teja, Colón, Las Piedras, Maroñas e nos preparatórios gerais. A repressão se intensificou no ano de 1971 e houve muitas detenções de militantes da ROE.¹⁰⁵²

Tais práticas levavam a militância – mesmo fora formalmente da dinâmica da luta armada – a ter de adotar práticas de semiclandestinidade ou de clandestinidade. A militante da ROE Cristina Marín afirma que “tínhamos o cuidado de andar na rua o mais... de não chamar atenção, despercebido possível, tanto na vestimenta, quanto na forma de atuar, ter uma forma discreta de atuar”.¹⁰⁵³

Marina por exemplo afirma que durante este período, se afastou um pouco das ações diretas que a ROE realizava. Seguiu participando dos atos, mas evitando se expor muito, pois estava albergando solidariamente uma companheira que estava requerida pelas forças de segurança. A possibilidade de passar de uma posição mais ativa na militância para outra de “retaguarda” era algo comum no universo das esquerdas armadas, assim como também criar apoiadores/as da organização que se mantivessem fora da militância estrita, mas que pudessem apoiar de alguma maneira as organizações revolucionárias do período. A repressão se possui o papel de assustar e atemorizar também provocava a passagem de pessoas que não eram necessariamente militantes para posições de apoio.¹⁰⁵⁴

São dessa época também – antes da instalação do regime militar – a prática de desaparecimento de militantes de esquerda. Entre julho e agosto de 1971 Abel Ayala e Héctor Castagnetto foram sequestrados pelo esquadrão da morte – uma organização parapolicial que atuou em 1971 e 1972 – e desapareceram.¹⁰⁵⁵ Do ponto de vista sindical, a atividade também seguia intensa e a ROE acompanhou ou integrou lutas em BP Color, diário Ya, nos trabalhadores têxteis e CICSSA.¹⁰⁵⁶ O dono da empresa CICSSA era Henry Brown, um industrial norte-americano que não admitia a organização sindical em sua fábrica. A ROE teve um papel importante neste conflito, estimulando a ação de solidariedade de diversas categorias sindicais e realizando pequenas ações de violência para pressionar a empresa a ceder. A OPR também sequestraria o representante legal de Brown no Uruguai, já que este não se encontrava no país e o conflito se resolveria favoravelmente aos trabalhadores.¹⁰⁵⁷ Alves indica que com a suspensão das *Cartas de FAU* “a organização viria a iniciar a edição de um boletim nos mesmos marcos, porém de consumo interno denominado *Chorizo*” e também “definiria a edição de um periódico de ordem pública, financiado e editado a partir da FAU (embora não o identificasse como órgão oficial)”.¹⁰⁵⁸ Esta orientação viria adequar a linha da organização diante a fundação da *Frente Amplio* e aproveitava o contexto de massificação, onde a ROE cumpria um papel relevante na estratégia da FAU.¹⁰⁵⁹

Foi neste período também que os estudantes Heber Nieto, militante da UTU, militante da ROE e da FAU foi assassinado pela polícia. Heber Nieto tinha 17 anos e estudava na Escola de Indústrias Navais e esteve envolvido na ampliação dos salões que estavam sendo construído sob controle estudantil, trabalhando como pedreiro.¹⁰⁶⁰ O assassinato de Heber

¹⁰⁵² TRÍAS, 2008, p. 87.

¹⁰⁵³ MARÍN, Cristina. Cristina Marín: depoimento [17 ago. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Montevideo, 2017. arquivo.mp3 (1h:03 min.).

¹⁰⁵⁴ Este foi o caso da mãe de Elena Quinteros, María del Carmen Lidia Almeida Buella, a “Tota”, que em 1972, aos 54 anos de idade coloca a sua filha que queria também ser uma militante. À partir de então “Tota” passa a realizar pequenas colaborações, como atender chamadas telefônicas e coisas do tipo. À partir do desaparecimento de sua filha passa a se entregar totalmente a militância. OLIVERA; MÉNDEZ, 2003, p. 31

¹⁰⁵⁵ BUCHELI, 2005, p. 14.

¹⁰⁵⁶ MECHOSO, p. 212.

¹⁰⁵⁷ Cf. MECHOSO, xxx, pp. 213-214.

¹⁰⁵⁸ ALVES, 2016, pp. 123-124

¹⁰⁵⁹ Idem.

¹⁰⁶⁰ HEBER NIETO: mártir del pueblo. *Compañero*, Montevideo, Año 1, 26 de julio de 1971, N° 7, p.1.

Nieto desencadearia uma ação militante e de solidariedade que aglutinaria à partir dos sindicatos sob influência da *Tendencia* uma resposta ao regime. Mais de 19 sindicatos ou frações sindicais recorriam a cidade de Montevideo numa panfletagem apoiando união entre trabalhadores e estudantes como forma de se opor às medidas repressivas do regime. O sindicato de FUNSA afirmava que “hoje apertamos os dentes com raiva, com rancor, com ódio, contra a repressão e as classes dominantes que nos tiraram o companheiro Heber”.¹⁰⁶¹ A ROE afirmaria que para “Outros companheiros, haverão de ocupar o lugar de Heber. Não haverá paz neste país enquanto o povo passe fome e os fuzis dos milicos sigam apontando contra os de baixo”.¹⁰⁶² Os estudantes da construção, unidade onde Heber Nieto estudara afirmariam que há um único “caminho possível: o da luta frontal e sem vacilações. Decidimos opor a violência opressora da limitação de nosso direito ao estudo, a violência libertadora de nossa união e combatividade.”¹⁰⁶³ A morte de Heber Nieto também ecoaria no anarquismo argentino, que descrevendo a manifestação e o enterro de Nieto, afirmariam que

Valente, fraterno, a morte o encontrou logo numa injustificada e impressionante metralhada policial. O enterro foi acompanhado por 250.000 (duzentas e cinquenta mil) pessoas em atitude de dor e raiva. O féretro foi coberto como ele o desejava com a bandeira vermelha e negra e uma dos 33 com a legenda de Liberdade ou Morte. O vermelho e negro irrompeu reivindicando uma meta: o Socialismo Libertário; um caminho; o de opor a violência organizada dos de cima, à violência organizada dos de abaixo. Com emoção e determinação de luta, seus companheiros disseram: Monge! aqui não fica tua morte; fica a tua vida, teu exemplo e teu grito de “Avante os que Lutam!” (Arriba los que luchan!).¹⁰⁶⁴

O *Centro de Estudiantes de la Construcción* (CEIEC) seguiria como um dínamo nos meses que se seguiriam, da atividade estudantil em Montevideo. Instigados pela ação da ROE e pelo contexto repressivo, os estudantes seguiriam numa jornada de protestos e uma paralisação que envolveria 21 escolas e 4 preparatórios estudantis no dia 04 de agosto.¹⁰⁶⁵ As Manifestações simultâneas ocorriam na cidade de Montevideo, Salta, Tacuarembó, Salto e Florida com a presença da ROE.¹⁰⁶⁶ As principais demandas das manifestações eram: contra a repressão e o fascismo e em repúdio ao assassinato de Heber Nieto, Contra a intervenção legalizada na UTU, Solidariedade com os conflitos operários e por fim, Pela liberdade dos presos políticos. Em Tacuarembó o jornal *Compañero* afirmaria no relato do ato que tinham golpeado militantes da JUP, que estavam “protegidos pela polícia”. Segundo este

Mas a proteção não lhes alcançou e um deles pese que fugia velozmente foi alcançado e recebeu uma pancada que nunca se esquecerá, como tampouco a consigna das agrupações de combate: “À violência dos de cima se contesta com a violência dos de baixo”.¹⁰⁶⁷

¹⁰⁶¹ DIRIGENTES DEL SINDICATO DE F.U.N.S.A. Seguir el combate. **Compañero**, Montevideo, Año 1, 26 de julio de 1971, N^o 7, p.2.

¹⁰⁶² ROE. De la Resistencia Obrero-Estudantil al Pueblo. Ha Muero un Compañero. Esta es la “pacificacion” que pregonan. **Compañero**, Montevideo, Año 1, 26 de julio de 1971, N^o 7, p.3.

¹⁰⁶³ Centro de Estudiantes de la Construcción. Por qué luchan los estudiantes de la Construcción. **Compañero**, Montevideo, Año 1, 26 de julio de 1971, N^o 6, p.3.

¹⁰⁶⁴ Uruguay. La muerte anda “Suelta” en Las Calles. **La Protesta**, Buenos Aires, n^o 8121, p. 5.

¹⁰⁶⁵ Paro activo en Secundaria y UTU. **Compañero**, Montevideo, Año 1, 07 de agosto de 1971, N^o 7, p.1.

¹⁰⁶⁶ Em Tacuarembó afirmam que “los militantes combativos, las agrupaciones de a Resistencia Obrero Estudiantil de Tacuarembó impulsaron una acción que recorrió las calles de la ciudad.”

¹⁰⁶⁷ No quedo impune. **Compañero**, Montevideo, Año 1, 07 de agosto de 1971, N^o 7, p.5.

A foto de faixas e uma barricada pegando fogo ilustrava a matéria e reforçava a tática da ROE para o período de fechamento do regime (já considerado como uma ditadura pela FAU). O nível de repressão neste ano, ainda no contexto eleitoral onde venceu o candidato Juan María Bordaberry, um católico proveniente das filas do ruralismo e com orientações ideológicas antidemocráticas e antiliberais preparava o caminho para saídas autoritárias.¹⁰⁶⁸ O fim do decreto que tornava ilegal a FAU, o MRO e outras organizações políticas não tornava a conjuntura menos amarga.

Frente a este contexto, a estratégia da ROE era fortalecer a mesma linha combativa utilizada para o movimento estudantil nas fileiras sindicais e geralmente a ROE procurava estabelecer uma relação de solidariedade entre os dois espaços à partir da presença mútua nos conflitos. O movimento estudantil era compreendido como parte de uma luta mais ampla, mas que envolvia decisivamente a solidariedade entre os dois espaços sociais. No caso da luta da fábrica CICSSA a atuação desta linha ficou mais evidente. Segundo o jornal *Compañero* a patronal de CICSSA tinha desfeito mais de 16 agremiações sindicais em 19 anos de atividade e se distinguiu “por seu caráter despótico e repressivo”. A ROE apoiará o conflito – inclusive com o uso de ações menores de *Violência FAI* e o sindicato de FUNSA atuará em solidariedade ao conflito.¹⁰⁶⁹ Alves afirma que foi neste período que a OPR-33 adquiriu um desenvolvimento técnico considerável e decidiu então realizar seu primeiro sequestro, tendo como alvo o advogado Alfredo Cambón pela OPR-33 que o conflito se veria resolvido.¹⁰⁷⁰

Depois de três meses de conflito, em agosto a Unión de Obreros y Empleados de CICSSA veria seu sindicato ser reconhecido finalmente como o representante dos trabalhadores. A ação da ROE, da FAU e da OPR-33 no conflito de CICSSA foi o melhor exemplo de um modelo efetivo do acionar libertário nas instâncias sindicais, que combinava ação de massas, solidariedade política e ação armada para a solução de conflitos políticos.

A ROE e a *Tendencia* participarão das marchas dos *Cañeros*, dos trabalhadores de Fray Bentos, dos trabalhadores de Divino e de Seral.¹⁰⁷¹

- Luta armada anarquista: o acionar da OPR-33 (1968-1972)

Segundo a pesquisadora Ivone Trías, entre 1969 e 1972 o Uruguai viveu permanentemente com *medidas de seguridad* e também o chamado “curto verão da luta armada”.¹⁰⁷² Foi um pouco antes deste período que a FAU começa a organizar seu aparato armado, mas foi apenas com o aumento e aprofundamento das medidas repressivas que este irá funcionar mais incisivamente.

Desde o fechamento do regime em 1967 a FAU, como vimos anteriormente já se preparava com medidas de segurança e a formação de medidas de clandestinidade. Tal conjuntura se aguçara com o conflitivo ano de 1968 e no mesmo ano o aparato armado da FAU já estava em pleno funcionamento, mas em total clandestinidade e sem assinar nenhum documento público. A estrutura de luta armada era composta por *Aguillar*, o mecanismo de toda a atividade armada.¹⁰⁷³ *Aguillar* era composto pelos responsáveis das diferentes unidades operativas (ligas) e por um integrante do *Fomento*. Havia também uma Liga de Informação, que não integrava *Aguillar* e estava associada ao integrante de *Fomento* que compunha *Aguillar*. A *Chola* (nome dado pela FAU a luta armada) chegou a ter três ligas (8, 10, 12),

¹⁰⁶⁸ CAETANO, 2016, p. 55.

¹⁰⁶⁹ MECHOSO, s/d, p. 213.

¹⁰⁷⁰ ALVES, 2016, p. 126. Analisaremos esse e outros sequestros no próximo subcapítulo.

¹⁰⁷¹ MECHOSO, s/d, p. 215.

¹⁰⁷² TRÍAS, 2008, p. 67

¹⁰⁷³ MECHOSO, s/d, p. 284.

estas estavam compartimentadas entre si e cada uma das ligas possuía três equipes, geralmente de 5 membros e um encarregado. Cada encarregado de cada uma das ligas compunha *Aguillar*. Aguillar não tomava decisões políticas, seguia o que o conjunto da organização decidia, mas tinha certa autonomia tática. Essa estrutura já antecipava na prática, uma crítica ao foquismo que era ensaiada nos materiais internos e circulares da FAU. No mesmo ano em que a FAU montava e fazia funcionar seu aparato, Abraham Guillén publicava o livro *Desafío al Pentágono*, onde realizaria uma crítica ao foco guerrilheiro.¹⁰⁷⁴

Em diversas pesquisas afirma-se que as organizações político-militares necessariamente incorriam em posturas militaristas. Se há de fato organizações que buscavam pela luta armada, constituir um embrião do futuro exército popular, para a FAU o aparato armado possuía uma função acessória e o exército popular só poderia ser constituído à partir das organizações populares. Sobre a questão do militarismo, o militante Augusto “Chacho” Andrés, integrante da OPR na época afirmava que “Os tupas eram coluna, comandante e tudo isso, nós não tínhamos comandante nem coluna nem nada”.¹⁰⁷⁵

As primeiras ações armadas da OPR foram feitas basicamente com a intenção de adquirir finanças para a organização, com a expropriação do Banco Ubur (em La Teja), no dia 11 de março de 1968 – dia em que nasceu a consigna histórica da FAU “Arriba los que luchan!” –, expropriação do Banco de La Paz em 24 de agosto de 1968 e expropriação do Banco Divino em 07 de fevereiro de 1969.¹⁰⁷⁶

No dia 27 de abril de 1969 uma explosão acidental na casa de Juan Carlos Mechoso atraía a atenção da polícia, que captura Daniel Bentancour Méndez. A polícia também diz ter encontrado dez armas, material para fabricação de bombas e uma barraca. Até então a polícia atribuía temporariamente o incidente aos Tupamaros e o aparato armado da FAU seguia completamente desconhecido.¹⁰⁷⁷

Seu “batismo” seria realizado no dia 16 de julho de 1969 a FAU realiza a operação de roubo da histórica bandeira dos 33 orientais. A bandeira estava em posse do Museu Nacional uruguaio e na ação, além de panfletos um círculo com um “R” foi desenhada no muro onde estava exposta a bandeira.¹⁰⁷⁸ As forças de segurança passaram a compreender o vínculo das duas ações e 3 militantes da OPR seriam presos, o que não impede a OPR de seguir atuando diante os conflitos sindicais. No mesmo mês, a FAU realizaria a explosão do cérebro eletrônico do Banco Comercial no contexto da greve bancária. As investigações policiais sobre o braço armado da FAU seguiriam e em 22 de outubro de 1969, Elena Quinteros, militante da FAU e da ROE é presa pelas forças de segurança.¹⁰⁷⁹ e só seria libertada em outubro de 1970.

Com a continuidade das ações, a FAU investe em operações acessórias para operar o seu aparato armado, as chamadas operações de *abastecimento*, visando cabelereiros, lojas de roupa¹⁰⁸⁰ e acessórios diversos que tinham como objetivo fornecer para a organização disfarces efetivos nas ações, evitando a identificação policial e facilitando o trabalho das *equipes de informação*. Até este momento, não se distinguia entre a participação da militância pública e armada. Militantes públicos da organização integravam as ações armadas, que no ano de 1970 foram realizadas com a expropriação do Banco da Avenida Comércio e Itália e

¹⁰⁷⁴ ÑÁÑEZ, s/d, p. 10.

¹⁰⁷⁵ ANDRES, Augusto “Chacho”; ZAHN, Edelweiss. Augusto “Chacho” Andres; Edelweiss Zahn.: depoimento [jun. 2015]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Montevideo, 2017. arquivo .mp3 (xx min.).

¹⁰⁷⁶ MECHOSO, s/d, p. 309.

¹⁰⁷⁷ Explosión en Refugio de Tupamaros. **El Dia**, Montevideo, 27 de abril de 1969, p.6.

¹⁰⁷⁸ Fue Robada la Bandera de Los Treinta y Tres. **El Diario**, Montevideo, 17 de julho de 1969.

¹⁰⁷⁹ OLIVERA, MÉNDEZ, 2003, p. 24.

¹⁰⁸⁰ Foram realizadas duas ações com o objetivo de conseguir roupas. Uma na sucursal da Casa Soler, em 25 de agosto de 1970.

do Banco Curva de Maroñas.¹⁰⁸¹ Cabe dizer que até 1971 o acionar armado da FAU atuava apenas com expropriações e operações de abastecimento. Algo que guardadas às proporções, se inseria na estratégica histórica do uso da violência anarquista. Ainda que se diferenciasse em termos de metodologia, pois pela primeira vez na história do Uruguai, a aplicação da violência era decidida não por pequenos grupos insurrecionalistas ou de anarquistas expropriadores, mas por uma organização política anarquista com amplo trabalho sindical e estudantil.

O ano de 1971 seria um dos anos mais ativos do aparato armado da FAU e num ano marcado pelo acirramento da repressão e da ação dos aparatos paramilitares e é neste ano que o aparato passa a operar outro tipo de ações. A linha estratégica da FAU para seu aparato armado era o de só intervir caso as ferramentas de organização sindical e popular tivessem chegado ao seu limite e neste ano a FAU passa a intervir mais frequentemente nos conflitos sindicais. À esta posição crítica do foquismo e do que consideravam seu desvio militarista também chegavam militantes fora da FAU e que com determinadas derrotas e quedas dos Tupamaros passavam a ter uma visão mais próxima das propostas anarquistas. Este foi o caso da chamada micro-fração, tendência interna do MLN constituída em fins de 1970 e que após exaurir suas críticas a estratégia militar tupamara será expulsa da organização e termina por constituir seu próprio exército, a Frente Revolucionario de los Trabajadores (FRT). A maior parte de seus militantes incorporar-se-á posteriormente a OPR-33 e outros reingressarão no MLN em data posterior.¹⁰⁸²

No ano seguinte a FAU se envolveu intensamente em conflitos laborais em CICSSA, no Frigorífico Modelo e em Seral, incorporando uma tática de luta armada nova para a experiência do anarquismo do Rio da Prata: os sequestros.¹⁰⁸³ A organização interviria nos dois últimos conflitos. Neste ano, em abril de 1971, os trabalhadores *cañeros* fariam uma marcha para participar do Primeiro de Maio e integrantes da ROE seriam presos enquanto recebiam a marcha.¹⁰⁸⁴ O ano seria de ampliação da estrutura do aparato militar, para isso iriam realizar no dia 19 e 20 de abril na Fábrica FUNSA, na casa do capitão Mario Mutter, na casa de Javier Pietropinto e do Dr Ricardo Rimini uma operação que visava obter armas para a organização. Esta operação segundo Mechoso¹⁰⁸⁵ envolveu um grande número de equipes da FAU (praticamente todas) e terminou com um bom saldo balístico. No caso da ação de FUNSA, esta teve informações valiosas do conjunto de companheiros da FAU que atuavam na fábrica, garantindo o sucesso da operação, fato que demonstrava que apesar da compartimentação, havia uma relação entre o nível social e político da federação mínimo para as ações armadas, sendo este universo, mais difuso do que normalmente costumamos a considerar.

Todavia, mesmo com todas as informações possíveis e evitando maiores desgastes, nem toda operação realizada pela OPR-33 terminava sem incidentes, no mesmo ano, um operativo considerado simples pela organização, de *abastecimento* e que visava conseguir produtos elétricos e eletrônicos numa loja terminou com o saldo de 1 militante morto (Wilmar) e outra militante presa (Blanca).¹⁰⁸⁶

O primeiro sequestro da organização foi realizado em torno do conflito do Frigorífico Modelo, o seu alvo era o representante legal da empresa, o advogado Alfredo Cambón. Cambón também trabalhava para a fábrica FUNSA e era um conhecido colaborador da

¹⁰⁸¹ MECHOSO, s/d, p. 336.

¹⁰⁸² ALDRIGHI, p. 2016, p. 204.

¹⁰⁸³ TRÍAS, 2008, p. 121.

¹⁰⁸⁴ OLIVERA, MÉNDEZ, 2003, p. 26.

¹⁰⁸⁵ MECHOSO, s/d, p. 356-359.

¹⁰⁸⁶ MECHOSO, s/d, p. 359.

polícia, na condição de presidente da *Comisión Vecinal de Colaboración con la Policía*.¹⁰⁸⁷ O dono da fábrica, viajou para a Alemanha e passou amplos poderes para Cambón representá-lo. Os operários do frigorífico reclamavam de horas-extras não recebidas e a falta de meia hora de descanso, como previa o convênio coletivo. Desde 1970, o conflito se estendia e o não-cumprimento dos critérios do convênio coletivo, somado ao autoritarismo e o fechamento do regime contribuía para atitudes mais drásticas por parte do aparato armado. Como afirmado anteriormente, o fato de uma ideologia política defender a violência revolucionária não explica o porquê de aplicá-la num contexto e não em outro. É a correlação de forças e o acirramento dos contextos concretos que implica em ações deste tipo. A decisão de sequestrar Cambón partiu do *Fomento* que comunica a *Aguillar*.¹⁰⁸⁸

Nesta altura a OPR já dispunha de casas e locais específicos para este tipo de operação. Quatro integrantes da OPR-33 (uma mulher e quatro homens) seriam responsáveis pela ação, que ocorria no dia 23 de junho de 1971. O operativo montado, invadiu a mansão de Cambón, em *Malvín Norte* pela manhã e ele é transferido para um dos aparelhos da organização (*berretín* como chamavam). Como de praxe, a organização realizava uma conversa com o sequestrado e colocavam as exigências: neste caso, resolver a questão dos trabalhadores do frigorífico. A imprensa afirmava que Cambón não tinha nenhuma atividade política e qualificava os sequestradores de “terroristas e sediciosos”.¹⁰⁸⁹ No segundo dia, Cambón é libertado sob a condição de cumprir o acordo de resolver a situação dos trabalhadores. À esta altura, as forças de inteligência e a imprensa já sabiam que a ação foi organizada pela OPR-33

Em 18 de agosto de 1971 sequestram o Luis Fernández Lladó, vice-presidente do frigorífico Modelo e integrante do conselho diretivo de FUNSA. O principal objetivo da organização neste evento era o de financiar economicamente a organização, mas também de gerar efeitos sociais no conjunto de trabalhadores do frigorífico no interior.¹⁰⁹⁰ O primeiro contato com a família de Lladó tratou de questões referentes ao trato da empresa com os funcionários em Tacuarembó. O braço armado da FAU já possuía integrantes da organização nesta província, contatos que remontavam desde a greve dos bancários, onde “Pablo” (nome fictício) ingressara na organização à partir do contato com Gerardo Gatti.¹⁰⁹¹ À partir disto, a FAU tinha informações sobre o desrespeito a normas de trabalho nas chácaras de criação de porcos para os frigoríficos no interior e repressão patronal no Mercado Modelo de Montevideo.¹⁰⁹² A OPR exigia 200 mil dólares e entre idas e vindas da negociação, o montante foi entregue e Lladó devolvido a sua família.

Cabe dizer que depois dos sequestros os jornais destacavam a questão técnica das ações, com desenhos indicando por onde os militantes entraram, onde o carro do alvo foi capturado, etc. Esse tipo de prática inscrevia-se num imaginário compartilhado do período – onde os militantes de esquerda também estavam imersos –, ainda que seu uso, tivesse fins distintos. Os jornais que consultamos também trabalhavam para construir uma imagem de *sádicos, terroristas e sediciosos* dos integrantes do aparato armado, ainda que no caso da OPR houvesse uma grande preocupação com um tratamento justo, que não deixasse dúvidas sobre a postura política da organização. Tal postura não bastava para vencer a batalha pela hegemonia da comunicação. O que frequentemente acontecia era a organização ser alvo de

¹⁰⁸⁷ Secuestran a Conocido Abogado. *El Día*, Montevideo, 24 de Junio de 1971, p.1.

¹⁰⁸⁸ MECHOSO, s/d, p. 382.

¹⁰⁸⁹ Secuestran a Conocido Abogado. *El Día*, Montevideo, 24 de Junio de 1971, p.1.

¹⁰⁹⁰ MECHOSO, s/d, p. 384.

¹⁰⁹¹ Sobre isto Cf. PALERMO, 2012, p. 62.

¹⁰⁹² Mechoso afirma que os primeiros assuntos de conversa com o sequestrado foi sobre esse tipo de coisa, como por exemplo, acordar uma família de trabalhadores às 3h da madrugada, porque um porco escapou do seu chiqueiro e coisas do tipo. MECHOSO, s/d, p. 385.

denúncias dos jornais por maus-tratos, fato que fez com que a organização pela primeira vez, sequestrasse em 23 de outubro de 1971, o redator do jornal *El Día* Pereyra Gonzalez. Gonzalez teria ressaltado o fato da mãe de LLadó ter falecido durante o seu cativeiro, fato que foi tratado pela organização com certo cuidado, pois sabia que este tipo de evento seria usado para a fabricação do consenso na opinião pública. As reiteradas acusações do jornal fizeram com que a OPR, que avaliava que o jornal era um inimigo das lutas populares realizasse esta detenção e entrevista com o editor.¹⁰⁹³ Confrontando o editor com matérias que atacavam as lutas populares e sindicais, a OPR liberou-o 4 dias depois. Desta vez, não houve nenhum compromisso formal, mas o jornal *El Día*, por alguns dias, cobriu a conferência de imprensa sindical em FUNSA e Pereyra Gonzales escreveria sobre sua experiência como sequestrado.

Sob a mesma lógica política. A OPR sequestraria no dia 28 de novembro de 1971 a jornalista Michele Ray. Inicialmente estavam previstos também o sequestro do jornalista Antonio Mercader. A ideia era fazer uma espécie de conferência de imprensa da organização com esses dois jornalistas no âmbito das eleições que ocorriam o país. Apesar de um decreto da época, ter recentemente permitido a “legalidade” da FAU, podemos supor que as ações armadas da organização faziam com que as ações públicas desta, seguissem com um grau de dificuldade elevado. Por uma contingência da ação, a OPR-33 decide abortar a ação de sequestro de Mercader e a conferência de imprensa será feita apenas com Michele Ray que será libertada em dois dias. A FAU avaliaria que o período é de plena “Ditadura Constitucional” e que o “aparato repressivo se desenvolve e se tecnifica”. Para a FAU o “expediente eleitoral” é uma “pseudo-abertura política, que no marco de sua estratégia cumpriu distintas finalidades”.¹⁰⁹⁴ Para a FAU, ainda que “os partidos burgueses seguem conversando sua relativa eficácia no campo eleitoral, não conseguem contudo ocultar sua crise como peças fundamentais da estrutura de dominação”.¹⁰⁹⁵

Em 1972 estoura um conflito operário na fábrica Seral, uma fábrica de borracha que junto com FUNSA era uma das mais importantes do Uruguai e produzia calçados. Contava, segundo o depoimento póstumo de Sérgio Molaguero com 300 a 328 trabalhadores. Em 1972, o jornalista Hugo Alfaro que contribuía com o jornal *Marcha* publica uma matéria relatando que os salários recebidos pelos trabalhadores correspondiam a 40% do que lhes correspondia e que era comum a presença de arbitrariedades por parte do dono da fábrica, como por exemplo, despedir dois mecânicos “cuja cara não lhe gostava” e despedir trabalhadoras grávidas.¹⁰⁹⁶ Contudo, o conflito estoura finalmente depois da suspensão de um feriado aos trabalhadores.

O sindicato de FUNSA se aproxima e oferece seu apoio na formação do sindicato de Seral. O sindicato é constituído e após três meses de sua formação alguns dos trabalhadores são demitidos por comporem a agremiação. O ministério do trabalho e a comissão de legislação da câmara de representantes reconhecem o direito dos trabalhadores e encaminha sua imediata reintegração e a solução das irregularidades. Por nove dias, ainda segundo Alfaro, Molaguero acata o convênio, mas logo depois “despede trinta menores e dois mecânicos” por supostamente não ter condições de manter a fábrica com a regularização dos direitos dos trabalhadores. Depois de 31 dias de greve o recém-sindicato segue firme contra as novas demissões e são reprimidos pela polícia e o exército. Numa manifestação que reuniu cerca de mil trabalhadores – alguns em solidariedade aos trabalhadores de Seral – onze trabalhadores são detidos e diversos golpeados pela polícia. Após esse fato 3 trabalhadores iniciarão uma greve de fome. O conflito dura 5 meses .

¹⁰⁹³ Ibid, p. 390.

¹⁰⁹⁴ Apud MECHOSO, s/d, p. 404.

¹⁰⁹⁵ Idem.

¹⁰⁹⁶ ALFARO, Hugo. La lección de FUNSA ocupada. *Marcha*, Montevideo, 1972, N^o. Reportajes a la Realidad.

No dia 18 de janeiro houve paralisação em algumas fábricas em solidariedade aos trabalhadores da Seral.¹⁰⁹⁷ O apoio decisivo da ROE gera ameaças de organizações de extrema-direita, que distribuem panfletos ameaçando a ROE, o MR-26 e a FARO.¹⁰⁹⁸ Segundo a OPR-33, Sérgio Molaguero era membro da Juventud en Pie, organização de extrema-direita (fascista) do Uruguai.

O conflito, não resolvido em termos sindicais acaba por levar a FAU, a decidir por uma ação do seu aparato armado. O objetivo era solucionar o conflito operário em favor dos trabalhadores. Cabe ressaltar que ações desse tipo envolviam grande complexidade (técnica e política) e não era feita sem um alto grau de responsabilidade, disciplina e saberes técnicos de diversos ofícios acionados.¹⁰⁹⁹ Primeiro, o aparato de informação era acionado, no intuito de fazer o reconhecimento da realidade do alvo e municiar de informação a “equipe” que iria realizar o sequestro para depois a equipe que realizaria ação pudesse operar. Um grupo de militantes da OPR (de 4 a 6) parou o carro de Molaguero vestidos de policiais e o detiveram em 11 de maio de 1972.

Com Molaguero foram encontrados uma pistola semiautomática de calibre 7.65, um guia de posse da arma, 16 cruzeiros brasileiros, carteira de identificação, carteira de vacinação e um panfleto do partido colorado.¹¹⁰⁰ Após o sequestro, o dono da fábrica decide dialogar com o sindicato, contando com o apoio decisivo do militante da FAU León Duarte. No mesmo dia em que o convênio iria ser assinado Duarte desaparece. Outros trabalhadores de FUNSA e SERAL já haviam sido detidos anteriormente, demonstrando a presença permanente das forças repressivas nos conflitos laborais.

A reação do sindicato de FUNSA e dos trabalhadores é imediata. A fábrica de Camino Corrales é ocupada exigindo o aparecimento imediato dos trabalhadores. O sentido da ocupação extrapola o conflito puramente sindical e demonstra a posição desse setor diante a ação dos corpos repressivos. Enquanto o conflito sindical se desenrolava, as negociações entre o pai de Sergio Molaguero e a OPR-33 seguiam. A OPR exigia a entrega de 20.000 pesos uruguaios para cada trabalhador da empresa Seral e a entrega de materiais com destino as crianças da cidade de Santa Lucía com os seguintes itens: 300 lápis negros, 300 caixas de lápis de cores, 300 cadernos. Também se exigia às crianças do bairro El Abrojal, 150 pares de sapatos, 150 pares de meias de abrigo, 150 calças, 150 casacos e 150 uniformes escolares; para as crianças do bairro “Atrás do cemitério”, 100 unidades de cada um das mercadorias anteriormente mencionadas. A OPR-33 ressaltava que as mercadorias “devem ser adquiridas em comércios distintos da cidade de Santa Lucía” e devem estar “nos bairros assinalados na quarta no dia 16 de maio”.¹¹⁰¹ Tal medida, visava segundo depoimento de J.C. Mechoso, “despertar a simpatia da ação nos comerciantes locais”.¹¹⁰²

Também se exigia em quatro pontos: 1) o fim do conflito na Seral e a assinatura do acordo da empresa com a União de Empregados e Trabalhadores da Seral, 2) publicação de uma nota em quatro jornais da capital em quatro diários do interior tornando público o acordo realizado, 3) após a publicação das notas no jornal, um valor de reparação econômica a ser definido e 4) ao cumprir as cláusulas do convênio com os operários, a empresa deveria fazer

¹⁰⁹⁷ Em depoimento póstumo, Sérgio Molaguero minimiza o conflito sindical afirmando que “os interesses sindicais foram

¹⁰⁹⁸ PILO, Juan. Comunicado de la Federación Anarquista Uruguaya. <http://www.nodo50.org/fau/documentos/molaguero/molaguero.htm>

¹⁰⁹⁹ Por exemplo, para fazer um esconderijo para guardar armas ou documentos, se recorreria a marceneiros, pedreiros e outros trabalhadores da organização.

¹¹⁰⁰ Arquivo da FAU. É curioso que há uma construção da memória que

¹¹⁰¹ Carta a Olando Pieri. 12 de mayo de 1972.

¹¹⁰² MECHOSO, Juan Carlos. Juan Carlos Mechoso: depoimento [mai. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Montevideo, 2017. arquivo .mp3 (2:10 min.).

divulgação deste convênio por jornal e rádio. Tendo atendido essas quatro condições, Molaguero seria liberado em 72 horas e a organização não viria a intervir na fábrica.

No dia 11 de julho de 1972 foi publicado em diferentes jornais (todos especificados pela OPR-33) um compromisso público de José Hugo Molaguero (pai de Sérgio Molaguero) em resolver o conflito na SERAL. A empresa se comprometia em reintegrar todos os despedidos, pagar indenização aos trabalhadores que iniciaram uma ação judicial, reconhecimento da União de Trabalhadores de Seral como organização representante dos trabalhadores, a criação de uma comissão bi-partite da fábrica (integrada por dois representantes dos trabalhadores e dois da empresa), o pagamento de salários de acordo com os laudos e convênios do departamento de Montevideo, assim como o ajuste do pagamento das horas extras, a gestão ante os organismos públicos para conseguir a liberdade dos trabalhadores presos pelo conflito, o pagamento de três milhões de pesos para assessoramento jurídico e a dívidas contraídas pelo sindicato, e por fim, a empresa se compromete a não tomar nenhuma represália contra os trabalhadores.¹¹⁰³

Na manhã do dia 19 de julho, Sérgio Molaguero – como prometido pela OPR-33 – é liberado e internado no Hospital Central das Forças Armadas. O informe médico das Forças Armadas avaliava que o paciente ingressou em estado de caquexia (grau extremo de enfraquecimento) e com carência nutricional. O informe do exército claramente objetivava representar a ação armada como um instrumento que atentava contra a dignidade humana e se inscrevia num plano mais amplo, de deslegitimação da guerrilha frente à opinião pública. Em seu depoimento ao jornal *El Día*, Sérgio Molaguero afirmava ter sido alvo de “torturas posteriores ao interrogatório”, mas não explicitava objetivamente que torturas tinha sido alvo. As únicas marcas visíveis eram referentes a ataduras presas em algum momento às suas mãos e uma ferida na cabeça. Sutilmente, o jornal ocultava o fato de que a ferida na cabeça era fruto de uma tentativa de fuga de Molaguero, que resultou num golpe dado por um membro da OPR-33. Como apontado por Baczko o “imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controlo da vida colectiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder”. Mas ao mesmo tempo “ele torna-se o lugar e o objecto dos conflitos sociais”.¹¹⁰⁴

No sentido de construir uma determinada narrativa sobre Molaguero, jornalistas e jornais alinhados com a contra insurreição se inseriam de maneira mais ampla numa disputa pelos sentidos dos acontecimentos que envolviam os conflitos sociais. A chegada de Molaguero na cidade, por exemplo, foi coberta pelos jornalistas e evidenciava um trabalho de construção de mitos políticos como forma de esvaziar o apoio a guerrilha.

Seu repentino mal-estar se produziu quando foi abraçado por seus pais, se dirigia até o monumento de Artigas, onde se havia proposto colocar uma oferenda de flores e dirigir poucas palavras de agradecimento.

Também nesse mesmo instante, a população, que pugnava por se aproximar e falar-lhe entonava as estrofes do Hino Nacional

As pernas de Sergio cederam e o silêncio cobriu a praça. Primeiro se apoiou em sua mãe, que chorava, e em seguida foi assistido por agentes policiais e amigos.

Foi trasladado ao seu domicílio na Rua Chile 105, reagindo em poucos minutos. O quintal foi rodeado pelo público, que continuava a gritar seu nome.¹¹⁰⁵

¹¹⁰³ JOSÉ HUGO MOLAGUERO S.A. CALZADOS SERAL. *Ahora*, Montevideo, 11 de Julio de 1972, p. 7.

¹¹⁰⁴ BACZKO, 1985, pp. 310-311.

¹¹⁰⁵ Molaguero se Repone Ahora en su Casa de Santa Lucía, *El Dia*, Montevideo, 24 de Julio de 1972, p. 7, tradução nossa.

Flores sendo colocadas no busto de Artigas, o Hino Nacional sendo cantado por parte da população, a presença de um povo efusivo cantando seu nome ou desejando lhe falar algo e a presença afável de policiais e amigos que lhe carregam. Mas a notícia não para por aí. O jornal afirma que “centenas de pessoas se aglomeraram nas ruas para lhe expressar seus sentimentos” e com uma dramaticidade que ultrapassa os limites do exagero, o jornal ressalta que “Sergio Hugo solicitou que detivessem o veículo” para “observar o lugar onde me golpearam”.¹¹⁰⁶

Cada passo de Molaguero é registrado de uma maneira detalhada e carregada de dramaticidade. Na sua chegada a cidade de Santa Lucía, o jornal afirma que os vizinhos “portavam cartazes e estandartes” e que a praça estava “coberta de pessoas que se desesperavam por transmitir-lhe suas saudações. Muitas choraram.” O jornal enfatiza que “Sergio – que repetidas vezes levantava uma de suas mãos, em gesto de gratidão – antes de descer, foi trasladado a um parque. ‘É necessário que tome um pouco de ar’, disse um membro da família”. Como se já não bastassem tantas referências à pátria e a nação, o jornal enfatiza que “o jovem desceu entre vivas e aplausos, coberto com a bandeira uruguaia” e depois “caminhou até o monumento do prócer. O povo entoava o hino nacional”.¹¹⁰⁷ Foi neste momento, que segundo o jornal, Molaguero desmaiara. Já em casa, o jornal enfatiza que neste momento Sergio resolve falar algumas palavras, rodeado de uma “multidão que se acotovelou contra os cristais”. Entre seus amigos, estava o senador Agustin Caputo. O jornal termina a matéria informando que Molaguero “tomou um pouco de chá antes das 18h. Logo jantou. À noite, por fim descansou em sua própria cama”.¹¹⁰⁸

Em toda essa construção narrativa, que envolve jornalistas, políticos, a polícia, a família de Molaguero e um setor da população da cidade, há uma ausência que é sentida. O jornal apesar de tratar Molaguero como um verdadeiro herói popular, não faz uma única menção ao conflito na Seral, a repressão a marcha dos trabalhadores e sequer aos problemas do convênio entre o dono da fábrica e o sindicato.¹¹⁰⁹

Esse evento provocou internamente em *Fomento* um debate sobre o efeito negativo desta propaganda para a organização. Enquanto a propaganda contra a luta armada avançava, a repressão também ganhava posições e desmantelava o *Cárcel del Pueblo*, principal centro de detenção do MNL. Desde abril deste ano, o MLN recebia o seu maior golpe pelas forças de segurança, especialmente depois de ter operado contra o chamado esquadrão da morte.¹¹¹⁰

Em outubro de 1972 a FAU fazia um balanço dos golpes sofridos pela repressão e a passagem de vários companheiros à clandestinidade. Vários aparelhos da organização caíram nas mãos da repressão – que vigiava as ações da OPR com muito cuidado – e os locais do aparato militar “se sobrecarregaram de clandestinos”. Tal sobrecarga fazia com que os militantes tinham de ser trasladados a cada 2 ou 3 dias para novos lugares para pernoitar, o que segundo a FAU, causava uma multiplicação dos contatos, “as idas e vindas, o traslado dos clandestinos e a descompartimentação de forma alarmante”. A organização constatava que em 4 semanas um companheiro podia “chegar a conhecer 7 a 8 locais distintos”. No documento a organização também faz uma crítica às dificuldades de relação entre a parte pública da

¹¹⁰⁶ Idem.

¹¹⁰⁷ Idem.

¹¹⁰⁸ Idem.

¹¹⁰⁹ Enquanto Molaguero permanecia em poder da OPR-33, a CNT realizaria um congresso com a presença de mais 1800 elegados, que representavam mais de 400.000 trabalhadores. Os sindicatos de Funsu, Tem, Atma e Seral, sob a influência da FAU e de setores combativos proporia um plano de ação sindical para a CNT. A ROE e a FAU dariam prioridade total a este evento.

¹¹¹⁰ ALDRIGHI, 2016, p. 174.

organização e o aparato armado, onde a primeira não soube se solidarizar adequadamente com os membros clandestinos do aparato armado. Os integrantes do aparato armado ficavam extremamente sobrecarregados com a pressão das forças de segurança, próximas de suas pistas.

As dificuldades de relação entre o aparato clandestino (OPR) e a parte pública da organização eram relatadas pelos companheiros. Uma delas, a crítica a decisão da parte pública da organização em não bancar os militantes clandestinos.

Longe de ser uma “máquina perfeita” – como qualquer organização inserida em contextos reais e distante das idealizações – a FAU procurava suprir as deficiências internas do funcionamento do aparato armado. Para a FAU uma correta formação de quadros para o aparato se fazia necessário “adquirir experiência na frente de massas como meio fundamental de capacitar politicamente todos os companheiros” e “adquirir experiência num nível intermediário” que implicava em “capacitação técnica e a aquisição de critérios de segurança”. Somente então, que se podia ser integrado. Segundo a organização, muitos integrantes do aparato armado não tiveram esse processamento e isto causou um “mal funcionamento dos companheiros e portanto um estancamento das equipes”.¹¹¹¹

Ainda assim, a FAU se esforçava para garantir o bom funcionamento das equipes. Cabe afirmar que pela sua posição política, a FAU foi excluída de qualquer possibilidade de treinamento guerrilheiro em outros países. Em diversos momentos, a militância da OPR-33 resolvia problemas com base na sua própria experiência. Como por exemplo, a falsificação de documentos. Segundo Júlio Mancebo, integrante da OPR-33 que trabalhou na falsificação de documentos com mais dois gráficos da organização dizia que “não sabíamos de nada na realidade [...] nos preocupávamos em estudar, temos que fazer isso, a vida depende disso”.¹¹¹² Afirma que “nos levou muito tempo pois não sabíamos nada, de que papel fazer”. “Demorou alguns anos até podermos fazer algo”.¹¹¹³ Um conselho das equipes, envolvendo seus encarregados também foi utilizado depois de alguns problemas encontrados em seu acionar. Esta mudança visava agilizar melhor a comunicação e o funcionamento destas.¹¹¹⁴

Um dos mecanismos para avançar na qualificação das equipes eram os questionários internos. No questionário se punha o nome (obviamente falso), idade (aproximada), equipe (em código), antiguidade e setor. Abaixo, vinham um conjunto de características que eram avaliadas com uma pontuação que variava de 1 a 5. 1 era Mal, 2 Regular, 3 Aceitável, 4 Bom e 5 Muito bom. Havia cinco blocos que organizavam as características: a) Segurança, b) Informação Política, c) Formação Política, d) Formação Teórica e e) Moral e Funcionamento Militante. Em Segurança, as seguintes características eram avaliadas: a1) pontualidade, a2) discrição, a3) alerta, a4) atitude frente aos critérios de classificação. No ponto b), as características eram b1) lê jornais, b2) lê livros, b3) conhece as inquietudes e os problemas de seu ambiente, b4) vive esses problemas, b5) conhece as posições de outros grupos. No ponto c) estavam agrupados do seguinte modo, c1) inquietude formativa, c2) capacidade teórica, c3) capacidade de análise, c4) capacidade de transmissão. Em Formação teórica, d1) capacidade teórica, d2) capacidade operativa, d3) agressividade, d4) informação, d5) busca de infra (provavelmente infraestrutura). E por último, e1) solidariedade, e2) fraternidade, e3) constância, e4) audácia, e5) paciência, e6) firmeza, e7) ductilidade (um sinônimo possível seria maleabilidade ou flexibilidade), e8) modéstia, e9) iniciativa, e10) sentido comum, e11) capacidade de entrega, e12) act (atitude?) frente a iniciativa privada, e13) disposição ao risco

¹¹¹¹ Folheto sem título. Montevideo, 1^o de septiembre de 1972, tradução nossa. Arquivo da FAU.

¹¹¹² MANCEBO, Julio. Julio Mancebo: depoimento [20 ago. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Montevideo, 2017. arquivo.mp3 (1h:06 min.).

¹¹¹³ Alguns dos documentos foram feitos na Comunidad del Sur, que possuía uma gráfica. Tal questão foi feita provavelmente sem conhecimento da maioria da Comunidad, mas por relações pessoais. Idem.

¹¹¹⁴ Idem.

permanente, e14) agressividade política, e15) fé na causa, e16) disposição ao trabalho em equipe, e17) exercício da autocrítica, e18) aceitação da crítica feita por outro, e18) capacidade de comunicação, e19) capacidade de direção e por fim, e20) disciplina.

No papel ressaltava-se que a avaliação era realizada junto, entre o companheiro e o encarregado da equipe. A avaliação deveria surgir do acordo que se estabelece entre o companheiro e o encarregado à partir dum balanço crítico e autocrítico. Os encarregados também eram eleitos por seus pares e deveriam passar pelo mesmo processo de avaliação.¹¹¹⁵

Ainda colhendo os efeitos do sequestro de Molaguero, apenas dez dias depois da libertação deste a organização sequestra Héctor Menoni, jornalista da agência Unied Press International (UPI). A decisão em sequestrá-lo se devia ao fato da organização avaliar que estava perdendo a disputa no campo da opinião pública sobre a ação que envolvera Molaguero. A ação visava apresentar ao jornalista a forma com que Molaguero foi tratado e apresentar as condições de trabalho na fábrica Seral.¹¹¹⁶ Libertado logo depois, o jornalista passou sua impressão sobre a posição da organização, que internamente avaliava que o objetivo da ação fora cumprido.

Com o avanço da repressão e a decisão da FAU em retroceder para Buenos Aires, o aparato da OPR-33 será movido para esta cidade e ainda será capaz de realizar mais um tipo de ação.

- Comparação da inserção, acionar e a repressão do anarquismo nos três países

Politicamente o período inaugurado pelo golpe de 1964 no Brasil, passando pelo golpe na Argentina em 1966 e a ditadura constitucional uruguaia de 1967 (e a repressão a FAU) encontra seu desfecho no endurecimento do regime brasileiro em 1968 (e a morte de Guevara 1 ano antes). Tal ciclo de endurecimento dos regimes citados encontra um novo ascenso de lutas, formalizado nas insurreições e revoltas ocorridas no ano de 1968 nos três países. No primeiro ciclo, estão se constituindo, tanto na Argentina quanto no Uruguai, organizações anarquistas que irão incorporar elementos presentes no “caldo” político e cultural do chamado Terceiro-Mundo. As ideias guerrilheiras, o uso da violência revolucionária, as relações imperialistas dos países do centro mundial com os da periferia, o debate da organização política etc. É neste momento que a FAU consolida sua atuação sindical e define sua posição em relação a questão da luta armada. Este período, também será importante para criar as condições políticas e socioculturais para a criação das primeiras organizações políticas anarquistas na Argentina, afinadas com uma perspectiva aberta a esse ideário latino-americano ou latino-americanista. No Brasil, o ciclo *sessentista* no interior do anarquismo se manifestou de maneira mais curta, afinal, além do país viver uma ditadura, havia pouco contato do anarquismo com o conjunto de organizações populares e da esquerda latino-americana, assim como, a vaga repressiva que o atingira em 1969, comprometeu qualquer iniciativa e experiência de massas. Ausente a organização política, o comprometimento do trabalho social atingia mais duramente os anarquistas brasileiros.

Neste período, o anarquismo dos três países sofreu repressão dos governos ditatoriais ou semi-ditatoriais. Repressão ao anarquismo na Argentina, com a prisão de centenas de trabalhadores da FORA. Repressão ao anarquismo no Brasil, com o processo pelo regime militar aos 16 militantes do MEL e do CEPJO em 1969 e repressão ao anarquismo no

¹¹¹⁵ Guardadas as proporções, tal método é semelhante as eleições de oficiais ou comandantes de colunas pelos anarquistas na Revolução Espanhola. Percebe-se a tentativa frequente da FAU em adaptar o acionar do aparato armado para um funcionamento com democracia direta e afins a proposta libertária.

¹¹¹⁶ MECHOSO, s/d, p. 401.

Uruguai, com o governo colocando a FAU na ilegalidade, em 1967. O anarquismo reagiu a esse processo de maneira distinta. O processo de repressão a FAU acelerou a montagem de seu aparato armado e fez com que esta também apontasse para um espaço político-social que tentava aglutinar parte do chamado campo combativo. Cabe dizer que a FAU se situava estrategicamente num plano importante, como uma organização que tanto atuava nos espaços de massa quanto o que desenvolvia um aparato armado. Por ser crítica ao foquismo, mas também da tese do modelo soviético de revolução por etapas, acabou por se inserir num espaço privilegiado da ação de massas. A repressão a FAU, longe de prejudicá-la, à partir de sua complexa e efetiva estruturação interna, permitiu-lhe sobreviver às vagas repressivas e ainda incidir num campo de massas mais amplo. Apesar da repressão dura, durante o governo constitucional a FAU – em comparação com o Brasil, por exemplo – soube desenvolver-se num período em que os aparatos repressivos não estavam suficientemente desenvolvidos como na instauração do golpe militar. A ação repressiva de 1967 sobre a FAU teve menos efeitos do que o seu congênere, em 1969 no Brasil. O Brasil já vivia uma ditadura com o endurecimento do regime militar e plena ação do aparato da repressão. Na Argentina, a repressão atingira o setor *forista*, que manteve atuação nos sindicatos, mas viu-se limitada pela sua posição nas lutas sociais.

A influência dos eventos do Maio de 68 também foi diversa. A massividade dos eventos na Argentina – em comparação com o Brasil e Uruguai – permitiu que este evento tivesse uma importância maior ao anarquismo no país do que em seus congêneres latino-americanos. A revolta do *Cordobazo* e do *Rosariazo* imprimiram em um setor daquela geração, a necessidade de reinventar o anarquismo à partir de uma ideologia adequada ao seu tempo e contexto. No Uruguai, o Maio de 68 foi capaz de colocar o espaço político-social da FAU, a ROE, numa situação privilegiada nos combates de rua e na ação social que se seguiu, conferindo-lhe importância e respeito, no conjunto dos lutadores sociais. O anarquismo brasileiro foi pego pela vaga de 1968 com um organismo estudantil recém-estruturado, mas num contexto de franca ditadura militar, onde a ação da repressão desbaratou qualquer possibilidade de prosseguimento.

CAPÍTULO IV – REPRESSÃO AO ANARQUISMO E CLANDESTINIDADE NOS REGIMES MILITARES (1973-1985)

- As ditaduras de segurança nacional, contra insurgência e liberalismo na América Latina

A partir de 1971 há um visível esgotamento do modelo capitalista de regulação fordista, fato que é agravado pela crise do petróleo de 1973 e depois, 1979. De maneira geral a crise afetou países e economias dos cinco continentes, com compressão do consumo e diminuição do volume de moeda circulante.¹¹¹⁷ A economia em 1970 tornava-se cada vez mais global e não havia um único país no chamado “Terceiro-mundo” que não estivesse neste período mergulhado em dívida e no caso de Brasil e Argentina, estes faziam parte junto do México, do seleto grupo dos campeões da dívida.¹¹¹⁸

O historiador Eric Hobsbawm afirma que o recém-criado prêmio *Nobel* (1969) após 1974 premiou dois economistas de tendência liberal, o economista Friedrich von Hayek e dois anos depois, Milton Friedman. Hobsbawm comenta que “após 1974, os defensores do livre-mercado estavam na ofensiva, embora só viessem a dominar as políticas de governo na década de 1980”.¹¹¹⁹ A ofensiva liberal operada na década de 60, acompanhada de uma penetração crescente do imperialismo estadunidense e de uma resistência encarniçada, de movimentos populares, organizações político-militares finalmente teria um desfecho favorável às elites políticas e econômicas afinadas com o *laissez-faire*. A implantação do receituário liberal na década de 1970 e a derrota das guerrilhas e organizações político-militares estão sem dúvida, interligadas. Desbaratados os últimos focos de resistência armada e mobilizada ao receituário atualizado da dominação capitalista, restaria aos governos – e ditaduras de turno – começar a instituir as reformas liberais.

Ainda que, como bem apontara Hobsbawm, com exceção do Chile¹¹²⁰, as políticas neoliberais só instalar-se-iam de maneira mais ou menos estável, à partir da década de 80. Em resposta a expansão da pobreza em nível global, inicia-se neste período, à partir da atuação do Banco Mundial, uma política estadunidense que visava espalhar uma malha filantrópica como modo de amortizar os efeitos da expansão capitalista. Como afirmado por Fontes, o combate a pobreza agia nos sintomas e “eliminava as análises totalizantes sobre as condições internacionais de produção da desigualdade”.¹¹²¹ Tal ação promovida pelo Banco Mundial tinha efeitos políticos-ideológicos: substituía ou minava as explicações globais das esquerdas e punha na sociedade civil, mecanismos de minoração da barbárie que tiravam dos setores revolucionários a proeminência sobre o tema.

O acionar da máquina repressiva nos diferentes países da América Latina sob a batuta da DSN foi derrotando paulatinamente os focos guerrilheiros e de luta armada no continente, utilizando formas de repressão que iam do longo encarceramento, a tortura e o desaparecimento físico. Em nosso continente, esta máquina atingiu um novo patamar com a constituição da Operação Condor em 1974.

Nas palavras de Hobsbawm, a década de 1970 foi “a era mais sombria de tortura e contraterror na história do Ocidente”.¹¹²² Esse arbítrio não se resumiu aos países do chamado

¹¹¹⁷ PADRÓS, 2003, p. 262.

¹¹¹⁸ HOBBSAWM, 1995, p. 411.

¹¹¹⁹ Ibid, pp. 398-399.

¹¹²⁰ Política econômica que contou com a assessoria de Milton Friedman, que fazia visitas frequentes ao ditador Augusto Pinochet.

¹¹²¹ FONTES, 2010, p. 192.

¹¹²² HOBBSAWM, 1991, p. 433.

“Terceiro-mundo” mas também foi utilizado em maior ou menor grau, pelas forças de segurança de governos europeus, ainda que fosse pior na América Latina.¹¹²³

E no campo da esquerda? Quais foram os efeitos da crise econômica e política dos anos 1970? Se seguiu alguma crise ideológica de grande expressão?

Do ponto de vista geral, as derrotas das guerrilhas e experiências militares traziam pessimismo, que no campo da teoria era traduzido pela adesão a correntes intelectuais de fortes matrizes estruturalistas ou regressão a formas ortodoxas que vinham acertar as contas com o saldo da luta armada. Outra resposta, ainda que com menor influência intelectual e mais emotiva, se dava com o abandono de categorias centrais da esquerda e a revisão de postulados basilares ao pensamento revolucionário.

– *Hongos después de la lluvia: unificación das organizações anarquistas argentinas em 1974*

Os anarquistas dessa nova “geração” do ponto de vista da organização política anarquista, pareciam responder à conjuntura crítica com uma solução semelhante a encontrada nas décadas anteriores. Era necessário reunir politicamente as organizações e grupos anarquistas dispersos, tal como intentou realizar a FORA e a FACA em anos anteriores, ainda que com propostas estratégicas e um modelo distinto de organização política. Esse modelo não se alimentava apenas do ideário libertário, mas estava inserido dentro da experiência da esquerda latino-americana de atuantes organizações políticas que rompiam com o monolitismo dos partidos comunistas vinculados a Moscou. Sua concepção de organização se baseava numa unidade mais programática e encontra semelhanças com outras experiências históricas de organização política anarquista.¹¹²⁴

Sua proposta sindical era a do sindicalismo revolucionário e distinguia-se da proposta *forista* de anarcossindicalismo. Mas se comparada ao sindicalismo defendido em pelos anarquistas de outros países, como o Brasil, não pode ser considerada uma ruptura com um discurso “clássico” do anarquismo, mas sim, uma ruptura com o anarcossindicalismo, variante da estratégia de massas anarquista e que era atualizada mediante uma rica experiência de lutas e debates teóricos de esquerda. Seu arsenal de luta se baseava na noção de violência revolucionária, que como vimos, não é um debate uníssono dentro do anarquismo e tampouco é original. O que torna a posição sobre a violência revolucionária neste contexto original não é apenas a conjuntura política que rodeavam os anarquistas, mas sua posição sobre o papel dessa ferramenta.

Em depoimento Fernando López Trujillo afirma que a (primeira) Resistência Libertária (RL) nasce em La Plata com um agrupamento vinculado a faculdade de jornalismo e que frequentemente participava de uma feira de artesanato em La Plata. Apesar de terem contato com anarquistas mais velhos e anarquistas de ação, a relação segundo Trujillo “foi em geral conflituosas e escassas”.¹¹²⁵ A formação política também era escassa e limitada, mas

¹¹²³ Idem.

¹¹²⁴ Sobre isto, conferir CORRÊA; SILVA, 2015.

¹¹²⁵ “Hubo algunos contactos con anarquistas de acción, lo que pasa es que también estos anarquistas de acción para los años 70 eran gente que tenía 60 años, 70 años y que digamos habían sido anarquistas de acción en los años 40 y en los años 70 eran viejitos que nos contaban cosas. En general nuestra relación con el viejo movimiento anarquista fueran relaciones conflictivas y fueran escasas.” TRUJILLO, Fernando López. Fernando López Trujillo: depoimento [jul. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Buenos Aires, 2017. arquivo.mp3 (1h:39 min.).

incorporavam outros teóricos, tais como Frantz Fanon.¹¹²⁶ Maria Esther Tello afirma que Resistencia Libertária é “resultado de uma evolução que se vai dando à partir de um pequeno núcleo, quase familiar e quase de amigos até ir incorporando formas de organização mais complexas, mais elaboradas, mais discutidas”.¹¹²⁷ Para Tello, o final dos anos 60 é decisivo para este núcleo, pois alguns integrantes

passaram de estudantes [...] a proletarizar-se, não para seguir a moda da esquerda foquista ou não foquista, marxistas ou libertários, mas senão por uma vida, sim, libertária, muito alimentada pelo núcleo próprio de sua origem, por serem filhos de libertários, muitos dos integrantes de resistência libertária.

Maria Esther Tello diz que pela dinâmica de sua própria (alguns formando família) tiveram de deixar os estudos para trabalhar. Sobre a ideia foquista afirma que desde o início foi rechaçada pelo núcleo, apesar do contato com o anarquismo expropriador. Esther Tello afirma que “havia uma convicção que diferia da concepção foquista”.¹¹²⁸

Em 1973, um congresso anarquista reuniu os grupos Ação Direta (AD), Resistência Libertária (RL) e a Organização Anarquista Revolucionária (OAR), com a intenção de constituir uma organização específica anarquista nacional. Cremos que foi importante neste processo, além das condições descritas anteriormente, a influência da Federação Anarquista Uruguai (FAU), ROE e OPR-33, que já em 1972, realizavam um recuo tático para Buenos Aires. Segundo depoimentos, Gerardo Gatti possuía relações com a família Tello e conversava frequentemente sobre questões operativas e políticas.¹¹²⁹

Ainda segundo o depoimento de Trujillo, as principais divergências no congresso de fundação da RL foram a análise de conjuntura e a caracterização da sociedade argentina.¹¹³⁰ A relação com a FAU neste período, ainda com base no documento de Trujillo era escassa e indireta mas servia como uma grande inspiração política para o acionar político.¹¹³¹ Lembremos que em 1974 a FAU já está completamente desarticulada, mas ainda assim sua prática política e experiência serviam de parâmetro político, um modelo de anarquismo atualizado a seguir.

Para nós a FAU tinha um caráter mítico. Era uma organização que havia no Uruguai, que havia consolidado uma posição de anarquismo de esquerda atualizado, diante ao que nós víamos como um movimento anarquista que era mais um museu que um movimento realmente existente. Frente a isto, para nós a referência a FAU era a referência de um movimento anarquista atuante dentro do movimento operário, com marcos de atualidade e se atualizando politicamente.¹¹³²

¹¹²⁶ Idem.

¹¹²⁷ Idem.

¹¹²⁸ Idem.

¹¹²⁹ É o que afirma Mechoso recordando conversa com Maurício Gatti. MECHOSO, Juan Carlos. Juan Carlos Mechoso: depoimento [mai. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Montevideo, 2017. arquivo .mp3 (2:10 min.).

¹¹³⁰ TRUJILLO, Fernando López. Fernando López Trujillo: depoimento [jul. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Buenos Aires, 2017. arquivo.mp3 (1h:39 min.).

¹¹³¹ Trujillo também afirma que não tiveram nenhum contato com Guillén e que foi conhecer sua história apenas nos 90. Idem.

¹¹³² “Para nosotros la FAU tenia un caracter mítico. Era una organización que habia en Uruguay, que habia consolidado una posición de anarquismo de esquerda atualizado, frente al que nosotros veíamos como un movimiento anarquista que era más un museo que un movimiento realmente existente. Frente a isto, para

Reforçamos que o contexto repressivo era interpretado pelos anarquistas que construíam o jornal *Acción Directa*, como um contexto latino-americano, onde tal resposta, também deveria ser dada em conjunto.¹¹³³ Paralelamente a constituição de um espaço comum de unidade política anarquista, os libertários também participarão de iniciativas mais amplas, com a participação de outras forças políticas do campo da esquerda.

Os anarquistas aglutinados em torno do jornal *Acción Directa* participarão do V congresso da *Frente Antiimperialista y por el Socialismo* (FAS), criada em 1973. Apesar de ter sido impulsionada pelo *Partido Revolucionário de los Trabajadores* (PRT), de matriz trotskista à partir de uma política frentista formalizada na Frente de Liberación Nacional y Social (FLNS), que foi uma espécie de “embrião” da FAS, esta extrapolou sua proposta inicial. A FAS realizou uma série de congressos que reunia sob a bandeira do anti-imperialismo, diversas organizações, sindicatos e movimentos sociais organizados, que apesar das diferentes propostas política, conseguiram construir uma frente em comum.

O V congresso, que ocorreu em 24 de novembro de 1973 reuniu aproximadamente 12.000 militantes (10 mil segundo RL), além do aumento expressivo em relação ao congresso anterior, incorporou setores sociais novos ou pouco mencionados à época.¹¹³⁴ Tal incorporação fazia sentido ao ideário anarquista e sua noção de sujeito revolucionário mais ampla, menos restrita que a do proletariado industrial. A unidade tática de diferentes forças políticas do campo da esquerda fortalecia o sentimento interno, de que os anarquistas também precisavam “unificar-se”.

Um folheto distribuído neste congresso rememorava algumas experiências históricas de unidade dos trabalhadores, como as lutas da FORA anarquista, no 17 de outubro de 1945 e o programa da CGT dos Argentinos de 1968.¹¹³⁵ A FAS se propunha a ser um organismo de massas capaz de incluir distintas lutas reivindicativas e superá-las.¹¹³⁶ Além da defesa de um programa marcadamente anti-imperialista, com a defesa da ruptura com o FMI e a expropriação com controle operário, os anarquistas afirmarão seu conceito de democracia, que ponham em prática a democracia direta, combativa e autogestionária. A FAS se propunha também a formar uma frente antifascista que incorporasse os partidos democráticos e patrióticos contra os atentados e perseguições de militantes populares.

Marina Franco ressalta como Perón – já à partir do final de 1973 – utiliza elementos discursivos da doutrina de segurança nacional com o objetivo político de depurar o movimento peronista dos setores mais à esquerda.¹¹³⁷ Como bem apontado por Franco (2012) há uma continuidade visível na permanência da doutrina de segurança nacional instalada nos anos 60 na Argentina e aprofundada nos 70, com o golpe militar que institucionalizaria o combate sistemático contra a “subversão”.¹¹³⁸

À partir de 1973, Perón começa a manifestar sua “oposição aos setores juvenis que conformavam a ‘Tendência Revolucionária’ e todos os seus círculos próximos”.¹¹³⁹ Num documento interno chamava à luta contra o marxismo “à partir da propaganda, das tarefas de

nosotros la referencia a la fau, era la referencia de un movimiento anarquista atuante dentro del movimiento obrero, con marcos de actualidad e se actualizando políticamente.” Idem, tradução nossa.

¹¹³³ Em seu jornal esses anarquistas, sobre a solidariedade aos perseguidos no Chile afirmarão “Pero sepan también, compañeros americanos, que un pueblo cálido, un pueblo generoso, los espera con los brazos abiertos”. En Argentina Liberada. *Acción Directa*, Buenos Aires, Noviembre de 1973, nº 2, p. 2.

¹¹³⁴ ESPER, 2011, p. 4.

¹¹³⁵ Idem.

¹¹³⁶ Idem.

¹¹³⁷ FRANCO, 2012, p. 202.

¹¹³⁸ FRANCO, 2012, pp. 197-199.

¹¹³⁹ Idem.

inteligência, da participação popular e da ação estatal”.¹¹⁴⁰ Terminava o documento afirmando que as “autoridades deverão participar na luta iniciada, fazendo atuar todos os elementos que dispõe o Estado para impedir os planos do inimigo e para reprimi-lo com todo rigor”.¹¹⁴¹

Segundo Franco, a difusão dessas diretivas “instalou uma autêntica ‘caça as bruxas’”. Somada a ação das organizações parapoliciais da direita gerou um discurso de estigmatização e perseguição do “subversivo” que foi inclusive, compartilhada por jornais como *La Razón* e *La Nación*, cuja simpatia por Perón era nula.¹¹⁴² Os discursos de Perón ressoavam como o ritmo de um tambor nos amplos setores peronistas e os anarquistas opinavam sobre as posições de Perón, criticando o que entendiam como posição de conciliação de classe e tentando atrair os setores do peronismo de esquerda para as propostas libertárias. A Organização Anarquista por meio de seu periódico *El Libertario* publicará uma longa análise sobre os últimos discursos de Perón, criticando sua posição afinada com os setores mais conservadores e ao mesmo tempo, abria espaço em seu jornal para a publicação de um texto do chamado peronismo revolucionário.¹¹⁴³

Esta posição de crítica libertária a outras tradições ideológicas conviviam como cultura política a uma noção de prática política pouco sectária, que se expressava em proposições que chamavam a unidade, mas que não rifavam as propostas anarquistas.

Por exemplo, mesmo diante uma delicada conjuntura de acirramento, a posição dos anarquistas do jornal *Acción Directa* no congresso da FAS era de valorizar a “correta prática democrática” e o respeito pela “opinião dos companheiros operários, camponeses, empregados, aborígenes e estudantes”. Para os anarquistas de *Acción Directa* apesar do congresso não ter conseguido “produzir novas opções políticas” garantiu o “resgate da raiz do movimento operário e socialista: a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”.¹¹⁴⁴ Repetindo um critério de unidade muito utilizado à época, *Acción Directa* afirmará que “confiamos na solidez dos laços solidários que estão se gestando na frente”. E que a “unidade dos combativos se dá na luta, antes ainda dos acordos orgânicos”.¹¹⁴⁵ A relação de RL com outras organizações políticas ao que tudo indica, foi mais intensa com aquelas que surgiram da crítica da “velha” esquerda, como o *Partido Comunista Marxista-Leninista* (PCML) – surgido em 1969 – e *Poder Obrero* de 1974.¹¹⁴⁶

Entusiasmada pela ação revolucionária, entendida como instituinte da criação dos fatores subjetivos e objetivos necessários ao processo revolucionário, afirmarão que “nós revolucionários devemos assumir nossas responsabilidades diante tal realidade”.¹¹⁴⁷ Para os militantes anarquistas, apesar de sentirem falta de uma política clara que leve a ação, apoiam o FAS na “forma de encarar o trabalho militante, pela base, nos sindicatos, nos bairros, é dizer, no meio natural onde se desenvolve a ação do povo”.¹¹⁴⁸

Aliás, tal momento de crise política e efervescência organizativa no nível político-social, coincide com a formação de outras organizações revolucionárias do campo da esquerda, tal como a já citada organização Poder Operário (*Poder Obrero*), que surge, de uma confluência de organizações marxistas com influência do conselhismo.¹¹⁴⁹ Um momento de crise sempre é propício para que se crie um determinado organismo político e isto geralmente,

¹¹⁴⁰ Idem.

¹¹⁴¹ Las Bases, 21/5/1974 apud FRANCO, 2012, p. 202.

¹¹⁴² FRANCO, 2012, p. 203.

¹¹⁴³ *El Libertario*, septiembre de 1973, pp. 5-10.

¹¹⁴⁴ CONGRESO del FAS. *Acción Directa*, Buenos Aires, Enero de 1974, nº 4, p. 2.

¹¹⁴⁵ Idem.

¹¹⁴⁶ Segundo Trujillo, membros do PCML e Poder Obrero, mantiveram relação frequente com militantes de RL. Cf. TRUJILLO, 2007b.

¹¹⁴⁷ CONGRESO del FAS. *Acción Directa*, Buenos Aires, Enero de 1974, nº 4, p. 2.

¹¹⁴⁸ Idem.

¹¹⁴⁹ CASTRO; IRTUBURU, 2006, p. 103.

vem acompanhado de certa revisão, dos fundamentos ideológicos que a acompanham determinada tradição política.¹¹⁵⁰

No jornal referente aos meses de maio e abril de 1974, os anarquistas de AD fariam um breve balanço sobre a FAS. Apontando sua estrutura federativa afirmariam que os partidos burgueses não se somaram a FAS porque esta “é incompatível com sua própria concepção autoritária”.¹¹⁵¹ Para estes, os que criticam a FAS “declarando que a linha da FAS está ditada ou pré-determinada por algumas de suas organizações majoritárias”¹¹⁵² ignoram que apesar de suas diferenças internas, o que importa é que se mantenha a característica de crescer para uma frente de massas. Essa postura não sectária de AD rejeitava – em suas palavras – métodos autoritários de organização e propunha igualmente a “democratização e total socialização dos mecanismos de decisão”.¹¹⁵³ Para estes, o que definia a FAS como alternativa popular era não apenas seus objetivos anti-imperialistas e socialistas, mas o seu modo de funcionamento pela base ou como os próprios diziam, *desde abajo*. O sentimento anti-imperialista e latino-americanista abraçado por esse anarquismo “sessentista” ajudava a formatar uma cultura política de diálogo e unidade em lutas pontuais, não impedindo, entretanto, que sua militância produzisse críticas ao que consideravam autoritário, ou equivocado em outras correntes. Jamais rifaram, por exemplo, a defesa da democracia direta e tendo uma visão muito bem definida sobre o *poder*, pensavam que para a FAS crescer e funcionar corretamente, o critério fundamental era o de “socialização do poder de decisão exigido pelas bases”.¹¹⁵⁴

No dia 15 de junho de 1974 é realizado em Rosário o VI Congresso da FAS que decide convocar uma coordenação de luta de organizações revolucionárias e populares. Avaliavam que o governo nacional “traça uma política de negociar a dependência com o imperialismo, - acabando com todas as liberdades democráticas”.¹¹⁵⁵ Tentando atrair os setores que estavam fora da FAS, como a Juventude Peronista, o peronismo de base e outros setores sindicais, a FAS definiria como tarefas: 1) derrota da legislação repressiva, da tortura e da repressão, 2) mobilização contra os planos repressivos e suas leis, 3) unificação das jornadas de protesto e lutas, 4) defesa da democracia, da liberdade política, econômica, social e popular através de campanhas e atos público e por fim, 5) luta por liberdade, por democracia, contra o imperialismo e luta permanente de libertação nacional e social.¹¹⁵⁶

Tal posição, longe de ser uníssona, não agradou todos os grupos em seu interior. *Poder Obrero* (PO), organização que se formou no calor da FAS sai da frente por discordar da posição de libertação nacional. Para PO, sendo a Argentina um país capitalista, monopolista e dependente, a principal contradição que se dava era entre capital e trabalho. O que para esta organização impunha necessariamente a revolução socialista e não a guerra por libertação nacional. Tal debate pode parecer abstrato, mas naquele contexto, a definição em torno da consigna da revolução social ou de libertação nacional apontava não apenas diferentes interpretações sobre a realidade argentina, mas o arco de alianças e as estratégias que seriam implementadas para transformar essa realidade. Como bem apontado por Cornick (2016), de fato havia por parte do PRT, principal força política na FAS, a intenção de com essa proposta de pautar a libertação nacional como tarefa imediata, apontar para a construção de uma frente

¹¹⁵⁰ No caso de Poder Obrero, uma leitura do cânone marxista-leninista. Ibid, p. 102. No caso de RL, uma retomada dos clássicos anarquistas.

¹¹⁵¹ EL frente popular de masas como alternativa antifascista. **Acción Directa**, Buenos Aires, Abril e Mayo de 1974, nº 7, p. 7, tradução nossa

¹¹⁵² Idem.

¹¹⁵³ Idem.

¹¹⁵⁴ Idem.

¹¹⁵⁵ SEXTO Congreso Nacional del FAS. Convocatoria a la Formación de una Coordinadora de Lucha de Organizaciones Revolucionarias y Populares. De Frente, nº 8, pp. 22-24. 15/06/1974. Disponível em <<http://eltopoblado.com/wp-content/uploads/2017/02/VI-Congreso.pdf>>

¹¹⁵⁶ Ibid, p.24.

que incluísse organizações do campo do peronismo revolucionário. Miravam assim, atrair o Peronismo de Base, os Montoneros, a Juventude Peronista, o Partido Comunista, a Juventude Radical e outras correntes populares que estavam organizadas sob esta consigna.¹¹⁵⁷

Neste contexto de auge das frentes populares e de organizações revolucionárias, parecia fazer sentido aos anarquistas, uma instância própria que os reunisse e os articulasse. Lembrando que o jornal *Acción Directa* já vinha servindo para afinar posições internas e definições tático-estratégicas e que havia um desejo manifesto – em diferentes números – de dar um salto qualitativo na sua tessitura organizativa. Não coincidentemente, a formação de uma organização anarquista se dá apenas 1 dia após o congresso da FAS. Em 16 de junho de 1974, o jornal *Acción Directa* anunciava que agora seria o periódico da *Organización Anarquista Revolucionaria* (OAR). Numa assembleia constituem a organização com a intenção de que esta seja uma organização anarquista de nível nacional e seu jornal, *Acción Directa*, um “porta voz do Anarquismo Revolucionário na Argentina”.¹¹⁵⁸ Neste plenário se aprovou “um documento político e uma estrutura a desenvolver em nível nacional que garantirá tanto o funcionamento orgânico como a implementação de uma mecânica resolutive de baixo para cima”.¹¹⁵⁹ O documento principal afirma que a OAR deve inserir-se nas massas e atuar para resolver a “contradição entre o espontaneísmo das massas e sua falta de integração orgânica nos caminhos da revolução”.¹¹⁶⁰ Assumindo o instrumental estratégico da guerra popular, a OAR traça “seu caminho forjador da via libertária no processo da Revolução Social”.¹¹⁶¹ Contudo, a OAR também refletiu mais adequadamente no que diz respeito às experiências político-militares ou chamadas mais vulgarmente de experiências guerrilheiras latino-americanas. Longe de rejeitar a violência revolucionária, afirmavam-na como algo necessária à luta social. Amparando-se em Luigi Fabbri¹¹⁶², e em reflexões típicas de cunho estratégico-militar afirmavam que a revolução cria a necessidade de “vencer e de aniquilar todas as forças inimigas”.¹¹⁶³

Contudo, num artigo publicado num jornal posterior, realizam um balanço crítico desse tipo de estratégia. Pesam para isso, as numerosas ações armadas que começam a despontar no horizonte argentino, muitas delas com o objetivo de obter armas para as organizações revolucionárias. Destaca-se, a ação realizada pelo *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP) braço armado do PRT. Em 10 de agosto de 1974, o ERP invade uma fábrica militar de pólvoras e explosivos em Villa María e expropriam fuzis, metralhadoras, projéteis de diferentes calibres e uniformes militares. Dois oficiais foram sequestrados, um morto e outro gravemente ferido. Ocorreram baixas também nas fileiras do ERP. Sobre este ato, a OAR afirmaria que a ação em “Villa Maria, em Córdoba e os combatentes de Catamarca demonstram um maior nível de organização e preparação”.¹¹⁶⁴

Nós pensamos que a classe trabalhadora argentina não está ainda disposta a se incorporar ao processo de luta armada latino americano. O povo toma as armas quando esse passo – que implica ruptura total com sua atual situação – se dá com base numa compreensão clara de sua necessidade. Deve “ver” que é o momento. Para ele não só faz falta que haja feito carne sua consciência de classe e a convicção de que a ação armada é o único caminho, *faz falta*

¹¹⁵⁷ CORMICK, 2016, p. 68.

¹¹⁵⁸ “ACCIÓN directa”: vocero de la OAR. *Acción Directa*, Buenos Aires, Julio de 1974, n° 9, p. 7.

¹¹⁵⁹ LA OAR en marcha. *Acción Directa*, Buenos Aires, Julio de 1974, n° 9, p. 6.

¹¹⁶⁰ Idem.

¹¹⁶¹ Idem.

¹¹⁶² Ironicamente sua filha adotou uma posição pacifista no período.

¹¹⁶³ FABRI, Luigi. Defender la revolución. Violencia Revolucionaria. *Acción Directa*, Buenos Aires, Agosto de 1974, n° 10, p. 6.

¹¹⁶⁴ LA OAR opina sobre la guerrilla. *Acción Directa*, Buenos Aires, Septiembre de 1974, n° 11, p. 4.

ademais que sinta que o momento chegou. E isso se produz quando a porcentagem dos decididos alcança a amplos setores do proletariado e quando, ademais, as possibilidades técnicas da ação militar massiva tem uma perspectiva de eficiência proporcional a seu objetivo de guerra revolucionária popular.

Esta situação popular mínima ainda não está dada na Argentina. Não obstante, respeitamos os pontos de vista dos companheiros revolucionários que tem outra metodologia. A luta está em toda a parte e os que estão na guerrilha cumprem – e tem cumprido já – um papel muito importante: demonstrar ante o povo inteiro a vulnerabilidade do sistema e todas as forças armadas repressivas. Ademais, respeitamos a mística e a convicção dos integrantes da guerrilha que entregam sua vida com abnegação e heroísmo dignos das melhores expressões da luta revolucionária.¹¹⁶⁵

Contudo, para a OAR, o que distingue sua posição das experiências de luta armada não é exatamente a oposição entre ação violenta e pacífica, mas sim o papel que a violência cumpre nas mobilizações de massa. Para OAR “deve ser o povo quem cumpra o papel ativo do controle da revolução, o que não se consegue com um triunfo militar com passivo apoio popular”. Para a OAR o exército revolucionário não surgirá magicamente mas deve surgir à partir do povo. O caso cubano, para a OAR é fruto das condições específicas da ilha e a ação do imperialismo norte-americano. A OAR, portanto, defende que “a luta armada o faça o povo para garantir depois que o controle seja pela base”.

Em 1974, no auge da crise política do país e dando prosseguimento a intenção delineada pela OAR de construir uma organização anarquista nacional, RL, AD, OAR e Linha Anarco-Comunista (LAC) se reuniram para formalizar a unidade política adotando o nome de Resistência Libertária (RL). Os anarquistas organizados em Córdoba produziram um documento intitulado “A política das frentes e a função da organização anarquista”. Tal documento teria como objetivo, contribuir com o encontro anarquista situando a questão da organização política. Apesar deste primeiro trecho do documento ser longo, cremos que esse documento elucida adequadamente o papel da organização política que se estava forjando e sua relação com a luta armada.

É evidente que a luta pela destruição do poder burguês requer, como condição justificante irrenunciável, a existência prévia ou o desenvolvimento paralelo dos organismos políticos capazes de substituí-los.

Este é um problema de fácil solução para os grupos marxistas. Tudo se reduz para eles a conformar os quadros de mudança no poder estatal, capazes de substituir os funcionários burgueses no momento da subversão da ordem que estes impõe. Isto explica que a primeira medida que adotam seja a conformação da "direção do partido" e a elaboração, por parte desta de um programa para o que se tratará de conquistar as massas.

Mas o problema da criação dos organismos do poder revolucionário, tem uma solução completamente distinta se o objetivo proposto não é o de substituir a condução burguesa no poder estatal, mas garantir o exercício direto do poder político pelos setores produtivo da sociedade, destruindo o estado (órgão específico de alienação política).

Para nós, anarquistas, o problema toma então uma dimensão que abarca todos os aspectos da luta revolucionária. A revolução só é real e possível quando é protagonizada diretamente pelos seus próprios destinatários. O desenvolvimento do poder político revolucionário (em sua capacidade de decisão e resistência armada a repressão), o deterioro do

¹¹⁶⁵ Idem.

poder burguês e a concretude do projeto político são inalienáveis ao desenvolvimento da auto-organização das classes produtivas. A função da organização anarquista privilegia, então a ação organizadora e esclarecedora em todos os níveis, desenvolvendo sua própria capacidade operativa nos outros aspectos da luta revolucionária (ideológica, armada, política, etc.) como requerimento e consequência do desenvolvimento da autoorganização dos setores produtivos em luta.

Resulta então inconsequente, para uma organização de militância anarquista, elaborar ou contribuir a elaboração de um programa político que não parta dos organismos federativos populares com capacidade para assumi-lo e desenvolvê-lo. Tanto como resulta deslocado contribuir ao desenvolvimento de organizações paramilitares (por mais horizontalidade nos mandos que exijamos), que não sejam o braço armado da auto-organização popular. Em ambos os casos, estaríamos desvirtuando nossa função no processo revolucionário.¹¹⁶⁶

Outro tema do documento foi a questão das alianças táticas e as frentes comuns de luta dos anarquistas com outras correntes. Para os anarquistas de Córdoba as unidades de objetivos nas lutas pontuais com as correntes marxistas devem se dar apenas de maneira tática, mas nunca de maneira orgânica ou substituindo as instâncias populares pelos acordos entre correntes. Tais posições visavam estabelecer parâmetros para a ação política, cujo eixo, trabalhava para criar uma cultura política interna de como os anarquistas devem se portar em relação a variados temas. Tal cultura apontava mais para questões práticas e a interiorização de certos conceitos. É interessante contrastar parte desse documento com outro setor do anarquismo argentino, avaliando as diferenças entre sua cultura política e propostas tático-estratégicas. Dois anos antes, setores aderidos a FORA (que não participou do congresso por provável divergência estratégica) lançariam um texto em seu jornal *Tierra Libre* afirmando que

anos atrás, os marxistas se consideravam primos irmãos dos anarquistas creiam ver ou se parecia que os aproximavam a esse parentesco a finalidade que perseguiam. Os anarquistas não se davam por iludidos, pois não veiam por nenhum lado tal parentesco. O tempo convenceu aos marxistas que não eram os anarquistas os primos deles, mas sim os governos de todas as cores e matizes democráticos, republicanos, conservadores e ditadores [...]. Descartadas as possibilidades do parentesco, agora, quem sustenta que as táticas de luta dos marxistas são iguais as dos anarquistas, ainda que a argumentação é um tanto míope, vamos demonstrar que não há nada parecido; os anarquistas não fazem nada no anonimato, todas as suas ações e feitos são realizados a cara descoberta e responsabilizando-se por tudo quanto fazem. Seus acordos são tomados livremente; porque no anarquismo existe a livre discussão e análise; todos tem os mesmos deveres e direitos.¹¹⁶⁷

O contraste de estratégias evidencia uma fenda entre duas propostas estratégicas e culturas políticas dentro do anarquismo. Ao que tudo indica a crítica contida em *Tierra y Libertad* girava não apenas ao redor da relação entre anarquismo e marxismo, mas da questão da clandestinidade das organizações político-militares. Em 1974, o mesmo jornal afirmará, que

¹¹⁶⁶ **Circular**, Córdoba, n^o 13, Febrero de 1974, p. 1.

¹¹⁶⁷ No hay tal similitud. **Tierra y Libertad**, Tucumán, Septiembre-Octubre de 1972, n^o 39 (sic), p. 1, tradução nossa.

No dia 31 de março, companheiros de Tucuman e Salta se reuniram para considerar os distintos problemas sociais que se debatem nos variados setores que se agitam, com o propósito de dar solução efetiva para sair do círculo vicioso em que estamos girando. Se falou de tudo, dos problemas do trabalho, da cultura, a liberdade e de tantas necessidades insatisfeitas, freadas por um sistema capcioso, inoperante, passado de época, onde impera a razão da força e não a força da razão. Os companheiros depois de um longo debate chegamos a conclusão de criar uma biblioteca, onde se pode canalizar a verdadeira cultura do povo e não essa propaganda bullangera e tendenciosa que só serve para atrofiar a mentalidade popular.¹¹⁶⁸

Tais trechos são bem elucidativos das propostas práticas e de certas diferenças entre os dois setores do anarquismo, que apesar de estarem inseridos na mesma doutrina política possuíam propostas completamente díspares para atuar na realidade. Enquanto a militância de Tucumán e Salta ligada a FORA propunham abrir uma biblioteca, agindo no plano da cultura, a militância do congresso fundador de RL, entendia a necessidade de uma organização política inserida nos espaços de classe.

O falecimento de Perón em 1974 abriu o período mais tenebroso da história argentina. Esse período afetaria internamente o anarquismo, que somadas às condições políticas colocadas e o caldo cultural e político dos 70 empurrariam sua militância para a ação armada.¹¹⁶⁹

Os desdobramentos à partir daí seriam dramáticos e imprevisíveis. A direita avançaria. Em agosto de 1974 haveria intervenção nas universidades e a política conservadora que afetava a esquerda não seria modificada, mesmo com o início da presidência de Isabel Perón ainda em 1974. A esquerda parecia prever que o avanço conservador teria consequências funestas para suas bases. E o governo de Isabel Perón apenas agravou a crise política e econômica. A fundação de Resistência Libertária ocorre num contexto de uma crescente na escalada guerrilheira. Segundo Calveiro (2013) entre maio de 1973 e abril de 1974 se produziram 1760 atos armados na Argentina. Entre maio de 1974 e abril de 1975 serão 2425 e entre maio de 1975 e março de 1976 (ano do golpe militar), as ações armadas atingirão a cifra de 4324 atos. A resposta às ações guerrilheiras seriam evidentemente muito duras, para os mesmos períodos, as mortes se distribuem da seguinte forma: 754 no primeiro ano, 608 no segundo e 1612 no terceiro, com forte predominância de baixas da esquerda e o peronismo dissidente (68 por cento das baixas).¹¹⁷⁰ O ano de formação de RL portanto é o intermédio da escalada de ações armadas que encontrariam seu auge e posterior refluxo, em 1976.

¹¹⁶⁸ Informes de una reunión en Salta. **Tierra y Libertad**, Tucumán, Mayo-Junio de 1974, n° 25, p. 3, tradução nossa.

¹¹⁶⁹ Nem todo o anarquismo. Setores vinculados a *La Protesta* fazem uma crítica a violência revolucionária, afirmando que para atingir o ideal anarquista só há um caminho “a educação e o esclarecimento”. Los anarquistas y la violencia. **La Protesta**, Buenos Aires, Junho de 1973, n° 8140, p. 1.

¹¹⁷⁰ CALVEIRO, pp. 52-53.

– Teoria e prática de um partido libertário: nasce e atua a Resistência Libertária

É a velha guerra.
A guerra de classes.
A guerra dos opressores
contra os oprimidos.¹¹⁷¹

Logo após sua fundação, RL se via obrigada a definir suas posições dentro do campo da esquerda. Um meio utilizado para se definirem era a produção de circulares, estas eram impressas de maneira precária (datilografadas e reproduzidas) e distribuídas de mão em mão, já que sua tiragem era limitada. RL era uma organização pequena e que não podia contar com uma estrutura de propaganda comparável aos *Montoneros* ou mesmo ao ERP. Seguiam também a prática da militância de Córdoba (GAR) que utilizou tal método de propaganda com certo sucesso. Num extenso documento, de 24 páginas, desenvolverão conceitos refinados sobre temas caros na história do anarquismo. Não iremos obviamente, reproduzir todo o conteúdo do documento mas nos concentrar nas questões que nos parecem centrais no acionar político de RL. RL conceberá a revolução como um

processo pelo qual se transformam as relações de produção e poder na sociedade de classes ou em uma nova formação social em que os meios e fruto do trabalho se administram e distribuem de forma igualitária, horizontal e direta.¹¹⁷²

Para a organização, entendendo que se vive numa sociedade de classes e que as classes oprimidas - outro conceito chave de RL - “são as que constroem o caminho da libertação social” à partir “de suas experiências na luta de classes”¹¹⁷³, RL faz

do anarquismo um método de luta e organização que parte da crítica do real, da situação histórica presente, - das condições de exploração e dominação - para elaborar uma instância programática revolucionária coerente com o objetivo final que é a liberdade dos homens e seu bem estar.

RL não reconhece a revolução como um processo inevitável, mas sim como parte de um processo histórico que poderia ser bem sucedido com a experiência dos “oprimidos”.

Reconhecerão a necessidade de dois níveis de organização revolucionária, a organização política das massas e a organização dos anarquistas. Aqui o leitor, provavelmente imaginará que a RL estaria empapuçada das teses mais clássicas do marxismo, mas a realidade histórica é caprichosa e confunde o historiador no primeiro sinal. No que diz respeito ao anarquismo, RL apenas resgatava um modelo organizativo inaugurado por Bakunin, o dualismo organizacional, mas que por contingências históricas, jamais foi hegemônico dentro do anarquismo, sendo resgatado em diferentes momentos e espaços. No plano teórico, amadurecia uma análise profunda do revolucionário russo, com seu conceito de classes oprimidas e da distinção entre os conceitos de exploração e dominação. O papel do partido libertário era portanto, na visão de RL o de “generalizar e aprofundar nos trabalhadores a

¹¹⁷¹ **Accion Directa**, Buenos Aires, Noviembre de 1973, n° 2, p. 1.

¹¹⁷² RESISTÊNCIA LIBERTÁRIA, “Partido Libertário”, **Documento Interno**, Febrero de 1977.

¹¹⁷³ RESISTÊNCIA LIBERTÁRIA, “Partido Libertário”, **Documento Interno**, Febrero de 1977, p.1

consciência libertária, a dizer, a adoção dos princípios revolucionários e antiautoritários”.¹¹⁷⁴ A pesquisadora Denise Rollemberg, que estudou a atuação das esquerdas armadas no Brasil afirma que “embora a fórmula do partido não seja defendida como prioridade, como entre os defensores do foquismo e até mesmo recusada, como no caso da ALN, Ação Libertadora Nacional” estas, na prática “acabavam funcionando como um grupo de vanguarda, de elite, que se imaginou à frente do processo revolucionário.”¹¹⁷⁵

O grande problema dessa afirmação é que a fórmula-partido assume modelos e papéis *muito* diferentes segundo a experiência de cada grupo, no qual a posição anarquista seja de fato, um extremo no campo da democracia interna. Rejeitando a generalização da pesquisadora, entendemos que nem todas as organizações da esquerda armada possuíam essa relação com o processo revolucionário. No caso dos anarquistas, estes viam o partido não como uma “elite” que se imagina à frente do processo revolucionário, tampouco como um portador da missão histórica do proletariado. Mas se compreendem como uma espécie de partido/minoria ativa, cuja matriz é bakuniniana e que pressupõe a atuação junto às massas.

O partido se propunha a não apenas analisar teoricamente a realidade em que está inserido, como “dar uma orientação revolucionária às construções de massas”.¹¹⁷⁶ Entendiam a organização como uma instância que agrupava quadros revolucionários, mas que não pretendia “cair na substituição da ação operária” ou na “submissão fatalista a ela”¹¹⁷⁷, fugindo assim das teses foquistas ou da adesão irrestrita aos caminhos escolhidos pelos trabalhadores. Um quadro, para os militantes de RL, era alguém “capaz de gerar política em qualquer conjuntura ainda que não pudesse manter relação com a organização”.¹¹⁷⁸ Devido às condições de clandestinidade, sua formação devia permitir “estabelecer que tipos de tarefas deveria desenvolver nesse lugar ainda que não tivesse apoio da organização concreta”.¹¹⁷⁹

A relação da organização (partido) e o movimento de massas para RL se dava numa situação dialética, mas está sempre inscrita num contexto concreto dado.¹¹⁸⁰ Esse contexto segundo RL, está atravessado por condições objetivas e subjetivas, sendo a situação revolucionária um conjunto de fatos definidos por ambos os fatores.¹¹⁸¹ Se posicionavam de maneira a contrabalancear a posição da maior parte dos partidos comunistas subordinado a URSS, cuja leitura da realidade objetiva fazia-os afirmar que não havia condição para a ação armada e a dos grupos foquistas, que acreditavam que a ação armada criava as condições para o sucesso da empreitada guerrilheira.

Com uma visão política muito bem definida, RL estabelecerá que “definir um objetivo é definir a forma de se chegar a ele e definir suas ferramentas necessárias”, inclusive pensando funções, formas e critérios de organização revolucionária em cada etapa com perspectivas finalistas e sintetizadas num programa revolucionário.¹¹⁸² A incorporação de algumas sintaxes dessa “gramática da guerra”, elaboraria conceitos centrais, com o de tática e o de estratégia. A tática corresponderia ao curto prazo, enquanto a estratégia define o longo prazo.

¹¹⁷⁴ Ibid, p. 3.

¹¹⁷⁵ ROLLEMBERG, 2003, p. 12.

¹¹⁷⁶ Idem.

¹¹⁷⁷ Idem.

¹¹⁷⁸ “Teníamos una concepción que era la concepción de la construcción de cuadros, un cuadro político para nosotros era un militante que era capaz de generar política en cualquier conjuntura aun que no pudiera mantener relación con la organización.” TRUJILLO, Fernando López. Fernando López Trujillo: depoimento [jul. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Buenos Aires, 2017. arquivo.mp3 (1h:39 min.).

¹¹⁷⁹ Idem.

¹¹⁸⁰ RESISTÊNCIA LIBERTÁRIA, “Partido Libertário”, **Documento Interno**, Febrero de 1977, p.5.

¹¹⁸¹ Ibid, p. 6

¹¹⁸² Ibid, pp. 6-7.

Afirmarão que “só pelo conhecimento cabal e profundo das necessidades imediatas do proletariado e fixando respostas para transformá-las permanentemente poderemos aprofundar com os trabalhadores cada situação histórica da luta de classes”.¹¹⁸³ A organização tem assim, o papel de definir pautas concretas de ação política ante cada situação da luta de classes, inscrevendo num “método condutor que é a guerra revolucionária prolongada”, definindo assim, “táticas revolucionárias que canalizem e distribuam forças e esforços”. Tais táticas tem um objetivo fundamental segundo RL, que é a “mobilização política do proletariado”. Tais táticas objetivam sempre “produzir um salto qualitativo nas massas”, que na ideia de RL se expressa no “replanejamento de novas e mais profundas aspirações classistas; e em experiências organizativas mais desenvolvidas”.¹¹⁸⁴

Falam em tomada do poder, mas dizem que querem acabar com a exploração e a dominação em todo o documento. A tomada do poder para RL é a tomada do poder das massas. O poder assim, para RL assume um sentido aparentemente contraditório¹¹⁸⁵, mas lógico dentro do seu arsenal teórico, que é a construção de uma sociedade sem exploração e dominação.

A luta armada de RL se inscreve dentro da ideia de uma organização que se entende como político-militar e de quadros que se expressa, através da guerra revolucionária prolongada.¹¹⁸⁶ Não há oposição entre ação armada e luta de massas, assim como não há oposição entre o político e o militar para RL.

Sendo a sociedade capitalista uma “estrutura de relações sociais carregadas de violência”, RL estabelece que para acabar com a exploração e a dominação, há de se opor à repressão capitalista com a “violência do proletariado consciente e organizado: a violência revolucionária”.¹¹⁸⁷ A tarefa de RL neste sentido é “levar a luta do proletariado até suas últimas consequências”, uma disputa pelo poder *social* pela via da luta armada. A violência revolucionária para RL seria uma expressão da política proletária, negar esta expressão seria ignorar uma parte relevante da história da classe trabalhadora e de suas organizações.

“Mas esta concepção de partido e de sua linha político-ideológica não justifica o dogmatismo” alerta RL e se afirmam “à partir da aplicação materialista e dialética de sua linha político-ideológica”.¹¹⁸⁸ Teoricamente se apresentam, adotando os “princípios do materialismo-dialético” e este lhes ensina que “para desenvolver-se integralmente deve através da experiência, conhecer”.¹¹⁸⁹ Distinguiam-se em alguns aspectos teóricos da FAU, mas tal distinção não era fulcral para a ação política e não impediu uma aliança. Para estes a teoria deve sempre se alimentar e voltar a ação concreta.

Conhecer através da prática e o estudo as condições em que haveremos de realizar nossas tarefas, conhecer o processo histórico de nosso país e o mundo e os elementos que desencadeiam suas contradições básicas e o ponto de partida para nossa organização.¹¹⁹⁰

Uma teoria revolucionária ativa se configura segundo RL, na relação entre inserção nas massas e uma teoria desenvolvida mediante esta prática. Em outro documento intitulado

¹¹⁸³ Ibid, p. 7.

¹¹⁸⁴ Ibid, p.8.

¹¹⁸⁵ Segundo Fairclough (2008, pp. 97-98), “as ordens de discurso locais e as ordens de discurso societárias são na prática potencialmente estruturadas de maneira contraditória e, desse modo, estão abertas para ter os investimentos políticos e ideológicos como foco de disputa em lutas para desinvesti-los ou reinvesti-los”.

¹¹⁸⁶ Ibid, p. 9.

¹¹⁸⁷ Idem.

¹¹⁸⁸ Ibid, p. 10.

¹¹⁸⁹ Ibid, p. 11.

¹¹⁹⁰ Ibid, p. 11.

“Aportes para una teoría libertária” tentarão dar resposta aos anseios de atualizar teoricamente o anarquismo. Segundo informações das circulares produzidas em Córdoba, este texto foi lançado num seminário que envolveu comunidades da Argentina, Bolívia e Uruguai. Para estes, a ação “deverá responder dois aspectos e integrá-los”. Um aspecto é a “tarefa teórica” que consiste em criar e recriar permanentemente uma teoria da mudança, a partir do dado e em busca de uma nova ideologia. A segunda é a “tarefa prática”, que consiste em

fundar no seio de todo encontro real humano – fábrica, bairro, escola, universidade, etc. – os agrupamentos que em sua ação possam aplicar criticamente a teoria; enriquecê-la com aspectos novos e lançar-se a participação na realização desse projeto social¹¹⁹¹

Neste sentido, o ingresso da militância a Resistência Libertária adquiria um significado de formação. Seus militantes liam obras diversas, destacando-se (assim como na FAU) a influência de Malatesta e Bakunin.

Em relação a ideologia, RL entendia, o anarquismo, não como algo estanque, engessado à partir de um conjunto de princípios a-históricos, mas como algo que está inserido numa ação de classe concreta.

Segundo Resistência Libertária, o partido é entendido como resultante de um processo teórico-prático que tem origem e se desenvolve numa relação com o movimento de massas. Trabalham com a perspectiva de leitura da conjuntura política e da “correlação de forças da luta de classes”, assim como, o grau de influência obtido pela organização e a caracterização do estado de suas próprias forças. Defenderão a tática externa de “construção de organismos e base independentes e de uma corrente revolucionária da classe operária” e internamente, tarefas próprias da construção partidária (homogeneização, aprofundamento da linha político-ideológica, formação de quadros, aplicação de frentes de trabalho, consolidação das instâncias orgânicas e seu funcionamento etc).

A frente político de militância é onde os militantes tornam efetiva a linha partidária em suas condições táticas, é onde se faz efetiva a prática revolucionária.¹¹⁹² Cada tarefa se converte segundo RL numa expressão política e organizativa particular. RL estabelece as seguintes frentes de atuação: “frente sindical, frente comunitária, frente estudantil, frente de solidariedade, frente militar e frente de apoio logístico”. Estas últimas duas, não sendo frentes de massa, mas frentes de apoio a estas. A ação nessas frentes obedece a uma estratégia revolucionária geral fixada pela organização, possuindo autonomia tática para implementá-la em cada campo de luta. RL via assim, a atuação nas entidades de massa, como algo complementar e não contraditório a ação armada. A ação armada não tinha autonomia operativa e sempre obedecia ao conjunto da organização.

No plano organizativo, RL defende a democracia direta que “estabelece como prática a liberdade”.¹¹⁹³ RL adotará um modelo que caminhará na contramão da maior parte das organizações guerrilheiras, subvertendo deste modo, o próprio conceito de “exército popular”. Ao contrário da hierarquia e do militarismo *montonero*, organizavam-se nos moldes do *povo em armas* da guerra civil espanhola e das demais experiências armadas do anarquismo. É preciso portanto, relativizar as generalizações que as ações guerrilheiras conduziram inevitavelmente a “reproduzir o autoritarismo que se pretendia combater”, como por exemplo

¹¹⁹¹ “Tarea práctica: Fundar en el seno de todo encuentro real humano – fábrica, barrio, escuela, universidad , etc. – los agrupamientos que en su acción puedan aplicar críticamente la teoría; enriquecerla con aspectos nuevos y lanzarse a la participación en la realización de ese proyecto social.” “Aportes para una teoría libertária”, **Circular**, Argentina, Córdoba, n^o 14, Agosto de 1975, p.1-3

¹¹⁹² RESISTÊNCIA LIBERTÁRIA, “Partido Libertário”, **Documento Interno**, Febrero de 1977, p.14.

¹¹⁹³ *Ibid*, p. 17.

faz a pesquisadora Pilar Calveiro ou de Daniel Aarão Reis, ao afirmar que as organizações de luta armada seguiriam um “funcionamento centralizado, disciplinador e antidemocrático”.¹¹⁹⁴ No caso de RL, se tentou pôr em prática, um modelo organizativo que combinava democracia interna, ação armada e luta de massas. O conceito de ação direta compreendia não apenas, no caso dessa militância anarquista argentina, a ação violenta que incorporava a luta armada, mas também, relacionava-se com o controle integral das bases sobre o processo das lutas em todos os níveis.¹¹⁹⁵

. No caso do agrupamento gráfico, Quijano afirma que em determinados conflitos, os agrupamentos internos do sindicato, pensavam em ações políticas contra os *carneros* e o próprio agrupamento pensava nas ações de represália, que evidentemente envolviam a violência. “Essas ações se faziam à partir de uma necessidade interna, não da organização; interna da oficina”.

A que eu participei [ação], as duas que eu participei tiveram que haver com o carro, fazer ‘voar’ o carro. Tentar fazer voar o carro. Haviam outros companheiros, em todo este périplo, digamos, algum companheiro que nos dava um par de questões mínimas de saber o que é uma arma, como havia de trata-la, em caso de algum dia ter que a usá-la e o mesmo com o assunto de algum tipo de explosivo caseiro, que disso se tratava o assunto dos carros.¹¹⁹⁶

Sua noção de liberdade se afastava da noção de liberdade abstrata, a liberdade para RL se define sobre “um plano concreto, como um fato social”. RL tem uma concepção libertária da democracia, baseada num princípio materialista, onde o exercício da liberdade se dá no exercício da liberdade de todos. Contariam a “liberdade formal e contemplativa da sociedade burguesa”. Sua noção de autoridade é transitória, entendendo que está de acordo com a experiência e prática de cada militante. Segundo depoimento de Trujillo, as condições de democracia na organização eram limitadas pelas condições da realidade conjuntural. Uma “democracia adaptada às situações de repressão e clandestinidade absoluta”.¹¹⁹⁷ Os documentos produzidos pela organização, chamado de *minutas*, pequenos textos onde constavam os acordos que passavam por todas as instâncias da organização e eram debatidos.¹¹⁹⁸

A democracia direta impediria segundo RL as práticas autoritárias e competitivas. A prática revolucionária tem uma metodologia política que é a ação direta, um método prático que renega as vias do sistema (parlamentarismo, legalismo etc.) e se adequa a “cada uma das expressões da luta operária”.¹¹⁹⁹

Defenderão uma disciplina que é “necessária para a conquista dos objetivos de liberdade para nosso povo”. A disciplina é a “resultante da atividade consciente dos

¹¹⁹⁴ CALVEIRO, 2004, p. 16.

¹¹⁹⁵ “La acción directa define entonces el modo en que los de abajo hacen la revolución en vez de dedicarse exclusivamente a apoyar a los que dicen hacerla. Constituye el camino de la revolución por la manera de recorrela, por lo que puede haber acción directa tanto en la lucha obrera como en la guerrilla en la medida en que se trata de como deben funcionar internamente las organizaciones para que las bases no pierdan nunca su control. LA ACCIÓN Directa: así la entendemos”. **Acción Directa**, Buenos Aires, Enero de 1974, n° 4, p. 7.

¹¹⁹⁶ QUIJANO, Hugo Quijano: depoimento [09 de outubro. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Montevideo, 2017. arquivo .mp3 (1h:40 min.).

¹¹⁹⁷ TRUJILLO, Fernando López. Fernando López Trujillo: depoimento [jul. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Buenos Aires, 2017. arquivo.mp3 (1h:39 min.).

¹¹⁹⁸ Idem.

¹¹⁹⁹ RESISTÊNCIA LIBERTÁRIA, “Partido Libertário”, **Documento Interno**, Febrero de 1977, p. 20.

companheiros”.¹²⁰⁰ Numa longa citação irão definir o que esperam da prática política militante.

O revolucionário é aquele que não leva sua vida militante como um sacrifício, mas sim como uma bandeira pessoal; o revolucionário é aquele que se sente dono da sua liberdade e o demonstra desde já. É aquele que não se prende a dogmas nem esquemas e pratica uma renovação permanente em si mesmo e essa é sua relação político-ideológica com a realidade. É quem está sempre disposto a contribuir, a buscar as formas, os métodos e propostas que o façam realmente efetivo em seu acionar e fundamental no processo; por isso dá muita importância a sua formação ideológica para não ser um freio para seus companheiros mas sim quem pode crescer constantemente na contribuição e cuida da sua saúde em função de seu rendimento nas tarefas. É quem submete todas as questões alheias a militância para que não estorvem em seu desenvolvimento militante, em sua luta, em sua possibilidade de dar de si o máximo que puder.¹²⁰¹

A falta de disciplina resulta segundo a RL, de falta de formação política-ideológica. As deficiências formativas e disciplinares são fruto, segundo a organização, de sua “origem e inserção da ideologia burguesa” que geram contradições nos militantes e são resolvidas no seio da organização e sua inserção na classe. Em relação às possíveis falhas na execução de sua prática política, RL se impõe “não uma sanção, que define a coerção como ‘método conscientizador’, mas sim a discussão e o compromisso prático da superação dessas falhas ideológicas ou políticas”.¹²⁰² A organização atuaria no limite, suspendendo certas tarefas de militantes que se ausentem de uma prática política e ideológica que caminhe de acordo com o que defendem. Ou no caso de uma célula, instância básica da organização que “funcione com erros ideológicos ou de aplicação da praxis política”, RL defende que deve ser tratado sobre o “plano de recuperação do grupo e não do isolamento”, por exemplo, “negando-lhes canais orgânicos de decisão ou outras medidas que signifiquem alheamento e desintegração”.¹²⁰³ Porém, alertam que para o caso de medidas que afetem a segurança dos seus membros, tais como traição, infiltração, se impõe segundo RL “medidas convenientes que neutralizem a periculosidade que esses casos implicam ao conjunto”.¹²⁰⁴ Estabelecerão também uma regulação dos acordos políticos-ideológicos, ao que parece, uma espécie de regimento interno e igualdade nas possibilidades de participação e decisão sobre eles. O documento “Partido Libertário” está impregnado do contexto e da gramática política daquele período, mas alterando os significados-chaves que mantêm as fronteiras políticas de seu anarquismo. As palavras utilizadas por RL neste documento podem ser descritas adequadamente pelo conceito de ubiquidade, desenvolvido pelo pesquisador Nestor Garcia Canclini. Apesar de se referir as obras artísticas, pensamos que este conceito se aplica ao caso referido, já que os termos são como “um abecedário, conjunto de signos que em uma obra dizem uma coisa, e em outra algo diferente”.¹²⁰⁵

A RL concentrou seus trabalhos de massa em sindicatos, bairros e grêmios estudantis, desenvolvendo de maneira articulada, o que era feito pelos agrupamentos que lhe deram origem nos anos anteriores. O caso do agrupamento sindical dos gráficos, onde participava Hugo Quijano é emblemático neste sentido. Como vimos anteriormente, o militante uruguaio,

¹²⁰⁰ Ibid, p. 21.

¹²⁰¹ Idem.

¹²⁰² Ibid, p. 23.

¹²⁰³ Idem.

¹²⁰⁴ Ibid, p. 24.

¹²⁰⁵ CANCLINI, 2015, p. 130.

teve contato com a ROE e com a FAU no seu país de origem, mas não integrava formalmente nenhuma organização. Com sua mudança em 1971 para a Argentina, passa a ter contato com outros militantes anarquistas e fundam um agrupamento libertário para atuar no sindicato dos gráficos. Esse agrupamento possuía dois ex-militantes da ROE ¹²⁰⁶, que no Uruguai desenvolveram trabalho estudantil e por questões de trabalho, moveram-se para Buenos Aires. Quijano afirma que dentro do “agrupamento, tínhamos companheiros que tinham mais conhecimento do movimento libertário na Argentina” e se incorporaram depois de um debate dos documentos da organização. Conheceu parte da militância da FORA, da FLA, *Biblioteca Popular José Ingenieros*, *Sindicato de Plomeros* etc. Quijano supõe que provavelmente alguns dos companheiros deste agrupamento sindical nos gráficos já participavam da RL, pois a aproximação com a organização foi feita sem maiores problemas.¹²⁰⁷ A compartimentação da organização foi levada a extremos, era costumeiro um militante não conhecer outro integrante da RL. A compartimentação também gerou memórias distintas sobre a própria organização e dificulta, até hoje, compreender exatamente certas questões.

Pata (Fernando Diaz Cárdena) trabalhou em Metopress, assim como Quijano. Raul de Oliveira foi militante da ROE, trabalhou em Metopress. Raul pede licença média pela caída de um companheiro e Quijano também se afasta.

A RL organizou na clandestinidade um braço armado que se articulou com a OPR-33 uruguaia e com o Ejército Revolucionário del Pueblo (ERP), de tendência marxista. A visão crítica do foquismo se dava pela reflexão da FAU (formalizada num documento intitulado *El Copey*), trazida pelo exílio forçado seus militantes em Buenos Aires e pela reflexão da própria militância da RL diante o campo ampliado da esquerda e do contexto argentino.

No caso de Resistência Libertária o historiador e ex-membro da RL Fernando Trujillo chama atenção para o fato de que a organização não era uma organização armada no sentido estrito, mas sim “fundamentalmente uma organização política onde 80% de seus militantes tinham atividades em sindicatos e em fábricas”.¹²⁰⁸ Não se pode ignorar este aspecto da inserção dos militantes na vida cotidiana das organizações e espaços dos trabalhadores sob risco de transformar falsamente a RL numa pretensa “guerrilha anarquista” sem ligação com as massas.

Apesar de defender de maneira mais ampla a estratégia da luta armada, a RL nunca teve um “grande aparato militar” e tampouco se orientou exclusivamente para atuar neste terreno. Segundo Trujillo, a concepção de RL sobre o acionar armado tinha “uma finalidade provisãoamento de material”. Consideravam o acionar armado dirigido fundamentalmente para

prover material para militância, imprensa, dinheiro, carros, coisas do tipo, não estávamos à favor da formação de um exército e nem estávamos tratando de construir um exército. Os grupos armados da organização tinham finalidade de autoproteção, fundamentalmente eram defensivos, de caráter defensivo não ofensivo. Os objetivos que tinham esses grupos armados era para a construção de infraestrutura.¹²⁰⁹

¹²⁰⁶ Um destes era Raul Oliveira, um militante estudantil da ROE que vai viver em Buenos Aires.

¹²⁰⁷ QUIJANO, Hugo Quijano: depoimento [09 de outubro. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Montevideo, 2017. arquivo .mp3 (1h:40 min.).

¹²⁰⁸ TRUJILLO, Fernando Lopez. Entrevista. MORSE, 2006.

¹²⁰⁹ TRUJILLO, Fernando López. Fernando López Trujillo: depoimento [jul. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Buenos Aires, 2017. arquivo.mp3 (1h:39 min.).

Trujillo diz que jamais a RL propôs construir um exército popular. A construção de um exército popular para RL era tarefa para o próprio movimento popular e não da RL, ainda que estivesse como algo de longo prazo.

Por isso parece difícil afirmá-la como uma organização “guerrilheira” sendo melhor, entendê-la como uma organização política que realizou pequenas ações armadas. Sobre as ações, o historiador chama atenção para o fato de que a organização optava por não atacar quartéis nem delegacias de polícia. RL, portanto, adotava as ações armadas mas não era uma organização guerrilheira no sentido automático que o termo pode impor ao imaginário sobre a luta armada. Parte da decisão em fazer ações de financiamento se dava pela lógica repressiva do próprio regime militar. Usavam as ações armadas para realizar pequenas expropriações, utilizando os recursos para a manutenção dos militantes ou da própria organização.

Em 1975, diversos militantes ativos de RL tem sua captura recomendada pelos aparatos repressivos e outros são identificados pela repressão, o que obriga o núcleo da organização em La Plata a abandonar a cidade.¹²¹⁰ Segundo “Cacho”, o aumento da violência política por parte da direita se faz sentir também em Córdoba que neste momento decidem passar a clandestinidade.¹²¹¹ O militante também afirma que os contatos com o ERP e Montoneros passaram a ser reavaliados, já que havia uma percepção de que havia uma infiltração das forças de segurança e não se sabia com quem se falava. Começaram a trabalhar novamente com contatos mais seguros, articulando um trabalho de direitos humanos.¹²¹²

A clandestinidade forçada de muitos militantes aumentou a necessidade de financiamento e sobrevivência desses e de suas famílias. As ações armadas se baseavam na necessidade de “recuperação” de materiais e finanças e eram realizadas em acordo com outras organizações.¹²¹³ Trujillo, em depoimento, afirma que em seu momento de maior desenvolvimento, Resistência Libertária tinha entre 100 e 120 membros.¹²¹⁴ Sua composição, ainda segundo depoimento de Trujillo era majoritariamente composta por estudantes e que foram se integrando a espaços da classe trabalhadora. Trujillo estima a idade dos militantes entre 19 e 25 anos e Maria Esther Tello, num relato autobiográfico diz que 50% do grupo era composto por mulheres. Quase todos terminaram ou abandonaram a universidade se incorporando as lutas sindicais.¹²¹⁵

Em 24 de março de 1976, Isabel Perón foi deposta pelos comandantes militares e presa. Iniciaria assim, a fase mais autoritária da história política argentina, que radicalizaria algo, que como vimos, já vinha sendo realizado em menor escala nos períodos anteriores. A publicação de La Protesta seria interrompida diante o contexto repressivo. A grande maioria das principais publicações anarquistas desse período – independente de sua posição sobre a luta armada – circulariam apenas em âmbitos restritos e clandestinamente.

¹²¹⁰ DÍZ; TRUJILLO, 2007, p. 60.

¹²¹¹ SABRANSKI, Carlos; “PIOJO”, “CACHO”, ANTONIO, Juan; TELLO, María Esther: depoimento [31 de março de 2007]. Entrevistador: Biblioteca Popular José Ingenieros. Buenos Aires, 2007. arquivo.mp3 (1h:43 min.).

¹²¹² Idem.

¹²¹³ DÍZ; TRUJILLO, 2007, p. 61.

¹²¹⁴ TRUJILLO In. MORSE, 2006.

¹²¹⁵ TELLO, 2006.

- O golpe militar de 1976 e os anarquismo argentino

Quero ademais, que junto a esta chegue uma revolucionária
e anárquica saudação a todos os companheiros,
e as palavras de alento necessárias (que escrevam)
que nunca me esquecerei delas.
Alfredo Moyano (anarquista desaparecido)¹²¹⁶

Trujillo que além de ter escrito um importante trabalho sobre Resistência Libertária também foi seu militante afirma que o golpe militar já era de certo modo esperado pela militância e esta já analisava suas possibilidades. A resposta militarista ao golpe era avaliada por RL como um erro.

Em 1976, dias antes do golpe militar, o comando libertadores da América, uma estrutura paramilitar da *Triple A*, sequestrará o secretário geral do *Sindicato de Trabajadores del Caucho y afines* Rafael Flores, militante anarquista, Marcelo Tello (militante da RL) e a professora Soledad Garcia, esta última, a única que apareceu com vida. Segundo o relatório e livro *Nunca Mais*, baseando-se nos arquivos da CONADEP, antes do golpe militar, desapareceram mais de 600 pessoas na Argentina.¹²¹⁷ A metodologia já era um ensaio para algo de maior amplitude e que ocorreria durante todo o regime militar. Segundo depoimento de Maria Esther Tello “Marcelo (Tello) fue designado pela organização para vir de La Plata a Córdoba para fortalecer a luta sindical”.¹²¹⁸

Chato, um velho militante cordobês afirmaria que antes do seu sequestro, Tello teria participado de “uma massiva mobilização da mesa dos sindicatos em luta contra o plano econômico e o golpe que se avizinhava”. Foi a militância sindical e não os operativos armados que fizeram com que estes militantes sofressem a repressão brutal do aparato militar argentino.¹²¹⁹ Em recente depoimento, Viviana Serafini, esposa de Marcelo Rodolfo Tello, afirmou que Tello era “militante sindical madeiro e integrava a Mesa coordenadora de Sindicatos em Luta”. Segundo relato de sua filha Ana, Marcelo trabalhava numa carpintaria. Viviana afirma que ela e Tello tinham militância sindical e muita relação com a mesa. Um homem (identificado como Marcelo Luna) a golpeou e jogou-a no chão enquanto sequestrava Tello. Levaram sua moto e ameaçaram-na segurando sua filha nas mãos.¹²²⁰ No sindicato do *caucho* outros militantes disseram que Rafael Flores também tinha sido sequestrado.

Trujillo afirma que Rafael Flores era uma personalidade muito importante dentro da organização. Apesar de não ter origem operária era um militante respeitado e uma referência no meio sindical. Converteu-se ao anarquismo, dentro da Faculdade de Arquitetura e logo se ligou as lutas operárias.¹²²¹ Eugenia Ramos também afirma ter sido procurada pelas forças da repressão, com policiais realizando batidas no bairro atrás de “Pirucha” (seu pseudônimo). Em termos do alcance da repressão, para esta “não tinham noção do que estava acontecendo”. Mas conseguiu escapar da repressão pelo fato dos agentes da repressão não desconfiarem de sua atuação social e política.

A organização irá se transferir para Buenos Aires e La Plata, tentando escapar da repressão iniciada em Córdoba. Maria Esther Tello, mãe de três militantes da RL e ela própria

¹²¹⁶ Cf. MOYANO, Alfredo. Carta de un Anarquista Desaparecido. **Lucha Libertária** (órgano de la Resistencia Libertária), Buenos Aires, agosto de 1984, n^o 209.

¹²¹⁷ COMISSÃO NACIONAL SOBRE O DESAPARECIMENTO DE PESSOAS (CONADEP), 1984, p. 9.

¹²¹⁸ TELLO, Maria Esther In. FAU. La resistencia anarquista a la dictadura. **Lucha Libertária**, Montevidéo, 2006.

¹²¹⁹ CHATO, Ibid, 2006.

¹²²⁰ SERAFINI, Viviana. Testigo 474 Viviana Serafini. 07/07/2015.

¹²²¹ TRUJILLO In MORSE, 2006.

militante, no começo de 1976 viaja para a Europa. Tem a ideia de voltar e encontrar seu terceiro filho Marcelo, em Córdoba, mais este também desaparecerá, capturado pelos aparatos repressivos, o que faz Esther mudar de ideia e permanecer na Europa. A repressão ao anarquismo se espalhará inclusive para alguns membros da FORA. Em 23 de janeiro do mesmo ano foram detidos Elsa Mastrosimone e Enrique Favilla, membros da coordenação federal da FORA e também foram torturados. Elsa seria libertada alguns dias depois, enquanto Enrique Favilla seguiria detido.¹²²² O Sindicato de Plomeros, Cloaquistas, Hidraulicos y Anexos, teria sua pessoa jurídica cancelada no mesmo dia em que os dois militantes foram detidos, sublinhando que o anarquismo ou núcleos sindicais vinculados a este não seriam tolerados no contexto dado.¹²²³

Junto aos sequestros, os desaparecimentos. O militante anarquista de RL Helvio Alcides Mellino, militar da Marinha argentina desapareceria em meados de março de 1977. Helvio era espanhol (Andaluz) e tinha a época, 22 anos. Não é possível afirmar se Helvio ingressou na marinha argentina com objetivos políticos definidos por RL, mas tal fato em nossa opinião é provável.

Outros libertários detidos no período foram Alfredo Moyano Santander (anarquista), o “Fredy” (companheiro de María Asunción Artigas),¹²²⁴ ex-militante da ROE e que se aproximou dos Tupamaros ainda no exílio para Buenos Aires, realizado em dezembro de 1973 e María Asunción Artigas que também foi militante da ROE.¹²²⁵ Ambos foram detidos no dia 30 de dezembro de 1977 numa operação que visava desbaratar a presença da militância de esquerda uruguaia na Argentina.¹²²⁶ Alfredo e María foram sequestrados em sua própria casa.¹²²⁷ María dará a luz a Victoria Moyano Artigas dentro do *pozo* de Banfield, um centro clandestino de detenção, que funcionou de 1974 a 1978 em Buenos Aires. A principal função desse centro clandestino era albergar militantes presas nos últimos dias de gravidez, separando seus filhos e filhas de suas respectivas mães e pais e encaminhando para “adoções” ilegais de famílias vinculadas aos militares.¹²²⁸

Segundo Diz e Trujillo, em 1977 a organização realizou uma série de operações de expropriação, que em 1978 afetariam a segurança da organização, afirmam que “a autodisciplina rigorosa e o compromisso permitiram que até 1978 Resistência Libertária se mantivesse com um número mínimo de capturados, se levado em conta o massacre que a cercava”.¹²²⁹ A autodisciplina de fato era uma condição geral do acionar da esquerda armada.

¹²²² Comité Pro Presos. FORA. **La Protesta**, Buenos Aires, Mayo/Junio de 1976, nº 8165, p. 7.

¹²²³ Sindicato de Plomeros, Cloaquistas, Hidraulicos y Anexos. Aclarando Posiciones. **Circular**, Marzo de 1976, p. 1.

¹²²⁴ Nascido na Argentina, a família de Alfredo logo se transferiu para Montevideo, onde viveu até os 11 anos de idade. Morou em São Paulo e ainda muito jovem retorna a Montevideo, participa da UJC e depois da ROE. Em 22 de dezembro de 1973 ele e sua companheira se mudam para Buenos Aires e à partir da discrepância com o PVP, se aproxima do MLN. Em abril de 1973, Moyano envia uma carta a companheiros anarquistas, onde se percebe claramente sua vinculação ao anarquismo. Ainda assim, devido a sua militância nos Tupamaros, não foi identificado posteriormente como militante anarquista. Cf. FAU. Memoria Viva de la Resistencia. María Asunción Artigas Nilo, “Mary”, Alfredo Moyano Santander, “Fredy”. **Solidaridad**, Montevideo, Junio de 2005, nº 4. Disponível em < https://www.nodo50.org/fau/revista/solidaridad_4/solidaridad_4.htm>. Sobre a carta de Alfredo Moyano, com clara adesão ao anarquismo, Cf. MOYANO, Alfredo. Carta de un Anarquista Desaparecido. **Lucha Libertária** (órgano de la Resistencia Libertária), Buenos Aires, agosto de 1984, nº 209.

¹²²⁵ Não podemos afirmar com certeza se Maria também era anarquista, mas ao menos era vinculada ao campo libertário.

¹²²⁶ LA IZQUIERDA DIÁRIO, 2015.

¹²²⁷ MOYANO, Alfredo. Registro de Víctimas. Monumento a las Víctimas del Terrorismo de Estado. Parque de la Memoria. Disponível em < <http://basededatos.parquedelamemoria.org.ar/registros/6342/>>

¹²²⁸ A filha de Alfredo e Maria foi reconhecida em 1988 pelas avós da praça de maio e teve sua identidade finalmente reconhecida. Idem.

¹²²⁹ DÍZ; TRUJILLO, 2007, p.67.

O que nos parece mais elucidativo em relação ao caso seria o fato de RL ser uma organização absolutamente clandestina. Entenda-se aqui, não pelo fato de parte de seus membros estarem na clandestinidade, mas sim, pela proposta de RL jamais apresentar-se publicamente.

Ainda assim, as quedas pesaram, já que o anarquismo não possuía a capacidade militante comparável as organizações da esquerda revolucionária. Para Díz e Trujillo, 1978 é o momento crítico da organização, pois esta é golpeada em Buenos Aires e La Plata.¹²³⁰ Segundo Trujillo, neste momento isto se dá em grande medida pelas ações militares e não pelo trabalho sindical.¹²³¹ No dia 31 de maio de 1978, em La Plata, Elsa Delia Martínez e seu companheiro Hernan María Ramírez Achinelli são sequestrados por um aparato da repressão em sua própria casa. Elsa era jornalista e professora e Hernan, um engenheiro.

Raúl Pedro Olivera Cancela (24 anos) será detido na estação de trem do seu bairro, em Buenos Aires, a caminho do trabalho no dia 05 de junho de 1978. Trabalhador gráfico e militante ativo do Sindicato dos Gráficos, Raúl era uruguaio. Será detido no mesmo dia – em seu local de trabalho – o militante Fernando Rafael Santiago Diaz (23 anos), também uruguaio e trabalhador gráfico.¹²³² Dois dias depois, cai o militante uruguaio Edison Oscar Cantero Freire (26 anos), sequestrado em via pública, ao sair de uma reunião sindical. Edison iniciou sua militância no movimento estudantil e foi preso numa manifestação no Uruguai e desde então, a polícia passou a persegui-lo, o que o obrigou a mudar para Argentina.¹²³³

Em Córdoba, no dia 31 de julho de 1978 Pablo Daniel Tello (29 anos) e Rafael Tello (26 anos) são detidos junto aos trabalhadores do estaleiro numa caminhonete sem identificação. Segundo relatos, no meio do caminho, fizeram uma simulação de fuzilamento com os Tello e posteriormente os levaram ao seu local de detenção. Sua casa foi esvaziada por uma caminhoneta. Segundo o relatório do CONADEP, esse tipo de prática tornou-se muito comum durante a vigência da ditadura militar argentina.

as operações se realizavam a altas horas da noite ou da madrugada, geralmente em dias próximos ao fim-de-semana, assegurando-se assim um lapso de tempo antes que os familiares pudessem agir. Geralmente irrompia no domicílio uma “patota” ou grupo integrado por cinco ou seis indivíduos. Às vezes intervinham vários grupos, reunindo até 50 pessoas em alguns casos especiais. Os integrantes da “patota” estava sempre munidos de um volumoso arsenal, absolutamente desproporcionado em relação à suposta periculosidade de suas vítimas. [...] A quantidade de veículos que participavam da operação variava; em alguns casos, empregavam-se vários carros particulares (geralmente sem placas); em outros, contava-se com o apoio de forças regulares, que podiam estar uniformizadas, em caminhões ou em camionetas identificáveis como pertencentes a alguma das três Forças e, em alguns casos, helicópteros que sobrevoavam a área do domicílio das vítimas.¹²³⁴

Um *habeas corpus* foi apresentado por sua tia, María Della Tello, mas os militantes jamais conseguiram retornar das celas da repressão. Trujillo também avalia, enquanto militante de RL, que em 1978 perde todo vínculo com a organização e decide sair do país.

Dos 12 desaparecidos listados pelo site *desaparecidos.org* de Resistência Libertária, só se tem informações concretas sobre nove destes. Entendendo a precariedade de se consultar tais dados, podemos chegar a parcas conclusões, sem tentar de maneira alguma, considerar tal

¹²³⁰ DÍZ; TRUJILLO, 2007b.

¹²³¹ TRUJILLO, 2003.

¹²³² Trabalhava na gráfica da Associação da Igreja Evangélica Metodista.

¹²³³ LA JUVENTUD POR LA LIBERACIÓN NACIONAL Y EL SOCIALISMO, 2016.

¹²³⁴ CONADEP, 1984, p. 9.

universo como algo definitivo. Dos doze desaparecidos, três são mulheres, correspondendo a 25% do total. Desconsiderando os três casos que não possuem informações concretas (Rita, Ernesto e Patricia) além de seu nome, a idade dos desaparecidos varia entre 22 a 40 anos. Do universo total (os nove) que podemos extrair algumas conclusões, sete podem ser caracterizados como jovens e dois destes não.

Abatida pela repressão e desarticulada em 1978, seu núcleo central foi capturado no norte de Buenos Aires, o que arrastou a desintegração das demais células da organização, que terminou militantes torturados, exilados, ou permanecendo ainda, oficialmente, como desaparecidos. No ano seguinte, mesmo as grandes organizações da luta armada argentina – como os Montoneros – já estavam praticamente derrotadas, o que não impediu a continuidade da repressão para o conjunto de opositores da ditadura militar.

Oficialmente RL conta com 12 militantes na angustiante categoria de desaparecidos: Rita Artabe (La Turca), Edison Oscar Cantero Freire (Melena), Fernando Díaz Cárdenas (Pata), Elsa Martínez de Ramírez (Elsa), Elvio Mellino (Yogurt), Raúl Olivera Cancela (el Flaco), Hernán Ramírez Achinelli (Pelado), Marcelo Tello (Negro), Pablo Tello (Bigote), Rafael Tello (El Rata), Ernesto (El Chino), Patricia (Pastilla). Esta lista foi baseada nos depoimentos e no trabalho incansável da lista de desaparecidos, baseada em testemunhos e evidências, aglutinadas na Comissão Nacional de Desaparecidos Políticos (CONADEP). Vimos entretanto, que os/as anarquistas vítimas de tortura e desaparecimento não se restringiram ao universo de Resistência Libertária, mas atingiram também militantes da FAU, da ROE e até mesmo, minoritariamente a FORA no território argentino. Ignorado pela historiografia, esse “arquipélago” de militantes anarquistas vítimas do aparato repressivo do estado Argentino, referenda-se como mais um grupo político objeto da sanha repressiva da máquina da ditadura argentina. Ignorando fronteiras e nacionalidades, tais forças de repressão golpearam o anarquismo sem necessariamente precisarem distingui-lo de outras ideologias políticas.

- Força e esperança: a resistência silenciosa (1973-1977)

O efeito da repressão generalizada, conjugada com as dificuldades próprias de se manter espaços políticos e culturais contra-hegemônicos funcionando neste período manteve os anarquistas num estado de semiclandestinidade. Semiclandestinidade porque se de fato não estavam sendo mais perseguidos “oficialmente”, expor-se politicamente neste contexto, era correr o risco de reincidir nas acusações anteriormente elencadas pelo poder judiciário.¹²³⁵ Havia uma leitura que aquele momento era de sobrevivência “perante o poderoso processo repressivo deflagrado pela ditadura”.¹²³⁶ Lembremos que além da consolidação dessa nova fase do sistema repressivo, a partir de 1972, a modernização capitalista e a contrarrevolução, estavam plenamente vitoriosas e demoraria mais alguns anos para a oposição armada ao regime ser completamente desbaratada.¹²³⁷ No campo econômico, até 1973, a “economia brasileira combinou altíssimas taxas de crescimento com inflação declinante” e o governo

¹²³⁵ Segundo James Scott, no simbolismo político da maioria das formas de dominação, está contido o “pressuposto implícito de que os subordinados se reúnem somente quando recebem autorização de seus superiores. Portanto qualquer reunião *não autorizada* [...], como veremos, se considera como uma ameaça em potencial.” SCOTT, 2000, p. 88.

¹²³⁶ LOPES, Milton apud DIAS, 2012, p. 2,

¹²³⁷ O termo contrarrevolução é utilizado pelo historiador Renato Lemos para se referir a um processo visto pelo longo prazo. A tese de Lemos é que a contrarrevolução preventiva é o elemento que conecta os tempos da história política brasileira no que diz respeito a crise do regime democrático e a instauração do regime ditatorial. LEMOS, 2014, p. 127.

surfava na onda do “milagre econômico”¹²³⁸, associando a derrota política da esquerda a vitória econômica – ainda que de *pirro* – do regime.¹²³⁹

Impedidos de manter seus espaços culturais e sua ação no movimento estudantil devido a repressão, os anarquistas se viam obrigados a manter a “chama” mínima do movimento acesa. O historiador James Scott, dissertando sobre as formas de resistência que fogem do olhar costumeiro dos pesquisadores, atenta para o que considera uma *infrapolítica*, fruto de contextos onde a “atividade política explícita está quase proibida”. A infrapolítica não é apenas fruto do contexto, mas também faz parte da escolha de determinados grupos políticos, segundo condições dadas em agir diante esse contextos. A resistência assim, “se reduz as redes informais da família, dos vizinhos, dos amigos, da comunidade, ao invés de adquirir uma organização formal”.¹²⁴⁰

Com base nas memórias do militante Milton Lopes, à época estudante, de 1972 a 1977 os anarquistas se concentraram em receber e orientar aqueles que se aproximavam a realizar propaganda pela editora Germinal¹²⁴¹ e no estudo e resgate da história do anarquismo.¹²⁴² Esse “recuo” tático foi fundamental para a rearticulação posterior. Os anarquistas do Rio de Janeiro e São Paulo criaram o Círculo Alfa de Estudos Históricos (CAEH), que começou a se reunir em 1972 e teve como objetivo, salvaguardar a memória histórica do movimento e preservar os materiais durante a ditadura militar.¹²⁴³

No caso do Rio de Janeiro, muitas das reuniões realizadas pelos anarquistas, ocorriam no apartamento de um dos processados e presos, o médico Ideal Peres e da militante anarquista Esther Redes, evitando assim possíveis agentes da repressão. Ideal tinha perdido seu emprego como médico no Hospital do Exército e passou por momentos muito delicados do ponto de vista psicológico e material.¹²⁴⁴ Segundo Milton Lopes, Esther Redes e Ideal Peres se esforçariam para tentar articular minimamente a juventude simpaticizante do anarquismo com vistas a criar uma rede organizativa.

As reuniões na casa de Ideal, apesar de não terem no imediato, gerado uma organização mínima e estável – desejo que remontava à décadas anteriores – permitiram a articulação silenciosa de seus militantes e a lenta reconstrução de seu campo político. Podemos afirmar que esse tipo de prática era uma forma *possível* de resistência realizada pelos anarquistas naquele momento.¹²⁴⁵ Segundo entrevista de Milton Lopes, quase todo domingo os anarquistas se reuniam no apartamento de Ideal Peres e de Esther Redes no que chamavam de “missa”.¹²⁴⁶ Nesse espaço figuras históricas e militantes mais novos do anarquismo participariam de reuniões com temas de estudo do anarquismo. Sobre as reuniões Milton guarda com carinho a participação de velhos militantes, entre eles, o Diamantino Augusto, que nas memórias de Milton, era seu “tipo inesquecível”. Diamantino, já de idade mais avançada que Ideal, Esther e os demais, teria participado de algumas reuniões

¹²³⁸ NAPOLITANO, 2014, p. 162.

¹²³⁹ Segundo Napolitano (2014, p. 164) além do aumento da concentração de renda a economia do país passava cada vez mais a depender de investimento estrangeiro.

¹²⁴⁰ SCOTT, 2004, p. 235.

¹²⁴¹ Outra editora, anterior a editora Germinal, foi a editora Mundo Livre. Segundo Edgar Rodrigues foi fundada em 29 de março de 1962 por iniciativa do CEPJO. RODRIGUES, 1993b, p. 34. Mas encontramos referências anteriores a editora. Segundo carta trocada entre Ideal Peres e um cotizador da editora, esta já tinha 4 anos de existência em fevereiro de 1965. O que se depreende que foi fundada nos primeiros anos de 1961.

¹²⁴² LOPES, Milton apud DIAS, 2012, pp. 1-2.

¹²⁴³ CÍRCULO ALFA DE ESTUDOS HISTÓRICOS, 2009.

¹²⁴⁴ CORRÊA, 2008.

¹²⁴⁵ “A infra-política é fundamentalmente a forma estratégica que deve tomar a resistência dos oprimidos em situações de perigo extremo”. SCOTT, 2004, p. 235, tradução nossa

¹²⁴⁶ Segundo Lopes era a “missa” do anarquismo. LOPES, Milton. Milton Lopes: depoimento [mai. 2015]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Rio de Janeiro, 2015. arquivo .mp3 (62 min.).

dominicais. Ideal teria contado aos mais jovens, a participação de Diamantino como trabalhador na Docca de Santos, nas décadas de 1910 e 1920. Segundo relato de Milton Lopes, Ideal contara que neste momento, “inaugurara-se a prática de caçar trabalhadores a laço (literalmente) e da entrega de carteiras policiais a pistoleiros para assassinar militantes”. Milton relata que, segundo Ideal, Diamantino Augusto “foi procurar um russo” que “o munuiu de uma máquina infernal”.¹²⁴⁷

A cena seguinte, como foi descrita por nosso anfitrião, poderia ser a primeira de um filme sobre o meu tipo inesquecível, que bem o merece ele. Durante uma madrugada, pouco antes do nascer do dia, lá se vai ele, pacote bem ajeitado debaixo do braço, pelas ruas desertas de Santos até a casa do famigerado doutor chefe de polícia. Ali chegando, deposita o embrulho e se retira, em passo normal, como qualquer transeunte. A uma certa distância, encontrando um botequim aberto, entra e pede uma média com pão e manteiga. Passado algum tempo, ouve-se o estrondo da explosão. Chegando á porta do estabelecimento, nosso personagem inquire as passantes que correm em várias direções: - "o que aconteceu ?" - "Colocaram uma bomba na casa do chefe de polícia". - É mesmo ? - perguntou, fingindo espanto.¹²⁴⁸

Milton Lopes afirmará que o contato com Diamantino Augusto ficou prejudicado nas próximas reuniões e

Depois disso, fiquei querendo retomar o contato com ele, chegando a adquirir um volume de Reclus em um "sebo" para lhe oferecer. Mas este novo encontro não foi possível. Ficou a memória de um grande lutador pela Idéia, que para mim foi sua própria encarnação, vinda do passado como um mensageiro e uma testemunha, ali naquela sala nos anos 70, em toda a sua força e esperança.

Percebe-se a importância da presença de velhos companheiros para a transposição (e apropriação) dos mais jovens de uma tradição de luta, de um determinado repertório. Contudo, a transposição de uma determinada tradição, inclusive com seus traços mais radicais, necessita de um contexto que albergue, uma base social mobilizada ou uma força social em potência. Esse contexto não existia com todas as suas linhas no período. Sobre a luta armada, Milton Lopes avaliava à época que o movimento anarquista existia em nível de sobrevivência e que tais ações eram completamente inviáveis naquele contexto.¹²⁴⁹ Apesar da empolgação de alguns mais novos pelas ações guerrilheiras relatadas por Milton Lopes durante a década de 70, Ideal Peres alertava sobre a necessidade de manter discricção, para que futuramente o anarquismo pudesse prosseguir sua trajetória política.¹²⁵⁰ Enquanto isso, a luta armada, nesse período já caminhava para um franco descenso e teria seus últimos focos,

¹²⁴⁷ LOPES, Milton. Meu tipo inesquecível. **Libera**. Rio de Janeiro, Janeiro/Fevereiro de 2002, n° 110.

¹²⁴⁸ Em entrevista realizada em 2015, Milton Lopes também contará esse mesmo relato.

¹²⁴⁹ Idem.

¹²⁵⁰ Sabemos que os depoimentos sempre sofrem modificações da memória em sua formulação. Porém, comparando o depoimento dado por Milton Lopes e a atuação de Ideal Peres (documentada por outros suportes) não vemos nenhuma divergência que possa sugerir interferência da memória. Acreditamos que Ideal Peres tinha a noção de que seu trabalho naquele período era o de manter o anarquismo minimamente vivo e transmitir o seu legado político para uma próxima geração.

derrotados em 1974.¹²⁵¹ A repressão também mudava de tática e passava a realizar desaparecimentos forçados.¹²⁵²

A avaliação de Ideal, diante a desarticulação do MEL, do esvaziamento de qualquer ação sindical anarquista e do fechamento de seus espaços culturais se baseava na perspectiva de que era impossível realizar uma ação violenta sem ampla base social. Ainda que qualquer avaliação prospectiva careça de rigor histórico, pode-se afirmar que uma decisão equivocada poderia ter significado a destruição completa do anarquismo no Brasil, em seu momento mais difícil. Em São Paulo, um espaço que garantiria a sociabilidade e encontro dos anarquistas nesse período foi o “Nosso Sítio”, local, que nosso depoente também chegou a visitar algumas vezes. O Nosso Sítio foi fundamental para realizar reuniões seguras e albergar companheiros e materiais de patrimônio do anarquismo no Rio de Janeiro e São Paulo.

Milton afirma ter optado por tentar articular um grupo libertário dentro de determinados espaços sociais. Neste sentido, participou da formação de um Diretório Acadêmico, intitulado Wladimir Herzog na sua faculdade.

Ainda assim havia uma comunicação permanente do anarquismo com o exterior, que era mantida com grande cautela, após os desdobramentos de 1972.¹²⁵³ Segundo Milton Lopes, essas reuniões ocorreram durante anos e algumas iniciativas de mapeamento de possíveis trabalhos de inserção social foram “testadas” pelos anarquistas, mas sem grande sucesso em nenhum tipo de trabalho prático. Havia segundo Milton, uma sensação de temor diante as possibilidades da repressão e cultivo de critérios de segurança durante essas reuniões.

Isso só mudaria com o aparecimento de um jornal anarquista em plena ditadura militar.

– Imprensa, sindicalismo e o debate da violência revolucionária no anarquismo brasileiro

O primeiro jornal a retomar a imprensa anarquista depois da prisão e absolvição de anarquistas do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro será o *O Inimigo do Rei*. O jornal foi lançado em 1977 por estudantes baianos que aderiram ao anarquismo na onda das manifestações estudantis. Segundo Simões o jornal surge do embate de estudantes da Universidade Federal da Bahia com outras correntes políticas de esquerda e nasce – assim como no caso da nova geração do anarquismo argentino –, sem relação direta com a “velha guarda” do anarquismo.¹²⁵⁴ Segundo depoimento de Toni Pacheco (um dos fundadores do IR) e colhido pelo historiador João Henrique Oliveira, o jornal “nasceu como um panfleto mimeografado”, lançado na UFBA intitulado *Fantasma da Liberdade*.¹²⁵⁵ O sucesso deste panfleto, ainda segundo Oliveira, fez com que a ideia de IR nascesse. Como apontado pelo historiador Marco Napolitano, à partir de 1977, as energias do movimento estudantil se voltaram para a “reconstrução das suas entidades”.¹²⁵⁶

O jornal surge neste contexto e numa disputa de uma chapa de estudantes de filosofia na universidade baiana e propõe já em sua primeira edição uma Federação Libertária Estudantil, tentando resgatar uma ideia desarticulada com a repressão sofrida pelo MEL. A

¹²⁵¹ A escolha de um repertório, nas palavras de Charles Tilly se ampara sempre nas formas de ação bem sucedidas e subtrai as menos eficientes. Neste caso, a eficiência das ações armadas era avaliada pelos anarquistas mais velhos como inviável nesse curto contexto. TILLY, 1978, p. 23.

¹²⁵² TELES, 2013, p. 14.

¹²⁵³ Segundo Milton Lopes, Ideal Peres escondia os materiais recebidos dentro de um Fusca, que ficava estacionado num prédio em que trabalhava o anarquista Diamantino Augusto. LOPES, 2015.

¹²⁵⁴ SIMÕES, 2007, pp. 168-169.

¹²⁵⁵ OLIVEIRA, 2007, p. 152.

¹²⁵⁶ NAPOLITANO, 2014, p. 261.

proposta dos anarquistas era modesta, mas ousada e aproveitava o processo de “distensão” planejado pelo regime. Segundo Napolitano (2014) a “abertura, dentro da concepção palaciana, era sinônimo de institucionalização da exceção, descompressão pontual, restrita e tática”¹²⁵⁷ O governo Geisel “sabia que o aparato policesco de repressão era insuficiente e arriscado para tutelar o sistema político”.¹²⁵⁸ Somado a isto, os movimentos sociais atuavam como fator de pressão, para que esta agenda fosse realmente efetivada. Mas os tempos, ainda pareciam turvos e a redemocratização era uma imagem nada garantida na paisagem. O regime se complicava, com “a convergência entre a oposição das entidades civis, o partido de oposição e o protesto das ruas”.¹²⁵⁹

No início de maio, estudantes marcharam do Largo São Francisco para a Praça da República em São Paulo. A tropa de choque barrou os estudantes e estes leram um manifesto exigindo o fim às torturas, prisões e perseguições políticas, assim como, anistia a todos os presos, banidos e exilados.¹²⁶⁰ Segundo Napolitano (2014) esse movimento não surgiu do nada, mesmo nas fases mais repressivas do regime, este nunca deixou de atuar, mesmo restrito aos *campi* universitários e diretórios acadêmicos.¹²⁶¹ As passeatas estudantis de São Paulo transbordaram para outras cidades. Uma passeata no dia 19 de maio terminou com os estudantes sendo reprimidos pela polícia e se protegendo dentro da faculdade de Direito da USP. Manifestações estudantis ocorridas em Porto Alegre e Salvador eram respondidas pelo governo com a ameaçada do “fechamento”.¹²⁶² O III Encontro Nacional dos Estudantes, ocorrido na PUC, terminou com 90 estudantes presos e quatro feridos. Napolitano afirma que a invasão da PUC “diminuiu o ímpeto das passeatas estudantis, por outro reforçou os elos da causa estudantil, que no limite se confundia com a própria causa democrática”.¹²⁶³

Ao lançarem o jornal *O Inimigo do Rei*, os anarquistas faziam um cálculo político arriscado, mas aproveitavam as brechas que o momento lhes dava. Paralelamente, levantavam a falta de participação popular nesse debate da redemocratização, afirmando que “o povo, é mantido ao largo das decisões”.

Todos arquitetam a ‘redemocratização’ do país como se nós já tivéssemos vivido alguma vez numa democracia’. Portanto, deve-se ser sincero pelo menos no vocabulário, já que os atos nunca o são. Se houver, haverá democratização. Mas tudo à revelia do povo. [...] A democracia brasileira será outorgada como tudo de resto em nossa história: independência, república etc.¹²⁶⁴

O fio condutor que ligava as gerações de anarquistas e sua reflexão histórica, no interior do movimento, parecia lhes dar certa razão – ao menos parcial – de que para estes, a democracia nunca os poupava. Sintonzavam-se em grande medida com as opiniões do movimento estudantil, de “apontar os limites da chamada ‘abertura’”.¹²⁶⁵

A análise dos anarquistas articulados em *O Inimigo do Rei* era a de que os diretórios acadêmicos são “altamente dependentes da direção e dos colegiados de curso, quem determina e controla suas eleições e seu funcionamento em geral”. Esse tipo de organização segundo IR “possui todos os instrumentos de alienação do estudante” e “prejudica em muito o

¹²⁵⁷ Ibid, p. 234.

¹²⁵⁸ Idem.

¹²⁵⁹ Ibid, p. 266.

¹²⁶⁰ NAPOLITANO, 2014, pp 257-258.

¹²⁶¹ Ibid, p. 258.

¹²⁶² NAPOLITANO, 2014, p. 260.

¹²⁶³ Idem.

¹²⁶⁴ UNCLE Sam is coming. *O Inimigo do Rei*, Bahia, Outubro de 1977, nº1, p. 09.

¹²⁶⁵ NAPOLITANO, 2014, pp. 261-262.

movimento”. Propunham como solução “a criação de alguma espécie de órgão independente” que organize-se à partir de “grupos e curso” e seja “aberta a todos os estudantes” com “ampla participação, aliada ao mínimo de controle”. Apesar de certas limitações ao anarquismo no período, IR não propunha uma organização apenas por um debate abstrato, o modesto grupo, nascia com a adesão de quatro grupos estudantis: “Fantasma da Liberdade (filosofia), Fim de Festa, Um Estranho no Ninho (economia) e Ovelha Negra”.¹²⁶⁶

O contexto de surgimento do jornal está relacionado com uma nova fase conjuntural, onde os elementos contraculturais possuem grande peso no movimento estudantil¹²⁶⁷, o que é determinante para modificar o léxico e as práticas discursivas desse periódico.¹²⁶⁸ E o *Inimigo do Rei* aceitava essa influência de bom-grado. Além disso, baseando-nos no trabalho de João Roberto Martins Filho a geração estudantil que irrompe nas manifestações estudantis de 1970 e 1977 representa não apenas uma mudança na cultura política do movimento estudantil daquele período, mas nas formas de produção cultural instaladas pelo regime.¹²⁶⁹ Renato Ramos, que participou da distribuição do jornal, diz que o IR trouxe inovações. Se comparado a imprensa anterior

veio como uma coisa completamente nova. Era um jornal anarquista falando sobre homossexualismo, sobre movimento negro, falando de tabus até para anarquistas. Inclusive esses temas causaram problemas com alguns militantes anarquistas mais antigos, como o Edgar Rodrigues.¹²⁷⁰

O pesquisador João Henrique de Oliveira também atesta essa inovação trazida pelo jornal ao afirmar que há um “prolífico diálogo entre a agenda da contracultura e a longa tradição de lutas operárias de esquerda”.¹²⁷¹ Com base no afirmado por Oliveira podemos tecer outras considerações sobre o tema e que julgamos serem complementares ao que este pesquisador em sua análise, aprofundou. Decerto, o IR trouxe inovações a imprensa anarquista, mas não seria correto afirmar – segundo uma determinada memória do anarquismo – que este jornal é uma ruptura completa com o discurso anarquista. Em nossa percepção, dois fatores fizeram com que o IR fosse visto como algo completamente distinto dos periódicos anteriores. Primeiro, uma falsa ideia de que há um “ressurgimento” completo do anarquismo durante os anos 70, tese, que demonstramos em outros trabalhos, não se aplicar no Brasil e se ancora mais em certa memória do que em dados históricos. Em segundo, o desconhecimento ou ocultamento da imprensa anarquista anterior. Como vimos anteriormente, *Dealbar* já traz alguns elementos que estão presentes em IR, tais como a ironia, a importância da cultura, o uso de fontes garrafais e chamativas, o debate do racismo, ainda que em menor grau e sofisticação. A permanência deste fio condutor não pode ser ignorada, afinal, “numa mesma época podem coexistir elementos pertencentes a eras [...] diferentes”.¹²⁷² Contudo é evidente

¹²⁶⁶ FEDERAÇÃO LIVRE: Uma saída para o Movimento Estudantil. *O Inimigo do Rei*, Bahia, Outubro de 1977, nº1, p. 10.

¹²⁶⁷ Segundo o historiador João Henrique de Oliveira, *O Inimigo do Rei* era um “jornal simultaneamente militante e bem humorado, engajado e desbocado, que exalava um inconfundível perfume contracultural, trazendo em suas páginas desde textos falando sobre os mártires de Chicago até matérias sobre sexualidade e maconha.

¹²⁶⁸ Em entrevista ao militante Ricardo Liper, segundo Eliene Nunes e Carlos Baqueiro, o que o jornal *O Inimigo do Rei* fez, foi pegar a linguagem da imprensa nanica e radicalizá-la.

¹²⁶⁹ Apud TOLEDO, 2014, p. 95.

¹²⁷⁰ BAQUEIRO, 2007.

¹²⁷¹ OLIVEIRA, João Henrique de. “VOCÊ PODE FUMAR BASEADO...”: A contracultura nas páginas de *O Inimigo do Rei* In BAQUEIRO; NUNES, s/d, p. 21.

¹²⁷² Pierre Bourdieu se refere ao pensamento de um mesmo autor. Mas pensamos que isto se aplica facilmente ao campo político anarquista. Cujas passagens no tempo, deve atualizar certas “camadas” e preservar outras,

que o universo político do Inimigo do Rei, ao menos em sua primeira fase tem uma forte marca estudantil e contracultural, onde a linguagem classista está em segundo plano.

Outra iniciativa que merece ser mencionada é a fundação da Editora Achiamé, em 1978. A editora foi criada por Robson Achiamé. Ligado ao mercado editorial desde cedo e formado em Letras pela Universidade Federal Fluminense, Robson tomou seu primeiro contato com anarquismo dentro do colégio Pedro II, num grupo de estudos de filosofia formado pelos próprios estudantes¹²⁷³. Segundo o depoimento de Robson, tal ligação com o anarquismo ficou adormecida. Após sua saída do cargo de editor na Fundação Getúlio Vargas (FGV), decidiu montar “uma editora para publicar os autores nacionais que não tem voz dentro das editoras convencionais”¹²⁷⁴. Começou editando livros de antropologia, literatura, socialismo, mas gradativamente o anarquismo foi ganhando maior espaço em suas publicações. A editora Achiamé se insere no conceito de editoras de oposição¹²⁷⁵. Essas editoras, segundo o pesquisador Flamarion Maués uniam “ação editorial e engajamento político”¹²⁷⁶, sendo de diferentes tamanhos e possuindo distintas histórias. Enquanto a censura era forte no rádio, na televisão, no cinema e na música, havia em relação a literatura mais elasticidade¹²⁷⁷, o que facilitou o trabalho dessas editoras de oposição¹²⁷⁸. Segundo o pesquisador estas editoras, vistas em conjunto, foram importantes para formar uma *disseminação ampla*. Esse conjunto contribuiu para ampliação de materiais impressos, tendo consequências intelectuais, políticas e culturais¹²⁷⁹ para o período citado. No campo anarquista, tais consequências da publicação de títulos libertários foram importantes para sua recomposição.

No caso do movimento estudantil, o jornal IR seguiu com as discussões da FLE no ano de 1978, aproveitando seu breve ascenso. Em seu segundo jornal, a FLE afirmaria que

o sistema universitário completamente subordinado ao poder central – o Estado – e aos interesses dos grupos dominantes da sociedade, funciona obviamente, de acordo com os desejos daqueles que detém o Poder. Com efeito a instituição universitária é uma instituição de classe.¹²⁸⁰

Como contraponto a isto, a FLE defenderá a autogestão, retomando a ideia das ocupações dos “locais de trabalho”, das “ruas e praças, nas fábricas, nas escolas, etc.” A autogestão seria compreendida como “a administração e organização da vida social pela coletividade (autogestão social).”¹²⁸¹ A universidade é entendida apenas como mais um “nível” onde se poderia aplicar a autogestão. Defendem a criação de “comitês de base – sem chefias, nem imposições”.

A autogestão estudantil seria, cada vez mais, a maior e permanente participação de nós estudantes nas questões que nos dizem respeito: horários, normas, currículos, exames, professores, etc. Todas essas coisas são nos

mantendo o seu campo político em funcionamento. É a forma com que fazem isto, que pode fazer a diferença num determinado contexto. BOURDIEU, 2002, p. 208.

¹²⁷³ Segundo depoimento de Robson Achiamé, seu primeiro contato com o anarquismo foi com o livro *Amor Livre*, de Charles Albert.

¹²⁷⁴ Robson Achiamé conversando com Augusto Acácio.

¹²⁷⁵ MAUÉS, 2013, p.26

¹²⁷⁶ Ibid, p. 27.

¹²⁷⁷ BRANDÃO, Ignácio Loyola de apud MAUÉS, 2013, p. 12.

¹²⁷⁸ Isso não quer dizer que essas editoras não tiveram problemas com os aparatos de repressão, mas que possuíam uma margem de manobra maior do que os demais canais de comunicação.

¹²⁷⁹ Ibid, p. 31.

¹²⁸⁰ FEDERAÇÃO LIVRE: Uma opção autogestionária. **O Inimigo do Rei**, Bahia, Maio de 1978, nº2, p. 8.

¹²⁸¹ Idem.

impostas: currículos e disciplinas impostas, professores também, desonestidade intelectual, norma, leis, restrições e mais restrições que nos submetem que nos restringem, sem ao menos termos direito de protestar. A autogestão estudantil seria, então, a forma de termos permanentemente em nossas mãos, o poder de decisão, de organização, de transformação de instituição universitária, sem nenhuma interferência, nem ingerência dos grupos de pressão, no qual o Estado tem o papel principal.¹²⁸²

Defenderão igualmente a defesa das pautas do movimento negro, dos homossexuais, das mulheres, dos dissidentes entendendo que é um “engano achar que são movimentos marginais, de uma minoria, pois em número constituem a maioria das pessoas”.¹²⁸³ Em relação aos partidos políticos dirão que “quem se filia a qualquer dos dois partidos, Arena ou MDB, está em verdade emprestando um ar de democracia onde só existe arbítrio”.¹²⁸⁴ No mesmo ano, mas em outro número, um participante do jornal afirmará que “colocam para dentro da Universidade, estruturas sociais também autoritárias, como, por exemplo, as formas eleitoreiras dos partidos oficiais, no caso a Arena e o MDB”. Entendia que a adoção de determinados modelos, reproduzia uma espécie de parlamentarismo no movimento estudantil. Por isso defende “aos estudantes, lutas através de suas federações, aos operários, lutas através de seus sindicatos”.¹²⁸⁵

Cabe afirmar que a FLE assumirá o sindicalismo como uma ferramenta de luta. Não há nenhum discurso “antisindical”, mas a incorporação (pela FLE e pelo IR) de “novos temas que emergiram à partir das contestações às autoridades na década de 60 e 70”.¹²⁸⁶ Para a FLE o “sindicato é a organização operária por excelência. Muito mais que qualquer partido, o sindicato conta com o concurso dos trabalhadores.”¹²⁸⁷ A FLE defenderá o sindicalismo revolucionário como ferramenta de luta. Compreendendo que o sindicato luta pela “melhoria das condições de vida dos operários. Pelo controle democrático da sociedade. Pela implantação do socialismo no caso do sindicalismo revolucionário.”¹²⁸⁸ Defenderão que a função do proletariado é a de “recuperar o sindicato para sua verdadeira finalidade: a defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores para sua própria emancipação”.¹²⁸⁹ Cabe afirmar, que esse suposto “discurso clássico” vinha não dos anarquistas mais “velhos”, mas sim, da juventude libertária da FLE. A atualização das premissas anarquistas conjugava a lógica do sindicalismo revolucionário aplicado ao movimento estudantil, com temas novos, fruto evidente do contexto.

Primeiramente, de fato, como vimos, *O Inimigo do Rei* possui um grande cabedal tomado do contexto contracultural que caracteriza as publicações nancas desse período. Mas não devemos ressaltar demasiadamente tais práticas da contracultura em detrimento da presença de outras estratégias anarquistas e espaços de inserção de seus militantes, tais como a ação sindical e estudantil. Ambas coexistiam ora de modo conflituoso, ora de maneira complementar. Para fundamentar melhor o que estamos dizendo, tomemos como exemplo, uma das matérias de *O Inimigo do Rei*, um classificado que dizia que a redação do jornal desejava comprar uma ilha para realizar uma comunidade paradisíaca. Segundo depoimento

¹²⁸² Idem.

¹²⁸³ Idem. Em relação ao movimento negro cabe reforçar que diversas organizações negras surgiram durante esse período em diferentes cidades, como aponta Amílcar Pereira e Agenor Neto (2018, p. 66).

¹²⁸⁴ Idem.

¹²⁸⁵ ROSA, Sebastião Santa. Calma garotos, saberemos a hora. **O Inimigo do Rei**, Bahia, Setembro/Outubro de 1978, nº3, p. 5.

¹²⁸⁶ SIMÕES, 2007, p. 178.

¹²⁸⁷ FEDERAÇÃO LIVRE: Uma opção autogestionária. **O Inimigo do Rei**, Bahia, Maio de 1978, nº2, p. 8.

¹²⁸⁸ Idem.

¹²⁸⁹ Idem.

de Milton Lopes, Ideal Peres criticou o anúncio veiculado pelos estudantes do *O Inimigo do Rei*, ao caso, que estes responderam que não desejavam de fato, optar por uma ação de formar uma comunidade alternativa, mas sim, que o anúncio era apenas uma estratégia para aglutinar anarquistas.¹²⁹⁰ Aumentando a lupa histórica, percebemos que o que aparentemente seria fruto de um “espírito” contracultural, era na realidade uma estratégia organizativa.

Em maio de 1978 estoura a greve operária em São Bernardo do Campo, “onde quase 2 mil operários da Saab-Scania cruzaram os braços. O que seria mais uma greve localizada em uma empresa, tipo de movimento até tolerado pelos militares [...] transformou-se em uma greve massiva”.¹²⁹¹ No dia seguinte, a greve atingiu 40 mil operários e apesar da greve ter sido derrotada, o governo se via isolado.¹²⁹²

Em carta de um leitor, enviada ao jornal, podemos observar que a experiência da FLE e o ambiente favorável das mobilizações influenciavam intenções sindicais com perspectiva de base pelos anarquistas. O leitor Miranda comentará que

em termos de organização de classe, os estudantes de Salvador estão a dar um exemplo de muita independência, ao criarem sua Federação Livre Estudantil, desvinculada do autoritarismo das entidades oficiais ou para oficiais. [...] Dentro do mesmo raciocínio acreditamos que os jornalistas independentes devem partir para a fundação de seu próprio núcleo sindical livre, desvinculados do peleguismo do Ministério do Trabalho e do neopeleguismo representado por ‘lideranças’ nascidas nos últimos tempos em função de velhos jargões de uma autodenominada esquerda, cada vez mais esclerosada.¹²⁹³

Ensaia-se assim, uma proposta de reorganização, ainda que no campo das intenções dentro do mundo sindical. O leitor afirmaria uma determinada intenção de “programa sindical” que:

Tal proposta implica em: combater o Imposto Sindical vinculação econômica do sindicalismo com o Ministério do Trabalho; partir para as comissões de base, em locais de trabalho, formando-se frente pelas bases, denunciando-se toda e qualquer tentativa de “frentismo” de cima para baixo; negociação indireta entre patrões e empregados sem a interferência nefasta do Estado e fora dos esquemas monopolistas de lideranças autoritárias; vinculação das reivindicações econômicas, de caráter imediato, às reivindicações políticas de caráter geral, imprescindíveis à mudanças em profundidade na sociedade em que vivemos.¹²⁹⁴

Os anseios do leitor Miranda plasmavam-se em 1979 em iniciativas mais concretas que caminhavam abertamente em direção ao mundo sindical. A organização da FLE transbordava o mundo estudantil e atingia o mundo sindical. O jornal IR acompanhava essa empolgação e mudava seu aspecto gráfico, ganhando cores e um *design* mais moderno.

Para os editores do jornal o que era um tabloide estudantil, hoje amplia seu raio de ação. De um sindicato vai a outro. Estende as mãos aos trabalhadores gráficos para que

¹²⁹⁰ LOPES, Milton. Milton Lopes: depoimento [mai. 2015]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Rio de Janeiro, 2015. arquivo .mp3 (62 min.).

¹²⁹¹ NAPOLITANO, 2014, p. 275.

¹²⁹² Idem.

¹²⁹³ MIRANDA, A.A.V. *O Inimigo do Rei*, Bahia, Setembro/Outubro de 1978, nº3, p. 8. Cartas.

¹²⁹⁴ Idem.

voltem a dialogar com seus companheiros Jornalistas.”¹²⁹⁵ A tática utilizada pelos militantes da FLE abusou da criatividade. Circularam uma espécie de enquete na categoria dos jornalistas em Salvador sobre as condições de trabalho e o mundo sindical e publicaram algumas das respostas ao formulário no próprio jornal. Criavam assim, uma identidade entre os seus leitores e o jornal e faziam deste, uma ferramenta de organização da categoria. Essa ação nasceu dos próprios estudantes, que segundo consta em IR, “já trabalham como estagiários nos jornais de Salvador” e logo teve a adesão de outros nomes. Desta forma, comissões de empresas foram formadas à partir do local de trabalho e 16 nomes de diversas redações foram os mais votados. Segundo o jornal

Refletindo a realidade de cada local de trabalho, as comissões encontram pela frente uma série de tarefas que vão desde a luta salarial imediata até a criação de uma entidade de classe para os jornalistas.¹²⁹⁶

Os anarquistas avaliavam que o momento no Brasil era de “tentativa de renascimento das bases sindicais” e que isso dava motivo para se “refletir sobre as condições, formas e táticas das ações dos trabalhadores organizados”.¹²⁹⁷ Esse texto é importante, pois será nesse artigo que certa concepção sindical será defendida no jornal. Para estes, “o sindicato é um movimento das classes trabalhadoras. Por isso, o sindicato constitui a base da solidariedade no conflito dos operários contra os patrões”. O sindicato é entendido também como “modelo para o futuro, apresentando-se como uma via de profundas transformações socioeconômicas”. Este artigo reveste-se de importância cabal para compreensão da estratégia política adotada em sua maioria pelo anarquismo do período. Há uma ruptura discursiva abrupta ao longo do texto, que do tema do sindicato, passa a falar sobre a tática insurrecionalista no anarquismo.

Neste artigo os anarquistas rejeitam o “terrorismo individualista” e “atos individuais de propaganda pela ação”. Rejeitam “a conexão popular feita entre anarquismo com os autores de um certo tipo de violências criminosas”. Aceitando a violência apenas num contexto de massas, afirmam que

É no movimento sindical organizado que melhor se percebe a batalha entre o comunismo e o anarquismo. O terrorismo individual é diluído dentro das bases das novas formas e táticas sindicais.¹²⁹⁸

Apesar de não usarem explicitamente a palavra sindicalismo revolucionário, defenderão esta estratégia de massas afirmando que

Foi porém, na França que se desenvolveu aquilo que serviria de modelo para uma nova forma e tática da possibilidade de ação pelos sindicatos [...], principalmente na época em que Fernand Pelloutier foi indigitado (sic) para secretário-geral da Fédération des Bourses du Travail, a organização sindical caracterizou-se por uma doutrina de ação industrial diretamente independente de quaisquer partidos políticos.¹²⁹⁹

Considerarão que

¹²⁹⁵ NERO e as Vozes de Barcelona. **O Inimigo do Rei**, Bahia, Fevereiro/Março de 1978, nº4, p. 2.

¹²⁹⁶ SINDICALISMO e Terrorismo Individual. **O Inimigo do Rei**, Bahia, Fevereiro/Março de 1978, nº4, p. 4.

¹²⁹⁷ JORNALISMO: Das comissões de empresa à nova organização de classe. **O Inimigo do Rei**, Bahia, Fevereiro/Março de 1978, nº4, p. 4.

¹²⁹⁸ Idem.

¹²⁹⁹ Idem.

Assim, a diretriz da organização dos trabalhadores, servindo de padrão para uma futura reorganização da sociedade na base do controle da indústria pelos operários, vê-se perante um programa básico de educação da classe trabalhadora, e o sindicato, autogerido pelos próprios trabalhadores, um centro não só de contestação mas de estudo onde o operário possa refletir sobre sua condição, discutir os elementos do problema econômico, no objetivo de mentalizá-los na libertação a que tem direito.¹³⁰⁰

Contrariando as teses de um setor da pesquisa sobre o anarquismo, que dissocia de modo artificial a tática do sindicalismo revolucionário do anarquismo, os anarquistas concluem que esta é

Uma nova concepção do sindicato - ideias de Proudhon (sic), Bakunin, Kropotkin etc., lavadas (sic) as suas conclusões naturais.¹³⁰¹

Em alguns momentos, o jornal trata o termo sindicalismo revolucionário como sinônimo de anarcossindicalismo ou o chama como sindicalismo livre, mas a rigor, o que o IR está efetivamente defendendo neste momento é o modelo sindicalista revolucionário. Há simpatia tanto pelo anarcossindicalismo da CNT, quanto pelo sindicalismo revolucionário protagonizado pelos anarquistas em outras partes do mundo, como atestam, as variadas matérias sobre o tema. Não há neste sentido, nenhuma ruptura com a ação sindical, pelo contrário, tais ações são encaradas como parte fundamental da tradição anarquista. Será com a participação mais ativa do pesquisador autodidata Edgar Rodrigues no jornal, que o conceito de anarcossindicalismo passa a ser defendido mais abertamente e também usado indiretamente¹³⁰² ou diretamente¹³⁰³ para se referir a estratégia sindical dos sindicatos com influência do anarquismo no início do século XX. À partir das publicações das resenhas críticas, pode-se acompanhar igualmente a análise anarquista (e a influência dessas leituras) sobre os variados livros sobre a história do movimento operário do início do século. Curiosamente, muitas das afirmações críticas realizadas pelos anarquistas no início dos anos 80, seriam retomadas em pesquisas acadêmicas décadas mais tarde, como o fato – largamente comprovado – da presença e força do sindicalismo vinculado ao anarquismo mesmo após a data de fundação do PCB em 1922.¹³⁰⁴ Os anarquistas farão resenhas críticas do livro *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário* de Sheldon Leslie Maram, do livro de Edgar Carone *Trabalho e Conflito e Alvorada Operária*, do clássico de Foster Dulles. Também realizarão resenhas do livro de Caio Túlio Costa, *O que é anarquismo* – recomendado mas com críticas – e nesta resenha fazem críticas ao trabalho de James Joll, Woodcock e Avrich. Em outros trabalhos já afirmamos que é necessário compreender o anarquismo não apenas pelas suas práticas políticas, mas também inserir como fontes do trabalho histórico, os livros, lidos, interpretados e/ou produzidos pela sua militância nos contextos históricos concretos. Este método procura corrigir dois extremos – que a historiografia sobre o tema costuma incorrer – a primeira é o de realizar uma história das ideias políticas desvinculada das ações

¹³⁰⁰ Idem.

¹³⁰¹ Idem.

¹³⁰² RODRIGUES, Edgar. Sindicalismo no Brasil: ontem e hoje. **O Inimigo do Rei**, Bahia, Novembro/Dezembro de 1979, nº8, p. 8.

¹³⁰³ Edgar Rodrigues afirmará que as greves de 1917 foram anarco-sindicalistas, quando na realidade, as greves foram realizadas pelo sindicalismo revolucionário com participação e protagonismo anarquista. Cf. RODRIGUES, Edgar. Baixou aqui messias dispostos a salvar os trabalhadores. **O Inimigo do Rei**, Bahia, Março/Abril de 1980, nº10, p. 16.

¹³⁰⁴ Um trabalho pioneiro neste sentido é o de Raquel Azevedo, publicado originalmente em meados dos anos 90. AZEVEDO, 2002.

concretas.¹³⁰⁵ A segunda é sob o uso do conceito de *experiência de classe* thompsoniano ignorar, as molduras políticas que enquadravam parte dessa experiência, molduras estas produzidas por certa sistematização intelectual da própria militância ou com referência a determinadas leituras (anarquistas ou não).

O debate sindical fazia todo sentido diante a mobilização sindical por comissões de fábricas que teve como maior exemplo no período, o movimento grevista do ABC paulista. O movimento sindical ensaiava iniciativas e reorganização, assim como, o movimento estudantil. Debater teoricamente e historicamente o sindicalismo no Brasil e as estratégias anarquistas se articulava com uma necessidade de orientar a prática política no caminho mais adequado. Neste sentido, a quinta edição de *Inimigo do Rei*, abriria maior espaço para o debate sindical e estudantil. Num longo artigo, reproduziriam diversos trechos de um debate organizado pela revista *CARA A CARA*, do Centro de Estudos Everardo Dias, “dedicada exclusivamente à expressão dos próprios trabalhadores”.

Num debate que “se prolongou por 5 horas, reunindo Jacó Bittar, presidente dos petroleiros de Campinas e Paulínia e membros das oposições sindicais dos metalúrgicos de S.P. – Bigode (Cândido Hilário), pela chapa 2 Renovação e Hélio Bombardo com três representantes: Nazaré, Baixinho e Zé Pedro. Ainda com ligeiras intervenções de São Paulo da Chapa 2 Paulo Moura, Manoel Ferreira Lima e Valter Schiavon.¹³⁰⁶

A escolha de determinados trechos desse debate não são fortuitas. Os anarquistas “recortarão” e colocarão no jornal, as posições sobre o “papel do sindicato revolucionário no período pré-revolucionário”, a tese de que sindicatos revolucionários e conselhos “são complementares” e a necessidade de se adotar uma posição, que veja nos conselhos operários um possível substituto do poder estatal.¹³⁰⁷ Para Mendonça e Onofre, militantes de Porto Alegre, o relato feito neste debate é “bastante profundo” e só um “amplo debate poderá precisar melhor o que se está entendendo por luta política e econômica, mas é evidente que uma coisa não se separa da outra”.¹³⁰⁸ Para estes, essa “discussão como se pode ver é atual, ela se dá hoje e é fundamental para a orientação da intervenção no processo em que vivemos”. Para estes,

Tentar colocar hoje a discussão de uma organização sindical que amplia a luta dos trabalhadores, não é um dever apenas, é uma obrigação que toca a todos os interessados na emancipação dos trabalhadores. Nos interessados numa sociedade mais justa e mais humana para todos.¹³⁰⁹

No mesmo número, difundirão os conceitos de exploração, alienação e dominação. Entendendo a exploração quando os “trabalhadores vendem sua força de trabalho” e não recebem “o fruto de seu trabalho, mas um simulacro a que se denomina salário”. A alienação é compreendida como “o modo de experiência em que a pessoa não se sente como a criadora de

¹³⁰⁵ Este é o caso de certa historiografia militante contemporânea vinculada ao bakuninismo, que vê a trajetória do anarquismo como uma ideia que nasce com Bakunin e é desvirtuada por outros teóricos *revisionistas*. Magicamente a desvirtuação é realizada – segundo esse novo idealismo – à partir da produção dos teóricos anarco-comunistas. Não há uma análise profunda por exemplo, da recepção dos teóricos ditos *revisionistas* na realidade. Entender o anarquismo na história seria compreender a trajetória dos seus teóricos.

¹³⁰⁶ MENDONÇA, Vitor; ONOFRE, José. Operários fecham as fábricas. **O Inimigo do Rei**, Bahia, Abril/Maio de 1979, nº5, p. 5.

¹³⁰⁷ Idem.

¹³⁰⁸ Idem.

¹³⁰⁹ Idem.

seus atos e passa a projetar em objetos externos e instituições de seu próprio poder”. A dominação é entendida quando os “patrões, quer sejam os diretores possuidores ou representantes do capital, detém toda a autoridade e o poder de mando”.¹³¹⁰ Por isso, para estes, construir a autogestão libertária é “suprimir a exploração, (...) lutar contra a alienação, por fim à dominação de uma maioria por uma minoria”.¹³¹¹ O conceito de autogestão é uma espécie de conceito carro-chefe, que aparecerá em diversas edições deste jornal. IR divulgará textos sindicais que seus militantes consideram próximos do ideário do sindicalismo revolucionário. Um texto da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, de 15 de dezembro de 1979 figurará as páginas de sua décima edição. Maurício Tragtenberg, à época um colaborador do IR, professor da FGV e da UNICAMP, escreverá o texto “fascismo proletário”, analisando o bárbaro espancamento que membros da Oposição Metalúrgica sofreram diante uma disputa sindical.

O conceito de autogestão aplicado ao mundo sindical, também seria utilizado pela FLE dentro da UNE. No jornal número 06, uma foto estamparia o artigo “O Fantasma da Liberdade ronda a UNE, Ameaçador”. A foto trazia alguns estudantes vinculados a FLE com uma faixa onde lia-se: “-FLE- Por uma UNE Autogestionária”. A foto referia-se ao encerramento do 31º congresso da UNE, realizado em Salvador e que reuniu quase 10 mil estudantes. A avaliação do congresso pela FLE afirmava que “o Congresso foi a oportunidade para que o pensamento libertário dos estudantes brasileiros encontrasse um momento para deflagrar a guerra ao autoritarismo”. Os anarquistas da FLE de Salvador distribuíram um panfleto intitulado “Abaixo o conchavo”, onde denunciavam os “métodos ortodoxos e ultrapassados impostos pelos organizadores do congresso de reestruturação da UNE” e que também propunha “uma proposta libertária de organização”.¹³¹² Tentavam os anarquistas e libertários da FLE, imprimir na UNE um modelo organizativo que fosse mais afinado com a democracia de base. Cabe reafirmar, que essa noção de democracia era distinta das nascentes correntes eurocomunistas, que reconheciam a “legitimidade do jogo eleitoral” e a democracia como valor universal.¹³¹³

Os anarquistas seriam um dos críticos da intenção de criação do Partido dos Trabalhadores em 1979, que já circulava desde agosto. Num artigo intitulado “Teria sido ‘o Lula’ picado pela mosca azul?”, Antonio Cavoqueiro afirmará que:

alguma mosca azul já picou a epiderme de “O Lula”. O badalado Partido dos Trabalhadores tem sido uma preocupação constante em seus pronunciamentos. Ainda agora em entrevista para o jornal Em Tempo nº 65, 25 a 31 de maio, voltou a destacar que o “partido dos assalariados”, não pode excluir estudantes, setores da Igreja, profissionais liberais etc. Então, chega-se a uma conclusão lógica: o dito partido estará apoiado na massa trabalhadora e dirigido pela intelectualidade burguesa, como sempre aconteceu em todas as épocas.¹³¹⁴

O jornal *Inimigo do Rei* também era recortado por polêmicas internas e não havia total coesão nas posições políticas que ocorriam. A edição de setembro/outubro de 1979 recebeu um texto intitulado “Carta Aberta aos leitores e colaboradores d’O Inimigo do Rei” cujo cerne da crítica girava em torno da relação entre marxismo e anarquismo. Para os leitores que

¹³¹⁰ Idem.

¹³¹¹ Idem.

¹³¹² FERRAZ, Alexandre. O Fantasma da Liberdade ronda a UNE, Ameaçador. **O Inimigo do Rei**, Bahia, Julho/Agosto de 1979, nº6, p. 9.

¹³¹³ NAPOLITANO, 2014, p. 292.

¹³¹⁴ CAVOQUEIRO, Antonio. Teria sido “o Lula” picado pela mosca azul?. **O Inimigo do Rei**, Bahia, Julho/Agosto de 1979, nº6, p. 3.

assinavam a carta (Tales, Nicolau, Fátima, Cláudio, Eduardo e Rosane), o Inimigo do Rei atacava muito a esquerda e pouco a direita. O argumento dos assinantes da carta pública era dividido em cinco tópicos.

O primeiro afirmava que era a “direita autoritária e não os marxistas que estão no Poder. Para nós, o **inimigo principal** dos libertários é sempre a minoria que está no Poder” (grifos do autor). Isso não impedia de realizar as críticas ao marxismo, mas segundo esses leitores se devia dar menor ênfase. O segundo tópico do argumento afirmava que “essa mesma direita no Poder, persegue tanto os marxistas quanto os libertários”. E que, no terceiro tópico, “faz com que possam existir lutas comuns possíveis de serem travadas em conjunto (como por ex. anistia, lutas salariais, denúncias à ditadura, lutas por liberdade de expressão e organização, etc.)”.

No quarto tópico dirão que o “pensamento de Marx (ao contrário do de Lenin e Cia.) é um discurso complexo e contraditório onde coexistem posições claramente autoritárias (tipo Manifesto Comunista) ao lado de outras libertárias (vide texto sobre a Comuna de Paris).” Para estes, isso cria uma “realidade complexa que permite encontrarmos atitudes libertárias entre os que se dizem marxistas (além de atitudes autoritárias, é claro)”. Por fim, dirão no quinto tópico que “existem tipos de revolucionários marxistas. Reformistas e revolucionários. De marxistas libertários, à estalinistas, passando pelos trotskistas, maoístas e até os que nunca leram Marx. Devemos colocar todos no mesmo saco?”

Para estes, era preciso que os libertários levassem suas “lutas específicas” e quando possível, travem “lutas comuns ao lado dos marxistas contra a ditadura”. Por fim, afirmarão que “o jornal pareça merecer mais o nome de Inimigo da Esquerda do que o de Inimigo do Rei. Achamos que o autoritarismo de esquerda também deve ser criticado, mas bem menos do que a crítica ao autoritarismo da direita.”¹³¹⁵ Cabe afirmar que os leitores que criticavam o jornal, não eram leitores meramente isolados. Segundo depoimento de Milton Lopes, alguns destes eram jovens que ensaiavam uma tentativa de formar um grupo estável de anarquistas.

A resposta dos editores, publicada no mesmo jornal subiu o tom. Abusando da ironia que caracterizava a redação de IR, responderão as críticas com certo exagero e sectarismo. Ferraz afirmará que a “esquerda marxista brasileira é de direita”, Antônio Pacheco reitera a tese e Ferraz e nega que o marxismo seja de esquerda.

Ricardo Líper afirmará que a postura do grupo é de “infiltração autoritária”, Antônio Mendes dirá que é contrário às lutas em comum ao lado dos marxistas, pois quando esta nova elite “se apodera do poder, coitado dos operários”. Lídio Barros afirmará que há libertários e “libertários”, concluindo que “muitos ‘libertários’ são oportunistas. E para Lídio “qualquer Estado é fascista”. Líper acusará os autores de “incompetência intelectual” e de “filhotes de Lênin” e dirá que a maioria dos marxistas são “stalinistas e trotskistas” e aguarda a “autocrítica, aberta, o tanto quanto foi a carta de vocês”.¹³¹⁶

Curiosamente, a edição seguinte do jornal, trazia um texto clássico de José Oiticica, intitulado “Contra o Sectarismo”. Este foi enviado por um dos autores da carta aberta e por problemas de pauta, publicado nesta edição e não na anterior. A rusga, entretanto, demonstrou que havia uma rede de apoio a Inimigo do Rei, bem estruturada e que não necessariamente tinha as mesmas posições sobre certos temas que os editores do jornal. Em resposta a crítica dos editores, um dos integrantes dos que assinaram a carta-crítica a IR fará duras críticas ao jornal, sublinhando que “Seremos falsos libertários por propormos alianças com os marxistas? E José Oiticica? E Daniel Guérin?”. Aumentando o volume da crítica, Nicolau afirmará que o contato com as massas, horroriza os editores de IR. Cláudio Miranda, também um dos autores

¹³¹⁵ TALES; NICOLAU; FÁTIMA; CLÁUDIO; EDUARDO; ROSANE. Carta Aberta aos leitores e colaboradores d’O Inimigo do Rei. **O Inimigo do Rei**, Bahia, Setembro/Outubro de 1979, nº7, p. 16.

¹³¹⁶ Nota da Redação. **O Inimigo do Rei**, Bahia, Setembro/Outubro de 1979, nº7, p. 16.

da carta-crítica dirá que não propunham alianças orgânicas com os marxistas, mas o que “propomos é que os libertários numa determinada luta, não discriminem aqueles que podem lutar ao seu lado pela **ideologia** (ou seja, por aquilo que as pessoas dizem que são: marxistas anarquistas, liberais, etc.)” (grifos do autor). O que é fundamental para Miranda “é o critério da prática”. O leitor Jorge de Sá criticará a forma das críticas que foram feitas aos autores da carta, que chama de “tônica detratora imperante”, apesar de concordar com o fato de manter as críticas a esquerda dentro do jornal.¹³¹⁷

Tentando qualificar mais o debate, o Grupo de Apoio do IR em Porto Alegre colocarão a sua posição da seguinte forma. Primeiramente criticam a noção de poder utilizada pelo grupo de Miranda. Para estes, o poder não é uma “questão de lugar”, o inimigo dos libertários seria o “Poder esteja onde estiver, inclusive nos grupos que o almejam”. Esta noção teórica de poder que aparecia em alguns artigos no jornal, muito influenciada por Michel Foucault, se por um lado permitiu que o grupo que participava de IR tivesse maior sensibilidade para questões raciais, de gênero, sexualidade e debates psicológicos/psiquiátricos teve o efeito colateral de tornar o anarquismo um “sinônimo de luta contra a autoridade” “ou luta contra o poder”, cuja incidência prática era um certo “antimarxismo” por uma *parte* dos militantes agrupados em IR.¹³¹⁸

Na mesma seção de cartas, o Grupo de Apoio do IR em Porto Alegre – muito influenciados pela leitura *foucaultiana* entraria na polêmica afirmando que em relação a questão do poder, o inimigo dos libertários é o poder, “esteja onde estiver, inclusive nos grupos que o almejam”. Sobre as alianças pontuais nas lutas contra a ditadura afirmarão que “Não nos interessa a aliança em “frentes” organizadas anteriormente num acordo entre as partes” e iriam além “como unir numa mesma organização o Poder e o Antipoder?”. Tendo e vista essas assertivas, o grupo de apoio de IR em Porto Alegre defenderá “organizar a discussão de sua linha, a venda dos jornais, e a participação no cotidiano”. Aos redatores da carta aberta, afirmarão que concordam com a preocupação destes em “aumentar a influência e a penetração do jornal”. O fundamental agora era manter a “união na diversidade de critérios”.¹³¹⁹

Ainda no rescaldo da polêmica e no mesmo número do jornal, Tales, um dos autores da carta crítica ao grupo de Líper, afirmaria que o

O Golpe de 64 foi um golpe quase fatal à esquerda como um todo no Brasil, inclusive aos socialistas libertários.

Mas a esquerda dita autoritária, por menos purismo e mais objetividade soube ressuscitar suas forças mais agilmente que os libertários, mesmo após sua morte sangrenta que a ditadura causou a muitos de seus militantes, e tornar-se presente, cada vez mais, em todos os espaços que a conjuntura econômica e política do país permitia, passando mesmo a forjar outros espaços. Enquanto os libertários, por várias razões, não tiveram a mesma agilidade em ocupar os espaços que lhes cabiam.¹³²⁰

Para Tales o ambiente era propício às ideias socialistas libertárias, mas para este o “movimento libertário, no Brasil, se mostre ainda imaturo, purista, pouco objetivo e débil quanto a definição de uma linha de ação, espaço de atuação e crítica à ditadura populista e de

¹³¹⁷ ECOS DA CARTA ABERTA. **O Inimigo do Rei**, Bahia, Setembro/Outubro de 1979, nº7, p. 16. Cartas.

¹³¹⁸ Para Castoriadis, Michel Foucault longe de representar teoricamente o movimento de maio de 68, representa a expressão de sua derrota e não teve nenhuma influência teórica no conjunto dos acontecimentos do Maio e 68 francês. Sobre isto, Cf, CASTORIADIS, 2002, p. 31-33.

¹³¹⁹ ECOS DA CARTA ABERTA. Grupo de Apoio – Porto Alegre. **O Inimigo do Rei**, Bahia, Novembro/Dezembro de 1979, nº8, p. 15. Cartas.

¹³²⁰ FARIA, Tales. Perspectiva Prática. **O Inimigo do Rei**, Bahia, Novembro/Dezembro de 1979, nº8, p. 12.

direita dos “Reis” militares.” Para este militante os “libertários, hoje, têm amplos espaços de atuação abertos, principalmente dentro da esquerda. É preciso, antes de mais nada, saber como ocupá-los”. Divergindo e propondo um método, Tales afirma que a “ocupação desses espaços deve ser em termos de ideias, não em termos de disputas tais como se a mais-valia foi “sacada” pelo Proudhon ou pelo Marx...”¹³²¹

A crítica de Tales era dura, mas o autor mantinha o espírito propositivo e aprofundava um tema que seria fundamental, que era o de como conviver e atuar com outras correntes ideológicas: a polêmica da política de alianças.¹³²² Cláudio Miranda, que representava um grupo de anarquistas no RJ e envolvido diretamente com a polêmica afirmaria que a “carta que nosso grupo enviou para o Inimigo – com o único objetivo de abrir um debate entre os libertários sobre um determinado tema – produziu efeitos além do esperado”. Para este, um dos efeitos foi o de “ter revelado a existência de uma nova igreja: a Santa Madre Igreja Anarquista Baiana”. Abandonando a ironia e focando no conteúdo da crítica, Miranda afirmaria que

em nenhum momento propusemos (e nem mesmo queremos) alianças orgânicas com os marxistas (e muito menos com estalinistas) e mesmo com qualquer tipo de tendência ideológica. O que propomos é que os libertários, numa determinada luta, não discriminem aqueles que podem lutar ao seu lado pela **ideologia** (ou seja, por aquilo que as pessoas dizem que são: marxistas, anarquistas, liberais, etc.). Ao contrário, achamos fundamental para nos associarmos ou não com quaisquer pessoas ou grupos é o critério da **prática**. É ver se, num determinado momento, lugar ou luta, as pessoas estão abertas ou não abertas à uma prática libertária, sendo secundário o fato delas se dizerem marxistas, libertárias ou qualquer outra coisa.¹³²³

Para finalizar Miranda afirmaria que

Quanto a nós continuaremos nos recusando a ver o movimento libertário da mesma forma que os Mestres baianos o veem, ou seja, como uma flor frágil e pura que precisa nascer e crescer imaculada numa estufa, sem contactos com a Realidade e a História.¹³²⁴

As divergências seguiam acentuadas, pois a unidade era frágil. Acuada, o grupo *majoritário* seguia com apoio de sua linha principal reafirmado por outros integrantes. O jornal era um campo de disputa, ainda que se tentassem resolver essas por meio de um consenso mínimo. Jorge de Sá, que nos jornais anteriores tinha levantado a justa crítica da *forma* com que o grupo majoritário se levantou contra seus opositores no número seguinte, concordando com o *conteúdo* da crítica. Para este, “o conceito de ‘direita e esquerda’ vem se diluindo e perdendo a nitidez na proporção em que as próprias experiência contemporâneas também sofrem o mesmo fenômeno de diluição e perda de contato com as suas substâncias de origem”. Ainda que não negue explicitamente o uso da diáde, afirmará que para os marxistas

¹³²¹ Idem.

¹³²² Sobre este tema, o trabalho mais interessante e de resgate dessa questão em diferentes momentos históricos no anarquismo, parece ser o texto “Sobre a Política de Alianças” de José Antonio Gutierrez Danton. Cf. DANTON, 2011, p. 99.

¹³²³ MIRANDA, Cláudio. Cláudio Miranda – Rio de Janeiro. **O Inimigo do Rei**, Bahia, Novembro/Dezembro de 1979, nº8, p. 15.

¹³²⁴ Idem.

a luta contra a direita se resume tão somente no combate aos países capitalistas e imperialistas. Não vêem que a direita, sua metodologia de ação [...] podem se estender a todos os regimes políticos.¹³²⁵

Dois elementos caracterizariam a direita para o leitor: “autoritarismo desmedido e o arbítrio absolutista”. Tendo isso em vista, o leitor afirma que

em Cuba, a mais franca e explícita ação direitista evidenciada no controle policial do cidadão, no aniquilamento da autonomia nas atividades de criação artística, na ação coercitiva sobre a livre expressão da sexualidade, em uma palavra, no crescente encampamento dos indivíduos pelo Estado.¹³²⁶

O pesquisador João Henrique Oliveira que estudou o Inimigo do Rei e cita esta polêmica em sua dissertação de mestrado, afirma que apesar da polêmica “o jornal não se furtou de compor alianças com variados grupos em lutas específicas”, tais como a luta pró-aborto. Gostaríamos apenas de ressaltar esta polêmica por outro prisma que de maneira alguma exclui a reflexão deste pesquisador. A dissensão interna do Inimigo do Rei demonstrava a existência de uma concepção de grande parte do grupo editorial do anarquismo enquanto “sinônimo de luta contra qualquer autoridade”, na abordagem woodcockiana e que tem como fruto, parte das leituras sobre anarquismo no período.

Ao enfatizar tal concepção em detrimento da concepção do anarquismo também como uma ideologia classista, abraçava-se o sectarismo de considerar trabalhadores marxistas, como parte da “direita”. Sendo a “luta contra a autoridade” o critério utilizado para classificar alguém de esquerda ou direita, curiosamente, o anarquismo passaria a ser segundo esta lógica, a única ideologia de esquerda possível porque é o único que luta contra a autoridade. Ou nas palavras de Antônio Pacheco, estes seriam “outra direita (os marxistas) que querem ocupar o lugar da primeira. Portanto, abaixo as duas”.¹³²⁷ A falta de clareza sobre outros aspectos históricos e constitutivos do anarquismo – longe de ser um capricho intelectual – incidia numa prática política concreta, que decidia certos rumos internos do IR. A teoria alimentava a prática e vice-versa.

Essa divergência pública, acabou tendo efeitos contraditórios. Um de seus resultados foi que ainda que com as polêmicas, o IR crescia e se expandia para além de Salvador, incluindo as cidades de Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre no seu oitavo número, respectivamente de novembro e dezembro de 1979 (e posteriormente Recife). Isso só foi possível pela própria filosofia de IR, de tornar os leitores, leitores-jornaleiros, que também se responsabilizavam em vender os seus jornais. A integração dos leitores em IR fazia com que este se tornasse uma ferramenta de ação.

Em seu depoimento Lopes tinha a opinião de que era negativo expor as divergências do anarquismo publicamente, num momento em que se necessitava de uma convergência mínima. Lopes, que manteve contato brevemente com Miranda, afirma se recordar de uma tentativa de relação entre os anarquistas do Rio de Janeiro (o dele e o de Miranda), mas que isto não foi adiante. A impressão que Lopes ficara desse encontro, foi justamente as rugas entre Líper e Miranda que deixavam máculas no grupo de Miranda, e que como vimos, eram duas disputas de linha. A forma desastrosa e pública de solucionar esses problemas, para Milton Lopes, além do impacto negativo que uma divergência política pode ter num espaço político reduzido, provavelmente agravou a percepção do militante de que não havia

¹³²⁵ SÁ, Jorge Roberto de. Quem faz o jogo da direita? **O Inimigo do Rei**, Bahia, Novembro/Dezembro de 1980, nº9, p. 7.

¹³²⁶ Idem.

¹³²⁷ Idem.

possibilidade de resolvê-las em curto prazo. Nesse tempo, Milton Lopes resolve se afastar do anarquismo, desiludido com as rusgas internas publicadas em IR e a impossibilidade de permanecer vinculado a algum grupo, já que o seu tinha se desmobilizado logo depois.¹³²⁸

O mesmo tema suscitava polêmicas para fora do anarquismo. O primeiro texto que toca no tema da luta armada será o texto de autoria de Ricardo Líper, intitulado “Brasil: de Carmen Miranda a Figueiredo”. Cabe afirmar que a posição de Líper não representaria todo o anarquismo brasileiro naquele momento, mas o grupo que em grande medida, representava uma certa posição política dentro do IR que crescia e que era contestada em alguns elementos, desde a edição número 7. Cabe afirmar que a avaliação da luta armada já se colocava num contexto em que esta estava praticamente derrotada em todo o continente e não num momento onde inúmeras organizações cogitavam ou adotavam seu uso.

O uso da ironia em IR poderia extrapolar os limites e render polêmicas no interior do anarquismo. Ao tratar a esquerda que pegou em armas, Líper tratava a luta armada como “terrorismo brasileiro” ou o “Desespero de uma vanguarda tresloucada e burra que queria fazer revolução com o heroísmo de Robin Hood”. Para este, o endurecimento do regime inclusive, tinha sido obra dessas ações e nos primeiros anos da repressão “a vanguarda enlouqueceu de vez. Resolveu fazer oposição de qualquer jeito. Sem armas, sem força, sem organizações de base”.

Numa longa análise crítica da história recente do Brasil, afirmará que a esquerda não “analisou corretamente o desenvolvimento do capitalismo brasileiro”. Sobre a Guerrilha do Araguaia pergunta se “havia uma análise da realidade nacional que indicasse ser esse o momento correto? [...] Era essa a forma de luta melhor contra a ditadura?”

E as contradições do país, mesmo as periféricas, indicam que um movimento guerrilheiro num país tão grande como o nosso e tão diversificado teria alguma possibilidade de sucesso? Era essa a melhor forma de luta contra a ditadura? Ou, não seria mais estratégico a tentativa de organizar, de forma mais ponderada, e consciente o operariado sempre a mercê de demagogos e pelegos da burguesia?¹³²⁹

Para Líper, a redemocratização não passa “de uma grande jogada da burguesia para resolver seus impasses econômicos”.¹³³⁰

No jornal posterior, IR publicará uma longa carta do leitor Nicolau. Nicolau procura na carta, refutar e criticar certas posições adotadas por Líper na edição anterior. A principal polêmica era a questão da luta armada e a posição de Líper em relação às esquerdas. A carta será publicada com a tréplica de Líper, ponto a ponto. A carta do leitor e a réplica de Líper é extensa, portanto iremos nos ater aos pontos mais relevantes e que interessam a nossa pesquisa: o tema da luta armada e a relação com as esquerdas. Para Nicolau “terrorismo, professor, foi a ditadura quem exerceu desde os primeiros instantes”. Para este

E como, a análise concreta de uma realidade concreta só é possível na medida em que utiliza, simultaneamente, teoria e prática, temos hoje certeza de que a guerrilha urbana não é a forma apropriada de enfrentar a ditadura burguesa graças a esses grupos que ousaram experimentá-la. Devemos combater o voluntarismo, tão distante das massas e de uma concepção correta, do que seria a revolução socialista. Porém, não podemos desmerecer

¹³²⁸ LOPES, 2015.

¹³²⁹ LÍPER, Ricardo. Brasil: de Carmen Miranda a Figueiredo. **O Inimigo do Rei**, Bahia, Novembro/Dezembro de 1979, nº8, pp. 6-7.

¹³³⁰ Idem.

a atuação dessas pessoas. Muitas delas, inclusive, engrossam, hoje, as fileiras do pensamento libertário.¹³³¹

Nicolau também contrariará Líper, afirmando que

Ao falar da guerrilha do Araguaia você mostra total desinformação. Apresenta o movimento como se fosse um foco surgido na Amazônia, semelhante enquanto proposta aos movimentos do Vale da Ribeira, Caparaó ou ao comandado pelo Jefferson Cardin, no Paraná. Se você se der ao trabalho de ler o documento “Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil”, [...] vai ficar sabendo que eles eram totalmente contrário à tese do foquismo, que consideravam uma forma de luta distanciada das massas e, portanto, pequeno-burguesa.¹³³²

E sobre a atuação das entidades de base e sindicatos, o leitor afirmará que “os sindicatos e outros órgãos que poderiam ser considerados representativos sofreram intervenção militar”. Sobre a redemocratização, este afirmará que a análise de Líper é simplista e que se deve deixar de lado a “asneira de que tudo no mundo é gerido por USA-URSS-CIA-KGB”.¹³³³

Curiosamente, enquanto Líper chama os marxistas de “pequeno-burgueses” e coloca monoliticamente todos os marxistas sob o mesmo rótulo de “esquerdão”, Nicolau afirmará que Líper fecha com os liberais-democratas. A divergência entre Líper e Nicolau pode ser sintetizada como uma divergência entre o anarquismo e o marxismo? Pensamos que seria totalmente equivocado tratar a polêmica desta forma. Vimos nas páginas anteriores que Líper representava um setor do anarquismo dentro de IR, especificamente, uma ala dos militantes baianos. Os ecos do quinto congresso da CNT espanhola de 1979 traziam os ventos do anarcossindicalismo ao jornal. Para Cláudio Miranda a análise do congresso feita por Sebastião Santa Rosa, “omite uma série de informações sobre o Congresso”.¹³³⁴ A crítica de Miranda era sobre a falta de discussão e disputa entre aqueles que ele classificava de “anarquistas puros e ortodoxos” com uma “série de tendências que iam desde sindicalistas obreiristas e marxistas libertários”. Para Miranda e com base nas informações sobre o congresso, os ortodoxos “procuraram por todos os meios, libertários o não, impedir uma real e livre discussão”. Para Miranda a presença de marxistas na CNT “não deveria assustar ninguém, seria inclusive uma amostra da importância do organismo, de sua vitalidade...”. Miranda fecha o artigo afirmando que

não nutrimos uma hostilidade fundamental em relação à CNT, pelo contrário, acreditamos que na medida em que esta organização conseguir superar o dogmatismo, sectarismo e autoritarismo que o caracteriza atualmente, ela, juntamente com outros movimentos libertários – como a Autonomia Operária, por ex. – poderá ser peça importante no processo de auto-emancipação do proletariado espanhol e mundial.¹³³⁵

¹³³¹ NICOLAU. **O Inimigo do Rei**, Bahia, Março/Abril de 1980, nº10, pp. 12-14. Cartas.

¹³³² Idem.

¹³³³ Idem.

¹³³⁴ MIRANDA, Cláudio. O 5 Congresso da CNT e a Crise do Anarquismo. **O Inimigo do Rei**, Bahia, Março/Abril de 1980, nº10, p. 8.

¹³³⁵ Idem.

Ainda que não percebesse ou explicitasse, a posição de Miranda era mais próxima da estratégia do sindicalismo revolucionário e evidenciava uma discrepância com o anarcossindicalismo.

A tentativa de *síntese* entre as diferentes posições demonstrava seus limites dentro daquela configuração do anarquismo brasileiro. Longe de criar um *ecumenismo* de interesses, na prática reforçava atritos que mais adiante explodiriam, além de não haver um espaço próprio, em que as divergências pudessem ser elaboradas ou mitigadas. As rusgas se individualizavam e promoviam cisões que não eram contornadas. O fim das iniciativas em formar grupos específicos anarquistas deslocava o eixo da articulação mínima dos anarquistas para o jornal. Havia clareza em se organizar nos “locais de produção, habitação, estudo”¹³³⁶, como se evidenciam as inúmeras matérias sobre o movimento estudantil, sindical etc. Mas incrivelmente não há nenhuma matéria, artigo ou menção a uma organização política anarquista em toda a existência do jornal. Silêncio que exprime uma cultura política distinta das duas décadas anteriores.

O fim da década de 70 não significou de nenhuma maneira o encerramento dos aspectos mais autoritários do regime militar. Apesar do discurso operado por Geisel de uma abertura política “lenta, gradual e segura” a vigilância e a repressão continuaram como marcas do regime. Daniel Aarão Reis emite sua opinião sobre esse processo, dizendo que de 1979 a 1988, período de transição democrática, “já não havia ditadura, mas *ainda* não existia democracia”.¹³³⁷ Segundo este autor, com o fim do AI-5 em 1979 “o país reingressou no Estado de direito – ainda precário porque apoiado em uma constituição imposta”¹³³⁸. Tal interpretação historiográfica em nossa opinião é completamente problemática. Como apontado por outras pesquisas, este argumento possui como consequência o encurtamento do ponto de vista historiográfico do período da ditadura e segundo Mello (2014) ignora episódios “emblemáticos da luta contra a mesma, como os atentados terroristas na seção da OAB fluminense e do Rio-Centro, sem falar da campanha pelas Diretas Já, em 1984”¹³³⁹.

Segundo este pesquisador, esse “suposto fim da ditadura” levantado por Aarão Reis “não seria nem um pouco percebido pelo movimento operário que em março de 1979 incendiou a região do ABC paulista”¹³⁴⁰ sofrendo assim, uma brutal repressão. No caso dos anarquistas, a sensação de viver num regime arbitrário e brutal era recorrente, mesmo após 79 e não pode ser desprezada de maneira alguma. A violência de extrema direita prosseguiria sem empecilhos até 1981, tensionando o ambiente político nacional.

Entre abril e outubro de 1978 foram 26 atentados, entre julho de 1979 a abril de 1980, 25 atentados. Entre abril e setembro de 1980, dezenas de bancas de jornais em várias cidades brasileiras, foram incendiadas a noite. Os alvos eram as bancas que distribuíam os jornais alternativos.¹³⁴¹ É possível entender por esses acontecimentos a dificuldade de distribuir o jornal alternativo e anarquista *Inimigo do Rei*. Segundo Baquero

o jornal era de difícil distribuição. Poucas bancas aceitavam vender ‘O Inimigo do Rei’ (principalmente se as capas tinham alguma coisa ‘estranha’, como dois homens se agarrando, por exemplo). A polícia não deixava a gente vender em áreas de grande concentração popular (e muitas vezes aqueles que tentavam eram corridos pelo cheiro do cassetete). Pelo menos uma vez, tivemos a certeza de que a Polícia Federal estava de olho nos

¹³³⁶ ONOFRE, José. Ação Direta: o resto é sonhar no vazio. *Inimigo do Rei*, Julho/Agosto, 1979, p. 14.

¹³³⁷ REIS, 2014, p. 125.

¹³³⁸ REIS apud MELO In MELO, 2014, p. 179

¹³³⁹ MELO, 2014, p. 179.

¹³⁴⁰ Idem

¹³⁴¹ NAPOLITANO, 2014, pp. 294-295.

indivíduos que participavam do jornal, pois um cara se dedurou, depois de algum tempo tomando muita cerveja com a gente (risos).¹³⁴²

O jornal de março e abril de 1980 traria entre outras matérias, um texto intitulado “1^o de maio dia de protesto; união e luta do proletariado”. Fazendo inicialmente um resgate histórico da data do primeiro de maio, o texto terminaria por denunciar a transformação do 1^o de maio “em dia de FESTA DO TRABALHO”. Defenderiam por fim, a liberdade e autonomia sindical e a extinção do imposto sindical. Seriam contrários a formação de qualquer central sindical “que não seja decidida pelas bases”, defenderiam um sindicalismo autenticamente libertário e a criação de grupos sindicais nas fábricas e empresas. Sublinhariam a luta contra todos os autoritarismos e pela liberdade de expressão das oposições sindicais.¹³⁴³ Assinariam enquanto “Aliança Libertária”, um grupo que não é possível saber se nesse momento era apenas uma intenção organizativa ou uma organização já formalizada. Em maio de 1980 uma situação envolveu alguns integrantes de IR numa contenda com o Sindicato dos Jornalistas do Estado da Bahia (SINJORBA). O evento foi relatado pelos trabalhos de Oliveira (2008) e Paganotto (1997). O cerne do conflito se deu em torno da exigência de registro profissional dos jornalistas nesse estado. Segundo IR, alguns jornalistas trabalhavam a mais de 12 anos sem o referido registro. Entre eles, um integrante de IR, Alexandre Ferraz, secretário de redação da Tribuna da Bahia. Junto a Oto José Figueiras, Dallton Mascarenhas e Maria Angélica de Menezes. A contenda terminou com uma greve de fome e o questionamento da autoridade do sindicato, que era colocado como uma instituição afastada das bases.

Em São Paulo, o Coletivo Libertário de Oposição Sindical (SP) aproveitaria a realização do I Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES) para se organizarem melhor. O encontro envolvia oposições sindicais de 16 estados do Brasil. Os anarquistas do Coletivo Libertário de Oposição Sindical (COLOPS) avaliariam que diante às mobilizações sindicais e no crescimento do movimento dos trabalhadores havia basicamente duas perspectivas sindicais: uma que apontava as limitações do sindicalismo oficial, advogando a luta contra a exploração e a livre organização (ENTOES) e outra que se comprometeu com o capitalismo, com politiqueros pelegos e reformistas.¹³⁴⁴ Para os anarquistas, o que estava em jogo eram duas concepções de movimento, uma que defende “a democracia/unidade pela base” versus o “cupulismo/unidade das siglas”. O relato do encontro do ENTOES em SP é seguido por uma análise sindical. Segundo os anarquistas de COLOPS o número de inscrição atingiu 1000 delegados de diversas categorias. Os anarquistas sentiam-se confortáveis com as posições da Oposição Operária Metalúrgica que no encontro, defenderam um método de escolha de delegados, avaliada pelos anarquistas como democrática e construída nas bases. A proposta de greve geral também foi debatida, mas os membros da Oposição Operária Metalúrgica (OPOM) colocariam que “temos que perder a mania de decidir pelos outros” e que não era o momento para discutir tal proposta. Apesar disso, a proposta de greve geral era vista como um horizonte futuro.

A Unidade Sindical era considerada pela OPOM como “aliados da direita” e reformistas, pois está unida com o governo. Sobre as propostas de organização, o ENTOES defendeu a “organização autônoma, desde a base, dos trabalhadores”. E se propôs a “organização em bairros e intercategorias”. Os anarquistas afirmariam que a ideia de um sindicato “independente do Estado, da Igreja e dos partidos políticos” era algo positivo.

¹³⁴² BAQUEIRO, Carlos. Carlos Baqueiro. depoimento [31/07/2015]. Entrevistador: Agência de Notícias Anarquista, 2008. Centro de Mídia Independente.

¹³⁴³ ALIANÇA LIBERTÁRIA. 1^o de maio dia de protesto; união e luta do proletariado. **O Inimigo do Rei**, Bahia, Março/Abril de 1980, n°10, pp. 17.

¹³⁴⁴ COLETIVO Libertário de Oposição Sindical. Balançando o Coreto da Pelegada – II. **O Inimigo do Rei**, Bahia, Setembro/Octubre de 1980, n°12, p. 6.

Retomavam assim, as teses clássicas do sindicalismo revolucionário. Entendido como uma tarefa da classe, mas que contava com a participação decisiva dos anarquistas em contextos históricos determinados, o COLOPS avaliava o ENTOES como positivo. A simpatia para com o anarcossindicalismo também aparecia nas páginas do jornal, com largas matérias sobre a CNT espanhola e a guerra civil/revolução espanhola.

Em SP também funcionaria o Coletivo Libertário do Funcionalismo, que fará um balanço das lutas tocadas pelo funcionalismo nos anos 80. Avaliavam que o funcionalismo foi uma das categorias mais “arrochadas pelos generais da quartelada de 1º de abril de 1964”. Avaliavam que o funcionalismo perdeu “mais ou menos 250% do seu poder aquisitivo” de 1964 até 1978. Afirmavam que pelo fato de não estarem “ligados a um determinado setor da produção”, isso faz com que a “greve não cause ao nosso patrão/explorador – o Estado – um prejuízo – exceto politicamente”. A necessidade de luta para estes militantes não partia “meramente de uma vontade subjetiva”, mas sim, era parte da “miséria que, ameaçadora, ronda a casa dos funcionários”. Para os anarquistas, diante os fracassos das últimas mobilizações dos funcionários públicos era necessário

começar a impulsionar nas **bases** a campanha de 81. Reforçar a organização estadual retomando contatos. Reforçar as organizações regionais, criando um trabalho regional que viabilize um contato com outras categorias de trabalhadores.¹³⁴⁵

Mesmo com uma atuação sindical neste período, a falta de organicidade condenou esses pequenos coletivos sindicais ao desaparecimento. Somado às rugas internas e diferenças organizativas, ou até teóricas, sobre o que era o anarquismo, tais coletivos não puderam sobreviver ao tempo, o que evidentemente causou danos irreparáveis ao anarquismo no Brasil.

Em relação ao jornal *Inimigo do Rei*, este enfrentou vários problemas de ordem econômica, mas fundamentalmente de ordem política. Os altos preços de impressão serviam como uma pressão *branca* para que este jornal e outros veículos da imprensa alternativa não fossem produzidos. O estrangulamento da imprensa alternativa era realizado pelo fator econômico, o que de certo modo fora planejado politicamente pelo regime militar. O jornal também sofreu vigilância das forças repressivas. Segundo Baqueiro e Nunes, “pelo menos uma vez foi descoberto um agente da Polícia Federal nas reuniões do grupo editor”.¹³⁴⁶ E no período mais complexo para a ação política anarquista, conseguimos verificar que a distribuição do jornal também estava suscetível a atrair olhares da repressão. Após manifestação realizada no Largo do Machado (Rio de Janeiro) contra a instalação de usinas nucleares no Brasil, em julho de 1980, os agentes da repressão iriam verificar que jornais da imprensa nanica foram distribuídos, entre eles, o número 11 do jornal *Inimigo do Rei*. A repressão também saberia que o jornal era distribuído em Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador e sistematizaria uma lista da equipe de *Inimigo do Rei*. Carlos Augusto, preso em 1969 e em 1972, estaria na lista da repressão, como membro do editorial do jornal. Mesmo assim, a impressão de *O Inimigo do Rei* foi longa, o jornal durou de 1977 a 1988, tendo o papel importante de aglutinar, à partir da atuação dos anarquistas baianos, o anarquismo em território nacional.

Outra iniciativa que merece ser mencionada é a fundação da Editora Achiamé, em 1978. A editora foi criada por Robson Achiamé. Ligado ao mercado editorial desde cedo e formado em Letras pela Universidade Federal Fluminense, Robson tomou seu primeiro

¹³⁴⁵ COLETIVO Libertário do Funcionalismo. Funcionários públicos lutam. **O Inimigo do Rei**, Bahia, Março de 1981, nº13, p. 9, grifos do autor.

¹³⁴⁶ BAQUEIRO; NUNES, s/d, p. 10.

contato com anarquismo dentro do colégio Pedro II, num grupo de estudos de filosofia formado pelos próprios estudantes¹³⁴⁷. Segundo o depoimento de Robson, tal ligação com o anarquismo ficou adormecida. Após sua saída do cargo de editor na Fundação Getúlio Vargas (FGV), decidiu montar “uma editora para publicar os autores nacionais que não tem voz dentro das editoras convencionais”¹³⁴⁸. Começou editando livros de antropologia, literatura, socialismo, mas gradativamente o anarquismo foi ganhando maior espaço em suas publicações. A editora Achiamé se insere no conceito de editoras de oposição¹³⁴⁹. Essas editoras, segundo o pesquisador Flamarion Maués uniam “ação editorial e engajamento político”¹³⁵⁰, sendo de diferentes tamanhos e possuindo distintas histórias. Enquanto a censura era forte no rádio, na televisão, no cinema e na música, havia em relação a literatura mais elasticidade¹³⁵¹, o que facilitou o trabalho dessas editoras de oposição¹³⁵². Segundo o pesquisador estas editoras, vistas em conjunto, foram importantes para formar uma *disseminação ampla*. Esse conjunto contribuiu para ampliação de materiais impressos, tendo consequências intelectuais, políticas e culturais para o período citado.¹³⁵³ No campo anarquista, tais consequências da publicação de títulos libertários foram importantes para sua posterior recomposição.

De 1982 a 1987, o IR deixaria de ser distribuído. Os motivos para a interrupção foram essencialmente, as dificuldades econômicas. A ditadura tinha estrangulado os jornais alternativos. Como o jornal era o espaço mínimo de articulação dos anarquistas brasileiros, sua desarticulação também incidiu no anarquismo, que sem um espaço de coordenação, pulverizou-se.

Contudo, a edição e distribuição do jornal foram importantíssimas para a constituição do anarquismo no Brasil. Acabou extrapolando as fronteiras do estado da Bahia e interligou novos militantes com militantes “históricos”. Segundo Oliveira (2008), o jornal tinha uma rede de colaboradores que extrapolou essa cidades anteriormente citadas e difundida para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraíba, Pará etc. O jornal chegou a ser distribuído em escolas, locais de trabalho e faculdades.¹³⁵⁴ Com todos as polêmicas, o jornal foi um importante dinamismo do anarquismo brasileiro.

- O recuo tático da FAU para Buenos Aires, o golpe militar e a formação do PVP

O ano de 1972 foi o ano em que a repressão golpeará mais duramente o MLN e o ano de entrada dos militares na repressão aos movimentos guerrilheiros. O MLN será quase que completamente desarticulado pela ação da contra-insurgência das forças de segurança. Segundo Mechoso, os meses de junho, julho e agosto de 1972 foram sentidos de maneira dura pelos militantes, com a caída de inúmeros militantes tupamaros e a prisão de Raul Sendic “com uma ferida de bala no rosto”.¹³⁵⁵ Para a FAU a diante a lei de segurança “a repressão se institucionaliza, se faz permanente, cristalizando-se legalmente sob sua forma mais

¹³⁴⁷ Segundo depoimento de Robson Achiamé, seu primeiro contato com o anarquismo foi com o livro *Amor Livre*, de Charles Albert.

¹³⁴⁸ Robson Achiamé conversando com Augusto Acácio.

¹³⁴⁹ MAUÉS, 2013, p.26

¹³⁵⁰ Ibid, p. 27.

¹³⁵¹ BRANDÃO, Ignácio Loyola de apud MAUÉS, 2013, p. 12.

¹³⁵² Isso não quer dizer que essas editoras não tiveram problemas com os aparatos de repressão, mas que possuíam uma margem de manobra maior do que os demais canais de comunicação.

¹³⁵³ Ibid, p. 31.

¹³⁵⁴ No rio por exemplo, foi distribuído em algumas escolas.

¹³⁵⁵ MECHOSO, s/d, p. 427.

brutal”.¹³⁵⁶ Para a organização, o exército “emerge, por esta via, na vida nacional como um claro fator de poder dotado, desde o princípio, de uma significativa margem de autonomia”.¹³⁵⁷ Para a FAU o dismantelamento da estrutura do MLN era a derrota da revolução uruguaia e apesar de ter críticas a estratégia foquista desta organização, a FAU considerava que “na medida que caem pela revolução, esses mortos são nossos mortos, esses torturados são nossos torturados. Tão nossos como os companheiros da Organização”¹³⁵⁸

A FAU passara os primeiros meses da vaga repressiva com poucas quedas. Segundo Mechoso “o grosso da Organização estava intacto e o aparato armado em condições de seguir operando”¹³⁵⁹ Mechoso também reconhece que nesse clima de medo, conseguir casas seguras passava a ser uma tarefa mais delicada. Financeiramente a organização seguia bem, com o fruto do sequestro de Fernandez Lladó, mas a situação de repressão gerava gastos adicionais para manter a militância segura. Foi neste contexto que o *Fomento* organizou no final de agosto uma reunião para avaliação da situação e pela primeira vez se decide evacuar parte da militância para Buenos Aires.¹³⁶⁰ Segundo Mechoso a discussão da decisão foi ampla, pois se previa que haveria resistência por parte das equipes no recuo. Recuo para a FAU não significava abandonar a militância, mas sim “ter responsabilidade de uma modalidade particular dela”.¹³⁶¹ Juan Carlos Mechoso afirma que a que de maneira geral, as equipes da OPR “compreenderam perfeitamente a situação geral”.¹³⁶² Um dos resistentes a decisão de *Fomento* foi *Idilio* de León, o “Gaicho”, que avaliava que era possível seguir operando e decidiu seguir no Uruguai sem vinculação com a organização.

A FAU não foi o único setor do anarquismo atingido no Uruguai. A medida que se consolidava o aparato repressivo, a sanha das forças de segurança buscavam aniquilar ou reprimir não somente aqueles envolvidos com a luta armada no país. A editora Tupat, da *Comunidad del Sur* foi invadida pelas forças policiais em abril e sete integrantes da cooperativa foram presos e ficaram 20 dias detidos. Relataram também ter sofrido torturas. No dia 12 de julho, a casa da Comunidade foi tomada novamente pelas forças de segurança e os sete integrantes libertados da detenção anterior foram levados novamente junto a uma integrante da Comunidade. Segundo o depoimento de Oswaldo Escribano, o fato de terem levado esta companheira se deveu ao fato de que “alguém a identificou como uma enfermeira” que poderia estar supostamente segundo as forças de segurança, envolvida com alguma ajuda aos Tupas.¹³⁶³

Segundo informações dos comunicados da *Comunidad del Sur*, os telefones da casa foram grampeados e todos os que usaram o telefone foram investigados pela polícia. Depois de alguns dias, cinco integrantes da Comunidad foram libertados, com exceção de três destes.¹³⁶⁴ Oswaldo Escribano (que também foi preso à época) afirma que um dos mais atingidos foi o presidente da cooperativa, que foi torturado brutalmente e permaneceu preso

¹³⁵⁶ La Represión. FAU apud MECHOSO, p. 422.

¹³⁵⁷ Idem.

¹³⁵⁸ Ibid, pp. 425-426.

¹³⁵⁹ MECHOSO, s/d, p. 427.

¹³⁶⁰ Idem.

¹³⁶¹ Ibid, p. 430.

¹³⁶² Ibid, p. 429.

¹³⁶³ ESCRIBANO, Oswaldo. Oswaldo Escribano: depoimento [17 out. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. 2017. arquivo.mp3 (1h:07 min.).

¹³⁶⁴ Os comunicados sobre a repressão a *Comunidad del Sur* foram descritos pelas seções da FORA em Tucumán. La Furia Reaccionaria en URUGUAY. *Tierra Libre*, Tucumán, Septiembre-October de 1972, n^o 39, p. 3.

por alguns meses.¹³⁶⁵ No final de 1973, Escribano foi novamente procurado pelas forças policiais, levado a sua casa (em busca de papéis) e interrogado.¹³⁶⁶

Em novembro de 1972, as cartas internas da FAU saíram pela última vez e posteriormente editadas com o nome de *Copey*, basicamente, uma análise crítica do foquismo e uma defesa estratégica das possibilidades da luta armada em outros termos. São deste ano igualmente, a produção do documento circular *Huerta Grande*, que aprofundava a necessidade de se analisar a conjuntura do país e realizava um intenso debate sobre como conseguir compreender esta realidade por meio de categorias analíticas. *Huerta Grande* também fazia distinção entre as categorias de ideologia e teoria, a teoria “aponta a elaboração de instrumentos conceituais para pensar rigorosamente e conhecer profundamente a realidade concreta”, já a ideologia “consta de elementos de natureza não científica, que contribuem a dinamizar a ação motivando-a”.¹³⁶⁷ Tal documento praticamente sacramentou a postura já existente de heterodoxia no campo teórico. Já que a organização, ao “separar”¹³⁶⁸ a teoria da ideologia, sentia-se livre para buscar as contribuições de análise da realidade que fossem mais críveis. *Huerta Grande* também tinha como efeito prático, o abandono de certo dogmatismo no interior do anarquismo.

É importante situar este documento no contexto de recuo para Buenos Aires, pois ele de alguma maneira, antecipa questões que serão debatidas mais adiante. Em tom crítico e autocrítico, *Huerta Grande* afirma que o “partido podia evitar graves erros porque pensou à partir de conceitos que tem um grau importante de coerência. Cometeu também erros graves por insuficiente desenvolvimento de seu pensamento teórico como Organização”.¹³⁶⁹ A tarefa colocada por *Huerta Grande* era gigantesca, não apenas conseguir realizar uma análise de conjuntura sobre seu país, mas também conhecer as lutas do movimento operário internacional através da história.

Paralelamente a esta reflexão teórica, interna, a OPR-33 já contava com uma estrutura de produção de documentos argentinos para a militância e preocupava-se com a adaptação da militância ao novo país.¹³⁷⁰ Em linguagem cifrada, a organização definiria alguns critérios para a permanência da militância em Buenos Aires. A militância buscaria trabalho, não apenas para adquirir hábitos “não chamativos”, mas de estar de acordo com o “caráter operário e de largo prazo da Empresa”.¹³⁷¹ A organização arcaria com os custos dos militantes enquanto estes não conseguissem trabalho (“modesto nível de vida operária [...], pensão modesta, comida em lugares baratos”) e manteria a estrutura compartimentada. A análise da FAU era de que diante a derrubada do aparato armado do MLN, “a única Organização que não foi destruída é a nossa. Como obviamente seguiremos operando a perspectiva que nos aguarda no repressivo, é notoriamente mais grave que a anterior.”¹³⁷² Na circular ressaltavam que tinham confiado aos companheiros determinadas tarefas na cidade de Buenos Aires, como conseguir casas seguras, armas, documentação e munição. A análise da circular indica que a Argentina era compreendida como um espaço de preparação do retorno a atividade política no Uruguai, mas compreendiam que os critérios de segurança aplicadas ali deveriam ser os mesmos.

¹³⁶⁵ Idem.

¹³⁶⁶ Escribano também foi membro da Federación de Cooperativa de Vivendas, o que segundo ele, lhe dava muito trânsito e por conseguinte, certa exposição. É nesse momento que Oswaldo decide sair do Uruguai, o que só seria concretizado em 1974.

¹³⁶⁷ FAU. **Circular**. 1972, tradução nossa.

¹³⁶⁸ Cabe afirmar que tal separação não era estanque. A organização entendia que a ideologia se comunicava com a teoria e vice-versa.

¹³⁶⁹ Idem.

¹³⁷⁰ Ibid, p. 428.

¹³⁷¹ Empresa = FAU. Cf. FAU. Para los empleados que se van a Chile. **Circular interna**.

¹³⁷² Ibid, p. 430.

A organização avaliava que alguns militantes podiam voltar para Montevideo e ficar por algum tempo e havia aqueles que poderiam permanecer na cidade, mas de qualquer modo, daí em diante a FAU operaria em território portenho. Sobre a relação com outras organizações, a FAU recomendaria não “comprometer opinião, nem posição da organização sobre a situação argentina nem sobre nenhum dos grupos que ali atuam.” Gerardo Gatti e Raul Cariboni serão segundo Mechoso, os responsáveis por informar *Fomento* sobre o andamento do recuo a Buenos Aires e ainda em novembro, um importante reforço nas fileiras da FAU rumaria a Buenos Aires, depois de uma fuga espetacular de um quartel: o anarquista Alberto “Pocho” Mechoso. No final do ano são realizadas novas eleições para a instância *Fomento* e *Aguillar*, com a participação de militantes em território uruguaio, argentino e até mesmo a militância que se encontrava presa. O voto em algum delegado deveria ser justificado de acordo com um conjunto de critérios políticos e éticos. Era comum que militantes discordassem de alguma indicação, por acharem que determinado militante não possuir uma qualidade ética ou organizativa – definida pela organização como importante – muito desenvolvida, como *solidariedade* ou *capacidade operativa*.

Esse grande esforço coletivo para manter a democracia direta na organização, envolveu mais de 150 militantes na eleição das instâncias e preparou a FAU para o ano que se avizinhava. Uma das necessidades sentida pela organização passa a ser financeira e ainda em fins de 1972, a organização pensa em formas de resolver o problema. A dinâmica da repressão acabava por impor a clandestinidade e com ela necessidades materiais que não podiam ser supridas pelas vias normais. Avaliações frequentes sobre a situação da adaptação da militância ao território argentino e a infraestrutura necessária eram realizadas e o tema das finanças passa a ser uma questão.

Fundamental para a manutenção da organização em solo argentino foram as relações políticas anteriores, com alguns velhos militantes anarquistas, que independente das suas discrepâncias políticas com a FAU, apoiavam-na em determinadas questões. Segundo Mechoso, contatos com velhos militantes anarquistas ligados sentimentalmente a antiga FORA – alguns destes com passagens pelo anarquismo expropriador – foram realizados e reuniões feitas no intuito de apresentar a ideia da organização para obtenção de finanças: a realização de um sequestro. Segundo relato de Mechoso, um destes militantes que apoiou com informações a FAU em Buenos Aires foi Emilio Uriondo¹³⁷³, um anarquista expropriador que havia participado do grupo de Miguel Roscigna e Ascaso. As reuniões foram realizadas no sentido de obter apoio e adquirir informações relevantes, como a característica da repressão em Buenos Aires, os bairros mais interessantes para manter um cativo e demais dados.

Os rumores do golpe, junto a uma série de greve e paralisações se avolumavam na paisagem de fim deste ano, impondo a organização uma análise sobre a situação política no Uruguai, que será realizada no início de 1973.

Para a organização, o país seguia como uma economia de “desenvolvimento capitalista dependente” cujo “estancamento econômico do capitalismo dependente só é superável através de transformações radicais que modifiquem os fatores que o determinam.”¹³⁷⁴ A organização avaliaria o governo anterior de “ditadura constitucional”, onde a “reforma constitucional de 1966 proporcionou os instrumentos jurídicos-legais para desencadear a ofensiva repressiva como acompanhamento a política econômica reacionária que se acentuava”.¹³⁷⁵ Para a FAU o uso deste instrumento jurídico caracteriza que desde junho de 1968 se vivia num “regime de exceção”.¹³⁷⁶ A manutenção de certas instituições democráticas para a organização “enganar o

¹³⁷³ Uriondo também participou nos anos 20 de uma ação espetacular de construção de um túnel ao presídio de Punta Carretas e a consequente fuga de 4 anarquistas presos por uma ação anterior.

¹³⁷⁴ Informe sobre la situación política. **Circular interna**. Janero, 1973, p.1, tradução nossa.

¹³⁷⁵ Idem.

¹³⁷⁶ Idem.

povo”, mas “acentuando seu conteúdo autoritário, ao ponto de que de nos fatos funciona como uma verdadeira ditadura”.¹³⁷⁷ Avaliavam que a “resistência do movimento popular expressada nos mais distintos níveis”, o “aprofundamento das lutas, a existência da sindicalização, a adoção crescente de métodos combativos, fez entrar em crise o mecanismos de dominação tradicionais da democracia burguesa”. A entrada das forças armadas no plano político era avaliada à partir de distintos episódios políticos que eram compreendidos como parte de um processo gestado no interior do próprio Estado. “A crise do sistema, a persistência das lutas populares levou as classes dominantes a dar a FFAA reiterada intervenção em problemas de ordem social e político” afirma a FAU.¹³⁷⁸

Para a organização “as demandas militares não são incompatíveis com a subsistência do sistema, tal como ele é atualmente” e “simplesmente coloca alguns ajustes em seu funcionamento”.¹³⁷⁹ Para a FAU

a partir disto fica fácil compreender o caráter secundário das contradições ente “militares” e “civis”. Seja qual for o desenlace final desta ruidosa controvérsia no que diz respeito com a permanência ou não do Presidente em seu cargo, é evidente que não variarão os alinhamentos gerais da política que, através do Governo vem desenvolvendo o setor burguês dominante.¹³⁸⁰

Para a FAU “seja qual seja o desenlace da atual crise política é evidente que as FFAA se vão integrando de maneira crescente a estrutura de dominação”.¹³⁸¹ A FAU também criticaria a esperança de parte da esquerda com os militares progressistas, a esperança nos canais eleitorais e o que considerava o recuo do setor reformista. Em 27 de junho de 1972, o presidente Juan Maria Bordaberry com apoio das forças armadas, fecharia o Senado, a câmara dos deputados e anunciaria a criação de um Conselho de Estado, que substituiria o parlamento. Três dias depois, Bordaberry tornaria a CNT ilegal e prenderia seus dirigentes, o que motivou uma greve geral com ocupações de fábricas que resistiu aproximadamente até o dia 08 de julho.¹³⁸² E por fim, as previsões da FAU sobre a presença dos militares na política nacional uruguaia pareciam acertadas, quando em 23 de fevereiro de 1973 é criado o *Consejo de Seguridad Nacional* (COSENA), que na prática, significou uma ingerência crescente da jurisdição penal militar no julgamento e castigo aos civis.¹³⁸³

Álvaro Rico¹³⁸⁴ destaca que no caso uruguaio “não se tratou de um típico golpe militar que derrubou a autoridade civil para usurpar o governo como sucedeu em todos os demais países da região (Brasil, Argentina e Chile).” (Idem). No caso uruguaio o golpe foi dado com a anuência de um presidente eleito em regime democrático e teve como objetivo reforçar o poder estatal.¹³⁸⁵ Substituiu-se assim – de maneira progressiva – o poder dos órgãos parlamentares e judiciais em favor do predomínio dos órgãos executivos e militares do Estado uruguaio.¹³⁸⁶

Destacando as motivações econômicas do golpe militar de 1973, Henry Finch afirma que as “origens do golpe estiveram na crise política de longo prazo que se seguiu a quebra do

¹³⁷⁷ Ibid, p. 2, tradução nossa.

¹³⁷⁸ Ibid, p. 3, tradução nossa.

¹³⁷⁹ Idem.

¹³⁸⁰ Idem.

¹³⁸¹ Idem.

¹³⁸² Después de la huelga general de junio-julio de 1973. **Informativo**, p. 28.

¹³⁸³ RICO, 2013, p. 197.

¹³⁸⁴ Ibid, p. 189.

¹³⁸⁵ Ibid, p. 206.

¹³⁸⁶ Ibid, p. 198.

modelo de industrialização por substituição de importações e na incapacidade do sistema político em implementar um novo modelo econômico”.¹³⁸⁷

Yaffé aponta que há uma visível continuidade entre a condução econômica do regime ditatorial inaugurado em 1973 e o programa encomendado a um conjunto de técnicos civis delineado em 1972.¹³⁸⁸ Sem minimizar a ruptura política representada pelo golpe de 1973, Rico também deu ênfase a continuidade do golpe com as lógicas político-estatais precedentes.¹³⁸⁹ Em específico com o uso de medidas de exceção, entre 1967 e 1973 que caracterizaram o período. Para Rico este período institucionalizou o estado de exceção e foi conformando uma *praxis legal autoritária*.¹³⁹⁰ Tal análise também era realizada de maneira aproximada pelos agentes políticos da época. Num documento em conjunto, assinado pela *Federación Uruguya de Salud* (FUS), pela *Federación de Obreros y Empleados de la Bebida* (FOEB) e pela *Unión de Obreros, Empleados y Supervisores de FUNSA*, tais sindicatos avaliavam que o golpe tinha ligação com “o processo iniciado em 1968”.¹³⁹¹

A explicação liberal básica para os golpes militares apontam para uma fragilidade da democracia ou crise da democracia representativa enquanto que para os anarquistas, a própria ação estatal em regime democrático caminhava para o endurecimento governamental. A escalada autoritária para os anarquistas não era, portanto, uma debilidade da democracia, mas sim seu produto, num contexto de crise política e de aprofundamento da organização popular.

Pouco depois do golpe, a ROE avaliaria este como “um passo a mais no processo de repressão lançado pela grande burguesia reacionária e que passa da Constituição laranja, passa pelo governo de Pacheco, para desembocar na ditadura cívico-militar”. Ressaltando as vinculações econômicas e imperiais com o golpe, a ROE afirmaria que “o objetivo social que se persegue agora é o mesmo: explorar ainda mais os trabalhadores e submeter a economia do país aos interesses dos grandes monopólios”.¹³⁹² A ROE que neste período, ainda seguia atuando em território uruguaio, proporia “enfrentar o terrorismo informativo da ditadura, promovendo a circulação constante de volantes, panfletos, etc.”, “informar adequadamente as bases” e “assegurar a greve geral, dando curso a todas as iniciativas que surjam nas bases”. A *Federación Uruguya de Salud* (FUS), a *Federación de Obreros y Empleados de la Bebida* (FOEB) e a *Unión de Obreros, Empleados y Supervisores de FUNSA*, na órbita ou em acordo com a ROE, pareciam ter a memória fresca sobre o golpe militar no Brasil como pedagogia política. As organizações sindicais defenderiam “unificar as distintas posições sindicais de enfrentamento a ofensiva oligárquica” e avaliavam que a ditadura busca “ampliar sua base social”.¹³⁹³

Ao contrário do Brasil, no Uruguai houve um processo massivo de resistência diante o golpe, com um chamado da *Convención Nacional de Trabajadores* a greve geral e ocupação dos locais de trabalho por 15 dias. No entanto, essa resistência não adquiriu nenhum contorno insurrecional e adotou tons pacíficos.¹³⁹⁴ Com raras exceções, a ação do movimento grevista não incorreu em formas de ação, típicas dos aparatos armados ou de sua base social em períodos radicalizados (como em 1968). Tal comportamento pode ser explicado pelo fato, de que as organizações político-militares neste momento, ou estavam fora do país (caso da OPR-

¹³⁸⁷ FINCH, 2014, p. 271.

¹³⁸⁸ YAFFÉ, 2012, p. 176.

¹³⁸⁹ RICO, 2013, p. 182.

¹³⁹⁰ *Ibid.*, p. 189.

¹³⁹¹ Después de la huelga general de junio-julio de 1973. **Informativo**, p. 30.

¹³⁹² ROE. El golpe del 27 de junio. **Circular interna**. 6 de julio de 1973.

¹³⁹³ Después de la huelga general de junio-julio de 1973. **Informativo**, p. 28-31.

¹³⁹⁴ RICO, 2013, p. 222.

33) ou não tinham nenhuma capacidade operativa capaz de dar conta da realidade (caso dos Tupamaros).¹³⁹⁵

A violência do regime instituído também foi distinta, se comparada ao Brasil e Argentina.¹³⁹⁶ O regime instituído após o golpe preferiu usar as forças policiais do que as militares e evitou qualquer ação mais dura, que pudesse instigar as forças opositoras para uma reação mais prolongada.

Paralelamente, a isto, equipes da OPR-33 na Argentina preparavam o sequestro do gerente da Pepsi Cola, a ideia era financiar o processo de resistência no Uruguai. Daniel Alves afirma que a estratégia da FAU neste período remontava a proposta de fundar uma “Frente Nacional de Resistência”, assunto “amplamente abordado em *Compañero*” no intuito de resistir ao processo ditatorial.¹³⁹⁷ Tal proposta ganhava a acolhida militante, típica de uma situação de exílio e golpeamento repressivo, onde as diferenças estratégicas ou ideológicas se dirimiam diante a necessidade de certa unidade. Durante este período, Alves também afirma que a militância da *Frente Estudiantil Revolucionário* (FER) e da *Fuerza Revolucionária de los Trabajadores* (FRT) passam a adquirir “progressivos vínculos com a FAU”.¹³⁹⁸ Será esta confluência de uma composição heterogênea de certos militantes no exílio da ROE, FER, FRT e FAU que redundará num congresso clandestino, realizado em 1973. Cabe afirmar que a presença da FAU neste congresso foi minoritária. O grosso de sua militância estava detido e ainda que compusesse este espaço organizativo, a presença de outras forças políticas dava ao congresso um tom muito mais heterogêneo e com acordos teórico-ideológicos mais frouxos. Um setor importante da organização, responsável pelo aparato militar ficou deslocado de todo o debate de 1973. Fato este, que implicava em posições diferentes, posições estas que se evidenciam nas próprias divergências de memória sobre este evento.

Neste congresso surgirá o *Partido por la Victoria del Pueblo* (PVP), uma frente de resistência política que reuniria diversas tendências políticas da esquerda e que teria como objetivo a derrota da ditadura militar. Uma das questões abordadas nessa situação foi a questão dos presos políticos e o acúmulo de força para a resistência contra a ditadura. Cabe dizer que a formação de um partido político na chave de uma frente contra a ditadura é algo que coincidia com o contexto de refluxo da esquerda uruguaia, o que ajudava a dirimir as arestas ideológicas em detrimento de uma luta em comum.

Neste segundo ponto, propunha a criação de um “progressivo plano de luta que tenda a alcançar formas superiores de resistência”. Davam ênfase a uma atuação comunitária, nos locais de moradia, que constituiriam parte de um processo de libertação que envolveria os sindicatos. A luta comunitária trabalharia para gerar solidariedade com os golpeados pela ditadura, debate sobre os problemas do bairro, denúncia dos representantes da ditadura no bairro e a promoção da discussão da situação do país nesses espaços.¹³⁹⁹ Desde a criação da *Tendência* e da ROE, a FAU agia dentro destas como um dínamo ideológico, estimulando tais organizações a adotarem posições mais próximas da linha da FAU e afastando as propostas consideradas reformistas ou eleitorais. Com uma quantidade de militantes presos e deslocados da ROE e com a presença de outras forças políticas no interior do PVP – entendido até 1974 ainda na chave da unidade de forças políticas distintas, mas com o objetivo em comum – cresceria uma determinada crítica marxista que encaminharia o PVP para outra matriz ideológica.

¹³⁹⁵ Idem.

¹³⁹⁶ Ibid, p. 220.

¹³⁹⁷ ALVES, 2016, p. 151.

¹³⁹⁸ Ibid, p. 152.

¹³⁹⁹ Comité de lucha barrial. Organizar al barrio para luchar. **Boletín de la Resistencia Oriental**. Ano I, número 13, 30 de octubre, 1974.

Em 1975, no entanto, ocorre um giro político nessa orientação. A maioria da militância da FAU estava presa ou exilada e em 1975 se impõe uma linha marxista num congresso realizado na França.¹⁴⁰⁰ A FAU já tinha sido completamente desbaratada neste ano, o que facilitava aos setores vinculados ao marxismo, operar esse giro ideológico. Um dos principais articuladores deste giro político, foi o militante Hugo Cores. Hugo foi militante da FAU e da ROE e internamente teve sua proposta política de “síntese” entre marxismo e anarquismo amplamente derrotada, ainda em 1962, mas seguiu como militante da FAU até 1973. Cores rejeitara sua tradição política anarquista e adere ao marxismo, promovendo esse giro à partir da base da já desarticulada ROE.

Concebemos como absurdo, portanto, não entender as etapas deste processo ou considerar de maneira teleológica, o PVP marxista de 1975 como uma mera extensão “lógica” da FAU, sem analisar suas divergências internas. Mais ainda, quando esta visão teleológica e estanque, busca no apoio a Revolução Cubana, a “semente” do giro marxista do PVP. Já o PVP de 1973 é uma organização de síntese entre as tradições do socialismo, uma frente ampla de combate a ditadura que gradativamente passa a ocupar um espaço vazio deixado pelo desmantelamento da FAU. Já PVP de 1975, renega totalmente essa tradição de síntese e se coloca claramente no campo do marxismo.

Em 1975 o avanço da repressão no Uruguai atinge um novo patamar. Não apenas com a introdução da prática de desaparecimentos como da aplicação de encarceramento massivo e de longo prazo.¹⁴⁰¹ O Uruguai teve a maior taxa per capita de presos em toda a América do Sul e entre 1975 e 1978, 172 pessoas foram desaparecidas pelas forças de segurança estatais. Alguns pesquisadores consideram esta fase da ditadura uruguaia como a consolidação de sua fase *terrorista*, onde se “institucionaliza definitivamente as *formas clandestinas* do Estado uruguaio e as formas não-convencionais da guerra interna transformada em ‘guerra suja’”.¹⁴⁰²

Com o encarceramento massivo, os membros do recém-fundado PVP passam também a sofrer seus efeitos, o que termina pondo em contato o partido com a militância da FAU e da ROE presas que não tinham participado do congresso de 1973 nem do 1975. Segundo depoimento de uma militante da ROE era difícil analisar tudo o que se passava, pelo fato de que na prisão a dificuldade de obter informações mas precisas era grande. Depois de 1976, passa a ter contato com algumas militantes do PVP. Ainda assim, afirma que “Ainda com os elementos que tinha dentro [da prisão] nunca estive de acordo com o PVP”.¹⁴⁰³

Esse setor, deslocado dos debates realizados pelo PVP, será responsável por rearticular a organização, no início dos anos 80.

- Repressão e clandestinidade: comparando o anarquismo nos três países

O contexto repressivo dos regimes militares nos três países criava limites muito bem determinados para a ação dos anarquistas. A política se inscrevia deste modo no que o pesquisador James Scott chamou de *dialética de ocultamento e vigilância*, uma relação que abarca os padrões culturais da dominação e da subordinação dentro dos contextos de desigualdade do poder. A estratégia do ocultamento incluía uma multiplicidade de práticas que

¹⁴⁰⁰ O PVP hoje reivindica a fundação do partido em 1975, não em 1973, reforçando nossa posição de que a forma-partido e sua adesão ao marxismo se configura decisivamente em 1975 e não em 1973 (frente).

¹⁴⁰¹ O uso deste expediente foi uma peculiaridade do regime militar uruguaio ao invés da eliminação física e desaparecimento, como Chile, Argentina e Brasil. RICO, 2013, p. 225

¹⁴⁰² RICO, 2013, p. 235.

¹⁴⁰³ MARÍN, Cristina. Cristina Marín: depoimento [17 ago. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Montevideo, 2017. arquivo.mp3 (1h:03 min.).

variava desde a clandestinidade, semiclandestinidade até a construção de uma face pública “aceitável” pelos aparatos repressivos e as ditaduras dos três países.

A adesão da FAU à estratégia da luta armada influenciou decisivamente o modelo de organização política adotada. Para a FAU se tratava de conseguir atuar em qualquer conjuntura dada. Ao contrário do caso brasileiro, a permanência de uma organização anarquistas com forte nível de compromisso e dedicada a construir uma ação mesmo diante a clandestinidade fez com que esta pudesse operar facilmente, mesmo quando esta foi declarada ilegal por uma ditadura constitucional em 1967. No Brasil, a repressão golpeará o anarquismo em 1969 e desbaratou qualquer possibilidade de constituir um vetor social de massas. Cabe ressaltar, que não havia no Brasil, a permanência de uma organização específica que pudesse albergar e dirigir seus militantes e a definição deste modelo, ainda carecia de elementos programáticos, estratégicos e bases sociais. O debate da violência revolucionária no Brasil também fora sustado, diante a análise da época, principalmente à partir de 1969, de que não era possível realizar nenhum tipo de ação sem comprometer seriamente o anarquismo no Brasil.

A fundação da ROE ainda em clandestinidade por decisão da FAU demonstrava que a organização possuía uma inserção considerável no ano de 1967, enquanto que o anarquismo brasileiro, neste ano, começava a constituir um espaço social estudantil em três estados brasileiros que seria golpeado dois anos depois. A repressão ao anarquismo brasileiro portanto, atingiu-o ainda quando este começava a organizar uma base social, sendo realizada já por um governo francamente ditatorial. Sem um espaço político onde pudessem atuar na clandestinidade, a militância dispersou-se e permaneceu em condição de semiclandestinidade de 1972 a 1977. O período de 1972 a 1977 também foi de refluxo do anarquismo uruguaio. Em 1972 a FAU irá recuar para Buenos Aires e os anos subsequentes desarticularão a organização, que em 1975, já está praticamente desbaratada.

Na Argentina, os anarquistas sofreram desde 1960 uma vaga repressiva, que afetou particularmente militantes sindicais vinculados a FORA. A segunda onda de repressão ocorreu 1 ano após o golpe militar na Argentina e se inscrevia na adesão a doutrina de segurança nacional, por Isabel Perón. A unificação das organizações anarquistas em 1974 acompanhava o crescente desenvolvimento e transnacionalização da repressão em território argentino. Apesar de manter critérios rígidos de clandestinidade, RL sofreu a ação de um aparato repressivo cada vez mais tecnificado, transnacionalizado e capacitado para lidar com as organizações de esquerda. Por conta da ocultação total de sua face pública, RL conseguiu passar pelo primeiro ano do golpe quase que intacta. Mas em 1977 começam as primeiras detenções e desaparecimentos, que prolongam até a desarticulação total da organização em 1978. Vendo em longo prazo, percebemos que a repressão ao anarquismo em nível continental (nos três países) teve três fases. A primeira de repressão que se estende de 1967 a 1972. Com formas de repressão baseadas em jurisdições democráticas ou pretensamente democráticas. Formas que envolviam processos formais, ainda que em governos semidemocráticos (caso uruguaio), semi-ditatoriais (caso argentino) e ditatoriais (caso brasileiro). A segunda fase de avanço da repressão e montagem do aparato repressivo e transnacional, que se estende de 1972 a 1978. É neste período de franca ascensão de um aparato repressivo que desbarata a guerrilha no Uruguai e Brasil e caminha para a formação do Plano Condor (1974). Aqui se massificam táticas de desaparecimento que serão utilizadas já em 1972 pelas forças da repressão na Argentina e Brasil; encarceramento em massa (Uruguai) e total aniquilação das esquerdas nos três países, onde o anarquismo sofrerá sua última vaga repressiva, terminando por estar totalmente desbaratado no ano de 1978.

De maneira geral, o anarquismo foi reprimido pelas ditaduras dos três países e no caso uruguaio e argentino, reprimido pelos governos democráticos que o antecederam. A repressão ocorreu independente do grau de ameaça que o anarquismo representava a estes regimes e

atingiu tanto aqueles que optaram pela luta armada como os que não. Cabe dizer que as forças de segurança nos três países, nos regimes ditatoriais tinham maior preocupação com as organizações da esquerda revolucionária e armada, o que provocou a ação de expedientes de contraguerrilha ou de guerra suja contra os anarquistas aderentes desta estratégia (desaparecimentos, tortura etc).

CAPÍTULO V – BREVES REFLEXÕES SOBRE A RECONSTITUIÇÃO DO ANARQUISMO NA ABERTURA DEMOCRÁTICA

Os historiadores Boris Fausto e Fernando Devoto afirmam que o fim dos regimes autoritários na América Latina “fez parte de um amplo movimento democrático, pelo qual, em circunstâncias e ritmos diversos, eles deram lugar a regimes democráticos, não só na América Latina como particularmente no sul da Europa”.¹⁴⁰⁴ A abertura era fruto não apenas das pressões de setores de oposição da sociedade civil, mas de exigências internas, das elites políticas. O modelo espanhol de transição pactuada em 1976 tornou-se um padrão de referência para as futuras negociações, o que não significou que este fosse aplicável as realidades dos distintos países.¹⁴⁰⁵ Ao findar a década de 1970 a economia dos regimes latino-americanos era assolada por um grave processo inflacionário. Em 1984, México, Argentina, Brasil e Colômbia eram os quatro maiores devedores dos EUA. A década de 80 é considerada do ponto de vista econômico como uma década perdida. Houve crescimento negativo do PIB, hiperinflação, crescimento da dívida externa e desindustrialização. Como bem afirmado por Weffort, o Cone-sul estava “unificado também pela crise, dívida externa, estancamento econômico”.¹⁴⁰⁶ No Uruguai a saída de capitais no contexto da crise de 1982 alcançou tal monta, que em um só ano “reverteu completamente os ingressos produzidos durante o quinquênio anterior” e a dívida externa praticamente duplicou.¹⁴⁰⁷

Em termos continentais a luta armada em 1979 estava derrotada, com exceção do exemplo da Revolução Sandinista. Com o esgarçamento das ditaduras e a derrota da luta armada, irrompiam movimentos de oposição a ditadura, nos locais de trabalho, no movimento estudantil e na sociedade civil em geral.

No que diz respeito ao anarquismo, uma nova geração¹⁴⁰⁸, cuja experiência política passa a ser formada nos anos finais das ditaduras ou já na abertura democrática junta-se ao movimento de reconstituição deste ideologia nos três países. Tal reconstituição no entanto, extremamente ligada a experiência das décadas anteriores e a geração que atuou durante os anos 60 e 70 caminharia por sendas distintas.

– Reconstituição do anarquismo na abertura democrática argentina (1984)

Entre os desaparecidos não há inocentes,
todos foram culpados de querer
um mundo melhor
Carlos Caillabet

Aproveitando o crescente descrédito da ditadura militar e certa distensão política, o anarquismo passa a se reconstituir lentamente, ainda em governo ditatorial por meio de pequenos periódicos e a atuação dispersa de militantes. Podemos identificar pequenos núcleos militantes, tais como remanescentes da FORA, integrantes do boletim sindical *Autonomia*

¹⁴⁰⁴ FAUSTO; DEVOTO, 2004, p. 453.

¹⁴⁰⁵ Idem.

¹⁴⁰⁶ WEFFORT, 1989.

¹⁴⁰⁷ YAFFÉ, 2016, pp. 190-191.

¹⁴⁰⁸ Utilizamos o termo geração no sentido de “homens, que vivendo mais ou menos na mesma época, foram submetidos ao longo de sua existência às mesmas determinantes, passaram pelos mesmos acontecimentos, tiveram experiências próximas ou semelhantes, viveram num ambiente cultural comum”. Cf. BERSTEIN In. RÉMÓND, 2012, p. 72.

Obrera, de uma incipiente tentativa de organização, intitulada Organização de Resistência Anarquista e mesmo “anônimos” (trabalhadores anarquistas) que isolados em suas categorias, interferiam com posições libertárias em seus respectivos espaços sindicais e se conectavam minimamente com libertários de outros espaços, sem necessariamente constituírem-se como um núcleo. A FORA restrita a um pequeno núcleo sindical de ofícios vários em junho de 1981 divulgaria seu primeiro boletim, com temas que iriam da situação dos trabalhadores da construção e trabalhadores do vidro até o desemprego.¹⁴⁰⁹ Informes sobre as eleições do Sindicato dos Telefônicos¹⁴¹⁰ e do sindicato dos professores¹⁴¹¹ também compunham a miríade da modesta participação anarquista na vida sindical naquele contexto. A situação entretanto, como demonstram as notícias das selvagens repressões às mobilizações convocadas pela CGT apontava para certo cuidado. A FORA noticiaria e denunciaria o assassinato de José Ortiz pelas forças policiais.¹⁴¹²

Com uma crise econômica profunda e a acachapante derrota militar nas Malvinas, a ditadura argentina caminhava para seu derradeiro fim. As eleições consagraram a vitória de Raúl Alfonsín, que pegava o país com uma inflação de mais de 500% ao ano e 1,5 milhão de desempregados. Aproveitando a ampliação da margem de ação nos movimentos populares, os anarquistas editarão o periódico *Resistencia*, aproveitando as greves ocorridas em diferentes setores sindicais.

Divulgam a vitória da chapa verde, para a eleição da secretaria geral do sindicato gráfico *bonaerense*, que tinha Raimundo Ongaro a frente da chapa. Entendiam que a tarefa deveria ser o de “conseguir a unidade dos setores revolucionários, anti-imperialistas e antiburocráticos, para conseguir uma plena recuperação das organizações operárias, como expressão do poder popular”.¹⁴¹³ Reivindicando propostas de um anarquismo ligado as lutas populares dos anos anteriores, defenderão uma “política federalista revolucionária, reivindica como trabalho político importante a ação nos bairros, nas sociedades de fomento, clube, mutuais, etc.”¹⁴¹⁴

Uma demanda permanente nos jornais é a luta contra a repressão e os desaparecimentos que mobilizava a sociedade argentina e as organizações de direitos humanos. Assim como, participarão das mobilizações junto as *Madres de Mayo* contra a lei da anistia ou chamada também de auto-anistia.¹⁴¹⁵ Num dos panfletos, os anarquistas escreverão “Os assassinos querem decretar sua inocência”, seguida de uma forte imagem de um homem sendo torturado. O panfleto era assinado pela organização Resistência Anarquista que também reivindicava a consigna histórica da FAU, “Arriba los que luchan”. Tal reivindicação não é sem dúvida alguma fortuita, mas está conectada a uma determinada memória que incide na construção de uma cultura política em defesa de uma organização política programática. A organização também exigia o desmantelamento dos organismos de repressão, liberdade dos presos políticos e o atendimento das necessidades populares.¹⁴¹⁶ A Revolução Nicaraguense também estimulava as discussões internas e o sentimento latino-americano deste setor do anarquismo. Num panfleto, afirmarão que “é o povo de Sandino que parará o inimigo, a

¹⁴⁰⁹ **Boletín de Información Gremial**. Org. de la Sociedad de Resistencia de Ofícios Vários, Año 1,n^o1, Junio de 1981.

¹⁴¹⁰ Compañero Telefonico. **Boletín Gremial Autonomia Obrera**. Org. de la Sociedad de Resistencia de Ofícios Vários, Año 3,n^o11, Abril de 1983, p. 4.

¹⁴¹¹ Paralisis en Gremio Docente. **Boletín Gremial Autonomia Obrera**. Org. de la Sociedad de Resistencia de Ofícios Vários, Año 3,n^o12, Octubre de 1983, p. 2.

¹⁴¹² **Boletín de Información Gremial**. Org. de la Sociedad de Resistencia de Ofícios Vários, Año 2, n^o4, Mayo de 1982.

¹⁴¹³ Nuestra Tarea. **Resistencia**, Org. de Resistencia Anarquista, ano 1, n^o 2, Semptiembre 1984, pp. 2-3.

¹⁴¹⁴ *Ibid*, p. 3.

¹⁴¹⁵ El anarquismo convoca. Resistencia Anarquista, **Panfleto**, s/d.

¹⁴¹⁶ Quién Reprime? Resistencia Anarquista, **Panfleto**, s/d.

libertação é o caminho, pátria livre, vencer ou morrer”.¹⁴¹⁷ Algumas polêmicas internas revelavam as diferentes avaliações sobre a abertura democrática, a composição heterogênea da cultura política interna, de uma geração do anarquismo que seguia dividida entre diferentes estratégias ideológicas.

A organização Resistência Anarquista criticará a entrega de zonas de exploração petrolíferas a empresas estrangeiras, as privatizações e as linhas de crédito para as indústrias.¹⁴¹⁸ Afirmará um anarquismo que se pretende conectado a libertação nacional e a luta de classes, polemizando com aqueles que negam a realidade “negando a luta de classes, por ser um conceito obsoleto ou um processo de libertação por estar organizado por uma frente revolucionária, não por um movimento anarquista”.¹⁴¹⁹ A organização polemizará em defesa de um partido anarquista, o que renderá críticas de outros setores do anarquismo. Tal multiplicidade de posições evidenciava que o anarquismo argentino, apesar de golpeado, clandestino ou semiclandestino durante a ditadura militar, recompunha-se com uma diversidade estratégica, sem nenhuma força se constituir com o força predominante.

– Reconstituição do anarquismo na abertura democrática brasileira

No caso da abertura democrática brasileira, os atos públicos começavam a despontar já em 1983, ganhando força no ano seguinte com comícios de grande participação.¹⁴²⁰ Os grandes comícios de Curitiba e São Paulo forçavam o governo militar a tentar enquadrar e controlar o processo de sucessão.¹⁴²¹ O comício de São Paulo, que chegou a reunir entre 200 e 300 mil pessoas em São Paulo era descrito pela Rede Globo como parte das “festividades” de comemoração da cidade e o governo tergiversava sobre as atividades em torno das diretas.¹⁴²² Em março o regime via sua popularidade despencar e no Rio de Janeiro, o 21 de março abrigou mais de 300 mil pessoas ocupando a Avenida Rio Branco e ruas adjacentes. Paralelamente, a situação econômica se deteriorava e em abril de 1983, “São Paulo viveu quatro dias tensos, com saques e motins pela cidade toda”. Os motins começaram após uma falsa oferta de vagas de trabalho e uma passeata terminou numa explosão de raiva, com saques de lojas, destruição de fachadas, sem centro ou liderança organizada.¹⁴²³ A “guerra da fome”, como ficou conhecida teve como resposta a repressão policial do governo Franco Montoro, recém-empossado.¹⁴²⁴ O saldo do protesto foi de mais de “40km de ruas e avenidas atingidas pelos distúrbios, 500 detidos, 127 feridos, 23 veículos destruídos e 1 morto”. Avaliando o episódio, o historiador Marcos Napolitano afirma que “o saldo psicológico sobre as elites e uma classe média assustada era bem maior que tudo isso”¹⁴²⁵

Neste contexto, com uma proposta de paralisação geral sendo gestada no interior dos sindicatos, o anarquismo de Rio de Janeiro e São Paulo emitiria uma análise sobre este processo político. Num panfleto intitulado “Eleição Direta ou Ação Direta” criticarão os

que hoje conclamam a população para comparecer à praça (a Oposição já governa os estados mais importantes) foram os mesmos que reprimiram manifestações de trabalhadores, que procuraram dificultar sua auto-

¹⁴¹⁷ Los hijos de Sandino no se venden ni se rinden, Resistencia Anarquista, **Panfleto**, s/d.

¹⁴¹⁸ AHORA: La entrega y el saqueo. **Resistencia**, Año 2, n^o 12 enero y febrero, 1986, pp. 1-4.

¹⁴¹⁹ El Anarquismo y su compromiso. **Resistencia**, Año 2, n^o 11 diciembre, 1985, pp. 1-4.

¹⁴²⁰ RODRIGUES, 2003, p. 36 e p. 39.

¹⁴²¹ Ibid, p. 40.

¹⁴²² Ibid, p. 44.

¹⁴²³ NAPOLITANO, 2014, p. 304

¹⁴²⁴ Ibid, p. 305.

¹⁴²⁵ Idem.

organização, assim como o fortalecimento de ações populares que não se enquadravam nos limites do quadro institucional brasileiro.¹⁴²⁶

Com um forte conteúdo classista, o documento questiona:

Porque se reprime ou pelo menos se dificulta ao máximo, uma forma de ação coletiva (a ação da classe trabalhadora auto-organizada) enquanto outra (campanha pelas diretas) se promove? Qual a razão de não se articular campanhas do porte que se montou pelas diretas, contra o desemprego, contra as péssimas condições de vida do povo, contra as taxas de exploração violentíssimas?¹⁴²⁷

Para os anarquistas, havia “medo que os organizadores desses comícios, têm do povo, quando receiam não poder controlá-lo”. Numa análise sobre os movimentos afirmarão que

Nas sociedades contemporâneas, os movimentos sociais tem apresentado uma dinâmica onde os objetivos institucionais, legais, interclassistas, tendem a ser rapidamente ultrapassados a partir do momento em que aparecem lutas no campo da produção. A partir de então a luta se radicaliza e os objetivos da democracia formal são ultrapassados.¹⁴²⁸

Fazendo referência ao caso argentino e uruguaio, afirmarão que

Próximo de nós, na Argentina, onde se assistiu recentemente à transformação de um regime militar em democrático, o essencial da política do governo Alfonsín consiste em catalisar e controlar as diversas lutas operárias e manifestações populares cujos conteúdos de crítica ao aparelho sindical e às instituições militares são contraditórios com "o respeito da democracia" e a necessidade da "união nacional". No Uruguai, o regime militar prepara a abertura democrática criando antes, todo um sistema de leis visando controlar os movimentos grevistas, a canalizar a atividade organizativa da classe trabalhadora, numa demonstração clara do que se receia nesses processos de “abertura”.¹⁴²⁹

Para estes, um “número crescente de pessoas desloca-se aos comícios para exprimir, sobretudo, o repúdio ao regime vigente” e que a “realização das diretas se apresenta como uma última possibilidade de canalizar para vias institucionais a ira dos miseráveis. É preciso conceder um pouco para não perder tudo e salvar o essencial”.¹⁴³⁰ Para estes, a campanha das eleições diretas é liderada por “setores das classes dominantes afastados do poder” a “grande maioria dos que participam do movimento são das camadas sociais intermediárias”, que “tem todo o interesse na democratização das instituições econômicas e

¹⁴²⁶ Eleição direta ou ação direta?, Associação Promoção Auto Liberação Bicho Mau ou Coletivo Autonomia e Ação Direta **Folheto**, Rio de Janeiro/São Paulo, Abril de 1984, p. 3. O nome “Bicho Mau” era uma referência a uma matéria publica na Folha de São Paulo pelo jornalista Tarso de Castro, que afirmava que “há um bicho solto pelas ruas. Se ele não for devidamente alimentado, se ele não receber as atenções devidas, pois em aí só Deus sabe, o que ele poderá fazer. Porque ninguém segura o bicho-solto – a não ser que ele confie em alguém.” A referência aos saques era bem evidente. Ibid, p. 6.

¹⁴²⁷ Ibid, pp. 3-4.

¹⁴²⁸ Ibid, p. 5.

¹⁴²⁹ Idem.

¹⁴³⁰ Ibid, p. 6.

políticas, uma vez que isto significa a possibilidade de ascensão social de muito de seus componentes”. Num trecho profundamente explicativo de sua análise afirmarão que

A degradação da situação econômica começa já a tocar este setor e, depois dos trabalhadores, é o mais atingido pela violência da "guerra civil" urbana não declarada. Amedrontada, atemorizada pelo futuro, pela violência individualizada crescente e pelo fantasma das revoltas populares mais generalizadas, essas camadas médias são as mais interessadas na necessidade de canalizar a revolta deste "bicho enfurecido para vias institucionais legais.¹⁴³¹

Para estes, a democratização fazia parte de um projeto continental, pois

Neste sentido, toda a manipulação em torno dos princípios da democracia deve ser vista como parte de um projeto político mais geral do capitalismo na América do Sul, da Argentina, Venezuela, da Bolívia e Chile ao Brasil. Trata-se da necessidade de experimentar a via mais suave de domínio político perante a falência econômica e, social, dos regimes ditatoriais.¹⁴³²

Para estes, havia neste movimento uma “hegemonia ideológica da burguesia” apesar de “muitos trabalhadores estarem apoiando esta campanha”, pois as “disputas intercapitalistas sempre implicaram na mobilização de amplos setores das classes subordinadas, quando a via revolucionária não se coloca como alternativa imediata”.¹⁴³³ Criticariam a ideia ou “conteúdo de classe média da movimentação pelas diretas [...] que vê a Economia como simples jogo de vontade política”. Para estes, “escamoteia-se assim, toda a dimensão internacional do capitalismo e da crise, num país já governado pelo FMI”.

A análise indica que o anarquismo ou ao menos um setor deste, possuía uma visão da redemocratização como parte de um processo continental, fruto de um arranjo das elites e que não satisfazia em sua opinião, as necessidades populares. A redemocratização era vista como um arranjo controlado, para pacificar a possível sublevação popular e a organização de setores da classe trabalhadora.

Com a abertura democrática consolidada Ideal Peres e Esther Redes fundarão o Círculo de Estudos Libertários (CEL). Tal iniciativa supunha um pragmatismo em relação ao “estado de ânimo” do anarquismo no Brasil e especificamente no Rio de Janeiro. Seus integrantes estavam completamente dispersos e o movimento era praticamente inexistente.

Em comparação com o estado carioca, a reabertura do Centro de Cultura Social de São Paulo (CCS-SP) tinha a pequena vantagem de poder contar com a presença de um número maior de antigos militantes, tais como Antônio Martinez e Jaime Cubero, que assim como Ideal, teriam o papel de “repassar” o bastão do anarquismo aos mais jovens. Cabe retomar, que a repressão que golpeará o anarquismo cerca de 1 década atrás, comprometeu a renovação interna. O momento era de “retomar os cacós” e formatar uma base social mínima.

Ao contrário da Argentina, cuja diversidade interna e estratégica era maior, no Brasil, o anarquismo vivia uma situação numérica que impunha sérios limites para até mesmo, para a manifestação das divergências. Cabe comentar, que ao contrário do Uruguai e Argentina, o Brasil não possuía uma experiência de uma organização política anarquista de modelo programático, o que incidia na própria memória social e ajudava conformar um anarquismo “sem adjetivos”, amplo no sentido ideológico e “pragmático” em sua unidade, mas que era

¹⁴³¹ Ibid, pp. 7-8.

¹⁴³² Ibid, p. 8.

¹⁴³³ Idem.

recortado por inúmeras dificuldades. Renato afirma a dificuldade de obter literatura anarquista no fim da década de 1970, afirmando que “naquela época tinha muito pouca literatura”.¹⁴³⁴ No início dos anos 1980, ao tomar contato com o livro “O que é anarquismo?”¹⁴³⁵ da coleção “Primeiros Passos”, passa a se empolgar com o anarquismo e monta um grupo de afinidade na faculdade de Geologia, da UERJ.¹⁴³⁶ Para Ramos, a Anistia, as greves do ABC, a derrota da Argentina nas Malvinas e a Revolução Nicaraguense foram fundamentais para sua formação política.

No Centro Acadêmico de Geologia, toma contato com outras forças políticas da esquerda – tais como a Convergência Socialista – no contexto da luta dos estudantes da Geologia da UERJ para manter a existência do curso. A aproximação mais intensa de Renato Ramos com o anarquismo se deu entretanto, com o contato com o jornal *Inimigo do Rei*. Ao trocar correspondência com os anarquistas baianos, estes indicam um grupo de anarquistas que se reunia na escola Senador Corrêa: o grupo de Círculo de Estudos Libertários (CEL). O CEL foi fundado após um curso intitulado “Anarquismo: por novas formas de organização social”.

Será neste grupo, que refundarão o Grupo Anarquista José Oiticica (GAJO) ainda nos marcos de grupo de afinidade, com outra composição, adquirida pelo contato com o CEL, fundado por Ideal Peres e Esther Redes. Pelo que tudo indica, houve uma ruptura geracional, com exceção de poucos militantes, que impôs ao anarquismo uma lenta reconstituição. O CEL se reuniria semanalmente e seria o embrião de diversas iniciativas gestadas nos anos posteriores.

Aqui cabe ressaltar a presença inédita do movimento anarco-punk, ligado aos setores contraculturais e que vão marcar presença em São Paulo, Rio de Janeiro, João Pessoa etc em toda a década de 80 e 90.¹⁴³⁷

O Centro de Cultura Social de São Paulo também será um espaço fundamental para a reorganização do anarquismo na década de 80, incubando certas experiências político-culturais ou sindicais.

Segundo Corrêa (2008) dentro do CEL desenvolveram-se posteriormente, grupos anarquistas como o Grupo Anarquista José Oiticica (GAJO), reorganizado em 1987, o Grupo Anarquista Ação Direta (GAAD), o Coletivo Anarquista Estudantil 9 de Julho (CAE-9) e o grupo Mutirão (1991), com trabalho em movimentos sociais agrários. Também foram importantes as iniciativas editoriais, tais como “a revista Utopia, o informativo *Libera... Amore Mio* e o jornal *O Mutirão*”. Dispersas, mas não isoladas, essas iniciativas foram importantes para gerar um caldo organizativo que ganharia fôlego nos anos posteriores.

Abria-se um novo ciclo do anarquismo, materializado com mais nitidez com a fundação da Federação Anarquista Gaúcha (FAG), em 1995. A FAG nasce estimulada pela relação com a Federação Anarquista Uruguai (FAU), esta última, sobrevivente da ditadura militar neste país cuja experiência de luta na ditadura mediante uma organização política estruturada em frentes sociais de trabalho político dava aos anarquistas gaúchos e posteriormente, os de outros estados, um modelo político que nunca se efetivou completamente no Brasil até aquele momento: uma organização anarquista nacional. Essa ponte transnacional, frequente dentro da história do anarquismo, traria um componente político que seria responsável por reflexões organizativas profundas. Esse novo capítulo, da

¹⁴³⁴ RAMOS, Renato. Renato Ramos: depoimento [mar. 2018]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Rio de Janeiro, 2018. arquivo.mp3 (1h:09 min.).

¹⁴³⁵ Num contexto de baixa presença do anarquismo (como em cidades com pouca militância ou contextos mais duros), ressalte-se a importância da literatura anarquista para formatar a compreensão sobre a ideologia.

¹⁴³⁶ Segundo Ramos, o grupo de afinidade fundado em 1985 não foi adiante. Idem.

¹⁴³⁷ Cf. ROCHA et al, 2018, no prelo.

história do anarquismo brasileiro, obviamente pode ser elucidado em momento mais oportuno e certamente, ainda tem suas linhas a serem escritas e reescritas.

– Reconstituição do anarquismo na abertura democrática uruguaia: o retorno da Federação Anarquista Uruguaia (FAU)

O início da década de 1980 no Uruguai foi marcado por um processo de distensão planejado, fruto da pressão de organizações populares e setores políticos de oposição a ditadura. Com exceção da esquerda, em 1982 foi legalizada boa parte da oposição política e foram realizadas eleições em novembro de 1982.¹⁴³⁸ Em 1983 começa um novo ajuste recessivo na economia uruguaia, celebrado na assinatura de uma “nova carta de intenção com o FMI”.¹⁴³⁹

Em 1983 também ocorreram grandes mobilizações populares que aceleravam o processo de transição democrática e tocavam diversos setores sociais, envolvidos na oposição a ditadura militar.¹⁴⁴⁰ A transição no Uruguai, assim como no Brasil foi repleta de tensões, como a prisão do líder da oposição Wilson Ferreira em 1984 até sua consolidação efetiva em março de 1985.

À partir da abertura democrática, os anarquistas vinculados a FAU montarão uma coordenação pró-FAU no intuito de reorganizar a federação. Um congresso da organização foi proposto para março de 1986 onde discutiriam uma declaração de princípios, uma carta orgânica, conjuntura e plano de trabalho imediato. A pró-coordenação da FAU também relatou visitas a Buenos Aires e conversas com “integrantes de vários grupos (La Protesta, Biblioteca José Ingenieros)” que se comprometeram a enviar livros para o Uruguai.¹⁴⁴¹ A pró-coordenação também informava internamente a formação de uma “mesa sindical”, espécie de coordenação sindical interna da organização. O que mais nos chama a atenção é a capacidade da organização em à partir do acúmulo anterior, conseguir reproduzir um modelo político com linhas mais ou menos dadas e estabelecidas.

Ainda assim, a primeira tarefa da refundação foi o de realizar um trabalho de formação da militância, visando atingir principalmente os mais jovens. Editarão os “Recortes”, elementos para formação e discussão que contará com diferentes temas sensíveis ao conjunto de sua militância, tais como a organização política anarquista, relação da organização política com os movimentos populares, discussões ideológicas sobre o anarquismo, estratégia e tática etc. Para a coordenação pró-FAU “este material que pretende ajudar a resolver a urgente necessidade de exteriorizar os esforços na recomposição de nossas fileiras”.¹⁴⁴² Destaca-se a presença de Bakunin, Malatesta e Kropotkin nos materiais de formação e trechos de documentos anteriores da FAU, como as “Cartas da FAU”. Todos estes materiais faziam referência (explícita ou implícita) a uma larga experiência política, que remontava a fundação da FAU em 1956, suas reflexões sobre o trabalho no nível sindical, os debates sobre a questão da luta armada, da necessidade de adaptar o anarquismo a realidade latino-americana etc. Articulando a realidade das lutas sociais latino-americanas com a refundação da organização, o projeto de declaração de princípios da FAU apontará que

¹⁴³⁸ CAETANO, 2012, p. 68.

¹⁴³⁹ Ibid, p. 70.

¹⁴⁴⁰ Ibid, p. 71.

¹⁴⁴¹ Coordenadora, **Folheto sem título**, 25 de agosto, 1985.

¹⁴⁴² Elementos para la formación y la discusión, **Recortes**, nº 6, s/d.

Na América Latina o anarquismo recobra atualidade no conjunto das lutas populares: entre os mineiros bolivianos, nos cinturões industriais de São Paulo, nas experiências autogestionárias peruanas, nos impulsos socializantes nicaraguenses, na resistência antiditatorial chilena. Também no Uruguai o movimento anarquista se reconhece nas lutas dos trabalhadores e o povo e, nesse marco, se desenvolve e se transforma em organização de luta como expressão imprescindível de seu intransferível projeto revolucionário.¹⁴⁴³

Para a coordenação de reconstrução da FAU, “a construção da FAU não se faz de cima ou por um escritório, não se faz a margem das lutas sociais”.¹⁴⁴⁴ Para estes,

As lutas do povo uruguaio contra a ditadura, sem partidos guias nem vanguardas autoeleitas evidenciou a capacidade popular para criar e inventar novas formas de organização e participação, com um nível de desenvolvimento e profundidade não conhecidos no passado. [...]

A ideia de uma Federação Anarquista se vai gestando e crescendo nesse clima de efervescência popular. Construir a FAU não como uma organização mais entre as muita existentes, mas que se diferencie radicalmente, sem cair no sectarismo, do resto da esquerda tanto em suas propostas como em seu funcionamento interno. Por isso pensamos numa Federação Anarquista com muita audácia política, que seja capaz de renovar-se e inovar, de dar respostas criativas às novas situações, que não se limite a repetir citações dos livros sagrados ou a aplicar velhos esquemas e receitas do passado que seja a síntese orgânica da velha guarda e dos novos militantes libertários forjados durante a ditadura. Não uma FAU partido, nem uma FAU de esclarecidos que tem a linha justa, tampouco uma seita mas uma FAU que sirva para juntar e não para separar, que acumule e não atomize, que seja capaz de nuclear a grande maioria do movimento libertário uruguaio.¹⁴⁴⁵

Para a reconstituição da FAU, acreditarão que

é imprescindível considerar a experiência histórica da revolução latino-americana. Nesse sentido constatamos que as experiências isoladas tem sido afogadas, ou pelo menos neutralizadas, seja por pressão externa como pela reação interna.[...] Com isto, os anarquistas não fazemos mais que reafirmar em termos práticos nosso enraizado e indeclinável internacionalismo que deve se expressar na preocupação imediata por vincular organicamente as correntes anarquistas revolucionárias da órbita latino-americana numa rede solidária continental.

A capacidade da FAU em transformar sua larga experiência político-ideológica numa determinada “escola”¹⁴⁴⁶ que conseguiu criar um “programa homogêneo de percepção, de pensamento e ação” em nossa percepção foi fundamental para sua longa continuidade e

¹⁴⁴³ FAU, **Proyecto de Declaración de Principios**, p. 7.

¹⁴⁴⁴ Fundamentación de C. Orgánica. **Documento**, s/d, p. 1.

¹⁴⁴⁵ Idem.

¹⁴⁴⁶ Utilizamos este termo por falta de um melhor.

reconstrução.¹⁴⁴⁷ Tal capacidade instituiu – se permitem certo paroxismo do conceito – um modelo *aberto* de pensamento político anarquista latino-americano.

Esse programa, expresso na tomada de posições sobre determinadas polêmicas históricas do anarquismo, na expressão simbólica (e da seleção de elementos deste simbolismo) e de uma prática material junto a classe trabalhadora, constituiu-se como uma “escola” latino-americana de anarquismo, intitulada *posteriormente* como especificismo. Nada mais nada menos, que um anarquismo que se pretendeu e se constituiu, com forte influência latino-americanas, como um anarquismo latino-americano.

¹⁴⁴⁷ Adotamos aqui as reflexões de Pierre Bourdieu, que afirma que “Os indivíduos “programados”, quer dizer, dotados de um programa homogêneo de percepção, de pensamento e ação, constituem o produto mais específico de um sistema de ensino”. BOURDIEU, 2013, p. 206.

APONTAMENTOS CONCLUSIVOS

Em nosso trabalho iniciamos por realizar um levantamento da discussão historiográfica sobre anarquismo, luta armada e ditaduras. Inserindo nosso objeto de estudo diante as questões apresentadas pelas discussões dos pesquisadores e pesquisadoras desses temas. Muito do que vem sendo difundido pelos historiadores brasileiros sobre o anarquismo, incorpora noções *woodcockianas* de maneira totalmente acrítica, cujas bases teóricas eurocentradas, parcialmente a-históricas, com bases etimológicas ou calcadas numa velha e tradicional histórias das ideias políticas são insuficientes no que diz respeito ao volume de dados de teóricos e práticas, tão quanto equivocadas, no que se refere a concepção teórica, ao seu “modelo” teórico de anarquismo. Por isso, defendemos que é preciso de um novo modelo de compreensão do anarquismo que parta do estado atual das pesquisas e rompa com pressupostos cujos limites estão postos. A partir de uma discussão teórica e metodológica prévia, procuramos além dos objetivos expostos no trabalho, relativizar e questionar durante toda a tese, o conceito de anarquismo utilizado usualmente pela historiografia.

Tal discussão se baseou nos três casos concretos apresentados. Confrontamos tal conceito de anarquismo, com o que viemos discutindo em todos este trabalho à partir das reflexões analíticas sobre nossas fontes, nos três países citados.

Sobre o anarquismo nos três países, evidenciamos que a formação da classe trabalhadora na década de 40 e 50 esteve intimamente ligada a expansão industrial do pós-guerra na América Latina. Mas a forma com que o Estado lidou com o sindicalismo nos três países, variou de acordo com as tradições políticas locais. O anarquismo, portanto, influenciou e foi afetado por essas relações e “transferências de lealdade” de maneira diversas, mas em todos os países apresentados pudemos perceber uma tentativa de reorganização sindical e política com maior ou menor grau de sucesso que quebram a ideia de “descontinuidade” na longa presença do anarquismo durante todo século XX.

Pudemos perceber a tentativa do anarquismo em se coordenar em nível americano e principalmente latino-americano a partir de 1957, articulação que ficaria comprometida com os desdobramentos inaugurados pela Revolução Cubana de 1959. A Revolução Cubana afetou determinantemente o anarquismo, causando divergências internas, influenciando politicamente e definindo as relações que seriam estabelecidas à entre os anarquistas à partir de então. Evidenciamos em todos os países citados, uma prática e crítica anticolonialista e anti-imperialista, ainda que de diferentes matizes, com maior incidência no Uruguai e na Argentina. Foi possível verificar as influências transnacionais não apenas dos debates revolucionários em Cuba, mas a presença de veteranos ou da memória da Guerra Civil Espanhola, na constituição de uma concepção de violência revolucionária. Com destaque para o anarquista Abraham Guillén, autor de inúmeras obras sobre luta armada e violência revolucionária e que circulou em diferentes círculos da esquerda revolucionária.

A partir da formação das Ditaduras de Segurança Nacional e a atuação cada vez mais crescente dos exércitos na política nacional dos três países em questão, também pudemos verificar a repressão sofrida, na Argentina, Brasil e Uruguai dos anarquistas nesse período. O golpe civil-militar no Brasil e a ditadura militar que o seguiu foi um marco no endurecimento dos regimes políticos no continente latino-americano, marcado por golpes de estado, ditaduras e ditaduras constitucionais (governos semidemocráticos). Neste sentido o anarquismo reagiu a este contexto de maneira distinta. Enquanto no Brasil, a repressão golpeou as experiências sociais do anarquismo em seu nascedouro, no Uruguai, os eventos repressivos ajudaram a acelerar a conformação do aparato armado da FAU. Tais eventos apressaram ao menos no anarquismo de Argentina e Uruguai a discussão interna da violência revolucionária, da guerra popular prolongada, da insurreição popular e do foquismo (e de suas variantes críticas),

fazendo com que a militância libertária se posicionasse diante estes temas e estabelecesse uma proposta própria de luta armada.

Cabe destacar a influência dos protestos e insurgências operário-estudantis de 1968, que expressava uma nova fase de internacionalização do capital e de resistências políticas aos arrochos comandados pelo FMI. Os ventos de 1968 forneceram elementos preciosos para a renovação do anarquismo, principalmente o argentino e no caso uruguaio, conduziram a integração de uma nova geração de lutadores sociais no espaço político-social da ROE. O endurecimento do regime semidemocrático ou ditadura constitucional do Uruguai foi respondido pelos anarquistas da FAU com a presença de seu aparato armado, que de 1968 a 1972 operou em território uruguaio realizando expropriações, sequestros e operações de abastecimento. No caso da Argentina, as organizações políticas anarquistas inseridas em lutas comunitárias, estudantis e sindicais passam a conviver – não sem tensões – com o anarquismo da FORA e da FLA.

A partir de 1973/74 as ditaduras de segurança nacional atingem outro patamar, com o golpe no Uruguai e a formação da Operação Condor, cuja atuação transnacional comprometeu a segurança da militância anarquista da FAU. O recuo da FAU para Buenos Aires e sua desarticulação, fruto da ação dos aparatos repressivos, coincide com a formação de uma frente política ampla para derrotar a ditadura: o PVP em 1973. Esta frente, em 1975 sofrerá um giro marxista, reafirmado em 1976 e 1978 e negará a experiência libertária anterior.

A montagem da Operação *Condor* coincide com a unificação das organizações anarquistas argentinas em torno de RL. Neste período o anarquismo brasileiro encontrava-se em semiclandestinidadade, acossado por um processo anterior (1969/72), sofrido nos marcos da invasão do CEPJO e a prisão dos integrantes do MEL, existindo, apenas em nível de sobrevivência. O anarquismo foi neste sentido, alvo da sanha dos aparatos repressivos, com militantes presos, torturados e desaparecidos, se somando às forças políticas que sofreram o poder das ditaduras militares e dos regimes de segurança nacional. De maneira geral, tivemos anarquistas presos, torturados e desaparecidos nos três países estudados, com maior incidência da repressão ao anarquismo na Argentina e Uruguai, cujas marcas bárbaras persistem na memória da luta social destes países.

O fim do ciclo da luta armada no continente latino-americano coincide com o aparecimento de um jornal anarquista que terá o papel de reorganizar os anarquistas dispersos em território brasileiro. Em Inimigo do Rei debaterão uma série de questões relativas ao anarquismo, assim como polêmicas programáticas, sobre a violência revolucionária e outros temas. Esse jornal será o responsável – não sem divergências internas – de reorganizar o anarquismo brasileiro numa proposta mais ampla e menos programática, se comparada com a de outros países.

O processo de abertura democrática também foi marcado pela retomada de elementos e uma experiência anterior do anarquismo nos três países. Enquanto na Argentina, a retomada é diversa e acompanha a heterogeneidade das estratégias políticas ocorridas nos anos 60 e 70, no Brasil, o grau de dispersão une os anarquistas em torno de um denominador comum mínimo, de um anarquismo inicialmente “sem adjetivos”. No Uruguai, a experiência de décadas de atuação de uma organização anarquista, com uma base social considerável, permitiu que o resgate desse passado conformasse certa “escola” de anarquismo, que seria posteriormente classificada como uma *tradição*, o especificismo, um anarquismo fortemente influenciado pelo *latino-americanismo* e que se pretende, um anarquismo latino-americano.

A análise dos três cenários políticos, suas semelhanças, diferenças e influências transnacionais permitiu-nos apresentar o resultado desta experiência à partir da análise histórica. Evitamos enquadrar a experiência aqui estudada num conceito de anarquismo ossificado, fruto de uma velha História das Ideias Políticas, onde se procura à partir de uma baliza filosófica rígida ou base etimológica abstrata, verificar “o que é ou não é anarquismo”.

Assim como nunca houve cultura ou qualquer ideologia política “pura”, o anarquismo no período estudado se constituiu à partir da realidade e da seleção de ferramentas que lhe pareceram mais adequadas. Num contexto de avanço e massificação da precarização das relações de trabalho, do aprofundamento da barbárie neoliberal, analisar as experiências de resistência da classe trabalhadora (neste caso, um setor político da classe) nos parece fundamental para abastecer nossos horizontes políticos e para que não morram os sonhos justos de igualdade e liberdade.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

ALBORNOZ, Martin. “Los anarquistas y la práctica del atentado en Argentina (1890-1930)”. Conferencia; XXIX Congreso Latinoamericano de Sociología; Departamento de Sociología. Santiago de Chile, 2013.

ACHA, Omar. Política y asociacionismo en los años terminales del peronismo clásico, ante la movilización católica (Buenos Aires, 1954-1955). Mar del Plata: Primer Congreso de Estudios sobre el Peronismo: La Primera Década, 2008.

_____. Lucha y Organización: repensar en Argentina la historia de la clase obrera y el primer peronismo. Cuadernos del Ciesal: revista de estudios multidisciplinares sobre la cuestión social. Año 12/ N° 14/ enero-diciembre, 2015.

ALDRIGHI, Clara. *La Izquierda Armada: Ideología, Ética e Identidad en El MLN Tupamaros*. Montevideo: Trilce, 2016.

ALMEIDA, Antônio Jorge Fonseca Sanches de. “Cultura Política e Hegemonia”. IV Encontro da Compolítica, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011.

ALVES, Daniel Augusto de Almeida. *Arriba los que luchan! Sindicalismo Revolucionário e Luta Armada. A trajetória da Federação Anarquista Uruguaia: 1963-1973*. Porto Alegre, 2016. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

ANAPIO, Luciana. “La ciudad de las bombas. El anarquismo y la “propaganda por el hecho” en la Buenos Aires de los años veinte”. Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”, Tercera serie, núm. 39, segundo semestre 2013, pp. 42-75.

_____. *Debates y conflictos internos en el anarquismo argentino durante la entreguerras*, Tesis de Maestría, Instituto de Altos Estudios Sociales IDAES, Universidad Nacional de San Martín. 2009.

_____. “Terrorismo o propaganda por el hecho. Los debates sobre la utilización de la violencia en el anarquismo argentino a fines de la década del ‘20. Segundas Jornadas Nacionales de Historia Social, 13, 14, 15 de mayo de 2009.

ANDERSON, Benedict. *Sob três bandeiras: Anarquismo e imaginação anticolonial*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Fortaleza, CE: Editora da Universidade Estadual do Ceará, 2014.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS ANARQUISTAS (ANA). “Entrevista com Carlos Baqueiro” In Centro de Mídia Independente (CMI), 31/07/2008. Disponível em <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2008/07/425512.shtml?comment=on>>. Acessado em 10/01/2015.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias estudantis, 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará : Fundação Roberto Marinho, 2007.

_____; CATELA, Ludmila da Silva. “Memória e História: esquerda alternativa e imprensa alternativa no Brasil dos anos 70”. XXIII Encontro anual da ANPOCS, GT: Biografia e Memória Social, 1999.

ATO INSTITUCIONAL NÚMERO 05. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>.

AZEVEDO, Raquel de. *A Resistência Anarquista: Uma questão de identidade (1927 – 1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BA JIN. O Anarquismo e a questão da prática. 1927. In FARJ. Disponível em <<https://anarquismorj.wordpress.com/textos-e-documentos/teoria-e-debate/o-anarquismo-e-a-questao-da-pratica-ba-jin/>>

BAER, James A. *Anarchists immigrants in Spain and Argentina*. Urbana, Chicago and Springfield: University of Illinois Press, 2015.

BAQUEIRO, Carlo. “Entrevista com Renato Ramos” In Blog Inimigo do Rei, 2007. Disponível em <<http://oinimigodorei.blog.terra.com.br/2007/03/06/entrevista-com-renato-ramos/>>. Acessado em 07/08/14.

BAQUEIRO, Carlo; NUNES, Eliene. *O Inimigo do Rei: imprimindo utopias anarquistas*. Rio de Janeiro: Achiamé, s/d.

BARBIAN, Luciano. A Ditadura de Segurança Nacional na América Latina e as especificidades do caso boliviano In IX Encontro Estadual de História. Associação Nacional de História, Seção Rio Grande do Sul – ANPUH-RS, 2008.

BARROS, José D’Assunção. “História Comparada – um novo modo de ver e fazer história” In Revista de História Comparada, volume 1, número 1, jun/2007.

_____. História das Ideias – em torno de um domínio historiográfico. In Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 13, n.1, p.199-209, 2007.

BARROS, Omar de (editor). *Terra ou Morte. Hugo Blanco*. São Paulo: Versus, 1979.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. “Desenvolvimentismo, restrição externa e política econômica no segundo governo Vargas (1951-1954)”. Revista História Econômica & História de Empresas, vol 18 n^o 2 (2015), 355-387.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. “Uma outra consciência de classe?: O sindicalismo reformista na Primeira República. In. 13 Encontro Anual da ANPOCS, 23 a 27 de Outubro de 1989.

_____. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

BAYER, Oswaldo. *Anarquistas expropriadores*. São Paulo: Luta Libertária, 2004.

_____. *La Patagonia Rebelde*. Coyhaique: Talleres gráficos FURIA, 2009.

BELLÉ, Júnior. *Revolução Cubana: Mais à esquerda que o Castrismo*. São Paulo: Editora Faísca, 2009.

BERNARDO, João. Estudantes e Trabalhadores no Maio de 68 In. Revista Lutas Sociais, São Paulo, 2008.

BERNERI, Camillo. Consciência de Partido. Milão, Novembro de 1922. In FARJ. Disponível em <<https://anarquismorj.wordpress.com/textos-e-documentos/teoria-e-debate/consciencia-de-partido-camillo-berneri/>>

BERSTEIN, Serge. “A cultura política.” In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. Para uma História Cultural. Lisboa: Estampa, 1998.

BERTULLO, Jorge; ISOLA, Gabriel; CASTRO, Diego; SILVEIRA, Milton. *El cooperativismo en Uruguay*. Montevideo: Universidad de la República, s/d. Disponível em <http://www.universidad.edu.uy/pmb/opac_css/doc_num.php?explnum_id=323>

BERTINO, Magdalena et al. El desempeño económico global: del modelo agro-exportador a la industrialización sustitutiva de importaciones. Montevideo: Instituto de Economía, 2001.

BETHEL, Leslie (ed.). *Historia de América Latina*. Barcelona: editorial crítica, 2002.

BLOCH, Marc. *A Apologia da História: ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BONINO, Nicolás; REPETTO, Ulises Garcia. “Protección frente al desempleo estacional y bolsas de trabajo en Uruguay (1944-1979). In: Revista Uruguaya de Historia Económica, nov. 2013, Vol III (4):46-65 ISSN: 1688-8561.

BORDAGARAY, María Eugenia. “Anarquismo en la Argentina: repertorios organizacionales y de acción colectiva en el movimiento libertario, 1935-1955. Repertorio Americano. Segunda Nueva Época n^o 21, Edición Especial, Enero Diciembre, 2011.

- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- _____. *O Poder Simbólico*; tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 1.ed. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil, 1989.
- _____. *Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- _____. *Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)*. São Paulo: Cia das Letras, 2014.
- BRAGA, Paulo Romeu. Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1946 e 1964: uma análise sobre os limites entre diplomacia coercitiva e operações encobertas. *Revista brasileira de política internacional*, vol.45, no.2 Brasília, Jul/Dic. 2002. ISSN 1983-3121.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina” In Bresser-Pereira.org.br. São Paulo: USP, 2010
- BRUSCHTEIN, Luis. “Domingo Trama, el dirigente anarquista que encabezó la huelga más larga del siglo pasado: un grito de guerra contra la injusticia”. Página 12, 2001.
- BUCHELI, Gabriel et al. *Vivos los llevaron... Historia de la lucha de Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos (1976-2005)*. Montevideo: Ediciones Trilce, 2005.
- BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- CAETANO, Gerardo; MARCHESI, Aldo; MARKARIAN, Vania; JAFFÉ, Jaime; PELLEGRINO, Adela; CABELLA, Wanda; PEYROU, Rosario. *Uruguay: El país “modelo” y sus crisis. Tomo III – 1930/2010*. Montevideo: Planeta, 2016.
- CALANDRA, Benedetta; FRANCO, Marina. *La guerra fría cultural en América Latina. Desafíos y límites para una nueva mirada de las relaciones interamericanas*. Buenos Aires: Biblos, 2012.
- CALLE, Luis de la; SÁNCHEZ-CUENCA, Ignacio. The repertoire of insurgent violence In APSA Conference, Seattle, September, 2011.
- CALVEIRO, Pilar. “Antiguos y nuevos sentidos de la política y la violencia”. *Revista Lucha Armada en la Argentina*. Año 1, nº 1, 2004, pp. 4-19. ISSN 1669-7855.
- _____. *Poder e Desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *Política y/o Violencia: una aproximación a la guerrilla de los años setenta*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- CAPELLA, Laura. “Vida trágica de un anarquista”. Página 12, Rosario 12. *Psicología*. 02 de Junio, 2011. Disponível em <<http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/rosario/21-28933-2011-06-02.html>>. Acessado em 03/01/2016.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARDOSO DE MELLO, João. Prólogo In. TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. A contra revolução liberalconservadora e a tradição latino-americana. In: _____. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 15-24.
- CARDOSO, Eliana A; FISHLOW, Albert. Desenvolvimento Econômico na América Latina: 1950-80. In *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, julho/setembro, 1990.
- CARDOZO, Marina. “Anarquistas y tupamaros. La influencia del anarquismo en los inicios de la izquierda armada en Uruguay (1962-1965)”.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Ascensão da Insignificância. As Encruzilhadas do Labirinto Volume IV*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. *Figuras do Pensável. As Encruzilhadas do Labirinto Volume VI*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. *Sujeito e verdade no mundo social-histórico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTRO, Dardo; ITURBURU, Juan. “Organización Comunista Poder Obrero”. *Revista Lucha Armada en la Argentina*. Ano 1, n^o 4, 2006 (2^a reimpressão), pp. 102-109. ISSN 1669-7855.

CAVLAK, Iuri. “A União entre Brasil e Argentina no desenvolvimentismo (1958-1962)”. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 17, p. 189-210, 2009.

CERUSO, Diego. “El trabajo sindical de base del anarquismo argentino: la FACA y la Alianza Obrera Spartacus”. *Revista Contracorriente*. Vo. 8, n^o 3, spring 2011, pp. 233-254.

CERUTI, Leónidas. “La Huelga de los Locos”. Centro de Mídia Independente - Argentina, 2011.

CERUTTI, Simona. Microhistory: social relations versus cultural models. In: CASTRÉN, Anna-Maija; LONKILA, Markku; PELTONEN, Matti (Eds). *Between sociology and history*. Helsinki: SKS/Finnish Literature Society, 2004.

CIMAZO, JACINTO; GRUNFELD, JOSE. *Luis Danussi en el movimiento social y obrero argentino (1938-1978)*. Buenos Aires: Editorial Reconstruir, 1981.

CÍRCULO ALFA DE ESTUDOS HISTÓRICOS. “Carta Aberta” In Centro de Mídia Independente (CMI), 2008. Disponível em <<http://brasil.indymedia.org/media/2009/05//447146.pdf>>

COLOMBO, Eduardo. “A F.O.R.A.. O “finalismo” revolucionário In *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário : São Caetano do Sul: IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004.

COGGIOLA, Osvaldo. O ciclo militar na América do Sul. In Blog da Boitempo. Publicado em 24/03/2014. Disponível em <<https://blogdaboitempo.com.br/2014/03/24/o-ciclo-militar-na-america-do-sul/>>

CORES, Hugo. *La Lucha de los Gremios Solidarios (1947-1952)*. Tomo I. Montevideo: Editorial Compañero, 1989.

CORMICK, Federico. “Poder Obrero y el FAS: los orígenes frentistas de OCPO”. *Revista Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda*. Buenos Aires – Año V – n^o 9 – Septiembre de 2016.

CORNELSEN, Elcio. “Totalitarismo”. *Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo*. *Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo: “Literatura: Compreensão crítica”, Grupo de Pesquisa Literatura e Autoritarismo – CNPq, Universidade Federal de Santa Maria, Vol. 01, n. 14, 2009. ISSN: 1679-849X*

CORRÊA, Anderson Romário Pereira. “Sindicalismo Revolucionário e Anarco-sindicalismo: um estudo dos Congressos Operários no Rio Grande do Sul (1898 – 1928)” In. *Estudios Históricos CDHRPyB- Año VIII - Diciembre 2016 - N^o 17 – ISSN: 1688 – 5317*. Uruguay.

CORRÊA, Felipe; SILVA, Rafael Viana da. “Anarquismo, Teoria e História” In Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA), 2013.

CORRÊA, Felipe; SILVA, Rafael Viana da. “Bakunin, Malatesta e o debate da Plataforma”. In ITHA, 2015. Disponível em <<https://ithanarquista.wordpress.com/2015/05/12/felipe-correa-e-rafael-viana-da-silva-bakunin-malatesta-e-o-debate-da-plataforma/>>

CORRÊA, Felipe. “A militância de Ideal Peres” In Núcleo de Pesquisas Marques da Costa (NPMC), 2008.

CORRÊA, Felipe. *Bandeira Negra: discutindo o anarquismo*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

_____. *Ideologia e Estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular*. São Paulo: Faísca, 2011.

_____. O Pensamento Político de Errico Malatesta. In: Anarkismo.net, 2014. Disponível em <<https://anarkismo.net/article/26729>> Acessado em 05/01/2018.

_____. Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____. Sinônimo de Antiestatismo. In: Negodito, 2012. Disponível em <<http://www.negodito.com/a-sinonimo-de-anti-estatismo/>> Acessado em 01/09/2015.

CRISI, Emilio. *Revolución Anarquista en Manchuria (1929-1932): aproximación histórica sobre la experiencia de la comuna libertaria impulsada por el anarquismo coreano al este de Manchuria*. Buenos Aires: Libros de Anarres, 2015.

CUESTA, Fernando O’neill. *Anarquistas de acción en Montevideo (1927-1937)*. Ituazingó, Cúlmine ediciones, 2017.

DECRETO-LEI 898/69 | Decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969. Disponível em <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126023/decreto-lei-898-69>>.

DEMASI, Carlos; MARCHESE, Aldo; MARKARIAN, Vania; RICO, Álvaro; Yaffé, Jaime. *La dictadura Cívico-Militar. Uruguay 1973-1985*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2013.

DE JONG, Rudolf. *A Concepção Libertária da Transformação Social Revolucionária*. São Paulo: Faísca, 2008.

DI FILIPPO, A. *La Escuela Latinoamericana del Desarrollo: tensiones epistemológicas de movimiento fundacional*. Cinta de Moebio. Santiago, n. 29, p. 124-154, 2007.

DIAS, Quezia. “O anarquismo e a ditadura militar no Rio de Janeiro – memórias de Milton Lopes” In: Emecê, Ano VIII, nº 23, Agosto de 2012.

DICTIONNAIRE DES MILITANTS ANARCHISTES. Disponível em <<http://militants-anarchistes.info/>>

DIZ, Verônica; TRUJILLO, Fernando Lopez. *Resistencia Libertaria / Verônica Diz y Fernando Lopez Trujillo*. - 1a Ed. Buenos Aires: Madreselva, 2007.

_____. “En busca de una memoria anarquista”. Entrevista concedida a Laura Vales. In Página 12. 26/11/2007b. Disponível em <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-95280-2007-11-26.html>>.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUPUIS-DÉRI, Francis. *Black Blocs*. São Paulo: Veneta, 2014.

ECHEZARRETA, Diego Gabriel. “Hombre, brazo, bomba!”. Discusiones en torno a la violencia anarquista en Buenos Aires (1890 – 1910).” Revista Sociohistorica, n, 35, 2015.

ENGELS, Friedrich. “O Papel da Violência na História”. Die Neue Zeit, Bd. 1, n.os 22-26, 1895-1896. Março de 1888.

ESPER, Mariel Payo. “El Frente Antiimperialista y por el Socialismo, más que un “Ejército Político” impulsado por el PRT-ERP. Revista Question: “Revista Especializada en Periodismo y Comunicación”, Universidad Nacional de La Plata, Vol. 01, n. 29, 2011. ISSN: 1669-6581.

- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008 (reimpressão).
- FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada*. São Paulo: editora 34, 2004.
- FEDERAÇÃO ANARQUISTA URUGUAIA. Argentina: La Resistencia Anarquista a la dictadura. *Jornal Lucha Libertária*, Montevideu, 2006.
- FERNÁNDEZ, Frank. *El Anarquismo en Cuba*. Madrid: Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, 2000.
- FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- FERREIRA, Roberto García. “Un episodio agrídulce: Uruguay y la crisis dominicana”. *Revista Lento*, Montvidéu, 2016, pp. 25-29
- FERREIRA, Rui. “Playa Girón, una batalla de hermanos”. *El País*. 2011. Disponível em < <http://www.elmundo.es/america/2011/04/16/cuba/1302977527.html>>
- FICO, Carlos. *O Golpe de 1964: momentos decisivos*. São Paulo: Editora FGV, 2014.
- _____; ARAÚJO, Maria Paula. *1968: 40 anos depois*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2010.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- FRANCO, Marina. Anticomunismo, subversión y patria. Construcciones culturales e ideológicas en la Argentina de los 70. In: CALANDRA, Benedetta; FRANCO, Marina (ed.). *La Guerra fría cultural en América Latina. Desafíos y límites para una nueva mirada de las relaciones interamericanas*. Buenos Aires: Biblios, 2012, pp. 195-210.
- GARCÍA, Adela. “El plan Conintes y la guerra de Frondizi contra la rebeldía obrera”. *La Izquierda Diario*. 2015. Disponível em < <http://www.laizquierdadiario.com/El-Plan-Conintes-y-la-guerra-de-Frondizi-contra-la-rebeldia-obrera>>
- GILLESPIE, Richard. *Soldados de Perón: história crítica de los Montoneros*. 3a ed. - Buenos Aires: Sudamericana, 2011.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GONZÁLEZ, Santiago Senén; BOSOER, Fabián. *Breve historia del sindicalismo argentino*. Buenos Aires: El Ateneo, 2009.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. 5ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 1998.
- GRUNFELD, Jose. *Sindicalismo y Libertad: algunas aportaciones utiles a la juventud*. Rosário: Editorial Vector, 1957.
- HEREDIA, Edmundo A. “¿Existe el Cono Sur?” In. RAPOPORT, Mario; CERVO, Amado Luiz. *El Cono Sur: Una historia común*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- HESPANHA, A. M. Categorias. Uma reflexão sobre a prática de classificar. In. *Análise Social*, vol, xxxviii (168), 2003, 823-840.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- _____. *Revolucionários: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- JAMES, Daniel. *Resistencia y Integración: el peronismo y la clase trabajadora argentina*. 2ª edição. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2013.

JUNG, María Eugenia; RODRÍGUEZ, Universindo. *Juan Carlos Mechoso: anarquista*. Montevideo: Trilce, 2006.

JÚNIOR, Hélio de Lena. “Uma reflexão acerca do conceito de cultura política.” *Confluências*, Vol. 12, n. 1. Niterói: PPGSD-UFF, outubro de 2012, páginas 155 a 176. ISSN 1678-7145.

KORNBLUH, Peter. “Top Secret CIA ‘Official History’ of the Bay of the Pigs: Revelations. National Security Archive Electronic Briefing Book No. 355. Washington DC: National Security Archive, 2015. Disponível em <<http://nsarchive.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB355/>>

KOSELECK, Reinhart. “Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos”. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146.

KROPOTKIN, Piotr. “Anarchism”. *Encyclopaedia Britannica* (eleventh ed.), 1901, pp. 914-919.

LA IZQUIERDA DIÁRIO. Plan Cóndor. 28 de novembre, 2015. Disponível em <<https://www.laizquierdadiario.com.uy/Victoria-Moyano-El-estado-uruguayo-no-investigada>>

LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

LEIBNER, Gerardo. *Camaradas y Compañeros: una historia política y social de los comunistas en Uruguay. Tomo I. La Era Gómez, 1941-1955. Tomo II. La Era Arismendi, 1955-1973*. Montevideo: Trilce, 2011.

LEIER, Mark. *Bakunin. The creative passion – a biography*. New York: Seven Stories Press, 2006.

LEMOS, Renato. “Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964” In *Marx e Marxismo*, v.2, n.2, jan/jul 2014.

LESSA, Alfonso. *La Revolución Imposible: los tupamaros y el fracaso de la vía armada en el Uruguay del siglo XX*. Montevideo: Editorial Sudamericana, 2010.

LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. *Movimento Estudantil e Ditadura Civil-Militar em Santa Maria (1964-1968)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2013.

LINDEN, Marcel van der. História do Trabalho: o Velho, o Novo e o Global. In. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 1, n. 1, janeiro-junho de 2009.

_____. *Trabalhadores do mundo: Ensaio para uma história global do trabalho*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LISZT, Gabriela. “Huelga y toma del frigorífico Lisandro de la Torre”. *La Izquierda Diario*. 2015. Disponível em <<http://www.laizquierdadiario.com/Huelga-y-toma-del-frigorifico-Lisandro-de-la-Torre>>

LÓPEZ, Antonio. *La FORA en el Movimiento Obrero*. Buenos Aires: Tupac Ediciones, 1998.

MAFUD, Lucio. El cine argentino en tiempos de anarquismo. V Encuentro de Investigadores/as del Anarquismo. 2015. (Encontro).

MAHONEY, James; RUESCHEMEYER, Dietrich. *Comparative Historical Analysis in the Social Sciences*. Cambridge: Cambridge Press, 2003.

MALECKI, Juan Sebastián. Crisis, radicalización y política en el Taller Total de Córdoba, 1970-1975. *Revista Prohistoria*, año XIX, num 25, jun. 2016.

MANENTE, Juan Pablo. La huelga naval de los '50: dirigencia no, militancia obrera. *Revista Rebelados*, 2011. Disponível em <<http://rebvelados.blogspot.com.br/2011/03/historia-la-huelga-naval-de-los-50.html>>

MARINI, Ruy Mauro. Os movimentos estudantis na América Latina In Revista cadernos cemarx, nº 9, 2016.

MATTEI, Lauro; JÚNIOR, José Aldoril dos Santos. “Industrialização e Substituição de Importações no Brasil e Argentina: Uma Análise Histórica Comparada.” Revista de Economia, v. 35, n.1 (ano 33), pp. 93-115, jan/abril 2009, Editora UFPR.

MELO, Demian Bezerra de (org). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. Ditaduras civis-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional – algumas considerações sobre a Historiografia. In. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n. 10, jul/dez. 2013, p. 06-38.

MERENSON, Silvina. “Las marchas de la Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas. La producción ritual de una formación discursiva”. In: Anuario de Antropología Social 2009-2010. Departamento de Antropología Social, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la República, Montevideo: Nordan. Pp. 71-89 2009.

MILLÁN, Mariano. De la lucha de calles a la lucha en los claustros: el movimiento estudiantil de Córdoba entre el Cordobazo y la “primavera camporista” (junio de 1969 – mayo de 1973). Revista Conflicto Social, Año 6, nº 9, Enero a Junio de 2013.

_____. Las luchas del movimiento estudiantil rosarino del Cordobazo a la “primavera camporista” (1969-1973). Revista Archivo de Historia del movimiento obrero y la izquierda, Buenos Aires, Año V, nº 10, Marzo de 2017.

MONTEIRO, Fabrício Pinto. Violência e terrorismo revolucionário na Primeira República: problematizações de anarquistas no Brasil. Anais do I Simpósio de Graduação e Pós Graduação em História da UFU Diálogos de Pesquisa e Experiências Docentes. Uberlândia, 07 a 11 de maio de 2012.

MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MOREIRA, Constanza. “A esquerda no Uruguai e no Brasil: cultura política e desenvolvimento partidário”. Scielo, 2000. ISSN 1807-0191.

MORGENFELD, Leandro. Nelson A. Rockefeller en la Argentina: una visita incómoda tras el Cordobazo. Revista Taller (Segunda Época), Vol. 2, Nº 2, julio 2013, pp. 90-103.

MOYANO, Alfredo. Registro de Víctimas. Monumento a las Víctimas del Terrorismo de Estado. Parque de la Memoria. Disponível em <<http://basededatos.parquedelamemoria.org.ar/registros/6342/>>

MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em História Social, São Paulo, 2010.

MSC, “El abrazo fraternal (Consideraciones sobre especificismo, anarquismo y la F.O.R.A. Libertad Nº 53, octubre-noviembre de 2009, Buenos Aires.

ÑÁÑEZ, Guillermo Danie. *Abraham Guillén: los remotos orígenes de la guerrilla peronista. 1955-1960*. Cuadernos de la Memoria, s/d.

NAPOLITANO, Marcos. *História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NAVARRETE, Jorge Eduardo. “La reunión de los presidentes de América : antecedentes, debates y resoluciones”. Revista Foro Internacional. Vol VII, 3 (27) enero-marzo, 1967.

NERCESIAN, Inés. “Debate en torno a la lucha armada de los años 60 en Brasil y Uruguay. Un estado de la cuestión”. Revista HAOL, nº 17, otoño, 2008, 7-18. ISSN 1696-2060.

NEVES, 1995 p. 1 In DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral – memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NIETO, Agustín. “Activación anarquista en el mundo obrero. Un mapeo elemental de la militancia sindical libertaria en la Argentina de los años cuarenta”. *X Jornadas de Sociología*. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2013.

NOCERA, Rafaella. La Guerra Fría en América Latina: reflexiones acerca de la dimensión político-institucional. In: CALANDRA, Benedetta; FRANCO, Marina (ed.). *La Guerra fría cultural en América Latina. Desafíos y límites para una nueva mirada de las relaciones interamericanas*. Buenos Aires: Biblios, 2012, pp. 35-51.

OLIVERA, Raúl; MÉNDEZ, Sara. *Secuestro en la Embajada: el caso de la maestra Elena Quinteros*. Montevideo: Cátedra de Derechos Humanos “Tota Quinteros”, 2003.

OLIVEIRA, João Henrique de Castro. *Do underground brotam flores do mal: Anarquismo e contracultura na imprensa alternativa brasileira (1969-1972)*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2007.

OLIVEIRA, Roberto Campos. Relação entre greves, preços e salários no Brasil entre 1955 e 1964. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho, 2011.

PADRÓS, Enrique Serra. Capitalismo, prosperidade e Estado do bem-estar social. In: REIS FILHO, Daniel A.; FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste (orgs.). *O século XX: o tempo das crises*. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 227-266.

_____. *Como el Uruguay no hay... TERROR DE ESTADO E SEGURANÇA NACIONAL. Uruguay (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2005.

PAIVA, Felipe. A polifonia conceitual: crítica ao conceito de resistência da História Geral da África (UNESCO). Revista África[s] – Revista do Programa de Pós-graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e culturas negras. V.1, n. 2, 2014.

PALERMO, Gustavo Guerrero. *Los Tupas de Tacuarembó. La Izquierda, el MLN y la Represión en el Departamento*. Montevideo: Fin de Siglo, 2012.

PAZMIÑO, Carlos. “El 15 de noviembre de 1922 y el papel de los anarquistas en el interior de la clase trabajadora ecuatoriana.” V Encuentro de Investigadores/as del Anarquismo. 2015. (Encontro).

PINA, Fabiana. *O acordo MEC-USAID: ações e reações (1966-1968)*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, 2011.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio”. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, CPDOC, pp.3-15. 1989.

_____. “Memória e identidade social”. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.5, nº 10, CPDOC, pp.200-212. 1992.

PORRINI, Rodolfo. El sindicalismo uruguayo en el proceso histórico nacional (1870-2006) In. Curso de Formación Sindical 2015. História del Movimiento Sindical Uruguayo, 2015.

_____. Experiencias de clase trabajadora y ideologías en conflicto (1940-1950) In: María Magdalena Camou, Rodolfo Porrini (compiladores), Trabajo e historia en Uruguay. Investigaciones recientes, Montevideo, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Facultad de Ciencias Sociales / Universidad de la República / Comisión Sectorial de Investigación Científica, 2006, pp.11- 38.

_____. *La Nueva Clase Trabajadora Uruguaya (1940-1950)*. Montevideo: Universidad de la República, 2005.

_____. *Historia y memoria del mundo del trabajo (coordinador)*. Montevideo: Universidad de la República, 2004.

- POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológico* / tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da Etnicidade:seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.
- PUIG, Carlos. “Anarquismo no movimento estudantil (1984-1992): depoimento de Carlos Puig” Rio de Janeiro: Emecê, Boletim do Núcleo de Pesquisa Marques da Costa. Ano XI. Nº 30. Março de 2015.
- PURDY, Sean. “A História Comparada e o desafio da Transnacionalidade”. Revista de História Comparada, Rio de Janeiro, 6-1: 64084, 2012.
- RAFART, Gabriel. “Violência rural e bandoleirismo na Patagônia”. Revista Topoi. Vo. 12, nº 22, jan-jun. 2011, pp. 118-136.
- RECALDE, Aritz. *El pensamiento de John William Cooke en la cartas a Perón (1956-1966)*. Nuevos Tiempos, s/d.
- RÉMOND, René (org). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2012 (5ª reimpressão).
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 64 a Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- _____; DEMINICIS, Rafael (org). *História do Anarquismo Volume I*. Niterói, EdUFF, Rio de Janeiro, Mauad, 2004.
- REYES, Hernán. “Abraham Guillén: teórico de la lucha armada”. Revista Lucha Armada en la Argentina. Ano 1, nº 1, 2004, pp. 56-67. ISSN 1669-7855.
- REZENDE, Antonio Paulo. *História do movimento operário no Brasil*. São Paulo: Ática, 1994.
- RIERA DIAZ, Laureano. Dictionnaire des militants anarchistes. 2015. Disponível em <http://militants-anarchistes.info/spip.php?article11963>>.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- ROCA, Juan Manuel; ÁLVAREZ, Iván Darío. *Diccionario anarquista de emergencia*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2008.
- ROCA, Marcelo Augustín. “La Delincuencia Asociada a la Inmigración y el Anarquismo a Finales del Siglo XXI y Principios del siglo XX en la Argentina”. III Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología XVIII Jornadas de Investigación Séptimo Encuentro de Investigadores en Psicología del MERCOSUR. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2011.
- RODRIGUES, Edgar. *Entre Ditaduras (1948-1962)*. Rio de Janeiro, Editora Achiamé, 1993.
- _____. *O Anarquismo no Banco dos Réus (1969-1972)*. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados, 1993b.
- _____. *O Ressurgir do Anarquismo (1962-1980)*. Rio de Janeiro, Editora Achiamé, 1993c.
- RODRÍGUEZ, Manuel Luis. “La fundacion de la Federación Obrera de Magallanes-Junio de 1911”. Punta Arenas - Magallanes, 2011.
- RODRÍGUEZ, Universindo; VISCONTI, Silvia; CHAGAS, Jorge; TRULLÉN, Gustavo. *El sindicalismo uruguayo a 40 años del congreso de unificación*. Montevideo: Ediciones Santillana, 2006.
- ROLLEMBERG, Denise. “Esquerdas Revolucionárias e luta armada”. Núcleo de Estudos Contemporâneos, UFF. 2003.
- ROSANVALLON, Pierre. *Por uma História Conceitual do Político*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 15, nº 30, pp. 9-22, 1995.

ROT, Gabriel. “El Mito del Poliniclínico Bancario”. Revista Lucha Armada en la Argentina. Año 1, nº 1, 2004, pp. 16-21. ISSN 1669-7855.

_____. *Las orígenes perdidos de la guerrilla en Argentina: la historia de Jorge Masseti y el ejército guerrillero del pueblo*. 1ª ed. - Buenos Aires: Waldhuter Editores, 2010.

_____. “Un balance de los estudios sobre las Organizaciones Político-Militares argentinas”. Revista Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda Buenos Aires – Año 5 – Nº 9 – Septiembre de 2016.

RUGAI, Ricardo Ramos. *Um Partido Anarquista. O Anarquismo uruguaio e a trajetória da FAU*. São Paulo: Ascaso, 2012.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Jörn Rüsen; tradução de Estevão de Rezende Martins. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SABINI, Sebastián. Breve Historia de la Fábrica Uruguaya de Neumáticos S.A. (FUNSA) en el Uruguay 1936-1974. In. XII Congresso Brasileiro de História Econômica. 13ª Conferência Internacional de História de Empresas, Niterói, 28, 29, 30 de agosto de 2017.

SADER, Emir. Guerrilheiros, Movimentos In Enciclopédia Latino-Americana, s/d. Disponível em <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/g/guerrilheiros-movimentos>>.

SAIN, Marcelo. Condiciones institucionales del control parlamentario de las actividades y organismos de inteligencia del Estado”, In. Seminario sobre Control Democrático de los Organismos de Seguridad Interior en la República Argentina, Documentos de Trabajo. Buenos Aires, Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS), 1997.

SALAS, Ernesto. *Uturuncos. El origen de la guerrilla peronista* 2ª ed. Buenos Aires: Biblos, 2006.

SALES, Jean Rodrigues. “A revolução cubana, as esquerdas brasileiras e a luta contra a ditadura militar nos anos 1960 e 70”. Simpósio: HIST/RI – 2 La historia reciente em Latino América: encrucijadas y perspectivas, 2005.

_____. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

_____. (org). *Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: editora Lamparina, 2015.

SÁNCHEZ-CUENCA, Ignacio; CALLE, Luis de la. The repertoire of insurgent violence. In APSA Conference, Seattle, September, 2011.

SANTELLA, Augustín. *De la revolución a la movilización: Las huelgas generales en argentina, 1902-2002: notas preliminares y hipótesis*. Buenos Aires, Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, UBA, 2009.

SANTOS, Kauan Willian dos. “Apontamentos sobre a construção do internacionalismo anarquista e sua disseminação e caráter no sul global: o caso brasileiro em perspectiva (1880-1910)”. In Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA), 2014.

SERAFINI, Viviana. Testigo 474 Viviana Serafini. 07/07/2015. Disponível em <<http://colectivoeprosario.blogspot.com.br/2015/04/cordoba-megacausa-la-perla-un-testigo.html>>

SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. Coleção Tudo é História. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

SCOTT, James C. “Exploração normal, resistência normal”. In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, p. 235.

_____. *Los dominados y la arte de la resistencia*. México, D.F: Ediciones Era, 2004.

SCHMIDT, Michael. *Cartography of Revolutionary Anarchism*. Oakland, Edinburgh, Baltimore: Ak Press, 2013.

_____ ; WALT, Lucien Van Der. *Black Flame: The Revolutionary Class Politics of Anarchism and Syndicalism*. Oakland, Ak Press, 2009.

SIKKINK, Kathryn. “La dimensión transnacional de los movimientos sociales” In: JELIN, Elizabeth (compiladora). *Má allá de la nación: las escalas múltiples de los movimientos sociales*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003.

SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. “Por ti, América”: Luta Armada, Internacionalismo e Latino-Americanismo na Trajetória da *Junta de Coordinación Revolucionaria*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2016.

SILVA, Leandro Ribeiro da. *Os Ciclos Desenvolvimentistas Brasileiros (1930-2010): do nacional desenvolvimentismo ao novo desenvolvimentismo*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 2013.

SILVA, Rafael Viana da. *Elementos Inflamáveis: Organizações e Militância Anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964)*: Seropédica, RJ. 2014. 174p Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

_____. *Indelévels Refratários: as estratégias políticas anarquistas e o sindicalismo em tempos de redemocratização*. Rio de Janeiro, RJ. 160p. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2011.

SIMÕES, Gustavo. “Por uma militância divertida: o inimigo do rei, um jornal anarquista” In. *Verve* 11: 168-181, 2007.

TARCUS, Horacio. El Mayo argentino. *Revista Aportes del Pensamiento Crítico Latinoamericano*, Ano IX, nº 24, oct. 2008. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

TARRUELA, Ramón. *La Mecha Encendida: los atentados anarquistas en Argentina*. Buenos Aires: Ediciones Lea, 2015.

TELLO, Maria Esther Tello. Declaración en el TOF2 [Tribunal Oral Federal nº2] del lunes 14 de diciembre de 2009 de María Esther Tello, madre de Pablo Daniel Tello y de Rafael Arnaldo Tello (el tercer hijo Marcel Tello fue desaparecido en Córdoba poco días antes del golpe militar), en el juicio a los represores de los campos de concentración de Atlético, Banco y Olimpo. In *Fondation Besnard*. Disponível em <http://www.fondation-besnard.org/IMG/pdf/Declaracion_del_lunes_14_de_diciembre_de_2009_de_Maria_Esther_Tello.pdf>.

_____. “Mis primeros contactos con militancia libertaria.” In. *Fondation Besnard*. Francia, 2004. Disponível em < <http://www.fondation-besnard.org/spip.php?article443>>.

THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. “História Comparada: Olhares Plurais” In: *Revista de História Comparada*, volume 1, número 1, junho, 2007.

THOMPSON, Edward Palmer. “La Lógica de la Historia” In: THOMPSON Dorothy (organizadora). *Edward Palmer Thompson*. Barcelona: Crítica, 2002.

TILLY, Charles. *Big structures, large processes, huge comparisons*. Michigan: University of Michigan, 1983.

_____. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. In: Traugott, Mark (org.). *Repertoires and cycles of collective action*. Durham, NC: Duke University Press, 1995, p. 15-42.

_____. “Movimentos sociais como política”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 133-160.

_____. *The politics of Collective Violence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

TOLEDO, Caio de Navarro. *1964: visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

TRÍAS, Ivonne. *Hugo Cores: pasión y rebeldía en la izquierda uruguaya*. Montevideo: Ediciones Trilce, 2008.

TRISTÁN, Eduardo Rey. *A la vuelta de la esquina. La izquierda revolucionaria uruguaya. 1955-1973*. Montevideo: Fin de Siglo, 2006.

_____; SOLANO, Verónica Oikión. “La lucha armada latinoamericana en perspectiva (1959-1996)”. *Revista Archivos*, año V, nº 9, septiembre de 2016, pp. 13-32.

TRUJILLO, Fernando López. “Resistencia Libertária : La oposición anarquista a la última dictadura argentina. Entrevista a Chuck Morse. *New Formulation*, February 2003, vol. 2, No 1. Disponível em <<http://www.newformulation.org/3morselopez-spanish.htm>>

_____. *Vida en Rojo y Negro: una historia del anarquismo en la década infame*. La Plata: Letra Libre, 2005.

VESCOVI, Rodrigo. *Anarquismo y Acción Directa: Uruguay, 1968-1973*. Montevideo: Descontrol Editorial, 2016.

WASSERMAN, Claudia. “A recepção da Revolução Cubana no Brasil: a historiografia brasileira”. *ESTUDIOS INTERDISCIPLINARIOS DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE*. Volumen 18:2, 2006.

WEFFORT, Francisco C. Incertezas da transição na América Latina In. *Revista Lua Nova*, nº 16, São Paulo, Março de 1989.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. *Recursos da Esperança*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

WOODCOCK, George. *Anarquismo: Uma História das Idéias e Movimentos Libertários*. Porto Alegre, L&PM Editores, 1983.

YAMASHITA, Joui Guimarães. “O conceito de Resistência entre a memória e a história.” XXVII Simpósio Nacional de História. Anpuh. Conhecimento histórico e diálogo social, Natal, 22 a 26 de julho de 2013.

ZIMMERMANN, Eduardo A. “Sindicatos y Política en la Argentina (1900-1943)”. *Revista Libertas* 2 (Mayo 1985). Instituto Universitário ESEADE. www.eseade.edu.ar. Disponível em <<http://www.fundacion.uocra.org/documentos/recursos/articulos/Sindicatos-y-politica-en-Argentina.pdf>>. Acessado em 29/07/2015.

Jornais consultados

Ação Direta, Rio de Janeiro. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro.

Acción Libertária, Buenos Aires. Biblioteca Popular José Ingenieros.

Ahora, Montevideo. Hemeroteca del Palácio Legislativo

A Plebe, São Paulo. Centro de Documentação e Informação Científica / Biblioteca Terra Livre.

A Revolta, Rio de Janeiro. Arquivo Edgar Leuenroth

Ação Direta, Rio de Janeiro. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro / Biblioteca Social Fábio Luz.

Ação Sindical, São Paulo. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro / Biblioteca Social Fábio Luz.

Autogestão In. RODRIGUES, 1993c.

Autogestão Operária, Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional.

Boletín Informativo, Sociedad de Resistencia, Plomeros, Cloaquistas, Hidráulicos y Anexos, Buenos Aires. Biblioteca Popular José Ingenieros.
Compañero, Montevideo. Biblioteca Nacional del Uruguay.
Correio da Manhã, Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional.
Dealbar, São Paulo. Biblioteca Social Fábio Luz.
Diário de Notícias, Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional
El Debate, Biblioteca Nacional del Uruguay
El Día, Montevideo. Hemeroteca del Palacio Legislativo
El Diario, Montevideo. Hemeroteca del Palacio Legislativo
El Obrero Sanitario, Buenos Aires. Biblioteca Popular José Ingenieros.
El Popular, Montevideo. Hemeroteca del Palacio Legislativo
Época, Montevideo. Hemeroteca del Palacio Legislativo
Estado de São Paulo, São Paulo. Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional.
Folha Socialista, São Paulo. Centro de Documentação e Memória da UNESP.
Inimigo do Rei, Centro de Documentação e Memória da UNESP / Biblioteca Social Fábio Luz.
La Protesta, Biblioteca Popular José Ingenieros / Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas.
Lucha Libertaria, Montevideo. Archivo da Federação Anarquista Uruguiaia
Marcha, Montevideo. Hemeroteca del Palacio Legislativo
O Archote, Niterói. Archivo Edgar Leuenroth.
O Gráfico Livre, São Paulo. Centro de Documentação e Memória da UNESP.
O Jornal do Brasil, Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional
O Libertário, São Paulo. Biblioteca Social Fábio Luz.
O Protesto, Centro de Documentação e Memória da UNESP
Tierra Libre, Tucumán. Biblioteca Popular José Ingenieros.

Revistas

Bicicleta, Buenos Aires. Biblioteca Popular José Ingenieros
Reconstruir, Buenos Aires. Ateneo Libertário de la Constitución.
Rojo y Negro, Montevideo. Archivo da Federação Anarquista Uruguiaia
Utopia, Brasil. Biblioteca Popular José Ingenieros

Entrevistas

ANDRES, Augusto “Chacho”; ZAHN, Edelweiss. Augusto “Chacho” Andres; Edelweiss Zahn:: depoimento [jun. 2015]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Montevideo, 2017. arquivo .mp3.

ANZALONE, Pablo. Pablo Anzalone: depoimento [17 abr. 2008 e 26 set. 2008] Entrevistadora: Ivonne Trías, Montevideo, 2008 apud TRÍAS, 2008, p. 78.

BAQUEIRO, Carlos. Carlos Baqueiro: depoimento [31/07/2015]. Entrevistador: Agência de Notícias Anarquista, 2008. Centro de Mídia Independente..

BARCIA, Marina. Marina Barcia: depoimento [16 nov. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Montevideo, 2017. arquivo.mp3 (1h:18 min.).

DARÍO [El Piojo], Darío: depoimento [marzo de 2008]. Entrevistador: Red Libertaria. Buenos Aires, 2018. Disponível em <<https://www.anarkismo.net/article/8220>>

GUILLÉN, Abraham. Entrevista a Abraham Guillén, gran teórico de la guerrilla. Revista Bicicleta, Año 1, n. 9, octubre de 1978, tradução nossa.

LOPES, Milton. Milton Lopes: depoimento [mai. 2015]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Rio de Janeiro, 2015. arquivo .mp3 (62 min.).

MANCEBO, Julio. Julio Mancebo: depoimento [20 ago. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Montevideo, 2017. arquivo.mp3 (1h:06 min.).

MECHOSO, Juan Carlos. Juan Carlos Mechoso: depoimento [abr. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Montevideu, 2017. arquivo.mp3 (2h:10 min.).

_____. Juan Carlos Mechoso: depoimento [maio/agosto. 2009]. Entrevistador: Felipe Corrêa, 2009. Disponível em <<https://anarquismorj.wordpress.com/textos-e-documentos/teoria-e-debate/a-estrategia-do-especificismo-entrevista-com-juan-carlos-mechoso-federacao-anarquista-uruguaia/>>

MARÍN, Cristina. Cristina Marín: depoimento [17 ago. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Montevideo, 2017. arquivo.mp3 (1h:03 min.).

MOLAGUERO, Sérgio. Sérgio Molaguero: depoimento [ago. 2017]. Entrevistador: La verdad de la Milanese, Semanário El Bocón. Montevideo, 2017. arquivo .mp4 (17min). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=FJP-f1nYxQ4>>

PRIETO, Gabriel. Gabriel Prieto: depoimento [mar. 2007]. Entrevistador: BPJI, Buenos Aires, 2017. arquivo.mp3 (2h:10 min.).

PRIETO, Gabriel. Gabriel Prieto: depoimento [mar. 2007]. Entrevistador: BPJI, Buenos Aires, 2017. arquivo.mp3 (2h:10 min.).

PRIETO, Ruben. Ruben Prieto: depoimento dado ao documentário Comunidad del Sur – Parte 1. Entrevistador: Coletivo Cinesesia. Montevideu, 1997. Youtube (10min). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=GTC-YShxIOk>>

QUIJANO, Hugo Quijano: depoimento [09 de outubro. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Montevideo, 2017. arquivo .mp3 (1h:40 min.).

RAMOS, Renato. Renato Ramos: depoimento [01 de março de 2018]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Rio de Janeiro, 2018. arquivo.mp3 (1h:09 min.).

TRUJILLO, Fernando López. Fernando López Trujillo: depoimento [jul. 2017]. Entrevistador: Rafael Viana da Silva. Buenos Aires, 2017. arquivo.mp3 (1h:39 min.).

Arquivos consultados

Argentina

Archivo Alfredo Seoane
Ateneo Libertário de la Constitución
Biblioteca Alberto Ghirardo
Biblioteca Popular José Ingenieros
Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas

Brasil

Arquivo Edgar Leuenroth.
Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro
Biblioteca Carlo Aldegheri
Biblioteca Social Fábio Luz
Biblioteca Terra Livre
Centro de Documentação e Memória da UNESP.
Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Uruguai

Arquivo da Federação Anarquista Uruguiaia
Arquivo da Unión Ferroviária
Biblioteca Nacional do Uruguai
Hemeroteca do Palácio Legislativo do Uruguai
Biblioteca da Universidad de la República